

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CEATEC - CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE
TECNOLOGIAS.**

GABRIELLE ASTIER DE VILLATTE WHEATLEY OKRETIC

**Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para
fortalecer a auto-estima e concretizar o pertencimento ao lugar por meio
do protagonismo dos moradores**

CAMPINAS

2020

GABRIELLE ASTIER DE VILLATTE WHEATLEY OKRETIC

Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para fortalecer a auto-estima e concretizar o pertencimento ao lugar por meio do protagonismo dos moradores

Tese apresentada ao Posurb-Arq Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do Título de Doutora em Urbanismo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. *“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.”*

Orientadora: Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno

Campinas

2020

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

728.1
O41a

Okretic, Gabrielle Astier de Villatte Wheatley

Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para fortalecer a auto-estima e concretizar o pertencimento ao lugar por meio do protagonismo dos moradores / Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic. - Campinas: PUC-Campinas, 2020.

479 f.: il.

Orientador: Laura Machado de Mello Bueno.

Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Habitação popular. 2. Espaços públicos. 3. Programa Minha Casa Minha Vida (Brasil). I. Bueno, Laura Machado de Mello. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD - 20. ed. 728.1

**GABRIELLE ASTIER DE VILLATTE
WHEATLEY OKRETIC**

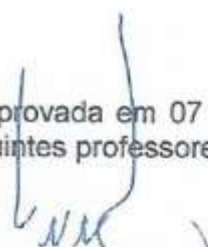
**“ÁREAS PÚBLICAS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS
RECENTES: AÇÕES PARA FORTALECER A AUTO-ESTIMA
E CONCRETIZAR O PERTENCIMENTO AO LUGAR COM O
PROTAGONISMO DOS MORADORES”**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutora em Urbanismo.

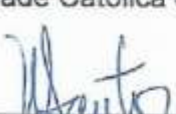
Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Machado De Mello Bueno

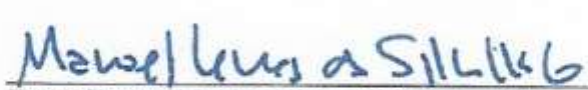
Tese defendida e aprovada em 07 de Fevereiro de 2020 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



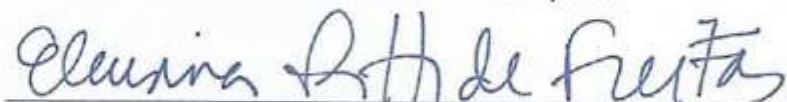
Profa. Dra. Laura Machado De Mello Bueno
Orientadora da Tese e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas




Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Dra. Eleusina Lavôr Holanda de Freitas
Demacamp



Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira
USP – São Carlos

**DEDICO ESSE TRABALHO A TODAS AS PESSOAS
QUE (AINDA) SONHAM E QUEREM UM MUNDO MELHOR.**

AGRADECIMENTOS

Quero deixar registrado aqui que, quando ingressei na vida acadêmica, mais precisamente mestrado e doutorado, não era exatamente um sonho a ser realizado, mas, sobretudo uma consequência das circunstâncias em que a vida me colocou naquele momento. Sempre fui uma pessoa muito ligada à prática e mesmo durante a graduação, as atividades que participei eram principalmente ligadas a extensão. A conexão entre o saber técnico/acadêmico universitário e prática junto ao saber popular comunitário era exatamente o que me satisfazia enquanto estudante de arquitetura e urbanismo em uma faculdade de elite, onde as vezes me sentia um “peixe fora d’água”. Depois de ter participado de 4 extensões universitárias (sendo 2 realizadas na própria PUC-Campinas e outras 2 na Unicamp), e ainda participado do Centro Acadêmico, a minha trajetória nunca foi uma linha reta. Durante a faculdade conheci uma das grandes paixões de minha vida que me acompanha até hoje paralelamente aos meus estudos acadêmicos que é a arquitetura de baixo impacto ambiental inserida na permacultura. E foi morando na zona rural, em uma ecovila, que percebi a interdependência entre campo-cidade e resolvi estudar urbanismo (algo que não me interessava tanto na faculdade). O ingresso no mestrado de urbanismo me fez enxergar novas formas de ver o mundo. Quando olho para trás e lembro do primeiro “manuscrito” que trouxe para a professora Laura Bueno ler, vejo o quanto de humildade e o poder de enxergar além que teve ao ver algum potencial latente naquela vergonhosa folha de papel que a entreguei. Por esse respeito, acolhimento, paciência e carinho, eu devo a ela muito pela minha caminhada. Eu devo ao seu olhar, a sua crença, de que, para além daquela folha, sem pé nem cabeça com ideias jogadas, ela pôde me orientar e lapidar o ser acadêmico que hoje existe em mim. Posso afirmar com toda certeza de que foi um privilégio trilhar essa longa caminhada com ela, desde o mestrado até o doutorado.

Não tenho certeza se nasci com o dom para os estudos, mas os esforços me ajudaram a chegar até este lugar. Devo muito a muita gente por isso, e é dessa maneira que gostaria de abrir essa tese.

Primeiramente agradeço a Deus, pela força e fé na caminhada da vida, na qual a maior aventura se traduz.

Aos meus queridos familiares que sempre me apoiaram e me apoiam no meu percurso, meus infinitos agradecimentos. Sem eles provavelmente eu não estaria aqui.

A Professora Doutora Laura Machado de Mello Bueno, pela amizade, paciência, confiança, orientação, dedicação e aprendizado. Minha vida não seria a mesma se nossos caminhos não tivessem se cruzado. Grande admiração e amizade por tudo o que compartilhamos juntas todos esses anos, entre altos e baixos, consolos e desabafos, conseguimos trilhar esse caminho instigante que é o da pesquisa.

A Leleu, pela amizade e oportunidade que me permitiu adentrar nessa jornada que culminou na presente pesquisa, e resultou em diversos compartilhamentos de ideias e experiências. Minha profunda admiração e carinho.

Aos Professores Doutores que toparam fazer parte como membros da banca, lendo cuidadosamente e trazendo as suas contribuições para o aprimoramento deste trabalho, Wilson Ribeiro dos Santos Junior, Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto, Eleusina Holanda Lavor de Freitas, Prof. Dr. Tomas Antônio Moreira, Patricia Rodrigues Samora, Prof. Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva, Beatriz Helena Bueno Brandão, Prof. Dr. Ricardo de Souza Moretti.

Ao professor doutor e amigo Michel Thiollent, pelo acompanhamento e direcionamento, direta e indiretamente, sobre a pesquisa-ação. As nossas conversas foram fundamentais para o amadurecimento em relação ao percurso metodológico. E as suas contribuições na qualificação, junto às professoras doutoras Doraci Lopes e Patricia Samora também foram importantes e valiosas.

Ao POSURB-ARQ, na forma dos docentes e colegas que, de alguma forma compartilharam momentos desse processo comigo. Alguns nomes em especial: Patricia Samora, Manoel, Caracol., Jonathas, Renata, Simone, Cíntia, Mariana, Laura, Bruna, entre outros.

A Paula Freitas, pela amizade e sempre disposição em ajudar no que é necessário na secretaria da PUC.

Ao Lorette, quem, ainda que não saiba, abriu as portas para a minha entrada na docência.

Agradecimento especial aos professores doutores que me orientaram durante o estágio em Medellín Maria Liliana Sánchez Mazo e Alberto Gutierrez da Universidad de Antioquia, que inspiram muito pelo trabalho que realizam conectando o saber acadêmico com trabalhos sociais.

Aos moradores das Comunas 1 e 2 de Medellín, principalmente ao grupo de jovens participantes do grupo MASO e dos coletivos Casa Piedra en el Camino e Casa para el Encuentro Eduardo Galeano, KGP e Biblioteca Sueños de Papel, e, não menos importantes aos amigos Francina Buonanotte e Lucas Rezende, sem o qual a participação não seria possível metade das ações realizadas no estágio.

Ao corpo discente e docente na figura hoje de amigos e colegas de trabalho da PUCMinas (Poços de Caldas - MG), principalmente Paula Magalhães Teixeira e Fabiana Lansac, as duas com as quais compartilhei minha primeira experiência como docente em sala de aula.

Aos amigos e colegas do UNINTA (Sobral – CE), local que hoje dedico totalmente minha vida pessoal e profissional.

A CAPES, sem o qual o duplo apoio financeiro não seria possível realizar esse trabalho e tão pouco realizar o doutorado sanduíche.

A Eliane Katayama, pela amizade e fonte infinita de inspiração e esperança na criação de um futuro melhor e mais justo, e que me faz crer que a arquitetura é uma poderosa ferramenta de transformação humana.

Aos amigos do Instituto Elos, Patricia, Herbert, Clarissa, Bruna e Thais, pela cumplicidade e dedicação a trabalhos de cunho tão importantes e fundamentais para a sociedade. Ao Ale Alessio, pelo acompanhamento e parceria na linha de frente de todo o processo inicial da pesquisa. A Evangelina Pinho, pela amizade e apoio, tanto no trabalho como na pesquisa.

Aos amigos Érika Cavalcante, Barbara Ghirelo e Nathalia Francisco, que muito ajudaram em determinados momentos cruciais da pesquisa.

A grande amiga, Debora Laub, que muito auxiliou nos processos de construção do percurso, através das muitas trocas de ideias que ajudaram a amadurecer o trabalho e compartilhar desabafos durante toda a jornada.

A amiga querida Isabel Millán, que pacientemente me ensinou a dominar uma língua espanhola.

Ao Caio Silveira, por ceder em horas de entrevistas, valiosas informações que muito contribuíram para o trabalho.

Ao amigo Nei Calixto, pelas incansáveis trocas de ideia filosóficas e arquitetônicas urbanísticas durante todo o momento da revisão deste trabalho, o trabalho não chegaria aonde chegou sem as suas valiosas contribuições.

A super força da querida Alexandra Risello, que foi fundamental nesse finalzinho da escrita, com as suas meticulosas revisões, carinho, apoio e inspiração para dar o último gás na finalização do texto.

Aos queridos Reinaldão e Reinaldinho, pela amizade, carinho e auxílio em toda a graduação e pós.

Aos amigos queridos Isabel Graciano, Teka e Sérgio, pelo carinho e acolhimento sempre, das incontáveis vezes que me receberam de portas abertas quando Campinas já não era mais a minha morada.

A querida amiga Maira Magnoler, pelas mais de 15h de transcrição, feitas durante o processo das entrevistas, que muito me auxiliou.

A Ellen Amaral, por ter feito parte do processo e ter me acompanhado em algumas visitas a campo.

Ao amigo Chico Expedito, que, ainda que no final do processo, me inspirou muito nessa reta final de revisão.

A Sobral – CE, cidade que conquistou meu coração, e que, em dois momentos distintos do meu doutorado, me acolheu.

Meus agradecimentos, em especial, aos moradores dos 3 residenciais, Jardim Bassoli, Vila Abaeté e Residencial Sirius, no qual o convívio e proximidade durante todo o trabalho fez com que florescesse boas amizades. Maria, Joice, Suzana, Regis, Alexandre, Renata, Marcelo, Madalena, Lindineide, Maria Enedina, Vera, Monica, Vilma, Marcinha, Lucia, Elenita, Roberto.

Aos funcionários da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, da Prefeitura Municipal de Campinas e COHAB, pela disposição em participar das entrevistas e todos que auxiliaram de alguma maneira para a realização desse trabalho.

Quando cada ser humano, desnudo de máscaras, começar a enxergar o outro, não como outro, mas como parte de si, desejará e fará para ele apenas o melhor.

Talvez quando isso acontecer, as cidades que são nossos reflexos, tornar-se-ão dignas de serem habitadas por Seres Humanos.

RESUMO

OKRETIC, Gabrielle Astier de Villatte Wheatley. Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para fortalecer a auto-estima e concretizar o pertencimento ao lugar por meio do protagonismo dos moradores (479). Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

Destinados a viver por, pelo menos 10 anos, nas habitações subsidiadas pelo Governo Federal, a população de mais baixa renda, beneficiada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, representada por mais de um milhão de famílias, encontram-se em diferentes processos de adaptação quanto ao novo local. Diversos problemas já foram elencados por diferentes áreas acadêmicas quanto ao modelo reproduzido sem muitas inovações desde a época do BNH. Não é novidade a estratégia neoliberal disfarçada de programa social, que reforça o processo de segregação socio espacial, colocando a camada historicamente mais desprivilegiada da sociedade, em benefício de uma classe pequena de pessoas que lucram sobre a vida destas, tornando um desafio ainda maior para ser solucionado. Devido aos problemas, de diferentes naturezas que variam desde problemas construtivos a problemas de inserção urbana e social, houveram muitas reclamações por parte dos moradores através do Portal da ouvidoria, canal criado pela Caixa Econômica Federal, principal financiador dos projetos. Esse mesmo banco, através do Fundo Socio Ambiental, criou uma estratégia chamada de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Território (DIST) para amenizar os problemas e buscar a criação de identidade e protagonismo dos moradores apoiado em quatro pilares: geração de renda, governança territorial, gestão ambiental e incentivo sociocultural. Foram selecionadas as localidades identificadas com maiores problemas no país. A execução em cada localidade é feita por meio de licitação e contratação, e a estratégia acontece em dois anos. Sua primeira edição aconteceu entre o período de 2013 a 2015 em diferentes regiões e em sua segunda edição entre os anos de 2016 e 2018. Campinas foi contemplada duas vezes pela estratégia DIST, sendo o Jardim Bassoli o foco da primeira, e, pelas dificuldades encontradas, foi contemplado novamente junto aos empreendimentos Residencial Sirius e Vila Abaeté. Por meio da pesquisa-ação e outros instrumentos metodológicos, no qual a pesquisadora acompanhou a realização do DIST II nos três bairros contemplados, a presente pesquisa tem como objetivo trazer a luz a reflexão sobre formas de lidar com essa nova realidade, na busca por caminhos que façam com que os moradores se sintam parte do lugar, na criação de um senso de identidade e pertencimento, e fortalecimento do protagonismo local. Foram avaliados os resultados do trabalho realizado e acompanhado no que tange à construção e melhoramento dos bairros, as ações realizadas no DIST II, por meio de entrevistas com os moradores, observação de campo, análise de documentos, entre outros instrumentos metodológicos. Assim, pretende-se elucidar sugestões para o aprimoramento das políticas públicas no que tange ao pós ocupação das habitações de interesse social.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida, Habitação Social, Trabalho Social, Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios, espaços públicos.

ABSTRACT

OKRETIC, Gabrielle Astier de Villatte Wheatley. *Public areas in recent housing developments: actions to strengthen self-esteem and materialize belonging to the place through the protagonism of residents* (479). Thesis (Doctorate in Urbanism) – Postgraduate Program in Urbanism, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

Destined to live for at least 10 years, in housing subsidized by the Federal Government, the lowest-income population, benefited by the Minha Casa Minha Vida Program, represented by more than one million families, are in different adaptation processes regarding to the new location. Several problems have already been listed by different academic areas regarding the model reproduced without much innovation since the time of BNH. The neoliberal strategy disguised as a social program is not new, which reinforces the process of socio-spatial segregation, placing the historically most disadvantaged strata of society, for the benefit of a small class of people who profit from their lives, making it an even greater challenge for be solved. Due to the problems, of different natures that vary from construction problems to problems of urban and social insertion, there were many complaints by the residents through the Ombudsman Portal, a channel created by Caixa Econômica Federal, the main financier of the projects. This same bank, through the Socio Ambiental Fund, created a strategy called Sustainable Integrated Development of the Territory (DIST) to alleviate the problems and seek the creation of identity and protagonism of the residents supported on four pillars: income generation, territorial governance, management environmental and socio-cultural incentive. The locations identified as having the greatest problems in the country were selected. Execution in each location is done through bidding and contracting, and the strategy takes place in two years. Its first edition took place between the period 2013 to 2015 in different regions and in its second edition between the years 2016 and 2018. Campinas was considered twice by the DIST strategy, with Jardim Bassoli being the focus of the first, and due to the difficulties encountered , was contemplated again with the residential projects Sirius and Vila Abaeté. Through action research and other methodological instruments, in which the researcher accompanied the realization of DIST II in the three neighborhoods covered, the present research aims to bring light to reflection on ways to deal with this new reality, in the search for paths that make the residents feel part of the place, in creating a sense of identity and belonging, and strengthening local protagonism. The results of the work carried out and monitored regarding the construction and improvement of the neighborhoods, the actions carried out in DIST II, through interviews with residents, field observation, document analysis, among other methodological instruments, were evaluated. Thus, it is intended to elucidate suggestions for the improvement of public policies regarding the post-occupation of social housing.

Keywords: *Minha Casa Minha Vida Program, Social Housing, Social Work, Sustainable Integrated Territorial Development, public spaces.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da evolução das áreas urbanizadas na RMC (1965-2015).....	64
Figura 2: Gráfico e tabela do total de unidades habitacionais produzidas na Região Metropolitana de Campinas nas duas fases do programa MCMV.....	66
Figura 3: Mapa com Empreendimentos na Região Metropolitana de Campinas segundo as faixas do Programa MCMV (ROLNIK, 2014, p. 9).....	67
Figura 4: Mapa com os Empreendimentos de Faixa 1 na Região Metropolitana de Campinas segundo o porte (em unidades habitacionais) (ROLNIK, 2014, p. 20).....	68
Figura 5: Mapa da tipologia dos empreendimentos do MCMV na RMC.....	68
Figura 6: Mapa dos empreendimentos de Faixa 1 do MCMV e renda média domiciliar (IBGE 2010).....	69
Figura 7: Mapa com a localização dos empreendimentos de Faixa 1 do MCMV nas macro-áreas 4 e 5 do Município de Campinas.....	72
Figura 8: Mapa com a Hidrografia do Valle de Aburrá.....	80
Figura 9: Gráfico da evolução de Taxa de Homicídio, Comparativo Cidades Colombianas.....	82
Figura 10: Gráfico da evolução de Taxa de Homicídios em Medellín.....	82
Figura 11: Foto da moradia original construída pelo programa Casitas de la Providencia no bairro Villa del Socorro.....	86
Figura 12: Mapa dos extratos socioeconômicos e Áreas de Risco em Medellín.....	91
Figura 16: Mapa de intervenções do PUI.....	101
Figura 17: Foto de Juan Bobo.....	102
Figura 18: Foto do Parque La Herrera.....	103
Figura 19: Foto da Calle 107 antes da intervenção viária.....	104
Figura 20: Foto da Calle 107 após a intervenção viária.....	104
Figura 21: Foto da Ponte Pedestre Mirante Andalucía- La Francia.....	105
Figura 22: Foto da Ponte La Paz – Andalucía e Villa del Socorro.....	106
Figura 23: Foto do Parque Terraço de Xadrez.....	107
Figura 24: Foto do Parque da Paz.....	108
Figura 25: Foto do Parque de la Imaginación.....	109
Figura 26: Foto da Unidade Esportiva Granizal.....	110
Figura 27: Fotos da Ponte de Santo Domingo de Savio antes e depois.....	111
Figura 28: Foto da Biblioteca España.....	112
Figura 29: Foto do Parque de la Paz.....	113
Figura 30: Fotos do Parque de la Imaginación.....	114
Figura 31: Foto do Parque de la Imaginación, calçada.....	115
Figura 32: Foto da Rampa do Parque de la Imaginación.....	115
Figura 33: Fotos dos espaços públicos do conjunto habitacional Juan Bobo.....	116
Figura 34: Fotos da Vila Niza: Antes e depois da Intervenção PUI.....	117
Figura 35: Fotos da Praça da Igreja.....	117
Figura 36: Fotos do Parquinho embaixo da ponte El Mirador. Estado atual.....	119
Figura 37: Foto do Parque Mirador Estado atual.....	119
Figura 38: Fotos do Parque de Las Vitorias.....	120
Figura 39: Fotos do Parque de La Vitoria.....	120
Figura 40: Fotos da Praça da Carrera 48c.....	122
Figura 41: cronograma de planejamento das atividades.....	123
Figura 42: Foto da dinâmica de Jogo Oásis, Casa para El Encuentro Eduardo Galeano.....	125
Figura 43: Foto do Canteiro de Horta no dia do mutirão do Jogo Oásis.....	126
Figura 44: Foto do Grafite na parede, durante o mutirão do Jogo Oásis.....	130
Figura 45: Foto da Pintura nos pneus, após mutirão.....	130
Figura 46: Foto do Grafite na parede resultado do Jogo Oásis.....	131
Figura 47: Mapa da Macrozonas da cidade de Campinas, conforme Plano Diretor de 2006. ..	136
Figura 48: Mapa com a localização das terras aptas para HIS – Proposta de ZEIS.....	142
Figura 49: Mapa com a localização das glebas vazias urbanas em Campinas.....	144

Figura 50: Mapa com os três empreendimentos do PMCMV, territórios onde o DIST está atuando em Campinas	147
Figura 51: Mapa localização dos empreendimentos que receberam famílias advindas de remoção do Jardim Florence.	149
Figura 52: Imagem do Residencial Abaeté e bairros ao entorno.....	150
Figura 53: Mapa com o Índice de Áreas Verdes Sociais por habitante em cada UTB	151
Figura 54: Imagem de antes da construção do Residencial Sírius	152
Figura 55: Imagem de depois da construção expansão da mancha urbana	153
Figura 56: Imagem do Jardim Bassoli antes da expansão urbana.....	153
Figura 57: Imagem do Jardim Bassoli após a expansão urbana.....	154
Figura 58: Mapa do Jardim Bassoli da implantação com áreas institucionais	156
Figura 59: Projeto de aprovação do loteamento e arruamento do Residencial Sirius	157
Figura 60: Projeto de aprovação do loteamento e arruamento do loteamento Vila Abaeté	158
Figura 61: Gráfico com nível de escolaridade por empreendimento.	160
Figura 62: Ocupação dos entrevistados.....	160
Figura 63: Foto da calçada Bassoli	164
Figura 64: Foto da calçada no Residencial Sirius	165
Figura 65: Foto da calçada no Vila Abaeté	166
Figura 66: Mapa das Áreas Verdes e Áreas públicas (sistema de lazer e área institucional)....	167
Figura 67: Mapa dos vazios e ocupações de áreas públicas.....	168
Figura 68: Mapa das Áreas Públicas	168
Figura 69: Fotos das quadras no Jardim Bassoli	169
Figura 70: Foto da Placa indicando a construção do Centro de Saúde no Residencial Bassoli	170
Figura 71: Imagem do Residencial Sirius	171
Figura 72: Fotos das áreas públicas do empreendimento – Sirius. Áreas institucionais destinadas à Sistema de lazer.....	171
Figura 73: Fotos das áreas institucionais destinadas a sistema de lazer, próxima a na linha de alta tensão.....	172
Figura 74: Fotos de quadra improvisada próxima à ferrovia.	172
Figura 75: Fotos da Creche e da academia no Abaeté	173
Figura 76: Foto do Sistema de Lazer do Cosmos (Espaço onde foi feita a praça no oásis do Sirius).....	174
Figura 77: Fotos do Espaço comunitário Sirius (antes e depois da vivência oásis)	175
Figura 78: Imagem Locais de comércio	176
Figura 79: Fotos das Bancas de comércio.....	176
Figura 80: Imagem da localização das bancas de comércio.....	177
Figura 81: Foto das bancas de comércio	177
Figura 86: Imagem Localização dos projetos DIST.....	192
Figura 87: Foto do Residencial no Guapurá Baixada Santista (SP).....	193
Figura 88: Foto do empreendimento em Salvador, BA.....	196
Figura 89: Foto do Conjunto Habitacional Valdariosa em Queimados, RJ	198
Figura 90: Foto do empreendimento em Manaus, AM	200
Figura 91: Foto do empreendimento em Londrina.....	202
Figura 92: Foto dos empreendimentos em Rio Branco.....	203
Figura 93: Foto do Residencial Brisa do Lago, em Arapiraca.	206
Figura 94: Imagem do empreendimento em Goiânia	208
Figura 95: Foto Jd. Bassoli em Campinas.....	210
Figura 96: Ilustração das três formas integrativas da Escola de Formação.....	220
Figura 98: Cronograma das atividades para os 2 anos de Projeto.....	222
Figura 99: Apresentação do diagnóstico urbanístico no Residencial Abaeté.....	223
Figura 100: Foto da Visita de Inspiração na Favela da Paz	226
Figura 101: Iconografias dos 3 bairros.....	229
Figura 102: Esquema ilustrativo da Vivência Oasis	231
Figura 103: Passos do Jogo Oasis	234
Figura 104: Foto ilustrativa do Passo do Olhar no Jd. Bassoli.....	235

Figura 105: Foto do Senhor Bill, morador do Abaeté.....	236
Figura 106: Árvore dos Sonhos elaborada no Residencial Jd. Bassoli	238
Figura 107: Maquete feita pelos moradores do Residencial Sirius	239
Figura 108: Mapa com os locais das intervenções no Sirius.....	240
Figura 109: Mapa com as áreas institucionais do Abaeté	241
Figura 110: Mapa com as áreas institucionais do Bassoli.....	243
Figura 111: Foto da Fabricação de brinquedos durante o mutirão no Residencial Sirius	245
Figura 112: Foto da mesa de pebolim realizada durante o mutirão do Sirius	246
Figura 113: Foto com os participantes do Jogo trabalhando no canteiro do Residencial Abaeté	247
Figura 114: Foto da execução do piso e instalação dos bancos e mesas no Residencial Bassoli	248
Figura 115: Foto atual, fruto do resultado no Espaço Comunitário no Sirius.....	252
Figura 116: Foto do resultado aspecto paisagístico Abaeté.	252
Figura 117: Fotos do resultado do que foi feito Bassoli brinquedos infantis, canteiros em pneus pintados, árvores plantadas.	253
Figura 118: Foto do sistema de lazer 02, antes da intervenção no Bassoli	256
Figura 119: Foto da praça feita no sistema de lazer 02, no mutirão no Bassoli.....	257
Figura 120: Foto do Parquinho infantil feito no DIST I – Jardim Bassoli	262
Figura 124: Foto da praça feita no sistema de lazer 06 (quadra do H ou de cima).....	263
Figura 121: Foto das Mesas de Jogos no Sistema de Lazer 06 (quadra do H).....	263
Figura 122: Foto da Quadra poliesportiva debaixo no Jardim Bassoli	264
Figura 123: Foto do Espaço comunitário Residencial Sirius	265
Figura 125: Fotos da praça realizada no sistema de lazer 06 do Bassoli	270
Figura 126: Foto da calçada limítrofe ao sistema de lazer 05 (ao redor da quadra debaixo)	271
Figura 127: Fotos do sistema de lazer 02 realizado no segundo Oásis	272
Figura 128: Foto do suporte da lixeira destruída no sistema de lazer 02 do Bassoli.....	272
Figura 129: Foto da Lindineide, moradora do Bassoli, limpando a praça.	273
Figura 130: Fotos do sistema da praça do Abaeté.....	274
Figura 131: Foto da praça do Abaeté	275
Figura 132: Fotos da praça realizada no segundo Oásis no DIST II.....	276
Figura 133: Foto da área de lazer feita por iniciativa dos moradores no Sirius	277
Figura 134: Fotos da praça feita no DIST I.....	278
Figura 135: Foto da praça no sistema 02 do Bassoli	279
Figura 136: Gráfico da divisão por Faixa Etária	284
Figura 137: Gráfico Faixa etária Mulheres	284
Figura 138: Gráfico - Divisão Faixa Etária Homens.....	285
Figura 139: Gráfico com o Nível de Escolaridade	286
Figura 140: Gráfico sobre a frequência na praça	315
Figura 141: Gráfico sobre o grupo que mais frequenta a praça	318
Figura 13: Linha do Tempo da Política Urbana e Habitação na Colômbia, pelo Grupo MASO, 2016.....	413
Figura 14: Cronograma da Política Urbana e Habitacional na Colômbia, do Grupo MASO, 2016.....	413
Figura 15: Componentes do PUI.....	418
Figura 82: Etapas que antecedem a execução dos projetos.....	426
Figura 83: Grupos de elementos para elaboração e execução de Projetos DIST.	431
Figura 84: Desenho da metodologia DIST.....	434
Figura 85: Esquema do funcionamento dos elementos metodológicos do DIST.....	435

LISTA DE QUADROS

Quadro 4: Intervenções feitas durante o PUI-NOR.....	100
Quadro 5: Domicílios em assentamentos precários em Campinas, por Macrozona, segundo perspectiva de consolidação e necessidades habitacionais estimadas.....	140
Quadro 6: Demanda de Terra para o atendimento do Déficit dentro dos Assentamentos (reassentamentos) por Macrozona.....	141
Quadro 7: Vazios Urbanos por Macrozona de Campinas.....	144
Quadro 8: Relação dos empreendimentos do MCMV destinados a Faixa 1 do programa.....	146
Quadro 9: Escolaridade dos entrevistados residentes nos 3 empreendimentos.....	159
Quadro 10: Situação do imóvel.....	160
Quadro 11: Comprometimento da renda com gastos da casa.....	161
Quadro 17: Faixa Etária Jardim Bassoli.....	282
Quadro 18: Faixa Etária Sirius.....	282
Quadro 19: Faixa Etária Abaeté.....	283
Quadro 20: Nível de Escolaridade.....	285
Quadro 21: Ano de Mudança: Bassoli.....	286
Quadro 22: Ano de Mudança: Sírius.....	287
Quadro 23: Ano de Mudança: Abaeté.....	287
Quadro 24: Situação do imóvel.....	288
Quadro 25: É o/a primeiro/a morador/a do imóvel.....	288
Quadro 26: É o/a chefe da família?.....	289
Quadro 27: Presença de crianças e idosos no imóvel.....	289
Quadro 28: Situação de Trabalho.....	290
Quadro 29: Comprometimento da renda com gastos da casa.....	291
Quadro 30: se mudou a dinâmica do bairro nos últimos anos.....	296
Quadro 31: mudança de vida no bairro.....	302
Quadro 32: Formas de usar o espaço público.....	304
Quadro 33: Você conhece seus vizinhos?.....	308
Quadro 34: Existem outros espaços de lazer no bairro?.....	308
Quadro 35: Outras mudanças importantes para o bairro.....	308
Quadro 36: Demandas mais relevantes nos 3 bairros.....	309
Quadro 37: Tem algo que você poderia fazer?.....	313
Quadro 38: O que ou quem poderia fazer.....	313
Quadro 39: Sobre esta praça, você ou os seus familiares costumam frequentar.....	314
Quadro 40: Com qual frequência vai à praça?.....	314
Quadro 41: A existência dessa praça mudou a sua vida?.....	316
Quadro 42: A existência dessa praça mudou a dinâmica do bairro?.....	317
Quadro 43: Tem alguma atividade artística ou cultural?.....	319
Quadro 44: Sabe quando e como foi construída?.....	319
Quadro 45: Você ajudou a construí-la?.....	319
Quadro 46: Você sabe como é a manutenção da praça?.....	320
Quadro 47: E a limpeza?.....	320
Quadro 48: Percebe se mudou alguma coisa nos últimos anos?.....	322
Quadro 49: Se sente seguro/a no bairro?.....	323
Quadro 50: Se sente seguro/a na praça?.....	324
Quadro 1: Faixas de renda do PMCMV por fases.....	401
Quadro 2: Metas quantitativas (unidades e investimento) por fases, faixas de renda e modalidades.....	404
Quadro 3: Tetos máximos dos valores financiados por unidade habitacional (em reais).....	405
Utiliza-se uma escala de pontos para qualificar o grau de atendimento que cada entidade atinge em relação a cada critério, conforme o Quadro 12, e no Quadro 13 há uma descrição sucinta dos pontos relevantes para avaliação.....	429
Quadro 14: Escala de pontuação das entidades quanto ao grau de atendimento de cada critério de aptidão para execução de Projetos DIST.....	429

Quadro 15: Detalhamento dos critérios presentes no chamamento publicado no DOU.	430
Quadro 16: Detalhamento dos componentes metodológicos do DIST.	435

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACF - Acordo de Cooperação Financeira
AEX - Agente Executor
AI – Áreas Institucionais
APA – Área de Proteção Ambiental
APG – Área de Planejamento e Gestão
APP – Área de Preservação Permanente
APR – Área Prioritária de Requalificação
AV – Áreas Verdes
BAV – Banco de Áreas Verdes
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH - Banco Nacional de Habitação
BRT - *Bus Rapid Transit*
CADUNICO - Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal
CAIXA - Caixa Econômica Federal
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDHU- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEF - Caixa Econômica Federal
CEI – Centro de Educação Infantil
CEU - Centro de Artes e Esportes
CIM – Cadastro de Interessados em Moradia
COHAB - Companhia de Habitação de Campinas
COMITÊ RSA - Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Caixa Econômica Federal
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
DIST - Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios
DOR - Documento Orientador
DOU - Diário Oficial da União
E.E. – Escola Estadual
EHIS – Empreendimentos de Habitação de Interesse Social
EMDEC - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas
EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.
empreendimentos de habitação de interesse social (EHIS)
EOT - *Esquema Básico de Ordenamiento Territorial*
EPC - Equipamentos Públicos Comunitários
EPM - Empresa de Desenvolvimento Urbano de Medellín
EPU - Equipamentos Públicos Urbanos
FACAMP – Faculdade de Campinas
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
FEPASA – Ferrovia Paulista S.A.
FGHab - Fundo Garantidor da Habitação
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FSA-CAIXA -Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal
FUPAM - Fundação para Pesquisa em Arquitetura e Ambiente
GERSA - Gerência Nacional Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental
GIGOV – Gerência Executiva de Governo da Caixa Econômica Federal
GIHAB – Gerência de Habitação da Caixa Econômica Federal
HIS – Habitação de Interesse Social
IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ISVIMED (Instituto Social de Vivienda y Habitat de Medellín
ITBI - Imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis incidente sobre a primeira transmissão do imóvel
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MC – Ministério das cidades
MASO – Grupo de pesquisa *Medio Ambiente y Sociedad*
MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
MCidades - Ministério das Cidades
MP – Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MPU - Ministério Público da União
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MZ - Macrozona
OGU - Orçamento Geral da União
ONG – Organização não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PBOT - *Plan Básico de Ordenamiento Territorial*
PD - Plano Diretor
PDL - *Plan Desarrollo Local*
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PET - Programa de Educação Tutorial
PEUC - Parcelamento, edificação e uso compulsório
PIB – Produto Interno Bruto
PlanHab - Plano Nacional de Habitação
PLGU - Planos Locais de Gestão Urbana
PLHIS - Planos Locais de Habitação de Interesse Social
PMC - Prefeitura Municipal de Campinas
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PMHAB - Plano Municipal de Habitação
PMIB - Programa de Mejoramiento Integral de Barrios
PMV - Plano Municipal do Verde de Campinas
PNM – Parque Natural Municipal
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POT - *Plan de Ordenamiento Territorial*
PPDI - Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado
PPS - *Project for Public Spaces*
PRIMED - Programa Integral de Melhoramento de Bairros subnormais em Medellín
PROEXT - Pró Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PROGEN - Projeto Gente Nova
PROPESQ - Reitoria de Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PT - Plano de Trabalho
PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social
PUCC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUI – Projeto Urbano Integral
PUI-Nor – Planejamento Urbano Integral da Zona Nororiental
QCI - Quadro de Composição do Investimento
RMC – Região Metropolitana de Campinas
SEHAB - Secretaria de Habitação da Prefeitura de Campinas
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Campinas
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI - Serviço Social da Indústria
SETRANSP - Secretaria Municipal de Transportes de Campinas
SFH - Sistema Financeiro da Habitação
SL – Sistemas de Lazer
SMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SMSOP – Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SVDS - Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas
TAC – Termo de Acordo e Compromisso
TS – Trabalho Social
TTS – Trabalho Técnico Social
UdeA – Universidade de Antioquia
UH – Unidade Habitacional
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
US – Urbanismo Social
VGV - valor geral de vendas
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
PERCURSO METODOLÓGICO	24
INTRODUÇÃO	28
CAPÍTULO 1	34
1. Do direito à cidade aos riscos da cidade neoliberal	34
1.2. O direito à cidade	37
1.3. A problemática da moradia	42
1.4. Espaço x lugar x não-lugar	47
1.5. O Programa Minha Casa Minha Vida: origem e problemas	57
1.6. A Região Metropolitana de Campinas	63
1.7. O Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Campinas	66
1.8. Trabalho Técnico Social	73
1.9. Considerações do capítulo	76
CAPÍTULO 2	78
2. Projetos Urbanos Integrais e Urbanismo Social	78
2.1. As intervenções nos espaços públicos na periferia de Medellín	78
2.2. Introdução histórica: Medellín, a eterna primavera	78
2.3. Urbanismo Social	93
2.4. Projetos Urbanos Integrais: Zona Nororiental (Norte Oriental) Fase I e II	99
2.5. A experiência do Jogo Oásis em Medellín	122
2.6. Considerações e aprendizados	131
CAPÍTULO 3	136
3. Contexto histórico das periferias na cidade de Campinas.	136
3.1. O surgimento da habitação popular na cidade, a COHAB Campinas, e os 3 empreendimentos do PMCMV analisados em Campinas	136
3.2. Os problemas habitacionais de Campinas e RMC	138
3.3. Áreas vazias e subutilizadas do entorno	143
3.4. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)	145
3.5. Caracterização dos empreendimentos	158
3.6. Considerações sobre os bairros	178
CAPÍTULO 4	181
4. Fundo Socioambiental da Caixa e Programa Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios (DIST)	181
4.2. Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios	183
4.3. A experiência dos projetos DIST no Brasil	191
4.4. Considerações do capítulo	212
CAPÍTULO 5	214
5. “De perto e de dentro”: Participar para transformar - DIST II em Campinas: Uma escola de transformação para comunidades empreendedoras	214
5.2. Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras	219
5.3. Eventos e atividades da Escola de Transformação	225
5.4. As Vivências Oásis nos 3 bairros	230
5.5. A força do coletivo no esforço da construção social do território	259
CAPÍTULO 6	260
6.1. Observações de campo e entrevistas com moradores – Pós DIST II	260

6.2.	Análise das observações de campo	261
6.3.	Tabulação e análise das entrevistas com moradores.....	279
6.4.	Análise dos depoimentos	326
CAPÍTULO 7	346
7.	Análise e discussão dos resultados	346
7.1.	Conclusões relativas aos 3 bairros	348
7.2.	Os 3 bairros enquanto territórios e suas identidades.....	352
7.3.	Conclusões sobre o DIST	354
7.4.	Sobre o engajamento da população	362
CAPÍTULO 8	368
8.	“E agora, José?”	368
8.1.	Condenados a morar	368
8.2.	Sobre o papel do Estado	370
8.3.	Para adubar a terra é necessário quantidade certa e tempo.....	371
8.4.	Cada caso um caso... ..	374
8.5.	Aprendizados do DIST II Campinas.....	376
8.6.	Conclusões	377
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	381
ANEXOS	401
ANEXO 1	Fases do Programa.....	401
ANEXO 2	Marcos políticos da Colômbia e Medellín.....	406
ANEXO 3	O Fundo Socioambiental - Caixa	423
ANEXO 4	Roteiro de observação de campo	438
ANEXO 5	Roteiro de coleta de depoimentos de agentes.....	440
ANEXO 6	Guia de entrevista com moradores	442
ANEXO 7	Proposta Jogo Oásis Medellín	445
ANEXO 8	Manual Jogo Oásis Medellín	451

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, busca mostrar, a luz de diferentes olhares, as estratégias para lidar com as consequências geradas em conjuntos habitacionais para a população de mais baixa renda, dez anos após a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida. Para tanto, pretende-se trazer a experiência da implementação de uma estratégia criada para melhorar a vida das famílias que vivem as dificuldades geradas por esse modelo habitacional. Ao considerar que nenhuma relação social se realiza fora de um espaço real e concreto, podemos afirmar que a existência humana é espacial (CARLOS, 2015, p. 37). Portanto, o contexto sociocultural exerce influência na formação do ser humano e na modelação de suas relações ao mesmo tempo em que as relações sociais também são transformadoras do espaço e seu entorno e contexto sociocultural e espacial. Enquanto territórios intraurbanos (VILLAÇA, 2012) e de habitação de interesse social, as relações sociais se realizam em um espaço real e concreto. Nesse sentido, qualquer medida paliativa é sempre mais desafiadora e dispendiosa do que ações corretamente planejadas de forma a atender as reais necessidades da população, visto que os erros são estruturais.

A participação direta que tive no acompanhamento e execução desse trabalho realizado em três empreendimentos do PMCMV em Campinas, em constante contato com os moradores desses conjuntos, me permitiu um olhar de dentro. Em alguns momentos me deparei com inquietações que poderiam ser traduzidas por indignações e, em outras ocasiões, percebia uma chama que se acendia da esperança da construção de formas mais colaborativas, e cooperativas para transformar o espaço urbano, a partir da base, com a participação popular.

O primeiro capítulo tem como objetivo contextualizar a pesquisa. Em que contextos histórico e político se insere a questão habitacional e o enfoque urbanístico, no que diz respeito ao direito à cidade e às políticas urbanas nas duas últimas décadas. Pois, com o surgimento do Programa MCMV ficaram em evidência os problemas gerados em virtude do contexto histórico e pela política que orientaram a conformação das cidades, isso implica consequências que permeiam desde o desenho técnico do programa, até as dinâmicas impostas ao cotidiano dos moradores, bem como as estratégias de trabalhos técnicos sociais conectados à essa política. Além disso, explanaremos os problemas criados pelo próprio programa que, se poderia dizer, que se constitui como política econômica, mascarada de habitacional, em um país neoliberal-

capitalista-periférico. Para esse fim dialogaremos com autores como Lefebvre, Maricato, Harvey, entre outros, para compreensão da questão do direito à cidade e a moradia adequada, considerando que a inserção urbana da população parte da efetivação vivencial desses conceitos. Harvey (2012) aponta que o direito a cidade é um direito a mudar a cidade de acordo com o que sonham e desejam os seus habitantes, convergindo com Lefebvre em relação a considerar este direito como possibilidade de transformação e recuperação da cidade como bem comum (LEFEBVRE, 1975; HARVEY, 2012). Trataremos do tema espaço e lugar: quando e como os espaços se transformam em lugares com significados. Considerando esses empreendimentos como “não-lugares”¹ o desafio torna-se: como reverter esse contexto através de um trabalho social no território? É possível que isso aconteça?

O segundo capítulo busca trazer um histórico sobre a cidade e mostrar a experiência através das lentes de diferentes agentes públicos, arquitetos, assistentes sociais, e atores civis, mostrando alguns dos avanços e desafios que esse “modelo” gerou, nos espaços públicos e nas pessoas. São compartilhadas as experiências empíricas da pesquisadora no território estudado: observações de campo e entrevistas realizadas e a experiência do Jogo Oásis² no território e seus resultados a curto prazo.

O terceiro capítulo apresenta um histórico sobre a habitação popular em Campinas, do surgimento da Cohab Campinas, até o advento do Programa MCMV na cidade. Descrevemos acerca dos três maiores empreendimentos do município, selecionados para a pesquisa: Jardim Bassoli, Residencial Sirius e Vila Abaeté. Utilizamos para a elaboração desse capítulo as visitas de campo, dados da Prefeitura e de outros órgãos competentes, literatura existente sobre Campinas, dados extraídos do Plano Local de Habitação de Interesse Social, Plano Diretor de 2006 (que ainda está em vigência), e o Relatório do Diagnóstico Integrado do Território³, elaborado pela empresa Demacamp e pelo Instituto Elos e publicado em 2017.

¹ Termo cunhado pelo antropólogo francês, Marc Augé, para designar lugares sem identidade.

² O Jogo Oásis será mais explorado no capítulo 5, através da experiência nos residenciais em Campinas-SP.

³ Como parte da estratégia do programa DIST, o diagnóstico urbanístico, elaborado pela Demacamp e pelo Instituto Elos, entre junho de 2016 a meados de 2017, foi um contrato da CAIXA Econômica Federal, para avaliar dois grandes empreendimentos do Minha Casa Minha Vida em Campinas: o Residencial Sirius e a Vila Abaeté. Este diagnóstico faz parte do programa de Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios (DIST II), e teve como objetivo realizar uma leitura técnica integrada dos territórios (urbanístico, econômico, ambiental e social) e a inserção dos residenciais nas regiões em que se encontram, para o direcionamento do trabalho realizado. Um dos propósitos deste diagnóstico foi o de subsidiar servir como norteador para posteriores ações e investimentos públicos para melhoria da qualidade de vida no território, além de “instrumentalizar as primeiras conversas com a comunidade sobre a qualidade de vida no bairro, bem como embasar as negociações junto aos órgãos públicos sobre outros

No capítulo quatro é apresentada a experiência do DIST II Campinas, que foi concretizada entre os anos de 2016 e 2018, com a participação direta da pesquisadora como técnica colaboradora na execução do projeto. São apresentados os 3 bairros que receberam o DIST II, bem como suas características e peculiaridades no que tange aos espaços públicos.

O capítulo cinco tem como proposta descrever como foi a experiência DIST II em Campinas – que recebeu o nome de Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras – detalhando suas estratégias, ações, desafios e resultados. O foco será dado com maior ênfase às intervenções ocorridas durante as vivências Oásis, nos territórios. Esta tarefa se fará mediante a análise de alguns aspectos específicos, no que tange à intervenção nos espaços públicos e demonstraremos os resultados obtidos nos territórios.

No capítulo seis são abordadas diferentes análises em diferentes vieses: as análises das observações de campo, e os diferentes olhares - a visão dos agentes públicos e outros agentes sobre o programa MCMV, e a visão dos moradores sobre os efeitos das transformações ocorridas nos últimos anos nos bairros. Importante esclarecer aqui que essa pesquisa não teve como objetivo avaliar a representatividade de participação no DIST II Campinas nos três territórios, mas os efeitos do DIST II e suas intervenções na vida dos moradores, em uma abordagem mais qualitativa. Não obstante trataremos pontualmente sobre a questão da baixa representatividade em termos numéricos no que tange a quantidade de moradores dos residenciais e participantes no projeto. A parte que encerra o capítulo traz uma abordagem mais discursiva com depoimentos dos sujeitos que participaram de alguma forma no Programa MCMV, tratados aqui como agentes públicos e outros agentes sociais: tanto os técnicos que trabalharam diretamente com a população na realização do Trabalho Técnico Social, feito pela Cohab, tanto funcionários da prefeitura e representantes das instituições que participaram na execução do DIST em suas duas edições em Campinas.

O capítulo sete traz um balanço das análises já com algumas sugestões de melhorias, tanto do programa MCMV enquanto Política Pública, como em relação ao próprio DIST de maneira geral e prepara para o capítulo seguinte, o capítulo oito, que conclui essa pesquisa abrindo perspectiva para novas pesquisas na área do conhecimento.

trabalhos e projetos para o entorno da área”. (ELOS e DEMACAMP, 2017). Esse diagnóstico, feito para o DIST, foi apresentado à população de todos os condomínios dos residenciais Sirius e Vila Abaeté, com o objetivo de validar as informações contidas nele e atualizar o que fosse necessário.

PERCURSO METODOLÓGICO

Essa tese se insere na linha de pesquisa intitulada Gestão Urbana. A partir dessa linha e do problema da pesquisa colocado, o percurso metodológico decorrente demonstrou a indissociabilidade entre as intervenções arquitetônicas e urbanísticas. Assim, a tese se identifica com a mudança ocorrida no próprio programa de pós-graduação, cuja área de concentração a partir de 2018 é Arquitetura Urbanismo e Território e a nova linha de pesquisa: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo, que se propõem a estudar, entre outras coisas, o papel que as intervenções arquitetônicas e urbanísticas desempenham na configuração atual do território em suas múltiplas escalas, buscando investigar “as espacialidades da esfera pública contemporânea priorizando a abordagem dos sistemas de espaços livres de edificação, [...] e discute os paradigmas atuais que envolvem os processos do espaço construído, as ações de natureza coletiva e participativa das populações envolvidas e os impactos econômicos, políticos, sociais e espaciais que deles decorrem”.⁴

Adotamos como perspectiva a combinação de métodos, dentre elas a estratégia metodológica da pesquisa-ação (TRIPP, 2005; THIOLENT, 2011), marcada por uma ação planejada no território e a existência de uma intervenção concreta⁵. Alguns outros conceitos utilizados para a realização dessa pesquisa são defendidos pela chamada triangulação de métodos, uma abordagem que combina instrumentos metodológicos utilizada para avaliar de forma quantitativa e qualitativa programas sociais (MINAYO, 2005), tanto seus resultados no território como mudanças na vida das pessoas.

O recorte empírico da pesquisa está delineado nos três empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Campinas, que foram beneficiados pelo Programa DIST II (entre os anos de 2016 e 2018) realizado pela parceria entre o Instituto Elos e a empresa Demacamp, com financiamento do Fundo Sócio Ambiental da Caixa. O outro recorte empírico está inserido no contexto do doutorado sanduíche realizado na Colômbia, entre outubro de 2018 e abril de 2019 e consistiu na observação de diversos empreendimentos públicos que foram focos de intervenções do PUI-Nor, na Comuna 2 em Medellín⁶, bem como na experiência de aplicar o jogo Oásis

⁴ Trecho retirado da página do Programa. <https://www.puc-campinas.edu.br/pos-graduacao/programa-de-pos-graduacao-em-arquitetura-e-urbanismo-doutorado/>

⁵ No caso estamos considerando um recorte ainda dentro do recorte, pois a pesquisa se propôs a analisar as intervenções enquanto físicas-espaciais com metodologia participativa e a influência dessas intervenções no cotidiano dos moradores.

⁶ Durante o período de outubro de 2018 a abril de 2019 foi feito um estágio na cidade de Medellín com o objetivo de estudar as mudanças urbanísticas que ocorreram na periferia da cidade pelos Projetos Urbanos

desenvolvido pelo Instituto Elos para motivar alterações urbanísticas realizadas em uma das praças construídas durante a fase II do PUI.

A escolha da metodologia se deu primeiramente pelo envolvimento direto da pesquisadora no processo de intervenção nos conjuntos habitacionais citados, desde a concepção das intervenções participativas⁷, a execução como técnica colaboradora na Demacamp e posterior avaliação dos resultados, que serão devidamente apresentados nessa pesquisa. Portanto, podemos dizer que houve uma atuação diversificada no presente trabalho, que se configura nas seguintes categorias: de pesquisadora-observadora, técnica colaboradora na execução e, em posterior momento, pesquisadora-avaliadora do DIST II Campinas considerando seus impactos e efeitos nos territórios e, principalmente na vida das pessoas. Nessas atuações, onde se conflui a atuação prática, produção de conhecimento teórico-científico e delineamento de possibilidades de avanços e melhorias, pretende-se descortinar um aparato de cunho experiencial que podem conferir subsídios conceituais e inspirações para intervenções urbanísticas arvoradas na fatualidade comprovada, servindo não apenas ao aprimoramento dos Programas de habitação social tal como são, mas buscando caminhos alternativos para a solução de problemas crônicos criados, sobretudo na última década, e que prejudicam principalmente as camadas mais vulneráveis e com condições econômicas desfavoráveis⁸. O mesmo engajamento se deu no estágio em Medellín, como pesquisadora, observadora e técnica voluntária em intervenção realizada em um dos locais de pesquisa, juntamente e em continuidade ao trabalho realizado com o grupo MASO (*Medio Ambiente y Sociedad*) da Universidade de Antioquia, e a posterior avaliação do processo.

Desde a entrada da pesquisadora no projeto foi desenhado, junto à orientadora, Laura Machado de Mello Bueno, um percurso pautado em uma contínua análise e ação, no qual buscamos a compreensão dos processos por meio do envolvimento direto com eles, ou seja, uma estreita associação com a ação no qual a pesquisadora esteve

Integrais que fizeram com que essas transformações fossem reconhecidas mundialmente como um fenômeno importante no qual mudou radicalmente o contexto urbano.

⁷ O desenho de estratégias não foi delineado pela pesquisadora, mas pela equipe interdisciplinar que compôs o Projeto desde o início, que contou com a participação direta de mais de 10 integrantes, sendo que destas, foram a campo com mais frequência uma equipe um pouco mais reduzida que contava com a participação de 6 pessoas em média, entre representantes do Instituto Elos Brasil e Demacamp. A entrada da pesquisadora se deu efetivamente no começo do ano de 2017, quando se iniciou mais efetivamente o trabalho em campo.

⁸ Foram firmados contratos de 1,76 milhões de unidades habitacionais para famílias que se enquadram na Faixa 1 do Programa MCMV.

envolvida, (THIOLLENT, 1996; 2011) promovendo uma interlocução com os moradores dos territórios investigados de modo cooperativo e participativo.

Destacamos aqui a dinamicidade desse trajeto, que incluiu incansáveis conversas e trocas com a orientadora, em momentos reservados para orientação, e outros de apenas desabafo pessoal, de forma que novas maneiras de analisar, interpretar e mesmo de conduzir a pesquisa foram diversas vezes remodelados durante o percurso da investigação.

É com base na reciprocidade, na aproximação entre pesquisadores e atores que se gera uma nova dinâmica de reflexão e intervenção. É também a aproximação entre pesquisadores e atores que induz a várias transformações profundas na própria pesquisa tradicional, com relação aos métodos e aos próprios critérios de cientificidade (RHÉAUME, 1992 apud DIONNE, 2007).

A pesquisa-ação como metodologia de pesquisa permite essa abertura, onde se cria uma convivência incomum entre pesquisador engajado na ação e ator engajado na reflexão, um tipo de cooperação estimulante de todos os participantes (MORIN, 1992 apud DIONNE, 2007), na busca por contemplar dois tipos de objetivos: o prático, no sentido de contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado central na pesquisa, com levantamento de soluções e propostas de ações concretas; e o objetivo de conhecimento, que consiste em obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentando o conhecimento de determinadas situações (THIOLLENT, 1996).

Considerando a realidade concebida como um processo dinâmico e relacional, produto de um desenvolvimento histórico, o modo de conhecê-la tende a refletir essa realidade. Sujeito e objeto de conhecimento não são entidades distintas que entram em relação através de uma terceira entidade, que é a sensação, mas são dois aspectos de uma mesma realidade em unidade e contradição dialética. A dialética pressupõe unidade do processo de conhecimento e da realidade concreta (PINTO, ANGEL e REYES, 1973).

Os instrumentos metodológicos englobados aqui para o propósito dessa tese foram: análise documental – tanto documentos oficiais como documentos “extra” oficiais (acessados devido à inserção da pesquisadora como técnica colaboradora no projeto); observação de campo, sistematizada com auxílio de roteiro e fotografias;

entrevistas⁹ estruturada e semiestruturada com moradores dos empreendimentos estudados e com técnicos e servidores públicos, bem como outros agentes sociais¹⁰.

Para as análises do material coletado, também optou-se pela utilização de diferentes técnicas, como tabulação no caso das entrevistas semi-estruturadas com moradores e análise do discurso, no caso da coleta de depoimentos dos agentes públicos, técnicos e outros atores sociais.

No que concerne às entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, podemos considerar que, quando os sujeitos se encontram e se propõem a iniciar um diálogo, há aí a possibilidade de uma grande troca de “universos”, no sentido de que: toda conversa é um encontro onde podem ser trocadas experiências, seguindo um pensamento Freiriano. A entrevista constrói uma conversa interessada em aspectos específicos (MEJITA, 2015). No caso dessa pesquisa, as entrevistas e depoimentos com os agentes públicos e outros atores que se envolveram direta ou indiretamente, tiveram um papel fundamental para compreender a raiz do problema, as dificuldades enfrentadas e as diferentes visões sobre o PMCMV na cidade de Campinas, a implicação da existência (ou carência) dos espaços públicos desses empreendimentos, o Trabalho Técnico Social realizado e um balanço sobre os resultados do DIST II Campinas.

As entrevistas estruturadas com os moradores tiveram como objetivo compreender qual a visão que possuem frente aos processos de modificação dos espaços públicos, e quais as mudanças ocorridas e observadas por eles nesses espaços ao longo dos anos em que estão no bairro e, quais as mudanças que acreditam ser necessárias, baseado sobretudo na memória e experiência de cada indivíduo.

A arquitetura tem uma estreita relação com a vida humana; portanto, tem muito a ver com o poder político e econômico, com a vontade coletiva pelo social e o comum, com o público e a permanência no futuro. São relações que, por serem óbvias e até mesmo redundantes, não são fáceis de ser tratadas e atualizadas de maneira sistemática e crítica. São óbvias no que diz respeito aos edifícios públicos, mas também são vitais no que se refere à legislação e à gestão, ao projeto e à construção das moradias e dos bairros como espaços para os novos modelos de vida e para a felicidade das pessoas. Também não podemos nos esquecer de que, assim como o feminismo defendeu e continua a defender, as questões pessoais sempre são políticas, e, portanto, a criação de espaços para as relações entre as pessoas tem, necessariamente, relação com a política. (MONTANER e MUXI, 2014, p. 15)

⁹ Roteiros em anexo.

¹⁰ Tanto do Brasil como de Medellín.

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano capitalista é uma consequência das ações dos agentes envolvidos na busca de satisfazer seus interesses pessoais e de classe. Trata-se da maneira como cada agente atua e se relaciona ao poder que possui nos campos econômico, político e simbólico (BOURDIEU, 1989; FOUCAULT, 1984). Nesta sociedade a apropriação do solo urbano e a instituição da propriedade privada tornaram-se o centro da questão no que tange ao problema habitacional: enquanto a terra é sinônimo de valor de uso para alguns, para outros é sinônimo de valor de troca (KOWARICK, 1983; HARVEY, 2011; MARICATO, 2015). Enquanto alguns a usam para especular, outros não a possuem sequer para morar. A moradia, assim, torna-se uma mercadoria cara, uma vez que depende de terra urbanizada e, dependendo de onde está localizada, aumentará ainda mais o custo, ou da moradia em si, ou o custo de vida condicionado por diversos fatores, dentre eles o transporte e as horas desperdiçadas no deslocamento aos centros urbanos.

O Programa Minha Casa Minha Vida reforçou essa lógica, uma vez que privilegiou grande parte de seus investimentos ao setor privado, das grandes construtoras. Elaborado como medida estratégica para combater a crise financeira internacional de 2008 (MOREIRA, 2012), o Programa entregou mais de 5 milhões de unidades habitacionais. Deste total, mais de 1 milhão foi entregue à população de renda mais baixa, enquadrados na faixa 1 do Programa. Estas construções seguem em geral o perfil de moradias mal localizadas na malha urbana, expondo os beneficiários a realidades bastante precarizadas, tanto em termos qualitativos das unidades habitacionais, como em relação ao acesso à cidade.

Há de se levar em conta que, desde o encerramento do BNH¹¹, não houve um investimento massivo em habitação para população de baixa renda (BONDUKI, 1998), apesar de avanços em termos de políticas habitacionais (MOREIRA, 2012; NASCIMENTO e MOREIRA, 2017). Ainda que o PMCMV tenha contribuído de alguma forma para uma diminuição do déficit habitacional (LEITE, WOJCIECHOWSKI e PIROLI, 2018, p. 169), mesmo que de forma incipiente,

¹¹ PMCMV foi o maior Programa habitacional já implantado no Brasil (4,44 milhões de unidades habitacionais contratadas até dezembro de 2016). Anterior a este, o maior programa habitacional que havia sido implantado foi o Programa do BNH (Banco Nacional de Desenvolvimento), criado em 1964 e extinto em 1986, que, por meio do Sistema Financeiro Habitação (SFH) garantia a execução do Plano Nacional de Habitação. Em vinte e dois anos de existência do Sistema financiou 4,43 milhões de unidades. (Instituto Escolhas, 2019. P. 4)

devemos considerar que essa contribuição tem um alto custo e quem paga, no final das contas, caso o governo não leve infraestrutura e serviços para esses locais, são os próprios moradores, tendo que passar horas para acessar os serviços públicos de assistência básica e pagar o custo de viver distante dos centros urbanos (ESCOLHAS, 2019).

Em 2019 foi publicado um estudo do Instituto Escolhas em parceria com a FGV¹² no qual foram investigadas 10 cidades de diferentes regiões do país beneficiadas com o Programa MCMV. Os resultados mostraram que, além das muitas dificuldades enfrentadas diariamente pelos moradores, que já viviam em situação desvantajosa, a mudança para esses conjuntos acabou os isolando e os submetendo a outros tipos de problemas, como o aumento das horas diárias de deslocamento para acessar os serviços que a cidade oferece.

Conseqüentemente, a população de baixa ou sem renda, é alijada da cidade e o espaço urbano, sendo determinado pelo Estado e pelas grandes empresas, reforça o perímetro de pertencimento calcado num processo decisório monetário que define em qual parte da cidade, ou fora dela, a população economicamente mais pobre pode habitar, segregando-a ainda mais e auxiliando na promoção de um *apartheid* social. Esta foi uma característica do BNH, de outros programas de habitação popular e é também do PMCMV.

Outra característica desses programas é que, em nenhum momento, seja em sua elaboração, na concepção do projeto, ou mesmo na forma de morar, os beneficiários tiveram a oportunidade de expressar as suas necessidades, vontades e individualidades. Sequer a possibilidade de escolher o local para morar, mesmo existindo outros empreendimentos¹³, afinal havia um enorme contingente de pessoas vivendo em situações muito precárias de moradia, algumas em áreas de risco, não tendo outra escolha se não aceitar o que lhes estava sendo “ofertado” como alternativa, ou seja, estavam condicionadas a aceitar a mudança para um local ao qual não pertenciam¹⁴.

Faz-se necessário mencionar que durante o processo de deslocamento dos beneficiários e de suas respectivas famílias, acontece também o que é chamado de processo de desenraizamento da população, fenômeno que quebra a relação de vizinhança que existia antes da mudança para a nova moradia: laços sociais criados

¹² http://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2019/04/QCML_RELATORIOFINAL_Site.pdf

¹³ Essas são constatações colhidas em depoimentos dos moradores somadas à pesquisa. Serão mostradas no decorrer do texto da pesquisa.

¹⁴ Esses são os casos das remoções forçadas, aonde a população deve necessariamente deixar a sua moradia por estar em área de risco ou de interesse urbano.

durante anos de vida e que, quando não destruídos de maneira bastante agressiva, são pelo menos prejudicados. Desta forma, a conquista da casa própria, nesses casos, trouxe o ônus de, por vezes, desalojar vínculos.

Dada essa realidade em 2013, com o grande número de problemas gerados na vida dos moradores do PMCMV, a Caixa Econômica Federal, banco financiador majoritário e responsável pelo Programa, lançou, através do Fundo Sócio Ambiental, a Estratégia de Desenvolvimento Integrado Sustentável de Território (DIST), com o objetivo de melhorar a vida dos beneficiários do PMCMV trabalhando em diferentes eixos estruturados, divididos em quatro pilares: governança territorial, meio ambiente, produção sociocultural e geração de renda. O DIST foi realizado, em sua primeira edição, em 5 regiões do país (2013-2014) e em 8 regiões em sua segunda edição (2016/2017 – 2018). Sendo um dos empreendimentos de Campinas duas vezes contemplado.

Para a execução das estratégias DIST, foram abertos editais públicos para que organizações sem fins lucrativos elaborassem e submetessem suas propostas e metodologias de trabalho, em uma dada região. Cada proposta possui, por sua vez uma especificidade, variando de acordo com a instituição proponente e a região onde se deseja implementá-la. Portanto, apesar de uma metodologia central norteadora, cada DIST (de cada região) possuiu diferentes estratégias de execução e, conseqüentemente, diferentes resultados.

Essa pesquisa buscou se aprofundar na experiência realizada no DIST-Campinas/SP, em sua segunda edição, onde a pesquisadora atuou como colaboradora técnica na execução do trabalho, como integrante da equipe da empresa estruturante do trabalho, Demacamp, e enquanto pesquisadora-observadora, e, posteriormente, na avaliação, colheita dos efeitos e observação dos resultados, utilizando a triangulação de métodos (MINAYO, 2005).

Proposto pelo Instituto Elos em parceria com a empresa Demacamp, o DIST II–Campinas, intitulado *Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras*, realizou um trabalho exaustivo em três empreendimentos do PMCMV em Campinas, em busca de escutar a população, compreender as suas necessidades, seus sonhos e tentar, de alguma maneira, melhorar a experiência social da vida nos bairros trabalhados

através de uma combinação de estratégias no qual a Filosofia Elos¹⁵ permeou todo o trabalho.

Os bairros contemplados na segunda edição do DIST em Campinas, aonde foram acompanhados os trabalhos que foram realizados, foram: Jardim Bassoli, Residencial Sirius e Vila Abaeté. Posteriormente a realização do DIST foi feita uma avaliação, tanto do programa como dos resultados gerados por ele. Essa pesquisa tem como objetivo dar subsídios para o melhoramento das políticas públicas urbanas implementadas em territórios de caráter análogo e mostrar caminhos para possíveis avanços nesse sentido. Dessa forma, buscando elucidar formas alternativas de atuar nessa nova realidade, serão destacadas posturas desejáveis que o poder público não deve negligenciar demonstrando assim, vias alternativas de ação.

Serão apresentados os resultados gerados no DIST I nas diferentes localidades do Brasil. Nos casos estudados serão apresentados as transformações impulsionadas e realizadas durante o DIST II, entre os anos de 2016 e 2018, e algumas consequências posteriores tanto no que concerne a perspectiva dos moradores como em ações reverberadas pelo projeto. As intervenções realizadas promoveram modificações do ponto de vista físico dos territórios e atenderam algumas aspirações/necessidades dos condôminos: como a construção de espaços públicos de lazer. Consideramos que a modificação do espaço público pode alterar a dinâmica do bairro, dependendo da forma com que é apropriado pela população.

Além das intervenções físicas, o DIST impulsionou atividades com o intuito de engajar a população local no que concerne a geração de renda, por exemplo - que é um dos pilares dessa estratégia - no apoio a iniciativas locais como o empoderamento de mulheres costureiras, o encorajamento de grupo de catadores de reciclagem, grupos de artesãs, cozinha comunitária, além de fazer conexões importantes com instituições apoiadoras (como no caso de conseguir o financiamento de um projeto, ou a construção de um espaço multiuso em um dos bairros). Ao longo da pesquisa essas intervenções serão apresentadas de modo pormenorizado, salientando seus resultados práticos, compreendendo que a mudança socioterritorial se dá em confluência com uma modificação na consciência em relação ao espaço e que esse processo é possível com um trabalho de base, onde as pessoas são envolvidas e sensibilizadas para pensar o lugar onde vivem da maneira que gostariam que ele fosse, intervindo para que isso aconteça.

¹⁵ Criada pelo Instituto Elos, a Filosofia compreende Metodologias de mobilização comunitária para trabalhar com populações vulneráveis com o propósito de transformar os bairros que as pessoas moram nos bairros que elas sonham.

Foram realizadas entrevistas com moradores para entender quais foram os impactos dos espaços construídos em suas vidas e quais problemas permaneceram nos bairros, mesmo depois das intervenções e dos trabalhos realizados. Para compreender a relação que os outros agentes sociais estabelecem com esses bairros, foram colhidos depoimentos de agentes públicos e privados que, de alguma forma, tem ou tiveram relação com esses conjuntos, seja na sua construção, aprovação, ou na intervenção posteriormente realizada nesses bairros durante o DIST.

Portanto, o presente trabalho trata a intervenção urbana que se realiza mediante a escuta da população dos empreendimentos do MCMV, atenta ao anseio que ela possui de melhorar os bairros existentes em busca de modificar o caráter estigmatizado, o espaço público e especialmente as condições gerais de vida nas periferias da cidade. Foi através de uma perspectiva análoga, por exemplo, que Medellín, cidade localizada na Colômbia, ficou conhecida: por desenvolver e aplicar o Urbanismo Social, que contemplou os Projetos Urbanos Integrais – PUIs. Articulando diferentes escalas políticas de planejamento em diversos eixos como mobilidade, habitação, cultura, educação e melhoria dos espaços públicos, equipando a periferia da cidade com novas escolas, bibliotecas e espaços públicos de lazer de qualidade.

Os projetos urbanos integrais (PUIs) utilizaram como estratégia de intervenção em espaços públicos as oficinas de imaginários urbanos, nos quais a população tinha a possibilidade de colocar as suas vontades e necessidades, passando assim a ser escutada depois de muitos anos esquecida pelo Poder Público. Medellín tornou-se famosa por transformar-se de: “a cidade mais violenta do mundo” (década de 1980, 1990) em uma das cidades mais inovadoras, mostrando-se como referência para os estudos urbanos em geral. Por esse motivo trataremos o caso Medellín como uma referência de inspiração, constituindo o local onde foi possível com apoio da CAPES, realizar pesquisa empírica morando por seis meses na cidade realizando doutorado sanduíche na Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de Antioquia no departamento de Trabalho Social, entre os meses de outubro de 2018 a abril de 2019, assessorada pela tutora Maria Liliana Sánchez Mazo.

CAPÍTULO 1

1.1. Do direito à cidade aos riscos da cidade neoliberal em países na periferia do capitalismo¹⁶

As cidades, palcos ou cenários da vida urbana, locais que promovem o encontro (e o desencontro), geram oportunidades à parte da população economicamente privilegiada e excluem quem não possui condições de acesso aos seus serviços, uma característica das democracias latino-americanas segundo Javier Couso.

Se há um elemento comum que caracteriza todas as democracias latino-americanas (com a possível exceção dessa espécie de “milagre” democrático que é o Uruguai [...] é a combinação de formas eleitorais democráticas com estruturas econômicas que geram crescentes brechas de desigualdade entre uma – cada vez menor – camada de grupos ricos e ultrarricos e a generalidade da população (COUSO, 2016, p. 73)..

Pode-se dizer que existe um abismo econômico entre classes a ser superado como sociedade, e este abismo precisa ser olhado para que sejam implementadas formas de diminuição das desigualdades sociais e consequente acesso às possibilidades que a cidade oferece: [...] “Quando é excludente, uma cidade não cumpre sua função essencial de acolhimento e termina se transformando em uma aberração.” (MONTANER e MUXI, 2014, p. 191).

Uma grande barreira que se impõe a essa finalidade começa na própria maneira de pensar. A compreensão da cidade, como sistema vivo, como um organismo complexo, algo alinhado ao conceito de complexidade, pois, segundo Morin (2011) a complexidade: “À primeira vista, é um fenômeno quantitativo, a extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades” (MORIN, 2011, p. 35). Desta forma, pode-se dizer que o neoliberalismo que engendra a característica do sistema econômico e político nas últimas duas décadas vai à contracorrente do pensamento sistêmico e complexo, ao ver cada indivíduo na sociedade como a unidade irredutível e responsável pela situação que ocupa socialmente, sendo a cidade desigual nada mais que o reflexo da sociedade que a habita, segundo Laureano & Peixoto Júnior o neoliberalismo está:

[...] dando marcha a um novo ciclo de acumulação, presa a flexibilidade, a dispersão e a fragmentação, tanto na esfera produtiva quanto na subjetiva. Neste sentido, é o individualismo, e não a diferença, que constitui a tônica de

¹⁶ Esse termo “periferia do capitalismo” muito utilizado por Maricato (1995; 2009; 2012) em seus textos, faz referência aos países periféricos, que sofrem a exploração dos países do capitalismo central.

um mundo que já não aposta na política ligada à esfera pública ou estatal como motor de transformação e justiça social (LAUREANO e PEIXOTO JÚNIOR, 2014, p. 6).

Em se tratando das mudanças que causamos, sejam elas grandes ou pequenas, estamos alterando as formas de comportamento e vida social nas cidades. Parafraseando Henry Lefebvre (1975), os espaços só existem quando são transformados e, são essas mudanças que fazem com que, quem mora na cidade, a perceba como um lugar importante para as pessoas, ocorrendo um fenômeno de construção e adaptação que fica explícito no pensamento do mesmo autor de que, quando mudam nosso espaço, temos que voltar a sentir que esse lugar nos pertence, temos que buscar a construir relações com ele novamente. São essas mesmas oscilações, ou pendularidades da carga de importância que os indivíduos atribuem ao lugar que são descritas por Manuel Delgado (2007) em sua definição da antropologia do urbano, quando ele chama a atenção para o que realmente está na essência das cidades: os movimentos humanos/urbanos que constantemente transformam os lugares que habitamos através de suas relações de poder.

Podemos dizer que, quem realmente transforma a cidade são, além das vicissitudes climáticas, todas as relações humanas, cotidianamente. Como diz Ribeiro: “O trabalho define a forma do espaço geográfico ao transformar recursos naturais em coisas utilizadas pela espécie humana diante das possibilidades técnicas que cada grupo social conhece e aplica” (RIBEIRO, 2008, p. 91). Porém, sabemos que, dependendo do grau de poder da agência humana, podemos modificar o espaço geográfico urbano mais ou menos. É patente que as dinâmicas urbanas mudam a todo o momento, sobretudo nas cidades latino-americanas, onde a desigualdade é inerente ao sistema que exclui grande parcela da população.

Deve-se levar em consideração que a cidade se constrói no tempo, não apenas no espaço, desta forma o todo cidadão, enquanto agente histórico, faz parte da história da cidade, contribuindo à sua maneira com a conformidade espacial que ela apresenta, sendo assim, sentir-se cidadão e não um mero cliente de serviços passa a ser fundamental para a potencialização qualitativa da história do lugar onde vive. E, justamente neste sentido:[...] a arquitetura e o urbanismo têm o papel específico de contribuir para a formação de um espaço comunicativo e compartilhável de cultura crítica, de entornos que favoreçam a inter-relação e a capacitação, que possibilitem a comunicação e as relações intersubjetivas. Tudo isso é imprescindível para aproximar a sociedade das instituições democráticas, e a arquitetura, que imagina, projeta e constrói espaços, tem muitas possibilidades e responsabilidades.” (MONTANER e MUXI, 2014, p. 233 e 234)

O pensamento sistêmico convida o arquiteto urbanista a refletir sobre o impacto que as mudanças geram em larga escala, observando como elas alteram

significativamente a estrutura das relações humanas/urbanas toda vez que um grupo de abastado poder econômico, ou governo estatal, decide fazer grandes obras de intervenção nos territórios, sejam elas de infraestrutura, de moradia ou de outra natureza. Sendo necessário indagar: para quem está sendo feito? Qual propósito? Quais os impactos na vida das pessoas a longo prazo? Afinal, as transformações das cidades, longe de estarem apenas no território, no espaço, estão nas pessoas. Reagimos e damos sentido a elas no tempo, porque somos nós que habitamos e modificamos a dinâmica dos ambientes, seja pelos próprios relacionamentos, seja como resposta a essas infraestruturas impostas. Sendo assim, o próprio efeito de uma obra, seja esta pública ou não será ou a rejeição a ela ou apropriação dela pelas pessoas. O que proporciona o sucesso de um equipamento não é necessariamente a estética do espaço, mas a apropriação pela comunidade e os significados que ela atribui ao longo do tempo.

As mudanças na cidade, portanto possuem uma dimensão antropológica que se insere no tempo histórico onde o cidadão é o protagonista que dá sentido ao urbano a partir de suas relações, e entender isso é fundamental, principalmente para aqueles que tomam as decisões importantes no planejamento e construção das cidades, no sentido de terem o poder de fazê-lo:

A antropologia tem contribuição específica para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas cidades contemporâneas. A antropologia clássica estudava as minorias urbanas de modo isolado, como as comunidades e aldeias, não imersas nas interações sociais promovidas pelo espaço da cidade, preocupando-se mais com o aspecto antropológico (FAYAD & BESCIAK, 2017, p. 6).

Fica bem claro que qualquer governante, que queira fazer um bom trabalho, deve saber ler a dinâmica humana presente no espaço e convidar os cidadãos a fazer parte da construção e transformação desse território, quer dizer, reconhecer e empoderar cada vez mais as pessoas: “Quanto mais atrativos forem os locais de vivência, mais atividades serão desempregadas nesses locais pelos habitantes. Por sua vez, os espaços adquirirão um papel promotor de discussão social e intercâmbio cultural” (OLIVEIRA; COELHO; CARVALHO, 2017-2018, p. 11).

Essa postura se apresenta, no entanto, contrária à conjuntura neoliberal, em que há cada vez mais menos espaço para o diálogo na esfera pública. Não podendo esperar que as respostas cheguem de cima para baixo (*top down*), a solução factível é a busca de criar espaços em que as pessoas se sintam à vontade para se expressarem e se

organizarem. A busca por espaços mais democráticos, nos quais os cidadãos possam exercer o seu papel político como modificador/transformador e morador da cidade.

1.2. O direito à cidade

O conceito de direito à cidade surgiu em 1968, como eixo das propostas do pensador marxista libertário Henry Lefebvre que, na esteira do crescente estilo de vida socioeconômico imposto pelo capitalismo, questionava como o urbanismo funcionalista reduziu a cidade a um mero centro mercantil a serviço dos interesses dos "poderosos" que acumularam ativos e explicitando como tal disposição política gerou uma desigualdade social excludente, afastando a real possibilidade de participação no fazer a cidade. Isso fica explícito pelo próprio Lefebvre (1975, p. 31), quando qualifica a cidade como “centro de poder e de contraste entre aqueles que exercem esse poder e aqueles que são oprimidos”.

O livro de Lefebvre *Le droit à la ville* começou a descortinar, portanto, toda a problemática relação espaço versus apropriação popular da cidade. Não consistindo simplesmente em um espraiamento, via urbanismo, do pensamento marxista, como defende Tavolari (2016, p. 95) ao se referir à leitura que fez de Ira Katznelson, durante um percurso do estudo da trajetória conceitual do direito à cidade e, conseqüentemente a crítica do espaço urbano após meados do século XX. A partir de Lefebvre há a cidade propriamente dita incluída na esteira dos estudos sociológicos, antropológicos e etnográficos. Ou seja, a cidade passa a ser encarada como um leque de características específicas para estudos problematizados pelas ciências humanas e pela filosofia na busca de entender o *habitat* humano nestas condições específicas, pois, segundo Harvey “[...] se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver (HARVEY, 2008, p. 73).

A partir de uma perspectiva humana, o direito a cidade é um instrumento de autoconscientização da sociedade sobre sua própria condição, desta forma, a questão do direito à cidade se torna um problema central do ofício do urbanista, mas, sobretudo, da sociedade que vive na cidade, pois este direito nada mais é que “[...] o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (HARVEY, 2008, p. 74).

Esse poder que molda, que forja a cidade a partir da comunicação entre agentes políticos norteados pelo direito comum de urbanizar o espaço e de urbanizar-se, poderia

ser definido em Harvey (2008) e Lefebvre (1975), como direito à cidade. Um direito humano que emerge enredado em virtude da eclosão cada vez mais diferenciada e complexa das demandas diversas, oriundas de várias identidades: o negro, o imigrante, o trabalhador, as mulheres, os LGBT's, os deficientes, etc. procurando exercer um poder do qual foram alijadas socialmente, historicamente e economicamente.

Da mesma forma, a exclusão social, a pobreza, a poluição dos recursos naturais, a desigualdade social, como realidade patente de diversos atores sociais, entre outros fatores são, segundo a análise do filósofo e sociólogo Lefebvre, anulam a possibilidade de garantir o direito à cidade, enquadrado por ele como um direito humano emergente.

Como forma de reivindicar as possibilidades de apropriação da cidade pelos cidadãos, Lefebvre (1975) expressa uma proposta de dignificação do *habitat* das cidades, emergindo assim a primeira abordagem do termo direito à cidade que busca resgatar o papel do cidadão como sujeito na construção da cidade que habita¹⁷, desde a restauração do sentido de cidade, que implica, como veremos mais adiante, um antigo significado do mesmo e o restabelecimento do "bem viver" em termos de respeito, dignidade e igualdade de oportunidades de participação. Cidade como criação coletiva que busca responder às necessidades humanas, para além das necessidades básicas de sobrevivência.

Harvey detecta que a cidade é o pano de fundo para a circulação da mercadoria nos trabalhos de Marx, mas que o próprio filósofo e economista alemão não chegou a tratar suficientemente. Há dessa forma, nos trabalhos de Harvey, a exposição da cidade como algo análogo à mercadoria. Assim como a mercadoria, a cidade emergiria sob um duplo aspecto, valor de uso e valor de troca. Enquanto valor de uso ela apresenta immanentemente as características que universalizam sua importância social. Entretanto, se transpormos o valor de troca de Marx atribuindo-o à cidade, o espaço urbano pode ser encarado como sendo: “[...] nada mais que a relação dos trabalhos dos indivíduos entre si como iguais e gerais, nada mais que a expressão em objeto de uma forma especificamente social do trabalho” (MARX, 1978, p. 141).

A cidade e, entenda-se a cidade capitalista, se torna ao mesmo tempo o centro mais complexo da geração de diversas mercadorias e, seria ela própria, uma imensa e cara mercadoria. O que acontece nessa lógica dialética é que, da mesma forma que um pequeno colhedor de cacau situado em Ilhéus (BA), muito dificilmente degustará de um

¹⁷ Para o autor (Lefebvre, 1975, p. 32), habitar é participar da vida social, em uma comunidade, ou cidade: a vida urbana manifestava esse atributo, entre outros.

chocolate suíço ou belga, resultado de seu trabalho, os trabalhadores que construíram a cidade, dificilmente possuem acesso igualitário às mercadorias (leia-se serviços ou direitos adquiridos) que eles mesmos produzem.

A cidade capitalista é portanto espaço de circulação de mercadorias, pois hoje, tudo é considerado mercadoria:

[...] o próprio espaço urbano é uma mercadoria cujo preço é estabelecido em função de atributos físicos [...] e locacionais [...]. como a valorização ou desvalorização de uma região depende dos investimentos públicos e privados naquele espaço, o investimento maciço, representado por grandes trabalhos de remodelação, alteram substancialmente o mercado imobiliário. Assim, as grandes obras públicas de redesenho da cidade funcionam como territórios reconquistados ou frentes pioneiras para o capital imobiliário (ROLNIK, 1988, p. 63).

Dessa forma, vendida ao mercado, a cidade constrói-se. Nas palavras de Ermínia Maricato, a cidade, além de reprodução da força de trabalho, também é um produto: um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos (MARICATO, 2013). Temos assim, a cidade como produto cultural e econômico criado igualmente por todos, mas de forma ilusória. No entanto, os estudos de Lefebvre e Harvey começaram a abrir a perspectiva da cidade sem eixos de domínio comercial, como afirma Borja (2003), como "um espaço político" onde a manifestação de uma vontade coletiva é possível. Se a cidade for configurada em meio a redes espaciais públicas, ao serviço da dignidade de seus habitantes, será garantida a igualdade na distribuição de recursos, saúde, educação, emprego, participação, acesso aos serviços públicos e à informação. Descortina-se a noção de espaço público e cidadania que Borja expressa da seguinte forma:

O espaço público em um conceito de planejamento urbano que às vezes é (erroneamente) condenado com espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas também é usado na filosofia política como lugar de representação e expressão coletiva da sociedade, e cidadania é um conceito de direito público, que também se tornou independente da cidade desde o século XVIII, a ser ligado ao Estado ou à nação como entidades que conferem e reconhecem com exclusividade este estatuto (BORJA, 2003. p. 20).

O direito à cidade emerge, portanto, não como um direito constituído como tal, mas como o direito de fazer valer aqueles já existentes ou, na ausência deles, criá-los. Esta é uma razão fundamental para entender que a convivência cidadina com direitos universalmente gozáveis depende, essencialmente, de movimentos sociais e empoderamento, ou seja, de cidadania. Se o direito que temos à nossa cidade não é um

direito que ela nos oferece, então é necessário entender esta ausência como potencial para o exercício do direito de transformá-la, pretendido na reivindicação dos direitos humanos e, mais especificamente, nos direitos sociais, econômicos e culturais.

O direito à cidade é, portanto, algo que permeia insurgência, pois é o resultado das interações que as comunidades desenvolveram na produção do espaço que a habitam da maneira como querem habitar, sendo essa a característica fundamental da luta social por direitos. Acontece que desde o fim do século XIX o urbanismo passa a desenvolver mecanismos constituídos a partir de uma *expertise* que permite ao urbanista, juntamente aos interesses de mercado e Estado, definir a conformação urbana mais condizente com estrutura do mercado:

A partir do fim do século XIX, legislação, regulamento construtivo, zoneamento, plano diretor (em suas várias formas) preocupam-se, essencialmente, em fornecer um critério sobre a criação de espaço para milhões de pessoas que, em uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas, se concentram na cidade. Por definição, esses instrumentos tem a função de garantir o crescimento “natural” da cidade, regulamentando o mercado das áreas e considerando também o decurso do tempo, com sua consequente edificação (CALABI, 2012, p. 111).

Ainda segundo essa definição primeva do papel do urbanista que eclode no início do século XX Calabi o circunscreve da seguinte forma: “[...] um profissional especializado em questões urbanas, que intervém em diversas situações, trazendo consigo uma bagagem crescente de experiências e conhecimentos e que, por isso, é chamado para dar uma consultoria (como o médico a um doente)” (CALABI, 2012, p. 112).

Mas a espiral de pensamento proposta por Lefebvre, e que desemboca no que hodiernamente poderíamos chamar de urbanismo social, parte da consideração da interação das realidades urbanas subjetivadas no território e que se interagem e se retroalimentam sem trégua. A razão, orientada ao fazer calculado, é um instrumento que muitas vezes recobre a realidade de interesses instrumentalizados, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Consciente desta dificuldade Lefebvre explora caminhos alternativos que partem da práxis, da observação e do estudo da vida cotidiana. A cidade surge então como um cenário para decifrar o ser humano que, dependendo das forças produtivas que o tornam uma força de trabalho deve renunciar ou deslocar os aspectos que o criam e definem, como imaginação, arte, desejo ou jogo (LEFEBVRE, 1975).

A partir dessa incapacidade imposta às pessoas pela necessidade de produzir para o comércio antes de construir para a vida, as desigualdades na cidade são fortalecidas, segundo a análise do autor, uma crítica ao urbanismo moderno também é

desenvolvida posteriormente por autores como Jacobs (1961), o próprio Harvey, já mencionado (2011, 2013) e Manuel Castells (1995).

Em face de qualquer ameaça, a classe dominante responde "expulsando o proletariado do centro urbano e da própria cidade, destruindo a urbanidade" (LEFEBVRE, 1975, p. 31). A estratégia é confinar as forças, relegá-las, dividi-las, enlaçá-las à ilusão de consumo e propriedade, limitando seu alcance e desviando seus interesses. Assim, o proletariado perde o sentido do trabalho, a consciência urbana se atrofia e sua capacidade criativa e coesa é restringida.

Sob tal influência, a sensação de *habitat* que antes era o cenário e o desdobramento do poder humano em todas as suas expressões é reduzida a uma questão de custos, lucros e benefícios: estando isento de habitar em seu elemento de liberdade, autonomia, vida digna, plena consciência e alimentando um descontentamento mais ou menos rebelado contra a ordem estabelecida.

Seguindo esse horizonte, persiste o urbano que, embora disperso e alienado, não o torna menos vinculante em busca de reinvenções e novas perspectivas. Implica a reconstrução de uma nova cidade em outras bases, repensando as condições sociais.

Sobre os problemas de exclusão, a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, de 2004, define o direito ao usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, conferindo-lhes legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes; com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. Ainda segundo essa Carta, o direito à cidade inclui também "o direito ao desenvolvimento, a um meio ambiente sadio, ao desfrute e preservação dos recursos naturais, à participação no planejamento e gestão urbanos e à herança histórica e cultural" (Artigo 1º). Além disso, o conceito de cidade presente nesse documento inclui tanto o espaço urbano como o entorno rural ou periurbano que faz parte de seu território. Como aponta o geógrafo David Harvey, a valorização exacerbada da propriedade imobiliária tem subtraído o direito à cidade e empurrado as pessoas de classe mais baixa para a periferia. Como resultado desse processo, aqueles que trabalham em áreas centrais, ou com mais infraestrutura, não têm condições de nelas viver. O elevado valor da terra incide sobre o custo final da moradia, tornando-a ainda mais inacessível à essas famílias, as quais acabam encontrando uma solução para seu problema habitacional no mercado informal (HARVEY, 1980).

A Carta Mundial, além de apontar os problemas de exclusão, aborda o entendimento do Direito à Cidade colocando a questão da reforma urbana e gestão democrática como luta pela elaboração de políticas públicas que tenham como objetivo garantir os direitos básicos de todos, como moradia de qualidade, água e saneamento. Para influir nestas políticas, propõe-se a gestão democrática da cidade, ou seja, estimula-se a participação de atores sociais nas decisões relativas à gestão e ao planejamento da cidade, tais como: nos planos diretores de desenvolvimento urbano, em conselhos, em reuniões de Orçamento Participativo, etc.

Nessa direção, a Constituição de 1988 define o regime político democrático representativo e participativo, bem como a subordinação do direito da propriedade a sua função social. O Estatuto das Cidades – Lei 10.257/2001, ao regulamentar esses preceitos, já havia estipulado, entre suas diretrizes gerais, a necessidade de garantir o “direito à cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, moradia, ao saneamento ambiental, infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para às presentes e as futuras gerações” (Artigo 2, Lei 10.257/2001).

Poderíamos dizer então, que, uma cidade mais sustentável, é uma cidade onde a população participa, decide e planeja sua cidade junto com as autoridades locais, tendo em conta suas capacidades e recursos; que possui um administrador público competente e responsável que garante uma urbanização sustentável com a participação de todos os grupos populares; onde sua população vive em residências adequadas e bairros providos de infraestrutura apropriada (abastecimento de água, saneamento básico, eletricidade, drenagem hídrica de ruas/estradas em boas condições e serviços de transporte público compatível com a demanda), bem como aos serviços básicos.

No caso do Brasil, falar em gestão democrática e participação, parece ser algo bastante distante e utópico, pensamento esse que poderia muito bem ser fruto de uma herança partenalista arcaica, onde prevalecem interesses particulares em detrimento das necessidades sociais. Evidente que essa afirmação não está desconectada de diversos outros fatores que atuam sincrônica e interseccionalmente, nosso próximo tópico abordará justamente um desses fatores: o problema da moradia, afinal, a ausência do exercício de direitos fundamentais prejudica seriamente a arquitetura de legalidade do Estado de Direito.

1.3. A problemática da moradia

Postulado como um Direito Humano (pela Declaração Universal dos Direitos

Humanos da ONU, de 1948), o Direito à Moradia possui respaldo internacional e foi reconhecido e constitucionalmente assegurado no Brasil em 1988, com a promulgação de sua Carta Magna¹⁸.

A efetivação dessa conquista deve ser considerada uma primazia a todos os seres humanos, independente de classe, etnia ou nacionalidade. Entretanto, este direito não se efetiva apenas com a obtenção de qualquer moradia, mas sim com a obtenção de uma moradia digna, saudável e de qualidade, que garanta a seus moradores a possibilidade de constituírem-se e representarem-se culturalmente e socialmente. Desta forma, o Direito à Moradia transcende o direito de propriedade, possibilitando a existência de um espaço de reprodução da pessoa Humana: [...] sem um lugar adequado para proteger-se a si próprio e a sua família contra as intempéries, sem um local para gozar de sua intimidade e privacidade, enfim, de um espaço essencial para viver com um mínimo de saúde e bem estar, certamente a pessoa não terá assegurada a sua dignidade, aliás, por vezes não terá sequer assegurado o direito à própria existência física, e, portanto, o seu direito à vida (SARLET, 2003, p. 432).

O elemento mais importante do ambiente construído é, sem dúvida, a habitação (VAZ, 2002), ocupando parcela substancial do solo urbano, constitui um elemento básico de reprodução da força de trabalho e um elemento privilegiado de investimento do capital na cidade. A habitação interfere nas práticas sociais, é parte integrante do cotidiano, apoia a memória individual e coletiva, preservando significados para os diversos segmentos da população, participando da formação das identidades sociais. Encontra-se, portanto, no centro da relação espaço-sociedade. Como coloca Maricato (1999; 2001) a moradia deve se estender para além da habitação construída: deve estar localizada em áreas que permitam acesso a postos de trabalho, atendimento de saúde e educação com a perspectiva de diminuição dos gastos de tempo e financeiros com deslocamentos.

Entende-se por moradia digna aquela que proporciona qualidade de vida e desenvolvimento econômico e social aos cidadãos. Além disso, de acordo com a Carta Mundial pelo Direito à Cidade¹⁹ (Artigo 14 – Direito à Moradia), ela deve representar gastos suportáveis de acordo com a renda dos moradores, ter condições de habitabilidade e estar em local adequado, com infraestrutura e oferta de serviços e equipamentos urbanos. A adoção de políticas públicas adequadas contribui para o acesso a uma moradia digna, tais como o estabelecimento de programas de subsídio e financiamento para a aquisição de terras e imóveis; de regularização fundiária e de

¹⁸ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CONSTITUIÇÃO, 1988). Disponível em: <http://www.senado.leg.br/>.

¹⁹ Este documento foi elaborado nos eventos Fórum Social das Américas – Quito – em julho de 2004 e Fórum Mundial Urbano –Barcelona – em setembro de 2004 e aprovado em 2005 pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre (preâmbulo).

melhoramento de bairros precários e ocupações informais, bem como o atendimento a grupos vulneráveis. Sendo a conquista da moradia estreitamente vinculada ao acesso à terra, pois é nela que se construirá a habitação. Sua condição e garantia está, proeminentemente caracterizada, no sistema capitalista, pela exploração e expropriação advindos da acumulação de capital, na valorização da terra como mercadoria.

Como colocado em seu livro *Le Capitalisme contre le Droit à la Ville: Néolibéralisme, urbanisation, résistances*, Harvey nos mostra a relação entre a exclusão e o nosso estilo de vida. Vivemos cada vez mais de forma fragmentada, nossa maneira de perceber o mundo e a cidade refletem o acesso que temos a eles, e essa fragmentação pode ser notada nas cidades:

[...] *les villes où nous vivons sont aussi de plus en plus divisées, fragmentées et conflictuelles. Notre vision du monde et des possibles varie selon le côté de la barrière duquel nous nous trouvons et selon le type de consommation auquel nous avons accès [...]* (HARVEY, 2011, p.13).

O autor também ressalta que a identidade, a cidadania e os ideais de pertencimento urbano são cada vez mais difíceis de sustentar, situação que se agrava a medida que o plano ideológico norteador das interações sociais estão constantemente sob o “ataque” constante fundamentado nos ideais neoliberais baseados no individualismo e na conquista meritória personalizada das “benesses” oferecidas pela sociedade de consumo (HARVEY, 2011).

Dessa forma, a desenfreada privatização da cidade, advinda de interesses particulares de uma parcela irrisória da população, promove o alijamento de parcela significativa dela, fazendo com que a maioria se esforce para pagar os altos preços, impostos pelas altas taxas de especulação consequentes desse processo, ou se responsabilize individualmente por seu fracasso ao acesso de um direito fundamental. A segregação materializa-se com a constituição de territórios separados para cada grupo social, e é também sob seu império que se reorganiza o espaço de moradia.

O lar - domínio de vida privada do núcleo familiar e de sua vida social exclusiva se organiza sob a égide da intimidade. Isto implica uma micropolítica familiar totalmente nova e ao mesmo tempo significa uma redefinição da relação espaço/privado público na cidade.[...] A gênese dessa arquitetura do isolamento fez parte da redefinição de noção de espaço privado e público que ocorre neste momento. [...] A questão da segregação ganha sob este ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano (ROLNIK, 1988).

Do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora de conflito social. Como descreve a autora em consonância com outros autores, como Flávio Villaça, a

ação do Estado moderno, no exercício do poder urbano, produz e gere a segregação.

Porém, é importante ressaltar que tal conjuntura de segregação espacial e de conflito social, que atinge boa parte da urbanidade dos países capitalistas periféricos, seguem uma esteira lógica. Um plano que se constituiu como forja para a situação precarizada do proletário ainda durante a primeira revolução industrial que, segundo Calabi (2012), podemos detectar como vinculada à uma ideia de estigmatização simbólica e sociológica ligados à condição precária da moradia. Advém disso a noção de que os territórios com habitações precárias são as doenças da cidade. A autora elenca os seguintes pontos desse molde da precarização urbanística:

- a habitação (os fatos mais terríveis são as condições de moradia operária ou, simplesmente, dos pobres nas grandes cidades do século XIX); os tópicos da literatura e das pesquisas oficiais ou particulares (promovidas por entidades públicas, obras de caridade ou por sociedades de beneficência) são a superlotação, a densidade, os padrões ideais, os serviços urbanos higiênico-sanitários, os esgotos, o abastecimento de água, a degradação da construção;
- os lugares de trabalho, o ritmo de crescimento físico, as distâncias, os equipamentos de serviço público; e
- os transportes (a relação centro antigo e periferia).

Percebe-se que o quadro traçado por Calabi para se referir às condições de moradia da população pauperizada, bem como o acesso aos equipamentos e serviços que ela necessita no tecido urbano, ainda durante o século XIX nas grandes cidades europeias, condiz de maneira praticamente perfeita com a situação encontrada atualmente em periferias do capitalismo periférico.

Deixemos em suspenso, por enquanto, o quadro oitocentista e sua relação com a hodierna população marginalizada das periferias do capitalismo. Iniciemos agora uma análise conjuntural da aquarela brasileira habitacional para pôr em evidência suas linhas de força econômica e a perspectiva socialmente delineada pela exclusão.

1.3.1. A moradia no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida

A questão habitacional no Brasil hoje enfrenta desafios maiores e de diferentes naturezas do que há alguns anos atrás. Um dos grandes problemas enfrentados é, sem dúvida, a disponibilidade de imóveis desocupados e a quantidade de famílias necessitando de moradia. Há cerca de 6,9 milhões de famílias sem casa, enquanto que o

número de imóveis desocupados é de pelo menos 6,05 milhões.²⁰ Mas, além dos imóveis que se enquadram na categoria propriedade privada que não atendem as necessidades sociais, há ainda os públicos, como os imóveis funcionais do Governo Federal, que também contribuem na formulação dessa conjuntura habitacional, mesclando contraditoriamente carência de moradia e disponibilidade de moradia. Cerca de 1/5 dos imóveis funcionais disponibilizados em Brasília estão desocupados, segundo o site metropoles.com.²¹

Em virtude desse descompasso entre o direito à moradia e a inaplicabilidade constitucional ocorrem manifestações sociais que buscam, autonomamente, resolver a questão urgente da falta de moradia para as famílias. Na cidade de São Paulo, por exemplo, esse cenário provocou, apenas no centro da cidade “[...] 105 ocupações em imóveis ociosos entre os anos de 1997 e 2012, uma média de 6,5 ocupações por ano” (TRINDADE, 2017, p. 158).

A partir da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, buscou-se discursivamente diminuir o deficit habitacional (MOREIRA e RIBEIRO, 2016), permitindo a muitas pessoas, que antes não tinham onde morar e nem perspectivas de compra ou financiamento de casa própria, ter uma moradia. Se por um lado esse programa ofereceu oportunidades para muitas famílias de um habitar, por outro lado, esse novo modelo de reprodução habitacional peca em aspectos fundamentais quando deixa de levar certos aspectos básicos em consideração, como por exemplo: a não atenção à inserção urbana dessas habitações e a precariedade estrutural das mesmas. Estudos recentes abordam os problemas relacionados à localização dos empreendimentos, desde o modelo urbanístico e arquitetônico, à falta de identificação entre os moradores com o lugar.

Não é de hoje que esse modelo habitacional se reproduz dessa maneira, desde a época do BNH²² já apresentava diversas falhas estruturais no que tange a problemas

²⁰ <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.ghtml>

²¹ Em reportagem assinada por Otávio Augusto em 09 de junho de 2019, no site Metropoles.com, o jornalista atesta, via dados fornecidos pelo Portal da Transparência do Governo, a existência de 1412 imóveis funcionais do Governo Federal, destas 303 encontram-se desocupadas. Reportagem disponível em: <https://metropoles.com/brasil/um-terco-dos-imoveis-funcionais-do-governo-federal-esta-desocupado>

²² Pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, foi instituído o Plano Nacional da Habitação e criado o Banco Nacional da Habitação, com sede no Rio de Janeiro. O banco deveria ser o gestor e financiador de uma política destinada a “promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda”, bem como a ampliar as oportunidades de emprego e dinamizar o setor da construção civil. A pedra angular do BNH era o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que tinha por finalidade principal prover recursos que garantissem a execução do Plano Nacional da Habitação. (FGV Dicionário).

técnicos e sociais, bastante apontadas por aqueles que atuam na área da habitação e do planejamento urbano (MARICATO, 1987; ROLNIK, 1988; BONDUKI, 2004).

Entre as críticas, as mesmas que as atuais: precária inserção urbana dos conjuntos, monotonia e má qualidade da construção, riscos causados pela exclusão social, falta de equipamentos públicos de serviço e lazer, formação de guetos, falta de senso de pertencimento e sentido de comunidade. Encontra-se aí um problema sistêmico que se encontrava denunciado por esse modelo. O Programa Minha Casa Minha vida, ao mesmo tempo em que se encarrega de solucionar certos problemas habitacionais, como a retirada da população de áreas de riscos ambientais, trouxe muitas dificuldades ao habitar contemporâneo que devem ser levadas em conta. Pesquisas recentes mostram os problemas e dificuldades que esse modelo habitacional causa (BONDUKI, 2014; CARDOSO et al, 2013; MELLO, 2017; e ROLNIK, 2015), tanto para os moradores como para o entorno. São diversas as manchetes de jornais²³, além de revistas de diferentes bandeiras que se esforçaram em expor o que acontece com as famílias desses conjuntos.

Somada a discussão sobre moradia, verifiquemos mais profundamente, os conceitos de espaço e de lugar²⁴, fundamental para a ampliação da perspectiva sobre o problema do espaço urbano, pois tais concepções incidem sobre a estrutura epistemológica da interpretação dos projetos urbanísticos.

1.4. Espaço x lugar x não-lugar

Podemos observar que em muitos locais as mudanças num determinado lugar podem mudar completamente a dinâmica dele, melhorando a vida de várias pessoas, ou mesmo transformando drasticamente a vida de outras. É o que pode acontecer com um programa habitacional que visa por um lado atender a uma demanda porém de uma forma perversa, e que acaba ocasionando uma série de problemas dentre eles o desenraizamento, por exemplo, ao dar a opção única de acesso à moradia a condição de transferir as famílias de suas respectivas moradias, forçando-as a modificar laços existentes, tanto com o lugar quanto com as relações sociais existentes. Muitas vezes decisões tomadas pelo governo ou grupos de poder, de cima para baixo, não levam em

Considerando que a reprodução do espaço é de igual ou semelhante qualidade e configuração, a grande diferença é o atendimento à demanda de mais baixa renda que o BNH não contemplou e que o PMCMV contempla.

²³ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/19/minha-casa-minha-vida-deu-certo-veja-pontos-positivos-e-negativos.htm>

²⁴ Sem abandonar a derivação contrária da noção de lugar, que é justamente o não-lugar.

consideração, ou mesmo não percebem, o impacto que essas transformações podem gerar na cidade como um todo, desconsiderando esta como um sistema interligado, e que as consequências geradas por esse modelo impactam todo o sistema de diferentes formas.

Espaço e lugar são termos que denotam ideias que estão totalmente presentes no nosso cotidiano, variando de acordo com as nossas percepções socialmente construídas, estando conectadas ao universo de sentidos simbólicos e ideias que se associam a estes símbolos.

O conceito de espaço e lugar tem sido interpretado de diversas maneiras ao longo do tempo e em diversos campos do conhecimento. No campo da filosofia, a natureza do espaço foi objeto de observação, principalmente pelos filósofos Aristóteles e Platão e posteriormente no campo da ciência, com Newton (século XVII). De acordo com Platão “espaço [...] provém a tudo o que existe de uma posição”. Já Aristóteles atribui ao conceito de espaço, genérico e indefinido com o conceito de lugar, que define como uma propriedade física dos corpos, delimitado e apreendido empiricamente. Portanto para ele o lugar seria o limite do corpo. (MONTANER, 2001, p. 30)

Na obra “Princípios Filosóficos”, Descartes coloca que o lugar, além de delimitar o corpo, deveria também ser definido em relação à oposição de outros corpos (RIBEIRO, 1993), aprimorando assim, o conceito de Aristóteles.

Kant afirma que o espaço, assim como o tempo, são propriedades da nossa mente, ideias essenciais, dadas a priori, como condição necessária à toda percepção, sendo que nada pode ser pensado que não seja no espaço e no tempo e deles não se pode prescindir para percebermos o mundo, ou seja, a experiência humana só é possível mediante a representação intuitiva do espaço. (KANT et al., 2001, p. 39).

Em relação ao espaço como objeto de estudo na arquitetura, no século XIX se consolidam duas tradições de pensamento: a primeira surge dos esforços do crítico e teórico de arquitetura Gottfried Semper (1803 – 1879) que construiu uma teoria com base filosófica sobre as origens da arquitetura. Para Semper o primeiro impulso da arquitetura é a delimitação do espaço, uma vez que a criação espacial estaria vinculada ao futuro da disciplina. Essa forma de pensar que entendia o espaço como “delimitação” influenciou diversos arquitetos modernos como Gropius, Le Corbusier e Mies Van der Rohe (FORTY, 2000).

A segunda tradição, teria como base a “Crítica da razão pura” de Kant (1781) que preconizou o espaço como uma intuição *a priori* que baliza as condições da

representação dos fenômenos para a mente possibilitando o acesso às experiências possíveis. A obra inspirou estudos sobre a teoria da empatia com Robert Visser (década de 1870), pioneiro no campo da teoria estética e da arte (FORTY, 2000).

O horizonte do kantismo influenciaria duas décadas mais tarde August Schmarsow (1853 – 1936) sustentando que a percepção estética da arquitetura depende não apenas de seus elementos materiais, mas também do modo como são percebidos pelo corpo e interpretados pela mente e uma outra abordagem que aproxima o estudo do espaço arquitetônico e a psicologia pode ser identificada na abordagem fenomenológica do ambiente expressa pela ideia de *genius loci*, ou espírito do lugar, explorada por Christian Norbert-Schulz (1975) que leva em consideração a interação entre lugar e identidade. O autor utiliza o conceito de “habitar” de Heidegger e define “lugar” como “o espaço que possui um caráter” (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 5). Ele entende o lugar como algo além de uma localidade física ou uma porção definida de um espaço abstrato, mas algo detentor de uma identidade particular determinada pelas circunstâncias locais e pela experiência humana.

Norberg-Schulz propõe que a “estrutura do lugar” seja descrita em termos de “paisagem” e “assentamento” e que seja analisada enquanto “espaço” e “caráter”. “Enquanto ‘espaço’ denota a organização tridimensional que define o lugar, ‘caráter’ denota a atmosfera geral, que é a propriedade mais abrangente de qualquer lugar”. (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 11). O autor considera que, mais importante do que fazer distinções em relação à estrutura do lugar”, é mais adequado e abrangente empregar o conceito de “espaço vivenciado” para referir-se ao lugar²⁵.

Nesse sentido, quando nos referimos a lugar, nos referimos não apenas a delimitação de um espaço específico, com características distintas e uma identidade própria, mas das experiências humanas vividas neste lugar. Para Tuan (1983) “o lugar é segurança e o espaço é liberdade” (p. 3) e “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (p. 83) ou seja, o espaço se torna lugar na medida em que é experienciado e valorizado, quando tem significação para pessoa. Nessa perspectiva o lugar é mais concreto que espaço. “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p. 151).

O autor relaciona o Tempo e o Lugar de três formas: tempo vivido no lugar; uma pausa na corrente temporal de um movimento (parada para o descanso, para a

²⁵ O conceito de lugar foi reconhecido como um conceito-chave a partir da década de 70, com a Geografia Humanista (FERREIRA, 2000).

procriação e para a defesa); e por último, o tempo tornado visível (lugar como lembrança de tempos passados, pertencente à memória). Podemos aí traçar um paralelo com o que Augé coloca se referindo a lugar e a sua negação como “não-lugar”: “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994, p. 73). O antropólogo defende que a supermodernidade é produtora de “não-lugares”, e que eles

são diametralmente opostos ao lar, à residência, ao espaço personalizado. É representado pelos espaços públicos de rápida circulação, como aeroportos, rodoviárias, estações de metrô, e pelos meios de transporte – mas também pelas grandes cadeias de hotéis e supermercados” (AUGÉ, 1994, p.73).

Alguns autores atribuem esse termo “não-lugar” aos empreendimentos do Programa MCMV faixa 1, feitos para contemplar a população de baixa renda durante a última década, para designar espaços sem identidades, desprovidos de referências de lugar (DA SILVA, 2016; SOARES, 2017).

Para o antropólogo francês, os lugares que induzam a um rápido movimento associado a uma não personalização do espaço e do indivíduo seriam um não-lugar: “O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude” (AUGÉ, 1994, p. 95). Augé refere-se ao “não-lugar” como uma ausência do lugar em si, baseado em Michel de Certeau (CERTEAU, 1990) como uma qualidade negativa do lugar. Estamos utilizando o termo “não-lugar” com essa segunda conotação, no sentido de aproximar ao significado que Tuan atribui aos espaços sem identidade, no qual as pessoas não sintam pertencidas e portanto não possuem experiências compartilhadas.

Nessa linha, o estudo do lugar deve levar em conta sua abordagem não apenas enquanto o espaço físico, mas ressaltando a identidade do lugar, ou as experiências dos indivíduos com o lugar, no qual as subjetividades humanas têm maior ênfase.

Para Tuan (1975) o lugar tem muitos significados que são atribuídos pelas pessoas: vínculos mais afetivos e subjetivos que racionais e objetivos. É onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico, espacialidades carregadas de laços afetivos através das quais desenvolvemos, ao longo de nossas vidas, a convivência com o lugar e com os outros. Nessa perspectiva o conceito de lugar assume um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo traz uma experiência direta com espaço circundante, trata-se do ‘seu’ lugar. Para a geógrafa Buttimer (1985) “o lugar é o

somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas” (BUTTIMER, 1985, p.228). Para ela, “cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação” (BUTTIMER, 1985, p. 178), portanto os indivíduos são capazes de desenvolver as referências de vários lugares afetivos à medida que adquirem experiências em localidades espaciais diferentes.

Em concordância com essa perspectiva e com a definição de Tuan acerca do lugar, podem existir muitas escalas e modos de ser diferentes no espaço geográfico, para Santos (2006, p. 212) “os lugares são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo”, assim, considera que a experiência de lugar pode abranger diferentes escalas. (CARLOS, 1996, p.29).

Para a geógrafa é a partir do lugar que a apropriação do espaço se realiza.

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno (CARLOS, 2007, p. 20).

Como já mencionado, o sentimento de lugar resulta de experiências e o sentimento de pertencimento de uma pessoa por uma localidade, se adquire não pelo fato de se passar pelo lugar, mas sim no cotidiano no espaço vivido (TUAN, 1983). Portanto, o conceito de lugar permite compreender a “construção socioespacial, edificada nas relações entre os indivíduos e a base territorial em que se vive e sobrevive” (MOREIRA e HESPANHOL, 2008, p.57).

Para superar a existência indesejável dos não-lugares essa pesquisa se atém à dimensão da utopia considerando-a como fundamental no fomento de processos coletivos de projeções imaginativas comunitárias. É através do convite à olhar o espaço onde se vive de modo utópico que novas relações entre indivíduos e lugar podem ter conformações ressignificadas. Segundo Mumford,

[...] a palavra “utopia” designa ou a completa loucura ou a esperança humana absoluta – sonhos vãos de perfeição numa Terra do Nunca ou esforços racionais para remodelar o meio humano, as suas instituições – ou até a sua própria natureza falível -, de maneira a enriquecer a vida da comunidade. Ao cunhar esta palavra, Sir Thomas More estava ciente destas conotações (MUMFORD, 1998, p. 9).

A utopia pode designar, portanto esforços racionais que busquem transformar o meio onde se vive. Considerando que “as realidades dos lugares são cada vez mais complexas e, nesse sentido, são percebidas e vividas de diferentes formas, por diferentes

indivíduos” (BARTOLY, 2011, p. 86) e que o “conceito de lugar passa a ser considerado no período contemporâneo, como uma construção socioespacial marcada pela relação contraditória e combinada da cooperação e do conflito” (MOREIRA e HESPANHOL, 2008, p. 58), a tarefa do urbanista pode ser a de auxiliar a eclosão de novas interpretações do espaço a partir da sensibilização dos indivíduos que nele habitam, buscando a reinterpretação das potencialidades do lugar e de si mesmos.

Estudar uma delimitação espacial, como no caso dos empreendimentos do PMCMV, torna-se tarefa de impar complexidade. Trataremos aqui de explicar os esforços traduzidos no Programa DIST em transformar esses espaços em lugares, de convívio, identidade, com a transformação de espaços públicos em partes de sonhos coletivos. Traremos para isso a perspectiva dos moradores em relação ao lugar em que vivem e a percepção sobre as mudanças que ocorreram nos últimos anos. A percepção mais abrangente sobre o Programa MCMV, o TTS e o DIST realizados nos bairros e os espaços públicos desses bairros em Campinas.

1.4.1. Espaços públicos versus espaços de convívio

O termo espaço público pode remeter a diferentes significados segundo a ótica e a dimensão em que é analisado. Alguns teóricos diferenciam “Espaço Público” de “Espaços Públicos”, entendendo que o primeiro remete à esfera pública, ao domínio dos processos políticos, das relações de poder e das formas que estas assumem nas sociedades contemporâneas (CASTRO, 2002; INDOVINA, 2002; SERPA, 2004). Indovina (2002) compreende o espaço público como aquele em que aprendemos a caminhar e ver a cidade, considerando que constitui um fator importante de identificação que conota os lugares manifestando-os através de símbolos, mas também se refere ao espaço público como o lugar da palavra, como lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime. Borja (2003) assume a mesma posição que Indovina e reivindica a cidade como espaço público, defendendo que “[...] é a cidade no seu conjunto que merece a consideração do espaço público [...]” (BORJA, 2003, p.29), e que este é o lugar por excelência do desenvolvimento potencial da socialização.

Já o termo “espaços públicos” das cidades, segundo Castro (2002) é a esfera da cidadania e da expressão política das forças sociais, inclusive daquelas que pretendem a despolitização das relações humanas. O autor ainda salienta que o termo "espaços públicos" compreende os lugares urbanos que dão suporte a vida (em conjunto com a

infraestrutura e equipamentos coletivos). São considerados esses espaços: as ruas, avenidas, parques e praças. Nesse sentido, considera como bens públicos, que carregam significados, são palco de disputa e conflitos, e também de festas e celebrações. O autor ressalta que esses dois sentidos se interpenetram e não podem ser tomados fora de suas articulações ao domínio privado. Este, por sua vez, inclui pessoas, famílias, grupos, empresas, corporações. Forma, função, limite e estrutura desses espaços constituem partes de agenciamentos complexos e dinâmicos, que se diferenciam conforme países e culturas. O desafio para arquitetos e urbanistas é expressar tal complexidade de modo não redutivo, mas crítico, empenhado e por vezes insurgente, apontando práticas possíveis (CASTRO, 2002).

O termo Espaço Público, para Asher (1995), aparece pela primeira vez em documento administrativo de 1977, no quadro de um processo de intervenção pública agrupando, na mesma categoria, os espaços verdes, as ruas de pedestres, as praças, a valorização da paisagem urbana, o mobiliário urbano isolado (NARCISO, 2009).

O espaço público é considerado como aquele que, sendo de uso comum e de posse coletiva, pertence ao poder público, no âmbito do território urbano tradicional, principalmente no que tange às cidades contemporâneas capitalistas onde predomina a presença do privado.

De todo modo, o espaço público pode ser considerado, por excelência, da cidade, que acontece nela, e qualquer definição específica de seu conceito seria sempre redutora/reducionista. Na visão de Narciso (2009), o espaço público, tratizado aqui como praça pública, deveria constituir-se em um local e de forte representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem aos discursos contraditórios dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que constituem uma sociedade (NARCISO, 2009).

Dessa forma trata-se de fundamental importância entender como a forma-representação urbana influi na apropriação dos espaços para se poder debater a importância do urbanismo e dos projectos de intervenção do espaço público. Segundo Narciso (2009),

existe uma alienação dos atores institucionais relativamente às necessidades das populações, pois as imagens criadas através das estratégias de renovação urbana, se concebem à margem das mesmas, fazendo muitas vezes com que as pessoas não se identifiquem com os lugares, podendo mesmo afirmar-se, que com o tempo, a apropriação não é efectuada (NARCISO, 2009)²⁶.

²⁶ Disponível em <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/html/v9n2a02.html>

A amplitude do conceito de espaço público reverbera portanto numa teia complexa de conceitos, dentre eles destaca-se também o de conceito importante de acessibilidade, defendido por exemplo por Serpa como o lugar onde qualquer indivíduo pode circular física e simbolicamente no exercício de sua alteridade, desta forma a acessibilidade.

Está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois, a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica (e abstracta) na concretização física dos espaços públicos urbanos. (SERPA, 2004, p. 22).

Para o autor, a acessibilidade não tem implicações que ultrapassam o desenho físico de ruas, praças, parques, largos, centros comerciais e prédios públicos, trazendo uma dimensão social da diversidade do espaço.

De todo modo, não pretende-se esgotar o conceito e definições que o termo espaço público em sua complexidade abarca, porém adotamos aqui os significados supracitados para compreender como estão sendo apropriados os espaços destinados ao público tanto dos residenciais do programa MCMV em Campinas como dos Projetos Urbanos Integrais em Medellín, analisando as mudanças geradas nesses espaços através da participação dos moradores.

1.4.2. Apropriação do espaço

O ato de ocupar ou apropriar-se de um lugar (de um sítio), de tomar posse ou apoderar-se de um território, implica preliminarmente no reconhecimento de sua extensão, seus limites e características físicas, em suas várias escalas, e é a partir de uma perspectiva experimental que aprendemos sobre as coisas do mundo. Portanto, podemos dizer que o espaço é uma necessidade, um requisito social e que, nos cabe considerar o significativo aprendizado que reside na possibilidade das relações sociais que se dão nele. Se o lugar, que é determinado pela experiência, é a pausa dentro do movimento, representado pelo espaço, então o espaço de sociabilidade é o lugar do encontro e da realização da vida cotidiana. Reconhecer o espaço da sociabilidade nos locais aonde foram intervindos no DIST II Campinas e no PUI Nor, pode auxiliar na avaliação qualitativa da experiência nesses espaços.

A qualidade de um lugar está muito mais ligada com a forma com que as pessoas se apropriam dele e a(s) finalidade(s) e usos que elas atribuem, do que a concepção física que a própria construção em si pode simbolizar. Existem diversas áreas públicas

ou privadas cuja arquitetura se deu na contracorrente da apropriação realizada. A transformação desses espaços fez com que a comunidade local e a vizinhança se apropriassem desses espaços de forma que eles passaram a ser lugares do cotidiano, de referência para aquelas pessoas, locais propícios para o encontro.

O que caracteriza um lugar? Quais são as categorias que ele necessita obedecer? O *Project for Public Spaces* (PPS)²⁷ divide em quatro grupos as características que fazem um lugar bem-sucedido: a sociabilidade; usos e atividades; acessos e conexões e conforto e imagem. A sociabilidade é definida como senso de lugar fortalecido pela convivência, tanto com vizinhos como com estranhos. Os usos e atividades que se realizam naquele lugar determinam a possibilidade de retorno das pessoas que frequentam. Um lugar só é considerado bom se de fácil acesso e se conecta com seu entorno. E, por último, a sensação de segurança, limpeza e opções de permanência, como bancos para sentar, e uma “boa” imagem, no sentido estético.

Autores defendem a relação existente entre cidade e bem-estar (MONTGOMERY, 2013), ao atestarem a existência de lugares capazes de promover e incentivar a vida comunitária entre as pessoas. Portanto, pode-se dizer que a relação entre as pessoas e a felicidade ou bem-estar está muito relacionada à qualidade dos encontros que existe (ou inexistente) nas cidades. As cidades têm influência direta na nossa qualidade de vida e bem-estar, ou seja, o desenho urbano exerce uma influência direta nas nossas vidas. Distância dos centros, desenhos de fachadas, dimensões dos lotes, tempo de trajeto entre moradia e trabalho, oportunidades de emprego, possibilidades de encontros, qualidade dos espaços públicos bem como uso e apropriação, mobiliário urbano, opções de transporte, entre outros, estando diretamente ligados à forma com que vamos viver e nos sentirmos na cidade.

No que tange à mobilidade, vale a pena ressaltar que é um fator de extrema importância para o bem-estar na cidade, sobretudo àquelas pessoas que vivem em locais mais afastados do centro, como são os casos estudados nesta pesquisa.

O geógrafo canadense, Edward Relph, identifica três componentes importantes para a apropriação dos lugares, são eles: configuração física, atividades e significado. A configuração física envolve o ambiente natural e construído. As atividades podem ser de

²⁷ O Project for Public Spaces é uma organização sem fins lucrativos sediada em Nova York dedicada a criar e manter lugares públicos que constroem comunidades. Foi constituída como um movimento (ou rede) que conecta projetos no mundo todo com essa finalidade, ligada ao Placemaking. (<http://www.pps.org/reference/grplacefeat/>)

cunho coletivo ou individual, criativas, destrutivas ou passivas. Os significados possuem atribuições mutantes e distintas (MARANDOLA, 2010).

A qualidade das nossas cidades pode ser medida pela qualidade dos seus espaços públicos, que, por sua vez, são medidos pela quantidade e qualidade de uso. Espaços que promovam encontros e convivência, conseqüentemente proporcionarão um vínculo emocional.

A apropriação de um espaço por parte de um indivíduo ou grupo está intrinsecamente ligada à identidade e ao senso de pertencimento do sujeito. Se identificar com um determinado lugar faz com que aumentemos a frequência de ida e permanência e isso só acontece (ou acontece com maior regularidade) quando nos sentimos parte do lugar, ou seja, sentimos que pertencemos àquela esfera. O senso de pertencimento também pode estar ligado a sensações que o lugar transmite, como já mencionado, como a sensação de segurança e a convidatividade que ele transmite, através da atmosfera de uso (ou não uso), o que alguns autores chamam de ambiência (THIBAUD, 2007)²⁸.

Como descreveu Lynch (1980) em *A imagem da cidade*

A imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional. Pode estabelecer uma relação harmoniosa entre si e o mundo exterior [...]. Na realidade, um meio ambiente característico e legível não oferece apenas segurança, mas intensifica a profundidade e a intensidade da experiência humana. (LYNCH, 1980, p. 14)

Nessa linha podemos identificar no trabalho de Alexander (2013) quando relaciona a identificação das pessoas à legibilidade dos espaços, no que chama de “bairros identificáveis”. Para ele “[...] o caráter homogêneo e indistinto das cidades modernas coíbe uma variedade de estilos de vida e impede o desenvolvimento do caráter individual” (ALEXANDER, 2013, p. 43). Isso, a grosso modo, é o que acontece com a massificação da produção habitacional.

Christopher Alexander defende ainda que devemos enriquecer as subculturas de uma cidade, dividindo-a em um mosaico, “[...] de modo que cada pessoa pode ter acesso à toda variedade de estilos de vida e subculturas próximas a ela”. (ALEXANDER, 2013, p. 50).

Relembremos casos em que a falta de identificação e apropriação precária do espaço desembocou em conseqüências indesejáveis, trata-se do exemplo do

²⁸ Thibaud JP. *Le vécu des ambiances. L'ambiance, chemin faisant: vers une perspective internationale. Culture Recherche* 2007. Disponível em: <http://www.culturecommunication.gouv.fr/Etudes-etdocumentation/Publications/Tous-les-numeros-deCulture-et-recherche>.

emblemático conjunto Pruitt-Igoe, complexo que abrigava 2.870 apartamentos, construído entre 1954 e 1955 na cidade de St. Louis, no Missouri, Estados Unidos, que foi implodido em 1972 (17 anos após a sua inauguração), devido a extrema pobreza da área e a altas taxas de criminalidade e segregação agravada pelo conjunto. Outro exemplo, também emblemático que tomou outras proporções, no caso brasileiro, é o conjunto habitacional Cidade de Deus, localizado na zona oeste do Rio de Janeiro. A região passou a receber removidos de favelas ao longo da década de 1960, como parte da política de remoção de favelas durante a gestão do governador Carlos Lacerda e durante muito tempo foi considerada uma das regiões mais perigosas da cidade devido aos constantes confrontos na região.

Os dois casos mencionados poderiam ser considerados em nosso entendimento por não-lugar, sobretudo o caso americano que a consequência foi a extinção do mesmo. Não-lugar, em nosso entendimento, são espaços precariamente providos de identificação pelas comunidades, apropriados segundo uma lógica que se encontra arvorada na perspectiva subjetivamente compartilhada de que aquele lugar não é detentor de profundo valor e significado. Uma vez estando represada a chave subjetiva potencial de revolução, em virtude da visão hegemônica de que seu lugar é perspectivamente periférico, a agencia dos indivíduos que habitam esses espaços por vezes não se encontra apercebida da central importância do espaço onde habitam.

O próximo tópico tratará justamente das políticas de Estado que atravessam a concepção geral dos projetos de moradia popular no Brasil, problematizando as decisões que politicamente incidem sobre a visão que os beneficiários dos programas habitacionais têm sobre o espaço em que vivem, sua apropriação, sua relação de identidade, pertencimento e reconhecimento de si, do outro, da esfera pública e do espaço urbano.

1.5. O Programa Minha Casa Minha Vida: origem e problemas

Instituído inicialmente pela MP 459, de 25/3/2009, substituída pela Lei 11.977, de 7/7/2009, e regulamentado pelos Decretos 6819, de 13/4/2009 e 6962, de 19/9/2009, o Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado em 2009 pelo Governo Federal, tendo como principal finalidade “[...] contribuir para a redução do déficit habitacional no país por meio da concessão de incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais” (ROLNIK et al., 2015, p. 129).

Em sua origem o PMCMV é um programa econômico concebido pelos Ministérios da Casa Civil e da Fazenda em diálogo com o setor imobiliário e da construção civil. Constituindo uma forma de enfrentar a crise do *subprimes* americanos²⁹. Desde 2003³⁰, o Ministério das Cidades trabalhava na construção de um sistema de cidades e de habitação de interesse social. Segundo Amore, mesmo com as mudanças de condução política ocorridas no MC em 2005, a Secretaria Nacional de Habitação buscava implementar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), além de conduzir um processo participativo de elaboração de um Plano Nacional de Habitação (PlanHab) (AMORE, 2015).

Com o SNHIS/FNHIS previam-se fundos articulados nos diferentes níveis federativos, todos controlados socialmente por conselhos com participação popular e com ações planejadas em Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), obrigatórios aos entes federados que quisessem se habilitar no sistema e receberem recursos federais (AMORE, 2015, p. 16).

Nesse momento estava em curso a “Campanha Nacional pela Moradia Digna”, uma articulação inusitada entre movimentos de moradia e setores empresariais que tinha como meta a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que vinculasse 2% dos recursos da União e 1% dos estados, Distrito Federal e municípios aos seus respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social. Contudo, a crise exigia respostas mais rápidas, levando “[...] o governo a acolher a proposta do setor da construção civil, apostando no potencial econômico da produção de habitação em massa” (AMORE, 2015, p. 16).

Prometia-se construir 1 milhão de casas, num primeiro momento sem prazo definido, investindo 34 bilhões de reais oriundos do orçamento da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de recursos para financiamento da infraestrutura e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiamento da cadeia produtiva (AMORE, 2015, p. 16).

Previam-se, assim, gerar empregos num setor da economia capaz de mobilizar diversos outros setores (AMORE, 2015).

Da maneira como foi institucionalizado, o PMCMV faz com que o interesse de todos os atores envolvidos seja de maximizar a quantidade de unidades produzidas. A Caixa Econômica Federal (CEF), empresa controlada pelo governo federal, é a instituição financeira responsável pelo fornecimento e administração do crédito. No caso do Faixa 1 a CEF é quem aprova a obra que,

²⁹ A crise do *subprimes*, foi a crise imobiliária americana que afetou a economia mundial. Teve início em 2007, mas seu pico foi em 2008. Considerado como o ano de maior crise desde 1929.

³⁰ “[...] com a aprovação do Estatuto da Cidade (2001), da Política Nacional (2004), do Sistema Nacional (2005) e do Plano Nacional de Habitação (2008) –, assiste-se ao enfraquecimento desta estrutura em favor de uma política de aceleração do crescimento econômico.” (NASCIMENTO e MOREIRA, 2017, p. 2)

portanto, acaba sendo semelhante a uma contratação direta pelo setor público. Para a CEF, quanto maior o número de unidades maior o orçamento sob seu controle. Como o valor por unidade está dado e o risco de crédito é absorvido integralmente pela CEF, para a construtora quanto maior o número de unidades maior o lucro. (INSTITUTO ESCOLHAS, 2019, p. 5)

Resumindo o PMCMV é fruto de uma vontade política por moradia digna para população de baixa renda que tem pouco ou nenhum acesso à cidade formal, mas também uma tentativa de equacionar ou diminuir o déficit habitacional mediante uma proposta do setor empresarial da construção civil de mercado e, lançado em um contexto de crise econômica mundial como estratégia de manter aquecido o mercado da construção civil e evitar que os efeitos da crise fossem sentidos. Podendo ser analisado também como uma forma perversa de empresas privadas lucrarem sob a baixa qualidade de vida de muitas famílias.

Não se pode negar que muitas famílias que nunca teriam acesso a crédito, nem possuíam a perspectiva de tê-lo, obtiveram a oportunidade de ter uma moradia subsidiada. Porém, ao deixar nas mãos do mercado o protagonismo da política habitacional, reproduz-se o padrão de segregação socioterritorial e precariedade urbana e ambiental semelhante ao que foi produzido no BNH (BONDUKI, 2008; SHIMBO, 2010), porém de pior qualidade (MOREIRA, 2017). No caso da população de mais baixa renda, o custo não embutido com os gastos de se fazer uma moradia digna inserida na malha urbana, onera seus futuros moradores com tempo gasto para enfrentar as dificuldades de acesso aos bens e serviços da cidade.

As apresentações oficiais de lançamento afirmavam que o PMCMV reduziria em 14% o déficit habitacional, calculado naquela época em 7,2 milhões de moradias, sendo que, 90% desse déficit estava concentrado nas faixas de renda com menos de três salários mínimos, 70% estava nas regiões Sudeste e Nordeste e quase 30% nas regiões metropolitanas (AMORE, 2015). Pode-se considerar que a alternativa ao déficit, ou assentamentos informais foi o PMCMV Faixa 1, como veremos mais adiante. Diferentemente do BNH,

[...] 400 mil unidades (40% da meta) deveriam ser destinadas às famílias com renda de até 3 salários mínimos, o que se viabilizaria com o aporte de 16 bilhões de reais em recursos da União (70% de todo o investimento). [...] Tratava-se de um nível de subsídio que nem mesmo o PlanHab previra em seus cenários mais otimistas (AMORE, 2015, p. 17).

Ao longo de 7 anos o programa MCMV produziu 4,4 milhões de unidades habitacionais, algo até então inédito no Brasil. Ainda que exista uma falha de mercado

trata-se de uma iniciativa indubitavelmente de grande magnitude, mas no que tange à tratamento do problema habitacional desde seu cerne o programa mostrou-se inócuo.

1.5.1. Problemas

De acordo com Amore,

O Programa fazia uma leitura bastante simplificada do “problema habitacional”, que, por exemplo, o PlanHab pretendia atacar por meio de uma grande diversidade de programas e produtos habitacionais, adequados para as onze tipologias de municípios que o Plano havia organizado em função das características demográficas e das dinâmicas econômicas (AMORE, 2015, p. 17).

Quando o programa foi lançado, algumas análises já apontavam problemas: “[...] se 90% do déficit estava nas faixas de renda de até três salários mínimos, por que apenas 40% das unidades era direcionado a essa faixa?” (AMORE, 2015, p. 17). Havia prevalência dos interesses dos setores imobiliários e da construção civil na formulação do programa; outro problema identificado era o fato de o PlanHab ter sido negligenciado pelo programa (AMORE, 2015).

Pode-se dizer que a repetição de erros cometidos pelo BNH, de produção periférica e com a desarticulação entre produção habitacional e matérias urbanísticas é bastante presente no atual programa, além do não enfrentamento da questão da terra e da segregação socioespacial. Mesmo com as críticas, o programa foi implementado e muitas das previsões confirmadas (AMORE, 2015).

O sucesso quantitativo e a boa repercussão na opinião pública fizeram o Programa se consolidar na política urbana em nível nacional, com impactos que estão se fazendo sentir no cotidiano das cidades grandes, médias e pequenas (AMORE, 2015, p. 18).

Tal impacto pode ser sentido sobretudo, no cotidiano de milhões de pessoas que lidam diariamente com todas as dificuldades de viver nesses empreendimentos. A resolução do problema habitacional, que deveria ter sido pensada com foco central nas famílias, no bem-estar e qualidade de vida, foi feito visando lucro monetário, pensando em quantidade e não qualidade.

Para além do enfrentamento das necessidades habitacionais, o lançamento do programa surgiu como medida emergencial para minimizar o impacto da crise internacional de 2008 sobre o emprego e o crescimento econômico no Brasil. O PMCMV foi concebido com o intuito de promover o aquecimento da economia por meio do estímulo ao setor da construção civil (ROLNIK et al., 2015, p. 130).

Ao considerarmos os objetivos macroeconômicos, “[...] viabilizar a produção de uma quantidade expressiva de novas moradias num curto espaço de tempo revelou-se

uma exigência fundamental, o que exerceu influência determinante sobre o padrão de inserção urbana dos empreendimentos” (ROLNIK et al., 2015, p. 130). Por conta dessas necessidades macroeconômicas e da velocidade em que as medidas deveriam ser implantadas, “[...] preocupações com aspectos como a qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos e a articulação da oferta habitacional com uma política fundiária abrangente foram suplantadas.” (ROLNIK et al., 2015, p. 131)

Outro aspecto que influenciou o desenho do PMCMV foi uma conjuntura específica do setor imobiliário:

Várias das principais empresas desse segmento haviam aberto seu capital na bolsa de valores nos anos anteriores à crise. Uma estratégia adotada para que pudessem captar investimentos foi a projeção de um alto valor geral de vendas (VGV) nos anos subsequentes. Para que pudessem ampliar suas carteiras de projetos, muitas dessas empresas formaram grandes bancos de terra. No entanto, com a mudança do cenário econômico e a consequente tendência de retração da disponibilidade de crédito para a produção e a compra de imóveis, essas empresas viram-se diante de uma situação bastante delicada, com perspectivas reais de quebra generalizada no setor. (ROLNIK et al., 2015, p. 131).

Assim, o PMCMV manteve a oferta de crédito necessária para manter o setor imobiliário num ritmo acelerado, tendo sido as Faixas 2 e 3 particularmente importantes para absorver o estoque fundiário dessas empresas (ROLNIK et al., 2015, p. 131).

O modelo adotado inspirou-se em políticas habitacionais de outros países latino-americanos vigentes desde 1980, que, de modo geral, promoveram uma inclusão pelo consumo, “[...]em que a moradia para a população de baixa renda deve ser ao mesmo tempo uma mercadoria a ser acessada por meio de relações de mercado e uma oportunidade de negócio para empresas privadas” (ROLNIK et al., 2015, p. 131). O programa se afastou de diretrizes urbanísticas colocadas pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)³¹.

[...] o programa consolida um modelo em que a oferta de habitação se transforma fundamentalmente num negócio, sendo orientada por uma lógica em que a maximização dos ganhos das empresas se torna a principal condicionante do modo como os terrenos são escolhidos e de como os projetos são elaborados.” (ROLNIK et al., 2015, p. 132).

As empresas padronizam os projetos, ampliam a escala de produção e encurtam o tempo de execução das obras, como estratégias para reduzir os custos e maximizar a taxa de retorno. Consequentemente ao desenho do programa os conjuntos são padronizados em escala nacional e acontece a proliferação de megaempreendimentos.

³¹ Lançado em 2009, instituído pela Lei 11.124/2005, e pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

Uma outra vantagem para as construtoras ao empreitar megaempreendimentos, é redução dos trâmites burocráticos envolvidos no processo de aprovação³².

No Faixa 1 a margem de lucro de um empreendimento é “[...] determinada fundamentalmente por fatores como o custo de produção das unidades, o valor do terreno e o custo de infraestrutura e fundações demandado em função das características da gleba e sua localização” (ROLNIK et al., 2015, p. 132). O teto para o custo das UHs, tem valor diferenciado conforme o estado, o perfil dos municípios e a tipologia construtiva. O contrato entre o FAR e a construtora pode abranger despesas com aquisição de terreno, implantação de infraestrutura interna, construção de edificações e equipamentos de uso comum e, no caso do parcelamento de glebas não urbanizadas, infraestrutura externa na poligonal do empreendimento. Esses custos precisam caber no valor do produto entre o número de unidades da operação e o teto do valor unitário financiável.

A margem de lucro da construtora depende, portanto, dos custos mencionados e ganhos na qualidade do projeto, não exercendo nenhuma influência positiva sobre a taxa de retorno. Consequentemente, aspectos referentes à qualidade do projeto não são levados em consideração. Desta forma, as escolhas são realizadas de forma que possibilitam a ampliação da margem de lucro para as construtoras. A escolha do terreno fica condicionada por variáveis para atender as exigências mínimas para a aprovação, como o custo da terra, legislação, acesso às redes de infraestrutura, equipamentos e serviços. Portanto, a equação demonstra que, devem ser periféricos o bastante para minimizar a porcentagem do investimento gasta com o terreno e o incorporador ter uma margem de lucro que compense a empreita.

As prefeituras e os governos estaduais podem doar terrenos públicos para a produção dos empreendimentos, o que não foi o caso de Campinas. Além da possibilidade de doação de terras, podem complementar os subsídios³³ por meio de contrapartidas financeiras, com a viabilização da compra de terrenos - mais caros e melhor localizados, ou mesmo disponibilizar terrenos do banco de terras público – ou custear a expansão de redes de infraestrutura, equipamentos e serviços, para atender áreas que a princípio não atendem às exigências mínimas. Estudos apontam a um predomínio da inserção de novos conjuntos habitacionais de Faixa 1 em áreas periféricas, o que corrobora com o “lugar” nas cidades em que se reproduz o padrão periférico da camada da população historicamente desprivilegiada. Se por um lado essa população é atendida pelas

³² Em entrevista com representantes de uma das construtoras de grande porte que atuam no programa, foi afirmado que, com taxas de retorno inferiores a 15%, só vale a pena construir empreendimentos de Faixa 1 em escala, de modo que o tamanho mínimo dos projetos desenvolvidos pela empresa é de 600 UH. (ROLNIK, 2014, p. 12).

³³ Disponibilizados pelo FAR.

iniciativas federais, por outro lado o programa reforça a lógica da exclusão. Os empreendimentos de Faixa 3 são os que mais se aproximam das áreas centrais e melhor equipadas, enquanto os de Faixa 1 estão nas periferias mais afastadas (ROLNIK, 2014).

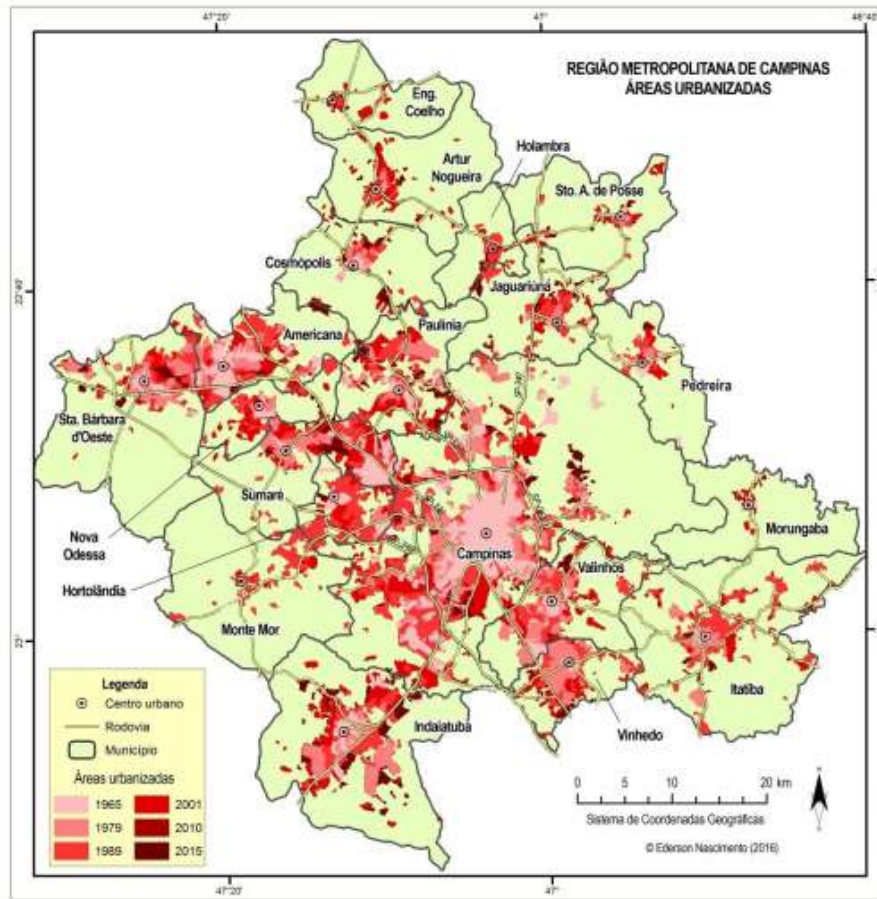
Discutiremos a partir de agora acerca das características gerais da Região Metropolitana de Campinas, cidade que aporta os empreendimentos estudados nessa pesquisa e onde o padrão do programa MCMV se manifestou na qualidade das unidades habitacionais estudadas.

1.6. A Região Metropolitana de Campinas

Instituída em 2000, a Região Metropolitana de Campinas (RMC) abrange 20 municípios, abriga aproximadamente 3,1 milhões de habitantes (IBGE, 2016), e constitui-se como uma das regiões mais importantes do Brasil, não somente por causa da produção econômica, mas por sua relevância na presença de centros inovadores no campo de pesquisas científica e tecnológica. Comporta um parque industrial moderno, diversificado e composto por segmentos de diferentes naturezas. Possui uma estrutura agrícola e agroindustrial bastante significativa e desempenha atividades terciárias de expressiva especialização. Destaca-se, ainda, pela presença do Aeroporto de Viracopos, o segundo maior do país em transporte de carga (EMPLASA, 2016). É a segunda maior Região Metropolitana do estado de São Paulo gerando 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual³⁴. Apresenta cerca de 97,3% de sua população em áreas urbanas, equivalente a 72.022ha de terras, que representam 19% da área total da RMC. Ao mesmo tempo em que a cidade se expandiu e assumiu tal importância nacional, a rápida urbanização trouxe consequências indesejáveis, como na maioria das metrópoles brasileiras, tais como uma elevada concentração da pobreza, desemprego, violência, desigualdade no desenvolvimento econômico e, de forma geral, uma forte tendência em direção à segregação espacial.

³⁴Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>

Figura 1: Mapa da evolução das áreas urbanizadas na RMC (1965-2015).



Fontes: DSG, Emplasa, Google e IBGE - cartas topográficas e imagens de satélites

Urbanizada de forma dispersa³⁵, Campinas é uma metrópole quase tão extensa quanto São Paulo, embora possua um quinto de sua população, apresenta densidades muito baixas, pois mescla trechos urbanizados de forma descontínua com áreas de características rurais, como vemos no mapa acima: as áreas dispersas localizam-se ao longo de rodovias, próximas a entroncamentos viários, e com boa acessibilidade. Segundo Miranda:

O intenso processo de valorização imobiliária expulsou a população mais pobre, que se deslocou para áreas mais distantes, processo sancionado pelas ações e omissões do poder público, seja pela aprovação de loteamentos, seja pela aprovação de normas urbanísticas e, também, pela implantação de infraestrutura urbana (MIRANDA, 2002, p. 52).

³⁵ No Brasil e em outros países do mundo, a urbanização dispersa tem se configurado a partir de processos de expulsão da população trabalhadora das áreas centrais. O espraiamento dos usos estendeu-se também à moradia das classes média e alta, bem como para usos comerciais, de serviços e industriais: à periferia com infraestrutura e habitações precárias formada no período industrial, soma-se uma nova periferia formada por territórios cada vez mais fechados, destinados ao comércio regional, conjunto de escritórios e indústrias, loteamentos e condomínios fechados. A partir da década de 1950 em Campinas, o padrão de crescimento urbano passou a se consolidar de maneira segregada (Campinas, 2011).

Nos anos 1970 a Região Metropolitana de Campinas apresentou grande ganho de população devido a intensificação do fluxo metrópole-interior, atrelado à interiorização do crescimento industrial. O município teve uma taxa anual de crescimento de 5,86% de 1970 a 1980, de 2,24% de 1980 a 1991, e de 1,50% de 1991 a 2000 (IBGE, 2000). Desde então, a ocupação na RMC vem se caracterizando como um processo evidente de ocupação periférica. Desde aquele momento, a periferia metropolitana passou a abrigar grandes investimentos econômicos e também uma população migrante, notadamente no eixo da Via Anhanguera. Configurou-se, já nesta época, o processo de periferação metropolitana, predominantemente constituída por conjuntos habitacionais e assentamentos precários, como favelas e loteamentos clandestinos (CAMPINAS, 2011).

A partir da descentralização da produção industrial e dos locais de moradia, houve uma dispersão dos bairros residenciais com o mercado de trabalho, atingindo uma escala regional, e os usos do território para o comércio, os serviços, a cultura e o lazer também acompanharam esta descentralização.

O processo de metropolização, responsável pelo crescimento da renda da RMC, também produziu enormes desigualdades sociais e espaciais. Em 2000, 71,1% de toda a renda da RMC se concentrava em apenas cinco municípios, sendo estes: Campinas, Americana, Vinhedo, Valinhos e Paulínia. O Estado também contribuiu para o aumento da segregação social na região, através da COHAB Campinas (Companhia de Habitação Popular – principal promotora de habitação social na região), concentrando grande parte de seus empreendimentos no quadrante sudoeste do Município. “Na década de 1970, a COHAB empreendeu 1.736 unidades habitacionais na região Sudoeste, seguidas por mais 11.805 unidades na década de 1980” (CAMPINAS, 2011). Hoje não é diferente, como veremos adiante, o investimento de novos empreendimentos de habitação de interesse social estão concentrados na região sudoeste do município, contradizendo o que sugere o Plano Municipal de Habitação de 2011.

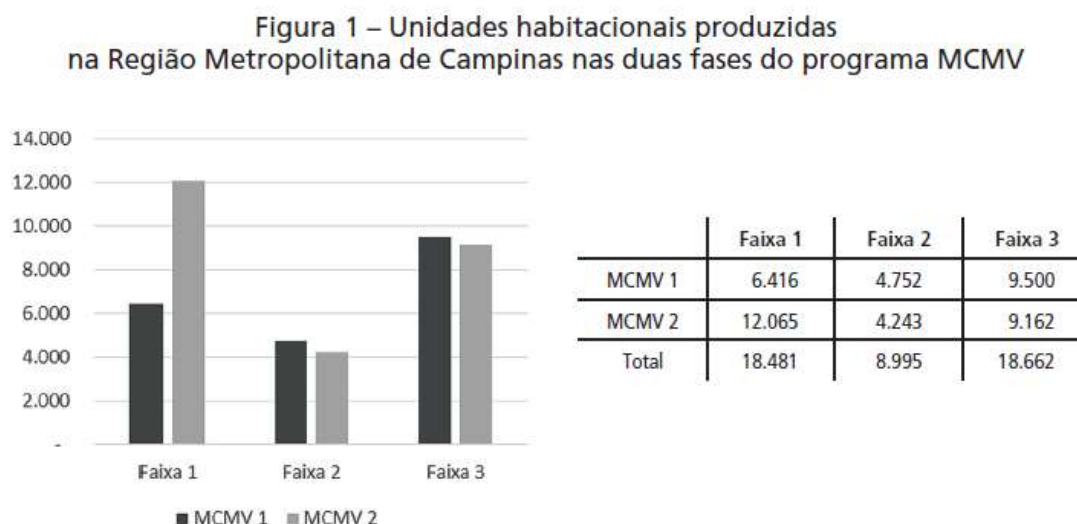
Em resumo, a dinâmica recente de ocupação do território instituiu núcleos populacionais, bairros, empreendimentos industriais e polos de serviços espalhados ao longo dos eixos rodoviários, favorecendo o estabelecimento de uma dinâmica metropolitana marcada pela necessidade de grandes deslocamentos. A RMC tem um padrão de segregação socioespacial marcada por duas grandes áreas distintas do ponto de vista socioeconômico divididas pela Rodovia Anhanguera: porção nordeste rica e porção sudoeste mais pobre e, com exceção do centro expandido do município de

Campinas, a RMC apresenta uma malha descontínua (ROLNIK et al., 2015), o que favorece e fortalece esse padrão de segregação.

1.7. Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Campinas

A RMC foi uma das regiões do país que alcançaram os resultados mais expressivos quantitativamente na produção de UHs pelo PMCMV devido, principalmente, à existência de alguns megaempreendimentos³⁶.

Figura 2: Gráfico e tabela do total de unidades habitacionais produzidas na Região Metropolitana de Campinas nas duas fases do programa MCMV.



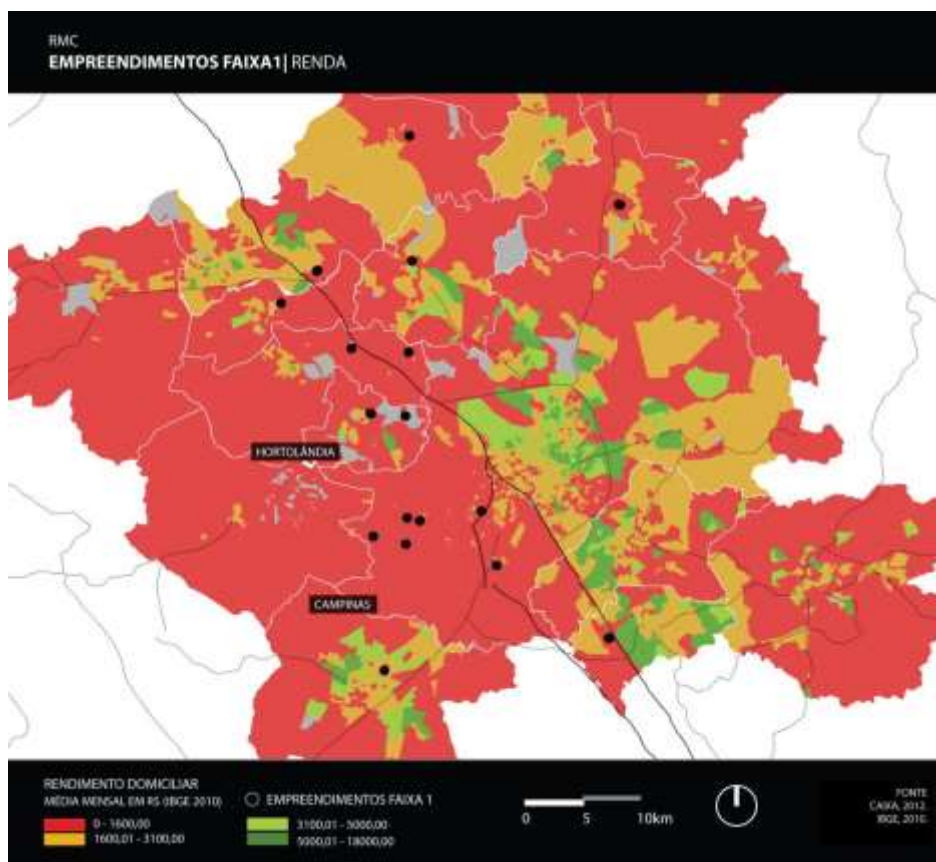
Fonte: ROLNIK et al., 2015.

1.7.1. Inserção dos empreendimentos

Na porção nordeste da RMC, onde há melhores condições urbanas, o número de empreendimentos é bastante reduzido, sendo que quase todos são destinados às faixas de renda mais elevadas e têm porte pequeno, se comparados aos das franjas urbanas. Já na porção sudoeste encontram-se empreendimentos das três faixas do programa, sendo a maior parte destinada à Faixa 1 (ROLNIK et al., 2015).

³⁶ Na primeira fase, foram construídas 20 mil UHs. Na segunda fase, a produção total aumentou 23% e o número de UHs da Faixa 1 dobrou (ROLNIK et al., 2015).

Figura 6: Mapa dos empreendimentos de Faixa 1 do MCMV e renda média domiciliar (IBGE 2010)



Fonte: ROLNIK, 2014.

O desenho do programa, centrado na concessão de subsídios públicos à produção privada de habitação popular, é um fator determinante para a reprodução desse padrão. O protagonismo da construtora na proposição de projetos e na seleção de terrenos relega a inserção urbana dos empreendimentos a uma questão de relevância secundária, se não inexistente. Embora alguns municípios assumam um papel mais ativo no planejamento da oferta de habitação popular e na alocação de terrenos para essa finalidade, o programa consolida um modelo onde a oferta de habitação para a baixa renda se transforma fundamentalmente num negócio, sendo orientada por uma lógica onde a maximização dos ganhos das empresas privadas atuantes nesse segmento econômico se torna a principal condicionante do modo como os terrenos são escolhidos e de como os projetos são desenvolvidos (ROLNIK, 2014, p. 9).

Importante colocar aqui que os terrenos escolhidos para a alocação dos empreendimentos, não foram terrenos públicos, mas terrenos de agentes privados. A Prefeitura Municipal de Campinas possui um banco de terras que seria capaz de suprir

toda a demanda habitacional do município em terras providas de infraestrutura e serviços, porém não é o que acontece³⁷.

Ainda que tenham sido “[...] identificados empreendimentos completamente desconectados do tecido urbano constituído”, identifica-se “[...] um conjunto expressivo de empreendimentos situados nos limites da mancha urbanizada, contribuindo para impulsionar sua expansão e reforçando o modelo de urbanização dispersa da RMC” (ROLNIK et al., 2015, p. 139).

Isso fica claro ao observar os empreendimentos de Faixa 1 que, de modo geral, localizam-se nas áreas mais precárias da RMC e com pouca diversidade de usos. São de grande porte, com tipologia padronizada e destinados a uma mesma faixa de renda (ROLNIK et al., 2015).

No caso da RMC, o padrão de inserção dos empreendimentos apresenta maior semelhança com o padrão de HIS produzida pela COHAB em São Paulo entre 1970 e 1980, que gerou “[...] ampla segregação e uma série de problemas sociais que trouxeram ônus significativos para o poder público ao longo das décadas seguintes, fenômeno que está se repetindo em parte da produção do programa” (ROLNIK et al., 2015, p. 148).

1.7.2. O Município de Campinas e o Programa Minha Casa Minha Vida

Em Campinas, embora a Companhia Municipal de Habitação Popular de Campinas (COHAB-Campinas) disponha de estoque de terrenos remanescentes de conjuntos construídos em períodos anteriores, toda a produção do PMCMV destinada à Faixa 1 foi realizada em terrenos privados. Até 2014, no total, foram contratadas 6 operações de Faixa 1, sendo 5 na modalidade FAR e 1 na modalidade Entidades (ROLNIK, 2014). “Prevaleceu um padrão de empreendimentos de grande porte implantados nos limites da malha urbana, constituindo frentes de expansão em áreas com condições precárias de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços.” (ROLNIK, 2014, p. 34).

Entre os 6 conjuntos, apenas um foi produzido em área periférica consolidada (Residencial Santa Lúcia, com 402 unidades). Três deles estão entre os maiores conjuntos identificados na região metropolitana - o Residencial Vila Abaeté, o Residencial Bassoli, e o Residencial Sirius, . Quatro destes empreendimentos -

³⁷ Inclusive notamos certas “casualidades” em relação aos donos das terras e funcionários da COHAB Campinas, como no caso do residencial Jardim Bassoli, que carrega o sobrenome do dono que é ligado ao órgão.

Residencial Bassoli, Residencial Sirius, Residencial Novo Mundo e Bairro Campinas – “estão concentrados ao longo de um eixo no sudoeste do município, uma área historicamente ocupada por moradores de baixa renda, marcada por uma malha urbana fragmentada e com oferta insuficiente de equipamentos e serviços” (ROLNIK, 2014, p. 35). Dessa forma,

A localização dos empreendimentos de Faixa 1 do PMCMV reitera um padrão histórico de segregação no município. Cabe ressaltar que algumas normas municipais recentes de uso e ocupação do solo e de produção empreendimentos de habitação de interesse social (EHIS) são fatores que contribuíram substancialmente para perpetuar esse padrão (ROLNIK, 2014, p. 35).

Em 2000, foi aprovada uma lei de HIS que,

[...] além de estabelecer parâmetros construtivos diferenciados para a produção de EHIS, autorizava sua implantação em todo o território municipal (Lei n.º 10.410, de 17 de janeiro de 2000). Diante dessa prerrogativa, disseminou-se pelo município a construção de empreendimentos destinados a outras faixas de renda disfarçados de EHIS, o que levou à revisão da referida lei. Com a aprovação do Plano Diretor de 2006, limitou-se a produção de empreendimentos desse tipo às áreas gravadas como ZEIS; a um perímetro localizado ao sul da Macrozona 4, região onde se concentram as áreas mais consolidadas e melhor equipadas do município; e à totalidade da Macrozona 5, região historicamente habitada pela população pobre do município, caracterizando-se por uma presença expressiva de conjuntos habitacionais produzidos pela COHAB-Campinas e pela CDHU em períodos anteriores, e também pela forte concentração de assentamentos informais autoconstruídos. Essa disposição do plano diretor induziu uma intensificação do padrão de segregação previamente existente, facilitando a implantação de EHIS em áreas precárias e restringindo sua implantação em áreas de urbanização mais consolidada. Além dessa diretriz geral, as ZEIS que foram demarcadas no município concentraram-se na Macrozona 5, especialmente as de indução. Na Macrozona 4 foram demarcadas poucas ZEIS, sendo a maioria delas as de regularização. (ROLNIK, 2014, p. 35).

Figura 7: Mapa com a localização dos empreendimentos de Faixa 1 do MCMV nas macro-áreas 4 e 5 do Município de Campinas



Fonte: Rolnik, 2014.

A maioria dos empreendimentos do PMCMV de Faixa 1 foi implantada em terrenos demarcados como ZEIS de indução localizados na Macrozona 5. Em alguns casos, como o do **Residencial Sirius**, além da demarcação como ZEIS, incidia também a legislação de parcelamento, edificação e uso compulsório (PEUC). Embora tenham sido previstas como áreas prioritárias para a provisão de conjuntos de HIS no plano diretor, essas áreas receberam grandes conjuntos sem que houvesse uma ação articulada da Prefeitura para adequar a infraestrutura e os equipamentos à demanda adicional decorrente de sua implantação na região (ROLNIK, 2014, p. 36).

O residencial Sirius, por exemplo, encontra-se localizado atrás da Fábrica da Pirelli, o que a caracteriza a área como uma zona de sacrifício, sujeita a contaminação de descarte tóxico. Segundo (ROLNIK, 2014), representantes da Caixa e da COHAB-Campinas, reconhecem em entrevistas que

[...] o **Residencial Bassoli** e o **Residencial Sirius** constituíram experiências problemáticas. Segundo representantes da Caixa, a Prefeitura não cumpriu os compromissos que havia assumido de implantar equipamentos públicos nas imediações do **Residencial Bassoli**, por exemplo. O entrevistado reconheceu que as áreas onde esses grandes empreendimentos foram implantados não dispunham das condições necessárias para receber conjuntos desse porte, e que a saturação da infraestrutura e dos equipamentos se agravou com sua chegada (ROLNIK, 2014, p. 36).

O mesmo estudo aponta que Campinas foi onde a administração municipal teve um papel pouco significativo no condicionamento da localização dos conjuntos do programa.

Não houve nenhum caso de doação de terra pública para a viabilização de operações em áreas mais consolidadas. Além disso, embora a maior parte dos terrenos utilizadas para a implantação dos conjuntos de Faixa 1 estejam inseridos em ZEIS de indução, eles se concentraram em fronteiras de expansão nos limites do perímetro urbano legal, sem que fossem acompanhados por ações estruturantes capazes de qualificar essas áreas e garantir padrões satisfatórios de urbanidade aos seus moradores. Como foi mostrado, o uso de instrumentos de regulação fundiária, como a demarcação

de ZEIS e a aplicação de PEUC, foi um fator relevante para a produção do programa no município. No entanto, eles serviram fundamentalmente para baratear os custos com a aquisição de terrenos e acelerar a produção do programa, e não para promover conjuntos com boas condições de inserção urbana. Pelo contrário, neste caso os instrumentos de regulação fundiária prestaram-se fundamentalmente à formação de guetos e ao aprofundamento do padrão de segregação sócio-espacial do município. (ROLNIK, 2014, pp. 36-7).

Identifica-se um fenômeno recorrente que é

[...]a subordinação das políticas locais ao modelo de provisão habitacional estabelecido pelo programa nos municípios onde essas iniciativas existiam. [...], as iniciativas promovidas pelas prefeituras na área de habitação foram quase que integralmente substituídas pela produção de moradias no âmbito do programa, que se tornou a forma preponderante de provisão habitacional para a população de baixa renda. (ROLNIK, 2014, p. 38).

No município de Campinas, por exemplo, foi instituído por meio da Lei nº 13.580, de 11 de maio de 2009³⁸, um Plano de Incentivos a Projetos Habitacionais Populares, vinculado ao Programa Federal Minha Casa, Minha Vida, com a intenção de fazer o programa acontecer na cidade, e assumir o papel de facilitador e incentivador do programa. A lei trata de incentivos a empreendimentos voltados a famílias com renda mensal de até 06 (seis) salários mínimos e tem como um de seus objetivos

[...] fomentar a participação da iniciativa privada na execução de projetos destinados à solução dos problemas habitacionais no Município, isentando os empreendimentos executados no âmbito desse plano de incentivos dos seguintes tributos: taxas e emolumentos incidentes sobre a expedição de diretrizes urbanísticas, de análises, aprovações e certificados de conclusão; ITBI - Imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis incidente sobre a primeira transmissão do imóvel; e ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. (ROLNIK, 2014, p. 38-39).

No PMCMV é previsto um Trabalho Técnico Social que visa fazer um acompanhamento das famílias que são beneficiadas pelo Programa, no qual abordaremos no próximo item. Ao reforçar a lógica de segregação, os trabalhos para adaptação dessas famílias, torna-se um desafio ainda maior.

1.8. Trabalho Técnico Social

Segundo a definição da Caixa (2013),

O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às

³⁸ Aprovada em menos de dois meses depois do lançamento do programa.

necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento. As diretrizes para elaboração e implantação do TTS são definidas pelo Ministério das Cidades, cabendo à Caixa apoiar os entes públicos na formulação dos projetos e acompanhar e atestar sua execução. (CAIXA, 2013, p. 4).

O trabalho social está presente de maneira sistemática na Política Habitacional desde os anos 1960 no âmbito federal com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) pelo governo militar em 1964 (PAZ, 2012), mais especificamente entre 1968 e 1986, desde quando a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) foi definida no BNH.

O BNH foi caracterizado durante sua existência (1964 a 1986) por uma gestão centralizada, que fomentou a indústria da construção civil, desenvolveu projetos padronizados, priorizando as camadas médias da população brasileira (PAZ, 2012, p. 3)

O trabalho social realizado por assistentes sociais foi desenvolvido através das Companhias de Habitação (COHABs), através do recurso da Taxa de Apoio Comunitário (TAC), criada em 1973, que visava à manutenção dos conjuntos habitacionais e seus equipamentos comunitários, incluindo os trabalhos executados pelo serviço social que atuassem nesse novo espaço constituído. O trabalho social tinha um caráter mais administrativo, com suas ações centralizadas na gestão condominial, no acompanhamento da adimplência dos mutuários e na organização comunitária (GOMES, 2005; PAZ, 2012).

Segundo Paz (2012),

[...] após a falência do BNH (1986) há uma desarticulação no nível federal do trabalho social que dará sinais de retomada na gestão do presidente Itamar Franco (1992-1994) com a criação do Programa Habitar (1994), no qual o trabalho social passa a ser exigido como contrapartida de estados e municípios. Cabe observar que o contexto do neoliberalismo e reestruturação produtiva dos anos 1990 levou a cabo uma desresponsabilização estatal com as políticas públicas e a terceirização de uma série de serviços na área da saúde, habitação, saneamento, etc. (PAZ, 2012, p. 4),

Na primeira gestão (FHC), com o Programa Habitar Brasil (PAZ e TABOADA, 2010, p. 47) revelam a presença de uma agência de financiamento multilateral o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ao final da primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o trabalho social junto às populações beneficiárias de programas e/ou projetos com recursos advindos do Orçamento Geral da União passou a ser uma exigência e incluído nos custos do empreendimento a serem contratados, especialmente a partir de 1999,

influenciado pelo Programa Habitar Brasil-BID (que teve início no governo de Itamar Franco) (GOMES, 2005; PAZ, 2012).

A inovação era que o governo federal passava a incluir nos custos do empreendimento a ser contratado, recursos para o desenvolvimento do trabalho social, sendo que parte destes recursos era a fundo perdido, ou seja, a custo zero para os municípios e estados. Os resultados extremamente positivos da experiência de execução de projetos integrados (intervenções físicas/obras e sociais concomitantes) reforçaram a necessidade do desenvolvimento desse modelo, demonstrando eficácia em comparação ao modelo de trabalho anterior. (CARVALHO, 2011, p. 599)

Com a criação do Ministério das Cidades, 2000, se amplia a concepção e o reconhecimento do trabalho social que passa a ser entendido como um direito do cidadão na Política Nacional de Habitação e sua exigência é estendida para os Programas de Saneamento Ambiental Integrado, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2009.

1.8.1. O Trabalho Técnico Social no Minha Casa Minha Vida

No caso do PMCMV o Trabalho Técnico Social (TTS) o poder público deve realizar junto aos beneficiários. Este trabalho pode ser executado pelo próprio poder público ou, quando não for o caso, deve ser feito processo licitatório para seleção de empresa executora. No caso de processo licitatório, a empresa deve comprovar que sua finalidade é o exercício do trabalho social e comprovar experiência na área (INSTITUTO ESCOLHAS, 2019, p. 89). No caso de Campinas a empresa que executa esse trabalho historicamente é a COHAB Campinas.

O projeto do TTS deveria levar em conta o perfil dos beneficiários, como: “dados da composição familiar, demanda por educação, lazer, saúde e outros serviços, para adequar o trabalho ao perfil do favorecido” (INSTITUTO ESCOLHAS, 2019, p. 89). O TTS tem como objetivo informar os beneficiários sobre os detalhes do programa bem como oferecer assessoramento e acompanhamento da gestão condominial, explicar como funciona os trâmites, as regras contratuais, etc., no sentido de educar os moradores dos empreendimentos sobre a gestão patrimonial e ambiental bem como incentivar a organização comunitária e participação coletiva. O espaço do TTS deveria ser aproveitado para inserir os beneficiários em outros segmentos de políticas públicas.

Teoricamente a execução do TTS começa 90 dias (3 meses) antes da conclusão da obra e termina 180 dias (6 meses) depois da assinatura do contrato do último beneficiário, podendo ser prorrogado por mais 180 dias, se necessário. As atividades do

TTS devem ser avaliadas e monitoradas continuamente por exigência da Caixa. Na segunda fase do PMCMV, “[...] os recursos destinados à execução do TTS corresponderam a até 2%, no caso de empreendimentos sob a forma de condomínios, e a até 1,5% do valor de aquisição da unidade habitacional (UH), nos casos de loteamentos” (INSTITUTO ESCOLHAS, 2019, p. 89).

O trabalho técnico social deveria garantir a oferta de serviços públicos ao empreendimento, pois o fim da implementação do empreendimento é marcado pelo fim do TTS, no qual deveriam mostrar em detalhes a necessidades desses serviços. Sobre o TTS de Campinas foi feito um grande investimento, porém claramente apenas o TTS não é suficiente quando não há políticas para suprimento das necessidades em compasso com o TTS.

1.9. Considerações do capítulo

Considerando a falha do programa em atender de forma satisfatória quesitos de suma importância para uma vida digna para milhões de famílias que se mudaram para esses empreendimentos, aliado aos trabalhos técnicos sociais feitos de qualquer maneira, quando realizado, surge, mais como resposta aos problemas gerados por esse desenho, o DIST – Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios, que será explicado de forma minuciosa no próximo capítulo.

No Brasil, país em que a questão do espaço como segregado deveria ser um problema mais seriamente tratado pelo Estado, ocorre por vezes ser justamente ele o fomentador do reforço para essa segregação. como vemos no caso de Campinas, aonde a Macrozona 5 é a que mais recebe as Zonas Especiais de Interesse Social e como vimos, para abrigar as famílias advindas de diversas áreas da cidade. O Plano Municipal de Habitação elaborado em 2011, já havia feito um mapeamento dos vazios urbanos dentro da cidade, aonde existe infraestrutura e serviços consolidados, o que não necessitaria ampliar o perímetro urbano, como o novo Plano Diretor que foi quase aprovado propunha. Percebemos aí uma forma muito perversa de localizar a população de mais baixa renda cada vez mais distante dos centros e legitimar isso com a aprovação das ZEIS em áreas periféricas da cidade. Como Marcuse (2004) coloca

O zoneamento é a corporificação legal que se aceita para tais divisões [divisões estas que diferenciam status social entre grupos, que acabam por denotar relações de superioridade ou inferioridade]. Que o zoneamento seja por função geralmente definida como uso econômico (de residencial a industrial pesado, industrial leve, varejo, atacado, escritórios) não é tão evidente quanto pode parecer, o “zoneamento de desempenho”, por exemplo, pretende definir usos

permitidos da terra não por sua natureza econômica, mas por seu impacto ambiental: tráfego produzido, área de sombra criada, circulação de ar impedida, espaço verde ocupado etc. E, enquanto o “uso” pode separar indústria de comércio ou de residência, nunca ficou muito claro porque o uso residencial para uma família devesse ser diferente daquele para duas ou três famílias. (MARCUSE, 2004, p. 26)

Acrescenta-se a discussão anterior sobre espaço, lugar e território, a questão política e as divisões sociais

Há mais um fator complicador: o papel do espaço não é constante. O espaço é socialmente criado; o seu papel se altera com as alterações nas constelações sociais: cultural, funcional, de status e poder. É claro que a topografia e considerações de ordem geográfica influenciam a localização das divisas espaciais e frequentemente estarão correlacionadas com as divisões sociais. Por exemplo, classes superiores morarão nas áreas de maior amenidade ambiental. Mas mesmo as correlações são fluidas e sujeitas às mudanças sociais e econômicas: assim, áreas costeiras podem receber uso industrial ou ser ocupadas por trabalhadores portuários em uma determinada sociedade e, em outra, reservadas para residências de luxo e uso recreativo. Do ponto de vista histórico, padrões diferentes de divisão são diferencialmente refletidos, fortalecidos ou contestados no espaço. [...] as relações sociais determinam relações espaciais; essas, por sua vez, geralmente influenciam, mas nem sempre reforçam as relações sociais. Onde as relações sociais subjacentes estiverem em fluxo, ou onde a alocação e o uso do espaço não refletirem de perto essas relações, provavelmente haverá conflito, o que mais uma vez reflete tanto nas disputas do espaço quanto nas próprias relações sociais em sua base. A construção de muros (ver Marcuse, 1997a) para criar ou reforçar divisões pode ser tanto um reflexo da instabilidade das relações subjacentes, quanto da rigidez das divisões em seu interior. (MARCUSE, 2004, p. 27)

O PMCMV como projeto sugere que os empreendimentos sejam feitos obedecendo uma regra que promova uma mescla social, ou seja, renda mista: que tenham pessoas que venham de remoção, mas também famílias provenientes do aluguel. Isso não foi colocado em prática no caso do Jardim Bassoli, por exemplo. A mistura de rendas, assim como a mistura de usos (JACOBS, 1961), é essencial para formação de um tecido urbano mais diversificado, que gera oportunidades, cria uma rede de apoio.

O próximo capítulo mostrará uma experiência vivida na Colômbia em Medellín, considerada como uma cidade modelo, no sentido de realizar grandes feitos através de um esforço conjunto, de políticas integradas aliada a vontade da população, conseguindo assim mudar, inclusive, o estigma da população e a forma que a cidade era vista pelo mundo. Considerados uma experiência com bastante elementos passíveis de estudo, considerados exitosos aos olhos do mundo: os Projetos Urbanos Integrais concretizados na cidade de Medellín, através do urbanismo social, merecem ser estudados e mostrados no intuito de elucidar caminhos para uma forma diferente de se fazer urbanismo associado à Políticas Públicas, com o ideal de buscar maneiras mais participativas e colaborativas visando o bem-estar coletivo.

CAPÍTULO 2

2. Projetos Urbanos Integrals e Urbanismo Social³⁹

2.1. As intervenções nos espaços públicos na periferia de Medellín

O presente capítulo tem como objetivo traçar uma abordagem teórica sobre o Urbanismo Social, tão difundido pela experiência “exitosa”⁴⁰ em Medellín, Colômbia, pelos Projetos Urbanos Integrals (PUIs), sobretudo na zona nororiental. A partir do histórico sobre Medellín, foram abordados alguns acontecimentos importantes que estão relacionados ao desenrolar histórico, político e social das políticas urbanas desta cidade. Será compartilhada a experiência que a pesquisadora teve na cidade, traduzida em observações de campo e entrevistas realizadas com agentes públicos, moradores dos bairros e outros atores sociais. A passagem pela cidade proporcionou ainda uma experiência piloto do Jogo Oásis no bairro Villa del Socorro, trazendo, num espaço de tempo limitado, resultados em curto prazo devidamente registrados visualmente e descritos ao fim deste capítulo.

2.2. Introdução histórica: Medellín, a eterna primavera

Medellín⁴¹ é a segunda cidade mais populosa da Colômbia e faz parte da Área Metropolitana do Valle de Aburrá, composta por dez municípios, que no total possuem

³⁹ Esse capítulo é resultado do estágio feito na *Universidad de Antioquia*, em Medellín – Colômbia no período de outubro de 2018 a abril de 2019, pelo programa de doutorado sanduíche em uma parceria da Pós Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas com o grupo MASO da *Facultad de Ciencias Sociales* da *Universidad de Antioquia*, com financiamento da CAPES, que teve como proposta de pesquisa investigar e refletir sobre as intervenções urbanas feitas nos Projetos Urbanos Integrals na comuna 2 da Zona Nororiental, em um contexto de política urbana dito como urbanismo social na cidade de Medellín, e as formas de apropriação dos espaços públicos ao redor de habitações populares. O trabalho fez parte do programa de Doutorado Sanduíche financiado pela CAPES entre o período de outubro de 2018 a abril de 2019, no grupo de pesquisa “Medio Ambiente y Sociedad-MASO” da *Facultad de Ciencias Sociales* da *Universidad de Antioquia*, com a orientação de Laura Machado de Mello Bueno e co-orientação/supervisão de Liliana María Sánchez Mazo (Medellín-Colômbia).

⁴⁰ Embora Medellín tenha obtido avanços reconhecidos internacionalmente no campo das políticas públicas envolvendo a habitação e apropriação dos espaços urbanos destinados para e pela população historicamente desfavorecida, que participou do seu desenvolvimento, esse desenvolvimento não deixou de ser abordado criticamente por diversos pesquisadores.

⁴¹ Medellín se estende ao norte da Cordilheira Central da Colômbia, no noroeste do país, localizada a 1.538 metros acima do nível do mar, entre 5 ° 25 'e 8 ° 55' de latitude norte e 73 ° 53 'e 77 ° 07' de comprimento, a oeste do meridiano de Greenwich. É a capital do departamento de Antioquia e administrativamente forma a área metropolitana do Vale do Aburrá. O município de Medellín, que tem uma área total de 380,64 km² (0,6% do território departamental) - dos quais 105,02 km² correspondem a terrenos urbanos, 270,42 km² a terrenos rurais e 5,20 km² a terra de expansão - distribui-se politicamente

uma população de 3.550.000 habitantes. Como município, a cidade possui uma população de 2.343.049 habitantes⁴². Conhecida como a cidade da “eterna primavera”⁴³ por ter um clima ameno e propício para o desenvolvimento de qualquer atividade, é a segunda cidade em tamanho populacional, depois da capital Bogotá. E, com esta, disputa lugar como centro industrial do país⁴⁴.

Construída às margens do rio Medellín, a cidade é considerada um território de alto valor ambiental pela quantidade de corpos d’água. A topografia acidentada faz com que seja uma zona com águas superficiais em forma de córregos que descem e afluem convergindo no rio Medellín. Esta condição permitiu o avanço da urbanização, pois esses córregos servem tanto de fonte de abastecimento como de drenagem de águas residuais. Seu solo é considerado impróprio para a construção massiva de assentamentos, sendo ele instável geologicamente nos dois costados, ocasionando condições desfavoráveis para muitas construções, pelo fato de estarem sujeitas a riscos de desabamento por erosão.

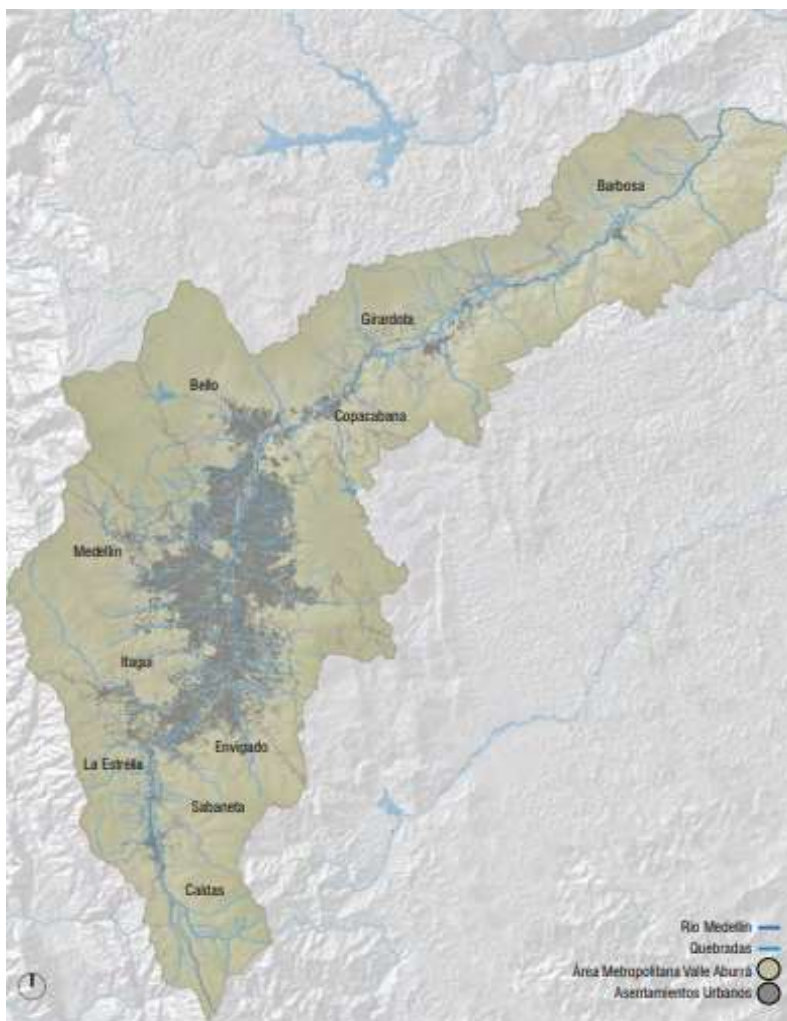
em cinco corregimientos na área rural e em seis zonas compostas de 16 comunas na área urbana, distribuídas em 249 bairros oficialmente registrados. (TOVAR, 2009)

⁴² Segundo cifras do censo de população e projeções municipais do DANE, 2010.

⁴³ A zona urbana está a uma altura entre 1.400m e 1.800m do nível do mar, mas as montanhas que a envolvem passam dos 3mil metros e, por estar localizada na franja equatorial, oferece um clima particular, com temperaturas muito estáveis ao longo do ano, com a média de 22 graus centígrados.

⁴⁴ https://www.universocentro.com/Portals/0/PDF/Libro_Barrios-Def_baja_indv.pdf.

Figura 8: Mapa com a Hidrografia do Valle de Aburrá



Fonte: Bio 2030. Un sueño que juntos podemos alcanzar. Edição: equipe gráfica EDU – Urbam-EAFIT.

No entanto, esse quadro de condições geográficas relativamente favoráveis não evitou o surgimento de graves problemas sociais ao longo de sua história. Entre as décadas de 80 e 90, até meados de 2000⁴⁵, a Colômbia e sobretudo Bogotá e Medellín, se destacaram como cidades famosas pelo alto índice de homicídios,⁴⁶ ocasionados sobretudo pela violência do Estado, em conflito com grupos guerrilheiros⁴⁷ e

⁴⁵ Algumas experiências internacionais inspiraram as experiências em Bogotá e Medellín, como o projeto “Favela Bairro” no Rio de Janeiro, entre outros projetos como melhoramento de bairros com a implementação de equipamentos em Barcelona.

Dos projetos colombianos se destacam as transformações urbanas realizadas em Bogotá com a implementação das bibliotecas integradas com parques, ruas para pedestres, entre outros projetos e mudanças urbanas realizadas na década de 1990, nos governos de Mokus e Peñalosa.

⁴⁶ Medellín chegou a alcançar a taxa de 381 homicídios por cada 100.000 habitantes em 1991. (Gutiérrez e Londoño, 2018).

⁴⁷ Entre os grupos guerrilheiros destacam-se: Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP); Ejército de Liberación Nacional de Colombia (ELN); c) Ejército Popular de Liberación Nacional (EPL); Movimiento 19 de Abril (M-19).

Disponível

em:

https://www.cidob.org/publicaciones/documentacion/dossiers/dossier_proceso_de_paz_en_colombia/doss

paramilitares⁴⁸; conflitos entre forças policiais e grupos de narcotráfico e; disputa pela hegemonia do circuito de tráfico de drogas por grupos rivais:

En el desarrollo de la lucha por los centros de producción, las rutas, las relaciones y los mercados surgirían las rivalidades entre el núcleo del Valle y núcleo antioqueño, dando origen a los carteles de Cali y Medellín [...] Pese a que en Colombia se habla de cinco focos de la mafia, estos se concretan en el surgimiento y desarrollo de los carteles de Medellín, Cali y Norte del Valle, y un gran número de pequeños grupos desagregados de estos a partir de las disputas internas y la muerte o captura de los grandes capôs (GALLEGO, 2012, pp. 152-153).

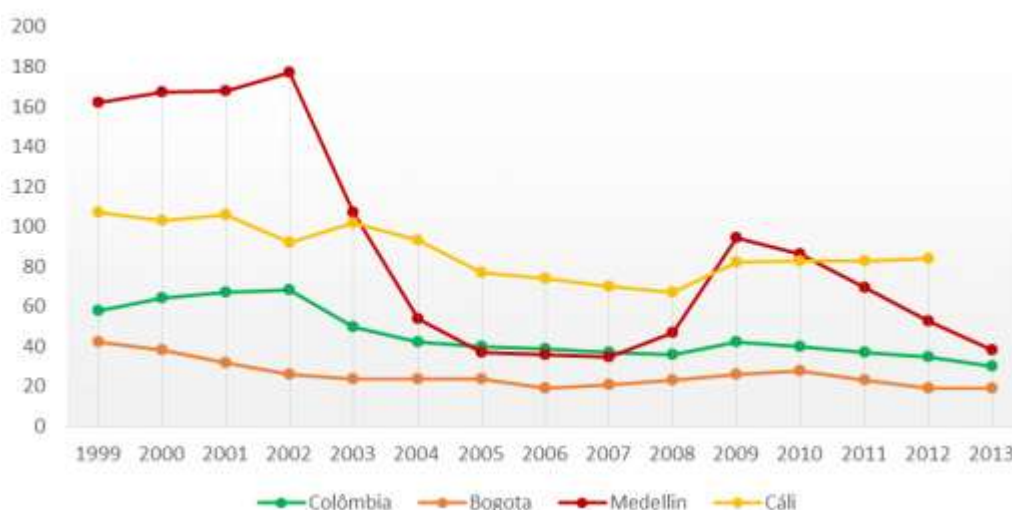
Os fatores mencionados acima contribuíram para que Medellín alcançasse o seu maior índice de taxa de homicídios em 2002, sendo considerada umas das cidades mais perigosas do mundo (BUENO, 2018).

ier proceso de paz en colombia/conflicto en colombia antecedentes historicos y actores. Acesso em: 19 de dez. 2019

⁴⁸ *Son grupos de extrema derecha, que se multiplicaron en la década de 1980 y tienen su origen en la promulgación de la Ley 48 de 1968 a través de la cual el Estado colombiano permitió la privatización de la lucha armada a manos de civiles protegidos por los intereses de las élites regionales para defenderse de lo que ciertos sectores de la sociedad consideraban que era la amenaza de los grupos guerrilleros, en un contexto internacional de Guerra Fría. Durante los años ochenta se incrementa el número de grupos paramilitares por parte del sector ganadero y de los narcotraficantes con el objetivo de defenderse de los secuestros llevados a cabo por las guerrillas. Un evento que marcó de forma decisiva la conformación del paramilitarismo en estos años fue el secuestro por parte del M-19 de Martha Nieves Ochoa, familiar de miembros del cártel de Medellín. El grupo más reconocido de entonces se denominaba Muerte a Secuestradores (MAS). En la década de los ochenta, el ingreso en escena de los narcotraficantes volvió aún más complejo el conflicto con las guerrillas. Los traficantes empezaron a invertir (1980) sus extraordinarias ganancias en propiedades rurales, por lo cual se convirtieron en blancos de extorsión. Los paramilitares se extendieron gracias al apoyo de ricos hacendados y pequeños industriales. En los años noventa se creó el grupo Autodefensas Unidas de Colombia (AUC), que unió a diversos grupos paramilitares. La AUC se disolvió entre 2003 y 2006 en un proceso de desmovilización emprendido por la Ley de Justicia y Paz (Ley 975 del 2005) impulsada por el entonces presidente Álvaro Uribe. En los primeros dos años se desmovilizaron 23 grupos en los cuales participaban cerca de 14.000 personas. No obstante, algunas facciones siguen funcionando, se han trasladado a los cárteles de la droga o han pasado a formar parte de las bandas criminales conocidas actualmente con el nombre de BACRIM. Disponible*

em:[https://www.cidob.org/publicaciones/documentacion/dossiers/dossier_proceso_de_paz_en_colombia/dossier_proceso_de_paz_en_colombia/conflicto_en_colombia_antecedentes_historicos_y_actores.](https://www.cidob.org/publicaciones/documentacion/dossiers/dossier_proceso_de_paz_en_colombia/dossier_proceso_de_paz_en_colombia/conflicto_en_colombia_antecedentes_historicos_y_actores) Acesso em: 19 de dez. 2019

Figura 9: Gráfico da evolução de Taxa de Homicídio, Comparativo Cidades Colombianas



Fonte: Elaboração Bueno e Antonucci com base em Medical Examiner’s Office; Colombia Reports (2018).

Figura 10: Gráfico da evolução de Taxa de Homicídios em Medellín



Fonte: Elaboração Bueno e Antonucci com base em Medical Examiner’s Office; Colombia Reports (2018).

Porém, esse alto índice não é algo que se possa analisar isoladamente. Pode-se associar a raiz relativa de tal quadro de brutalidade, por exemplo, à enorme desigualdade social em que toda a América Latina está imersa, sob esta perspectiva, a violência é um fenômeno eminentemente social, com fundamentos na própria concepção ideológica da sociedade incidindo na visão que os indivíduos possuem acerca de si e sobre o outro:

Está claro que el encaminamiento para actitudes violentas tiene que ver con situaciones de exclusión, marginalidad, desempleo, pobreza y todo su contexto, lo que provoca un sentido de indignidad.

El carácter violento de un ato está relacionado con la enajenación de la cualidad de sujeto a un semejante, convirtiéndolo en una cosa. (BALLESTEROS, et. al., 2010, p. 91).

As duas maiores cidades da Colômbia, Bogotá e Medellín, além de terem sido muito impactadas pelo fenômeno da violência, também se caracterizam por serem as que receberam a maior parte de desterrados; famílias que foram expulsas de suas terras em função dos conflitos no campo, e que chegavam a essas cidades em busca de refúgio, emprego e nova vida. A cidade de Medellín abrigou mais de 100 mil habitantes nessas condições na última década e estima-se que 20% de sua população total tenha história similar⁴⁹.

En los años 50, Colombia estaba viviendo cambios en su desarrollo y se encontraba en una crisis política por la violencia partidista. Durante este período, el éxodo masivo del campo a la ciudad se produjo por síntomas como la búsqueda de progreso y por el desplazamiento de personas que huían de la violencia. La ciudad de Medellín no fue ajena a este hecho social. (BALLESTEROS, et. al., 2010, p. 91).

Historicamente Medellín possui assentamentos informais desde o século XIX⁵⁰, mas foi durante a metade do século XX que experimentou seu maior crescimento populacional, (entre os anos 1938 a 1964) e, conseqüentemente o aumento dos assentamentos informais. Foi nesse momento que houve um maior crescimento mediante migrações provenientes de áreas rurais⁵¹, devido aos conflitos internos de origem política que o país sofreu com grande força em 1950. Em virtude disso, Medellín tornou-se um dos territórios que recebeu um dos maiores fluxos de migrantes. A cidade, por sua vez, possuía seus atrativos, com um desenvolvimento industrial pujante proporcionando oportunidades de trabalho, especialmente na indústria têxtil.

Desde principios del siglo XX Medellín se perfiló como una ciudad con una notable orientación industrial. Su base económica estaba constituida por la industria textil, la cual apalancó el crecimiento económico urbano. El desarrollo de este sector fue crucial, tanto que gracias a este Medellín se convirtió en el centro industrial más importante de Colombia (JABBA, 2012, p. 3).

Embora a indústria têxtil mereça destaque a partir da década de 50, no início do século XX Medellín já apresentava segmentos diversificados em seu incremento

⁴⁹ Discurso de Madrigal Correa, Diretora do Programa de atenção a vítimas de deslocamento forçado, junho 2015.

⁵⁰ Durante o ano de 1840 houve o processo de ocupação do primeiro assentamento informal, conhecido como “*El Salado*”, no qual surgiu como uma população de escravos que se emanciparam (PRIMED, 1994).

⁵¹ GÓMEZ, 1991.

industrial, constituindo um pólo que necessitava de mão-de-obra barata para sustentar o vigoroso florescer econômico da cidade em Eterna Primavera⁵².

Foi durante a década de 50 que as políticas referentes aos assentamentos informais que se gestaram, flutuando entre medidas repressivas, que tinham como objetivo acabar com os “tugúrios” das ladeiras, e políticas compensatórias que mais tarde pretendiam reabilitar esses assentamentos (LOPERA et. al, 2017, p. 21).

Sendo o foco deste trabalho as ações logradas pelo PUI-Nor⁵³, seus objetivos e eixos de intervenção, bem como o impacto do mesmo no cotidiano dos moradores e seus efeitos na percepção e apropriação dos espaços públicos, dando ênfase às praças públicas e suas diferentes formas de utilização, vamos percorrer alguns dados históricos importantes da zona nororiental, uma vez que é preciso entender a endogenia e exogenia sócio-histórica do processo dinâmico da territorialização e da territorialidade:

[...] la territorialidad y la territorialización son conceptos que corresponden, fundamentalmente, a fenómenos interdependientes que se definen en una escala de tiempo y espacio. Al concebirse el territorio como un escenario dinámico y en constante producción, la territorialidad y la territorialización se convierten en componentes primordiales que le dan vida al espacio y que, a su vez, lo configuran, delimitan y definen sus particularidades. (BALLESTEROS et al, 2010, p. 90).

2.2.1. Histórico sobre a formação dos assentamentos informais

Os núcleos da construção dos primeiros bairros da Zona Nororiental foram casas de grande porte, considerados bairros obreiros⁵⁴, por volta de 1932. Naquela época, ocorreu a recessão da mineração, o que explica a atração dos emigrantes pelo boom industrial.

Até a metade do século XX, a urbanização do espaço, tanto público como privado, havia se desenvolvido em grande parte em um marco legal vigente e com um planejamento intuitivo, mas adequado, no que diz respeito a seções

⁵² O Grupo de Historia Empresarial da Universidad EAFIT (Medellín) realizou um levantamento destacando as principais indústrias do início do século: *Estrada y Wolff, fundada en 1901; Cervecería Antioqueña (1901), Compañía Antioqueña de Tejidos (1902), Zimmerman, Tagnard y Compañía (1903), Posada y Tobón –hoy Postobón– (1904), Coltejer (1907), Harinera Antioqueña (1912), Noel (1914), Manufactura Nacional de Sombreros (1914), Compañía Nacional de Puntillas (1916), Fábrica Nacional de Conservas Alimenticias (1917), Coltabaco (1919), Compañía de Calzados Rey Sol (1919), Compañía Nacional de Chocolates (1920), Fabricato (1920), Fundación y Talleres de Robledo (1920), entre otras.* Disponível em: <http://www.eafit.edu.co/investigacion/revistacientifica/edicion-162/Paginas/medellin-emprendio-desde-la-primera-decada-del-siglo-xx.aspx>. Acesso em: 19 de dez. 2019

⁵³ O PUI Nororiental (Comunas 1 e 2) foi definido como prioritário por ser a zona com os índices mais baixos de qualidade de vida e desenvolvimento humano da cidade, e por estar associado com os maiores níveis de homicídio entre 1999 e 2006 (202,5 homicídios por cada 100.000 habitantes), junto a Zonas Centroccidental e Centroriental. Seu processo se relaciona com a presença do *metro cable*, sistema de transporte massivo que constitui um importante elemento para o seu desenvolvimento.

⁵⁴ Entre eles El Majal, que hoje é La Mansión; Pérez Triana, hoje Manrique Central 1 e 2, Campo Valdés, Aranjuez e Berlín (GRIESBECK; GÓMEZ; ARENAS, 1997, p. 23)..

de estradas, orientação de rua, carreiras e lotes. Uma segunda emigração massiva ao setor nordeste foi motivada pela violência gerada no campo após 1948 (GRIESBECK; GÓMEZ; ARENAS, 1997, p. 23. Trad. autora).

A partir dos anos 60 o surgimento de especuladores imobiliários promoveu aumento da tensão social, pois invadiam, desmontavam os barracos, reconstruíam novos imóveis e revendiam, repetindo esse mesmo mecanismo em diversas oportunidades. Outro tipo de ocupação foi o proporcionado por aqueles indivíduos que, com capacidade econômica muito limitada, chegaram em busca de moradia para suas famílias ao comprando dos especuladores (GRIESBECK; GÓMEZ; ARENAS, 1997, p. 24. Trad. Autora).

Começaram então a se desenvolver assentamentos informais por meio da autoconstrução, mas dispersos através da apropriação ilegal de terras ou parcelamento na zona nordeste; os córregos existentes eram barreiras naturais que dificultavam as conexões e a maioria dos caminhos eram para pedestres. Além disso, a região apresenta sérios problemas topográficos:

La topografía que presenta la comuna es muy abrupta y con altas pendientes. Las quebradas La Seca o Negra, Granizal, Carevieja y El Zancudo, que pasan por allí, se caracterizan por tener cañones muy profundos, sus riveras están invadidas casi en su totalidad por asentamientos humanos y tienen antecedentes de desastres por inundaciones en las temporadas invernales. La clasificación geológica de los suelos muestra un gran porcentaje de terrenos con baja aptitud para el uso urbano, es decir, que están clasificados como de alto riesgo. (BALLESTEROS, et. al, 2010, p. 92).

Ainda na década dos 60 surgem nessa zona novos assentamentos de carácter formal, nos espaços que ainda estavam livres. São fundados os bairros Villa Niza e Villa del Socorro⁵⁵, iniciativa pública que pretendia mitigar o déficit habitacional. Surgem também ocupações na ladeira que conformam os bairros Granizal, Popular 1 e 2 e Santo Domingo 1, localizados num terreno acima dos anteriores⁵⁶.

⁵⁵ O assentamento do bairro La Francia foi consolidado, iniciado em 1951 como uma urbanização "pirata". Com o objetivo de erradicar as favelas do centro, a prefeitura comprou lotes na Zona Nororiental, e a Fundação Casitas de la Providencia (fundação privada) iniciou a construção de mil e duzentas casas no bairro conhecido hoje como Villa del Socorro. Com o tempo, o bairro tornou-se uma referência para organizações sociais e comunitárias na área.

⁵⁶ Estes novos assentamentos não apresentam traçados internos regulares e surgem estradas descobertas a partir das quais surgem reconhecíveis caminhos de pedestres devido ao uso contínuo dos habitantes da área. Os primeiros equipamentos públicos são construídos por iniciativa da igreja. Link: https://www.universocentro.com/Portals/0/PDF/Libro_Barrios-Def_baja_indv.pdf

Figura 11: Foto da moradia original construída pelo programa Casitas de la Providencia no bairro Villa del Socorro.



Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016). Retirada em Mazo, 2017.

Vásquez e outros autores resumem da seguinte forma o processo de territorialização na área supracitada durante os anos 60:

Esta gesta trajo consigo un proceso independentista: en este caso una territorialización vía loteo e invasión de personas, cuyo único escampadero era la fuerza de voluntad con la que habían nacido. Con el tiempo, otras familias fueron llegando y colonizando sobre el territorio su espacio (BALLESTEROS et, al., 2010, p. 91).

“Em 1974 houve uma tragédia causada pelo grande fluxo de água da chuva e esgoto, formando resíduos que erodiram a terra e geraram um deslizamento de terra num terreno com condições topográficas favoráveis” (GRIESBECK; GÓMEZ; ARENAS, 1997, p. 25. Trad. Autora).⁵⁷.

Na década de 1970 se apresenta uma mudança no discurso por parte da municipalidade: passa a erradicar os novos assentamentos informais, que estavam em seu início na cidade, com a ideologia de incorporar a marginalidade física e comunal à dinâmica econômica, espacial e social da cidade. Nessa época a zona *nororiental* consegue um estado de formação bem consolidado: os assentamentos ocupam todo o

⁵⁷ Hoje, esse setor onde cerca de dezenas de pessoas foram enterradas, está parcialmente reflorestado e completamente (re)ocupado. A área do deslizamento foi declarada um campo sagrado pelo bispo, fato que não impediu a construção de novas casas próximas aos túmulos deixados pelos parentes dos mortos. Trinta anos após a fundação do bairro Santo Domingo Sávio a forma de ocupação dos espaços ainda vagos não mudou, e a maioria de seus habitantes não tem suas condições de vida com as necessidades básicas atendidas. Link: https://www.universocentro.com/Portals/0/PDF/Libro_Barrios-Def_baja_indv.pdf

terreno e começam a aparecer as primeiras conexões entre os bairros. São construídas as primeiras pontes e vias sentido norte. As edificações crescem em superfície e altura diminuindo ainda mais o espaço livre, devido ao fenômeno de ocupação, principalmente ao longo dos córregos La Herrera e Juan Bobo.

Cabe destacar que na região leste da cidade de Medellín as encostas são bastante acentuadas e alcançam inclinações superiores a 50% na parte alta da encosta. As famílias que ali se instalaram foram praticamente desbravadoras, despendendo esforços com as próprias mãos para construir seus barracos (o mesmo processo que aconteceu e acontece com formação das nossas favelas, sobretudo no Rio de Janeiro que possui uma geografia de morro que se assemelha a Medellín, porém em outras dimensões).

A gestão territorial da zona *nororiental* pelo Estado na década de 1980 estava destinada à regularização e em menor medida à legalização. As melhorias nos assentamentos eram realizadas pela autogestão e autoconstrução das comunidades, e por ações pontuais da administração municipal, mas não se encontravam inseridas em nenhum plano de ordenamento de caráter comunal ou zonal. Nessa mesma década aumentaram as edificações, assim como o nível de definição dos traçados. As áreas verdes dos interiores das quadras desaparecem, dando espaço a mais edificações, o que reduziu notavelmente o espaço livre nos barrancos pelo efeito das ocupações. Isso resultou em uma densificação significativa da zona através da autoconstrução. Os bairros começam a se misturar entre si, mas sem conseguir identificar limites claros⁵⁸.

Uma nova realidade, cheia de sangue e violência envolveu a zona nororiental durante os anos 80 e 90, com o avanço das redes de narcotráfico, contribuindo para criar nela o estigma sociocultural que a maculou, não sendo encarada como local de oportunidade para sua recuperação como área urbana e de desenvolvimento social na cidade. Isso criou situações de isolamento social; guetos urbanos consolidados e herméticos a qualquer estrutura pública ou social⁵⁹, ocasionando graves problemas sociais tendo como algumas de suas consequências: desemprego, baixo nível de escolaridade, habitação inadequada, escassez de alimentos, abandono de menores e idosos, ausência paterna, delinquência juvenil, entre outros.

A abordagem desses problemas, enquanto sistêmicos, se integram à visão do urbanismo social, de tal forma que “O futuro da arquitetura radica em uma maior empatia com a diversidade dos usuários e uma inclusão ativa destes, e também envolve

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ A menos que eram eles mesmos ou advindos de seu núcleo fechado e círculo social.

melhorar e refazer todas aquelas partes marginais e os subúrbios do território” (MONTANER e MUXI, 2014, p. 157). De certa forma, o caráter de atuação do urbanista nesse tipo de intervenção é o de interregular, com os agentes locais da periferia, uma vez que “[...] o aparelho de Estado é um agenciamento que efetua a máquina de sobrecodificação de uma sociedade. Essa máquina, por sua vez, não é, portanto, o próprio Estado, é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1998, p. 150). Tal compreensão nos ajuda a entender que o processo de mudança urbanística dos subúrbios de Medellín não consiste em um “milagre”, mas numa ressignificação da política urbanística e social, enquanto horizonte de ação efetiva entre os agentes envolvidos para reconfiguração do espaço, em busca de minimizar os efeitos dessa “máquina de sobrecodificação”, ou mesmo agir sobre ela que, segundo Deleuze e Guattari, encontraria sua eficácia nas ações do Estado (DELEUZE & GUATARI, 1998,p. 150).

Em decorrência da sua história de luta e resistência, Medellín apresenta grupos que se apropriam de diversas formas do espaço urbano, como uma maneira de reivindicar o direito à cidade. Sejam elas mediante manifestações artísticas, como grafites, intervenções culturais, exposição fotográficas, entre outras, mas também outros usos, como consumo e venda de drogas, turismo sexual etc. As relações de vínculo com o espaço e entre os indivíduos numa sociedade que sofreu o processo de modernização carrega consequências, pois embora existisse em outro momento, foi se modificando com a consolidação do planejamento urbano das cidades modernas. O estudo de caso em e a implementação experimental da vivência Oásis na cidade de Medellín, se arvoram no esforço de compreensão dos elos comunais, e da relação das pessoas com o lugar. Evidente que mesmo havendo inclusão das pessoas nos projetos, não há como garantir que os mesmos sejam apropriados exatamente da forma que foram planejados e projetados, mesmo porque, o projeto arquitetônico e urbanístico não é um fim em si, mas algo que se relaciona com a vida em sociedade e, portanto com suas demandas mutáveis. Além disso, existem as “fronteiras invisíveis”, um termo bastante conhecido pelos habitantes da cidade, que envolve a disputa pelo território por diferentes grupos (armados, não armados, milicianos, etc).

Nas últimas décadas, sobretudo depois dos anos 1990 em Bogotá e após os anos 2000 em Medellín, foram investidos muitos recursos para melhoria de vida nas periferias. No caso de Medellín, em específico, a partir de 2004, criaram-se políticas de

intervenções nos espaços públicos: mobilidade, habitação, entre outras. Pode-se dizer que houve uma reafirmação do espaço público como espaço para as pessoas, no que tange a protagonização do indivíduo no cenário urbano, onde o planejamento urbano é pensado a partir da participação popular⁶⁰. Estas políticas passaram a atuar nas periferias da cidade, como forma de reverter o estigma da população, que em virtude da longa história regada de violência e das disputas pelo reconhecimento do poder social na construção da cidade, não faziam parte das prioridades nas políticas urbanísticas em seus próprios bairros.

Entre essas políticas intervencionais podemos destacar a implementação de projetos de grande porte, como a construção do *metrocable*, primeiro transporte público de massa com acesso aos morros, construído entre 2001-2003 na prefeitura de Luis Pérez Gutiérrez e inaugurado em 2004, no mandato de Sergio Fajardo; mas também em projetos de portes médios e pequenos como a criação de muitos parques públicos e equipamentos sociais como: parques bibliotecas, colégios públicos de boa qualidade, espaços de lazer, estando esses empreendimentos associados à criação de programas culturais, educacionais e de saúde. Essas intervenções, além de uma grande transformação urbana e social, fizeram com que Medellín fosse nomeada cidade Modelo⁶¹. A política urbana da época denominou-se Urbanismo Social, implementada através dos Projetos Urbanos Integrals. No entanto, mesmo que tenham sido feitas muitas transformações que reverberaram em melhorias nas periferias urbanas, ainda é alto o índice de pessoas que vivem em condições precárias na cidade.

Na zona nororiental da cidade, onde se insere o recorte da pesquisa, o poder público realizou vários projetos para melhoramento de bairros desde a década de 1980/1990. A partir de 2000, foram realizados dois projetos pilotos de transferência da população para o mesmo bairro, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas que estavam vivendo de forma precária e em áreas de risco ambiental. Foram estes: Juan Bobo e La Herrera, além de intervenções em diversos espaços públicos no âmbito dos PUIs (Projetos Urbanos Integrals).

Importante pontuar que o auge das intervenções ocorridas na cidade aconteceram em virtude da pressão social, de vontade política e foi alicerçada pela

⁶⁰ Isso acontece por uma pressão popular aliada a falta de controle e credibilidade que o Estado tem com a população.

⁶¹ Em 2016 Medellín ganhou o prêmio Lee Kuan Yew World City Prize, um dos mais importantes prêmios de urbanismo e desenvolvimento do mundo. Fonte Arch Daily, disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/785268/medellin-recebe-premio-internacional-por-sua-transformacao-urbana>

competência de técnicos especialistas que escutaram a população para projetar esses novos espaços. Evidente que nem todas as decisões passaram por esse processo de participação social, afinal o tempo para se fazer algo participativo, e portanto, horizontal, é maior do que o que levam as decisões verticalizadas tomadas pelos detentores do poder público, no entanto o caráter de democracia participativa precisa ser salientado.

Do ponto de vista das políticas públicas de grande porte e integrativas, Medellín as catapultou através de investimento vultoso em mobilidade urbana⁶², permitindo a entrada do Estado em territórios antes ignorados ou pouco atendidos pelo poder público. Aproveitando os eixos de mobilidade, foram idealizados e implementados os Projetos Urbanos Integrais (PUI's), constituindo um instrumento de intervenção urbana que abarca as dimensões física, social e institucional, tendo por finalidade resolver problemáticas específicas sobre um território definido, disponibilizando diversas ferramentas de desenvolvimento de forma simultânea em função da área de intervenção⁶³. Desta forma, a implantação dos PUI's em Medellín se ancora na interdisciplinaridade, uma vez que ela “[...] se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (JAPIASSÚ, 1976, p. 74).

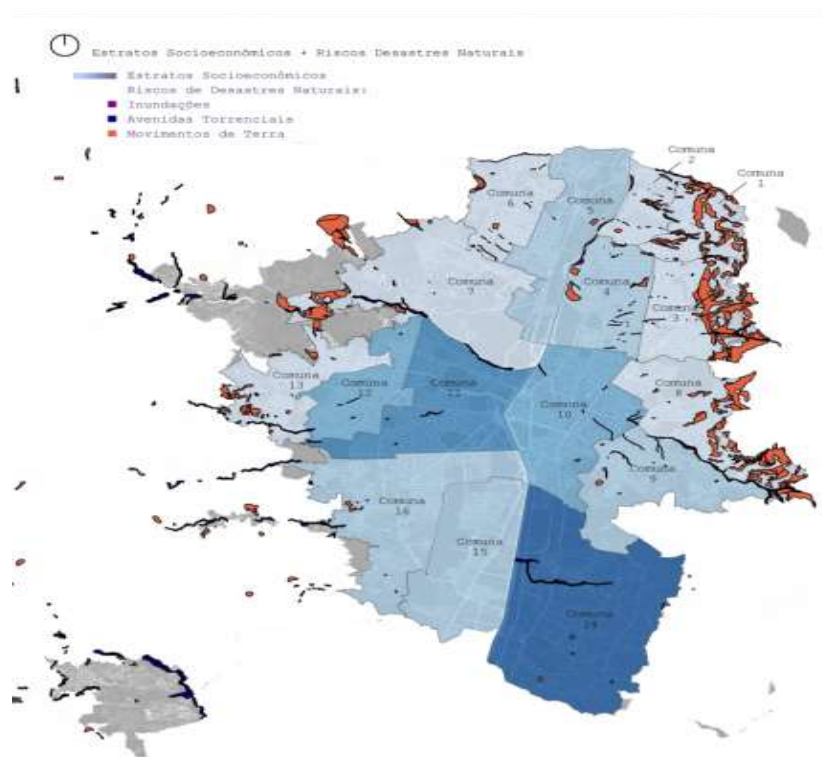
Com início em 2004, foram realizados no total 4 grandes projetos, iniciando pelas intervenções nas comunas⁶⁴ 1 e 2, onde historicamente se encontra um dos índices de desenvolvimento humano mais baixos do município e, conseqüentemente, moradias precárias. Outros locais que receberam intervenções foram: comuna 13 (2006); comunas 8 e 9 e comunas 5 e 6 (estas últimas ocorreram entre o período de 2008 a 2011). A seguir mapa da localização das comunas contendo os riscos que as permeiam.

⁶² Em 2004, a companhia do metrô inaugurou o Metrocable, um teleférico de alta capacidade, que conecta a malha metroviária existente às regiões mais altas e periféricas da cidade. Um investimento de U\$ 260 milhões de dólares. Disponível em: <https://startupi.com.br/2015/11/medellin%E2%80%8A-um-exemplo-de-cidade-e-acessibilidade/>. Acesso em: 19 de dez. 2019

⁶³ <http://www.edu.gov.co>

⁶⁴ A área urbana de Medellín é dividida na seguinte gradação indo da maior para a menor: Zonas, Comunas e Bairros. N.A

Figura 12: Mapa dos extratos socioeconômicos e Áreas de Risco em Medellín



Fonte: Urbam-EAFIT, 2012.

Em um primeiro momento, para a realização da análise dos PUI's, foram analisados documentos disponíveis em sites oficiais, trabalhos acadêmicos entre outros materiais num processo de compreensão da dimensão das intervenções urbanas em termos oficiais. Simultaneamente realizaram-se visitas de campo, utilizando como guia um roteiro de observação, análise de fotografias e projetos. Depoimentos e entrevistas foram recolhidos, tanto com moradores locais (lideranças do território), quanto com outros agentes que fizeram parte do processo ou que acompanharam de alguma maneira os projetos e obras, incluindo arquitetos, trabalhadores sociais, etc. Durante a estadia em Medellín foram analisadas 8 praças intervindas pelo PUI na comuna 2, zona nororiental e seu potencial de apropriação do espaço público.

Paralelamente à pesquisa, a pesquisadora se engajou no grupo de investigação Medio Ambiente y Sociedad, da Universidad de Antioquia. Dando continuidade a um processo de participação social junto aos jovens da zona nororiental, onde foi planejado e realizado um jogo Oasis, em busca de ampliar as trocas, inspirar e motivar trazendo novas ferramentas e formas para intervenções em espaços públicos subutilizados, degradados ou sem vitalidade. Esse processo ocorreu entre os dias 02 e 17 de dezembro de 2018, em um espaço cultural chamado Casa Para El Encuentro Eduardo Galeano,

localizado em Villa del Socorro, na Comuna 2. A área escolhida para ser intervinda pelo grupo foi uma das selecionadas para análise da apropriação do espaço público, sendo interessante observar a modificação e potencialização que a dinâmica Oasis criou no espaço. Assim, analisamos como os moradores desses locais reivindicam o direito à cidade através de ações nos territórios, considerando a complexidade existente no local,⁶⁵ mesclando conhecimento técnico com o conjunto de saberes oriundos das experiências próprias do lugar. Segundo a entrevistada Ismaria: “*si la gente tiene una herramienta que es una planeación participativa y hay un interés prolongado de que la planificación se baje, deje de ser desde arriba hacia abajo*” (ISMARIA, depoimento verbal)⁶⁶. A ideia do jogo, como será abordado com mais profundidade no capítulo 5, é justamente a de protagonizar os participantes para que sejam ativos nas transformações dos seus bairros ou territórios.

A contribuição e inovação desse trabalho se dão pela análise de várias visões, tendo por finalidade compreender, em diferentes escalas, os diversos tipos de olhares sobre as intervenções, usos e apropriação dos espaços urbanos nas periferias consolidadas em Medellín, que foram intervindas com grandes projetos, compreendendo a efetivação do direito à cidade para a população diretamente beneficiada por eles,⁶⁷ afinal:

Além da capacidade de projetar, a arquitetura e o urbanismo têm o papel específico de contribuir para a formação de um espaço comunicativo e compartilhável de cultura crítica, de entornos que favoreçam a inter-relação e a capacitação, que possibilitem a comunicação e as relações intersubjetivas. Tudo isso é imprescindível para aproximar a sociedade das instituições democráticas, e a arquitetura, que imagina, projeta e constrói espaços, tem muitas possibilidades e responsabilidades (MONTANER e MUXI, 2014, pp. 233 e 234).

Antes de introduzirmos o leitor deste texto no contexto histórico do urbanismo da Colômbia, mas mais especificamente de Medellín, faz-se necessário trazer à tona o conceito norteador da forma de intervenção urbana que estimulou toda a consideração desta pesquisa e que ajuda a arvorar a contribuição a ser dada neste campo, trata-se do Urbanismo Social. Pois é através dessa concepção *sui generis* de urbanismo que vinte e cinco anos depois de ficar conhecida como a cidade mais violenta do mundo, Medellín

⁶⁵ Optamos por considerar a realidade existente, porém, não aprofundar no tema, como das fronteiras invisíveis por exemplo, pois ocuparia muito mais tempo do que o previsto para essa pesquisa.

⁶⁶ Entrevistada em fevereiro de 2019.

⁶⁷ Esta proposta faz parte do projeto de doutorado intitulado provisoriamente: “Novas formas de interlocução entre arquitetura, urbanismo, participação e engajamento de diferentes atores sociais em conjuntos habitacionais populares contemporâneos, que teve início no início de 2016 e previsão de término em dezembro de 2019.

passa a ser famosa por todo o seu processo de inovação urbana com forte apelo à mudança de cultura na cidade, buscando uma transformação integral e participativa inclusiva, ao menos no campo do discurso estatal que inclui aquilo que com ele possui ressonância política.

2.3. Urbanismo Social

El urbanismo puede ser considerado como una forma o modelo característico de los procesos sociales. Estos procesos se manifiestan en un medio espacialmente estructurado creado por el hombre. Por consiguiente, la ciudad puede ser considerada como un medio tangible, construido, como un medio que es un producto social (HARVEY, 2007, p. 206).

O urbanismo, sendo a disciplina que integra o planejamento, desenvolvimento e transformação de edifícios, espaços e infraestruturas que compõem a cidade, é necessariamente uma disciplina com profundas implicações sociais. No entanto, o interesse social nem sempre foi o elemento central na tomada de decisões sobre a cidade e seu processo intrínseco de urbanização. Frequentemente, as decisões no planejamento urbano giram em torno dos interesses econômicos dos grupos minoritários da sociedade como um todo (LEFEBVRE, 1968; HARVEY, 2011; MARICATO, 2015).

O planejamento urbano, concebido e praticado dessa maneira contribuiu para agravar conflitos e tensões sociais, devido ao aumento da marginalidade de grandes setores da população urbana. Desta forma, conceito "social" quer introduzir o retorno do urbanismo à teleologia de se ocupar maximamente com o bem-estar humano em cidades, entendendo o urbanismo como instrumento de inclusão espacial e construção de equidade no acesso às possibilidades oferecidas pela cidade para o desenvolvimento dos indivíduos que nela habitam.

Dessa maneira, o urbanismo social é a aposta, a longo prazo, numa agência urbanística que contribua para a paz e a prosperidade dos grupos humanos que habitam socialmente distribuídos os territórios citadinos, principalmente dos setores sociais tradicionalmente marginalizados. Ainda que seja considerado algo utópico a ser alcançado, o urbanismo social apontaria caminhos e alternativas ao urbanismo convencional (ou de *mainstream*), onde as reformulações urbanas são feitas de maneira a imaginar a cidade sem considerar a população que nela habita, sem respeitar as camadas historicamente desfavorecidas pelas condições precárias de existência. O componente “social” carrega esse sentido de que devemos olhar, mas principalmente ‘enxergar’ a dimensão fundamentalmente humana intrínseca ao processo urbanístico.

Historicamente o conceito de Urbanismo Social em Medellín começa a aparecer e a ganhar força como elemento aglutinador de uma série de ações urbanas de planejamento e intervenção na busca de concretizar os objetivos do plano de desenvolvimento da cidade: “*Medellín, compromiso con toda la ciudadanía*”, sobretudo os objetivos que compunham a linha 2 do plano intitulada como “*Medellín social e incluyente*”. Os projetos e intervenções desenvolvidas dentro desse conceito apresentam uma ampla gama, focada principalmente, porém não exclusivamente, no âmbito da cidade informal e dos setores com menores índices de desenvolvimento humano (Alcaldía de Medellín, 2004; Alcaldía de Medellín, 2007). Em Medellín o Urbanismo Social concentra-se em promover o desenvolvimento humano integral para os habitantes da cidade, entendendo este como um desenvolvimento para o povo, com a participação do povo (Alcaldía de Medellín, 2007), o que significa impactar problemas como a pobreza, exclusão, desigualdade, violência, falta de crescimento econômico e baixa governança democrática por meio de projetos e programas interinstitucionais localizados nas áreas mais marginais da cidade. O urbanismo social foi o mecanismo com o qual o desenvolvimento humano integral foi implementado.

As intervenções urbanas implementadas em Medellín abrangeram várias das dimensões urbanas, como: mobilidade, espaço público, moradia, equipamentos, melhoria ambiental e a realocação de comunidades em áreas de risco.

Conforme afirmado no livro *Medellín, transformación de una ciudad* (Alcaldía de Medellín, 2009), o conceito de Urbanismo Social baseia-se na integralidade das ações, na interdisciplinaridade das equipes técnicas e na transformação física e social da cidade em áreas de maior marginalidade urbana. No texto mencionado, é levantada a existência de três questões importantes em torno do conceito de urbanismo social: planejamento e ação com projetos concretos simultaneamente; gestão social e comunicação pública e; uma gestão física e social da melhor qualidade e com os melhores projetos.

A primeira questão é fundamental na construção da confiança entre o Estado e as comunidades, que viram com desconfiança os processos de participação do planejamento tradicional, porque dificilmente se consolidaram em ações concretas em seus territórios.

A gestão social e comunicação pública são elementos fundamentais para garantir a sustentabilidade das ações. Sem a comunidade, a transformação urbana é impossível, principalmente em contextos informais da cidade. Trata-se das comunidades que

acompanham todos os processos, desde a concepção das ações, passando pela construção das obras, até a operação dos projetos. As comunidades não são um ator marginal que é informado sobre processos e recebe trabalhos em troca de votos, mas são colocados no centro das decisões em relação ao futuro dos espaços a serem intervindos.

Em relação a uma gestão física e social da melhor qualidade e com os melhores projetos, o acompanhamento da comunidade é um pilar fundamental nas transformações introduzidas pelo urbanismo social. Arquitetura e urbanismo são concebidos como gatilhos de profundas transformações físicas e sociais. É impossível transformar totalmente as realidades dos setores degenerados da cidade, mas através de algumas ações pontuais e específicas podem se desencadear processos de transformação interessantes, ainda que não se concretizem em sua completude no território, abre espaço para que sejam repensadas formas de se fazer urbano, à partir da ação social.

Da mesma forma que a cidade é construída, camada por camada, os territórios que receberiam intervenção tiveram que ser entendidos em princípio a partir de sua informalidade e, posteriormente, como um processo. Foram feitos diagnósticos e análises e a "decomposição" de cada uma das partes em primeiro e depois foi feita a sua "recomposição" por meio de ações de planejamento urbano vinculadas a ações de fortalecimento do Estado.

Nessa esteira, desde que criticamente realizado, o urbanismo social passa a ser um instrumento de inclusão espacial e construção de equidade no acesso às possibilidades, buscando fazer intervenções em áreas periféricas de forma integrada, e com um forte apelo social e participação cidadã. Trazendo uma abordagem diferenciada às intervenções.

O Urbanismo Social ao propor e executar ações de infraestrutura física, gerenciar programas sociais e articular as diferentes ações interinstitucionais, baseando-se na leitura técnica de indicadores sociais, associados às bases geográficas da cidade, para detectar as áreas mais "precárias".

Para fins de melhor compreensão, vale ressaltar a articulação entre uma série de fatores que devem ser levados em consideração, são eles: o papel dos técnicos a serviço da população, ou seja, os técnicos têm um papel crucial no escutar e traduzir as demandas da população; o papel do poder público, ao criar mecanismos como legislação, planos e ações que favoreçam a concretização das ações e; o papel dos moradores na participação efetiva nas ações, tanto na tomada de decisão do projeto, quanto na execução e posterior apropriação do espaço; e claro, as ações em si,

materializadas em obras públicas como resultado dessa tradução dessa vontade comunitária aliada à ação dos técnicos.

El urbanismo social como apuesta para la construcción de ciudad se torno en horizonte de los PUI, implicando al proceso de planeación urbana, la incorporación de nuevos territorios al desarrollo y la adecuación de los existentes, mediante nuevas funciones y formas urbanas en sus tejidos, permitiendo el desarrollo de las diferentes actividades de la ciudad: habitación, trabajo, recreación y encuentro ciudadano (LOPERA; AVENDAÑO, MAZO, 2017,p. 40).

2.3.1. Visão Crítica do Urbanismo Social

O urbanismo social está, portanto, associado à ideia de desenvolvimento integrado e integrante dos territórios., Como colocado, o plano do discurso se arvora em significações e símbolos forjados historicamente, o que podemos dizer que a própria definição do urbanismo social obedece à constituição histórica do exercício de poder. Desta forma, a definição discursiva dada acima encontra em autores como QUINCHÍA (2013) críticas e problematizações que recolocam o urbanismo social em sua dimensão de mecanismo político; um aparato estatal para disseminação ideológica de um discurso, por mais bem intencionado que possa ser. Quinchia, a partir da investigação analítica promovida pelo método da análise crítica do discurso, aponta os limites do urbanismo social frente sua finalidade. A través de seu trabalho segundo ele: “[...] *se investigan las formas de pensar y producir la ciudad contenidas en el modelo de urbanismo social y reproducidas mediante el discurso*”. (QUINCHIA, 2013, p. 124). Esse discurso se trata do institucional, mais precisamente o da Alcaldía de Medellín.

Em seu trabalho, destaca grande ênfase à hegemonia do discurso proferido e reproduzido por uma ideologia do Estado sobre o urbanismo social, ao tratar da ação dinâmica da reprodução discursiva das instituições estatais ou, de instituições que estão vinculadas ideologicamente ao Estado, retiraria a dimensão crítica dos agentes acerca de suas ações. Para esta finalidade, distingue de maneira mais ou menos clara, dois momentos dessa plasticidade discursiva:

[...] el urbanismo social aparece en un primer momento como un rótulo que engloba, de una parte, intervenciones urbanas en territorios con los cuales el Estado tiene una deuda social acumulada y, de otra, intervenciones para generar espacio público de calidad. Asimismo, los discursos oficiales de ese momento contienen puntos de vista que se acercan a una posible definición de urbanismo social:

Desde los espacios receptores: es una intervención en sectores de la ciudad donde hay atraso en la estructura de lo público (transporte, espacio, edificio público) y un déficit en la atención de necesidades.

Desde la forma como se realiza: es un proceso tanto de planeación participativa caracterizado por la consulta de todos los actores del territorio, como de participación ciudadana en el que se conjugan el saber técnico y los imaginarios de las comunidades.

Desde sus características: es una intervención urbana con los mejores estándares de calidad y estética, en las zonas más marginales de la ciudad.

Desde lo político: es una propuesta política desde la cual los barrios con menores índices de desarrollo humano requieren las mayores y mejores inversiones en obras públicas.

Desde sus objetivos: es una intervención integral —física y social— para resolver una deuda social acumulada en las zonas más golpeadas por la violencia y excluidas de las decisiones de las administraciones anteriores.

Desde sus efectos: es una manera de generar participación social, capital social e inclusión social.” Quinchia, definição de urbanismo social primeiro momento (QUINCHÍA, 2013, pp. 126-127, grifos do autor).

Num segundo momento:

[...] corresponde al período de gobierno de Alonso Salazar (2008- 2011), se aprecia mayor claridad y precisión para concretar el significado del urbanismo social y articularlo al Plan de Desarrollo. Este se define como un enfoque para intervenir el territorio, realizando simultáneamente la transformación física, la intervención social, la gestión institucional y la participación comunitaria. Su aplicación se justifica en la experiencia acumulada durante el período anterior[...] (QUINCHÍA, 2013 p. 127).

A tal dívida do Estado com os territórios intervindos sob a concepção de urbanismo social encontra, nos aspectos históricos que mencionamos anteriormente, sua razão de ser. Os períodos categorizados por Quinchía estão ancorados em refinamentos do discurso Estado que, por um lado articulava a inclusão social e desenvolvimento social, por outro oferece um modelo que se autolegitima através da participação ativa dos cidadãos.

El contenido ideológico sobre el urbanismo muestra una ciudad que se acondiciona para la gestión del desarrollo, recuperando zonas marginales y empobrecidas e integrándolas al desarrollo urbano del conjunto del territorio. Podría decirse que la apuesta por un urbanismo denominado social instala una plataforma de desarrollo mediante la cual se potencian procesos sociales con beneficio en lo político y lo económico, pero además hay un intento por posicionarlo como un campo de conocimiento cuyo contenido aún está en construcción. En lo político, beneficia de manera particular a los actores políticos que lideran la transformación urbana y, de modo general, a la institucionalidad estatal, posibilitando su presencia legítima por medio de una acción política renovada, definida desde el relacionamiento cara a cara con las comunidades basado en principios de transparencia, confianza, inclusión y equidad. En lo económico, adecúa los territorios para su inserción a las redes económicas locales, regionales y globales, propósito potenciado por la educación y la cultura (QUINCHÍA, 2013, p. 130 e 131).

O discurso acerca das condições sociais adversas das áreas que estão sujeitas às intervenções no urbanismo social recebem, por parte das autoridades, o discurso de que se está trabalhando, junto com a população, para desfazer, ou melhor, recuperar

prejuízos causados pela longa dívida histórica que o Estado possui frente esses bairros, valorizando-os pelo que falta a eles, mas não pelo que se constituíram. A forjadura cultural da identidade é ignorada em nome do desenvolvimento territorial de caráter globalizante.

[...] las valoraciones a partir de las carencias y deterioro del espacio ponen de manifiesto los elementos discursivos que aparecen con frecuencia en el lenguaje de la planeación y la gestión urbana según los cuales los espacios ocupados por los pobres son definidos por lo que les falta y no por lo que tienen, dejando por fuera la dinámica socio-espacial y la riqueza cultural y sociopolítica existente. Por su parte, el espacio ideal es proyectado por el dominio de la razón y la técnica; en él, el espacio existente es tejido, se unen sus partes, se desdibujan las fronteras, se amplía y se proyecta desde su centro, transformándose en el espacio para la visibilidad, para la exhibición y para el encuentro, posibilitando el control de su contenido con la instauración de usos y funciones conducentes a la normalización bajo el orden y la lógica del Estado (QUINCHÍA, 2013, 129).

Embora o aspecto ideológico do discurso do urbanismo deva ser maximamente levado em consideração, atentamos para o fato de que a cidade de Medellín sofreu forte estigma de violência e, conseqüentemente, a autoestima pelo lugar onde se vive foi sistematicamente sabotada. Para além dos aspectos discursivos do urbanismo social, faz-se necessário atribuímos às intervenções dimensões psicológicas, compreendendo que a estratégia, para além de estar instaurada nos interesses políticos globais, também se relacionam com os traumas históricos de Medellín, considerando o aspecto dos traumas psicossociais.

A experiência de violência na América Latina promoveu a eclosão do desenvolvimento de conhecimentos científicos acerca das conseqüências históricas que se cristalizam nos comportamentos sociais, do ponto de vista da psicologia Martin-Baró utilizou o contexto de guerra civil em El Salvador para forjar a noção de trauma psicossocial, donde deriva o conceito de traumatização psicossocial que se constitui em “[...] um conjunto de sintomas psicossociais gerados em uma coletividade a partir de um processo histórico caracterizado por intensa violência política (GONÇALVES, 2017, p. 188).

Se a ideologia se arvora no emaranhado político dotado do exercício do poder, essa experiência não se configura sem a constituição psicológica dos indivíduos que compõem a experiência histórica socialmente compartilhada, desta forma, o tecido sociais possui seus rasgos e seus retalhos em mediação com aquilo que provocou essa situação, no caso de Medellín, é inegável os grandes impactos gerados pela violência dos grupos armados e pelo Estado ao longo de décadas como conseqüência: “[...] *en un territorio socialmente construído que se produce la subjetividad y las áreas*

estigmatizadas, condenadas, rechazadas del resto de la ciudad, producen subjetivaciones de no-ciudadanía, donde la afirmación de la identidad se torna extremadamente dificultada.” (JÁUREGUI, 2012, p. 60).

Dessa forma, para além de encarar o urbanismo como um processo puro e simples de reprodução ideológica, fato que não há de ser negado, ele carrega a potencialidade de intervir na formulação espacial dos territórios promovendo ressignificações simbólicas do espaço urbano, auxiliando o processo coletivo de autocompreensão histórica, traço extremamente importante para as sociedades forjadas dentro da concepção de modernidade.

No que tange as mudanças no fazer urbano na Colômbia e sobretudo em Medellín, podem ser associadas à sua histórica conquista por meio de lutas populares por espaços políticos. Em anexo deste trabalho elencamos importantes marcos políticos e legais no que diz respeito às políticas urbanas, com principal foco no PUI e na metodologia utilizada para intervenção nos territórios. O tópico que segue é referente a experiência empírica da pesquisadora referente às observações de campo feitas *in loco* na comuna 2 em Medellín e a execução do Jogo Oásis em um dos espaços públicos escolhido pelos moradores para ser feita intervenção.

2.4. Projetos Urbanos Integrais: Zona Nororiental (Norte Oriental) Fase I e II⁶⁸

Localizado nas Comunas 1 e 2, o PUI *Nororiental* (doravante PUI-NOR) se estrutura na zona de influência do *Metrocable* linha K do Sistema Integrado de Transporte Metropolitano da cidade de Medellín e se relaciona diretamente aos bairros *Villa Niza, Andalucía, La Francia, Villa Del Socorro, Popular, Granizal, Santo Domingo Savio 1 e 2, La Avanzada y La Esperanza 2*, contemplando cerca de 230.000 habitantes. Conecta a estação Acevedo, linha A do metrô, até sua última estação, Santo Domingo, onde é possível pegar a conexão do *Metrocable* Turístico, linha L, para o Parque Arvi. Há que se mencionar uma certa vocação da cidade de Medellín no que tange à procura de inovação das suas estruturas de mobilidade urbana, o tranvia de sangue é um exemplo disso (CORREA, 2003, p. 2).

Desde a sua criação em 2004, o projeto *Metrocable* foi planejado como uma iniciativa da Prefeitura de Medellín, liderada pela Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDU). Após a sua inauguração foi desenvolvido o PUI na nororiental que, apesar de ter ações até 2011, terminou formalmente em julho de 2007 (EDU, 2007). Jorge Blandón

⁶⁸ Modelo de Transformación Urbana – Proyecto Urbano Integral PUI Nororiental – EDU.

em entrevista atesta a importância do *metrocable* na execução do PUI-NOR “*Todo el desarrollo del proyecto es sobre un eje estructural que es el metro y sobre otro eje estructural el metro cable. y el metrocable como eje estructural de movilidad [...] (Jorge Blandón, entrevista).*

O PUI-Nor durante sua primeira fase foi o primeiro PUI a ser executado na cidade e foi a partir dele que se fundamentaram as metodologias para a aplicação dos demais⁶⁹. Iniciou-se na época em que a Linha K estava em construção, tirando-se partido disso para acelerar a execução do projeto e aproveitá-lo para sua melhor articulação. Ao redor das estações configuraram-se praças e novas estruturas viárias e de circulação de pedestres que se integram aos sistemas de transporte local.

Suas intervenções procuraram atuar sobre o território de maneira holística, atendendo a diferentes problemáticas sócio-territoriais que foram identificadas na etapa de diagnóstico (reconhecimento físico e social). A comunidade em conjunto com a prefeitura de Medellín decidiu pôr foco na intervenção do espaço público, mobilidade e conectividade viária, através da promoção da participação e organização social, mas isso não impediu completamente a incidência de problemas de habitação, ou mesmo mitigado o risco ecológico. Mas cabe ressaltar que foi o único que propôs intervenções em moradias em áreas de risco sem “expulsar” as pessoas do bairro.

O Projeto Urbano Integral na Zona Nororiental teve sua primeira fase iniciada em 2004, com obras executadas em 2005 e 2006, e sua segunda fase iniciada em 2007, a seguir tabela de intervenções no PUI-NOR.

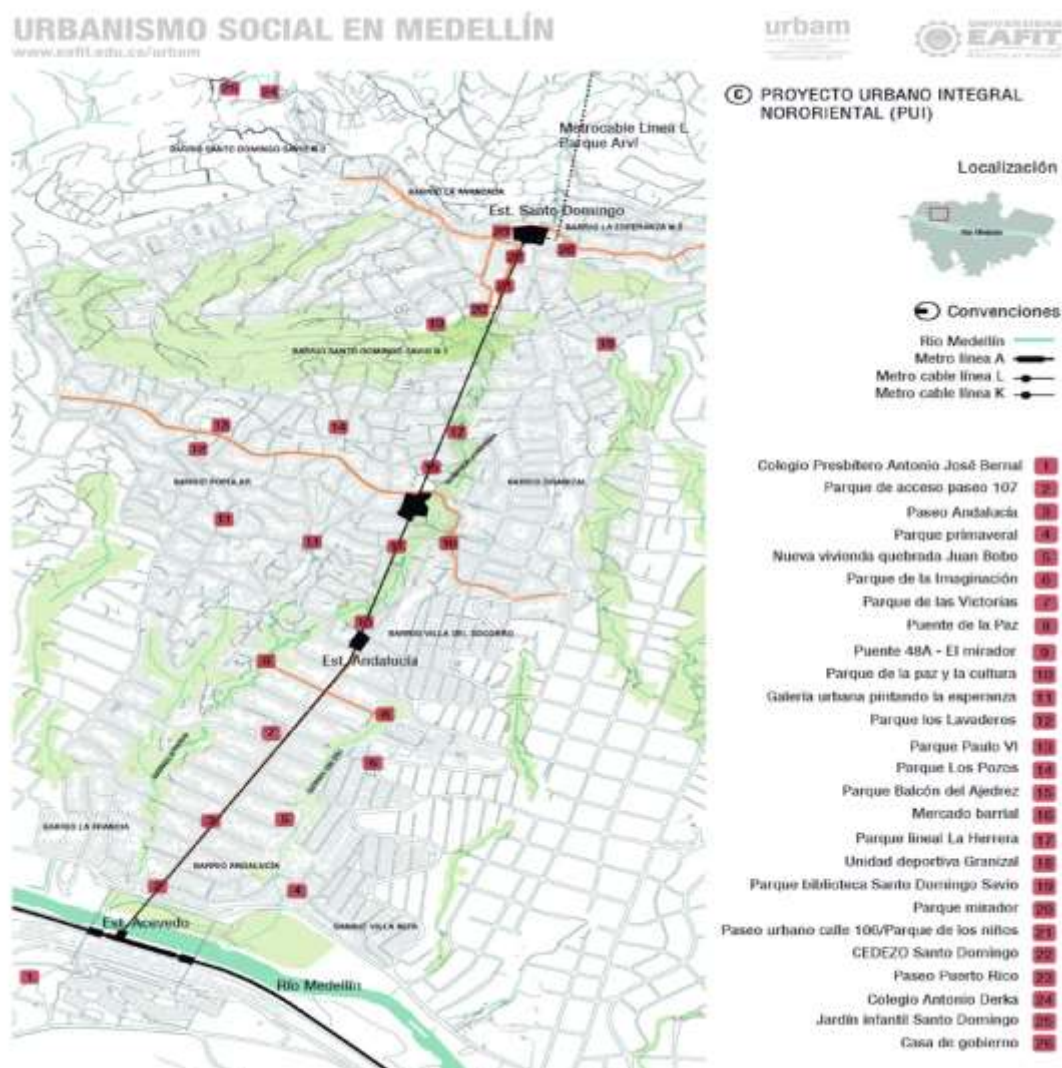
Quadro 1: Intervenções feitas durante o PUI-NOR.

Nome da Obra	Categoria da intervenção	Ano	Bairro
Parque da Paz e da Cultura Andalucía	Espaço Público	2006	Andalucía
Centro de Desenvolvimento Empresarial de Santo Domingo Savio	Equipamento Público	2007	Santo Domingo
Passeio Andalucía (calle 107)	Mobilidade	2006	Andalucía
Parque Terraço de Xadrez (Balcón de Ajedrez)	Espaço Público	2006	Popular
Parque de la Imaginación	Espaço Público	2006	Villa del Socorro
Calle 107 - Parque La Candelaria - Parque das Crianças - Parque Mirador	Espaço Público		
Calle 106 e Puerto Rico	Mobilidade	2005	

Ponte de Pedestre em Bambú	Mobilidade	2006	Santo Domingo Sávio
Parque Linear do córrego La Herrera	Meio Ambiente	2007	Granizal
Consolidação Habitacional Juan Bobo	Habitat	2006	Villa de Socorro
Ponte de Pedestre Mirante Andalucía-La Francia	Mobilidade	2006	Andalucía-La Francia
Unidade Esportiva Granizal	Equip. Público	2006	Granizal

Fonte: dados coletados da EDU.

Figura 13: Mapa de intervenções do PUI



Fonte: EDU.

Consolidação Habitacional Juan Bobo

A consolidação habitacional junto ao córrego Juan Bobo é o projeto de maior complexidade territorial do PUI-NOR e orienta a reocupação de todo o setor, estabelecendo quais são as áreas permitidas para a ocupação humana e reassentamento

de unidades junto ao córrego para as novas unidades habitacionais, além de atuar através do programa de melhoramento habitacional naquelas unidades que estão em áreas permitidas e, entretanto, em condições precárias. Por isso, este projeto foi elaborado em convênio de associação com o ISVIMED (Instituto Social de Vivienda y Habitat de Medellín) uma vez que, [...] *la actividad contractual del ISVIMED, debe ceñirse a los postulados instituidos por la Constitución Política de Colombia*⁷⁰.

A construção deste complexo trata de reconfigurar as encostas do córrego e estruturar um sistema de circulação dos pedestres de maneira segura ao habitante, priorizando-se rotas mais fáceis e acessíveis, utilizando para essa finalidade materiais resistentes no piso e guarda-corpo. A atenção ao meio ambiente também foi um dos objetivos da implementação desta intervenção, com a implantação de um sistema de saneamento básico para o setor e a recuperação de zonas verdes e do sistema hídrico.

O projeto visou ainda promover espaços públicos com programas diversificados, voltados para as diferentes faixas etárias.

Figura 14: Foto de Juan Bobo



Fonte: Empresa de Desarrollo Urbano, EDU, como motor de la transformación urbana.

⁷⁰ Manual de Contratação ISVIMED de janeiro de 2014. Disponível em: <http://isvimed.gov.co/wp-content/uploads/2019/05/Resoluci%C3%B3n-20-de-2014-Adpota-el-Manual-de-Contrataci%C3%B3n.pdf> . Acesso: 7 de janeiro.

Parque Linear La Herrera

O Parque Linear La Herrera faz parte de uma série de projetos de parques lineares em afluentes do Rio Medellín, elaborados também ao longo da gestão Fajardo (2004-2007). Removeu-se as ocupações sobre o córrego La Herrera, inspirado no projeto Juan Bobo, construiu-se prédios para reassentamento das pessoas que estavam em áreas de risco, reconstituindo o sistema verde ao longo de toda sua extensão dessas áreas. Foram criados terraços, praças e piscinas para o desfrute comunitário. Por suas características ambientais, este projeto foi elaborado em um convênio de associação entre a Secretaria do Meio Ambiente e a Área Metropolitana do Vale do Aburrá.

Figura 15: Foto do Parque La Herrera



Fonte: Connective Spaces em: <http://connectivespaces.com/post/3493517412/local-connective-space-parque-lineal-la-herrera>

Passeio Andalucía ou Calle 107

Constitui-se de um bulevar sob a linha K do *metro cable*, marcando-o como eixo estruturante do PUI-NOR. A seção de via foi reconfigurada procurando equilibrar o espaço público de circulação que seria destinado para cada modalidade, ampliando-se assim, o espaço do pedestre e reduzindo o espaço destinado ao veículo motorizado. O passeio articula uma série de espaços públicos junto à infraestrutura de transporte, complementados com mobiliário urbano e iluminação pública adequada.

Para a ampliação da calçada foi modificado o fluxo da rua, antes mão dupla passou a ter mão apenas para subir ao Passeio. Essa iniciativa se arvora na prática e experiência de vida no território, por conta das dificuldades de acesso que o bairro possuía, com usos frequentes da contramão por parte de veículos, como motos, carros e

até mesmo caminhões de pequeno porte. Na Calle 107 pode-se observar o uso inadequado da calçada, que muitas vezes é utilizada como estacionamento de motos e acumuladora de lixo (a coleta passa em dias determinados e muitas vezes o lixo é depositado muito antes pelos moradores, o que ocasiona acúmulo atrapalhando o uso para pedestres).

Por outro lado, a intervenção no sistema viário melhorou bastante a qualidade urbanística, fortalecendo principalmente o eixo comercial e melhorando o acesso para pedestres, porém não foi planejada uma boa alternativa para o fluxo de automóveis no sentido centro-bairro, havendo necessidade de darem uma volta muito grande em torno do Paseo ficando sujeitos ao engarrafamento proporcionado pelos bairros vizinhos.

Figura 16: Foto da Calle 107 antes da intervenção viária.



Fonte: <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/streets/streets-informal-areas/recommendations/case-study-1-calle-107-medellin-colombia/>

Figura 17: Foto da Calle 107 após a intervenção viária



Fonte: <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/streets/streets-informal-areas/recommendations/case-study-1-calle-107-medellin-colombia/>

Ponte de Pedestre Mirante Andalucía-La Francia

Abaixo da estação de *Metrocable* Andalucía essa ponte conecta dois bairros do setor, Andalucía e La Francia. A ponte tem uma estrutura metálica treliçada e está voltada para o transporte ativo, pedestre e bicicleta. Esses bairros encontram-se separados por um terreno geograficamente acidentado, tendo ainda como obstáculo o sistema hídrico do setor, possuem baixa conectividade com o centro de Medellín e entre si, implicando na formação de guetos e territórios socialmente vulneráveis. A Ponte amplia a conectividade da população local e estabelece novos lugares de encontro, utilizando-se do potencial paisagístico, fruto de sua geografia, ressignificando o território. Quando inaugurada os moradores locais tiraram os obstáculos para desobstruir a passagem para atender as motos, que hoje concorrem com os pedestres e as bicicletas, exemplificando mais uma vez o caráter de apropriação do espaço e protagonismo social que o PUI propõe.

Figura 18: Foto da Ponte Pedestre Mirante Andalucía- La Francia.



Fonte: <http://www.urbandesignprize.org/past/medellin/map>.

Ponte La Paz – Andalucía e Villa del Socorro

Esta ponte estabelece a conexão entre os bairros Andalucía e Villa del Socorro, separados por uma geografia acidentada e por um dos afluentes do Rio Medellín. O projeto explora a paisagem local configurando um mirante, consiste em uma ponte originariamente projetada para pedestres, com um banco por todo seu perímetro, e

possui terraços em uma cota inferior próximo ao córrego, conectado por escadas e com trabalho de recuperação das áreas verdes de sua encosta. A ponte atualmente também recebe fluxo considerável de motos.

Figura 19: Foto da Ponte La Paz – Andalucía e Villa del Socorro



Fonte:<http://alejandroecheverri-valencia.co/pui-nororiental/#itemId=57504692b654f98f7252fcef>

Parque Terraço de Xadrez

Este parque localiza-se no eixo do *Metrocable* junto a Estação Popular, ampliando o potencial de impacto da infraestrutura de transporte público construída: serve como acesso à estação, além de oferecer espaços públicos de permanência ao redor dela. O parque conta com uma série de terraços com piso em madeira, estrutura metálica e muros de arrimos em pedra e concreto. Está dotado de mobiliário urbano e conta ainda com uma série de mesas de xadrez, atividade de lazer construída junto à população local e que dá nome ao parque.

Figura 20: Foto do Parque Terraço de Xadrez



Fonte: <https://www.medellin.gov.co>.

Parque da Paz e da Cultura

Este parque localiza-se no eixo do *Metrocable* junto a Estação Andalucía. Serve principalmente como espaço público de articulação da trama urbana com a estação de transporte, requalificando o espaço com a construção de escadas e taludes verdes. Conta ainda com áreas destinadas ao público infantil, com “taludes de escalada” e escorregadores que atualmente, pela falta de manutenção, tem sido pouco utilizado. Quando o parque foi entregue dava a impressão de ampliar o alcance da intervenção urbana do local e enriquecer o significado das infraestruturas de transporte, já que também era utilizado como espaço público de fruição, inclusive recebendo a realização de eventos culturais e artísticos. Hodiernamente se nota a presença de usuários de drogas ilícitas no local e o descuido do poder público pela falta de manutenção.

Figura 21: Foto do Parque da Paz



Fonte: <https://pt.slideshare.net/ARQ210AN/projeto-urbano-de-medelln-raissa-e-muara>

Parque da Imaginação

Zona verde localizada entre as unidades informais da região foi apropriada pela comunidade que instalou alguns mobiliários e plantou árvores no local. O Parque da Imaginação incorpora o desejo da comunidade que transformou esse espaço em um parque de escala de bairro, tem como foco a mobilidade acessível e nos espaços públicos seguros e com conforto ambiental. Para tanto o PUI incrementou o espaço com novos mobiliários e maior arborização: implantou iluminação pública e ampliou a área verde da praça, além do tratamento do piso e da drenagem, elaborados para evitar possíveis deslizamentos em épocas de chuva.

Figura 22: Foto do Parque de la Imaginación.



Fonte: <http://alejandroecheverri-valencia.co/pui-nororiental/11n1egmrfgscye7bo3j1itzz5osq6o>

Unidade Esportiva Granizal

As unidades esportivas da cidade de Medellín são elaboradas conjuntamente com o INDER (Instituto de *Deportes e Recreación*) que teve como premissa, ao longo da gestão Fajardo e Salazar, construir um campo em cada bairro da cidade. A unidade Granizal conta com dois campos de futebol – um de areia e outro de grama sintética –, e infraestrutura de suporte, como vestiários, arquibancadas e áreas de sombra. O espaço público do entorno e acessos foram reconfigurados, demarcando-o como importante equipamento de uso coletivo no local.

Figura 23: Foto da Unidade Esportiva Granizal



Fonte: <http://bibliotecagranizal.blogspot.com/p/historia.html>

Calle 106 e Puerto Rico

Uma importante intervenção foi a melhoria do sistema viário na calle 106, que se transformou na intervenção de restauração do espaço de mobilidade de pedestres em torno da chamada "centralidade zonal de Santo Domingo Savio"; seu anel viário, em torno do parque infantil, se transformou como uma tipologia de bairro e de uso para pedestre, dando continuidade à calle 106 em direção ao parque *El Mirador*.

A Calle Puerto Rico, por sua vez, foi modificada para uso de pedestres, permitindo o crescimento do setor comercial, dando maior mobilidade e apropriação a partir da estação Calle 106. Além disso, foram consideráveis as melhorias nas ruas que completaram a reabilitação das vias do setor, articulando as conexões pré-existentes. Em alguns casos buscou-se dar continuidade às intervenções realizadas pelo município antes da implementação do PUI-Nor, foi o que ocorreu no topo do morro, através de sua recuperação ambiental, conectando Santo Domingo Savio com Granizal. (ZUQUIM e MAZO, 2017, p. 94).

Ponte de Pedestre em Bambú

Foi planejada uma ponte para pedestres para comunicar o bairro de Granizal com a meia encosta do morro, começou a ser construída, mas sua posterior deterioração forçou o abandono. A construção da ponte de guadua começou em 2005, graças a um

convênio estabelecido entre El Sena e a Prefeitura de Medellín, através da Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDU). Por diversos problemas relacionados com deformações, falta de manutenção entre outros inconvenientes, nunca foi habilitada para o uso da comunidade.

Atualmente pode se ver alguns dos materiais da ponte (que foi feita utilizando como material principal o bambú guadua) compondo parte de casas de moradores do bairro.

Figura 24: Fotos da Ponte de Santo Domingo de Savio antes e depois.



Fonte:http://www.elcolombiano.com/historico/puente_de_santo_domingo_no_es_prioritario_y_sera_desmontado_dagr-d-GYEC_265928

Parque La Candelaria, Parque Infantil, Parque El Mirador

Foram reutilizados espaços residuais ortogonais, concedendo-lhes diferentes funções que surgiram das necessidades da comunidade que construíram esse desejo comum através de oficinas participativas. Em relação aos equipamentos e espaço público, se atuou para obter resultados junto às vias e conexões propostas, como foram os casos de Parque La Candelaria, Parque Infantil, Parque El Mirador.

Biblioteca Parque España

No âmbito deste Plano Diretor foi inaugurado o Parque Biblioteca España, que reverberou em ações da administração municipal realocando 123 residências. Devido à falta de um projeto habitacional, as transferências foram feitas para casas usadas que atendessem condições de vida mínima. A biblioteca nunca chegou a funcionar 100%, e, após alguns poucos anos de funcionamento, foi fechada por problemas estruturais e descolamento da fachada. O terreno era considerado impróprio para construção de

moradias e foi posto à prova com a construção de um equipamento com tamanha dimensão, uma biblioteca. Hoje o projeto funciona, porém sem a estrutura física, os livros estão em outras bibliotecas, acontecem oficinas nas ruas, em espaços públicos e nas casas dos moradores locais.

Há controvérsia sobre a vontade dos moradores na construção dessa biblioteca como equipamento prioritário. Segundo relatos de agentes que participaram das oficinas de imaginários, este seria um dos equipamentos que surgiu como desejo dos moradores. No entanto, outras pessoas relataram que essa não era uma necessidade real e que as pessoas ansiavam por moradias em melhores condições. Há relatos que atentam que este era um projeto de Sérgio Fajardo, que teria passado por cima da vontade dos moradores removidos, inclusive no dia da inauguração, houve um ato de resistência promovido por pessoas afetadas pelas obras.

[...] la biblioteca España no fue concertada ni combinada con la gente. La gente no pedía una biblioteca ¿Por qué? Porque la gente ya tenía sus bibliotecas comunitarias [...] entonces lo que decían es “en lugar de traer una biblioteca, fortalezcan las que ya tenemos, no traigan una nueva que no es necesario” (ZAPATA, 2019).

Figura 25: Foto da Biblioteca España



Fonte: <https://pt.slideshare.net/ARQ210AN/projeto-urbano-de-medelln-raissa-e-muara>

2.4.1. Apropriação do espaço público – Comuna 2

No âmbito da pesquisa foram observados oito espaços públicos configurados como praças na Comuna 2 realizados pelos PUI's, tanto em sua primeira fase como em fases posteriores. Algumas importantes observações para a análise são apontadas e na sequência será compartilhada a experiência realizada no final de 2018 em Villa del

Socorro, onde propomos e implementamos uma metodologia de caráter urbanístico criada no Brasil, o Jogo Oásis⁷¹.

Esse processo ocorreu entre os dias 02 e 17 de dezembro de 2018, em um espaço cultural chamado Casa Para El Encuentro Eduardo Galeano, localizado em Villa del Socorro na Comuna 2. A área escolhida pelo grupo foi uma das áreas observadas, como veremos a seguir.

Os aspectos observados, durante os três períodos (manhã, tarde e noite) foram: limpeza do local, estado de conservação/preservação, manutenção, quantidade de usuários por período, perfil dos usuários, tipo de sujeira, de que forma o local estava sendo utilizado, presença de animais e outros aspectos que não fazem parte do projeto inicial, além do modo de apropriação das pessoas em relação àquele espaço. Também foram colhidos alguns depoimentos e relatos de moradores locais, com algumas pessoas consideradas lideranças afetivas (pelo menos uma em cada local), para compreender o “invisível”, quais processos sociais estavam por trás da manutenção de uma praça, por exemplo.

2.4.1.1. Área de observação 1: Parque de la Paz y Cultura Popular

Figura 26: Foto do Parque de la Paz.



Fonte: Autora, 2019.

A Praça da Paz e Cultura Popular localizada na extensão do *metrocable*, é uma praça atualmente bastante utilizada para passagem mais do que para permanência. Para este local havia sido proposta inicialmente a realização de eventos, mas hoje se percebe uma mudança no seu uso e apropriação. O sorveteiro passa pela manhã e à tarde, e ao

⁷¹ Este foi um dos resultados do engajamento da pesquisadora no grupo de investigação *Medio Ambiente y Sociedad, da Universidade de Antioquia*, no qual foi possível dar continuidade a um processo com os jovens da zona *nororiental*.

redor da praça, sobretudo após o advento do *metro cable*, percebe-se que o comércio valorizou muito. Sempre há pessoas sentadas e, pelo menos em parte da tarde e da noite, um grupo de jovens permanece no local. A praça é arborizada com vegetação de grande porte, mas um pouco degradada pela ação do tempo e do vandalismo, isso se nota, por exemplo, pela falta de lixeira/papeleira nos lugares que antes havia, desta forma, é possível encontrar lixo espalhado por muitas partes. Os moradores locais não parecem se ocupar com o cuidado deste espaço. Encontram-se alguns sacos de lixo que se vêem ao redor dos postes da praça, nela algumas pessoas penduram roupas, há motos estacionadas na calçada e alguns objetos cobertos com lonas (pareciam carrinhos de venda). Segundo relatos, as pessoas diretamente afetadas veem as mudanças de uma forma negativa e violenta, que retirou as pessoas de suas casas, arrancando o que para elas era o mais importante.

2.4.1.2. Área de observação 2: Parque de la Imaginación

Figura 27: Fotos do Parque de la Imaginación



Fonte: Arteaga, 2016.

Esse é um parque que a maioria dos moradores que residem no entorno apreciam, pois acreditam que o local melhorou muito após o PUI-NOR. O parque é configurado por rampas e bancos longitudinais, sem a presença de muita vegetação. Alguns crêem que poderiam ter deixado um pouco de grama. Infelizmente impermeabilizaram quase 90% da praça, deixaram algumas árvores que já existiam em pequenos canteiros. A calçada localizada na parte mais baixa da praça é utilizada como estacionamento permanente de motos pelos moradores e, apesar do caminhão de lixo passar em determinados dias da semana, enquanto a coleta não se realiza, os sacos de lixo se acumulam em uma de suas esquinas. Por conta de sua localização também é um parque de passagem. Durante o dia é possível encontrar crianças brincando no local, à tarde se torna um ponto de encontro de adolescentes que chegam dos colégios e à noite é um ponto de encontro de pessoas com perfil adulto.

O local conta com um muro de escalada, pouco usado pelas crianças. Em conversa informal com moradores, percebe-se que os eles veem de uma forma bastante positiva a construção do parque. Que mudou para melhor. Durante o período natalino a praça é cheia de atividades. A praça compartilha usos: a maior parte do tempo é utilizada e apropriada pela população em alguns momentos é utilizada pela prefeitura para algum evento institucional. A praça é um local de referência e ponto de encontro.

Figura 28: Foto do Parque de la Imaginación, calçada.



Fonte: Autora

Figura 29: Foto da Rampa do Parque de la Imaginación



Fonte: Autora, 2019.

2.4.1.3. Área de Observação 3 –Juan Bobo

Entre os edifícios de habitação social, construídos para receber as famílias que viviam em área de risco na beira do córrego Juan Bobo, houve melhoria do serviço saneamento básico entre as fases I e II do PUI-NOR mediante a canalização do córrego realizada pelo PMIB (*Programa de Mejoramiento Integral de Barrios*), às margens dele

criou-se um passeio conectando os dois lados do riacho. Foram construídas diversas praças ao redor dos edifícios, a que observamos conta com uma pista de skate, que não é utilizada. Segundo relatos de moradores a inclinação não é adequada, por essa razão os adolescentes não a frequentam. Há crianças brincando com frequência ao redor da praça, especialmente do lado onde se encontram as varandas dos apartamentos térreos, podendo haver supervisão familiar durante as atividades. Vale destacar a construção da parte térrea dos apartamentos que conta com corredores largos a frente deles. A praça se mantém limpa mediante ação dos próprios moradores, principalmente os que vivem na parte térrea das edificações, segundo relato de uma moradora. A vegetação do local recebe cuidados que podem ser vistos de forma aparente. A praça constitui um local de passagem, sendo o acesso primordial aos apartamentos que pode ser realizado somente através de escadas. A iluminação noturna é boa, mas a praça é pouco frequentada nesse período. Durante a agência do PUI-NOR fase II mesas de jogos de concreto foram instaladas, no entanto apenas é possível ver as cadeiras que a elas pertenciam. Em comparação com os corredores dos apartamentos (varandas) a praça é menos utilizada pelos moradores locais.

Figura 30: Fotos dos espaços públicos do conjunto habitacional Juan Bobo



Fonte: Autora, 2019.

2.4.1.4. Área de observação 4: Villa Niza (Nuestra Señora del Carmen)

Figura 31: Fotos da Vila Niza: Antes e depois da Intervenção PUI.



Fonte: Arteaga, 2016.

Figura 32: Fotos da Praça da Igreja



Fonte: Autora, 2019.



Fonte: Autora.

Trata-se de pequena praça que foi feita pelos moradores antes do PUI e que recebeu melhorias após o programa. Atualmente ela conecta a capela *Nuestra Señora del Carmen* com um local abaixo dela, onde aos finais de semana é possível encontrar o comércio de produtos locais, como empanadas por exemplo. A praça tem uma santa e

muitas plantas dispostas em vasos. Segundo relatos de moradores os vasos com plantas foram colocados para proteger a santa, pois antes as crianças brincavam com bola e aconteciam acidentes. É possível encontrar crianças brincando na praça, mas não em grande quantidade e são poucas as pessoas que permanecem no local. A iluminação estava incompleta, com uma lâmpada queimada, e a noite costuma ficar deserta, apesar de bem iluminada. É uma praça muito usada para passagem, mais do que permanência, e seu acesso é por escadas.

2.4.1.5. Área de observação 5: La Herrera (parquinho embaixo da ponte *El mirador*)

Ao redor dos edifícios habitacionais em La Herrera foram construídos vários parques e praças, essas construções não ocorreram simultaneamente com a dos apartamentos, mas ao longo dos anos subsequentes. Foram selecionados alguns platôs para serem realizadas as observações, pois seria muito complexo abranger toda a extensão do projeto. Existem academias bem preservadas e apropriadas pelos jovens que as utilizam para fazer exercícios; os parquinhos infantis que são apropriados pelas crianças, contando, no entanto com alguns brinquedos sem manutenção; o local possui em geral algumas praças “inapropriadas” ou apropriadas para outros fins que não o projetado. Em um dos parquinhos observados, por exemplo, é bem raro ver alguma criança lá, encontra-se exposto à sujeira, abandonado e sem manutenção, é forte o odor do esgoto, pois está na beira do córrego La Herrera, embaixo de um dos pilares da ponte “El mirador” com acesso por escadas degradadas. As escadas estão desgastadas pela ação do tempo e sem manutenção. Alguns dos brinquedos que vemos nas apresentações oficiais de La Herrera já não existem mais e os muros de escalada estão sem manutenção e sem uso.

Na parte térrea dos edifícios, acima desses espaços, existe um pátio, que no mês de dezembro estava repleto de crianças brincando. Em outros momentos do ano o local é usado para estacionamento de motos. Em depoimento, uma líder comunitária do bairro que acompanhou todo o processo do PUI, e que foi uma das contempladas pelo projeto, falou que foram extremamente positivos tanto as transformações urbanísticas que tiveram como a mudança na dinâmica no cotidiano do bairro. Ela compartilha que o bairro e os prédios têm seus problemas, mas também reconhece que houve uma transformação brutal que modificou todo o bairro e trouxe benefícios, ocasionados pelas obras.

Figura 33: Fotos do Parquinho embaixo da ponte El Mirador. Estado atual.



Fonte: Autora

2.4.1.6. Área de Observação 6: O mirador, outro parque em La Herrera

Durante as manhãs e tardes está quase sempre vazio, ou com poucas pessoas. Apesar de ter um parquinho infantil, quebrado e sem manutenção, quem mais usa esse espaço são os jovens para seu relaxamento⁷².

Figura 34: Foto do Parque Mirador Estado atual



Fonte: Autora, 2019.

De fato, esse parque brinda de uma vista incrível, porém é usado principalmente por jovens e para o ócio, sobretudo a noite. A dinâmica muda bastante do dia para a noite. Enquanto que durante o dia poucas pessoas frequentam, pela noite se nota o encontro de vários jovens para o consumo de substâncias ilícitas.

2.4.1.7. Área de Observação 7: Parque de Las Vitorias

⁷² Foi assim que um jovem se referiu sobre a maneira que usava o parque, falou da solidão que vivia o bairro e da falta de atividades. Enquanto falava mostrou aonde vivia, e apontou para o outro lado de outra quebrada, o contraste era gritantemente visível: casas em estado bastante precário, visivelmente alguns em áreas de risco. Lamentou os projetos não terem considerado o entorno onde mora.

Figura 35: Fotos do Parque de Las Vitórias



Fonte: Arteaga, 2016.

Localizado entre a *calle* 107 com a *carrera* 49, fica ao lado de uma igreja católica. Encontra-se bastante frequentado em quase todos os momentos do dia e da noite por pessoas de todas as idades. Esse é um parque que, foi feito com a participação popular, e é mantido até hoje pelos próprios moradores. Anterior à implementação do projeto havia apenas a quadra, o PUI melhorou a estrutura da quadra existente e construiu uma praça ao lado, com parque infantil munido de playground e 3 equipamentos de ginástica. Antes da realização das obras, segundo moradores o lugar já era apropriado pelas pessoas. Possui partes que estão sem manutenção, degradadas pela ação do tempo, bastante sujeira, sobretudo na arquibancada e faz parte da rede pública de Wi-Fi grátis oferecida pela prefeitura.

Não se nota consumo de drogas, é uma praça bastante “vigiada” por todos ao redor, pois além de estar em uma posição bastante central no bairro, no boulevard da *calle* 107, possui vários comércios e moradias ao redor, além da igreja.

Figura 36: Fotos do Parque de La Vitoria



Fonte: Autora, 2019.

2.4.1.8. Área de observação 8: Praça na Carrera 48 c e Jogo Oásis no Local⁷³

Ao lado da praça corre o rio e do outro lado ficam as residências, em seu interior possui equipamentos de ginásticas e um parquinho infantil. Essa é uma praça que fica ao lado da ‘*quebrada*’ de Juan Bobo. Foram instalados equipamentos de ginástica e *playground* e melhorada a acessibilidade, com a colocação de ponte e escadas pela Prefeitura na segunda fase do PUI-Nor. As margens do córrego concentram a maior parte da vegetação densa. Em frente a ela há um jardim que fica aos cuidados da prefeitura. Trata-se de uma praça que, a exemplo da Praça da Paz, também é utilizada para passagem, pois fica próxima a uma ponte que conecta os dois lados do rio. Ao longo do dia o local fica bastante exposto ao sol, porém, como não há árvores grandes que a sombreiem a população começa a frequentá-la com mais intensidade ao pôr do sol, momento em que as casas e a vegetação ao redor fazem sombra, e durante a noite, quando o clima está mais ameno. A presença de equipamentos de diversão infantil proporciona um local para os encontros e brincadeiras das crianças que vivem na região. Jovens e adolescentes costumam utilizar os equipamentos de ginástica e também consomem substâncias lícitas e ilícitas ao redor da praça. O local se mantém razoavelmente limpo, estando equipado com lixeiras em lugares pontuais.

Essa foi a praça que os participantes do jogo Oásis selecionaram para a intervenção. Durante a vivência Oásis foram realizadas algumas intervenções, como uma horta vertical, um canteiro de hortas, uma lixeira, pinturas de jogos infantis no solo e grafiteagem.

Foi interessante observar a modificação e potencialização na dinâmica que o oásis criou no espaço. Pretendeu-se analisar como os moradores desses locais reivindicam o direito à cidade, através de ações nos territórios, considerando toda a complexidade existente local.

⁷³ Localizada junto ao córrego Juan Bobo, local escolhido para o Jogo Oásis.

Figura 37: Fotos da Praça da Carrera 48c.



Fonte: Autora, 2019.

Essa praça é utilizada pela população ainda que cuidada pelo poder público. A horta feita pela prefeitura faz com que praticamente diariamente tenha funcionários públicos trabalhando para melhorar e manter o espaço. Interessante observar essa relação de respeito mútuo e de melhoria do espaço público por parte do poder público e da população.

2.5. A experiência do Jogo Oásis em Medellín

Entre as duas primeiras semanas de dezembro de 2018 foi proposto, junto aos jovens que participam do grupo de investigação *Medio Ambiente y Sociedad* (Maso), pertencente à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Antioquia, uma experiência para vivenciar um Jogo Oásis⁷⁴, o mesmo jogo utilizado no DIST para intervenção nas praças dos residenciais, mas que ocorreu em outra escala e contexto.

A vivência foi elaborada em conjunto com os jovens das comunas 1 e 2, acordados os melhores dias para a participação da maioria deles. O mês de dezembro em Medellín é um mês de intensa comemoração natalina, por guardar uma herança da época da colonização espanhola, a Colômbia é um país extremamente católico, fato bastante notório em Medellín isso se nota bastante em Medellín, com a presença das igrejas, quase que as únicas obras preservadas da época. Portanto, a vivência que elaboramos concorreu com as festividades natalinas familiares do mês, o que fez com que ajustássemos o calendário das atividades com a agenda dos participantes. Domingo não foi possível fazer nenhuma atividade, pois é um dia que todos passam com a família, principalmente ao final de ano.

Figura 38: cronograma de planejamento das atividades

<i>Actividad</i>	<i>Responsable</i>	<i>Fecha y lugar</i>
<i>Planeación del proceso</i>	Gabrielle, Francina, Milena, MASO y Casa Piedra	<i>noviembre</i>
<i>Talleres formativos</i>		
1. <i>Mirada: buscar mirar con ojos de niño, mirando la abundancia y bellezas del lugar</i>	Gabrielle, Francina, MASO y Casa Piedra	<i>Diciembre 03 de 2018 Casa para el Encuentro Eduardo Galeano 2p.m.</i>
2. <i>Afecto: conocer la historia del lugar y de la gente. Crear vínculo y</i>	Gabrielle, Francina, MASO y Casa Piedra	<i>Diciembre 04 de 2018 Baranda o fuera de la Casa para el Encuentro Eduardo Galeano</i>

⁷⁴ O jogo Oásis, será melhor detalhado no capítulo 5, mas, para fins de compreensão: é um jogo de mobilização comunitária criado pelo instituto Elos que busca colocar em movimento talentos e recursos locais para transformar pessoas e ambientes através da materialização de sonhos coletivos. A intenção é transformar o mundo com 7 passos de maneira rápida, divertida e prazerosa. Feito para ser praticado de maneira totalmente cooperativa, o jogo convida as pessoas com um interesse em comum para formar uma comunidade e atuar em um lugar, seja um bairro, uma escola, uma organização, um parque, uma praça ou uma rua. O jogo utiliza a definição ampla do termo comunidade integrando diversos atores: moradores locais, colaboradores, gestores, jovens, crianças, educadores, líderes comunitários, entre outros. Depois de diferentes desafios, espera-se que o resultado seja muito mais profundo que a própria transformação física de um espaço, porque busca impulsionar o cultivo de viver em comunidade na sociedade por meio de uma visão de abundância, de desenvolvimento das relações afetivas e de confiança, descobrindo sonhos coletivos, catalisando o cuidado mútuo das relações e a vontade de realizar juntos. Os dois últimos passos encorajam a reconhecer e celebrar juntos as intervenções feitas pelo trabalho coletivo e abre espaço para a construção de novos sonhos, com o ideal maior de conseguir transformar o mundo em um Oásis. (Manual JOGO OASIS ELOS. Instituto ELOS, sem data).

<i>afecto.</i>		<i>2p.m.</i>
<i>3. Show de talentos: compartir tus talentos y conocer de sus compañeros</i>	Alguien del grupo que quiera ser el presentador del show (a escoger)	<i>Diciembre a definir</i>
<i>4. Sueños: descubrir sueños y proyectar para que logren</i>	Gabrielle, Francina, MASO y Casa Piedra	<i>Diciembre 10 de 2018 Casa para el Encuentro Eduardo Galeano 2p.m.</i>
<i>5. Cuidado: captación de recursos</i>	Gabrielle, Francina, MASO y Casa Piedra	<i>Diciembre 12 de 2018 Casa para el Encuentro Eduardo Galeano 6p.m.</i>
<i>6. Milagro y celebración: Hacer acontecer, hacer parte de la transformación, y celebrarnos juntos lo que hemos hecho.</i>	Todos	<i>Diciembre 14 de 2018 Lugar escogido para hacer la intervención 9a.m.</i>
<i>7. Re evolución: cerrando para abrir nuevos procesos, planeación a medio y largo plazo. Proyección para el futuro</i>	Gabrielle, Francina, MASO y Casa Piedra	<i>Diciembre 17 de 2018 Espacio intervenido 10a.m.</i>

Fonte: elaboração própria, 2018.

Outro fator desafiador foi a competição com as tarefas finais do ano letivo, a mistura de princípio de férias com entrega de trabalhos finais da faculdade, como a maioria do grupo era formado por jovens entre seus 16 a 30 e poucos anos, esse foi um fato de ter de lidar, a ausência de um ou outro em algumas das atividades. Participaram em média de 15 a 25 pessoas, dentre eles pessoas do bairro, que ficaram sabendo pelo boca-a-boca, os jovens do grupo MASO, e pessoas de outros bairros da cidade. As dinâmicas foram conduzidas pela pesquisadora juntamente com Francina Buonotte, arquiteta argentina que atualmente reside no Brasil, com apoio dos registros de Lucas Rezende e Christian Giovanni Álvarez Lopez.

Os resultados dessa experiência foram algumas intervenções em uma das praças feitas no âmbito PUI-Nor, em fases posteriores, além da criação e fortalecimento de vínculos com outros moradores do local.

Figura 39: Foto da dinâmica de Jogo Oásis, Casa para El Encuentro Eduardo Galeano.



Fonte: Autora.

Resumidamente, o Jogo compreende sete passos ou disciplinas são elas: o olhar, o afeto, os sonhos, o cuidado, o milagre, a celebração e a re-evolução. Em Medellín foram feitos quase todos de forma rápida e demonstrativa para fins de troca e compartilhamento, e ainda assim os resultados físicos e subjetivos foram significativos, como veremos.

As atividades aconteceram no espaço cultural *Casa Para El Encuentro* Eduardo Galeano, sede da *Corporación Mi Comuna*⁷⁵, gentilmente cedido para a realização do jogo, e estiveram presentes jovens ativistas e líderes comunitários de diversas organizações locais, dentre elas: *Colectivo KGP (klan ghetto popular*⁷⁶), *Biblioteca Sueños de Papel*⁷⁷ e *Casa para el encuentro Piedra en el Camino*⁷⁸.

⁷⁵ A *Corporación Mi Comuna* é uma entidade cultural fundada em 2009 para gerar processos de comunicação comunitária: imprensa, audiovisual, fotografia e plataformas digitais, dentre as quais se destaca o jornal *Mi Comuna 2*. Sua missão é contribuir para a construção do tecido comunitário promovendo a participação através da comunicação comunitária, promoção de literatura e diálogos interculturais e de conhecimento nos territórios, enfatizando no trabalho coletivo e colaborativo com as pessoas, usando metodologias de educação participativa e popular para construção de outras perspectivas de vida. O trabalho da *Mi Comuna* está organizado em quatro linhas: produção mídia, treinamento, promoção e gerenciamento de leitura espaços culturais entre os quais se destaca a gestão da *Casa para El Encuentro* Eduardo Galeano, um espaço para o encontro da comunidade, diversão e recreação dos habitantes da comuna 2 e na região nordeste de Medellín, cujo principal objetivo é a promoção, divulgação e circulação de ações culturais e artísticas.

⁷⁶ O coletivo artístico e cultural KGP (*klan gueto popular*) é uma união de pessoas com habilidades empíricas e de formação, onde combinam idéias dentro do território, do corpo, memória histórica e senso de pertencimento a espaços ou territórios; energizando assim com processos pedagógicos e comunitários na cidade de Medellín e em diferentes municípios do departamento de Antioquia.

⁷⁷ A *Biblioteca Sueños de Papel* é um espaço de leitura que, através da fala, do brincar, da arte e conhecimento, possibilita crianças, jovens e adultos do bairro *La Cruz*- Comuna 3 de Medellín – a se encontrarem, compartilhar histórias e estar em comunidade. A iniciativa de criar e executar um projeto de biblioteca comunitária no bairro de La Cruz, nasceu da ausência de um lugar artístico e cultural no bairro de La Cruz, onde não há bibliotecas públicas. A biblioteca *Sueños de Papel* tem o compromisso de levar o mundo dos livros a essa periferia.

Todas as dinâmicas, ou a maioria, são feitas em círculo, buscando a prevalência do olhar de todos para todos, sem hierarquias, mas buscando um sentido de igual para igual (ombro com ombro). Existe uma simbologia de manter o centro como um lugar aonde as pessoas podem colocar objetos de valor simbólico como forma de sacralizar e honrar com a abertura daquele espaço. Outro instrumento encorajado a utilizar como forma de todos se ouvirem e respeitarem a escuta de todos, é o bastão da fala, tradicionalmente utilizado pelos índios norte-americanos desde tempos ancestrais. Antes das atividades começarem o espaço é organizado para receber os participantes e uma música inspiradora de fundo ajuda a criar um ambiente mais acolhedor para as pessoas que vão chegando. Buscamos sempre manter um café com lanche, pois é cultural esse compartilhamento entre os *paisas* (quem é natural de Medellín). Em qualquer reunião que seja, aonde se juntam as pessoas, seja para trabalharem ou mesmo confraternizarem, sempre tem algo a se compartilhar.

Figura 40: Foto do Canteiro de Horta no dia do mutirão do Jogo Oásis.



Fonte: Autora

Na experiência do Jogo Oásis em Medellín foi necessário realizar algumas modificações/adaptações, tanto em virtude do idioma, como a diferença cultural. Desta

⁷⁸ A *Casa Piedra en el Camino* é um grupo formado por quatro jovens da Zona Nordeste de Medellín, com sede no bairro Santo Domingo Savio, nasceu em Fevereiro de 2017, pela decisão em se organizar motivados por experiências, entre as quais a presença e Representações significativas deixadas pelos processos de participação do *Parque Biblioteca Española*, principalmente no Clube de Leitura. Com o objetivo de contribuir para a criação de espaços para participação popular crítica e ativa, com maior impacto na cultura popular, a recuperação e preservação da memória da vizinhança, a constituição e defesa do território, o coletivo vem realizando intervenções nesse contexto, com ênfase no campo da cultura popular.

forma foi recriado de maneira coletiva durante o processo, trazendo elementos locais, contando com a participação de líderes afetivos.

O passo do **olhar**, estimulou os moradores a perceberem diversas belezas no bairro que até então não haviam se dado conta, o sentido da visão foi mobilizado à outra postura que não a costumeira, para uma postura investigativa de potenciais locais e pessoais. Mediante esta ferramenta lúdica de engajamento comunitário para realização de alguma intervenção conjunta e de forma cooperativa, o jogo convidou as pessoas a despirem-se de suas crenças, a se reinventarem e olharem para dentro de si, buscando suas qualidades, seus talentos, procurando o que poderiam oferecer ao grupo em potencial, e reconhecer o que há de melhor no outro e no entorno, atendendo assim os princípios de identidade, alteridade e sua relação espacial.

O exercício de cultivar um olhar apreciativo sobre a comunidade e seu ambiente, busca a criação de um cenário de abundância, recursos e possibilidades. Valorizando a presença e o potencial de contribuição de cada pessoa, na busca em reforçar o olhar apreciativo de tudo e todos que nos rodeia. Para isso foram feitas dinâmicas que estimulassem a confiança em si e no grupo, criando maior vínculo entre os participantes.

Todos os passos do jogo são permeados por jogos e dinâmicas cooperativas afim de estimular o espírito colaborativo entre os participantes e, no caso de Medellín, é interessante perceber o olhar sensível que as pessoas naturalmente carregam. Os depoimentos depois de cada dinâmica foram bastante ricos em detalhes descritos de forma poética e sensível, algo bastante característico das pessoas de Medellín, principalmente dos bairros nas ladeiras.

A etapa do olhar foi finalizada com a elaboração coletiva de um mapeamento das belezas e talentos encontrados no entorno e no bairro. (ver cartilha em ANEXO).

Após o mapeamento dos recursos e belezas do bairro passamos para o passo do **afeto**, na busca em estabelecer relações afetivas entre pessoas, fomentar e fortalecer a confiança mútua e o cuidado, trazendo elementos que alimentam e fortalecem o trabalho coletivo. Esse foi um momento em que praticamos o exercício da escuta, que é uma habilidade essencial nessa disciplina. No Jogo Oásis, uma das ferramentas utilizadas para isso é o "Show de talentos", mas que por conta da dificuldade em conseguir conciliar as agendas, o Show de talentos não aconteceu nesse passo, mas em momento posterior, junto com outra atividade já programada pelo grupo do MASO.

Nesta etapa do jogo saímos pelo bairro em duplas para ouvir corações, sem preconceitos e sem racionalizar, com o pensamento de que: por trás de cada pessoa existe uma história a ser contada, e surgiram histórias incríveis de moradores que os próprios moradores do bairro não conheciam. Antes de sairmos na comunidade, realizamos uma série de exercícios entre nós para reconhecer nossa maneira de comunicar, a presença nas conversas, os retornos e as trocas de palavras. Para isso foram feitos diversos exercícios em duplas de escuta empática, com a finalidade de despertar essa habilidade de escutar com o coração. Depois de reconhecer como nos comunicamos e nos relacionamos, saímos para ouvir esses corações, que história faz ele vibrar, para então, reconhecer os talentos em cada pessoa, através da nossa escuta empática e nosso olhar apreciativo. As histórias foram contadas por meio de desenhos e ilustrações e compartilhadas em roda. Passamos um filme sobre o poder da empatia e fizemos um mapeamento com as histórias do bairro.

A estratégia de ouvir as pessoas é de criar uma certa conexão para aí descobrir qual é o sonho que elas têm para o bairro. Incentivar a criar um espaço e relações adequadas para expressar as aspirações mais profundas que todos nós temos. No caso brasileiro, se utiliza uma estratégia lúdica de trocar um sonho (bombom) por um sonho. Então os participantes saem com bombons pelo bairro em busca de sonhos. No caso de Medellín, como não existe esse bombom, escolhemos com eles algum tipo de bombom que fosse popular e que as pessoas gostassem para realizar essa atividade. Os sonhos que surgiram para o bairro foram de diferentes escalas, foram eles: posto de saúde, áreas de lazer, entre outros. Nesse momento, adaptamos a dinâmica, ao invés elaborarmos uma árvore dos sonhos (originalmente utilizada no Jogo Oásis), aproveitamos para valorizar os talentos locais. Neste Oasis, durante esta etapa, Marciela Roja Durazo participou, moradora local que trabalha com sonhos através da fusão da dinâmica de grupo e artesanato. Marcela compartilhou algumas atividades para introduzir os sonhos e construir juntos um filtro dos sonhos e penduramos os sonhos coletivos.

Depois de pendurar os sonhos coletivos, passamos para a etapa do **cuidado**, que começou com a escolha, dentre todos os sonhos, qual ou quais seriam factíveis de serem realizados. É na etapa do cuidado que é selecionado o que será feito e como. É a etapa do planejamento cuidadoso, com estratégias e projetos que vai ser realizados, evitando criar expectativas de algo que não será realizado. O grupo age respondendo à pergunta “como caminhar juntos, cuidando de si mesmo, do outro e de um sonho comum ao mesmo tempo?”.

Dividimos os participantes em dois grupos e cada grupo elaborou uma maquete colocando todos os elementos que gostariam que tivesse na intervenção que faríamos. O local escolhido para ser feita a intervenção foi uma praça localizada próxima a casa, em virtude de haver o desejo latente de revitalizar aquele espaço, que para eles não tinha muito significado. Um dos participantes fazia parte de um grupo KGP artístico de grafiteiros e cantores de rap, todos artistas. Eles propuseram refazer o grafite do muro, que dava para ver do alto do *metrocable*. Surgiram diversas propostas como: hortas, palco, jogos pintados no piso para as crianças, lixeira, entre outros.

Depois dividimos em frentes de trabalho. Cada frente ficaria responsável por algo que seria feito no dia do mutirão, que corresponde a etapa seguinte que é o milagre. Nesse momento foram revisitados os mapeamentos e buscados recursos para a realização do que foi planejado. Duas mulheres se disponibilizaram a cozinhar para todo mundo, e o que consensualmente foi escolhido para ser feito é o que eles chamam lá de Frijolada, (o que seria o mais semelhante a nossa feijoada, porém com feijão verde). Todos se mobilizaram para conseguir materiais de doação. Recebemos doações da Casa de Cultura Calazans, tintas da Biblioteca Sueños de Papel, os meninos do coletivo KGP se dispuseram a fazer o grafite no dia do mutirão.

Finalmente, no segundo sábado de atividade do jogo, foi feito o mutirão mão-na-massa e os participantes puderam vivenciar o poder do coletivo na modificação do espaço público conforme eles haviam planejado. O que chama bastante atenção é que os moradores das ladeiras estão mais do que acostumados a prática do mutirão, que em espanhol se traduz como convite. Então quando chamamos para uma intervenção coletiva não era uma novidade. Esses bairros foram, em sua maioria, construídos por meio de mutirão e até hoje essa é uma prática bastante recorrente nos bairros. Quando querem fazer uma rua, calçada, escada ou qualquer coisa do tipo. Então o espírito coletivo colaborativo já está presente e impregnado em cada pessoa e em cada lugar. Foi uma experiência bastante enriquecedora no sentido de troca. Todos aprendemos muito uns com os outros e o que mais marcou em tudo foi a aceitação dos participantes em estarem totalmente entregues às dinâmicas que aconteceram, isso fez toda a diferença no processo. Existe uma fala que diz: “cada comunidade tem o oásis que merece”.

Figura 41: Foto do Grafite na parede, durante o mutirão do Jogo Oásis



Fonte: Lucas Resende, 2018.

Figura 42: Foto da Pintura nos pneus, após mutirão



Fonte: Lucas Resende, 2018

Figura 43: Foto do Grafite na parede resultado do Jogo Oásis.



Fonte: Lucas Rezende, 2018.

Alguns dos resultados obtidos mediante o jogo foram: uma horta vertical, uma lixeira, pinturas de jogos para crianças no chão, grafites nos muros e nos pneus, entre muitas trocas durante o passo do milagre (mutirão), que permitiu muitos encontros e trocas entre muitas pessoas antes meras desconhecidas. No dia do mutirão também foi feita uma *frijolada* (que se assemelha mais ou menos a nossa feijoada), para que as pessoas pudessem, de forma colaborativa compartilhar o alimento durante o dia. A participação das crianças também foi algo bastante significativo durante a intervenção.

De toda essa experiência da metodologia Oásis, mais do que as realizações físicas podemos destacar as realizações em termos de aprendizados compartilhados entre os participantes. Em continuidade ao processo que já vinha acontecendo com o grupo de jovens, a metodologia proporcionou a criação de um horizonte de sentido coletivo, de forma que, esse processo gerou como resultado um manual, que foi deixado para os participantes como forma de agradecimento e acolhimento.

2.6. Considerações e aprendizados

Sem dúvidas a experiência do PUI-Nor deixou importantes conquistas para a cidade. Entre eles estão à apropriação da metodologia de intervenção que reflete os benefícios do projeto, desde a transformação positiva da área de intervenção, a partir dos componentes físicos espaciais, sociais, culturais, ambientais e econômicos, contribuindo significativamente para a melhoria do índice de desenvolvimento humano e aumento da qualidade de vida de seus habitantes. (ZUQUIM e SANCHÉZ MAZO, 2017, p. 97)

As intervenções do PUI ainda que com metodologia inovadora em vários aspectos, possui o antecedente histórico da apropriação de espaço que remontam à 1980 (como o programa Moravia), e a década de 1990 com o surgimento de programas como PRIMED, intervindo nas periferias com certo grau de participação. Importante reconhecer esses antecedentes que, tanto inspiraram os PUIs como também abriram as portas para que fossem bem-sucedidos. Além dos antecedentes internacionais que inspiraram os projetos como o “Favela Bairro” no Rio de Janeiro, entre outros projetos como melhoramento de bairros com a implementação de equipamentos em Barcelona, projetos colombianos como as transformações urbanas realizadas em Bogotá com a implementação das bibliotecas integradas com parques, ruas para pedestres, entre outros projetos e mudanças urbanas realizadas na década de 1990, nos governos de Mokus e Peñalosa, também serviram como inspiração para os Projetos Urbanos Integrals.

Para além de uma cidade modelo é preciso enxergar Medellín como um estudo de caso, é compreensível e em um relato foi até dito que é importante para a cidade que se venda essa imagem para conseguir atrair investimento de capital estrangeiro para incrementar o montante reservado para as intervenções públicas urbanas.

Vivenciando a cidade se nota que Medellín é uma cidade de contrastes, ao mesmo tempo em que foi bastante marcada pela violência e narcotráfico, não que tenham desaparecido, hoje é uma cidade bastante acolhedora, conhecida em toda a Colômbia pela amabilidade de seus habitantes, atraindo assim muitos turistas o ano todo. Esses contrastes não é mérito de Medellín, mas algo marcante em toda América Latina: as desigualdades sociais, a pobreza, falta de oportunidades, riquezas acumuladas nas mãos de poucos, desequilíbrios ambientais, zonas de sacrifícios etc. Uma herança que desde a colonização dos povos indígenas seguidos da escravidão, não foi superada, pelo contrário, reforçada pelo sistema neoliberal predador que impera até os dias de hoje.

Vários são os motivos que levaram as pessoas às cidades, a violência nos campos é algo bem marcante na Colômbia, por efeito do narcotráfico e conflitos políticos, principalmente na população que povoou as ladeiras das cidades (Bogotá e Medellín). Pode-se dizer que essa mesma população que habitou as ladeiras são as que serviram de mão-de-obra para construir a cidade. Como Liliana Sánchez comprovou em sua tese, Medellín foi feita a muitas mãos: tantas as mãos dos trabalhadores, que além de suas próprias casas construíram grande parte da cidade, como a mão do mercado, que define qual a melhor forma de “investir” na cidade em função de seus interesses; existe a “mão” pública, que como no Brasil, as vezes dá as mãos para o mercado privado; e o capital estrangeiro, que foi bastante influente nas últimas décadas na execução de obras na cidade.

Uma parte significativa da população ainda vive de forma precária na cidade, também não sendo mérito de Medellín, mas de quase todas as cidades da América Latina, porém na Colômbia, como já dito, o contexto de deslocamento/remoção, fome, necessidade, resistência e luta é muito marcante, desde o início da história da Colômbia como tal.

Um tema muito forte e que é uma realidade consolidada de quem vive na cidade são as barreiras invisíveis. Antes os moradores de um determinado bairro não podiam atravessar outros sem permissão, pois corriam risco de perder sua vida, como aconteceu sucessivamente com jovens, sobretudo nas comunas da *nororiental*, e comunas 8 e 13, as consideradas como as mais perigosas da cidade. O que não deixou de influenciar o resto da cidade. Moradores mais antigos da cidade relatam que não se podia andar nas ruas depois das 19h, pois poderiam ser mortos. O espaço público era restrito as horas do dia. A fama de Medellín se deve também a essa reconquista do espaço público como um espaço de todos, um lugar seguro para as pessoas. Ainda que, como vimos algumas intervenções feitas pelos PUI's foram apropriadas por bandas dos bairros. Porém deve ser reconhecido que houve uma mudança brutal, tanto na paisagem desses bairros como no estigma da população que vivem neles. Andar com tranquilidade em qualquer hora do dia e parte da noite era algo impensável na década de 1990.

Em relação ao custo-benefício que as obras trouxeram para os habitantes dos bairros, é fundamental considerar os custos que muitos desses tiveram que pagar. Algumas famílias tiveram mesmo que sair do bairro em que moravam para dar lugar às obras, como foi o exemplo da Biblioteca Parque Espanha, por exemplo. Como Montoya diz em depoimento: “se tem desalojamento não é participativo”, ou seja, se pessoas que

tiveram que sacrificar suas vidas para o “bem comum”, deve-se refletir que grau de participação a metodologia está levando em consideração. Desenvolvimento não deve significar desalojamento e sacrifício de famílias.

No mesmo eixo de intervenção existem exemplos bastante interessantes de realojamento de família no mesmo lugar, como é o caso do projeto piloto Juan Bobo e posteriormente seguindo o mesmo modelo La Herrera. Por mais que existam críticas em relação aos projetos, como por exemplo, a modificação da cultura de pessoas que antes viviam em casas e passam a viver em residências verticalizadas, o processo foi muito participativo, segundo relato de lideranças locais, por isso também mais demorado. Algo bem importante a ser considerado e que foi fundamental para que todas as obras fossem possíveis e houvesse agilidade em todo o processo foi a vontade política atuando a favor das decisões técnicas tomadas com as famílias. Essa “vontade” atuou tanto na agilidade das obras como na alteração de normas, como foi o caso de Juan Bobo, a construção dos prédios mais próximos do rio do que o permitido em lei.

Uma coisa bastante interessante que acontece em Medellín, pelo menos na visão de algumas pessoas que tomam decisões técnicas, políticas e administrativas de planejamento, é de ver a cidade como um laboratório, e foi isso que aconteceu com os PUI's: ninguém concebia de antemão o sucesso das intervenções e nem os efeitos delas na vida das pessoas, mas apostaram forte na proposta de acupuntura urbana como forma de melhorar a cidade como um todo, pensando nela como um organismo conectado e sistêmico. Nos PUI's da *nororiental*, segundo relato de um arquiteto que participou do projeto e implementação dos espaços públicos, foi importante cuidar bastante do processo, sem pular etapas, que quando isso acontecia, seja pelo tempo ou alguma outra circunstância, no final percebiam que deveriam ter feito de outra maneira, incorporando o aprendizado de que o processo é muito mais importante do que o produto e que dependendo de como for realizada uma obra esta influencia diretamente no que será no final.

Importante ressaltar que a Colômbia passou de uma república representativa para uma república participativa, isso fez com que a população tivesse o direito à participação, fazendo com que muitas pessoas passassem a ter uma vida política mais ativa, aliada à história de luta e resistência que a Colômbia carrega, fazendo com que sejam fortalecidos grupos historicamente excluídos. Desta forma, os mandatos de Sergio Fajardo e seu sucessor Alonso Salazar ao se abrirem e ampliarem o processo de escuta junto à população, para melhoria dos bairros informais, fez reverberarem grandes

mudanças, em curto espaço de tempo. O modelo de gestão desses projetos, mais do que a metodologia em si é algo bastante interessante e que mereceria um aprofundamento maior que não coube nesse trabalho.

A abertura ao capital internacional traz riscos inerentes às políticas neoliberais. A busca em tornar Medellín uma cidade modelo para ser mais competitiva para atrair cada vez mais capital estrangeiro faz com que exista um marketing urbano que maquia a imagem da cidade, ofuscando um olhar mais profundo para os problemas sociais reais que ainda permanecem no cotidiano de muitas famílias, porém, tornam-se latentes perto do que é vendido. Como coloca Gabriel Garcia Marquez em seu livro “Amor em tempos de cólera”: “[...] *El doctor Juvenal Urbino [...] le tenía tanto amor a la ciudad para verla con los ojos de la verdad.*” (MARQUEZ, 2016, p. 64).

A experiência das mudanças urbanísticas de Medellín articulando políticas sociais, como de educação, cultura, esporte e lazer conectando as periferias com a cidade formal através de um sistema de transporte bastante eficiente e de impacto bastante positivo no sentido de criar novas centralidades urbanas, melhorando os espaços públicos com metodologias participativas aonde os moradores das comunas tornaram-se protagonistas nos projetos e participaram de forma ativa nas intervenções, inclusive alguns até foram contratados para trabalharem nas obras das intervenções. Um pouco do que veremos aqui no próximo capítulo: intervenções participativas integrando a comunidade local.

Em Medellín tivemos a experiência de realizar um jogo Oásis na Comuna 2 com os jovens do grupo de investigação MASO (*Medio Ambiente y Sociadad*), que gerou um manual (ANEXO) sobre mobilização comunitária. Parte do que vivemos no Brasil durante o DIST II, e que será mais detalhado no capítulo 5. A proposta de engajar a população para pensar e melhorar o território, pensando nos espaços públicos através de oficinas de imaginários urbanos tem alguma congruência com a metodologia criada e adotada pelo Instituto Elos. No próximo capítulo trataremos as áreas nos quais nos detemos a pesquisa em Campinas, iniciando com um histórico sobre a formação periférica da cidade afunilando até chegar nos residenciais analisados. Aprofundaremos mais adiante as estratégias utilizadas para realização do DIST II e alguns dos resultados alcançados em seguida.

CAPÍTULO 3

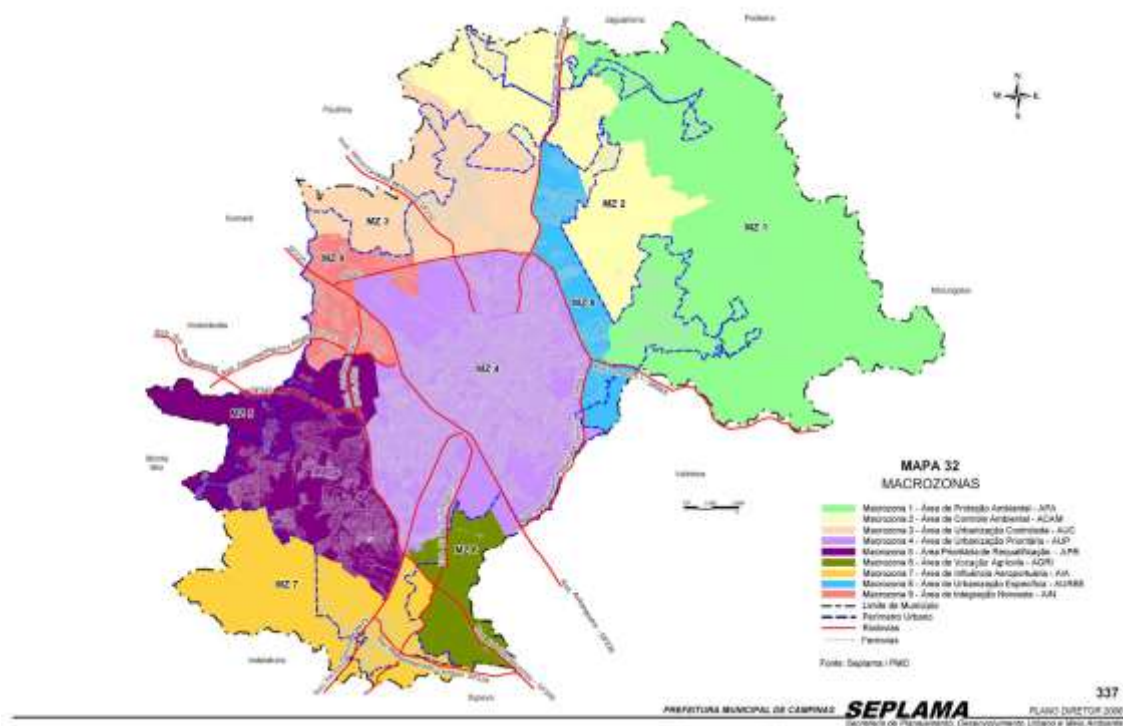
3. Contexto histórico das periferias na cidade de Campinas.

Neste texto, iniciamos com uma introdução sobre a formação da periferia da cidade, que está totalmente atrelada ao contexto atual, visto que as periferias são locais que abrigam grande parte da informalidade urbana, bem como antigos e novos conjuntos habitacionais. E, em seguida são contextualizados os três maiores empreendimentos do município: Jardim Bassoli, Residencial Sirius e Vila Abaeté.

3.1. O surgimento da habitação popular na cidade, a COHAB Campinas, e os 3 empreendimentos do PMCMV analisados em Campinas

Campinas é subdividido em 9 macrozonas, das quais as que apresentam maior índice de vulnerabilidade historicamente marcadas pelo processo de exclusão derivado da industrialização da cidade, como veremos, são as macrozonas 4 e 5, apresentando grande parte do déficit habitacional.

Figura 44: Mapa da Macrozonas da cidade de Campinas, conforme Plano Diretor de 2006.



Fonte: SEPLAMA, 2006.

Para analisar urbanisticamente os empreendimentos recorreu-se a uma leitura de seu entorno imediato: a partir do entendimento de sua localização e a sua relação com o bairro e a cidade, buscando entender as diferentes escalas dos territórios. Aqui será apresentado as carências que os 3 bairros apresentam.

Entendendo que não é possível o conjunto ter vida isolada de seu contexto, a infraestrutura foi analisada do ponto de vista da microrregião (conjunto habitacional e bairros vizinhos). O desenho urbano do bairro também foi analisado dando enfoque às áreas públicas e à possibilidade de apropriação por parte dos espaços de uso comum, como arborização, limpeza e existência de equipamentos públicos.

Através dessa primeira leitura sobre os territórios, foi possível identificar⁷⁹ além das fragilidades que os bairros apresentam, as oportunidades que são oferecidas, apontando fatores que definem suas vantagens e desvantagens para a vida cotidiana. Deste modo, foram consideradas as relações dos moradores para com o conjunto, os bairros vizinhos e a cidade como um todo. A análise receberá a contribuição das próprias impressões dos moradores e dos agentes públicos.

3.1.1. Características da Urbanização de Campinas e Região Metropolitana: Formação da periferia

A periferia de Campinas é formada através de quatro processos distintos (FERNANDES, 2004; e OLIVEIRA, 2000). A formação da primeira periferia ocorre entre 1950 e 1980, através da promoção de grandes loteamentos privados em glebas dispersas, descontínuas e distantes do centro urbano, se estruturando a partir dos grandes eixos rodoviários, aonde se instalaram grande número de indústrias. Nesse momento houve a abertura e aquisição de muitos lotes devido a uma perspectiva futura de valorização, e, até hoje, muitos permanecem desocupados, aguardando-a.

Depois do golpe de 1964, a ideologia da casa própria se instala no Brasil com a instituição do BNH (Banco Nacional de Habitação). Em 1965, é criada a Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB - Campinas), tendo como maior acionista a Prefeitura Municipal de Campinas, com o claro objetivo de realizar o programa habitacional do Município, em conformidade com as diretrizes traçadas pela Administração Municipal, promovendo o planejamento, a produção, o financiamento e a comercialização de moradias para a faixa de interesse social: Entre 1964 e 1986, o BNH empreendeu em

⁷⁹ Informações extraídas do diagnóstico feito no âmbito do DIST II pelo Elos e Demacamp.

Campinas aproximadamente 20 mil unidades habitacionais de interesse social em conjuntos habitacionais promovidos pela COHAB Campinas. Neste período o destaque se dá pela baixa densidade de ocupação dos loteamentos providos e pela precariedade da infraestrutura urbana. (CAMPINAS, 2011, p.15).

Já no ano de 1970, O Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado (PPDI) de Campinas desaconselhava à região sudoeste para fins de expansão urbana, pois se tratava de uma região ambientalmente fragilizada, importante para o abastecimento de água da região, e já parcialmente comprometida por ocupação urbana inadequada (RIBEIRO, 2006). Não obstante, em razão do preço da terra, a COHAB seguiu implantando uma série de conjuntos habitacionais nesta região.

No final da década de 1960 começaram a surgir às favelas, situadas em sua maioria em áreas livres públicas, oriundas de loteamentos aprovados e em alguns loteamentos precários e irregulares localizados na periferia da cidade. As pessoas que se instalavam nestas áreas advinham de diversas regiões do país em busca de melhoria de vida, ofertas de empregos na região e, como não conseguiam adquirir uma moradia formalmente, o faziam em áreas desocupadas da cidade (OKRETIC, 2013).

Em 1980 começaram a surgir às ocupações organizadas na cidade, em lotes vazios de loteamentos precários e vazios urbanos. O maior número de ocupações ocorre na região sudoeste da cidade, entre conjuntos habitacionais da COHAB, em áreas públicas e privadas, consolidando esta região como moradia das famílias pobres. É possível dizer, segundo Fernandes, que, entre 1995 e 1996, em alguns casos, houve ocupações sugeridas com o envolvimento dos próprios proprietários dos terrenos (FERNANDES, 2000). Muitos dos loteamentos que haviam sido promovidos na década de 1950 e que, posteriormente estavam vazios, foram ocupados e tornaram-se grandes assentamentos precários, densos e sem infra-estrutura urbana adequada.

3.2. Os problemas habitacionais de Campinas e RMC

De acordo com dados do IBGE, em 2000, a RMC tinha um déficit habitacional de 45.196 domicílios. Havia também uma inadequação dos domicílios em termos de carência de infraestrutura, contabilizavam mais de 60.000 domicílios, em número de adensamento excessivo mais de 40.000 domicílios, e em situação de inadequação fundiária, quase 30.000 domicílios. (IBGE, 2000).

É evidente que a despreocupação, historicamente marcada, do Poder Público com as camadas mais carentes da cidade, fez com que se agravasse o processo de

exclusão de grande parte da população urbana. Sem acesso às políticas e aos serviços públicos, bem como à própria terra urbanizada, por não ter tido condições de se inserir no mercado formal, a única alternativa para essa população foi a sobrevivência.

Portanto, as características de precariedade habitacional em Campinas estão relacionadas ao desenvolvimento urbano da cidade. Este, por sua vez, foi marcado nas últimas décadas por diferentes processos de ocupação urbana em suas macrorregiões, caracterizadas por duas formas antagônicas de suburbanização com uso habitacional: a dos condomínios horizontais fechados, ocupados por camadas de renda média e alta, e a dos loteamentos e bairros populares periféricos (CAMPINAS, 2011).

Observa-se nos últimos anos, além destes tipos de ocupação, o surgimento de novas centralidades que se diferem do centro histórico, como é o caso da região da Rodovia Dom Pedro I e o Aeroporto Internacional de Viracopos com forte influência na conformação urbana da cidade, destacando-se como um importante elemento na paisagem, sobretudo após a sua reforma de expansão.

Este modelo disperso e excludente de urbanização concentrou a precariedade habitacional especialmente nas macrozonas 4, 5, 7 e 9, conforme Plano Diretor de 2006. Desde a década de 1949, diferentes núcleos urbanos precários se instalaram no território, a partir deste vetor sudoeste de expansão da mancha urbana, que tem como eixo principal a Rodovia Anhanguera. Influenciada pela implantação de indústrias na região, esta expansão foi acompanhada de empreendimentos habitacionais e equipamentos urbanos (CAMPINAS, 2006).

É justamente nesse vetor de expansão urbana que estão localizados os empreendimentos que fazem parte do recorte dessa pesquisa. Especificamente nas macrozonas 4, Vila Abaeté, e macrozona 5, Residencial Sirius e Jardim Bassoli, regiões claramente marcadas pela escassez e carência de serviços e equipamentos públicos, bem como providos de moradias precárias. Nesses locais foram construídos conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida para população de baixa renda do município, e onde estão previstas a construção de inúmeras outras unidades habitacionais (dados coletados informalmente em conversas com agentes da Prefeitura municipal de Campinas), que serão construídas em terrenos ociosos que aguardam a “chegada da cidade” para sua valorização. Esse fenômeno, que ocorre em quase todas as grandes cidades brasileiras, de expulsão da classe mais baixa para a periferia, para locais onde carece de cidade, reproduz, perversamente, a exploração da população mais pobre, pois

existem os agentes econômicos que lucram em cima desse quadro, como bem nos demonstra Rolnik (2015) em seu livro “A guerra dos lugares”.

Em Campinas, a maior precariedade habitacional do município concentra-se nas porções sul, oeste e sudoeste, e os tipos que predominam de assentamentos precários nestas localidades são favelas e loteamentos irregulares, apresentando o maior contingente populacional (CAMPINAS, 2011). Não foram encontrados dados recentes que demonstrem que, com os novos empreendimentos habitacionais do PMCMV, esse quadro tenha sido modificado. Em alguns casos, piorou a situação de alguns bairros, que receberam essa população, advinda de diversas regiões da cidade, gerando um aumento da precariedade dos serviços mal prestados à população existente.

Segundo dados do diagnóstico urbanístico feito pelo Instituto Elos e Demacamp (2017), ainda hoje se nota uma grande concentração de manchas ocupadas por favelas na região do Jardim São Judas Tadeu, na região do Jardim Maracanã e Satélite Íris (ELOS, DEMACAMP, 2017). Algumas dessas favelas situam-se predominantemente em áreas de preservação permanente, áreas públicas de uso comum, enquanto que outras já sofreram o processo de remoção, como o caso do Jardim Florence II⁸⁰. É possível observar, principalmente ao redor do Residencial Sirius, uma nova ocupação insurgente com características de favela.

Em 2011 o plano municipal de habitação de Campinas concluía que, do total de domicílios em assentamentos precários na Macrozona 5, a necessidade de reassentamento seria de 3.895 unidades habitacionais, para substituir 18,4% dos domicílios totais que não poderiam ser consolidados onde estão. Curioso que o total de moradias entregues desde 2011 até 2014 foi de 5.000 unidades habitacionais (somando as unidades do Residencial Sirius e Jardim Bassoli, além de outros empreendimentos menores do MCMV). O mesmo acontece na macrozona 4, que recebeu pessoas de outros bairros e não reassentou moradores locais, portanto pode-se concluir que não auxiliou a diminuir o déficit habitacional da cidade.

Quadro 2: Domicílios em assentamentos precários em Campinas, por Macrozona, segundo perspectiva de consolidação e necessidades habitacionais estimadas

Macrozona	CONSOLIDÁVEIS			NÃO CONSOLIDÁVEIS		NÚMERO TOTAL DE DOMICÍLIOS
	Regularização	Urbanização simples	Urbanização complexa	Remanejamento	Reassentamento	

⁸⁰ Objeto da pesquisa de mestrado da autora, intitulado “As ações de mitigação do risco vistas de perto: transferência dos atingidos por enchentes no ribeirão Piçarrão para conjuntos habitacionais em Campinas-SP”, defendida em 2013.

Macrozona	CONSOLIDÁVEIS			NÃO CONSOLIDÁVEIS		NÚMERO TOTAL DE DOMICÍLIOS
	Regularização	Urbanização simples	Urbanização complexa	Remanejamento	Reassentamento	
1	0	40	0	0	120	160
2	0	0	78	0	77	155
3	0	72		0	0	72
4	37	9909	3170	380	4048	17.544
5	2997	11565	2626	49	3895	21.132
6	0	0	0	0	180	180
7	568	964	133	0	7258	8.923
8	0	0	0	0	0	0
9	1119	1483	776	0	1821	5.199
Total Município	4721 (9%)	24033 (45%)	6783 (12,71%)	429 (0,8%)	17399 (32,60%)	53365

Fonte: Plano Municipal de Habitação de Campinas, 2011.

Seria necessário reservar aproximadamente 973.750m² de terra vazia na macrozona 5 para o atendimento das 3.895 unidades habitacionais e 1.012.000,00m² de terra vazia na macrozona 4⁸¹ para reassentar 4.048 unidades habitacionais, déficit habitacional levantado naquele momento, sem considerar a demanda demográfica futura, como mostra a tabela (CAMPINAS, 2.011). Isso apenas para mostrar a fins pedagógicos/ilustrativos que no caso de Campinas não é a carência de planos, dados ou mesmo conhecimento, mas existe um fator, que é crucial em planejamento, que, como vimos no Capítulo sobre urbanismo social, é norteador de como as cidades podem caminhar para serem mais ou menos excludentes, vontade política.

Quadro 3: Demanda de Terra para o atendimento do Déficit dentro dos Assentamentos (reassentamentos) por Macrozona

Macrozona	Déficit	Área Total
1	120	30.000,00

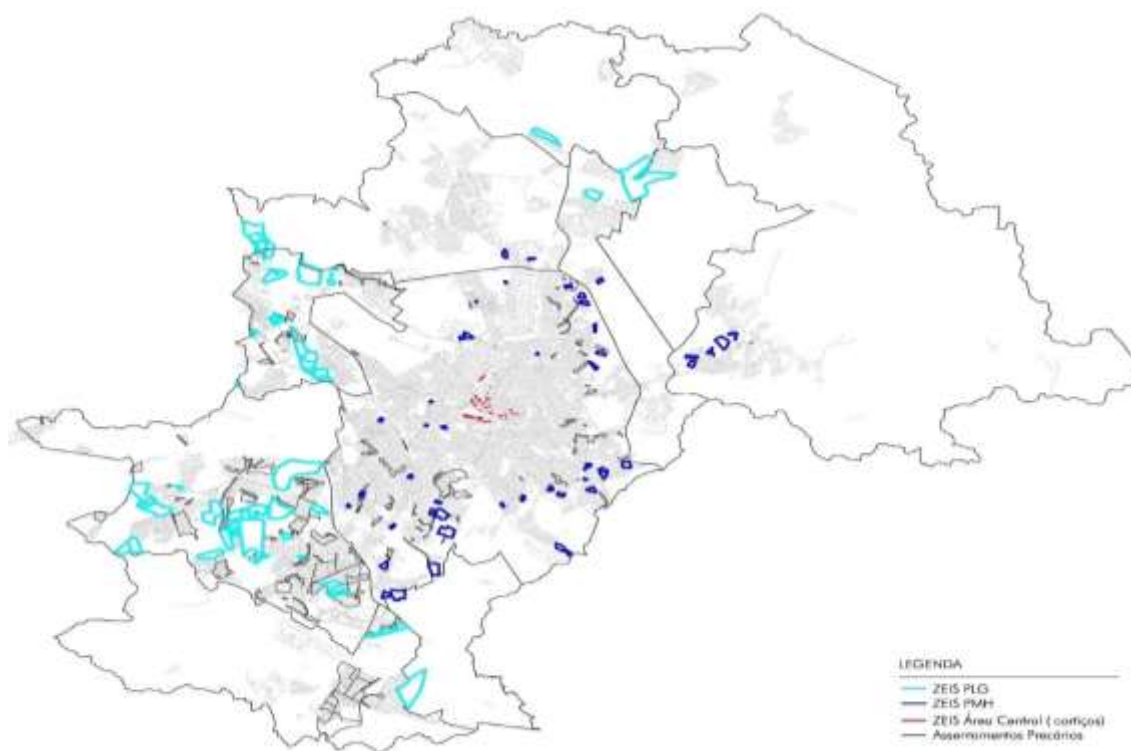
⁸¹ O Abaeté situa-se no limite da macrozona 04, em área vizinha a macrozona 6 que é uma área ainda rural. Ao sul está localizada a macrozona 07, região do entorno do Aeroporto de Viracopos, onde, segundo informações da prefeitura de Campinas, há um crescente número de domicílios precários, muitos deles em assentamentos não consolidáveis, em função de estarem localizados em área de risco (curva de ruído do aeroporto), sujeitas a remoção futura. Segundo o diagnóstico urbano, “o Abaeté e seu entorno sofrem pressão decorrente do grande número de assentamentos não consolidáveis situados ao sul do empreendimento. Vale lembrar que as áreas para futuros reassentamentos de famílias moradoras na Macrozona 7 deverão ser localizadas na Macrozona 4, que deverá absorver o déficit habitacional das Macrozonas 4 e 7” (ELOS, DEMACAMP, 2017, p. 20).

Macrozona	Déficit	Área Total
2	77	19.250,00
3	0	0
4	4.048	1.012.000,00
5	3.895	973.750,00
6	180	45.000,00
7	7.258	1.814.500,00
8	0	0
9	1.821	455.250,00
Total	17.399	4.349.750,00

Fonte: Plano Municipal de Habitação de Campinas, 2011.

No mapa a seguir estão localizadas terras aptas para habitação de interesse social, conforme o Plano Municipal de Habitação (CAMPINAS, 2011), e nele percebemos a grande quantidade de ZEIS sugeridas na macrozona 5.

Figura 45: Mapa com a localização das terras aptas para HIS – Proposta de ZEIS



Fonte: Plano Municipal de Habitação de Campinas, 2011. A partir de fotointerpretação e de dados fornecidos pela SEMURB, 2010⁸².

⁸² Estes dados do Diagnóstico Urbanístico: Glebas cadastradas pela SEMURB (ELOS, DEMACAMP, 2017).

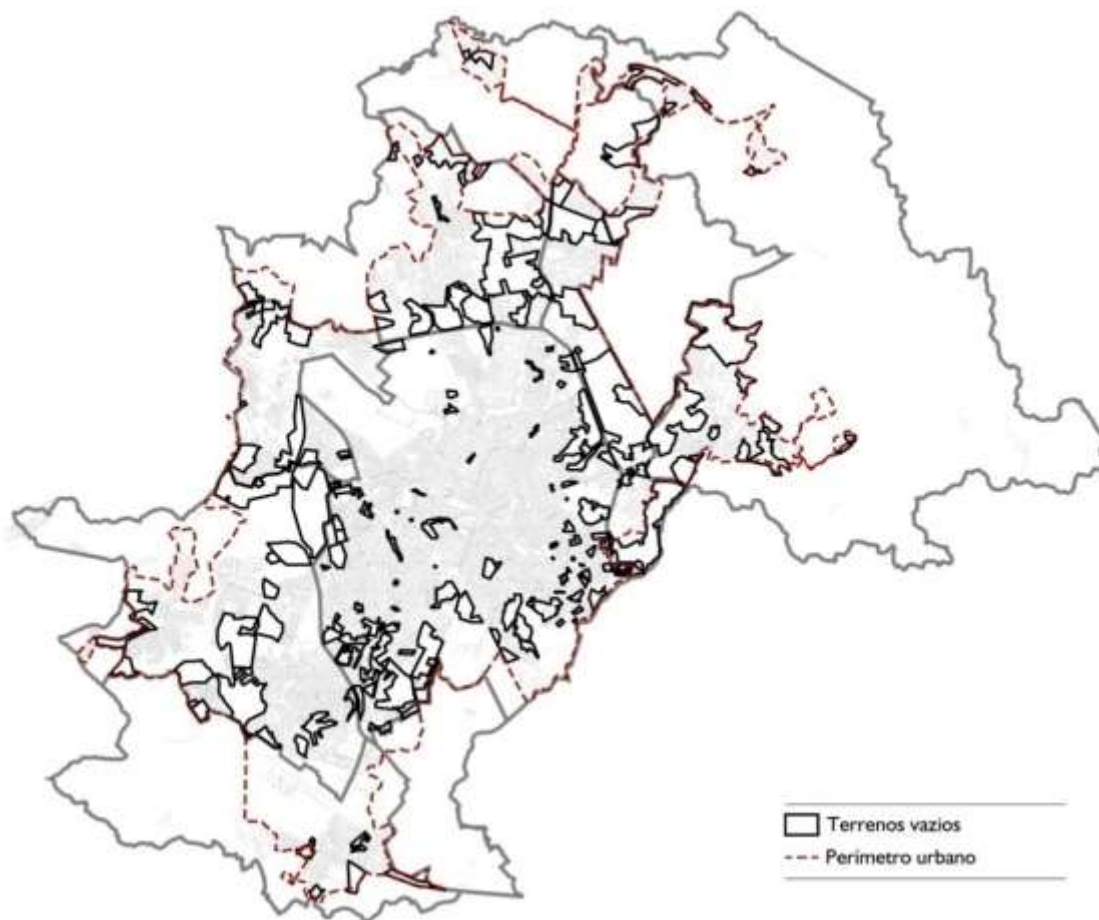
3.3. Áreas vazias e subutilizadas do entorno

Segundo estudo recente da Prefeitura Municipal de Campinas (2016), estima-se que existam mais de 84 milhões de metros quadrados⁸³ de glebas vazias no interior do perímetro urbano do município de Campinas, que se somam a mais 20 milhões de metros quadrados em lotes vagos (33.200 lotes vagos).

No que se refere aos vazios urbanos nota-se pelo mapa a seguir que Campinas teria área suficiente para realocar a população destinada a remoção próxima ao seu local de origem, diferente do que foi proposto pelo Programa Minha Casa Minha Vida, que realocou famílias provenientes de diferentes locais da cidade em residenciais distantes de local de proveniência. Foram poucos e de menor porte os empreendimentos feitos no âmbito do programa inseridos na malha urbana, como no caso do Takanos e Santa Luzia, por exemplo, são considerados melhores do ponto de vista da qualidade urbanística e arquitetônica. Estes não apresentam problemas semelhantes aos dos empreendimentos aqui analisados. Portanto não generalizando os efeitos negativos causados pelo programa na cidade de Campinas.

⁸³ Dados do Plano Municipal de Habitação (2011) confirmados pelo estudo da FUPAM (2015), retirados do Diagnóstico Urbanístico (ELOS, DEMACAMP, 2017).

Figura 46: Mapa com a localização das glebas vazias urbanas em Campinas



Fonte: Plano Municipal de Habitação de Campinas, 2011.

Quadro 4: Vazios Urbanos por Macrozona de Campinas

MACROZONA	ÁREA TOTAL	ÁREA URBANA		VAZIO URBANO	
			% da macrozona		% do perímetro urbano
MZ 1	222.522.204,23	27.920.157,38	12%	11.882.648,25	42%
MZ 2	89.714.327,63	9.059.338,53	10%	1.653.512,38	18%
MZ 3	70.894.421,05	37.060.623,61	52%	12.704.653,82	34%
MZ 4	159.230.370,31	159.230.370,31	100%	19.300.860,37	12%
MZ 5	92.946.438,35	72.016.974,86	77%	18.552.512,29	26%

MZ6	28.466.481,84	2.114.613,19	7%	0,00	0%
MZ 7	74.032.783,51	23.898.744,13	32%	1.705.332,39	7%
MZ 8	31.567.371,40	26.763.293,83	84%	14.307.848,92	53%
MZ 9	28.608.279,01	28.608.279,01	100%	4.424.756,41	15%
Total	797.982.677,33	386.672.394,85	48%	84.532.124,83	21%

Fonte: Plano Municipal de Habitação de Campinas, 2011.

Como pode-se perceber no mapa e na tabela, a macrozona 5 possui um total de 18.552.512,29 m² de vazios urbanos, o que corresponde a 26% do total do perímetro urbano. Grande parte destes vazios está demarcada como ZEIS de indução pelo Plano Local de Gestão Urbana do Campo Grande (2012). A macrozona 4 conta com um total de total de 19.300.860,37 m² situados em 124 glebas cadastradas e 5.968.199,50 m² em 7.656 lotes dentro dela (ELOS, DEMACAMP, 2017).

Estes vazios demonstram que poderia ser feito um melhor aproveitamento da cidade de um modo geral, aproveitando os serviços ofertados e locais aonde a infraestrutura não precisaria ser levada, conseqüentemente menos tempo seria gasto em transporte pela população. Segundo diagnóstico urbanístico, a região da macrozona 4 é a que apresenta maior possibilidade de adensamento, dentre as macrozonas que possuem maior déficit habitacional. Trata-se de área bem servida de infraestrutura urbana, principalmente de transporte e, contraditoriamente, é uma região que possui estoque de terrenos e glebas vazias ou subutilizadas, que poderiam ser exploradas para fins de moradia, de modo a produzir uma cidade mais equilibrada quanto à sua distribuição populacional (ELOS, DEMACAMP, 2017).

3.4. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Instituído pela Lei nº 11.977/09 em julho de 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), inaugura na cidade com a sua aprovação à construção do primeiro empreendimento, o Jardim Bassoli⁸⁴, implementado pelo Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários. O caso do Bassoli foi excepcional dentro das regras do programa que previam a mescla social através da mistura de famílias advindas de

⁸⁴ O nome Bassoli é referente ao sobrenome do dono das terras. Curiosamente o mesmo sobrenome de pessoas com importantes cargos na COHAB Campinas.

remoção e, as que haviam sido contempladas por sorteio. Porém, o Jardim Bassoli foi habitado totalmente por população vinda de áreas de risco.

Além do Jardim Bassoli, entre os anos de 2011 e 2016 foram entregues 8 empreendimentos do MCMV em Campinas, nos quais, três deles tem praticamente a dimensão de cidade, destinados a população de baixa ou sem renda em Campinas. O Jardim Bassoli, conta com 2.380 unidades habitacionais, o Residencial Sirius, com 2.620, e o Residencial Vila Abaeté, com 1.888 unidades.

Quadro 5: Relação dos empreendimentos do MCMV destinados a Faixa 1 do programa.

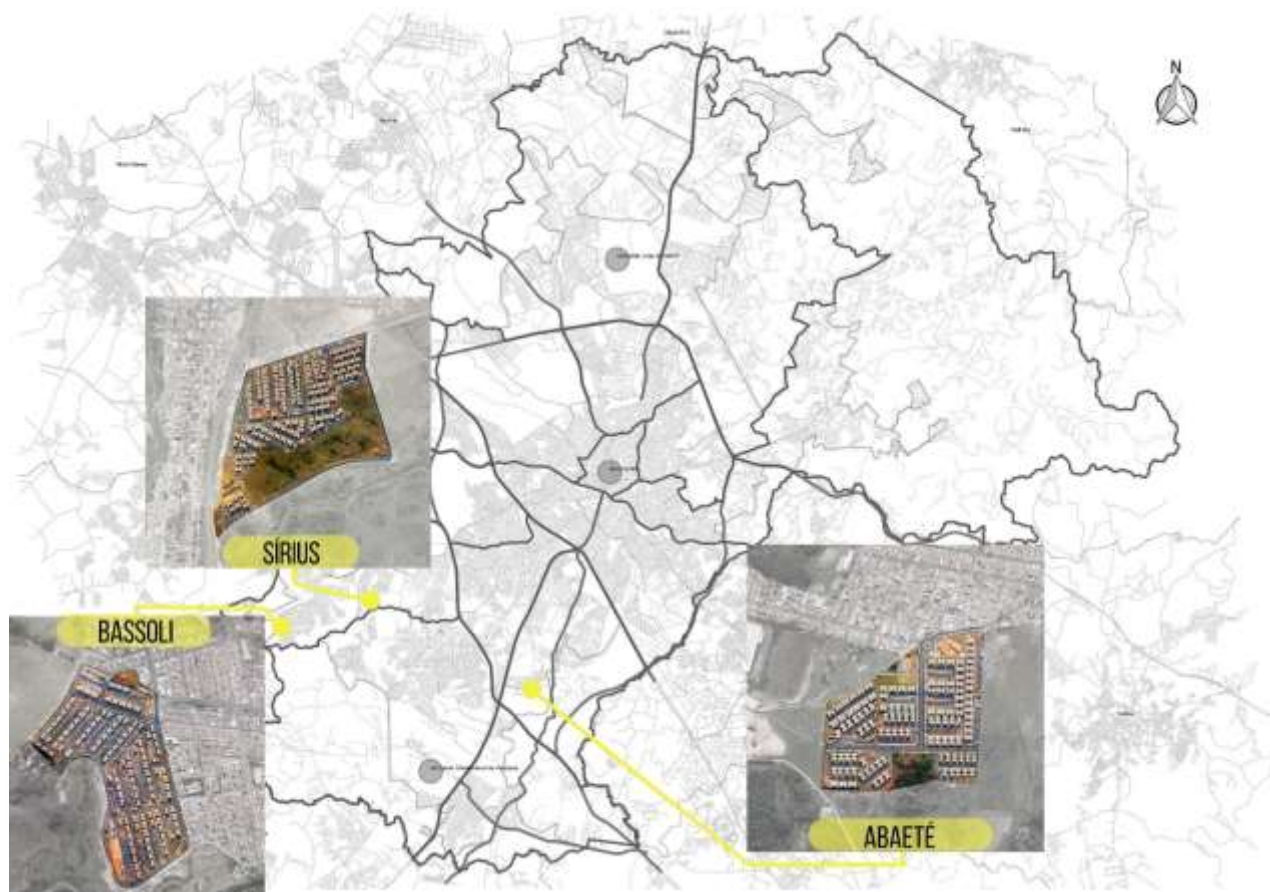
Empreendimentos	Total de unidades	Famílias de área de risco	Famílias do sorteio	Data da Entrega
Residencial Jardim Bassoli (Região Noroeste)	2380	2380	--	Abr/2011 a Nov/2013
Residencial Santa Lúcia (Região Sul)	402	402	--	Abr/2012 a Mai/2012
Residencial Porto Seguro (Região Sudoeste)	140	140	--	Abr/2012 a Mai/2012
Residencial Sirius (Região Noroeste)	2620	760	1860	Jul/2012 a Ago/2014
Residencial Vila Abaeté (Região Sul)	1888	06	1882	Jun/2014 a Abr/2015
Residencial Takanos (Região Norte)	600	327	273	Nov/2014
Residencial Vilas de Taubaté (Região Sul)	660	660	--	Ago/2016
Residencial Sta. Luzia (Região Sul)	260	130	130	Ago/2016
Total	8950	4805	4145	

Fonte: COHAB. <http://www.cohabcp.com.br/proghab/pmcmv.html> (acesso 24/05/2018)

Reforçando a histórica segregação socioespacial, os 3 conjuntos estão localizados na periferia urbana. Dois deles na região sudoeste (conhecida como a região do Campo Grande) e o Abaeté localizado próximo ao aeroporto internacional de Viracopos, no sul da cidade (sul da macrozona 4). Juntos concentram a maior

quantidade de população de baixa renda da cidade e carecem de diversos serviços públicos.

Figura 47: Mapa com os três empreendimentos do PMCMV, territórios onde o DIST está atuando em Campinas



Fonte: Mapa base da Prefeitura, elaboração Natalia Francisco, 2019.

Contextualização de cada empreendimento

Os 3 empreendimentos obedecem a lógica das “*frentes pioneiras*” de expansão urbana, como denominam Amore, Shimbo e Rufino (2015) para caracterizá-los, estando localizados nas franjas urbanas descontínuas ou áreas não urbanizadas. Geralmente os empreendimentos de maior porte e má inserção urbana consolidam esse padrão. (AMORE et al., 2015).

Com base na Lei Municipal 10.410/2000 que permitiu a implantação de empreendimentos habitacionais de Interesse Social em qualquer localização do território municipal, os três empreendimentos foram aprovados e implantados⁸⁵, assim, foram

⁸⁵ Permite-se lotes com área mínima de 126m², para lotes urbanizados a lei de EHS sendo a tipologia multifamiliar permitida em lotes com área máxima de 10.000m², o que ocorreu nos casos do Residencial

flexibilizados os parâmetros urbanísticos para a implantação de lotes unifamiliares e de empreendimentos habitacionais multifamiliares de interesse social (ELOS, DEMACAMP, 2017).

Tanto o Jardim Bassoli como o Residencial Sirius, estão localizados na região do Campo Grande que, assim como a região do Ouro Verde, foi transformada em distrito em 2015, aprovados pela população em plebiscito, junto com as eleições presidenciais, realizado em outubro/2014. Durante o ano de 2012, a Prefeitura Municipal de Campinas fez uma revisão da legislação, que teve como principal objetivo a compatibilização da lei com o uso real do solo⁸⁶. O Jardim Bassoli ficou situado na zona 1, e o Residencial Sirius na zona 3, destinadas basicamente ao uso habitacional unifamiliar e multifamiliar horizontal com área mínima do lote igual a 125,00 m² e 250m², testada de 5,00 m, complementarmente destinada ao comércio, serviços e instituições de âmbito local. A zona também permite o uso habitacional multifamiliar vertical sob condições específicas⁸⁷.

O Abaeté, no zoneamento vigente da cidade, situa-se na zona 2, área residencial tanto do empreendimento como de seu entorno. A zona é estritamente residencial, destinada aos usos habitacionais unifamiliares e multifamiliares. São permitidos, o comércio, os serviços e as instituições de âmbito local, com restrições quanto à localização, conforme Lei Municipal 6.031/88. O lote mínimo permitido nesse zoneamento é de 200,00 m².

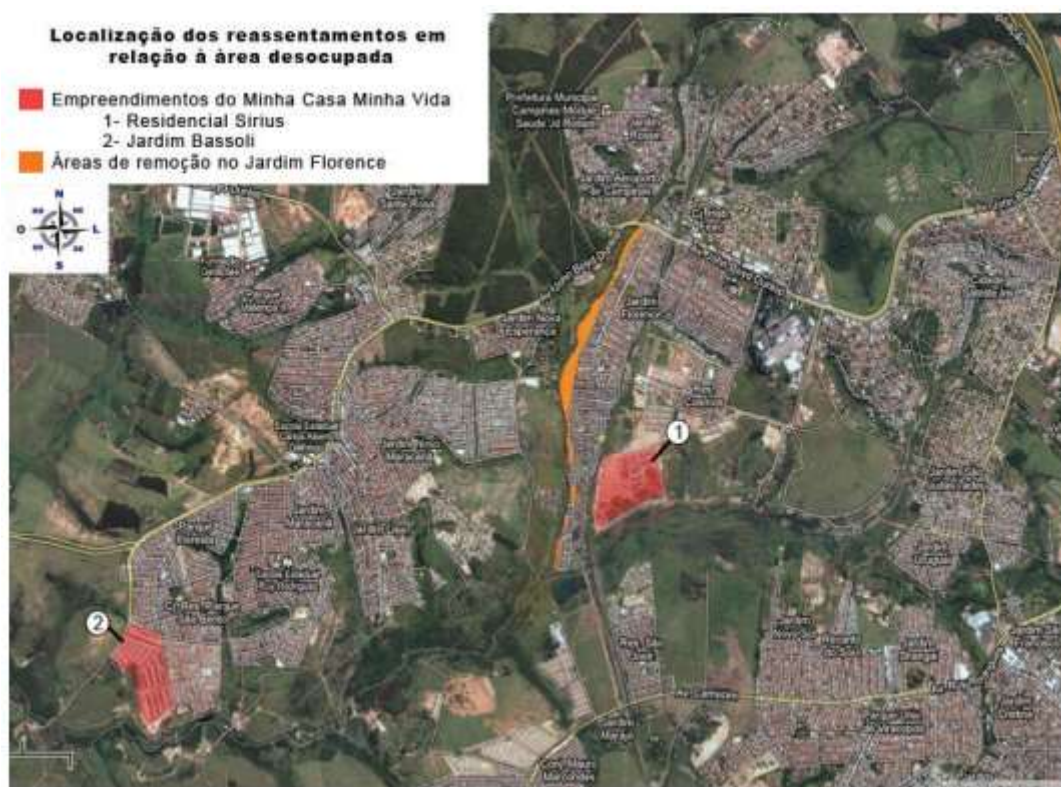
As regiões caracterizam-se como bairros dormitórios, com alta incidência de assentamentos precários e população vulnerável, sendo que 34,5% das áreas públicas encontram-se ocupadas com favelas e 12% com fins de interesse coletivo, restando ainda, 53,5% disponíveis para uso.

Sirius e Abaeté. A tipologia multifamiliar vertical é limitada em cinco pavimentos. (ELOS, DEMACAMP, 2017)

⁸⁶ A Lei Complementar nº35/2012 que instituiu o Plano Local de Gestão da macrozona 5, alterou o zoneamento da macrozona, mantendo como base as 18 zonas de uso constantes da Lei de Uso e Ocupação do Solo 6.031 de 1988.

⁸⁷ “No tocante a demarcação de ZEIS, a lei de 2012 acrescentou novas áreas na região do Campo Grande. Ao total de 4.222.155,24m² de área de ZEIS de indução demarcadas pelo Plano Diretor de 2006 foram acrescidas 2.947.769,27m² o que resulta em 7.169.924,51m² de áreas de ZEIS de indução destinadas a futuros empreendimentos de interesse social. Em um rápido exercício, pode-se dizer que a área acima citada poderá abrigar mais de 25 mil novas unidades habitacionais, o que preocupa tendo em vista a perspectiva futura de aumento da população de uma região tão precária e carente. Destacamos que a estimativa do déficit quantitativo em assentamentos precários realizado pelo Plano Municipal de Habitação aproxima-se de apenas 5 mil unidades habitacionais. O Plano Diretor de 2006 já estabeleceu a permissão de empreendimentos habitacionais de interesse social apenas nas macrozonas 5 e 9, regiões já bastante densas e com alto índices de precariedade e vulnerabilidade social”. (POLIS, DEMACAMP, 2019, p. 109)

Figura 48: Mapa localização dos empreendimentos que receberam famílias advindas de remoção do Jardim Florence.



Fonte: elaborado por Barbara Ghirello, 2013.

Removidos das áreas de risco de diferentes locais do município (e de municípios vizinhos) foram deslocados a partir de 2011 para o Residencial Bassoli e a partir de 2012 para o Residencial Sírius, após cadastro feito pela prefeitura de Campinas. A alocação das pessoas nos empreendimentos obedeceu à lógica do sorteio, não levando em consideração os vínculos sociais que outrora possuíam entre si.

O Residencial Abaeté, no limite da macrozona 4, faz divisa com a área rural⁸⁸ do município, como podemos visualizar no mapa a seguir. Por ser um empreendimento que recebeu quase a totalidade das famílias por meio de sorteio, apresenta características distintas dos outros dois empreendimentos, apesar de apresentar algumas semelhanças no que tange às carências urbanísticas, como o não atendimento pleno dos serviços básicos como de saúde e educação para moradores do empreendimento, por exemplo.

⁸⁸ Importante ressaltar que esta é uma das poucas áreas rurais do município que tem produção agrícola em larga escala (a região da Pedra Branca).

Figura 49: Imagem do Residencial Abaeté e bairros ao entorno



Fonte: Google Earth, 2016.

O entorno dos 3 residenciais possuem características semelhantes, predominam os usos residenciais com a presença de estabelecimentos comerciais e de serviços de pequeno porte, que atendem aos moradores dos bairros e das proximidades contando com equipamentos públicos insuficientes para o atendimento da população local.

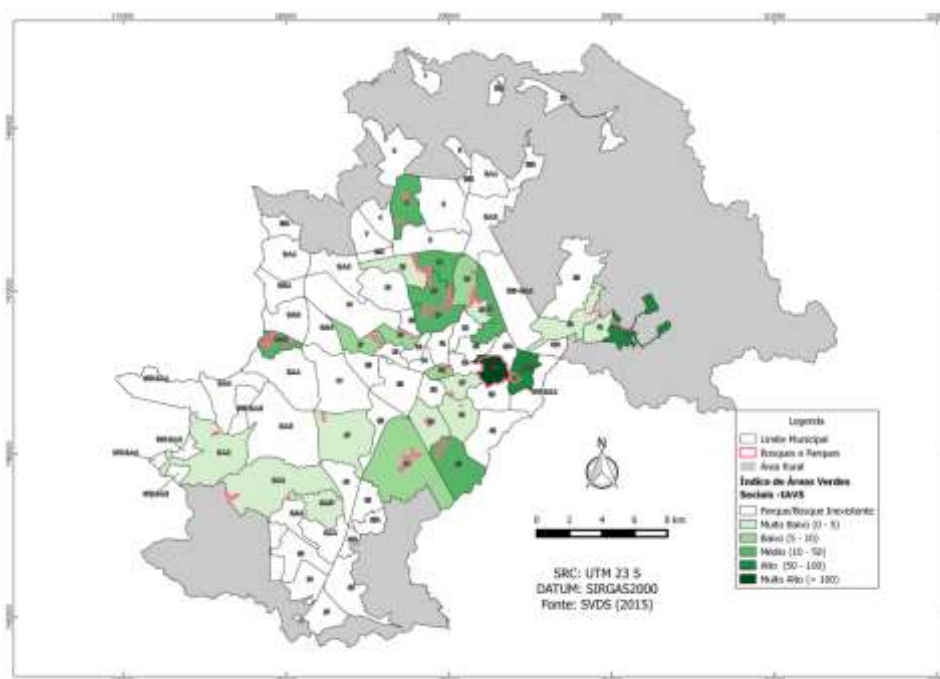
A área onde se encontra o Residencial Sirius se diferencia em virtude da presença da linha férrea e do Rio Capivari, que causam impactos na acessibilidade e deslocamento dos moradores, constituindo-se de certa forma como barreiras urbanas que dificultam a conexão do empreendimento com seus bairros vizinhos. Além da barreira física que a linha férrea causa, é notório o ruído dos vagões causando um incômodo constante. Próximo ao residencial está localizada a fábrica da Pirelli, importante fábrica que emprega mais de 2 mil funcionários (o que faz com que a área seja considerada como zona de sacrifício, devido a contaminação que gera no entorno).

Em relação às áreas verdes, segundo levantamento de áreas verdes do município e o Índice de Áreas Verdes Sociais (IAVS) por habitante em cada UTB (Unidades Territoriais Básicas), como mostra o mapa, demonstra que a UTB 46, onde estão localizados o Jardim Bassoli e o Residencial Sírius, e a UTB 65, onde está localizado o Residencial Abaeté, apresentaram IAVS Nulo, ou seja, nenhuma área verde (parque urbano, bosque, parque linear, praça) que cumpra significativa função social⁸⁹.

⁸⁹ As áreas verdes são elementos significativos a serem considerados no que diz respeito à qualidade urbano-ambiental, como espaços ambientais que cumprem função socioambiental na escala do município por sua vegetação, permeabilidade e função. São como indicador na avaliação da qualidade ambiental

Quando não existem ou não são efetivadas essas áreas verdes no ambiente urbano, interferem na qualidade do mesmo, e também a falta desses espaços adequados para o lazer prejudica a qualidade de vida da população. O que é bastante notável quando se visita os empreendimentos, é a carência desses espaços, podendo acarretar um problema sistêmico, que perpassa desde a falta de equipamentos de lazer para as crianças e jovens, que acabam por gerar ócio pela falta de lazer, tornando maior o risco de se que ocuparem com atividades indesejáveis, como a comercialização e o uso de drogas, por exemplo. A presença dessas atividades é bastante marcante nos 3 bairros, sendo algo passível de recorrente reclamação por parte dos moradores, como veremos mais adiante.

Figura 50: Mapa com o Índice de Áreas Verdes Sociais por habitante em cada UTB



Fonte: Plano Municipal do Verde, 2015.

Em relação ao adensamento no território, nota-se que não foram apenas os residenciais Bassoli e Sirius construídos ao longo dos anos, mas parte de seu entorno como podemos notar nas imagens aéreas a seguir, modificando drasticamente a paisagem e a quantidade de áreas permeáveis (OKRETIC, 2013).

Pela análise e cálculo feito durante a pesquisa do mestrado (OKRETIC, 2013), constatou-se que a construção do Residencial Sirius resultou em uma área impermeabilizada de aproximadamente 160 mil metros quadrados de. Como pode se ver

urbana e também obrigatórios por lei. Segundo diagnóstico do Plano Municipal do Verde (2015). Dados retirados do relatório elaborado pela DEMACAMP e INSTITUTO ELOS, 2017.

nas imagens a seguir existem áreas verdes em meia lua, logo abaixo do Residencial Sirius, nessas áreas estão localizadas nascentes. Essa proximidade com o empreendimento certamente gera uma modificação na dinâmica hídrica do entorno, uma vez que sua área permeável foi modificada⁹⁰. Em algumas visitas a campo, alguns relatos recentes demonstram os impactos negativos gerados pela implantação do empreendimento, como alagamento de certas áreas vizinhas em períodos de forte chuva.

O mesmo aconteceu na implantação do Abaeté. Estudos demonstram a insatisfação por parte dos produtores rurais que tiveram grandes prejuízos com a vinda do residencial, por terem suas produções agrícolas prejudicadas.

O condomínio encontra-se em uma área onde é permitida a urbanização, entretanto está cercado por vários sítios, mostrando conflitos no próprio zoneamento da prefeitura, por estar em região inserida em divisões territoriais diferenciadas, o que permite usos diversificados do solo, causando controvérsias entre os habitantes locais (RIBEIRO e MERLIN, 2016, p. 8).

Figura 51: Imagem de antes da construção do Residencial Sirius



Fonte: Google Earth, 2006

⁹⁰ Dados retirados de estudos feitos durante a pesquisa de mestrado (2012-2013).

Figura 52: Imagem de depois da construção expansão da mancha urbana



Fonte: Google Earth, 2013.

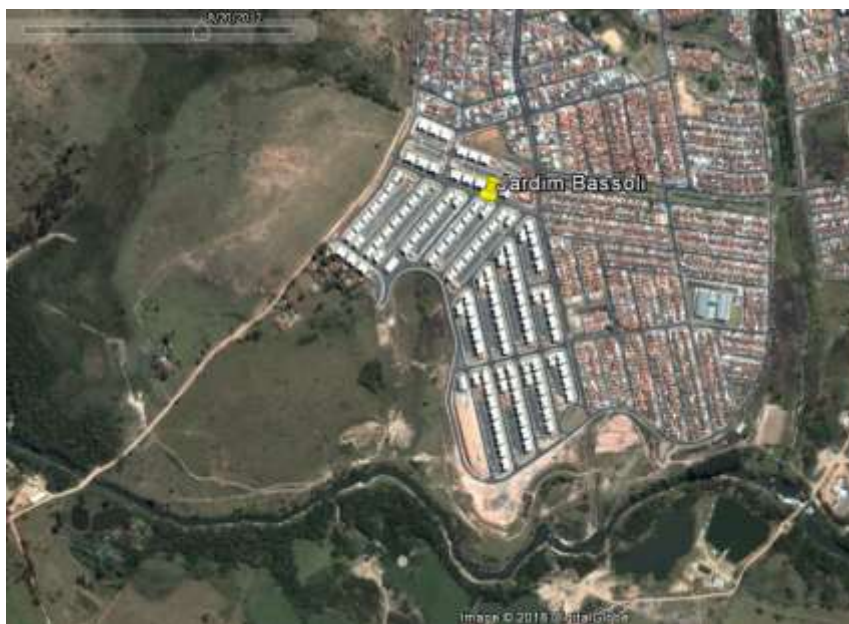
Como aconteceu no Sírius, a região em que foi implantado o Bassoli também sofreu mudanças na dinâmica hídrica. As imagens a seguir mostram a diferença nas áreas verdes e podemos notar claramente a presença das nascentes. A constatação mais grave é a presença de uma nascente na implantação do empreendimento, ou seja, se a base de bacias e nascentes da prefeitura municipal está correta, foi cometido um verdadeiro crime ambiental, e os responsáveis estão sujeitos a sofrer as consequências de um processo, tanto a construtora que executou o projeto como a prefeitura e a CAIXA que facilitaram e subsidiaram a obra.

Figura 53: Imagem do Jardim Bassoli antes da expansão urbana



Fonte: Google Earth, 2018.

Figura 54: Imagem do Jardim Bassoli após a expansão urbana



Fonte: Google Earth, 2018.

Segundo diagnóstico urbanístico realizado em 2013 pelo Instituto Polis em parceria com a empresa Demacamp,

Possuía 796 lotes, 790 residenciais e 6 comerciais (Protocolo Municipal 2001/0/6108). Através da anexação de lotes transformou os 790 lotes residenciais em 19 grandes lotes. Nestes 19 lotes foram implantados através do Programa Minha Casa Minha Vida 119 edifícios de 5 pavimentos (térreo + 4 andares), com 20 apartamentos cada, resultando em 2.380 unidades habitacionais, destinados para famílias com faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. O adensamento da área se deu sem a devida previsão e provimento de uma estrutura urbana e social capaz de garantir o devido acesso da população aos serviços básicos como saúde, educação e lazer (POLIS, DEMACAMP, 2019, 127)

Conforme consta nesse documento, estava previsto a aprovação de 790 lotes residenciais com um total de 3.292 habitantes⁹¹. Em entrevista com uma das assistentes sociais os empreendimentos estudados são definidos da seguinte forma:

⁹¹ “A SANASA Campinas (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A) emitiu seus pareceres em relação à infraestrutura de abastecimento de água e tratamento de esgoto considerando uma população estimada de 3.292 pessoas (a Sanasa considerou a média de 4,13 hab/dom), sendo dispensada a realização de obras complementares para o abastecimento de água e esgotamento sanitário dessas famílias. As exigências feitas resumiam-se a extensão da rede do Parque São Bento, bem como a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto, devendo obter licença de operação da CETESB antes da ocupação do empreendimento.

Após esta análise junto à prefeitura, o projeto foi apresentado aos órgãos estaduais para sua avaliação junto ao GRAPROHAB - Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo, que aprovou o Jardim Bassoli, se baseando na análise de lotes urbanizados, com 790 unidades habitacionais (Certificado GRAPROHAB 317/07). Após a apresentação do Certificado GRAPROHAB, o loteamento passou pela aprovação final da Prefeitura de Campinas, através do decreto municipal nº 16.695 de 08/07/2009. No final de 2009, o loteamento Jardim Bassoli foi incluído pela Caixa Econômica Federal no Programa Minha Casa Minha Vida, conforme contrato assinado em 21/12/2009, entre a construtora Bairro Novo e a CAIXA, tendo a Prefeitura Municipal de Campinas como Interveniente

Um crime. Pros moradores, assim. Com a forma de vida e, principalmente, a forma como foi conduzida, né? A ida deles. Os lugares em que eles estão e a falta de estrutura toda que não, que tem lá, né? E que faz a vida deles ser mais difícil. O Bassoli, ele, os moradores, eles vão contando assim. Que eles foram, basicamente, obrigados pra lá. Não foi colocado, por exemplo, uma alternativa. Olha, vocês querem o Sirius, o Abaeté ou o Bassoli? Esse tipo de coisa não existiu. Aquela obrigatoriedade de ser 50 por cento área de risco. O Bassoli foi todo ocupado com famílias em situação de risco. Então, primeiro atenderam toda essa demanda e depois que foram os outros empreendimentos. Aí, com sorteio. do cadastro geral, enfim. Então eu acho que isso marca bastante o Bassoli, também. Porque são famílias, que tão numa condição mais complicada, socio econômica, né? De forma geral. E a região em que eles estão, né? E mesmo o Abaeté. Mas, principalmente, o Bassoli e o Sirius. Que já é a região mais precarizada da cidade (ASSISTENTE SOCIAL, 2019).

Dos 3 empreendimentos analisados, o Jardim Bassoli, é o mais distante do centro urbano, cerca de 19 km. Localiza-se próximo ao perímetro urbano da cidade onde estão os limites com Montemor e Hortolândia. Todos os primeiros moradores do empreendimento foram removidos de alguma área de risco da cidade. Segundo dados da COHAB, os condomínios foram entregues entre abril de 2011 a novembro de 2013⁹². Através de visitas de campo realizadas no local se pode constatar que existem famílias que já deixaram seus apartamentos, algumas quitaram e venderam, outras abandonaram e outras ainda alugam. Por ter sido o primeiro empreendimento a ser entregue, apresenta características de um empreendimento piloto, experimental, e apresentou muitos problemas que variam desde patologias de construção desde a entrega do empreendimento, segundo relato de moradores, até problemas urbanísticos de inserção e carência de infraestrutura e serviços.

No que diz respeito à configuração urbana morfológica, o Jardim Bassoli foi construído de forma a manter cada condomínio sob a forma de quadra, o que por um lado gera mais esquinas⁹³, por outro piora a segurança das pessoas, uma vez que grande parte das divisões, que antes eram alambrados foram substituídas por muros, em sua maioria, transformado as ruas em corredores sem visão de dentro dos condomínios. A falta de “olhos” vigiando a rua, no ponto de vista de Jacobs (1969), é um grande problema que deixa a rua mais vulnerável a situações adversas. No Sirius e no Abaeté

Anuente. A autorização para a construção de 119 blocos de apartamentos não consta no protocolo de aprovação do loteamento, embora tenha permitido uma completa transformação do empreendimento como um todo sem análise dos impactos gerados por este adensamento adicional, que passou de 84,23 hab/ha para 264,11 hab/há”. (POLIS, DEMACAMP, 2013, p. 128)

⁹² <http://www.cohabcp.com.br/proghab/pmcmv.html>

⁹³ Ter mais esquinas pode ser considerado algo positivo quando o local possui característica multifuncional, não monofuncional como é o caso desses empreendimentos, como defende JACOBS (2011).

os condomínios foram agrupados por quadras de forma que diminuiu-se o número de ruas aumentando o adensamento no bairro.

Figura 55: Mapa do Jardim Bassoli da implantação com áreas institucionais



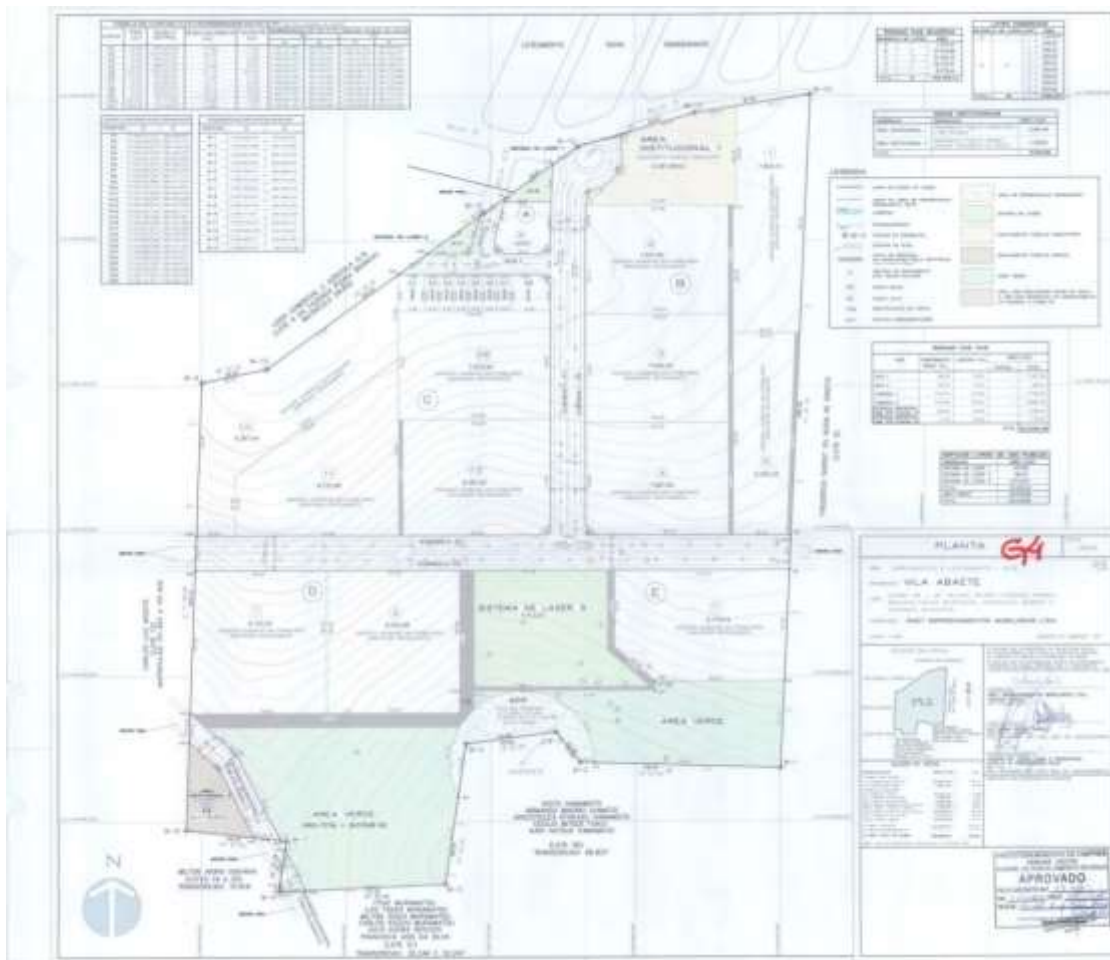
Fonte: arquivo Demacamp, 2013.

Figura 56: Projeto de aprovação do loteamento e arruamento do Residencial Sirius



Fonte: DEMACAMP e INSTITUTO ELOS, 2017l.

Figura 57: Projeto de aprovação do loteamento e arruamento do loteamento Vila Abaeté



Fonte: Caixa Econômica Federal.

Os 3 empreendimentos estão limítrofes às áreas rurais da cidade (ainda que em perímetro urbano), fazendo com que as barreiras naturais, determinem um maior isolamento dos mesmos. O Abaeté faz limite à área rural chamada Pedra Branca, que se destaca por sua produção de frutas para exportação. O empreendimento fica próximo às rodovias Bandeirantes e Santos Dumont, consideradas barreiras físicas que geram impactos na acessibilidade e deslocamentos dos moradores, por impedirem a conexão do empreendimento com bairros vizinhos. “Apesar disso, sua localização é estratégica e proporciona grande capacidade de atração de novas atividades econômicas regionais, distando 8km do Aeroporto de Viiracopos e 12km do centro de Campinas” (ELOS, DEMACAMP, 2017, p. 5)

3.5. Caracterização dos empreendimentos

O Jardim Bassoli conta com 2.380 unidades habitacionais divididos em 19 condomínios (com 119 edifícios), o Residencial Sirius com 2.620 unidades habitacionais em 15 condomínios (com 131 edifícios), e o Vila Abaeté, 1888 unidades habitacionais distribuídos em 12 condomínios (com 118 edifícios). Todos possuem a mesma configuração arquitetônica, constituídos de térreo mais quatro pavimentos. Sendo que o Bassoli e o Sirius possuem prédios com a conformação de térreo mais 4 pavimentos, sendo 4 por andar, totalizando 20 apartamentos por torre, enquanto que o Abaeté possui a configuração de térreo mais 3 pavimentos, totalizando assim 16 apartamentos por andar.

O perfil dos moradores de cada residencial muda em virtude da procedência dos moradores, pois as condições que outroramente possuíam os aloca arbitrariamente em outro empreendimento. Segundo relatório da Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB), estima-se que 9.520 pessoas vivam no Jardim Bassoli, 10.500 pessoas no Sirius e 7552 no Vila Abaeté aproximadamente. O Jardim Bassoli foi totalmente destinado a população proveniente de remoção, enquanto no Sirius, de todas as unidades, 760 foram destinadas às famílias provenientes de remoção, ou seja, cerca de um terço de sua população. O Abaeté, por sua vez, recebeu apenas 6 famílias de remoção. Estes fatores modificam a característica de cada residencial.

Através de entrevistas realizadas com moradores dos residenciais foi possível colher uma pequena amostragem para auxiliar na ilustração, de maneira mais detida, das relativas diferenças existentes entre os conjuntos habitacionais:

Quadro 6: Escolaridade dos entrevistados residentes nos 3 empreendimentos

Nível de escolaridade	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Não frequentou	4	6%	8	12%	2	3%
Ensino fundamental	40	59%	35	51%	19	28%
Ensino médio incompleto	8	12%	8	12%	12	18%
Ensino médio completo	15	22%	16	23%	32	47%
Superior	1	1%	2	3%	3	4%
Total	68		69		68	

Fonte: Autora, 2019.

Quitado	0	0	2	3%	0	0
Emprestado	0	0	0	0	1	1%

Total 68 69 68

Fonte: Autora, 2019.

Quadro 8: Comprometimento da renda com gastos da casa

Renda comprometida	Bassoli			Sirius			Abaeté		
	Núm de pessoas	Sobre total	Sobre os que responderam	Núm de pessoas	Sobre total	Sobre os que responderam	Núm de pessoas	Sobre total	Sobre os que responderam
Até 15%	7	10%	17%	15	22%	29%	7	10%	14%
De 16% a 25%	8	12%	20%	19	28%	37%	13	19%	27%
De 26% a 35%	11	16%	27%	7	10%	14%	13	19%	27%
De 36% a 50%	8	12%	20%	5	7%	10%	11	16%	22%
Mais que 50%	7	10%	17%	5	7%	10%	5	7%	10%
Total que responderam	41			51			49		
Total	68			69			68		

Fonte: Autora, 2019.

Se o perfil dos moradores do Bassoli e do Sirius se aproximam em virtude da procedência dos moradores, no Abaeté, por ter grande parte das pessoas contempladas por sorteio, algumas delas viviam em imóveis onde pagavam aluguel, mudar-se para o conjunto constituiu, em tese, diminuir suas despesas com aluguel, visando algo que fosse definitivo, a casa própria. Os dados colhidos pela entrevista acenam para um perfil socioeconômico de escolaridade mais alta dos moradores do Abaeté.

Por ter em sua formação a totalidade de famílias advindas de diferentes comunidades que estavam em áreas de risco, o Bassoli possui um perfil de renda mais baixa, constituído por pessoas que já viviam em situação de vulnerabilidade e que, muitas vezes, arcar com as novas despesas torna-se um “peso”, sobretudo nas condições

que são dadas. Pagar as parcelas da casa própria onera bastante o orçamento dessas famílias.

No Residencial Sirius houve uma mescla social, como prevista no projeto, o que faz com que existam significativas diferenças entre um condomínio e outro. Alguns possuem um perfil mais normativo do ponto de vista da reprodução da vida condominial de classe média, outros possuem um agito constante manifestando o modo mais popular de viver. Tais diferenças decorrem também da presença do tráfico de drogas, sendo um elemento bastante notório na conformação dos condomínios. Nos 3 bairros essa é uma questão que se replica com frequência. No Bassoli, segundo relato de moradores, praticamente cada condomínio tem a sua “boca”, ou local de comércio de drogas. No Sirius, os mais visíveis se concentram nos condomínios da entrada, com acesso facilitado aos compradores. No Abaeté, os moradores contam que os pontos de venda de drogas estão localizados em locais fora dos condomínios⁹⁴, em alguns pontos específicos do empreendimento.

3.5.1. Mobilidade urbana, transporte e acessos

Considerado um direito de todos os cidadãos ter acesso a um sistema de transporte eficiente que permita a mobilidade a qualquer parte da cidade, carecem de incentivo na cidade de Campinas as condições necessárias para que todas as pessoas, de diferentes partes da cidade, utilizem os benefícios, aproveitando as oportunidades econômicas e os serviços ofertados. Desta forma, estes sistemas que deveriam servir também como meios para o uso e usufruto da cidade e dos espaços locais e regionais, necessários para a população acessar a cidade formal, não se configuram como tal. “Boa paisagem urbana e bom sistema de transporte público são dois lados da mesma moeda. A qualidade das viagens entre os pontos de ônibus e estações tem influência direta sobre a eficiência e qualidade dos sistemas de transporte público” (GEHL, 2013, p.107).

O transporte de Campinas⁹⁵ nunca foi alvo de elogios por parte da população pela eficiência de seu serviço⁹⁶. A região do Campo Grande não foge a regra: carece de sistema de transporte eficiente, que possibilite acesso rápido à área central. Atualmente

⁹⁴ Uma moradora relatou que o seu condomínio virou “boca de fumo”.

⁹⁵ Segundo reajuste publicado pela prefeitura dia 02/01/2016 a tarifa era de R\$4,50. Hoje a tarifa já está em R\$4,70, bastante inacessível para muitas famílias que moram nos residenciais.

⁹⁶ Sobretudo nesse momento em que mudou a forma de adquirir o passe, em forma de Qrcode, um sistema que visa claramente economizar na contratação de um cobrador no ônibus, e evitar que o motorista mexa com dinheiro.

a região recebe obras do BRT⁹⁷, que promete conectar a região com o centro da cidade de forma mais rápida e eficiente. Em implantação, por ora, os moradores convivem com os transtornos de desvios na avenida e tempo dobrado para locomoverem-se na cidade, para os moradores dos residenciais Bassoli e Sírius há a necessidade de pegar mais de uma condução para acessar grande parte da cidade, inclusive alguns bairros no próprio Campo Grande.

Atualmente o Abaeté e o Bassoli contam com duas linhas que atendem os moradores de cada empreendimento, e o Sírius conta com uma linha, além de contar com ônibus que atendem a bairros vizinhos, ainda assim, mesmo se fosse eficiente, o transporte não diminui os transtornos e o alto custo, não apenas monetizável, de morar longe das centralidades urbanas.

O principal acesso para os bairros Jardim Bassoli e Residencial Sírius se dá pela av. John Boyd Dunlop. Essa avenida é um eixo de grande fluxo, é a única via de ligação entre o Campo Grande, o centro e o restante do município, funcionando como uma “espinha dorsal” que dá acesso aos bairros da região⁹⁸, que desemboca em vias locais do centro de Campinas⁹⁹. Para chegar ao Residencial Sírius, existem duas possibilidades pela rua Heitor Lacerda Guedes, limítrofe a Fábrica da Pirelli, ou pelo residencial Cosmos, que está localizado do outro lado da Fábrica, bairro vizinho. Outros acessos são peatonais ou não formais.

O Abaeté possui como acesso principal a entrada do km 71 da Rodovia Santos Dumont (SP-75), caracterizado pelo grande fluxo de autos e pela concentração de indústrias, constituindo importante ligação no estado de São Paulo entre os municípios

⁹⁷ “Para suprir a demanda da região, foi elaborado o projeto de BRT (Bus Rapid Transit) – Corredor Campo Grande, que deverá ter 15,7 quilômetros de extensão entre o Parque Itajaí e o Terminal Multimodal Ligação Campinas – Hortolândia ao lado do terminal rodoviário Ramos de Azevedo. O projeto conta com 29 pontos de parada e a obra deverá ser dividida em quatro trechos: terá início no Terminal Parque Itajaí, passará pelo Terminal Campo Grande, pela Estação do Jardim Florence, próximo à Pirelli. Depois, seguirá pelo bairro Satélite Íris até a altura da PUC-Campinas na Estação Roseiras, passando pelas proximidades do Hipermercado Enxuto em que há a Estação Aurélia e finaliza seu trajeto no terminal Multimodal”. (trecho retirado do diagnóstico urbanístico realizado pela Demacamp e Instituto Elos para o DIST I, p. 29, 2013).

⁹⁸ A malha viária da região é bastante descontínua, e para acessar a grande maioria dos bairros é necessário passar pelas avenidas principais av John Boyd Dunlop e Av. Ruy Rodrigues. Há escassez de ligações viárias perimetrais entre o Campo Grande e o Ouro Verde, que obrigam a utilização dessas duas avenidas de acesso dos distritos, de forma pendular, tanto para o sistema de transporte coletivo de passageiros como para o sistema de transporte individual, sobrecarrega nos horários de pico, como já mencionado. É evidente a importância da conexão entre o Campo Grande e o Ouro Verde para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores, facilitando os deslocamentos e acessos a equipamentos públicos e outros serviços.

⁹⁹ O que causa constantes congestionamentos nos períodos de pico, desde a passagem da Rodovia Anhanguera até seu acesso a área central.

de Sorocaba e Campinas¹⁰⁰. Outros acessos ao residencial se dão pelos bairros vizinhos, que podem ser acessados pela Rodovia Santos Dumont ou através do anel viário, Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-83)¹⁰¹.

Em relação a ruas e calçadas, cada residencial também se difere na configuração. No Jardim Bassoli¹⁰², por exemplo, observamos que as calçadas são pequenas em relação aos outros residenciais. Possuindo tamanho insuficiente, caso se queira implantar um comércio de rua nos padrões mínimos. Não possuem condições adequadas para cadeirantes, ainda que em alguns pontos percebamos a presença de rampas de acesso, a quantidade de obstáculos não ajuda o deslocamento, como a presença de tampas de caixas de inspeção e algumas irregularidades nas calçadas. As ruas são áridas, entre muros, a vegetação quando existente nas calçadas e canteiros centrais é visivelmente mal cuidada e há presença de lixo nas ruas. Desta forma as condições consideradas propícias para caminhar não são respeitadas pois,

Uma condição importante para uma caminhada agradável e confortável é um espaço relativamente livre e desimpedido, sem necessidade de se desviar ou ser empurrado pelos outros. Crianças, idosos ou pessoas com deficiência tem necessidades especiais para que possam andar sem impedimentos. Pessoas com carrinhos de bebês, carrinhos de compraas e andadores também precisam de mais espaço. Grupos de jovens são, em geral, mais aptos para andar em meio a grupos grandes (GEHL, 2014, p. 121).

Figura 60: Foto da calçada Bassoli



Fonte: Kanematsu, 2013.

¹⁰⁰ Por esta razão, os congestionamentos nos períodos de pico são constantes nesse trecho, desde o km 71 da SP-75 até o acesso a área central de Campinas (ELOS, DEMACAMP, 2017).

¹⁰¹ Concluído em 2016, perimetral ao município de Campinas e que intersecciona e faz a ligação entre três importantes rodovias do Estado: Dom Pedro I (SP-65), Anhanguera (SP-330) e Bandeirantes (SP-348) (ELOS, DEMACAMP, 2017).

¹⁰² O entorno dos edifícios não foi urbanizado, possuindo calçadas estreitas e mal-acabadas, sem rebaixo adequado nem faixas de pedestres, segundo diagnóstico urbanístico. (POLIS, DEMACAMP, 2013).

Nos outros dois empreendimentos as calçadas dos conjuntos estão em boas condições e possuem um bom dimensionamento do ponto de vista urbanístico. Porém, ainda que tenham rampas de acesso para cadeirantes, as calçadas também apresentam obstáculos que podem dificultar o deslocamento. Alguns pontos de ônibus tem cobertura, com estrutura metálica ou de concreto, outros tem apenas a marcação de ponto, havendo em alguns pontos bancos para espera. A caminhabilidade no espaço urbano é um aspecto importantíssimo para Gehl que salienta as intervenções planejadas que cidades como Copenhague e Melbourne fizeram priorizando esse aspecto:

Essas cidades priorizaram as benfeitorias, melhorando os percursos de pedestres com calçadas mais largas, assentando melhores pisos, plantando árvores de sombra, removendo obstáculos desnecessários das calçadas e melhorando os cruzamentos. O objetivo é tornar a caminhada simples, descomplicada e segura, a qualquer hora do dia ou da noite. Caminhar deve ser uma atividade prazerosa com espaços agradáveis, mobiliário urbano adequado, bons detalhes e boa iluminação (GEHL, 2014, p. 113).

Figura 61: Foto da calçada no Residencial Sirius



Fonte: Demacamp, 2016.

Figura 62: Foto da calçada no Vila Abaeté



Fonte: Demacamp, 2016.

Todas as vias dos 3 empreendimentos são ruas de mão dupla, algumas divididas por um canteiro central, como é o caso do Jardim Bassoli e o Vila Abaeté. Nas ruas onde se encontra canteiro central é possível flagrar, em momentos de menor fluxo, alguns automóveis percorrendo pequenos trechos na contramão, para evitar dar a volta no canteiro.

3.5.2. Áreas institucionais e de sistema de lazer¹⁰³

Os empreendimentos não contam com equipamentos sociais, promoção de atividades comunitárias e de lazer insuficientes para atender à população moradora dos conjuntos e região.

Os mapas¹⁰⁴ a seguir mostram as áreas verdes desocupadas nas regiões em relação aos empreendimentos. No primeiro podemos observar as áreas verdes em

¹⁰³ Os levantamentos das áreas públicas foram feitos pela equipe da Demacamp, através de base georreferenciada atualizada de 2011 disponibilizada pela SANASA, com a localização das áreas públicas dos loteamentos do município, áreas reservadas para sistema de lazer, área verde e para equipamento público comunitário. Em cumprimento da Lei Federal 6766/79 – Lei de Parcelamento do Solo No diagnóstico conta que foram analisadas cada uma dessas áreas públicas em relação ao seu uso atual, através de foto área do município de 2011 e das ferramentas Google Maps, Google Street View e visitas a campo. Desta forma, foi possível contabilizar as áreas que foram realmente destinadas ao uso comum de lazer, áreas que ainda estão vazias e áreas que foram ocupadas seja para moradia irregular ou para outro fim, como o armazenamento de resíduos pelos catadores, por exemplo.

Para a análise das potencialidades e carências dos empreendimentos e seu entorno, foram selecionados alguns mapas produzidos para o diagnóstico urbanísticos para identificar a existência e a situação das áreas públicas (área de lazer e equipamentos públicos comunitários) dos conjuntos e bairros vizinhos.

¹⁰⁴ Fonte do mapa: relatório do diagnóstico urbanístico, 2017.

relação ao Jardim Bassoli¹⁰⁵. Percebemos nos 3 casos, que existem vazios urbanos, para além das áreas verdes de preservação, que não possuem equipamentos implantados. A presença de cursos d'água e nascentes estão presentes em todos os empreendimentos, percebendo as proximidades destes com as áreas institucionais destinadas a lazer.

Figura 63: Mapa das Áreas Verdes e Áreas públicas (sistema de lazer e área institucional)



Fonte: Dados SEPLAN. Elaboração Demacamp, 2013.

¹⁰⁵ Nota-se que quando foi elaborado esse mapa, apesar de estar em construção, não aparece o Residencial Sirius.

3.5.3. Equipamentos públicos¹⁰⁶ e sistemas de lazer

Todas as áreas públicas dos 3 bairros foram entregues cercadas com alambrados¹⁰⁷. Pouco após a entrega do Jardim Bassoli, foram construídas 2 quadras poliesportivas, fotos abaixo¹⁰⁸, sendo uma em cada sistema de lazer. Tais quadras localizam-se cada uma em uma localidade do bairro, sendo uma na parte de cima e outra embaixo. Os moradores do bairro se autodenominam: o Bassoli de baixo e o Bassoli de cima, uma conotação que dividi os moradores em dois grupos de acordo com a sua localidade. Dificilmente as pessoas frequentam outros condomínios mais distantes. Em visitas de campo, notou-se, inclusive, o desconhecimento por parte dos moradores sobre interferências na praça, tamanha é a desconexão que vivem no próprio território.

Figura 66: Fotos das quadras no Jardim Bassoli



Fonte: Autora, 2019.

No Bassoli, também foi implementada uma creche Nave Mãe¹⁰⁹ e está em processo de implementação de um centro de saúde para atender o bairro.

¹⁰⁶ O levantamento dos equipamentos públicos foi realizado através de informações coletadas no site da Prefeitura e da Diretoria de Ensino Oeste (Secretaria de Estado da Educação), para os dados específicos das escolas estaduais, e complementadas por meio de contato feito nas secretarias e em cada setor específico: NAED Noroeste (Núcleo de Ação Educativa Descentralizada) para os dados das escolas, Distrito de Saúde Noroeste para os dados dos centros de saúde e CRAS Florence (Centro de Referência de Assistência Social) para os dados da assistência social.

¹⁰⁷ Conforme permitido pela Lei de EHS (Lei nº10.410/2000).

¹⁰⁸ As quadras no Bassoli são utilizadas muitas vezes para culto religioso, o que algumas vezes impede que os jovens a utilizem em determinados horários.

¹⁰⁹ Um equipamento projetado pelo arquiteto João Filgueiras Lima, Lelé, projeto da Prefeitura Municipal de Campinas para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos. O projeto das unidades ocupa, geralmente, o espaço de um quarteirão inteiro, com 7.630 m², sendo 1.754m² de área construída e 2.599 m² de área livre, além de uma quadra poli esportiva de 481 m².

Figura 67: Foto da Placa indicando a construção do Centro de Saúde no Residencial Bassoli



Fonte: Autora, 2019.

O Residencial Sírius encontra-se atualmente com todas as suas áreas públicas vazias, tanto institucionais como sistemas de lazer, e sem a possibilidade de uso pela população, como foi constatado no diagnóstico urbanístico e em visitas a campo. Como podemos ver na planta de aprovação, o empreendimento possui

[...] cinco áreas institucionais, das quais uma é faixa de domínio da Fepasa, área *non aedificandi*, três englobam faixa *non aedificandi* da linha de alta tensão, restando apenas uma destinada a equipamento público comunitário, com 7.874,58m² que corresponde a apenas 19,4% de área institucional aproveitável, de um total de 40.533,44m² de áreas institucionais. As áreas para sistema de lazer somam 15.342,69m² e as áreas verdes somam 41.628,71m², que englobam as APPs. (ELOS, DEMACAMP, 2017, p. 60).

Não foi construído nenhum equipamento público para o atendimento específico da população, sendo que a única área institucional do conjunto, como já mencionado, continua sem utilização. Portanto, os equipamentos de educação, saúde, assistência social, esporte e cultura utilizados pelos moradores localizam-se em outros bairros. A única área institucional para equipamento público comunitário, com 7.874,58m² fica ao lado do condomínio D1¹¹⁰, lugar isolado dos demais. Essa área também permanece como foi entregue, sem uso. Não é claro o limite entre as áreas de lazer e as destinadas para uso institucional, como se pode ver nas fotos do local, e também comparando a planta aprovada pela Prefeitura (que mostra onde estão localizadas as áreas institucionais, as áreas de lazer e as nascentes). O restante das áreas institucionais estão localizadas nas faixas *non aedificandi* da linha de alta tensão que cruza o conjunto e da linha férrea, conforme indica a planta abaixo (ELOS, DEMACAMP, 2017).

¹¹⁰ Esse é um condomínio que fica em uma quadra mais isolado dos outros, única que, para acessar deve dar a volta no entorno do residencial.

Figura 68: Imagem do Residencial Sirius



Fonte: Imagem do Google Earth, 2017.

Também nenhum sistema de lazer foi implantado pela Prefeitura e pela construtora, e as áreas destinadas para este fim são íngremes e necessitam de nivelamento no terreno, como percebemos nas fotos do Residencial Sirius.

Figura 69: Fotos das áreas públicas do empreendimento – Sirius. Áreas institucionais destinadas à Sistema de lazer



Fonte: Demacamp, 2016.



Fonte: Demacamp, 2016.

Figura 70: Fotos das áreas institucionais destinadas a sistema de lazer, próxima a na linha de alta tensão



Fonte: Demacamp, 2016.



Fonte: Demacamp, 2016.

As áreas de lazer que a população utiliza foram feitas pelos próprios moradores em mutirão. Alguns parquinhos infantis foram feitos pelos comerciantes locais. Um dos locais apropriados pelas crianças para jogar bola é o concreto restante do canteiro de obras que foi utilizado para construção do empreendimento, hoje usado como quadra improvisada¹¹¹, como pode ser indentificado nas fotos a seguir.

Fotos das áreas próximo ao Residencial Sírius utilizadas para esportes pelas crianças.

Figura 71: Fotos de quadra improvisada próxima à ferrovia.



Fonte: Demacamp, 2016.



Fonte: Demacamp, 2016.

Próximo ao Residencial Sírius, foi construído, ao lado da Fábrica da Pirelli um Instituto Federal, que, atualmente ainda não goza de pleno funcionamento.

¹¹¹ Localizada na faixa *non aedificandi* da ferrovia, em fundações antigas do canteiro de obras, limítrofe ao conjunto.

No residencial Abaeté foram implantadas a creche¹¹², inaugurada em abril de 2018, localizada na área institucional do conjunto e uma academia de ginástica ao ar livre, localizada no sistema de lazer 3 do bairro. Na área institucional 2, de 1.798 m², foi implementada pela SANASA uma Estação de Tratamento de Esgoto ETE para atender ao bairro. Os outros equipamentos de educação, saúde, assistência social, esporte e cultura utilizados pelos moradores estão localizados em outros bairros, em alguns casos, bastante distantes.

Figura 72: Fotos da Creche e da academia no Abaeté



Fonte: site edbrasileirinhos¹¹³.



Fonte: Autora, 2019.

O local onde se insere a praça construída em mutirão pelos moradores do residencial Sírius encontra-se na verdade no residencial Cosmos, a área outrora se caracterizava por ser uma grande área descampada. Essa construção aconteceu fora dos limites do residencial em virtude da área lazer do Sírius ser bastante íngreme, estar situada entre duas nascentes e ser uma APP.

¹¹² Ainda que não atenda a demanda do empreendimento a creche é algo que os moradores se orgulham de ter no bairro e que gera certo “ciúme” por parte de moradores de bairros vizinhos.

¹¹³ Disponível em: <http://edbrasileirinhos.org/cei---midori-hamamoto.html>.

Figura 73: Foto do Sistema de Lazer do Cosmos (Espaço onde foi feita a praça no oásis do Sirius)



Fonte: Autora, 2019

3.5.4. Equipamento Cultural

Simplemente inexistem nos três empreendimentos equipamentos culturais. O Bassoli conta praticamente com o Progen¹¹⁴, que desenvolve atividades sobretudo para crianças e jovens dentro do seu espaço, e atividades pontuais no bairro, desenvolvidas por ONGs e pelos próprios moradores (como é o caso do cine quadra). Fora essas atividades os moradores possuem a possibilidade de acessar espaços culturais como o que está presente no Itajaí que, apesar de próximo, não é de fácil acesso para os moradores do bairro. As atividades culturais que acontecem dentro do bairro, são feitas basicamente nas quadras existentes, como as aulas de zumba que aconteciam aos sábados. Os salões de festa dos condomínios também são usados para atividades culturais, variando sobremaneira sua finalidade de utilização. Alguns deles foram apropriados por alguma congregação, como relatam moradores, impedindo outro tipo de uso para o mesmo.

As atividades culturais no Sirius ocorrem, principalmente, no equipamento mais próximo, que é o CEU Florence. No próprio bairro não existe um espaço destinado à promoção de cultura que contemple os moradores do local. Existem atividades pontuais, como festas e feiras promovidas pelos próprios condôminos. Algumas delas

¹¹⁴ o PROGEN (Projeto Gente Nova) iniciou suas atividades junto à população do Jd. Bassoli, com atividades para faixa de idade de 6 a 14 anos, com capacidade de atender 160 crianças.

acontecem em um espaço comunitário entre os comércios. Ainda que não seja considerado um equipamento cultural, é um local apropriado pela comunidade para essa finalidade constituindo um canal para sua expressão. Em fevereiro de 2017 foi feita uma vivência Oásis (dentro do projeto DIST II Campinas), e o mutirão de intervenção teve como foco inicial o espaço abaixo, mostrado nas fotos. A intervenção incentivou para que os comerciantes se organizassem e construíssem um local físico para ser a sede da associação dos comerciantes.

Figura 74: Fotos do Espaço comunitário Sirius (antes e depois da vivência oásis)



Fonte: acervo Elos-Demacamp, 2017.



Fonte: Autora, 2019.

Há carência de equipamentos de cultura de fácil acesso próximo ao bairro Abaeté. Apenas existe o SESI que promove atividades ligadas ao esporte, porém, em relatos, moradores disseram não considerar um lugar acessível para ir caminhando.

3.5.5. Comércio e atividades economicas locais

Ao longo dos últimos anos a região do Campo Grande foi consolidando um comércio próximo à praça do Patriarca, porém, a região ainda assim, não possui uma centralidade bem definida. O comércio e serviços se circunscrevem apenas a algumas avenidas principais. “Os bairros são predominantemente residenciais de baixa renda, com alguns poucos comércios e serviços de caráter mais local instalados em residências adaptadas. São pequenos comércios e serviços que atendem às necessidades cotidianas do bairro: pequenos armazéns ou uma padaria, ou então, um salão de manicure ou cabeleireiro” (POLIS, DEMACAMP, 2013, p. 115). No Bassoli foram regularizados alguns comércios que já funcionavam anteriormente, obtendo alvará pela prefeitura. Mas os comerciantes que não conseguiram regularizar a sua situação tiveram seus

comércios demolidos, ainda assim, existem lotes comerciais destinados a esse fim que continuam vazios.

O Residencial Sirius não possui lotes comerciais, porém, desde a sua fase de obra, o conjunto apresenta um comércio insurgente, devido à necessidade. Ainda na informalidade, os comerciantes do Sirius estão organizados na forma de associação na luta pela regularização de seu comércio. Estão entre os comércios locais: bancas de alimentos, bebidas, padaria, cabelereiro, entre outros, que atendem basicamente a demanda do condomínio e entorno. Os comércios se concentram nas duas principais vias de acesso ao empreendimento, Av. José Pacheco e Rua Leonor Martins Mansur.

Figura 75: Imagem Locais de comércios



Fonte: Diagnóstico Elos Demacamp atualizado pela autora em 2019. Base do Google Earth de 2016.

Figura 76: Fotos das Bancas de comércio



Fonte: Demacamp, 2016.

No Abaeté, existem 11 lotes comerciais na entrada do empreendimento, mas que ainda não foram ocupados. Assim como os outros dois conjuntos, também utiliza do

comércio local do entorno. Os comerciantes dos bairros vizinhos visivelmente se beneficiaram com a vinda dos novos moradores. Ainda que insuficiente ou caro, como reclamam os moradores, muitos recorrem ao centro da cidade seja para comprar mais barato, ou acessar a banco, farmácia e casas lotéricas, carências sentidas nos 3 bairros. Atualmente no Abaeté há um comércio do próprio bairro utilizado pelos moradores locais, como a banca de doces da Márcia, pastel nos finais de semana, entre outras bancas alimentícias e de utilidades domésticas. Algumas pessoas vendem coisas no bagageiro do próprio automóvel também. No mapa a seguir foram mapeados alguns dos pontos comerciais que estavam funcionando durante o dia.

Figura 77: Imagem da localização das bancas de comércio



Fonte: Google Earth, 2016.

Figura 78: Foto das bancas de comércio



Fonte: Demacamp, 2017.

3.6. Considerações sobre os bairros

Segundo relatos de moradores do Jardim Bassoli, grande parte da população que foi beneficiada e que tinha alguma condição econômica para mudar, saiu do empreendimento. Algumas quitaram o apartamento e venderam, outras sublocaram, outras venderam com contrato de gaveta, outras simplesmente abandonaram. O mesmo acontece com o Residencial Sirius e bem menos recorrente no Abaeté.

Dentre os muitos problemas nos residenciais, observamos, principalmente no Jardim Bassoli e em alguns condomínios do Residencial Sirius, problemas relacionados ao padrão construtivo das moradias, tido como de baixíssima qualidade. Desde a entrega dos apartamentos, segundo relatos dos moradores, os apartamentos foram disponibilizados com inúmeras patologias construtivas, que até hoje não foram solucionadas, como: vazamentos e infiltrações; falta de vedação para água de chuva nas esquadrias; rachadura em paredes internas e especialmente nas escadas; condições insalubres dos corredores em razão de inexistência de janelas, sobretudo nas escadas, circulação única para acessar os apartamentos (no caso do Bassoli). Soma-se a isso, o fato de que no Bassoli, por exemplo, foram feitas críticas de que os condomínios foram entregues sem os itens essenciais como mangueiras e dispositivos de combate a incêndios, interfones funcionando etc. Segundo diagnóstico realizado em 2013, o tom dos relatos naquele momento já denotava a situação crítica e a urgência no encaminhamento de soluções para esses problemas (POLIS, DEMACAMP, 2013).

Há uma preocupação especial em relação as crianças, jovens e idosos, que têm poucas alternativas de entretenimento e lazer. Torna-se patente e de responsabilidade social a preocupação com as crianças e os jovens desses conjuntos que, segundo os moradores, na falta de opções, estão suscetíveis de serem seduzidos pelo consumo de drogas ou trabalhos no narcotráfico.

A localização dos empreendimentos constitui um verdadeiro entrave no cotidiano da população, que conta apenas com os equipamentos públicos, como escolas, creches, postos de saúde ou locais de lazer que já existiam nos bairros do entorno antes da implantação do conjunto, mas sobrecarregados pelas novas demandas do atendimento massivo.

O acesso aos serviços de saúde é precário, sobretudo nos residenciais Sirius e Bassoli (apenas esse ano iniciaram sinais de que será construído o centro de saúde no

Bassoli). Os postos de saúde mais próximos não foram programados para incorporar a demanda dos empreendimentos.

Não há nos conjuntos e seu entorno espaços disponíveis para a instalação de atividades comerciais e de serviços. Desta forma o comércio e serviços vem se instalando de modo informal e precário em barracas nas vias do conjunto, onde vendem frutas, alimentos e bebidas para suprir suas necessidades diárias. Esse comércio nas imediações, segundo relatos, pratica preços excessivos, o que leva os moradores a se deslocarem até o centro da cidade para comprar bens de consumo corriqueiros. A ausência de agências bancárias e de lotéricas nas imediações reforça a sensação de isolamento e impõe dificuldades aos moradores locais dos 3 bairros.

Para além das dificuldades advindas da localização do empreendimento, localizado nas franjas da cidade, os moradores dos residenciais, principalmente do Bassoli, são discriminados socialmente tanto pelos serviços públicos, quanto por moradores dos bairros adjacentes e empregadores da área privada. São recorrentes os relatos de serem desprezados no mercado de trabalho, por morarem em um conjunto distante e estigmatizado por uma suposta associação com ações criminosas e ocorrências policiais. Quando vamos a campo é bastante notória a quantidade de pessoas sem emprego nos condomínios, observado nas visitas a campo nos 3 residenciais, sobretudo no Sirius e no Bassoli. Muitas pessoas que foram removidas de suas antigas moradias foram obrigadas a deixar o seu antigo trabalho, por conta das distâncias e da precariedade do transporte público¹¹⁵.

A forma com que os conjuntos habitacionais estão inseridos no meio urbano evidencia a segregação sócio-espacial pela qual sofrem as grandes metrópoles brasileiras, conhecida dicotomia centro-periferia. A localização no espaço urbano é fator que define a qualidade de vida da população, como apontam estudos de Cunha e Jimenez.

Assim, como se não bastassem as privações sofridas pelas famílias pobres, decorrentes da falta de recursos para acederem aos bens de consumo básicos para sua reprodução social, como alimentação, habitação, educação, saúde etc., estas se deparam, nas grandes cidades, com a amplificação destas deficiências. Neste contexto, vários estudos têm mostrado que, entre outros aspectos, a localização na cidade acaba sendo um aspecto crucial para uma melhoria das condições de vida. (CUNHA e JIMÉNEZ, 2006, p.31).

¹¹⁵ Relatos de moradores do Bassoli e do Sirius apontam que quando se mudaram para o bairro não havia transporte que atendesse de forma satisfatória. Após reclamações constantes e protestos é que foram colocadas mais linhas para atendimento dessa população. Por esse e por outros motivos da distância muitas pessoas perderam seus empregos por não conseguirem chegar no horário estabelecido para o trabalho.

A falta de diversidade de usos nos empreendimentos e entorno impede a existência de ruas vivas e atraentes. Outros problemas como perda de vínculos com vizinhos e familiares e necessidade de grandes deslocamentos são evidentes na vida das famílias, sobretudo das pessoas advindas de remoção. Relatos de moradores demonstram que famílias foram separadas, não apenas em condomínios diferentes, mas em residenciais diferentes. Isso é curioso, na medida em que percebemos que, existem pessoas de um residencial, por exemplo do Sirirus que gostariam de estar no Bassoli, e vice e versa, pois tinham laços de amizade e vínculos de consanguinidade que gostariam de manter mais próximos. Se houvesse uma escuta da população, essa situação poderia ser outra. Uma mobilidade entre residenciais poderia ser encorajada por meio de algum tipo de portaria que flexibilizasse a questão de não poder sair do apartamento enquanto ele não for quitado.

É inegável o grande impacto ambiental, socioespacial e econômico gerado pela construção desses 3 empreendimentos, com dadas proporções e escala. Em razão das múltiplas dificuldades encontradas pelos moradores, é comum que, parte deles sintam falta do seu antigo local de moradia e gostariam de retornar para aquela região.

É neste contexto problemático, não apenas em Campinas, mas em diversos empreendimentos habitacionais de interesse social realizados no Brasil, para atender a faixa 1 do programa MCMV, é que surge a Estratégia de Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios, que visa promover uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas promovendo um desenvolvimento integrado no território.

CAPÍTULO 4

4.1. Fundo Socioambiental da Caixa e Programa Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios (DIST)¹¹⁶

Ao mesmo tempo em que os programas de promoção habitacional buscaram suprir quantitativamente a demanda por moradia e movimentar economicamente a extensa cadeia produtiva da construção civil, a maior parte deles reforçou a lógica capitalista. Como já colocado no capítulo introdutório, criaram lugares isolados fisicamente e estigmatizados socialmente, assemelhando-se ao que Saunders (2013) chama de “cidade de chegada”, “[...] cujas características marcantes são o baixo nível de pertencimento e coesão social e a inserção urbana precária” (SOARES, 2017. p. 8). Saunders também fala em seu texto que essas cidades de chegada podem representar os “lugares que vão abrigar a próxima grande economia, a próxima explosão cultural ou até mesmo a próxima grande onda de violência” (SAUNDERS, 2013, p. 15), dependendo “de nossa capacidade de perceber os sinais e de nossa disposição para agir” (SAUNDERS, 2013, p. 15). O autor refere-se ao fenômeno migratório entre países, porém o conceito cabe muito bem ao contexto em que se insere essa pesquisa, sobretudo ao que diz respeito às remoções forçadas conectadas à mudança dessas famílias para periferias urbanas, considerando ainda que esses lugares também “[...] representam bem mais que apenas locais de conflito e violência em potencial; estes são os espaços que abrigam a transição da pobreza; a formação da próxima classe média; os sonhos da próxima geração; a criação dos movimentos de reivindicação e os novos governos” (SAUNDERS, 2013, p. 14). Faz-se necessário pensar em alternativas para a efetiva inserção destes empreendimentos na dinâmica da cidade. Pois esses grandes núcleos residenciais, com alta concentração de populações provenientes de diversos contextos regionais, apresentando características urbanas, estéticas, socioculturais, políticas e econômicas distintas, também contrastam com o contexto regional em que foram inseridos, resultando na formação de enclaves territoriais. Ao mesmo tempo em que aparecem como lugares de conflitos de interesse, também podem ser vistos como

¹¹⁶ Esse texto foi elaborado com base em textos relacionados ao DIST, tanto trabalhos acadêmicos bem como materiais, documentos e sites oficiais da Caixa Econômica Federal. Alguns com acesso aberto, outros obtidos pela intermediação da empresa Demacamp ou através do site de sistema de informação da Prefeitura municipal de Campinas.

lugares de oportunidade, para que haja uma maior troca e interação entre essas famílias provenientes de diferentes locais da cidade.

Como já mencionado no capítulo anterior, a Caixa foi o banco responsável, desde 2009, pela execução do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, com o objetivo de financiar a produção habitacional e fomentar a cadeia produtiva da construção civil. Sendo ela, junto às Prefeituras municipais e as empreiteiras, a grande executora do Programa MCMV, tem a sua parcela de responsabilidade sobre as consequências geradas pelo Programa. A Caixa é tanto responsável pela aprovação do projeto, junto à prefeitura municipal, como também é responsável pela fiscalização da obra, bem como pela contratação do Trabalho Técnico Social antes e no pós-ocupação.

A Caixa, com a herança do BNH, tornou-se o banco responsável majoritário pela provisão habitacional das moradias populares, e também responsável por projetos sociais ligados à população mais vulnerável. Uma das iniciativas mais recentes voltadas a amenizar os danos sociais causados pela baixa inserção urbana de diversos empreendimentos da faixa 1 do Programa MCMV. Através do seu Fundo Socioambiental, criado em 2010, criou estratégias para tentar melhorar essa realidade criada em diferentes regiões do Brasil.

A Estratégia de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Território (DIST) foi uma iniciativa da Caixa com a finalidade de diminuir os problemas consequentes da má inserção urbana desses empreendimentos, que causaram problemas sociais relacionados a este modelo na vida de famílias de mais baixa renda contempladas pelo MCMV. Com o objetivo múltiplo de contemplar metas de educação, geração de renda e gestão ambiental, o DIST tem o foco voltado para a sustentabilidade das comunidades que integram o programa. Os empreendimentos que foram selecionados¹¹⁷ eram os considerados mais problemáticos em termos de qualidade e inserção urbana, e que apresentaram maior grau de complexidade relacionado a problemas sociais derivados dessa má inserção no meio urbano e desconexão com a cidade. Os critérios para seleção das áreas escolhidas estão no Anexo 3, bem como os locais beneficiados e os resultados da primeira edição do DIST, sobretudo em Campinas - SP.

Essa maneira de propor e estabelecer as estratégias de intervenção vai de encontro à necessidade de conhecer antes e ouvir a necessidade do território. No caso da

¹¹⁷ Nem todos os empreendimentos selecionados foram contemplados, como veremos mais adiante.

metodologia adotada no DIST II Campinas foi esse o método adotado, tanto para a realização de intervenções físicas como outras.

O que faz com que o cumprimento do cronograma de ação às vezes não condiz com a real necessidade ou sonhos das comunidades, que são descobertos no decorrer do processo em função do conhecimento do território e das pessoas que nele habitam. Algumas contradições serão apontadas ao longo do texto, na forma de buscar o aprimoramento das práticas correspondentes às intervenções nos territórios mais vulneráveis. Não deixando aqui de reconhecer e nem de tirar o grande mérito e as transformações que o trabalho realizado gerou tanto nos territórios como na vida das pessoas desses locais.

4.2. Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios

O DIST, projeto/estratégia (como é denominado pela CAIXA Econômica Federal), diferente de um trabalho técnico social convencional traz elementos em sua composição tanto metodológicos como estruturais, desde a sua contratação até sua execução e gerenciamento. Esse projeto consiste, em seu desenho, em uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado nas dimensões econômica, social, ambiental, política e institucional, que formam os seus pilares.

Os projetos do DIST tiveram a duração de 24 meses, previam o treinamento de membros da comunidade com foco no desenvolvimento das lideranças e na promoção da cidadania. Para alcançar tais objetivos, as ações deviam tratar de noções de convívio e gestão ambiental, cuidado com os resíduos e a água, como também conceitos ligados ao desenvolvimento territorial.

Para a CAIXA o mote do desenvolvimento territorial é “[...] o esforço do desenvolvimento construído com as bases da sociedade e a partir do cotidiano dos cidadãos, o desenvolvimento que parte do potencial de cada localidade em assumir a direção do seu futuro: nas suas diversas escalas de construção, das comunidades às microrregiões”. (SILVEIRA, 2016, p. 5). Por um lado é bastante positivo e importante pensar que o desenvolvimento deve partir de um fortalecimento e incentivo das bases, fomentando empoderamento dos cidadãos, por outro lado, pode significar a supressão do papel do Estado ao colocar parte da responsabilidade pela melhoria da vida nos

empreendimentos nas mãos das famílias, muitas delas já expostas a situações diversas, empenhadas que estão na luta diária pela sobrevivência.

Uma vez que grande parte das decisões e mudanças estruturais não está nas mãos desses moradores, e no que tange a acesso aos serviços públicos, eles não podem ser responsabilizados. A presença do Poder Público, bem como parcerias com outras instituições, é fundamental para a melhoria e a sustentabilidade desses bairros.

Em entrevistas realizadas com agentes da Caixa foi mencionado que a estratégia de colocar os empreendimentos nos locais onde foram alocados era seguir uma lógica de centralidade metropolitana, pensando, por exemplo, no Jardim Bassoli como parte central de eixos que ligam Montemor, Hortolândia e Campinas. O que não foi previsto, segundo eles, foi o não cumprimento da Prefeitura em relação à assumir o seu papel em abastecer a comunidade com serviços públicos e equipamentos básicos. Outra coisa importante de se colocar é de que para se prever algum lugar como centralidade é de fundamental importância estabelecer conexão entre esses lugares, melhorar o transporte público intermunicipal, ou metropolitano, para fazer com que as oportunidades oferecidas em outras cidades mais próximas que o próprio centro urbano de Campinas pudessem ser uma possibilidade para essas pessoas, do contrário, esses territórios acabam por transformarem-se em enclaves urbanos, guetificados (CALDEIRA, 2000) e esquecidos pelo Poder Público, como foi o caso do Jardim Bassoli durante um tempo e o Residencial Sirius, que hoje ainda é o menos abastecido com serviços públicos. A estratégia de reconhecer os territórios não como pontas (periféricas), mas como centralidades capazes de produzir novos fluxos de riqueza e conhecimento, novos modos de convivência social, novas potências, não é algo que surge com o DIST¹¹⁸, e ainda que se busque essa realidade, esses territórios ainda estão bastante alijados para se tornarem de fato centralidades na cidade.

O que o DIST busca como estratégia é bastante genuíno: a protagonização do sujeito nos processos e não apenas o tratamento como beneficiário ou cliente de programas e projetos. Isto supõe um deslocamento substancial face aos padrões de tutela e clientelismo amplamente cristalizados e ainda dominantes em diversas regiões do Brasil. Entende-se que a mobilização das capacidades endógenas está conectada aos aportes exógenos, e esta mobilização carrega o sentido da apropriação e da absorção

¹¹⁸ Em Medellín, Colômbia, no Governo de Sérgio Fajardo utilizou-se o conceito de formar novas centralidades nas periferias urbanas, nesse contexto houve um massivo investimento em obras públicas para conectar a cidade formal com a informal, como a construção do *metrocable* e a intervenção para criação e melhoramento dos espaços públicos, nesses eixos. De fato, foram criadas novas centralidades nesses locais intervindos, como vimos no capítulo sobre urbanismo social.

criativa dos estímulos e oportunidades presentes na oferta de programas, recursos e investimentos que vêm de outras partes da cidade. Em outras palavras, seria escutar e dar voz para esses moradores que tiveram que aceitar, sem alternativa, morar nos empreendimentos do MCMV, e convidá-los para serem agentes transformadores do seu bairro.

O DIST se constrói como iniciativa inovadora em múltiplos aspectos: na sua dinâmica de viabilização de projetos, nas parcerias que institui, na construção metodológica (ao mesmo tempo diversificada e convergente) e, particularmente, nos contextos onde se desenrola sua ação.

Há iniciativas antecedentes que dialogam com a estratégia DIST, trata-se de programas, projetos e práticas realizadas em âmbito nacional desde os anos 2000, como o apoio ao desenvolvimento territorial (metodologia GESPAR - IADH), apoiado pelo Banco do Nordeste e BNDES; e estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) apoiado pelo Banco do Brasil¹¹⁹, entre outras influências que serviram de inspiração.

4.2.1. Contexto em que o DIST acontece

Como locais ou territórios de chegada, os novos empreendimentos produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida também possuem denominações distintas, como a expressão geralmente associada a fluxos de migrações espontâneas ou induzidas, como as “cidades de chegada” (SAUNDERS, 2013). Pelo tamanho e dimensão dos empreendimentos podem ser comparados a cidades, porém esse termo refere-se mais no sentido de áreas de instauração de novas condições de vida e convivência do que mudanças na vida de quem ali passa a morar.

Grande parte dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida voltados para população de baixa renda foram implantados de forma dispersa nas periferias das cidades, como já mencionado no capítulo anterior. Por serem via de regra

¹¹⁹ Outros programas que antecedem a estratégia DIST e dialogam com o programa são: Casa Civil da Presidência da República - Programa Comunidade Ativa (2000-2002); MDA - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; MDS - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs); MMA - apoio às Agendas 21 Locais; MI - Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO); Banco do Nordeste e BNDES - apoio ao desenvolvimento territorial (metodologia GESPAR - IADH); Banco do Brasil - estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS); Ação interministerial de fomento a Arranjos Produtivos Locais (APLs); Programa interministerial Territórios da Cidadania

implantados nas áreas periféricas, podem ser melhor entendidos e vistos como enclaves na cidade. Um enclave, em geografia política, é um território com distinções sociais, políticas e culturais cujas fronteiras geográficas se encontram inteiramente dentro de outro território, mas com “relativa autonomia”.

O desafio está em transformar zonas periféricas de chegada em novas centralidades, em lugares com identidade e referências positivas que se integrem ao seu entorno imediato e à cidade. Estes locais, cuja gestão e comprometimento com manutenção são quase autônomos, constituem-se em unidades que exigem uma governança territorial específica, e, organização política para reivindicar seus direitos junto aos órgãos públicos. Para que isso aconteça é preciso que atores públicos e privados estejam presentes e contribuindo. Quando a CAIXA propõe o DIST após a transferência dos milhares de cidadãos, buscava transformar as consideradas “cidades dormitório” em um lugar onde as pessoas pudessem estabelecer uma vida tendo suas necessidades atendidas.

Os projetos DIST vêm atuando, basicamente, em localidades que não se constituem como Territórios de Identidade, no que este conceito traz de associação com vínculos históricos, afetivos e simbólicos, para seus habitantes. Ao contrário: a identidade territorial, nos Territórios de Chegada — bem como a confiança, a coesão, o senso de pertencimento, a apropriação do lugar — é uma construção, tão desafiante quanto necessária, que perpassa a trajetória dos projetos que aqui servem de referência. (SILVEIRA, 2016, p. 10)

É a busca de transformar “não-lugares” (AUGÉ, 1992) em lugares nos quais que as pessoas se identifiquem com eles e criem laços afetivos, vínculos que as façam prezar e cuidar dele com vontade e perspectiva de melhora do bairro.

A estratégia do DIST foca na conscientização das comunidades sobre sua inserção nas suas respectivas microrregiões. Esta visão integradora impulsiona e valoriza o protagonismo das comunidades. Assim, através do apoio financeiro a projetos de intervenção socioterritorial, o DIST foca no empreendedorismo de famílias da Faixa 1 (com renda de até R\$ 1.800,00) selecionadas previamente pelo Ministério das Cidades e pela Caixa. Tais projetos são selecionados via chamada pública e implementados por instituições especializadas (ONGs), cujo escopo seja o desenvolvimento socioterritorial das microrregiões através da atuação nas comunidades.

Tal estratégia se diferencia de projetos de assistencialismo popular de antigas políticas habitacionais, pois traz o viés do empreendedorismo. Desta forma, valorizam-se iniciativas comunitárias que podem promover governança territorial, dinamização econômica, gestão ambiental, educação e cultura. Estas iniciativas surgem do diálogo

entre técnicos executores e agentes locais comunitários bem como outros moradores que se engajam no processo.

Pode-se então concluir que a Estratégia DIST consiste em uma estratégia que propõe o desenvolvimento territorial integrado em suas dimensões econômica, social, ambiental, política e institucional através de empreendimentos multifamiliares dentro das comunidades do MCMV¹²⁰, mediante a atuação de organizações não governamentais especializadas nos temas que o programa propõe.

4.2.2. A seleção de projetos pelo DIST

Os projetos selecionados – os denominados Projetos DIST – são realizados por entidades e ONGs especializadas nas práticas relacionadas ao desenvolvimento territorial sustentável. Desta maneira, as entidades proponentes nas chamadas públicas são avaliadas segundo critérios de produção e aplicação prática do conhecimento sobre o tema, experiência prática dos profissionais vinculados à entidade em desenvolvimento territorial sustentável, consistência institucional e também seu histórico de projetos realizados. As informações apresentadas estão dispostas nos termos e guia de referência para implementação de Projetos DIST (Projeto BRA/09/00410)¹²¹.

4.2.3. Projetos DISTs apoiados pelo FSA-CAIXA

O FSA-CAIXA apoiou dez Projetos pilotos DIST¹²², entre 2013 e 2014, nas cinco regiões brasileiras, em doze municípios localizados em nove estados. Em 2016 foi

¹²⁰ Existiram casos de exceção, como locais que o Instituto Elos propôs de atuar, que foram fora desse contexto do PMCMV, como veremos mais adiante.

¹²¹ O Projeto BRA/09/004 consistiu em uma parceria internacional entre a Caixa Econômica Federal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o nome ‘Fortalecimento da CAIXA no seu processo de internacionalização e de fomento a ações voltadas ao desenvolvimento humano local’. Firmado pelo ‘Acordo Básico de Assistência Técnica’ entre o Governo Federal do Brasil e uma série de organizações internacionais. Em vigor desde 1966, o Projeto BRA/09/004 teve, como antecedente, o Projeto BRA/09/027, firmado em parceria com o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), concebido com o intuito de definir um conjunto de conceitos, abordagens, estudos, metodologias e elementos para a transferência de tecnologia, nas áreas de expertise do PNUD, capazes de subsidiar a CAIXA, de forma efetiva, na capacidade de operar negócios dos segmentos de microcrédito e microfinanças, e de gestão urbana e desenvolvimento local.

¹²² Os projetos foram realizados nos municípios de Arapicara/AL (Brisa do Lago); Campinas/SP (Jd. Bassoli); Goiânia/GO (Jd. Do Cerrado); Guarujá/SP (Praia – ocupação); Itanhaém/SP (Guapurá); Londrina/PR (Vista Bela e entorno); Manaus/AM (Viver Melhor – Etapa 1); Queimados/RJ (Pq. Valdariosa e entorno); Rio Branco/AC (Eldorado, Eldorado I e II); Salvador/BA (Bosque das Bromélias);

viabilizado um novo conjunto de projetos¹²³. Os projetos foram desenvolvidos principalmente em contextos de pós-ocupação de empreendimentos habitacionais de interesse social, como o Programa Minha Casa Minha Vida, mas também se estenderam em alguns casos para territórios de assentamentos precários e ocupações irregulares, como exemplo, o projeto realizado pelo Instituto Elos, na Baixada Santista¹²⁴.

Estes projetos piloto se desenvolveram em empreendimentos com contextos urbanística e arquitetonicamente diversos, caracterizados por tipologias multifamiliares verticais ou horizontais, bem como unifamiliares térreas.

A expressão Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território é conceitualmente uma composição terminológica complexa que abrange uma gama de interpretações, dependendo da área do conhecimento em que é abordada, inclusive passível de muitas contradições.

O DIST, por assim se referir, reúne numa única e densa expressão conceitos de desenvolvimento territorial e sustentabilidade urbana que consistem, por sua vez, em conceitos esponjosos. Isto é, são macro conceitos compostos por definições diversas e plurais, não necessariamente convergentes teoricamente ou academicamente consensuais. (ALESSIO, 2018, p. 36)

Essa natureza complexa diz respeito à sua pluralidade, por não ser totalmente convergente, dentro da literatura teórica ou acadêmica, afinal, não existe, no seu campo conceitual, consensos claros entre as definições de todos os conceitos complementares que reúne. Para Furtado (1982) “[...] o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva. (p.149).

O entendimento do desenvolvimento territorial integrado e sustentável, no âmbito da estratégia, é definido como: a promoção de iniciativas, projetos e ações que fomentem a governança territorial, a dinamização econômica, a promoção sociocultural e a gestão ambiental prioritariamente em territórios com populações em condições de vulnerabilidade socioambiental, com o objetivo principal de promover a sustentabilidade local, socialmente protagonizada pelas comunidades assistidas¹²⁵.

Dessa forma, a Estratégia DIST propõe essencialmente que os projetos realizados atuem nas suas quatro dimensões: governança territorial, fortalecimento da

Santos/SP (Caminho da União e Vila Progresso – PAC Santos); Uberlândia/MG (Shopping-Park). Dados disponíveis em: www.caixa.gov.br

¹²³ Fortaleza/CE, Lauro de Freitas/SA, Ribeirão das Neves/MG, Rio Largo/AL, São José do Ribamar/MA e Timon/MA. Dados disponíveis em: www.caixa.gov.br e www.brasil.gov.br

¹²⁴ Vale ressaltar aqui que essa proposta de integrar essas comunidades foi de iniciativa da ONG e não do FSA-CAIXA.

¹²⁵ Aquelas que foram de alguma forma beneficiadas com algum projeto público.

economia local (ou geração de renda), fortalecimento social e cultural e gestão ambiental.

No que concerne à governança territorial, o foco está em: mobilizar moradores, a formar lideranças que sejam reconhecidas por eles; articular esses com outros agentes e instituições da região, públicos ou privados e de diferentes setores e; ao empoderamento dos moradores do local nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento territorial.

No âmbito da geração de renda ou fortalecimento da economia local, busca-se a dinamização econômica, como o foco em capacitação técnica e profissional de empreendedores locais, individuais ou coletivos, e também o acesso aos canais de mercado formais e regularizados, para melhoria da renda dos moradores locais.

Em relação à promoção sociocultural prioriza-se o acesso à realização de atividades educativas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer, dentro e fora do território, fortalecendo a identidade local e conectando com outras iniciativas da cidade.

A gestão ambiental consiste na conscientização socioambiental, à requalificação, à manutenção e à conservação de áreas de interesse ambiental e/ou de uso coletivo nos bairros.

Os pressupostos sobre os quais a Estratégia e os Projetos DIST são estruturados consistem numa lógica paradigmática que conceberia o desenvolvimento territorial como um processo de construção social coletiva; o qual, alegadamente, se oporia ao que seriam políticas tradicionais de assistencialismo demagógico impostas sobre os territórios “de cima para baixo”, ou “de fora para dentro”, por parte de autoridades externas, públicas ou privadas (ALÉSSIO, 2018, p. 37).

Nessa acepção, tal lógica compreende que iniciativas, projetos e ações para o desenvolvimento territorial, com origens tão diversas, devem atender não apenas às especificidades e singularidades de cada localidade, mas também buscar, dentro destas, as potencialidades e aspectos orientadores que levem a cabo processos de transformação socioterritorial que impulsionem o protagonismo comunitário e local.

Situada majoritariamente no contexto dos grandes empreendimentos residenciais que foram construídos por meio de políticas e programas federais, estaduais ou municipais, a Estratégia DIST atua dentro das políticas públicas de promoção da habitação popular e se relaciona ao número de domicílios e à população residente. Essas políticas e programas têm como objetivo atender aos altos índices de demanda habitacional para famílias de baixa renda salarial e/ou residentes em áreas de risco para habitação, um quadro encontrado na grande maioria dos municípios brasileiros.

(SILVEIRA, 2016). E, como visto no primeiro capítulo, ao mesmo tempo em que essas políticas visam minimizar as desigualdades de acesso ao mercado de moradia, tornam-se perversas quando buscam ao mesmo tempo atender ao mercado imobiliário, que busca o lucro acima de tudo, inclusive em detrimento da qualidade construtiva e urbanística desses empreendimentos, comprometendo assim, a vida dos futuros beneficiários. Além disso, o desafio nesses territórios torna-se ainda maior, uma vez que misturam famílias provenientes de diferentes localidades em um mesmo empreendimento.

Por meio da construção de relações de confiança entre moradores e agentes engajados no processo de transformação, supostamente contribuindo para a apropriação do uso dos espaços públicos e, para a construção de um amplo senso de comunidade e pertencimento, os Projetos DIST tem como objetivo prioritário desenvolver os territórios e as populações assistidas pelas entidades participantes (SILVEIRA, 2016). Em anexo encontra-se como se dá o fluxo de construção do DIST, seleção dos territórios, até o início de sua execução.

4.2.4. Resultados obtidos no DIST segundo as dimensões dos projetos propostos.

Em sua primeira chamada pública em 2013 o DIST inaugurou projetos nas cinco grandes regiões do Brasil. Foram selecionadas 10 comunidades formadas a partir de empreendimentos do PMCMV (com exceção de duas), onde foram realizados Projetos DIST.¹²⁶ A segunda chamada pública foi aberta em abril de 2016 e contemplou Campinas (SP), Fortaleza (CE), Lauro de Freitas (BA), Ribeirão das Neves (MG), Rio Largo (AL), São José do Ribamar (MA) e Timon (MA).

Campinas foi contemplada duas vezes com o Jardim Bassoli. Um dos únicos empreendimentos contemplados nas duas edições. Em sua segunda fase, a chamada pública contemplou também o Residencial Sirius e o Vila Abaeté.

A seguir são mostrados alguns dos resultados obtidos nos âmbitos propostos pelo DIST, em sua primeira fase. Importante ressaltar aqui que, apesar do DIST ter a sua metodologia norteadora, cada proponente tem a sua própria forma de trabalho, cada

¹²⁶ Os locais contemplados pelos projetos DIST I foram: Baixada Santista, SP; Campinas, SP; Salvador, BA; Queimados, RJ; Manaus, AM; Londrina, PR; Arapiraca, AL; Goiânia, GO; Rio Branco, AC; Campo Grande, MS (projeto interrompido).

entidade propôs maneiras diferentes de atuação de acordo com a sua *expertise* e experiência e as especificidades dos territórios trabalhados. Os eixos que o DIST propõe são os já mencionados: Governança do território, geração de renda, gestão ambiental e promoção sociocultural.

Não é necessário ter grandes conhecimentos para perceber o que o DIST propõe e busca abranger. Trata-se de uma proposta ousada diante da realidade que se tem e do limitado tempo de 2 anos de trabalho que incluiu a elaboração de um diagnóstico para entender e saber como melhor atuar nos territórios. Como já colocado, a grande maioria desses empreendimentos tem a dimensão de cidade. Segundo Caio Silveira “[..] era previsto o tempo de 3 anos de execução dos projetos, porém, por algum motivo que desconhece foi mantido o tempo de 24 meses” (entrevista Caio Silveira, julho de 2019).

4.3. A experiência dos projetos DIST no Brasil

Nesta sessão são apresentados os projetos realizados no DIST I separadamente. Será mostrado onde estão localizados cada território e suas principais características e, em seguida, apresentar-se-á a essência da estratégia adotada em cada localidade. Serão elencados posteriormente os resultados mais expressivos de acordo com a localidade em que foram realizados os DIST, bem como o alcance de cada dimensão e da integração multidimensional dentro de cada um dos Projetos¹²⁷ em sua primeira edição¹²⁸.

¹²⁷ Texto elaborado com base em relatório feito por Caio Silveira e, com base em oficina de troca de experiência do DIST I. de 2014. Importante colocar que os resultados apresentados foram elencados pelas equipes proponentes, portanto, estão apenas de forma demonstrativa sobre a diversidade e congruência que o DIST pode alcançar nos diferentes territórios, dependendo da característica de cada lugar e como cada projeto é conduzido, de acordo com a *expertise* de cada proponente.

¹²⁸ Vale ressaltar aqui que os empreendimentos bem como os resultados possuem a limitação de fonte única de dados, que são os relatórios prestados ao FSA da Caixa, e o único território que se teve experiência empírica no pós DIST I foi o Jardim Bassoli. Sendo este alvo da pesquisa empírica que embasa esta tese, além dos outros dois residenciais em Campinas, buscou-se trazer elementos para além dos que estão em relatório. Foi cogitada a possibilidade de visitar os outros empreendimentos que receberam ações do DIST, mas não foi recomendado sem o prévio conhecimento de agentes locais nos territórios, avaliado assim que este agendamento e programação atrasaria o cronograma da tese, não mostrando tanta relevância em aspectos pedagógicos, uma vez que buscou-se o aprofundamento no caso de Campinas referente aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do DIST II.

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente (WEIL, 1979: 347).

Somada a essas dificuldades, quase todos esses locais careciam de infraestrutura básica: equipamentos públicos de saúde, esporte, lazer, educação e falta de oportunidades de trabalho e renda, além da distância dos centros urbanos, ocasionando a oneração das próprias famílias em parte significativa de suas rendas com o gasto em transporte público.

4.3.1. Projetos DIST I

4.3.1.1. Baixada Santista, SP

Figura 80: Foto do Residencial no Guapurá Baixada Santista (SP)



Fonte: Relatório da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014.

Na Baixada Santista o agente executor desse DIST foi o Instituto Elos¹³¹, o nome que deram para o Projeto foi Comunidades Empreendedoras. Foram envolvidos 3

¹³¹ Organização sem fins lucrativos comprometida com trabalhos de mobilização comunitária. <https://institutoelos.org/o-elos/>.

municípios, sendo duas comunidades em Santos: Caminho da União e Vila Progresso (áreas do PAC); uma no Itanhaém, Guapurá (integrante do PMCMV); e outra no Guarujá, a Prainha (também área do PAC), esta última constituiu uma exceção¹³² por abranger comunidades que não foram contempladas pelo PMCMV. Uma delas foi beneficiária do PAC e a outra ainda é uma comunidade em palafitas apresentando condições bastante precárias e com previsão de remoção parcial, devido às condições em que se encontra. A metodologia adotada pela instituição executora foi a Metodologia Oásis¹³³. Em sua fase inicial (jan./fev./2014) ocorreram a Etapa Intensiva de Mobilização e Impulso; o Programa de Formação (líderes-mobilizadores) e; o Programa de Comunidades Empreendedoras.

O âmbito Governança Territorial do DIST Baixada Santista foi construído como foco sistemático do projeto e destacaram-se:

a legitimidade do projeto no território; elevados níveis de confiança e adesão ao projeto pelos moradores locais; protagonismo dos moradores; intensidade de envolvimento ativo, tanto de cada comunidade quanto da rede criada a partir do Programa de Formação que reuniu líderes-mobilizadores das quatro localidades; articulação com o poder público; forte proatividade do Instituto Elos, com participação crescente dos moradores nessa articulação. Como resultados práticos foram organizados e realizados o Fórum de Síndicos e Subsíndicos; oficinas de iconografia, criação da marca com a identidade do bairro; 2 parquinhos infantis e 2 barracões (SILVEIRA, 2014, p. 132).

No campo da Cultura foram realizadas reuniões no centro cultural local e no centro cultural da comunidade, foram feitas 2 praças com plantio de árvores, melhorados espaços comuns condominiais (praça, academia ao ar livre), realizadas atividades infantis (Clube do Pensamento), bem como organizados saraus, cursos e atividades diversas. Além do estabelecimento de importantes parcerias institucionais como com 20 Secretarias em 3 Prefeituras (Santos, Itanhaém e Guarujá), além de aproximações com o SESC, 3 escolas, 2 Unidades de Saúde, IPA Brasil, produtos bancários da Caixa (GIGOV, GIHAB) e CRAS.

No pilar Desenvolvimento Econômico o Projeto teve, como um de seus focos, a ampliação das oportunidades econômicas para os moradores, adquirindo maior intensidade a partir do segundo semestre de 2014. Isto se traduziu, especialmente, no esforço de regularização e consolidação de pequenos empreendimentos já embrionariamente existentes. Foram incentivadas ações para a dinamização das trocas locais (“compre no seu bairro”) e no conseqüente incremento de possibilidades de

¹³² Isso se deu muito mais por insistência da entidade promotora do que pela escolha da CAIXA.

¹³³ Essa metodologia será explicada de forma detalhada no próximo capítulo, por ter sido a metodologia usada no DIST 2 em Campinas.

geração de renda para os empreendedores locais (tanto nos espaços que foram projetados quanto nos eventos comunitários sazonais, como festas juninas, ou temáticos, como os Saraus e Feiras (SILVEIRA, 2016. p. 135). Como resultados gerados podem ser elencados os seguintes: a realização de 2 feiras com empreendedores locais, a elaboração e encaminhamento de proposta para espaços de uso comercial e de lazer dos e para os moradores (permissão de uso de áreas públicas com padrão de boxes, contando com parceiros para financiamento e comitê gestor articulado entre poder público, empreendedores e organizações comunitárias), além da formação de grupos para produção de alimentos e a realização de 4 festas comunitárias.

Conectam-se a essas atividades realizadas a dimensão da Promoção Sociocultural realizada com a organização do Arraiá do Guapurá, palestras com agentes comunitários de saúde, 2 Saraus (com 110 participantes) e, a Festa de Páscoa (com 700 participantes). Ainda na dimensão da Promoção Sociocultural foram encorajados e realizados Shows de Talentos, Cinema de Rua (12 exhibições, 534 participantes), atividades escolares, mecanismos de comunicação e divulgação (treinamento em diferentes tipos de mídias, dispositivos impressos e digitais: fanzines, jornais, redes sociais, audiovisual, design gráfico).

O acesso a oportunidades de capacitação e a atividades educativas e culturais foi propiciado, tanto nas comunidades como um todo quanto no Programa de Formação de líderes-mobilizadores, de forma nitidamente transformadora, segundo Silveira (2016). Mecanismos de comunicação estiveram presentes de modo intenso e permanente no desenrolar do projeto, destacadamente durante a formação de comunicadores nas comunidades.

Na dimensão de Gestão Ambiental as ações se concretizaram em "realizações-piloto". Foi feita a arborização urbana e condominial, dada atenção aos resíduos sólidos e na construção da perspectiva de qualificação de novas áreas comuns. A participação dos moradores em ações de educação ambiental (formação/prática) ganhou corpo na dinâmica do DIST Baixada Santista. Isto se verificou especialmente na arborização urbana e condominial, com ativo envolvimento comunitário obtendo resultados com tendência de ampliação no tratamento dos resíduos, sobretudo na reutilização e em grau embrionário no sistema de coleta e reciclagem e na própria requalificação e construção de novos espaços, pensado desde a etapa inicial do projeto. Verificou-se a articulação entre a educação ambiental e a ação comunitária de requalificação de áreas comuns. No território do Guapurá, em particular, as ações na dimensão ambiental tenderam a ganhar

maior vulto, à medida que se ampliaram as ações nos dois residenciais já ocupados e se abriram perspectivas de intervenção em novas áreas contíguas (como a praça junto ao futuro residencial e a área de reserva legal) (SILVEIRA, 2016, p. 141).

4.3.1.2. Salvador (BA)

Figura 81: Foto do empreendimento em Salvador, BA



Fonte: foto retirada da página <https://wikimapia.org/23272581/pt/Loteamento-Bairro-Nov-Salvador-Residencial-Bosque-das-Brom%C3%A9lias-I-IV-V-VI-Residencial-Bairro-Nov-Salvador-II-III-MCMV>. (último acesso 01/07/2019)

O presente empreendimento abordado é composto por seis conjuntos ou condomínios totalizando 2400 unidades habitacionais. A construtora que fez os conjuntos foi a Bairro Novo Empreendimentos, filiada à Odebrecht e voltada para empreendimentos para baixa renda.¹³⁴ As entidades executoras do DIST foram: UFBA (entidade proponente) e UNEB (parceiro estruturante).

O DIST Salvador desencadeou a participação ativa dos agentes locais na condução do processo (articulando ciclos de capacitação com formulação e implementação de propostas para o território). O Projeto também atuou intensamente na articulação de parcerias com outras instituições e projetos em curso, destacando-se os compromissos que foram assumidos por órgãos como: FIOCRUZ, SESC, SENAC, SESI e, em especial, pela Prefeitura de Salvador – com presença ativa da CAIXA nessa interlocução sistemática. O cenário, até 2016, era positivo, especialmente porque as parcerias delineadas estavam se concretizando no compartilhamento de ações

¹³⁴ Mesma empresa envolvida na construção em Campinas (SP) do Residencial Jd. Bassoli. <https://www.fapex.org.br/Fapex/Site/Principal/Noticia/detalhe/id/ILc->. (mesma que realizou o Jardim Bassoli)

estratégicas do projeto, como o processo formativo e a requalificação do ambiente territorial. (SILVEIRA, 2016, p. 132).

Na dimensão da dinamização econômica, o núcleo forte do Projeto foi claramente a qualificação de profissionais e empreendedores que integrava o itinerário formativo inicial. Por um lado, o ciclo “formando empreendedores” criou possibilidade para um futuro desenvolvimento das competências de produção, gestão e acesso à oportunidades (como o crédito), colocando-se também no horizonte do Projeto a possibilidade de uma incubadora de pequenos negócios, como desdobramento do ciclo de formação. Por outro lado, o ciclo “formando profissionais” prometeu a garantia de oferta de cursos de formação técnica e profissionalizante em larga escala e adequada às possibilidades e interesses já identificados no território. Entre os avanços, destacaram-se a identificação de 42 cursos de capacitação e 82 de aperfeiçoamento junto ao SENAC, passíveis de oferta a partir das demandas identificadas no Diagnóstico¹³⁵. Até 2016 estavam em curso às articulações, com FIEP e SESI, que poderiam facilitar inserções no mercado de trabalho. A certificação pela UFBA, por si só, foi um fator de contribuição para novas oportunidades profissionais (SILVEIRA, 2016, p. 135).

O eixo primordial, nessa dimensão, foi a capacitação dos moradores em larga escala através dos ciclos de formação, componentes estruturantes do Projeto. O itinerário formativo relacionou-se com todas as dimensões do DIST, mas a promoção sociocultural foi o seu ponto de partida e fator constante em toda a sua realização. O modelo pedagógico, criado em sintonia com o perfil da população, foi altamente inovador integrando formação vivencial e cultura digital e, sobretudo, articulando o desenvolvimento de capacidades com a ação dos moradores no desenvolvimento do território. O Projeto também atuou direta e regularmente em ações ligadas à educação física e esporte, avançou em ações de formação e animação cultural e preparou, com ênfase especial, os processos de formação de comunicadores e mecanismos de comunicação comunitária, possibilitando empreendimentos, projetos e ações de comunicação com o protagonismo dos moradores (SILVEIRA, 2016, p. 138).

O Projeto avançou significativamente, ao longo de 2014, em uma de suas principais frentes estruturantes: implantação e requalificação das áreas livres e comuns do empreendimento, a partir de uma construção participativa com os moradores do Bosque das Bromélias. O projeto previa parcerias e recursos adicionais, destacando-se:

¹³⁵ Foi realizado durante o DIST, um diagnóstico social, tipo censitário. (RANIERI, 2017)

a articulação com a Prefeitura de Salvador, o que poderia ampliar significativamente os recursos e a escala da intervenção.

4.3.1.3. Queimados (RJ)

Figura 82: Foto do Conjunto Habitacional Valdariosa em Queimados, RJ



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/queimadosrj/5658453073/>

O município de Queimados localiza-se na Baixada Fluminense e integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com uma população aproximada de 138 mil pessoas. Historicamente Queimados serviu, e serve, como “cidade-dormitório” para a região. Recentemente, houve a instalação de um Parque Industrial, o que faz com que o município tenda a iniciar uma vida econômica com maior autonomia. A cidade é cortada pela Via Dutra (Rio-São Paulo), e seu eixo de desenvolvimento está ligado à rodovia, mas em sentido contrário à localização do Conjunto Habitacional Valdariosa.

Queimados é um município com uma sociedade civil local fragilizada, com poucas tradições associativas ou práticas consolidadas de articulação e vocalização de interesses coletivos, conforme diagnóstico institucional realizado pela equipe proponente do DIST (Relatório da Caixa, 2016).

O Conjunto Habitacional Parque Valdariosa é composto por 1500 apartamentos distribuídos igualmente em três condomínios de 25 blocos (edifícios), dispendo, cada um deles, de 20 apartamentos. Cada condomínio é administrado por um síndico eleito pelos moradores.

O DIST Queimados foi executado pelo IETS, entidade proponente, junto com os parceiros estruturantes, IBASE, FASE e MPU. O Projeto ganhou expressiva legitimidade local, mas foi avaliado que seu fôlego dependeria da implantação imediata da Agenda Local - cuja tramitação foi bastante prolongada, segundo relato do proponente (SILVEIRA, 2016), deslanchando após isso, considerando as ameaças existentes no território (atuação de milícias). Registrou-se a participação e o protagonismo dos moradores desde o diagnóstico, a construção da Agenda e a criação de uma nova institucionalidade local, a partir do final de 2014. Foi nos projetos da Agenda Local que se diversificaram as parcerias, muitas delas já asseguradas e geradoras de ambientes de gestão compartilhada, que avançaram com a interlocução junto à Prefeitura de Queimados, cuja consolidação seria fundamental, principalmente para as ações da Agenda que não seriam (nem foram) viabilizadas financeiramente pela ação direta do Projeto. (SILVEIRA, 2016, p. 133).

O Projeto buscou consolidar múltiplas frentes com ações que, até 2016, ainda estavam para ser implementadas pela Agenda Local. Algumas mais asseguradas, como a capacitação em empreendedorismo (parceria com o SEBRAE), a abertura de canais de comercialização e consumo (boxes compartilhados para venda de produtos e serviços e implantação de feira livre no entorno do conjunto habitacional). Outras estavam sendo gestadas em parceria (como a profissionalização de jovens e a oferta de microcrédito) (SILVEIRA, 2016, p. 136).

Na dimensão promoção cultural, até 2016 estavam sendo viabilizados financeiramente quatro projetos da Agenda Local pela ação direta do Projeto DIST envolvendo arte, cultura, desenvolvimento da autoestima coletiva e melhorias no relacionamento entre os moradores do conjunto habitacional e com o entorno. Estes projetos, para além do acesso a atividades educativas e culturais, envolveram questões de identidade, pertencimento e integração social, num lugar em que a fragilidade do tecido social é característica marcante. Tais projetos foram: terapia comunitária (“Encontros com Alegria”, interligando os demais projetos da Agenda Local), cinema na rua, ciclo de oficinas com mulheres e capacitação de jovens em oficinas de grafite (transformando o próprio ambiente físico do conjunto habitacional). Em parceria com a Oi Futuro, um dos espaços existentes no CH Valdariosa seria transformado em um Centro de Referência Cultural (com computadores, biblioteca e animadores

culturais)¹³⁶. Em parceria com empresas privadas e a Prefeitura de Queimados articulou-se ainda a melhoria e vitalização do campo de futebol no entorno e das quadras dos condomínios, constituindo ambientes importantes de referência e convívio. (SILVEIRA, 2016, p. 139).

O maior investimento direto do Projeto DIST foi o projeto “Paisagismo: Espaços colaborativos de convívio social”, pela amplitude da capacitação e requalificação que poderia proporcionar, parte integrante da Agenda Local. A ação envolveu a capacitação de aproximadamente 500 pessoas (entre crianças, jovens e adultos) em oficinas de aprendizagem para a requalificação de três espaços de convivência no CH Valdariosa, articulando arte, paisagismo sustentável com a reciclagem de materiais. Este projeto teria uma forte sinergia com os demais projetos, especialmente o de Terapia Comunitária (“Encontros com Alegria”). Também viabilizada diretamente pelo Projeto e parte da Agenda Local, destacou-se a ação de educação ambiental para o conjunto e entorno, envolvendo um amplo ciclo de oficinas de diagnóstico dos resíduos, introdução de novas práticas e artesanato de material reciclável. Salientou-se também a articulação entre a dimensão ambiental e a econômica, através de oportunidades de geração de renda propiciadas pelos projetos (SILVEIRA, 2016, p. 142).

4.3.1.4. Manaus – AM

Figura 83: Foto do empreendimento em Manaus, AM



¹³⁶ Não se tem informações atualizadas se essa parceria se efetivou.

Fonte: foto de Chico Batata, retirada na página <http://amazonasatual.com.br/moradores-do-viver-melhor-protestam-contraburacos-nas-ruas/>

O residencial, localizado nas imediações do bairro Santa Etelvina, zona norte de Manaus, foi construído pela empreiteira Direcional Engenharia, fruto de uma parceria entre os governos federal e estadual (R\$ 469 milhões financiados pela Caixa e R\$ 81,8 milhões de contrapartida do Governo do Amazonas). A responsabilidade de investir em vias de acesso ao local e nos aparelhos comunitários coube ao governo do Estado. Pela imagem percebemos que o conjunto recorta parte da floresta, o que deveria ser considerado um crime ambiental antes mesmo de ser habitado.

O Projeto DIST foi demandado e desenhado para o território do empreendimento Viver Melhor 1, que abrange 3511 famílias vindas de diferentes lugares da cidade. A entidade proponente foi a Nymuendaju, em parceria com IADH e SEBRAE-AM, parceiras estruturantes.

O Projeto baseou-se na construção de uma estratégia consistente de construção de governança desde sua etapa inicial de implementação. Teve nítido reconhecimento por parte dos moradores, que perceberam o seu próprio envolvimento como de grande importância para a comunidade e avançaram na capacitação e na fidelização de um núcleo atuante de lideranças em expansão, desta forma houve uma participação ativa dos agentes locais na condução do DIST. Houve também uma forte integração com as escolas e com as diversas referências religiosas, bastante presentes no território. Por outro lado, as parcerias político-institucionais foram pontuais: embora canais tenham sido abertos e ações práticas realizadas, não houve um compromisso mais expressivo de parceiros com o desenrolar do Projeto. (SILVEIRA, 2016, p. 133).

O Projeto apresentou resultados evolutivos importantes na qualificação e incremento do empreendedorismo no território (com a incubação de duas cooperativas), contando com avanços progressivos na ampliação de canais de mercado. A qualificação profissional em ofícios específicos ocorreu de forma pontual e localizada, sua evolução dependeria de parcerias que até 2016 não haviam sido formalizadas com as instituições ofertantes.

Foram iniciadas ações na perspectiva do acesso a serviços financeiros, como fundos solidários e microcrédito, tanto no sentido educativo (em forma de encontros de sensibilização e formação), quanto de experimentação inicial (ação realizada com a cooperativa de catadores), tendo a entidade executora se habilitado formalmente para

esta prática, seja na modalidade de banco comunitário, ou na operação de serviços de microcrédito (como o da Caixa Crescer) (SILVEIRA, 2016, p. 136).

O acesso a atividades educativas e culturais foi bastante efetivo na trajetória do Projeto, constituindo um campo fértil de participação local e parcerias. Evidenciou-se significativo envolvimento dos moradores em processos de aprendizagem ligados à saúde preventiva, práticas esportivas e atividades/eventos artístico-culturais (SILVEIRA, 2016, p. 139).

A dimensão ambiental foi fortemente estruturante em todo o desenrolar do Projeto. Além do foco permanente na educação ambiental, e das ações com potencial de contribuição para a qualificação e transformação de áreas comuns (arborização, horta comunitária), a conexão entre aspectos ambientais e geração de trabalho e renda criaram condições para a efetivação de empreendimentos ambientais no território destacando-se, como resultado, a constituição da Cooperativa de Catadores e Artesãos de Materiais Recicláveis, em operação desde 2014 (SILVEIRA, 2016, p. 142).

4.3.1.5. Londrina, PR

Figura 84: Foto do empreendimento em Londrina



Fonte: foto retirada na página da construtora. Disponível em: <http://www.artenge.com.br/noticia/cohab-entrega-mais-200-casas-do-vista-bela>.

Construído pela Artenge/ Construção, Incorporação e Vendas, o Conjunto Residencial Vista Bela conta com 2712 unidades habitacionais (8400 habitantes) sendo caracterizado por dois tipos diferentes de Unidades Habitacionais: 1272 casas e 1440 apartamentos distribuídos em blocos residenciais de 4 andares.

O DIST Londrina foi executado pelo Instituto Pólis (entidade proponente) e Instituto Fazer (parceiro estruturante). Os resultados obtidos pelo DIST descritos no balanço realizado foram bastante vagos. O relato enfocou que o projeto propiciou a afirmação de um olhar propositivo sobre o território, voltado para sua transformação por meio da organização e gestão dos próprios moradores e, necessariamente, em muitos itens priorizados, por meio da pactuação com o poder público. O processo participativo de construção e a consolidação da Agenda DIST foram os resultados fundamentais, conquistas relevantes da trajetória do Projeto em 2014. (SILVEIRA, 2016, p. 133).

As ações na dimensão da dinamização econômica estavam em fase inicial, conjugando o encaminhamento das proposições da Agenda Local (para o poder público e outros parceiros), bem como a articulação da oferta de serviços especializados, com uma ampla diversidade de cursos de qualificação profissional, e a perspectiva estratégica de um trabalho com a Incubadora (SILVEIRA, 2016, p. 136).

Houve expressivos resultados de percurso, com grande adesão na viabilização de um dos principais focos do projeto: a reinserção de jovens e adultos no sistema escolar, de modo articulado ao acesso a cursos de qualificação profissional. A formação prática de comunicadores, a partir do Comitê Gestor composto por moradores, também registrou avanços significativos, com a participação em oficinas, a elaboração da cartilha do DIST, a confecção do jornal comunitário e a construção de um blog. (SILVEIRA, 2016, p. 139).

Ações relevantes inseridas na Agenda DIST ocorreram, relacionadas ao ambiente natural e construído. Seus usos cotidianos e suas possibilidades de transformação, abrangendo os três bairros onde se concentraram as ações do Projeto. Envolveram a gestão dos resíduos, aspectos de conforto e segurança, a educação ambiental e a revitalização de áreas. Esta última conectando-se diretamente com as demandas de lazer, convivência e integração social. Assim, como nas demais dimensões (econômica e sociocultural) todas as propostas envolveram iniciativas tanto da comunidade quanto do poder público, o que evidenciou o caráter estratégico da articulação com a administração pública municipal, tendo a Agenda DIST como principal instrumento e referência (SILVEIRA, 2016, p. 142).

4.3.1.6. Rio Branco, AC

Figura 85: Foto dos empreendimentos em Rio Branco



Fonte: Cidade do Povo. Foto: Sergio Vale/Secom/Acre (em <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradoria-denuncia-g7-por-fraude-no-minha-casa-minha-vida-no-acre/>)

Feito pelo grupo G7 de empreiteiras até o momento da execução do DIST I haviam sido entregues 514 unidades habitacionais (cerca de 2 mil habitantes) distribuídos em 3 conjuntos residenciais de casas unifamiliares: o Residencial Eldorado, Novo Eldorado I e Novo Eldorado II (os 3 loteamentos são horizontais e descontínuos).

A Entidade Executora do Projeto DIST foi a Ciranda - Cultura, Comunicação e Meio Ambiente, uma entidade do Acre. O balanço feito em 2014 mostrou um pessimismo quanto aos resultados obtidos pelo DIST. O Projeto encontrou-se em um movimento ascendente, mas sua vigência está praticamente encerrada (tendo sido encaminhada uma dilação de três meses, até fevereiro de 2015). O que ocorreu, quanto ao potencial endógeno, foi um envolvimento amplo e difuso (despertar da autoestima coletiva, mudança de atitudes, percepção da abertura de oportunidades), mas não uma capacidade de autogestão e articulação de fato presente no território, de modo que a comunidade já pudesse conduzir a necessária continuidade das ações. Outro traço marcante foi o diversificado leque de parcerias e recursos articulados para as ações na comunidade, o que não significou um compromisso expresso de parceiros com o desenrolar do Projeto. Mudanças positivas ocorreram, não deixará de haver legados, porém o horizonte registrado até aquele momento não estava claro. Não teria havido condições de sustentabilidade na dimensão estruturante da governança, o que afetou o processo como um todo. (SILVEIRA, 2016, p. 134).

A dinamização econômica do território teve como foco central do Projeto o envolvimento com a qualificação profissional (efetivada através de cursos e da assessoria da equipe do Projeto), a criação de empreendimentos (efetivada

especialmente nas áreas de permacultura, corte e costura e serviços de estética) e oportunidades de comercialização de produtos e serviços. Estes elementos incidiram sobre a geração de trabalho e renda contribuindo para a afirmação do território, mas cuja sustentabilidade não foi (nem seria) automática, pois dependeria de todo um campo de articulações e apoios diretos. Neste sentido, o término do projeto com a Caixa/FSA deixou como risco e desafio a sustentabilidade dos projetos (SILVEIRA, 2016, p. 137).

A dimensão sociocultural se desenvolveu no projeto como um eixo de conexão ao articular aspectos ambientais, aspectos econômicos e, especialmente, aspectos ligados à integração social, à identidade e à maior apropriação do território pelos moradores (além do acesso a oportunidades educacionais). Comunicação, arte e cultura foram as vias principais de mobilização e pedagogia do Projeto. O ambiente do Circo, que começou a operar em setembro (de 2014), já era emblemático e ao mesmo tempo extraordinário, no sentido de se mostrar como catalisador, referência e símbolo de integração de ações de várias naturezas conectadas pelo território. Mas não foi o “circo em si”, foi a percepção de que a comunidade, ela mesma, poderia ser o “espetáculo”. Tratou-se de um movimento ascendente (um vir-a-ser), mas que defrontou com a incerteza sobre o que seria possível depois do DIST. A ideia era de que a comunidade se fortalecesse para ter voz e se empenhasse na continuidade do que havia sido iniciado (inclusive do próprio circo como ambiência de desejo, encontro e desenvolvimento compartilhado) (SILVEIRA, 2016, p. 140).

A educação ambiental revelou-se uma ação sistemática, cotidiana e exitosa do Projeto (com toda a comunidade e, especialmente com as crianças). Iniciativas foram viabilizadas pelo Projeto, como uma horta comunitária em área institucional, assim como o circo, também em área institucional. Estes demonstraram ser ações de requalificação e apropriação dos espaços pela comunidade. A gestão dos resíduos (além da aprendizagem em ofícios de reciclagem) foi uma tônica do Projeto, com forte experiência acumulada pela instituição executora, inclusive na articulação entre ação ambiental e geração de renda, tanto para os moradores, quanto para a comunidade como um todo.

A maior consciência ambiental é algo que não se perde, um legado que não se desinstala facilmente. Mas que não deixa de requerer novas ações de animação, articulação e implantação de atividades/empreendimentos — pelas vias que forem abertas, pelos novos apoios e projetos de desdobramento que se viabilizarem, pelos recursos técnicos e financeiros que vierem a ser aportados (considerando a finalização do Projeto com recursos do FSA) (SILVEIRA, 2016, p. 143).

4.3.1.7. Arapiraca, AL

Figura 86: Foto do Residencial Brisa do Lago, em Arapiraca.



Fonte: OFICINA DIST, 2014

O Residencial Brisa do Lago localiza-se em Arapiraca, o segundo maior município de Alagoas, a 126 km da capital Maceió. O plano diretor do município incorporou, à zona urbana, muitos povoados até então considerados zona rural, como foi o caso do Residencial, formado por 1868 residências (casas), a 5 km da cidade, com transporte regular. A sua ocupação foi iniciada em 2011 e finalizada em 2012. A empresa responsável pela execução da obra foi a Engenharq, localizada no próprio estado de Alagoas.

Os DISTs realizados em Alagoas e Goiânia foram executados pelo IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano¹³⁷ e foram obtidos avanços expressivos na construção da governança territorial no DIST Brisa do Lago. Na articulação institucional destacaram-se uma maior internalização e apropriação progressiva a partir das conexões conduzidas pelos próprios grupos locais e a criação de um novo patamar de envolvimento da Prefeitura Municipal com a realização de módulos de capacitação com técnicos de três Secretarias. Na organização dos atores territoriais, salientaram-se a afirmação e a proatividade dos grupos locais, bem como o fortalecimento do Grupo Gestor (pela prática associada ao processo de capacitação), e a construção de um primeiro desenho de agenda local compartilhada. Por outro lado, houve o claro desafio de ampliar o envolvimento da população do Residencial como um todo, sobretudo dos jovens, no processo do DIST (SILVEIRA, 2016, p. 134).

¹³⁷ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que atua no desenvolvimento de “capacidades de pessoas e organizações em estratégias e processos de desenvolvimento local sustentável”. <https://www.iadh.org.br/sobre/>

Pauta do estágio inicial naquele momento, o eixo dinamização econômica já havia assumido um protagonismo importante da agenda local pelo Grupo Gestor (constituído pelos atores territoriais que estavam mais à frente das ações do DIST). Foi fortemente ancorado no fortalecimento dos grupos de interesse originados nas oficinas promovidas pelo Projeto. Tais grupos ainda estavam ganhando corpo (em diferentes estágios de consolidação) com empreendimentos coletivos em diferentes ramos de atividade, que poderiam ser também incubados de forma mais sistemática pelo Projeto, nos seus desdobramentos em 2015¹³⁸. . Complementarmente, estavam sendo iniciadas ações formativas para empreendimentos individuais. Por sua vez, a questão dos pequenos comércios ali existentes ainda não havia entrado na pauta das discussões (a não ser pela manifestação da demanda por serviços básicos, como farmácias e serviços bancários, de cuja ausência os moradores reclamam) (SILVEIRA, 2016, p. 137).

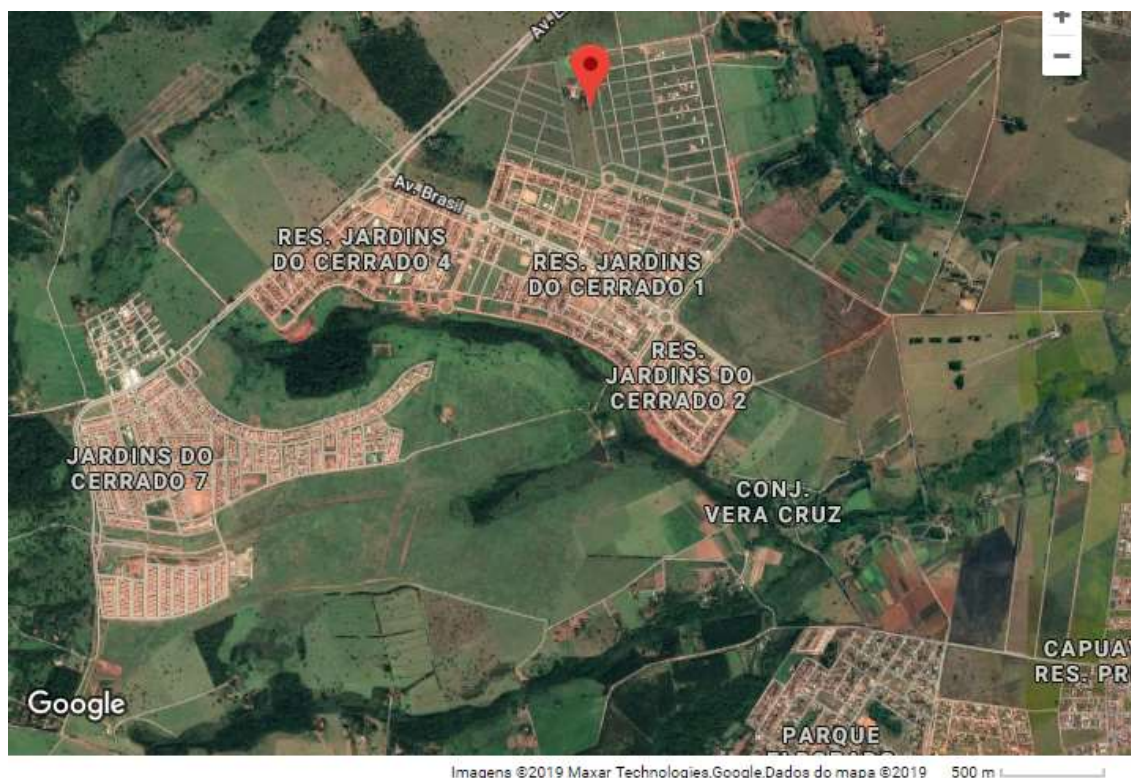
O Projeto trouxe resultados expressivos no desenvolvimento de capacidades, por parte dos atores territoriais mais diretamente envolvidos com ele, e na construção do protagonismo local na gestão de todo o processo do DIST. Trouxe também avanços organizacionais associados às questões de lazer, cultura e esporte. Por outro lado, enfrentou dois desafios cruciais: a apropriação (e melhoria) dos espaços de convivência e circulação, em face de um quadro de violência instalada, e o desafio da comunicação, tanto para a ampliação da adesão ao DIST no território como um todo, quanto para um envolvimento mais direto e ativo dos jovens, inclusive no sistema de governança em construção (SILVEIRA, 2016, p. 140).

Desde a sua concepção original, a dimensão ambiental foi enfatizada pelo Projeto. Apareceu nas demandas comunitárias iniciais (associada às questões de convívio e lazer), passou, pelo estímulo, à formação de um grupo de interesse específico e veio a se incluir nas prioridades definidas pelo Grupo Gestor (atores do território), a partir de novembro de 2014. Demorou a ser apropriada e reconstruída pelos agentes locais, até o momento do relato se apresentava ainda em estágio embrionário. (SILVEIRA, 2016, p. 143).

4.3.1.8. Goiânia, GO

¹³⁸ Não há informações sobre os desdobramentos.

Figura 87: Imagem do empreendimento em Goiânia



Fonte: Google Earth, 2019.

Em Goiânia totalizam-se 1808 unidades habitacionais nos 7 residenciais: Jardim do Cerrado I, II, III e IV; Mundo Novo e; Jardim do Cerrado VI e VII. Localizados na região Oeste de Goiânia, os empreendimentos foram entregues em 2011, e são caracterizados pela tipologia de sobrados multifamiliares (loteamento horizontal) com 2 a 4 unidades habitacionais por edificação.

O DIST Goiânia foi executado pelo IADH como entidade proponente e destacou-se como um dos projetos com avaliação mais positiva até aquele momento. No ano de 2014 haviam avanços altamente expressivos na dimensão da governança territorial, que se expressaram nos seguintes resultados: a constituição inicial de um Colegiado Territorial (Comissão Provisória de Gestão Social do Território); a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado Sustentável Territorial - PDIST (em estágio avançado); a constituição do Fórum e do Pacto Interinstitucional, já em interlocução e sintonia com a Comissão Provisória e; compromissos que estavam sendo estabelecidos para a instalação e funcionamento da Incubadora. (SILVEIRA, 2016, p. 134).

A dinamização econômica deveria ocorrer em alinhamento com o Plano de Desenvolvimento (PDIST) e teria como suporte o funcionamento da Incubadora (ITEP),

cuja instalação proporcionaria uma articulação e um grande impulso a todas as iniciativas (não há informações se lograram essas ações). O documento descreve que estavam comprometidos apoios institucionais em diversas frentes, como por exemplo, nos temas: regulação de espaço para viabilização de atividades comerciais; fomento a um APL de confecções; ofertas de cursos profissionalizantes em diferentes áreas. Outros apoios institucionais viriam no sentido de apoio no processo de auto-organização dos agentes territoriais (havia sido criados Grupos de Interesse “Artesanato” e “Pequenos Negócios”, que incluiria no seu plano de ação a formação de duas cooperativas e de um centro de comercialização, entre outros itens) (SILVEIRA, 2016, p. 137).

A promoção sociocultural também deveria ocorrer em alinhamento com o Plano de Desenvolvimento (PDIST) e teria como suporte o funcionamento da Incubadora (ITEP), cuja instalação proporcionaria uma articulação e um grande impulso a todas as iniciativas, porém não há informações sobre a efetivação dessas pretensões. Estavam comprometidos apoios institucionais em diversas frentes, como por exemplo, para a construção de um CEU, um centro de iniciação ao esporte e uma praça, mas também para a inserção em programas específicos das secretarias municipais de cultura, educação, inclusão digital para idosos, assessoria e financiamento de pequenos projetos de economia criativa no território. No processo de auto-organização dos agentes territoriais foram criados os Grupos de Interesse “Idosos” e “Cultura, Esporte e Lazer” (SILVEIRA, 2016, p. 140).

Para além das ações que haviam sido iniciadas, a gestão ambiental deveria ocorrer também em alinhamento com o Plano de Desenvolvimento (PDIST), e obtendo sustentação da Incubadora (ITEP), afinal a instalação dela também impulsionaria ações ambientais. Não há dados sobre o desdobramento dessas ações. Os apoios institucionais se complexificariam (incluindo qualificação de novos espaços no território) e constituídos os Grupos de Interesse, “Horticultura”, “Saúde e Meio Ambiente” (SILVEIRA, 2016, p. 143).

4.3.1.9. Campinas, SP

Figura 88: Foto Jd. Bassoli em Campinas



Fonte: foto retirada da página <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/11/bairro-do-programa-do-governo-fica-sem-saude-e-educacao-diz-estudo.html>

Construído pelo Bairro Novo, uma empresa do grupo Odebrecht, o Residencial Jardim Bassoli¹³⁹ é um conjunto formado por 119 edifícios em 19 condomínios, totalizando 2380 apartamentos. Contrariamente ao que propunha o programa, a demanda que ocupou o bairro foi de 100% de famílias retiradas de áreas de risco, advindas de Campinas e região.

A ocupação dos edifícios nos condomínios foi feita por sorteio, sem a precaução de manter famílias da mesma comunidade em um mesmo edifício ou condomínio, o que naturalmente dificultou a criação de vínculos e formação de comunidade. Os residentes do empreendimento encontram-se prejudicados pela distância do centro da cidade, dos postos de trabalho e os espaços livres públicos são pouco apropriados, contando com poucos equipamentos públicos ao redor. Não foram devidamente projetadas e equipadas as áreas que seriam espaços de lazer.

¹³⁹ Este é um dos bairros em que aprofundaremos a sua condição e situação atual, por ser parte do estudo de caso selecionado.

Em Campinas o DIST I foi realizado pelo Instituto Pólis (entidade proponente) e junto com a parceira estruturante Demacamp¹⁴⁰. A partir dessa parceria foram realizados trabalhos de minimização dos impactos negativos resultantes do mau planejamento e execução desse empreendimento imobiliário. Segundo depoimento de Caio Silveira (2019), o Jardim Bassoli era considerado o empreendimento mais problemático dentre os selecionados.

O balanço feito em 2016 identificou, na dimensão Governança Territorial, que a legitimidade do Projeto no Jardim Bassoli foi uma realidade, tendo sido fortalecida pelos resultados obtidos com a Agenda Emergencial que propiciou um calendário imediato de reparação das patologias construtivas, nos condomínios e em cada unidade habitacional. As ações do DIST I reverberaram e até auxiliaram para a efetiva e conquista de avanços no DIST II. Até novembro de 2017¹⁴¹ um perito vistoriou apartamento por apartamento, identificando o que eram patologias construtivas de responsabilidade da construtora e o que seriam desgastes ou estragos por mal-uso por parte dos moradores. Houve na época uma significativa adesão dos moradores e crescente protagonismo local na condução das Agendas (Emergencial e DIST). Outros avanços são visíveis no bairro, como o início da construção do Posto de Saúde em 2019, como resposta da legítima organização e luta dos moradores que ganharam mais visibilidade¹⁴².

Na dimensão Econômica ou geração de renda foram combinadas demandas e ações organizativas dos moradores com articulação de parcerias e interlocução com o poder público. Como parte da Agenda DIST, o Projeto atuou na regularização e consolidação de pequenos empreendimentos (integrado à requalificação do ambiente do Jardim Bassoli), na ampliação do acesso dos moradores a bens e serviços, na constituição de empreendimentos de economia solidária, no acesso à comercialização e nas oportunidades de formação profissional. (SILVEIRA, 2016, p. 135). Algumas dessas ações, apesar de não terem continuidade, ecoaram para a posterior constituição de grupos de produção de artesanato, na segunda edição do DIST.

¹⁴⁰ Empresa existente desde 1999. Desenvolve trabalhos nas áreas de Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo e conta com uma equipe multidisciplinar composta por engenheiros, arquitetos, agrônomos.

¹⁴¹ Esta foi uma ação que envolveu o Ministério Público Federal no processo, que resultou em enorme laudo apresentado em 2018 ao MP, por parte da construtora que, em tese, deveria arcar com as consequências da má execução das obras.

¹⁴² Importante esclarecer que a vinda do Posto de Saúde no bairro não necessariamente tem a ver diretamente com o DIST. Porém é inegável que a vinda do DIST no bairro fez com que ganhasse visibilidade frente a cidade.

Como Promoção Sociocultural foi realizado um ciclo de oficinas. Nos 19 condomínios foi dada grande ênfase na criação de ambientes de lazer, esporte e cultura, tendo sido parte de um dos centros de ação da Agenda DIST. Criou-se uma comissão de moradores para esta finalidade e seu percurso apresentou avanços expressivos, alguns não foram efetivados, apenas permaneceram em projeto, como foi o caso do detalhamento da requalificação junto com os moradores das áreas públicas e condominiais (SILVEIRA, 2016, p. 138). Foi implementada uma praça, durante o DIST I, para incremento da área de lazer, mas atualmente, por falta de manutenção e cuidados, apresenta-se degradada e sem manutenção. A título de curiosidade, essa praça gerou grande polêmica entre os moradores do bairro e os envolvidos no projeto, pois foi divulgado o valor gasto com a obra de um milhão de reais, indicado com uma placa na praça. Os moradores se mostraram indignados com o alto valor gasto e durante o DIST II, alguns deles questionaram o valor gasto por algo que não reconheciam e não possuíam vínculo e identidade. Demonstraram bastante desconfiança durante as primeiras visitas.

No campo da ação ambiental, integrada às dimensões socioculturais e econômicas, foi proposta a requalificação das áreas públicas e condominiais através de um projeto de curto prazo, o mais ambicioso da Agenda DIST, que contava com desenho técnico consolidado e implantação encaminhada até 2016. A implantação efetiva deveria ser feita em etapas, que deveria incluir o compromisso de destinação de dívidas de empresas (TACs), sob gestão do BAV – Banco de Área Verdes, naquela época parceiro direto da ação. E foi realizado um desenho técnico (urbanístico-arquitetônico) desenvolvido por meio do Projeto, validado juntamente à comissão de moradores (SILVEIRA, 2016 p. 141). Porém essa parceria com a Secretaria do Verde não foi efetivada e a ação permaneceu em projeto. Até o final da implementação do DIST II (2018) não logrou acontecer essa ação.

4.4. Considerações do capítulo

Pode-se dizer que há semelhanças entre os diagnósticos e as ações dos diferentes Projetos DIST I, em relação às suas dimensões. Isto devido ao fato de todos esses territórios apresentarem deficiências que são sintomáticas dos conjuntos habitacionais do PMCMV. As similaridades verificadas nos contextos territoriais foram: perfis

populacionais heterogêneos; baixa aderência identitária aos novos territórios habitados; dificuldades de manutenção financeira dos domicílios (modelo de moradia condominial demasiadamente oneroso para as famílias com renda até 3 salários mínimos); empreendimentos localizados no limite ou até mesmo fora do perímetro urbano; áreas incipientes de infraestrutura urbana pública básica; ausência de serviços e comércios (os existentes encontram-se majoritariamente em situação irregular junto às prefeituras); significativa presença de atividades econômicas informais nos conjuntos e seus entornos.

Dentre as similaridades verificadas nas estratégias DIST que foram adotadas nos diferentes territórios, encontram-se as seguintes:

- foco em educação, formação e capacitação dos moradores, através de oficinas, cursos livres, e/ou cursos profissionalizantes;
- geração de renda, incentivando o empreendedorismo individual e coletivo com oportunidades de ganho;
- requalificação territorial, para e conjuntamente com os diferentes públicos, promovendo maior segurança e melhor uso dos espaços públicos, do entorno, dos espaços de uso comum e das áreas institucionais dos condomínios com finalidades diversas.

Observando cada dimensão separadamente, pode-se concluir que: a componente governança territorial teve um papel preponderante sobre o sucesso na consecução dos objetivos propostos, afetando negativamente todas as demais dimensões quando fracamente estruturada; houve grande convergência entre os projetos de requalificação dos espaços físicos com os objetivos de gestão ambiental, geralmente associados também à questão econômica ou cultural; o estabelecimento de parcerias com entes externos foi fundamental para angariar fundos e oportunidades; também ocorreu a mobilização e o comprometimento dos agentes locais com o desenvolvimento territorial, e de suas próprias capacidades, ampliando-se através do acúmulo continuado de realizações bem-sucedidas no território em todas as dimensões.

No próximo capítulo será apresentada a experiência do DIST II Campinas, que foi concretizada entre os anos de 2016 e 2018, com a participação direta da pesquisadora como técnica colaboradora na execução do projeto. Serão apresentados os 3 bairros que receberam o DIST II, bem como suas características e peculiaridades no que tange aos espaços públicos.

CAPÍTULO 5

5. “De perto e de dentro”¹⁴³: Participar para transformar - DIST II em Campinas: Uma escola de transformação para comunidades empreendedoras

“quando o arquiteto vira antropólogo” (Carlos Nelson).

Esse capítulo tem como proposta descrever como foi a experiência DIST II em Campinas – que recebeu o nome de Escola de Transformação para comunidades empreendedoras – detalhando suas estratégias, ações, desafios e resultados. O foco será dado com maior ênfase às intervenções ocorridas durante as vivências Oásis, nos territórios. Esta tarefa se fará mediante a análise de alguns aspectos específicos, no que tange à intervenção nos espaços públicos e demonstraremos os resultados obtidos nos territórios¹⁴⁴.

O Diálogo entre as intervenções dos PUIs em Medellín e o trabalho realizado nos três empreendimentos em Campinas, permitiu uma aproximação real do objeto estudado, juntamente com os sujeitos envolvidos. Entendendo estes sujeitos como sujeitos, e não apenas como parte do objeto, não realizando uma distinção clara entre sujeito e objeto, considerando ambos em constantes transformações juntamente com a pesquisadora. (PINTO, 2016).

O título sugestivo do capítulo “de perto e de dentro” carrega o sentido da visão do trabalho de quem está envolvido e tem um olhar de dentro, reconhecendo uns lugares de fala constantemente presentes que em determinado momento, se distancia para perceber aspectos que não seriam possíveis ver de outro lugar. O método utilizado para escrever esse capítulo foi o resgate de relatos de diário de campo, memórias de grupos, relatórios de equipe, mapas e materiais disponibilizados pela Demacamp e Instituto Elos (que só seriam possíveis ter acesso “de dentro”), bem como serão instrumentalizados

¹⁴³ Expressão retirada do texto de Magnani, José G. C. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. Publicado originalmente na Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 17, n. 49 - São Paulo, junho de 2002. No texto o autor aborda a etnografia como umas das maneiras adequadas para analisar as cidades, comum na antropologia urbana, bastante pertinente a pesquisa.

¹⁴⁴ Não são aprofundadas todas as estratégias e metodologias usadas durante o percurso, mas resgataremos as que mais dialogam diretamente com a questão da intervenção territorial, que no caso do DIST II Campinas, foi a Vivência Oásis e, num segundo momento, uma adaptação dela.

trabalhos acadêmicos, depoimentos coletados de agentes públicos e outros atores sociais, que em um segundo momento serão analisados de forma a combinar esses elementos em uma única análise, tanto dos empreendimentos, como dos resultados obtidos pelo Trabalho Social, mais precisamente no capítulo 7 *Análise dos resultados*. No total foram coletados cerca de 23 depoimentos com agentes públicos e realizadas mais de 200 entrevistas com moradores, o que permitiu perceber e analisar os vários olhares sobre o processo. A partir destes dados teremos uma perspectiva sobre os atores envolvidos no PMCMV em Campinas e uma visão ampliada do que foi o DIST II Campinas sob os diversos olhares e quais os resultados gerados nesses locais.

Estão descritas as metas programadas pelas instituições proponentes do projeto e em seguida serão explanadas as realizações dos trabalhos efetuados durante as Vivências Oásis, que serviram como base metodológica para intervenção nos espaços públicos.

5.1. Projeto DIST II a experiência em Campinas: Uma escola de transformação para comunidades empreendedoras¹⁴⁵

Como ambas as instituições, tanto o Elos como a Demacamp haviam participado do DIST I conseqüentemente possuíam um acúmulo de experiência, em virtude dos anos de trabalhos realizados no âmbito urbano social, porém desta vez inauguraram uma parceria nessa implementação, como executora e parceira estruturante respectivamente.

O contrato entre as entidades estabelecido com o FSA-CAIXA tinha vigência prevista até julho de 2018, porém, o projeto na prática, se estendeu até meados de agosto de 2018. Sua finalização oficial se fez com o Festival de Comunidades Empreendedoras II, que foi em junho de 2018, mesmo com algumas atividades finalizadas apenas após esse período, como a inauguração da associação de moradores do Vila Abaeté, que não estava prevista no contrato¹⁴⁶.

O DIST II Campinas combinou a realização bastante detalhada da leitura integrada socioterritorial dos empreendimentos, com a mobilização social e intervenção nos mesmos¹⁴⁷, afinal “é na escala local, e em particular intraurbana, que as

¹⁴⁵ A escolha desses empreendimentos se deu pela dupla atuação da pesquisadora, como arquiteta colaboradora do DIST II pela Demacamp (empresa estruturante do DIST II Campinas), e investigadora do objeto de pesquisa.

¹⁴⁶ Ainda que a sede da associação não faça parte das ações previstas no DIST, ela pôde acontecer devido a diversas ações realizadas durante o a execução do projeto.

¹⁴⁷ Segundo Caio (SILVEIRA, depoimento 2019), os DISTs em Campinas (tanto o primeiro como o segundo) foram os que realizaram uma análise urbanística mais completa do território, associando as

reestruturações podem se fazer de modo mais completo” (SOUZA, 2016, p.107). A segunda intervenção se baseou no repertório de trabalhos anteriormente realizados por cada instituição durante o DIST I. A segunda edição do DIST em Campinas teve como objetivo buscar a transformação dos residenciais a partir dos sonhos que os moradores têm para o seu bairro, fortalecendo o senso de comunidade por meio de cursos, oficinas, encontros, projetos comunitários, fomentando parcerias locais e na criação de oportunidades de integração entre os residenciais e a cidade de Campinas. Incentivando um processo de mobilização comunitária, apoiando os moradores a se tornarem agentes ativos na transformação do território, sendo responsável pela melhoria das condições urbanas, ambientais, econômicas, sociais, políticas e institucionais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias através da materialização de sonhos comuns utilizando a Filosofia Elos.

As atividades foram previstas para início de julho de 2016 e término em julho de 2018. Foram elaboradas 6 metas¹⁴⁸ que logravam realizar os objetivos propostos. Foram elas:

1. Execução de atividades preparatórias e mobilização da rede intersetorial no entorno dos empreendimentos, para levantamento de informações e início do processo de desenvolvimento territorial.
2. Mobilização dos 03 empreendimentos e início do processo formativo com a realização das Vivências Oasis¹⁴⁹, culminando com a implementação de intervenções físicas para alavancagem do desenvolvimento territorial e empreendedorismo comunitário.
3. Acompanhamento e apoio na execução de estratégia e motivação dos grupos comunitários engajados em cada empreendimento, através da construção de um repertório “inspiracional” de possibilidades e do fortalecimento do vínculo com a rede intersetorial do entorno.
4. Fomento à articulação entre a rede de territórios e a agenda de formações vivenciais para moradores e parceiros territoriais em prol do desenvolvimento de habilidades comportamentais e técnicas em diferentes linhas.

micro e macro regiões, ou seja, a conexão dos empreendimentos com o entorno imediato e com a cidade. Isso se deve pelo fato da experiência e expertise da empresa Demacamp sobre diagnósticos urbanísticos, pelo seu profundo conhecimento sobre a cidade.

¹⁴⁸ Essas metas, bem como a descrição de cada uma foram retiradas do Plano de Trabalho e do Quadro de Composição do Investimento (QCI).

¹⁴⁹ Metodologia que será aprofundada mais adiante nesse mesmo capítulo.

5. Consolidação dos projetos, grupos comunitários e desenvolvimento do planejamento plurianual, contando com ações de acompanhamento e dos projetos comunitários, através de Oficinas Práticas Especializadas - divididas nas áreas de atuação dos empreendimentos.

6. Divulgação do DIST Campinas, gerenciamento do plano de trabalho, avaliação e sistematização da experiência (esta meta permeou toda a execução do DIST II).

Prevista e realizada até final de janeiro de 2017¹⁵⁰, em cumprimento da primeira meta, foi realizado o diagnóstico urbanístico¹⁵¹ dos territórios com o levantamento de informações gerais do contexto local. Nos diagnósticos estão contidos o mapeamento da situação atual em relação a: infraestrutura básica (áreas de lazer e áreas verdes); cultura e esportes; redes sociais (saúde, educação assistência social, segurança pública), bem como uma análise da quantidade e qualidade dos equipamentos existentes; levantamentos das áreas vazias e subutilizadas dos conjuntos e do entorno, dos espaços livres de caráter público, bem como os condominiais internos de cada conjunto. Esses dados obtidos pelo diagnóstico auxiliaram depois a leitura integrada e a escolha de locais possíveis para intervenção no território.

Depois de prontos, realizaram-se as reuniões com os moradores do Sirius e do Abaeté para apresentar o conteúdo e validar as informações. No total foram realizadas 24 reuniões em quase todos os condomínios do Sirius e Abaeté (em alguns dos condomínios não foi possível viabilizar). Essa devolutiva, além de apresentar e validar as informações do diagnóstico, teve como proposta o levantamento de demandas sobre os espaços urbanos dos conjuntos. Como apresentada no capítulo 2, as demandas são muitas e de diferentes naturezas.

Para o cumprimento da meta 1, também foram feitas articulações iniciais nos territórios, levando em consideração seu entorno e as instituições/organizações¹⁵² da

¹⁵⁰ Como o Jardim Bassoli já havia sido contemplado no DIST I, esse diagnóstico já havia sido feito em 2013, portanto foram feitos diagnósticos para o Sirius e Abaeté.

¹⁵¹ Nesta etapa foram realizadas visitas aos territórios, diferentes órgãos públicos e outras organizações para realização do levantamento e mapeamento de informações. Foram feitas análises de ações prioritárias e de maior impacto, que estavam previamente destinadas nos orçamentos públicos para região. Foram avaliados os espaços urbanos dos conjuntos habitacionais (condomínios, ruas, calçadas e áreas públicas). Todo esse levantamento e análises culminaram na formação do Diagnóstico Urbanístico.

¹⁵² Foram contatadas mais de 50 instituições. Algumas realizaram parcerias formais, outras informais, mas houveram muitas que não estabeleceram nenhum tipo de parceria. Dentre as que estabeleceram parceria há aquelas que permanecem parceiras até hoje. Destaca-se ainda, parcerias estabelecidas no âmbito municipal, como a Secretária de Cultura que, posteriormente cedeu um espaço por um determinado tempo para realização de um dos projetos apoiados no Bassoli; na esfera federal podemos mencionar a atuação do Ministério Público Federal, na cobrança de pendências que a construtora deveria cumprir, como Termos de Acordo e Compromisso. Ocorreu uma parceria importante entre um grupo de

cidade. Isso foi realizado através de visitas individuais e encontros com moradores, síndicos locais, organizações e agentes públicos para identificar: o cenário, lideranças afetivas, espaços para atividades, tanto nos 3 bairros quanto na cidade. Ocorreram reuniões de apresentação e abertura de inscrição para diferentes públicos, acompanhamento, gerenciamento e monitoramento das inscrições, convidando para participação da Vivência Oasis, abrindo a possibilidade de parcerias com bairros vizinhos, escolas, universidades, governo, empresas, fundações e institutos etc. Desta forma, enquanto se fazia uma articulação em campo, com os moradores, lideranças e instituições, ao mesmo tempo foi definido o conceito da comunicação e realizada a produção de materiais de divulgação, e materiais pedagógicos do projeto.

As estratégias de ações previstas na meta 2 para serem realizadas entre os meses de janeiro a março de 2017, foram realizadas primeiramente no Sirius e no Abaeté, e posteriormente no Bassoli¹⁵³. Após as vivências em cada bairro, foi feito um evento aberto denominado Encontro de Futuro. Este encontro teve como objetivo o fortalecimento das redes de cooperação junto às comunidades e integração de diferentes atores de diversos setores para a criação de uma visão de futuro e construção das bases dos planejamentos para os territórios.

Entre os meses de abril de 2017 até o início de 2018, foram previstos e realizados encontros temáticos em cada empreendimento, como previsto na meta 3: as “Jornadas de Inspiração”, que consistiu em visitas à 4 experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local ou empreendimentos solidários, que teve a finalidade de ampliar a visão do projeto em diferentes comunidades, unindo moradores dos 3 empreendimentos; a “Jornada de aprendizagem”¹⁵⁴, para ampliar o repertório dos participantes na temática do desenvolvimento local, apresentando experiências inspiradoras; a construção da iconografia¹⁵⁵ e identidade local; e evento de fortalecimento das redes de cooperação junto às comunidades, integrando diferentes

mulheres costureiras do Bassoli com os Correios, através da doação de roupas e assessórios para confecção e customização de vestimentas para ciclistas. Outras parcerias relevantes foram com a FEAC (Federação das Entidades Assistenciais de Campinas), a Fundação Educar (Dpaschoal), e a Rede Minha Campinas.

¹⁵³ A Vivência Oásis no Bassoli teve a parcela liberada após ajustamento e fechamento do DIST I.

¹⁵⁴ A “Jornada de aprendizagem” consistiu em oficinas de áudio visual para jovens, como estratégia de mobilização da juventude, promovendo leitura e integração dos territórios, bem como o cultivo em rede da comunicação comunitária. Foi contratada uma equipe de Campinas – Curta Jovem – com essa expertise. Também fora foram realizadas durante a jornada Feiras de Inspiração com o objetivo de divulgar boas práticas de empreendedorismo comunitário e cultivar o senso de comunidade empreendedora.

¹⁵⁵ A Iconografia comunitária consistiu na construção de 3 marcas ou identidades visuais (uma para cada território).

atores dos setores público e privado nas atividades. O evento mais expressivo da terceira meta foi o “Festival de comunidades empreendedoras”.¹⁵⁶

A partir de janeiro de 2018, dentro do que foi previsto na meta 4, foram realizados: cursos para desenvolvimento pessoal¹⁵⁷; assessoria Jurídica e Formalização de entidades jurídicas locais (como a associação de moradores, por exemplo); elaboração de projetos piloto; reaplicação da vivência oásis (nos 3 bairros); e implementações de ações em espaços públicos.

Aa meta 5 teve como objetivo: desenvolver e aprimorar os produtos e serviços pilotos dos empreendimentos, (projetos comunitários selecionados para receberem apoio durante o DIST II); realização de eventos abertos para o fortalecimento das redes de cooperação junto às comunidades, integrando diferentes atores dos setores público e privado, organizações sociais e voluntários nas atividades, como por exemplo, o Festival de Comunidades Empreendedoras de Campinas – 2a. Edição¹⁵⁸.

A última meta permeou todo o trabalho durante quase todos os meses do projeto. Como resultado dessa meta obteve-se materiais pedagógicos, produção de cartilha para a comunidade, desenvolvimento de relatórios técnicos de execução física, financeira, produção de documentário audiovisual com a documentação do processo e vídeos virais.

5.2. Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras

O nome Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras carrega em si múltiplos significados. A ideia de Escola tem a ver com aprendizado, mas a proposta do DIST II Campinas é que esse aprendizado aconteça “fora das salas de aula”, ou seja, nas ruas, espaços públicos ou comuns, trazendo o sentido de que todos temos algo a compartilhar, seja pelo o que aprendemos nas escolas, universidades, trabalhos, seja através de nossa própria história de vida. Todo momento é uma oportunidade de

¹⁵⁶ Realizado no SESC Campinas, com o objetivo de divulgar os “sonhos” dos empreendimentos na escala territorial e local com ênfase nas ações realizadas no programa, além de promover a conexão e intercâmbio com outras iniciativas de desenvolvimento local da região.

¹⁵⁷ Um deles foi o curso para lideranças locais chamado de “Equipes Transformadoras”, realizado 4 módulos, que envolveu a gestão de projetos locais e consultorias especializadas nas temáticas para desenvolvimento de capacidades. Outro curso foi no formato de encontros mensais, para o que as entidades chamaram de “Cultivo da cultura de Paz”, que tinha como foco incentivar a gestão pacífica de conflitos através de práticas de Comunicação Não Violenta.

¹⁵⁸ Evento de encerramento e celebração da conclusão, com o objetivo de divulgar as ações realizadas no programa e promover a conexão e intercâmbio com outras iniciativas de desenvolvimento territorial. Esse festival foi realizado na Adunicamp (Associação de docentes da Unicamp, uma parceria realizada durante o projeto).

aprender e trocar saberes, algo bastante defendido na filosofia de Paulo Freire, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE,1996 p. 25).

A palavra transformação sugere, através dessas trocas, que haja uma modificação, tanto no aspecto pessoal como no espaço em que as pessoas vivem. E, por fim, o termo comunidades empreendedoras propõe uma próatividade que promova um protagonismo local, para que tais transformações se realizem permanentemente, tanto no bairro como na vida das pessoas de maneira autônoma.

Escola de Transformação, funciona, metodologicamente, através de 3 formas que evoluem e permeiam todo o processo, operando de maneira transversal e simultânea para realização das atividades propostas pelas entidades. São elas: mobilização, formação e realização.

- A mobilização: consiste em convidar pessoas, instituições para atuação de em conjunto para fazerem parte das atividades programadas e contribuir com ideias, vontades e recursos para os planos e ações desenvolvidas.
- A formação: proporciona pela troca contínua de conhecimento e experiências entre os participantes envolvidos e convidados externos um processo contínuo de construção coletiva de sonhos, planos e ações comunitários, uma prática, por assim dizer, conceitualmente freiriana no que tange a ação.
- A realização: é o que diz respeito a parte prática, o “fazer acontecer”, a união dos saberes locais e os recursos disponíveis para alcançar os resultados em cada ação.

Figura 89: Ilustração das três formas integrativas da Escola de Formação



Fonte: Elos, DEMACAMP

As ações aconteceram em 4 ciclos de aprendizagem que ocorreram cronologicamente de forma resumida em:

- Análise e conexão: que compreendeu o diagnóstico urbanístico, encontros e reuniões para o estabelecimento das primeiras parcerias;
- Mobilização e impulso: foram as visitas feitas nos bairros com a finalidade de reunir pessoas em torno de um sonho comum, apoiar a formação de grupos comunitários para a realização de projetos;
- Ação e formação: apoio realizado aos projetos comunitários e suas ações. (essa etapa permeou todo o processo)
- Consolidação e avaliação: apoio a projetos selecionados em edital, assessorias técnicas especializadas, com a construção, o acompanhamento, o planejamento e avaliação dos projetos.

O processo de implementação do DIST II Campinas, foi marcado por constantes convites às comunidades, com uma enorme quantidade de atividades programadas, com periodicidade praticamente semanal. A equipe técnica se encontrava nos residenciais, ora para coletar alguma informação complementar, ora para mobilizar para as atividades programadas e durante as atividades em si. Em relatos moradores participantes, diziam que depois que a Escola de Transformação chegou ao bairro quase não tinha mais finais de semana “livres”. Falas como esta eram recorrentes no sentido de se sentirem, de certa forma, cuidados. Essa intensa convivência e troca de saberes permitiu a aproximação dos técnicos com os moradores concretizando “um processo de construção social coletiva” (ALESSIO, 2018, p. 154).

Como pressupostos metodológicos do DIST, a governança territorial e a geração de renda são importantes pilares a serem estabelecidos. Na fase II em Campinas esses fundamentos são tratados como protagonismo local, e traduzido por “comunidades empreendedoras”¹⁵⁹. Durante o desenvolvimento do projeto, houve o apoio às iniciativas dos próprios moradores que foram impulsionadas através de um fundo semente¹⁶⁰. O protagonismo local dessas comunidades é identificado pela vontade e participação nas políticas e audiências “públicas de tomadas de decisão para o cumprimento de direitos e deveres dos cidadãos, bem como pelo “fazer acontecer” de forma própria, nos territórios, através de ações colaborativas”. (ALESSIO, 2018,p. 44).

¹⁵⁹ Ainda que o termo “empreendedorismo” seja mais conhecido na área empresarial, ele carrega o significado de inovação que pode ser aplicado em qualquer contexto. Nesse caso, as comunidades empreendedoras consistem em “um grupo de moradores e colaboradores externos motivados pelos sonhos de transformação socioterritorial que tenham impactos positivos no desenvolvimento urbano e humano do lugar em que habitam” (ALESSIO, 2018).

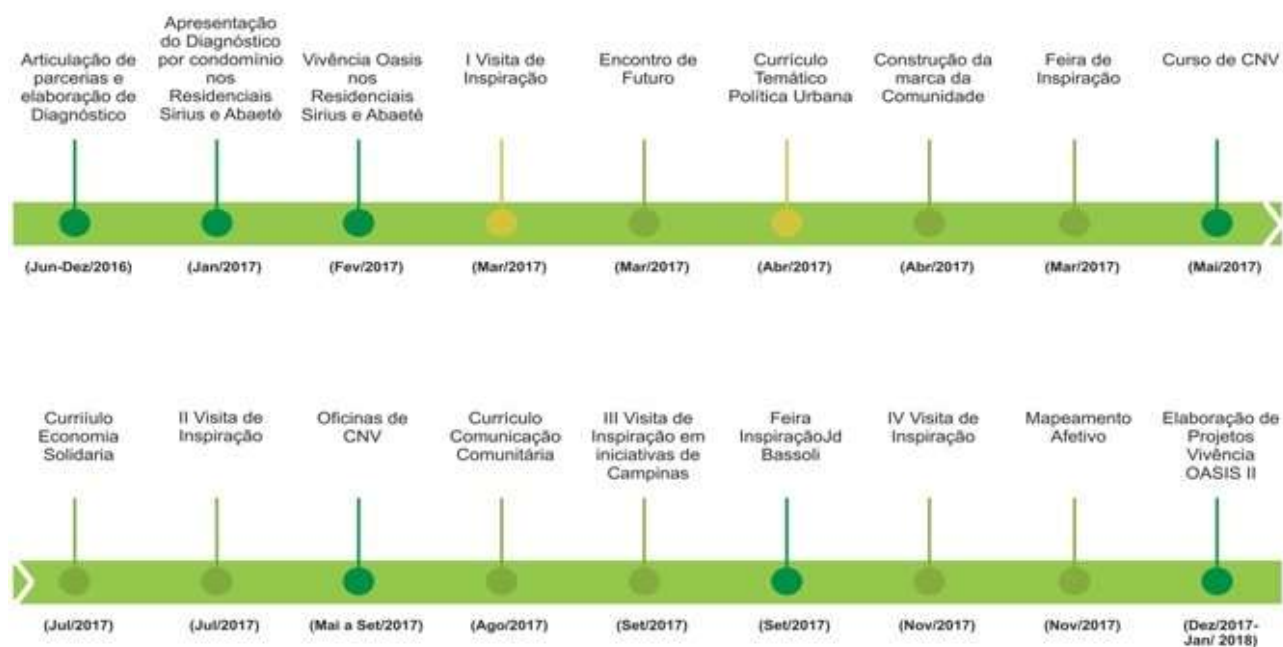
¹⁶⁰ Um fundo destinado a apoiar iniciativas para impulsionar um novo negócio, seja uma cooperativa, ou uma iniciativa social.

Uma prova desse protagonismo local se evidenciou mesmo antes da implementação do DIST II, através da experiência no residencial Bassoli, pois durante o DIST I os moradores foram encorajados a elaborar, junto com os técnicos locais, uma Agenda Emergencial a ser levada à Caixa solicitando que fossem tomadas as devidas providências junto à construtora em relação aos problemas referentes à baixa qualidade construtiva. Essa organização dos moradores reverbera até o presente momento, afinal, quando percebem que tem voz, os moradores reivindicam os seus direitos junto ao Ministério Público Federal.

5.2.1. O DIST II Campinas nos 3 bairros em Campinas

O Instituto Elos em conjunto com a Demacamp elaboraram um cronograma de atividades para a Escola de Transformação visando à implementação de caráter tanto sustentável, quanto sustentado numa organização prévia de procedimentos estrategicamente visados para o sucesso das intervenções:

Figura 90: Cronograma das atividades para os 2 anos de Projeto.



Fonte: Elaboração Francina Buonanotte, 2019.

O Diagnóstico urbanístico foi feito com a utilização de dados da Prefeitura Municipal, da Sanasa, Setec, Setrans, bem como visitas a campo, para a realização de

uma leitura socioterritorial com o objetivo de realizar uma leitura técnica integrada do território (urbanístico, econômico, ambiental e social) dos residenciais, sua inserção na cidade e região. Após a finalização do diagnóstico foram feitas apresentações em cada condomínio, para fins didáticos, tanto para que os próprios moradores, técnicos e outros agentes, conhecessem mais o bairro e suas potencialidades, como para validar as informações neles contidas. Essas apresentações foram realizadas em janeiro de 2018. Nesse sentido, através do conhecimento técnico do território os agentes técnicos e os moradores puderam se conscientizar da dimensão da territorialidade que

[...] se manifesta en todas las escalas, desde las relaciones personales y cotidianas hasta las más complejas relaciones sociales. Ella se fundamenta en la identidad y en la presencia de un valor cultural que resiste a la reapropiación del espacio, de base territorial. La malla territorial vivida es una manifestación de las relaciones de poder, de la oposición de lo local a lo universal [...] (JÁUREGUI, 2012, p. 33)

Figura 91: Apresentação do diagnóstico urbanístico no Residencial Abaeté.



Fonte: Acervo DEMACAMP, 2017.

No tocante às articulações estratégicas, foram realizados contatos e reuniões com diferentes instituições para a apresentação da Escola de Transformação. Dentre as instituições de caráter público e privado que foram contatadas e firmaram algum tipo de parceria, destacam-se: a Fundação Educar DPaschoal¹⁶¹, a FEAC¹⁶² e a Rede Minha Campinas¹⁶³.

¹⁶¹ Criada em 1989, a Fundação Educar DPaschoal é o investimento social privado da Companhia DPaschoal. (<http://www.educardpaschoal.org.br/>). A fundação apoiou o envolvimento de mais de 100 jovens para o mutirão da Vivência Oasis no Jardim Bassoli.

¹⁶² Fundada em 1964, a Fundação FEAC é uma organização independente, privada, de interesse público,

As instituições de esfera pública contatadas no âmbito municipal foram as Secretarias Municipais: de Habitação, de Trabalho e Renda, Esporte e Lazer, de Cultura, de Convênios, de Gestão e Controle e de Serviços Públicos, bem como a Cohab Campinas, através do corpo de assistentes sociais responsáveis pelo TTS nos bairros, dentre outras. Algumas das Secretarias sinalizaram a possível parceria, porém nem todas efetivaram de fato. Merece destaque aqui a parceria realizada com os Correios por meio de doações de roupas e acessórios para um dos grupos de artesanato apoiados pela Escola de Transformação, no Jardim Bassoli.

No âmbito federal foram realizadas articulações com o Ministério Público Federal, devido aos TACs (Termos de Acordo e Compromisso) existente nos três bairros¹⁶⁴, inaugurando um diálogo entre o promotor público, os moradores dos residenciais as Secretarias Municipais de Convênios, de Gestão e Controle, de Serviços Públicos e representantes do DIST II Campinas, com a finalidade de “negociar os termos firmados e os interesses dos moradores, para viabilizar o cumprimento das obrigações legais e sociais assumidas pelo poder público municipal, e pelo setor privado, na forma das incorporadoras responsáveis” (ALESSIO, 2017, p. 156). Até a presente data, final do semestre de 2019, mais de um ano após a conclusão do projeto, esse diálogo se mantém. Alguns avanços foram alcançados, como por exemplo, a efetivação da construção do centro de saúde no Jardim Bassoli, e a determinação da implantação, por parte da construtora, do sistema de lazer 1 do Abaeté.

Outras parcerias realizadas foram com algumas instituições locais de ensino básico e superior, destacando a Escola Veredas¹⁶⁵, alguns grupos e laboratórios da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)¹⁶⁶ e da PUC-Campinas¹⁶⁷. Hoje alguns

sem vínculos político-partidários, com fins não econômicos. (<https://www.feac.org.br/quem-somos/>). Além de viabilizar um projeto a mais além dos 7 contemplados pelo fundo semente, por meio de parceria de doação financeira ao projeto, a parceria com a fundação se estendeu, inclusive, por meio da doação para a construção de um espaço comunitário em praça pública no Vila Abaeté. Até hoje, a FEAC apoia projetos locais nas 3 comunidades por meio de editais que são, esporadicamente, abertos para estes fins. (ALESSIO, 2017)

¹⁶³ A Rede Minha Campinas é uma rede de pessoas, moradoras de Campinas, conectadas e engajadas na construção de processos mais participativos nas tomadas de decisão de interesse público da cidade Por meio de mobilizações e fomento a comunidades de ação, utilizam de tecnologias sociais e digitais de forma estratégica, criativa e humana. (<https://www.minhacampinas.org.br/>) Integrantes da Rede se fizeram presentes na Vivência Oasis no Residencial Sirius e em oficinas comunitárias.

¹⁶⁴ Ainda que existente nos 3 bairros, foram levados ao MPF os casos do Jardim Bassoli e do Vila Abaeté.

¹⁶⁵ Escola com a filosofia Waldorf. Realizou ações pontuais, como oficinas na praça realizada no Sirius, envolvendo alunos, professores e moradores.

¹⁶⁶ Através da disponibilização de maquinário, ferramentas e pessoal da Oficina Desafio do Museu Exploratório de Ciências para a realização dos mutirões comunitários durante a Vivência Oasis no Vila Abaeté e no Residencial Sirius. Além da Oficina Desafio o Laboratório Fluxus, se colocou à disposição

desses contatos derivaram-se em ações periódicas de envolvimento contínuo, como é o caso do grupo PET¹⁶⁸ no Residencial Sirius, que auxilia a pensar em formas de reorganização projetual dos comércios em torno do residencial. Durante todo o processo as parcerias buscaram ser coadunadas com a ideia de redes de tecnologia social consistindo em “[...] uma rede democrática, dialógica, inclusiva e que, ao influenciar o processo de elaboração de políticas públicas, fomentar e articular diversos agentes de desenvolvimento em ações complementares e sustentáveis, ela contribua para o enfrentamento do problema social brasileiro.” (FONSECA & SERAFIM, 2010).

As apresentações dos diagnósticos realizadas em cada bairro, já deram algumas pistas sobre o que os moradores gostariam que fosse feito no bairro. Tanto no Abaeté como no Sirius a carência de espaço de lazer para jovens e crianças, e a ausência de atividades para idosos foram bastante enfatizadas. Porém, foi durante a Jogo Oásis que foram delineadas as propostas de ação, bem como selecionados os lugares viáveis para a intervenção feita em mutirão.

5.3. Eventos e atividades da Escola de Transformação

Não obedecendo a ordem cronológica, manteremos a descrição sobre a Vivência Oásis mais para o final do texto, destacando antes todas as atividades relevantes que aconteceram nos territórios. A proposição desta ordem se dá pelo fato de que foram durante as vivências que foram criados ambientes propícios para as intervenções que ocorreram nos três bairros.

5.3.1. Visitas de inspiração

No Âmbito do DIST II Campinas – Escola de Transformação, foram realizadas 4 visitas de inspiração aonde os moradores puderam conhecer experiências de caráter comunitário voltadas para o desenvolvimento local, realizadas em diferentes lugares do Estado de São Paulo, em contextos de vulnerabilidade social semelhantes.

para apoiar moradores do Jardim Bassoli, que trabalham como catadores de resíduos, na estruturação de iniciativas para a gestão de resíduos.

¹⁶⁷ Foram feitos contatos com as Pró Reitorias de Pesquisa (PROPESQ) e de Extensão (PROEXT) e grupo PET. Além desses contatos, foram realizadas oficinas na Instituição promovidas em encontro de extensão com a finalidade de pensar na gestão condominial, que foi uma das dificuldades identificadas nesses bairros.

¹⁶⁸ O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa comprometido com o aprimoramento dos cursos de graduação, trabalhando em quatro vertentes principais que são: Ensino, Cultura, Pesquisa e Extensão.

As Visitas de Inspiração aconteceram em forma de excursão, com moradores dos três empreendimentos. A primeira foi na União de Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS), localizada na zona sul de São Paulo capital, e, no mesmo dia, foi feita a visita na Associação Comunitária Monte Azul. A segunda Visita de Inspiração levou os moradores para Santos, onde puderam conhecer quatro projetos apoiados pelo Instituto Elos: o Instituto Novos Sonhos, a Creche Tia Nilda, o Instituto Arte no Dique e a Horta Comunitária Bons Frutos¹⁶⁹.

Figura 92: Foto da Visita de Inspiração na Favela da Paz



Fonte: Acervo Elos DEMACAMP, 2017

A terceira Visita ocorreu no próprio município de Campinas, mas foi direcionada de acordo com os interesses de cada grupo. Um dos grupos de catadores de recicláveis do Jardim Bassoli foi convidado para conhecer as instalações das cooperativas de reciclagem Renascer, e Antônio da Costa Santos. Enquanto o outro grupo formado por mulheres com interesse em montar uma cozinha comunitária do Abaeté, visitou a padaria comunitária localizada na Vila Olímpia. Os outros grupos conheceram o Casarão de Barão, um espaço cultural autogestionado em Barão Geraldo. E, por fim, a quarta e última Visita aconteceu no Instituto Favela da Paz, localizado no Jardim Ângela, zona sul de São Paulo.

5.3.2. As Feiras de Inspiração

As feiras de inspiração aconteceram separadamente em cada bairro em dias diferentes, foram apresentadas nos formatos de palestras e oficinas práticas, nos quais os

¹⁶⁹ Esta horta comunitária foi formada por moradores do Jardim São Manoel, impulsionada e realizada, por meio de iniciativas locais e parcerias institucionais, no âmbito do Projeto DIST I realizado, pelo Instituto Elos, em 2014, como citado no capítulo anterior.

moradores participantes puderam ter contato com projetos bem-sucedidos em diferentes áreas, com histórias inspiradoras. Os eventos eram finalizados com alguma programação cultural, no Sirius e Abaeté aconteceram show de música organizado com o apoio de um grupo de moradores músicos do projeto de música do Sirius, apoiado pela Escola de Transformação. Nesses eventos houve uma pequena participação de alguns moradores. No evento realizado no Jardim Bassoli, a Cohab mobilizou ônibus para que os moradores do residencial Takanos (também do Programa MCMV) pudessem participar. A participação dos moradores se limitou a parte da manhã e posteriormente houve uma certa confusão em relação a divulgação da feira no site da prefeitura¹⁷⁰, que dizia que a Cohab havia organizado a feira de inspiração para os moradores do Bassoli. Essa apropriação do trabalho feito pelo DIST II Campinas (Escola de Transformação), não foi única vez, em outros eventos abertos realizados em que funcionários da Cohab vieram participar, passaram lista de presença como se tivessem organizando o evento com os moradores¹⁷¹. Alguns incidentes como este, fizeram com que fosse rompida a parceria, compreendendo que a participação da Cohab era puramente interessada em “mostrar serviço” burocraticamente e não contribuir de fato para uma construção conjunta de atividades. Nesse momento ficou evidente o caráter divergente, tanto na condução de um trabalho como a apropriação do mesmo, da figura institucional pública para aqueles que trabalham no terceiro setor.

No Residencial Sirius vieram representantes dos projetos do Coletivo *La Vie En Close* (na figura de Socrates), projeto Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência de São Vicente e o Instituto Anelo de Campinas.

No Vila Abaeté vieram representantes do projeto Vegearte (uma cozinha vegetariana na Favela da Paz, no Jardim Ângela – SP) como forma de inspiração para as mulheres que tinham interesse em montar uma cozinha comunitária, o Alexandre do projeto de música do Sirius e o Luis Carlos Felicidade, presidente da associação do bairro sulamerica (uma inspiração de Campinas para inspirar a criação da associação de bairro).

No Jardim Bassoli vieram a Malu (contadora de história), o grupo crique caiçara (projeto apoiado pelo Instituto Elos no primeiro DIST, localizado na Jureia) para inspiração do grupo de artesanato, e a Julia Luchesi, especialista na formação de cooperativas de reciclagem.

¹⁷⁰ Depois de reclamações por parte da equipe a prefeitura modificou no site as informações.

¹⁷¹ Isso aconteceu em oficinas de Comunicação não violenta realizadas nos bairros.

5.3.3. Assessorias periódicas

As 3 comunidades apresentaram interesse em desenvolver projetos para o desenvolvimento comunitário e, assim, concorreram ao edital¹⁷² e receberam apoio do fundo semente¹⁷³. As assessorias aos projetos consistiram em reuniões quinzenais e às vezes semanais para o auxílio na elaboração de projetos para a chamada pública de iniciativas locais.

5.3.4. Encontros Temáticos

Os encontros temáticos eram realizados mensalmente e compunham o currículo da Escola de Transformação. As atividades foram definidas ao longo do projeto DIST II de acordo com os interesses que os técnicos percebiam das comunidades, e eram abertos ao público. Dentre os encontros realizados, destacam-se: encontro sobre política urbana, introdução à comunicação não violenta¹⁷⁴, feira de economia solidária, comunicação comunitária, contação de histórias, e mapeamento territorial afetivo.

5.3.5. Oficinas práticas

As oficinas práticas consistiam em formações em determinado tema, e focado em um determinado público. Dentre as oficinas práticas que ocorreram nos bairros destacamos a de audiovisual para jovens. Essas oficinas aconteciam por meio de encontros periódicos com uma equipe especializada no tema que, por sua vez, ofertava aulas práticas para ensinar técnicas e ferramentas possíveis para auxiliar na autonomia e desenvolvimento de capacidades. Também ocorreram oficinas de design de produtos, artesanato e produção cultural.

5.3.6. Oficina de iconografia

¹⁷² Foi aberto um 'edital de chamadas públicas de iniciativas para desenvolvimento integrado e sustentável do território' do Projeto DIST II Campinas, que consistiu no chamamento de iniciativas necessariamente elaboradas por grupos de moradores dos residenciais e com foco em ações efetivas, no território, com e para a comunidade. "O edital foi aberto para recebimento de propostas entre 18/03/2017 e 31/05/2017, e ofereceu como premiação o apoio financeiro de até 8.000,00 reais a serem aplicados em equipamentos e materiais, para a seleção do total de seis iniciativas locais do Jardim Bassoli, Vila Abaeté e Residencial Sirius [...]. A seleção sucedeu a apresentação das iniciativas que foram inscritas no I Festival de Comunidades Empreendedoras, organizado e realizado pelo Projeto DIST II no SESC" (ALESSIO, 2018, p. 196) Campinas em 01/07/2017

¹⁷³ No âmbito do DIST II Campinas estava previsto o apoio a 6 projetos comunitários distribuídos entre as 3 comunidades. Foram apresentados 8 projetos comunitários de grupos interessados e foi possível apoiar todos com a parceria da FEAC que apoiou 2 deles.

¹⁷⁴ A comunicação não violenta é uma ferramenta, cunhada por Marshal Rosenberg, para desenvolver a capacidade de escuta empática e aprender a lidar com conflitos. www.sinergiacomunicativa.com.br. Além de um encontro temático, os encontros de CNV aconteciam mensalmente nos residenciais como forma de auxiliar na resolução de conflitos, muito comuns nesses empreendimentos.

Além das oficinas citadas acima, foi feita uma de Identidade Visual, ou iconografia, para o desenvolvimento de uma “marca” para o bairro. Os moradores de cada residencial foram convidados a trazer elementos que chamassem atenção no seu entorno e que caracterizavam os seus bairros. A partir de elementos que os moradores trouxeram, fotografias, desenhos, dentre outros, desenvolveram-se 3 diferentes marcas e selecionou-se, por meio de votação, aquelas que julgaram a mais representativa para o bairro.

Figura 93: Iconografias dos 3 bairros



Fonte: Acervo Elos DEMACAMP, 2017

5.3.7. Festival de Comunidades Empreendedoras

O Festival de Comunidades Empreendedoras consistiu num evento externo onde moradores das 3 comunidades foram convidados a participar e apresentar seus projetos. O primeiro foi no SESC Campinas, em maio de 2017, no qual os moradores os apresentaram pela primeira vez para que fossem apoiados pelo fundo semente¹⁷⁵, da chamada pública realizada dentro do projeto para os moradores locais. O segundo festival aconteceu em junho de 2018, já com os projetos em andamento, desta vez os

¹⁷⁵ Fundo para o apoio a projetos locais.

participantes foram convidados a expor os seus projetos mostrando os resultados iniciais das suas ações.

5.3.8. Curso Equipes Transformadoras

O curso consiste em um programa direcionado para líderes de organizações dispostos a repensar e aprofundar seus conceitos sobre gestão e estratégia, realizado em 4 módulos. O curso consistiu em encontros com caráter formativo voltados para engajar os participantes a tornarem-se líderes comunitários. Abrangendo diversos temas com o objetivo do desenvolvimento pessoal e comunitário, o curso trouxe ferramentas importantes que serviram para o fortalecimento de lideranças já existentes no bairro.

Todas as atividades promovidas durante o DIST II Campinas promoviam um espaço de expressão, e de aproximação convidativos para realizar trocas de diálogo, de experiência e de saberes. Consistindo um momento verdadeiramente de construção conjunta.

5.3.9. A Vivência Oásis

Foram programadas duas Vivências Oásis em cada território, porém, por um motivo metodológico de continuidade do processo, a segunda vivência foi adaptada, sendo realizada parcialmente, mais focada em alguns passos e, sobretudo, na intervenção nos territórios, como será mostrado mais adiante.

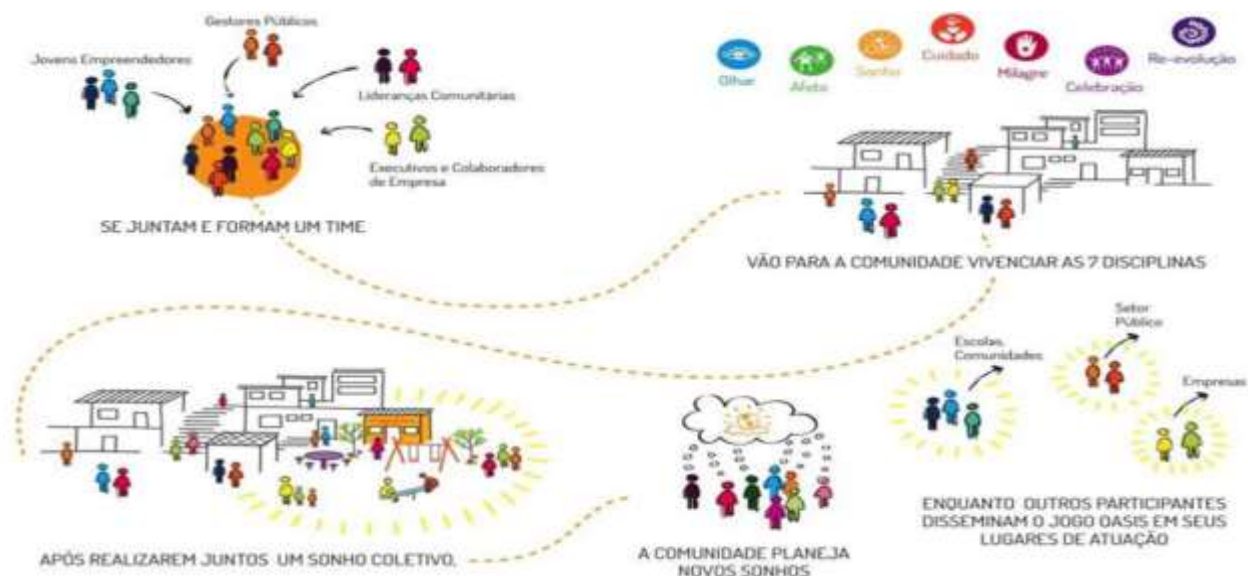
5.4. As Vivências Oásis nos 3 bairros

A primeira vivência Oásis marcou de forma efetiva a entrada dos agentes técnicos nas comunidades. Após as reuniões que apresentaram os diagnósticos nos bairros Sirius e Abaeté, realizaram-se convites aos moradores para participar da Vivência que aconteceriam nos locais. Nos residenciais Vila Abaeté e Sirius, a Vivência Oásis foi realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017, logo após das reuniões de apresentação dos diagnósticos nos respectivos bairros. No Jardim Bassoli, por conta do atraso citado em relação ao contrato do DIST I, a vivência aconteceu no mês de maio.

De acordo com o Instituto Elos, a Vivência Oásis consiste em convites para pessoas de setores diversos que trabalham em ambientes com alto grau de complexidade e em contextos multiculturais, dotadas do desejo de aprimorar competências para o engajamento de grupos e comunidades em iniciativas de alto impacto, seja para

intervenção em um espaço público, nova estratégia organizacional ou um novo projeto comunitário¹⁷⁶.

Figura 94: Esquema ilustrativo da Vivência Oasis



Fonte: Instituto Elos, s/d.

Cada vivência acontece durante um processo de oito dias em um bairro, através de atividades que acontecem em sua maioria no período integral, intercalando exercícios práticos, vivências, teorias, rodas reflexivas, com momentos de interação direta com a comunidade e “mão na massa”. Os frutos gerados pelas ações não são meras intervenções nos territórios, mas uma busca pela compreensão das necessidades e sonhos locais, aliados a um esforço coletivo de colocar à disposição os recursos humanos pessoais, identificando os seus talentos individuais, mas também as potencialidades e recursos das comunidades¹⁷⁷. Bebendo no conceito que Gramsci nos brinda, todos somos intelectuais em potencial, portanto carregamos uma bagagem de vida. O que podemos perceber também consonância com seu pensamento quando sinaliza que o ser humano “[...] transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas.” (GRAMSCI, 1977, p, 1244).

Nesse sentido, podemos dizer que a Vivência Oásis, uma vez que busca um cuidado maior com o processo do que com o produto, encoraja a reflexão sobre si mesmo e sobre o ambiente em que estamos inseridos, auxiliando na transformação do

¹⁷⁶ <http://institutoelos.org/jogo-oasis/>

¹⁷⁷ Trecho retirado da cartilha do Instituto Elos, sem data.

olhar, utilizando-se de diferentes ferramentas que promovam a reflexão, através dos passos que serão apresentados conforme foram vividos em cada comunidade¹⁷⁸.

Estando baseada na Filosofia Elos, a vivência consiste em buscar e “criar um cenário de abundância, reconhecer os talentos e recursos disponíveis para transformar sonhos coletivos em realidade”¹⁷⁹, o que denominamos utopologia que, em certa medida, encontra ressonância com a leitura que Castro faz de LeFebvre, pois a vivência Oasis também busca “[...] redefinir el sentido de lo humano: sus propositos, sus objetivos y las ideologias (CASTRO, 2018, p.73) São utilizadas à essa finalidade uma série de ferramentas didáticas próprias ou apropriadas, de uso livre, que são as chamadas: Tecnologias Sociais¹⁸⁰, como o Jogo Oásis¹⁸¹. Além do Jogo, algumas ferramentas utilizadas na Vivência são os jogos cooperativos, open space, world café, mutirão e danças circulares.

5.4.1. O Jogo Oásis

O Jogo Oásis compreende 7 passos ou disciplinas, conforme a imagem abaixo, correspondendo o núcleo mobilizador da metodologia Oásis, que são: o olhar, o afeto, o sonho, o cuidado, a mão na massa (realização), celebração e re-evolução. Cada passo desses é feito através de atividades que propõem uma mudança na percepção pessoal e do mundo. Trata-se de ferramentas e metodologias participativas para se construir o caminho que será trilhado e, ao fim, a concretização da ação efetiva no território.

A Vivência no Residencial Sirius foi realizada concomitantemente com a vivência na Vila Abaeté, tendo iniciado as suas atividades no final do mês de janeiro de 2017. No Sirius, participaram no total de toda a vivência 20 pessoas, e no Abaeté cerca

¹⁷⁸ Podemos dizer que o que o autor chama de “catarse”, acontece, claro que em uma escala bastante reduzida, no momento dos mutirões, mão-na-massa, quando as pessoas se unem e percebem o seu potencial transformador que existe dentro de si e no poder do coletivo. Gramsci chama de “catarse” o momento em que a esfera egoístico-passional, dos interesses corporativos e particulares, eleva-se ao ético-político, ao nível da consciência universal, constituindo assim um momento da passagem (SIMIONATTO, 1997).

¹⁷⁹ <https://institutoelos.org/o-elos/#filosofia>

¹⁸⁰ O Instituto de Tecnologia Social define Tecnologia Social como o “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS BRASIL. Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2004: 26) <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>

¹⁸¹ “O Jogo Oasis consiste em uma ferramenta de apoio à mobilização cidadã para a realização de sonhos coletivos. Composto por jogadores e comunidades, o jogo considera uma definição ampla de comunidade que envolve diversos atores, como moradores, ONGs, governo local, lideranças e empresas. Concebido para ser de uso livre e praticado de forma totalmente cooperativa, para que todos, juntos, realizem algo em comum, o Oasis propõe regras que permitem a vitória de todos, sem exceção” (<http://www.institutoelos.org/games/games/view/jogo-oasis>)

de 30 pessoas¹⁸². Nos mutirões (ou encontros abertos), houve a participação de cerca de 200 pessoas em cada bairro.

No mês seguinte, no início do mês de maio de 2017, ocorreu a Vivência no Jardim Bassoli, que contou com a participação de 24 pessoas, dentre elas, colaboradores de organizações sociais¹⁸³, moradores dos residenciais, profissionais interessados em conhecer a metodologia e estudantes de Campinas e região. Os encontros abertos tiveram maior número de participantes, pois contou com um final de semana a mais de mutirão, em comparação com os outros bairros¹⁸⁴.

Cada passo da Filosofia é vivenciado através de dinâmicas que buscam trazer sentido para aquele momento. O primeiro passo, o **Olhar**, trata-se da busca de exercitar uma nova postura do sentido sensorial da visão, despertando o olhar da abundância, ou seja, um olhar positivo e apreciativo do empreendimento, de si mesmo, do entorno, dos espaços ao redor e do bairro. Para isso, foram utilizadas atividades que combinam a percepção sensorial, para encorajar “novas” ou “diferentes” formas de ver o território, desfazendo-se da maneira convencional, que reproduz um olhar “desatento”, ou atento apenas aos problemas. Os participantes são encorajados a identificar os recursos locais reconhecendo as belezas existentes no bairro, desde as coisas mais sutis, como texturas, cheiros, cores, enfeites e flores, às mais complexas ou abrangentes, como alguma atividade realizada em coletivos no momento flagrado de observação: crianças brincando, ou alguma atividade outra. Esta percepção das qualidades e do reconhecimento dos talentos pessoais e locais, bem como dos recursos disponíveis, serão essenciais para as etapas posteriores. Trata-se portanto de atingir fins éticos e políticos mediante uma ocupação prévia com dimensão estética, entendendo-a como

[...] lo que “existe con”, a lo que mantiene junto, a lo que hace lazo entre los cuerpos. La pulsación del cuerpo incide en el acto proyectual desde la formulación de ideas y croquis iniciales como interacción entre la interpretación de la estructura del lugar y el procesamiento de las demandas hasta la transformación en configuraciones volumétrico-espaciales, con elaborado tratamiento formal de la relación interior-exterior [...] (JÁUREGUI, 2012, p. 73).

¹⁸² Entre colaboradores de instituições públicas e organizações sociais, moradores dos residenciais, profissionais interessados em conhecer a metodologia e estudantes.

¹⁸³ Como a Fundação FEAC (Federação das Entidades Assistenciais de Campinas) e da Fundação Educar DPaschoal

¹⁸⁴ Como mencionado, o Bassoli contou com a participação de 100 jovens da Educar DPaschoal que participaram do passo “mão na massa”, tendo um final de semana a mais de mutirão.

Figura 95: Passos do Jogo Oasis



Fonte: Instituto Elos, s/d.

Mediante o passo do Olhar os moradores são convidados e ver de uma forma diferente o lugar que vivem, enxergando coisas que jamais veriam se não fossem estimuladas, como acontece ao se disporem a andar de olhos vendados sendo guiados por uma pessoa que cuidará do seu percurso. Essa dinâmica, por exemplo, faz com que as pessoas busquem escutar mais os sons do ambiente, estimulando a sensibilidade auditiva, bem como as outras. Algumas vezes esses estímulos podem causar certo desconforto, por serem muito fora do padrão, como percebemos na fala dessa arquiteta participante do Oásis.

Medo! Medo de pisar no escuro. Ouvir. Ouvir as crianças brincando, os cachorros latindo, o barulho de obra, a música ao fundo. Respirar. sentir o cheiro de terra, de cigarro, de cimento, de flor, de maconha, de perfume. Tocar. a Maria, a muleta. Pisar. na terra fofa, no asfalto firme, no asfalto quebrado. Subir degrau, descer degrau. Sentir. o calor do sol na pele, o aquecer da venda nos olhos (participante da vivência, trecho retirado de relatório Elos, Demacamp, 2017).

Figura 96: Foto ilustrativa do Passo do Olhar no Jd. Bassoli



Fonte: Acervo Elos Demacamp, 2017.

Alguns moradores, após o passo do Olhar, parecem ter encontrado pessoas que se identificam e que compartilham da mesma forma de ver as coisas.

Constantemente eu procuro ver tudo o que é bom, mas com a maioria das pessoas aqui, é difícil. A gente volta a fazer as reclamaçõezinhas. Quando a gente está na companhia de pessoas que não são daqui, fazem essa caminhada junto e vai sem esses preconceitos, vai despido, querendo receber o que tem de bom. Aqui é muito gostoso! É uma vivência diferente. Geralmente eu estou sozinha e se eu vou conversar com alguém não adianta, agora quando eu fui com outras pessoas, a gente escuta e daí vai falando ‘olha que legal isso, olha que legal aquilo’. Vocês são pessoas que conseguem ter a visão que eu tenho, morando aqui, e que é difícil encontrar alguém que veja junto comigo. (Jóice Danielli Segatti, moradora do Sirius e participante da Vivência)

O caso do Roberto, do Abaeté foi oposto, ele reconheceu que existem pessoas talentosas em todos os condomínios. Isso demonstra que a vivência acontece de forma bastante diferente em cada residencial e, mais que isso, acontece de forma particular com cada participante. Existe uma série de fatores que influenciam, seja a história de vida da pessoa, seja na forma com que foi impelida a mudar-se para a nova moradia, mas o mais importante de tudo é que possui o potencial de mexer interiormente. Mexer de uma maneira que as pessoas passarão a ver de uma forma diferente o seu bairro.

Para mim foi muito gratificante conhecer vocês, saber que existem pessoas que querem fazer a diferença na vida de outras e incentivá-las a realizar sonhos. Isso faz a gente ter o desejo de somar juntos para alcançar os nossos desejos. Ver que temos sementes guardadas em cada condomínio do Abaeté (pessoas talentosas) e cada pessoa que paramos para falar tem um potencial. Vamos trabalhar juntos para que tudo isso se realize (Roberto, síndico do condomínio 2, sobre a experiência da primeira parte da Vivência Oasis)

Dentre as belezas encontradas no Abaeté, destacaram-se: hortas, existentes dentro e fora de alguns condomínios, jardins bem cuidados, área de convivência com bancos e mesas de pallets, parquinho infantil e uma fonte.

No momento subsequente ao passo do Olhar, os participantes foram encorajados a estabelecer algum tipo de conexão através do **Afeto** com os moradores daquelas comunidades. Além das belezas e dos recursos, buscou-se quem está por trás deles, ou seja, das histórias que existem para ser contadas no território. Foi através desse passo que as pessoas motivaram-se a conhecer os talentos e as histórias dos moradores que compõem aquele bairro. Para que isso aconteça, os participantes do Jogo são encorajados a conversar com os moradores sobre os seus sonhos e, assim, conectarem-se com o passo seguinte, que é justamente a identificação de sonhos coletivos para o bairro. Nesse momento foram criados espaços para que as pessoas pudessem se expressar e imaginar, livremente, o que julgariam desejável acontecer para que o bairro se tornasse melhor para se viver.

Figura 97: Foto do Senhor Bill, morador do Abaeté



Fonte: Acervo Elos, Demacamp, 2017.

O senhor Bill nasceu em Minas Gerais, órfão de mãe desde criança. Foi criado pelo pai junto com mais 4 irmãos, trabalhando com ele na roça. Casou-se e adotou um menino. Já participou do MST, sendo obrigado a demolir sua própria casa mediante ação judicial, o que o fez sofrer bastante. 10 anos depois de se inscrever no programa habitacional, conseguiu seu apartamento na Vila Abaeté, onde diz “se sentir no céu”, com sua horta e seu cantinho. (trecho retirado do relatório da vivência Oásis no Abaeté).

Conhecer as histórias existentes por trás das pessoas, pode fazer com que nos aproximemos e humanizemos os processos coletivos, diminuindo as distâncias que existem entre os moradores, os técnicos, ou os participantes vindos de fora. Todo mundo tem história e todos tem algo a ensinar com elas.

Uma das formas de construção do conhecimento acerca de um determinado local e sua dignidade, é a construção de sua história, e uma das maneiras de fazer isso é construindo a história a partir dos seus moradores. “É uma coisa que todo mundo sabe é da sua história. Agora, quando você conta a sua história escutando a história de outros, aí você percebe a História - com”H”maiúsculo...” (FREIRE e BETO, 1985, p. 84, 85). No que Freire e Beto chamam de Metodologia Dialética, o ponto de partida não é o saber do educador, que no caso aqui seria o saber puramente dos técnicos, mas sim da “prática social dos educandos” (1985, p. 77). Nesse sentido, toda leitura é sempre a partir da realidade do sujeito e do contexto em que se encontra. (1985, p. 77). “O aprendizado comum, que liga teoria e práxis, só se dá a partir da realidade coletivamente refletiva” (1985, p. 77).

Ao ouvir as histórias das pessoas, valoriza-se o conhecimento da comunidade acerca de sua realidade: a história de vida de cada pessoa tem a mesma importância. A memória, portanto, pode ser considerada um processo vivo, passível de renovada construção.

Ouvir a história do outro, para finalidade do projeto, pode tornar o contato entre as pessoas mais empático, ao perceberem que as coisas não são só difíceis para elas, mas também os outros podem carregar histórias de muito sofrimento:

Eu fiquei muito feliz por vocês estarem aqui. Eu aprendi muita coisa. Às vezes a gente sabe da nossa história, mas tem outras histórias bem piores, que a gente nunca ouviu. Aprender a ouvir o outro é bom, porque eu tenho uma história difícil, mas o outro tem uma bem pior, então eu consigo trabalhar e superar, mas o outro não está conseguindo. Se eu estender a mão pra ele, ele pode conseguir também (Renata Dias, Síndica do Condomínio L).

O conhecimento das histórias e dos anseios pessoais sobre o lugar onde se vive, permite identificar o **Sonho**, ou os sonhos comuns ou coletivos. Durante esse passo, os moradores são encorajados a elaborar a árvore dos sonhos da comunidade, um conjunto de projeções factíveis que receberão a atenção coletiva para sua realização. Nesse momento emerge o caráter utópico com mais força, o forjamento da utopia como alternativa de modulação mental, devendo necessariamente diferenciar o caráter dessa alternativa, pois não se trata de uma utopia “sem objetivos definidos”, mas sim portadora projetiva de “reconstrução com uma finalidade” (MUMFORD, 2007, p.23).

Dentro do passo do Sonho cabe destacar o protagonismo das crianças nos três bairros. Quando se fala em sonhos, algo que parece ser bem distante em muitas pessoas, percebemos que as crianças se conectam muito mais facilmente com a proposta de sonhar.

O que eu sonho em realizar é construir praças, quadras, parquinhos, brinquedotecas, tirar os jovens da rua e colocar lutas, treino de futebol e atividades para as pessoas entrarem em contato com Deus, uma igreja. (João Victor Ferreira, 10 anos, morador do condomínio 02, residencial Abaeté).

Figura 98: Árvore dos Sonhos elaborada no Residencial Jd. Bassoli



Fonte: Acervo Elos Demacamp, 2017.

Cabe ressaltar que elas tiveram papel importante não apenas nesse importante passo, mas participando de vários momentos, como é o caso do Gabriel, morador do Residencial Sirius, que chamava os moradores para os eventos e reuniões comunitárias:

Boa tarde! Venham todos para a escola de transformação! Hoje, às 7 da noite, do lado do mercado do Mateus, um encontro dos sonhos para toda comunidade do Sirius. É para nosso bem, nosso sonho! Sai da televisão, vem pra Escola de Transformação! (Gabriel, criança da comunidade chamando para o Encontro dos Sonhos).

Cada comunidade desenha a sua própria árvore dos sonhos e a partir dela, em reunião comunitária são eleitos aqueles que serão levados a cabo durante os dois dias de mutirão em fase posterior. Esse é o passo do **Cuidado**, que busca, planejar (o que e como será realizado) e promover a administração das expectativas, para que nem aquelas

que não são imediatamente alcançáveis, nem as alcançáveis que por ventura resultem em insucesso, desanimem os participantes para realização de ações futuras.

No passo do Cuidado, maquetes/projetos são confeccionados coletivamente com os participantes e se discute, junto à comunidade, qual o local mais adequado para ser feita a intervenção no bairro, e também são levantadas possíveis parcerias para realização do mutirão, como doações de materiais, recursos e talentos disponíveis. Aqui os participantes visualizam o que será construído coletivamente. Nesse passo também se separam previamente algumas frentes de trabalho para cada atividade que está sendo planejada.

Figura 99: Maquete feita pelos moradores do Residencial Sirius



Fonte: Elos, DEMACAMP, 2018.

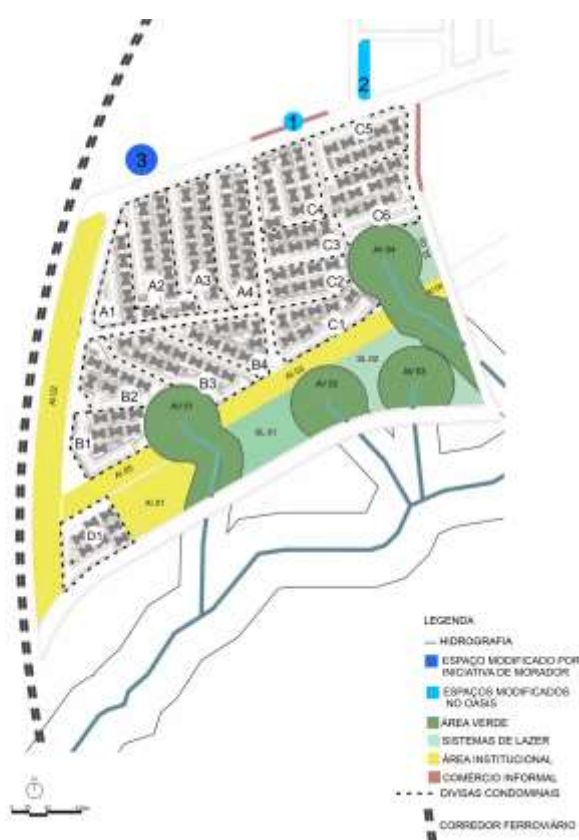
Nessa etapa acontece o Encontro de Projeto, que consiste no momento de definição das prioridades que serão executadas em dois dias de mutirão, trata-se do momento exato em que se busca encontrar o melhor local para fazer a intervenção. Portanto, é nessa ocasião que se abre o espaço para que haja novamente uma interação criativa entre os participantes da vivência e a comunidade, ao apoiar ou rejeitar a expressão dos sonhos para o bairro e seu local de efetivação.

Esses encontros promovem grandes aprendizados para todos, uma vez que exige o exercício de escuta, da compreensão de opiniões divergentes, a busca por consenso nos temas polêmicos e integração das atividades que atingem a diversidade nos grupos

etários da comunidade, bem como, o desapego a certas opiniões e vontades individuais que não contemplam o coletivo.

A experiência do cuidado promoveu a confecção de duas maquetes no Residencial Sírius pensadas para dois espaços diferentes na comunidade. A primeira foi o espaço do campo existente entre o Residencial Sírius e o Bairro Cosmos, onde havia um descampado, e a outra no espaço entre os comércios locais do próprio bairro. O cuidado consistiu também na sensibilidade da equipe técnica em, a partir das maquetes criadas, das árvores dos sonhos e das interpretações descritas nas apresentações de cada maquete, fazer um projeto base passível e factível de ser executado.

Figura 100: Mapa com os locais das intervenções no Sírius



Fonte: Elaboração Natália Francisco com base disponível da prefeitura e Demacamp, 2019.

Em reunião comunitária durante o jogo foi decidido, junto à comunidade, que o plano do sonho comunitário no espaço do campo deveria ser deixado para um momento posterior, uma vez que existe um TAC para implementação de um espaço de esporte e lazer, informação trazida por uma moradora referência no bairro. Além da falta de informações disponíveis sobre o local naquele momento, o tempo hábil para conseguir a autorização de intervenção na área também foi um empecilho. Portanto, foi decidido

que a primeira intervenção ocorreria no outro espaço localizado entre os comércios, já se encontrando apropriado pelos moradores para fazerem festas. A ideia era transformar o espaço fazendo brinquedos, mobiliários, biblioteca, espaço de projeção para o cinema comunitário, pintura e paisagismo. Todo o mobiliário e brinquedos foram planejados para não serem fixos, caso precisassem remover do local ou mudar a configuração do espaço para os eventos comunitários.

No Abaeté, foram criadas duas maquetes para 2 espaços na comunidade. A primeira foi modelado o espaço na entrada do bairro, na frente do condomínio 02, no sistema de lazer 01, e a outra para o espaço entre os condomínios 12 e 10, para o sistema de lazer 03, conforme vemos no mapa.

Figura 101: Mapa com as áreas institucionais do Abaeté



Fonte: Elaboração Natália Francisco com base disponível da prefeitura e Demacamp, 2019.

Para a intervenção na primeira vivência, não foi possível intervir nas áreas planejadas, por necessitar de autorização prévia e, apesar de solicitação feita junto aos órgãos competentes, não houve retorno em tempo hábil para que acontecessem as modificações propostas para o primeiro mutirão. O processo para conseguir autorização demorou cerca de um ano, com muitas idas e vindas em diferentes departamentos da Prefeitura e, só foi conseguida autorização praticamente na mesma semana em que se realizou a intervenção na segunda vivência no ano seguinte, com muito esforço e pressão por parte da equipe técnica e gestores do projeto junto à prefeitura. O momento do Cuidado conseguiu doações, da horta de municipal de Paulínia, de abóboras (para o almoço comunitário), várias quitandas e lojas locais contribuíram com a doação de comida para o almoço e materiais para o mutirão, tais como o Depósito do Paraná, Depósito da Loira, Box 16 do Ceasa e Floricultura Verde Perto. A construtora Brookfield emprestou diversas ferramentas para o Abaeté.

Os projetos do Bassoli compreendeu três maquetes para o espaço conhecido pelos moradores como “Quadra do H”, que fica na frente do salão de festas do condomínio H, localizada no Sistema de Lazer 1. Durante reunião comunitária, os 3 grupos envolvidos apresentaram as propostas e ao final chegou-se a um consenso e confeccionou-se uma maquete comum, reunindo as melhores ideias resultando no projeto do parquinho infantil, contendo bancos de concreto, cestas de lixo e, no aspecto paisagístico foram incorporados alguns coqueiros.

Figura 102: Mapa com as áreas institucionais do Bassoli



Fonte: Elaboração Natália Francisco com base disponível da prefeitura e Demacamp, 2019.

Durante todo o passo do Cuidado, os participantes são convidados a pensarem não apenas no que será feito, mas no como será feito o que foi pensado e planejado, portanto são encorajados a colocarem à disposição os seus talentos, e a buscarem formas para conseguir os recursos materiais para concretização dos sonhos elaborados. Nesse momento os participantes se dividem em grupos e se mobilizam para conseguir doações de lojas de materiais de construção, mudas de árvores, alimentos para serem feitos no dia do mutirão, entre outras coisas indispensáveis para o sucesso do empreendimento, dessa forma a associação entre os agentes envolvidos promove a organização que “[...] é uma estruturação estratégica da ação coletiva que visa oferecer soluções específicas para concretização de objetivos do grupo social” (DIAS, 2011, p. 4). As 3 comunidades se mostraram bastante proativas nesse processo, conseguindo tintas, doação de alimentos, plantas, entre outras coisas. O projeto dispunha de um recurso financeiro destinado para este fim, que serviu para a compra de madeiras, algumas mudas

específicas, sombrite, brinquedos infantis e equipamentos de academia de ginástica¹⁸⁵. Para a cada bairro, a captação de recursos se deu utilizando uma estratégia diferente, no Sirius, por exemplo, implementou-se um bazar para arrecadação: com roupas, acessórios e sorteio de rifas. Destacaram-se alguns colaboradores como a Fundação FEAC, que apoiou através da contratação do serviço de manutenção das telhas da quadra do Jardim Bassoli, aluguel de andaime e disponibilização de duas caçambas para recolhimento do entulho. A Prefeitura Municipal de Campinas fez a limpeza do lixo que estava nos arredores da quadra do Bassoli. Foi doada uma faixa com o nome de todos os colaboradores na doação de materiais de construção para o Bassoli, de forma a prestigiar os doadores de materiais que contribuíram.

Para a efetiva implementação do projeto no residencial Sirius houve a doação de mais de 300 mudas por parte do escritório de paisagismo Novaes, tendo como doadora Renata Novaes, e também ocorreu a captação de uma amarelinha e um pula-pula feitas de pneus, doações da empresa Arte em Pneus.

Em todos os residenciais, moradores se mobilizaram para o empréstimo de ferramentas que foram devidamente organizadas e etiquetadas com o nome da pessoa e o respectivo condomínio utilizante, para facilitar a posterior devolução de todas.

No entanto, o passo do cuidado não se circunscreveu às elaborações de sonhos, projetos de maquetes, administração das expectativas e captação de recursos materiais e imateriais para implementação dos empreendimentos. Junto à Companhia das letras foram arrecadados cerca de 150 livros, doados, que foram distribuídos entre os 3 residenciais em momento posterior. Atualmente os livros são utilizados em projetos específicos e cuidados por grupos das próprias comunidades.

Após toda a captação dos recursos necessários materialmente e imaterialmente para que os projetos venham a cabo, passa-se ao **Milagre**, ou mão na massa. Ao longo dessa etapa os participantes são convidados a chamar mais moradores e outros possíveis parceiros voluntários, para ajudarem a concretização do Sonho coletivo, através de um mutirão que dura um final de semana. Estes são os chamados “eventos abertos”, pois qualquer pessoa, mesmo que não tenha participado de nenhuma atividade prévia, pode participar. No início do mutirão são compartilhadas as atividades que, por sua vez, são divididas em frentes de trabalho: as pessoas escolhem onde querem participar, mas com a flexibilidade de poder participar de qualquer frente quando quiser.

¹⁸⁵ As compras foram feitas de acordo com o que surgiu de sonhos nas comunidades. No Jardim Bassoli a quantidade de crianças que participaram na construção das maquetes foi bastante expressiva, caracterizando o tom das intervenções e compras.

Durante esse passo, no residencial Sirius, uma das primeiras tarefas foi limpar o terreno ao entorno do espaço comunitário e cuidar da delimitação exata do espaço de brincar. As ações se dividiram em 5 frentes diferentes: paisagismo, fabricação de brinquedos com as crianças, construção do mobiliário, pintura e cozinha.

Figura 103: Foto da Fabricação de brinquedos durante o mutirão no Residencial Sirius



Fonte: Elos Demacamp, 2017.

Os mutirões no Sirius e no Abaeté puderam contar com o apoio e participação do Caminhão do Desafio da Unicamp, na utilização de ferramentas para a construção dos mobiliários e de brinquedos para as crianças. No Espaço Comunitário do Sirius foram feitos: mobiliário móvel com bancos, floreiras, mesinhas, mesa de piquenique e armários para livros e brinquedos.

Em todo o processo estimulou-se uma forma criativa de lidar com as situações, um convite para que os 7 passos do Jogo Oásis estivessem permanentemente presentes, mas não necessariamente seguindo uma ordem gradativa e coordenada. De tal modo que, a todo o momento, mediante o processo de enxergar as potencialidades, mesmo naquilo que está disperso e desmembrado pelo espaço, pudesse se dar espontaneamente o Olhar da abundância, a elaboração do Sonho, o despertar do Afeto, a conduta mobilizadora do Cuidado e a realização de um “Milagre”. De maneira que, um dos participantes da vivência no Sirius, com a ajuda de um morador e inspirado pelo desafio de atender o desejo das crianças construiu, a partir de materiais que encontrou na própria comunidade, uma mesa de pebolim, utilizando cabos de vassoura e sacos de rede de frutas, como relata em depoimento.

No primeiro dia de mutirão, eu estava na parte das brincadeiras e a gente reuniu a criançada. Mostramos a eles algumas referências, eles apontaram o

que queriam fazer e sugeriram de fazer um pebolim e eu pensei: 'nossa, nunca fiz um pebolim, quase nunca brinquei de pebolim, vai ser um desafio pra mim, mas vamos tentar!'. Fui fazer outra coisa, mas pensei: preciso fazer o pebolim. Daí chegou um jovem, o Luiz. Ele me deu tanto ânimo! Fomos buscar os materiais. Faltava uma tábua, a gente errava, fazia de novo, ia se acertando. Quando as crianças vinham e viam o que estávamos fazendo, o rosto delas se enchia de alegria e isso me dava mais ânimo! Quando eu cheguei em casa no sábado, fui buscar alguns materiais que poderiam ajudar na mesa de pebolim. Acabou que no domingo nem usei nada, porque pensei em usar os materiais de lá, porque se quebrar eles vão saber onde pegar, então, usamos o pallet, o cabo de vassoura e a redinha de frutas (goleira). No final do domingo, o Luiz voltou lá e ficou super feliz! Eu fui embora do mutirão quase que sem cansaço, de tanta alegria. Tudo isso, toda essa construção, foi incrível!“ (Andrey Marcondes, participante da formação e estudante da UNICAMP)

Figura 104: Foto da mesa de pebolim realizada durante o mutirão do Sirius



Fonte: Elos Demacamp, 2017.

Também aconteceu a realização de uma biblioteca sonhada e tornada realidade através da customização de um armário de metal, recebido de doação junto com a doação de livros e gibis da própria comunidade e da Companhia das Letrinhas, atendendo aos anseios das crianças que participaram. “Eu sonho com uma biblioteca tio! Eu e muitas meninas aqui no bairro adoram ler.” (Thaise de 12 anos, moradora do Sirius). Atualmente a biblioteca permanece na sede da associação de comerciantes, no espaço comunitário, e é utilizada, principalmente pelas mulheres que tocam o projeto Brincando no Sirius, com atividades e leituras para e com as crianças.

No primeiro momento da intervenção do Abaeté a comunidade decidiu realizar o passo do Milagre nos canteiros centrais, através de plantio de mudas de plantas. As frentes de trabalhos foram divididas ludicamente entre os quatro elementos – ar, terra e fogo – sendo definidas no próprio dia do mutirão foram. A frente da equipe fogo ficou responsável pela confecção dos mobiliários, responsável por planejar e construir móveis

em madeira; a frente da terra, pelo paisagismo, roça da grama e limpeza dos canteiros centrais e rotatórias (que cavou e preparou covas para receber o posterior plantio das palmeiras) e; a frente ar, responsável por preparar a comida para os participantes.

Figura 105: Foto com os participantes do Jogo trabalhando no canteiro do Residencial Abaeté



Fonte: Elos Demacamp, 2017

No Bassoli os mutirões aconteceram em dois finais de semana, dois meses após os mutirões dos outros residenciais. Foi bastante expressivo o número crescente de moradores que se somaram ao longo dos dias, mesmo com condições climáticas desfavoráveis, pois choveu no primeiro dia do mutirão, o que não impediu as significativas realizações.

Também foram divididas as atividades em frentes de trabalho: manutenção, responsável tanto pela manutenção dos brinquedos do parquinho, quanto pela instalação dos novos brinquedos, dos equipamentos de ginástica e da construção das floreiras; frente paisagística, se ocupou com a limpeza das ruas no entorno da quadra, poda do mato, plantio da grama na quadra e no entorno, plantio das árvores e jardins; mobiliário, coube a ela elaboração e instalação dos móveis de concreto (bancos e mesas), construção de escada e rampa de acesso à quadra e piso cimentado. Também houve um grupo organizado para promover o almoço de todos os envolvidos.

Figura 106: Foto da execução do piso e instalação dos bancos e mesas no Residencial Bassoli



Fonte: Elos Demacamp, 2017.

Uma frente alternativa se organizou para pintura da estrutura metálica e das tabelas de basquete nas quadras, bem como para a instalação das cestas e manutenção e pintura das traves do gol. Posteriormente foram instalados refletores e rede de proteção.

No final de semana seguinte foi realizado outro mutirão com mais de 100 jovens da DPaschoal, nessa ocasião foi realizada a pintura das quadras, bem como a construção de brinquedos, plantio em canteiros de pneus, entre outras atividades.

Após a finalização de cada mutirão, o passo seguinte é a **Celebração** que, como o nome sugere, comemorou aquilo que foi realizado durante os dias de trabalho em conjunto, correspondente ao sexto passo da metodologia Oásis. Em cada comunidade este passo aconteceu de acordo com os talentos de cada residencial, resultando em eventos de naturezas diferentes.

Após a Celebração, o sétimo e último passo da metodologia é a chamada **Revolução**, que corresponde ao momento em que são planejados os próximos passos do processo de mudança na comunidade. Levando em consideração que o Jogo Oásis leva um tempo relativamente curto para ser implementado, as concretizações foram acima das expectativas, considerando as perspectivas naturais para as realizações de projetos com tamanha magnitude. Justamente nesse momento, os moradores dos residenciais foram convidados a impulsionar novas ações, a partir das experiências vividas e apreendidas, se questionando novamente e coletivamente, sobre os desejos comuns para o bairro. Novos grupos foram formados de acordo com os interesses pessoais para o

planejamento de um novo ciclo de realizações. Para isso foram organizadas metas de curto, médio e longo prazo, que correspondem a ações que idealmente ocorreriam respectivamente dentro de um, três meses e doze meses.

A Re-volução do residencial Sírius projetou, dentre as atividades a serem realizadas no prazo de um mês: a preparação de um terreno para uma horta comunitária; formação de uma composteira; a realização de atividades com crianças e jovens no espaço comunitário; a realização de encontros para pensar estratégias de mobilização comunitária; plano de atividades; realização, no Espaço Comunitário, de uma festa de Carnaval, destinada às crianças e; promover encontro com Associação de Comerciantes. Dentre as atividades inicialmente planejadas, algumas foram feitas: a festa de carnaval para as crianças, encontro com a associação de comerciantes e atividades com crianças no espaço comunitário, que hodiernamente ainda acontecem, sendo promovidas por moradoras do residencial.

As atividades planejadas para serem realizadas a médio prazo eram: fazer o levantamento sobre as informações do TAC; realização de oficinas culturais e esportivas; sessões de filmes e animações com rodas de conversa (Cine Sírius); iniciar a área de lazer; buscar alternativas para regularização dos comércios; formação da Associação de Moradores e; agenda comunitária de ações e projetos. Destas ações, algumas se efetivaram, mas não exatamente da forma planejada, nem envolveram necessariamente as pessoas que inicialmente se comprometeram no dia da Re-evolução, extrapolando o prazo de 3 meses. Uma das concretizações, que foi realizada após a finalização do projeto, foi implantação de uma área de lazer, feita em mutirão por iniciativa de um morador do condomínio A2 que, após o curso Equipes Transformadoras de lideranças comunitárias, sentiu-se impelido a fazer coisas pelo bairro e com os moradores.

A longo prazo a pauta era: a consolidação de projetos comunitários; a consolidação da área de lazer com quadra poliesportiva; a regularização dos comércios e capacitação dos comerciantes; avançar na agenda de políticas públicas para o bairro (saúde, educação, cultura e esporte) e; a construção de uma creche comunitária. Dessas ações, algumas ainda acontecem, como o engajamento de parte da população na agenda de políticas públicas para o bairro, organizou-se grupos de whatsapp criados para fortalecer o engajamento, a comunicação e a articulação entre os moradores).

A Re-volução do Abaeté planejou a curto prazo: cuidar do que foi realizado em mutirão; divulgar as ações nos condomínios para que mais pessoas sejam sensibilizadas

a se responsabilizar pela manutenção do que foi feito; terminar o plantio das mudas que restaram; fazer documento para liberação dos terrenos públicos; limpeza dos terrenos; formalizar a associação do bairro e; construir um parquinho infantil.

As ações pensadas em médio prazo foram: detalhar o projeto da praça localizada na entrada do bairro com construção de um espaço comunitário para as reuniões comunitárias da associação de bairro; começar a brinquedoteca; implementar uma horta comunitária; conseguir a liberação da área de lazer através de autorização da Prefeitura e execução por parte da construtora; instalações de lixeiras nos pontos de ônibus e; buscar espaço para comerciantes locais.

Em relação aos sonhos de longo prazo os moradores decidiram: repensar o projeto inicial da praça da área de lazer do bairro, adicionando pista de caminhada, skate, ciclovia, bicicletário, quiosques, área de convivência com bancos e mesas, centro comunitário, com atividades para todas as idades, academia ao ar livre e campo de futebol; oficinas de educação ambiental; de geração de renda; ensino profissionalizante; espaço para lanchonete comunitária e expansão comercial.

Dentre as ações descritas, grandes avanços ocorreram do ponto de vista da concretização de diversas ações, ainda que não exatamente nos prazos previstos. O cuidado dos canteiros foi feito por alguns poucos moradores que, ao final, cansaram de realizar as atividades sem receberem ajuda e suspenderam as manutenções. Dentre as ações realizadas destacam-se a consolidação de um grupo que formalizou uma associação de moradores, com o auxílio da Escola de Transformação, que ofereceu um suporte jurídico para a formalização, bem como a posterior construção do Espaço Multiuso que hoje funciona como sede da Associação de Moradores do bairro. A sede, que foi construída com apoio financeiro da FEAC e equipe técnica da Escola de Transformação, sedia cursos profissionalizantes através de projetos que também são apoiados financeiramente pela Fundação. As peças, foram realizadas, uma através de mutirão, a outra a prefeitura instalou equipamentos de ginástica ao ar livre. A outra área pública, a maior entre as destinadas ao sistema de lazer do bairro, já tem projeto e, através de articulações dentro do Projeto da Escola de Transformação, será implementada pela construtora que fez o residencial.

A Re-evolução no Bassoli previa, a curto prazo, em um mês, na área correspondente ao sistema de lazer 2, um dos grupos ficaria responsável pela limpeza da rua e plantio de árvores, instalar a iluminação na praça e no caminho (entre o condomínio C e D), fazer o plantio de jardins, instalação de alambrado no parquinho, e

terminar a pista de caminhada. Outro grupo, para as ações de médio prazo ou 3 meses, ficou responsável por promover atividades na quadra (de cima), como torneio de dama, campeonato de futebol, biblioteca, projeto para as crianças, vôlei e queimada, bem como palestras sobre prevenção do uso de drogas e cinema. A longo prazo, um grupo ficou responsável pelo plantio de árvores e jardins, instalação de bancos, pintura e iluminação da quadra, instalação de brinquedos na quadra de baixo. Enquanto que, um quarto e último grupo, ficou responsável pelas áreas de lazer 4 e 5, estando a frente da implementação de um Parque Linear.

Das ações que foram planejadas no Bassoli, algumas delas foram realizadas no âmbito do DIST, como a limpeza e implementação do sistema de lazer 2, com plantio de árvores, instalação de iluminação pública, etc, e outras estão sendo realizadas até hoje por grupo de jovens apoiados com o fundo semente da Escola de Transformação, como é o caso do cinequadra, que realizam mensalmente uma sessão de cinema para crianças e jovens. O parque linear nos sistemas 4 e 5 de lazer possuem projeto feito pelo DPJ e que estão em fase de estudos pela prefeitura para implantação, ainda sem previsão de quando.

5.4.2. Resultados dos primeiros mutirões nos bairros

Em virtude dos primeiros mutirões realizados no Sirius e no Abaeté não terem obtido em tempo hábil a aprovação para intervir em algum espaço público, as realizações tiveram caráter de intervenções não permanentes ou paisagísticas. No entanto, no Bassoli, as intervenções foram mais permanentes, como instalação de parque infantil, bancos, equipamentos de academia ao ar livre e mesa de jogos.

Na vivência Oásis no Sirius, durante o mutirão, ocorreu uma intervenção/revitalização no espaço comunitário, como a construção de mobiliário urbano de madeira móvel, biblioteca e brinquedoteca (com livros doados e brinquedos criados no mutirão), pintura do piso e das paredes (espaço para projeção de cinema ao ar livre e/ou apresentações), desenvolvimento de jogos, além do paisagismo e plantio, tanto de mudas de arbustos, quanto de ervas aromáticas. Posteriormente foi instalado um sombrite com o intuito de melhorar a qualidade ambiental e deixar o espaço mais agradável durante o dia, para diminuição da incidência do sol. As intervenções no espaço comunitário do Sirius motivaram a posterior construção de uma sede dos comerciantes locais, com um banheiro para que a comunidade pudesse utilizar durante os eventos no espaço.

Figura 107: Foto atual, fruto do resultado no Espaço Comunitário no Sírius



Fonte: Autora, 2019.

No Abaeté, durante o mutirão, houve a realização do incremento do aspecto paisagismo no bairro, motivando a limpeza e manutenção dos canteiros localizados nas avenidas principais, por parte de alguns moradores. Esse cuidado foi sendo deixado de lado após um tempo e depois retomado pela associação de moradores que cuida dos espaços do entorno da sede.

Figura 108: Foto do resultado aspecto paisagístico Abaeté.



Fonte: Autora, 2019.

No Bassoli, foi realizada a revitalização das Quadras e de seu entorno, a reforma do parque infantil, com a instalação de novos brinquedos, mobiliário de concreto e melhoria da caminhalidade (como bancos e mesas de jogos, construção de uma calçada,

escada e piso de concreto), além da pintura da estrutura da quadra, da tabela de basquete, instalação das cestas, paisagismo e plantio de mudas de arbustos e árvores.

Figura 109: Fotos do resultado do que foi feito Bassoli brinquedos infantis, canteiros em pneus pintados, árvores plantadas.



Fonte: Autora, 2019.

A Escola de Transformação promoveu a criação de espaços comunitários de forma colaborativa e a entrada do Projeto nos bairros, gerando a possibilidade de abertura de espaços de diálogos, onde os moradores puderam se conhecer e começar a estabelecer diálogos que, possivelmente, não aconteceriam se não houvesse tal incentivo e fomento de um ambiente propício a essa finalidade. Percebemos em algumas falas de moradores, um certo despertar de colaboração, um resgate de um espírito cooperativo que talvez estivesse adormecido quando se mudaram para o novo empreendimento. Os encontros promovidos fizeram com que vínculos fossem estabelecidos. "Comunidade é isso: um ajuda o outro. Enquanto um morador troca as plantas de lugar por conta do Sol, outra moradora fez a rega das plantas". (Antônio Carlos Santos, morador do Sirius)

Aos olhos de muitos pode ser pouco, mas aos meus olhos foi muito e fez a diferença. A gente está se unindo e outras pessoas virão. Ontem à noite tocaram no meu condomínio pessoas que eu nem conheço pra dizer que estava tudo muito lindo e que estavam super felizes com tudo que estava acontecendo. A gente não saberia dar o primeiro passo e com vocês demos o primeiro passo

todos juntos de uma só vez (Katarina Leme da Silva, síndica do condomínio 06, moradora do Abaeté).

O que eu aprendi de mais valioso nessa experiência dos últimos dias e que eu quero cultivar e levar para a minha vida são amizades sinceras, solidariedade, fraternidade, coletividade, união. Quero que esse projeto seja uma bagagem que levaremos para vida toda. Para pensar no futuro, teríamos que dar prioridade a necessidades de mais importância e depois fazer o restante ao longo do tempo que nos resta com mais tranquilidade e eficácia (Flávia Marianna Justino, moradora do condomínio 04, residencial Abaeté).

No total foram contabilizadas mais de 200 pessoas nos mutirões nos residenciais Sirius e Abaeté e mais de 300 pessoas nos mutirões do Bassoli. Para além de questões numéricas, as vivências nos residenciais promoveram espaços de encontros e trocas fazendo com que as pessoas do mesmo condomínio e até de condomínios ou lugares completamente diferentes, pudessem se aproximar e criar algum tipo de vínculo. A partir dessas trocas foi possível também a entrada da equipe técnica nos bairros, de forma a ter mais credibilidade e confiança dos moradores, uma vez que perceberam que o projeto estava ali para o benefício da própria comunidade. Uma das falas mais marcantes em uma das primeiras reuniões no Sirius, que teve consonância com outras falas parecidas de pessoas do Bassoli, foi no sentido dos moradores expressarem o sentimento de se estarem esquecidos, que foram “jogados” e que não estavam sendo atendidos pelo Poder Público no que tange aos seus direitos.

Dessas vivências derivaram grupos formados por interesses comuns e incentivados a elaborarem juntos projetos, que seriam impulsionados pela Escola de Transformação¹⁸⁶. No Abaeté, dois projetos foram apresentados e contemplados: Dance, Cante e crie (oficinas de artesanato e música) e Beneart Canãa (oficinas de culinária comunitária, a partir das receitas tradicionais de famílias de pães caseiros, bolos, salgados de festas, para auxílio economia domiciliar e possível geração de venda com os produtos). No Sirius foram apoiados 3 projetos: Gerando Vida, de Jiu Jitsu em um dos condomínios, aberto a todas as crianças interessadas; Ritmo, Harmonia e Cidadania, projeto de musicalização e conscientização ambiental para jovens e; o Hora do Brincar, de recreação para crianças. No Jd. Bassoli, foram apoiados 3 grupos, o Bassoli dos Nossos Sonhos: com atividades de cinema na quadra, “CineQuadra”, contação de histórias e eventos para as crianças do bairro; o Artes Bassoli: oficinas de costura e desenvolvimento de produtos de artesanato e; Cooperativa de Catadores: organização

¹⁸⁶ Foram apresentados e contemplados 8 projetos, divididos nos 3 empreendimentos, no edital promovido pela Escola de Transformação, em junho de 2017, com o recurso semente de até R\$8.000, pra compra de equipamentos e materiais.

dos catadores que atuam individualmente em associação para que possam reivindicar o espaço para construção do barracão.

5.4.3. Segunda Vivencia Oasis nos bairros

Em um segundo momento do projeto, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2018, estava prevista uma segunda Vivencia em cada bairro, que resultaria em nova intervenção em cada um deles. Como já havia sonhos coletados da primeira vivencia, a vivência foi adaptada e não foram realizados todos os passos da metodologia, apenas alguns. Foram implementados o passo do Olhar e do Afeto, para reconhecer mais detidamente os talentos nos bairros estabelecendo maiores vínculos e conexões para sensibilizar mais pessoas do bairro para se juntarem e conseguirem realizar, com mais força, o sonho coletivo.

Uma vez que as potencialidades pessoais e locais haviam sido identificadas, após o Olhar e o Afeto, o passo seguinte foi retomar a pauta dos sonhos anteriores e passou-se direto para o Cuidado, para planejar a realização em conjunto. Dessa vez, com mais tempo de organização e um longo processo junto à Prefeitura Municipal de Campinas, Demacamp e o Instituto Elos, conseguiu-se a aprovação para a realização dos mutirões nas áreas públicas dos residenciais.

No Bassoli e no Abaeté a Prefeitura limpou o terreno, durante a semana dos mutirões. No Sirius, sem contar com o apoio do poder público, a iniciativa veio por parte de um dos moradores do bairro, o mesmo que, posteriormente, iria tomar a iniciativa de fazer a praça na frente do condomínio A2.

Os mutirões nos 3 bairros foram feitos simultaneamente. Sendo construídos espaços de lazer: instalação de parquinhos infantis, com recursos do próprio DIST reservados para as intervenções, e no Síruius foi implantada uma academia ao ar livre, coberta com um sombrite. Houve implementações de projetos de paisagismo nos três bairros, aprovados previamente pelo Departamento de Parques e Jardins (DPJ) de Campinas, bem como mobiliários urbanos, mesas de jogos (Abaeté e Bassoli) ou piquenique (Sirius).

Nos 3 empreendimentos, os locais escolhidos juntos com os moradores para serem intervindos foram as entradas dos bairros. A escolha das áreas para intervenção foram decididas de acordo com os sonhos da primeira vivencia, validados junto com os moradores em reunião comunitária, somada à visão da equipe técnica em relação às áreas que seriam mais apropriadas. Houveram alguns conflitos na escolha do local a ser

interferido, sobretudo no Sírius, que, pela sua configuração e implantação, não existe um local que contemplaria 100% dos condomínios. Os moradores da parte de baixo gostariam que as intervenções fossem feitas na parte de baixo, enquanto os outros moradores preferiam que fosse feita em cima. No fim, a maioria concordou que o melhor lugar para aquela intervenção seria no Sistema de Lazer II do Cosmos¹⁸⁷, que poderia abranger a maior quantidade de pessoas da comunidade, por estar localizado na entrada do bairro, consistindo em um lugar de passagem para todos que desejam chegar ou sair de seus respectivos condomínios, inclusive para acessar os transportes coletivos que circulam no bairro.

5.4.4. Resultados da segunda intervenção nos bairros

No Jardim Bassoli, o local selecionado para a segunda vivência foi o sistema de lazer 2. Foi feita a pintura do muro, no fundo do condomínio C, que faz divisa com a praça, também foram retirados dois brinquedos trepa-trepas e os outros três foram lixados e pintados. Foram feitas calçadas e escada de acesso à praça, os moradores instalaram bancos e mesas de concreto, mesa de madeira para piquenique, trepa-trepa, escorregador, balanços, pula-pula de pneus entre outros mobiliários e brinquedos. Foram também feitos jardins e plantou-se grama e muitas árvores.

Figura 110: Foto do sistema de lazer 02, antes da intervenção no Bassoli



Fonte: Arquivo Elos Demacamp, 2018.

¹⁸⁷ O conflito foi gerado também por existir um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), aonde já estava prevista a construção de uma quadra coberta e campo de futebol pela Prefeitura de Campinas, sem previsão de data para ser executada. O projeto arquitetônico da praça foi feito de forma a respeitar o projeto original de construção da quadra pela prefeitura, para não ser um motivo pelo qual não fosse implementada a praça prevista.

Figura 111: Foto da praça feita no sistema de lazer 02, no mutirão no Bassoli.



Fonte: Arquivo Elos Demacamp, 2018.

Após o mutirão foi feito o passo da Re-evolução com o foco de manter a manutenção da área de lazer. Foram instalados 4 conjuntos de duas lixeiras papaleiras. Os moradores também construíram e instalaram cercas de proteção para as árvores já plantadas, e finalizaram o plantio de algumas mudas de flores e árvores que sobraram do mutirão, e coloriram outros muros do residencial com as tintas que sobraram. Os moradores acompanharam o processo junto a Prefeitura Municipal de Campinas para instalação de postes de iluminação e construção de calçada posterior.

No Residencial Sirius foram construídos passeios, para ligar a rua com o interior da praça, foram colocados dois sombrites, um para cobrir os equipamentos de ginástica, e o outro em cima das mesas de piquenique. Foi construído um parquinho infantil, uma academia e foram colocadas mesas de madeira de pique-nique e instalados banquinhos de concreto. Foram feitos canteiros com flores, arbustos, mudas de árvores e grama.

Na Re-evolução os participantes se reuniram e decidiram criar uma comissão para cuidar da praça, que acabou ficando a cargo da Associação de Comerciantes do Sirius. Dentre as ações previstas para serem feitas posteriormente estava um pedido para o poder público instalar postes de iluminação, bebedouros, pontos de água para rega e redutores de velocidade na rua em frente à praça. Segundo relato dos moradores os pedidos foram feitos, porém até agora nada foi feito por parte da Prefeitura.

No Abaeté também foram feitos caminhos de concreto, para ligar a rua ao interior da praça onde ficaria o espaço comunitário. Foram colocados bancos de concreto, instalação do parquinho infantil e foram fixadas mesas de jogos e banquinhos de concreto. Foi pintado o fundo do muro que dava para a praça e formaram canteiros com flores, arbustos, mudas de árvores e uma pequena horta comunitária de chás de

ervas medicinais. Posteriormente foram instaladas lixeiras papelarias e a prefeitura instalou postes de iluminação. Também foi construído o espaço comunitário.¹⁸⁸

Percebeu-se no decorrer do projeto que há um enorme desafio em mobilizar comunidades. Comunidades estas que foram desenraizadas, e que não tem senso de comunidade, identidade e pertencimento bem estabelecidos com o território e entre si. A conquista da casa própria faz com que haja uma aparente “acomodação” no processo de luta por um bem comum, que antes era a moradia, e que se transforma na luta pela própria existência.

Quando eu vi falei, pô, vou ajudar. Senti vontade de ajudar, de dar o máximo de mim nos poucos dias que eu pude ajudar. Sou muito grato ao projeto por ter olhado pra nós e ter essa visão positiva do bairro. Tem muita gente que olha para o Jardim Bassoli como um lugar negativo, já eu não. Faz cinco anos que eu moro aqui e sempre tento ver por um lado positivo, até agora é o lugar que eu tenho para viver e se um dia eu sair daqui eu quero lembrar daqui como um lugar bom. Eu conheci muita pessoa boa aqui durante o mutirão: o time do talento, até meus vizinhos que a gente não tinha afinidade, então através do projeto eu ganhei vários amigos.” (Idrênio Costa Santos – morador do Jardim Bassoli)

Nesses 1 ano e meio que estou com vocês aprendi, que todo dia é dia de aprender algo novo. A gente sempre pensa que é impossível realizar nossos sonhos, até o dia que a gente se reúne e faz acontecer. Nesse mutirão trabalhei com concreto, o que já não fazia faz muito tempo e achava que não sabia mais como fazer, mas de repente me vi lá, trabalhando, e vou dizer: ficou perfeito! O que levo pra minha vida é que nada é impossível. (Roberto, morador do Vila Abaeté)

Atualmente percebemos que a força coletiva que criou as praças, não se manteve depois das intervenções com a mesma intensidade para a manutenção delas. Como veremos com as observações de campo e relatos de moradores, algumas se mantêm através de ações dos próprios moradores¹⁸⁹ e algumas iniciativas pontuais do Poder Público, mas são visíveis apenas em alguns momentos.

¹⁸⁸ Em novembro de 2017, iniciaram-se as tratativas para a aprovação do Projeto da Praça com um edifício multiuso para fins comunitários e estabeleceu-se a parceria da FEAC para a doação de R\$ 76.000,00 para a obra do espaço multiuso. Em janeiro e fevereiro de 2018, os moradores colocaram a mão na massa para realizar a construção de uma praça com parquinho, horta, espaço com mesas, bancos e um lindo mural. Em março de 2018, com assessoria jurídica contratada pela Escola de Transformação nasce a Associação Comunitária do Bairro. Em maio de 2018, foi iniciada a construção do Espaço Multiuso a partir da doação da FEAC. E, em Agosto de 2018 foi inaugurado o espaço, atualmente utilizado como sede da associação de moradores, aonde acontecem diversos cursos. Por ser uma praça pública com fins ambientais a construção foi toda feita seguindo os moldes de uma construção ecológica de baixo impacto, com a utilização de bloco de terra comprimida ou tijolo ecológico,

¹⁸⁹ As ações do DIST II motivaram outras ações como a realização de um espaço de lazer, com campo de futebol na frente do A2, liderado pelo Alexandre, morador do condomínio A2, que encorajou vários mutirões para a construção do espaço com auxílio de parceiros que doaram equipamentos para as crianças

5.5. A força do coletivo no esforço da construção social do território

Houve aqui o esforço de passar a essência de cada atividade realizada durante o DIST II Campinas nos três bairros, entretanto, não foi objetivo desse trabalho mensurar os efeitos de cada ação, mesmo porque, alguns efeitos são imensuráveis. O que pode ser percebido e registrado são os efeitos que reverberam a partir dessas ações através de outras ações autônomas posteriores ao projeto. Pode se notar que a reverberação dos projetos está acontecendo até o momento presente, mediante ações dos próprios moradores nos bairros, bem como articulações institucionais que continuam ativas, porém sem a presença dos técnicos do DIST II Campinas.

O que foi apresentado aqui foi a metodologia adotada para intervenção nos espaços públicos, que no caso do DIST II – Campinas foi a Metodologia Elos, baseada na Filosofia Elos. Além da metodologia, foram apresentadas as transformações que ocorreram nos territórios. O próximo capítulo terá como objetivo mostrar como ficaram esses locais após um ano de finalização do projeto. Em seguida são apresentados os resultados referentes às entrevistas com os moradores de cada bairro, mostrando um retrato de seu perfil socioeconômico e como enxergam o seu bairro, levando em consideração o tempo em que estão vivendo na nova moradia, bem como quais suas percepções e perspectivas em relação às mudanças ocorridas. Serão apresentados também depoimentos coletados de outros agentes que possuem algum tipo de ligação, seja com o PMCMV ou com o DIST.

e aparelhos de ginástica. É nesse espaço que hoje acontecem as feiras de artesanato que os próprios moradores organizam para o bairro.

CAPÍTULO 6

São 23h 30 e um barulho de trem ensurdecedor aqui no condomínio B2 do Sirius. Até que você se acostuma. Antes desse barulho era o barulho dos bares, que se torna insignificante perto desse trem que parece que não vai parar de passar nunca mais. Fico pensando: será que esse é um incômodo diário para essas pessoas?! Será que se acostumaram?! Qual a qualidade de sono que elas têm, dormindo com esse barulho todos os dias e ainda tendo que acordar de madrugada para pegar o ônibus que estará cheio de gente saindo na mesma hora, e trocar de condução para, duas horas depois, chegar no seu trabalho e estar completamente disposta e sorridente para atender clientes o dia inteiro? Esse é o caso da Maria, que vive aqui no Sirius. Maria vive no segundo andar desde 2013 quando foi sorteada para trocar a sua moradia de aluguel no centro para viver no Residencial. Pelo que conta, no começo foi uma decisão extremamente difícil, pois essa seria a sua oportunidade única da vida de ter acesso à sua moradia própria através do programa de financiamento subsidiado pelo Governo. Maria conta que passou alguns dias com muita dúvida, que nem sabia onde ficava o empreendimento, e quando veio se deu conta de que estaria abrindo mão de diversas coisas em sua vida, sobretudo de seu tempo em deslocamento. Em julho de 2016, Maria sofreu um acidente dentro de um ônibus, que freou bruscamente e Maria caiu de um jeito que fez a sua vida nunca mais ser a mesma. Até hoje ela anda com auxílio de bengala para se locomover. Teve que abdicar de uma de suas paixões na vida, a dança do ventre. Todos os dias tem que subir 4 lances de escadas para chegar a sua casa. Acorda às 5h para pegar o ônibus para não se atrasar no trabalho. Faz isso todos os dias, inclusive sábados. Quinzenalmente aos domingos, Maria se dedica ao projeto “brincando no Sirius”, projeto que começou após ação do DIST II Campinas. Inicialmente Maria e mais duas moradoras se juntaram para formular e concorrer ao fundo semente. Após brindarem com a conquista colocaram em prática e até hoje, continuam a tocar o projeto, só que agora em dupla com Suzana. (trecho retirado das observações de caderno de campo).

6.1. Observações de campo e entrevistas com moradores – Pós DIST II

Este capítulo foi escrito com base em dados coletados em campo e entrevistas realizadas com moradores dos três bairros durante os meses de maio e junho do ano de 2019. As observações de campo ocorreram entre os meses de abril e julho do mesmo ano, em diferentes dias e horários. Os espaços privilegiados para nossa vigilância pesquisativa foram aqueles onde ocorreram as intervenções durante o DIST II. Esses locais consistem, ao mesmo tempo, em sujeitos e objetos de nossas considerações, pois além de registrar e constatar o estado de conservação das praças e dos equipamentos instalados, buscamos compreender o tipo de uso e apropriação dada pelos moradores e vizinhança após um ano de intervenção. Para essa finalidade realizamos entrevistas com moradores dos três empreendimentos em busca de verificar o grau de apropriação dos

mesmos nos espaços pesquisados, ao fazer isso tentamos traçar, minimamente, um perfil socioterritorial das populações dos territórios analisados, sem deixar de lado o exercício de apreensão do caráter socioeconômico dos cidadãos que gentilmente nos forneceram depoimentos.

Dado o caráter complexo envolvendo a estrutura urbanística, também realizamos entrevistas com agentes públicos e outros atores sociais, dando enfoque prioritário às entrevistas daqueles indivíduos que participaram, em alguma medida, do TTS em algum dos três territórios pesquisados. Ao fazer isso, nossa análise recai sobre o papel institucional e burocrático envolvendo o TTS, seu envolvimento junto à população e sua relação com os poderes estatais constituídos.

6.2. Análise das observações de campo

Mediante as visitas sistemáticas que fizemos aos campos, foi possível perceber alguns padrões que se repetem e outras singularidades que acentuam diferenças entre os empreendimentos. As visitas foram acompanhadas pelo preenchimento de um roteiro e foram registradas com fotografias para a posterior elaboração deste texto. Foram selecionadas as fotos mais expressivas e acompanhadas das devidas descrições.

Uma vez que nossas visitas abrangeram todos os dias da semana com horários distintos, pudemos ter um amplo recorte de parte do cotidiano nos territórios. Soma-se a isso, as informações coletadas em campo, e àquelas fornecidas pelos próprios moradores. Algumas fotos noturnas não estão presentes neste trabalho, em virtude da má iluminação dos lugares.

Os roteiros das observações foram divididos em: descrição dinâmica, contendo número de pessoas que passavam ou permaneciam nas praças e; perfil das pessoas que frequentaram aquele determinado horário e atividades realizadas por elas. A outra parte do roteiro refere-se à descrição do ambiente físico/infraestrutura e equipamentos, como o estado de conservação das praças, das calçadas e ao redor, limpeza, iluminação, vegetação, atividade comercial e presença de animais.

6.2.1. Conservação praças

Nos três territórios as intervenções durante o segundo Jogo Oasis foram realizadas nas entradas de cada bairro, o que estrategicamente acaba por fazer uma

conexão dos bairros “novos” com os que já existiam antes da chegada deles¹⁹⁰. A implementação de equipamentos semelhantes lança dúvidas do quanto os técnicos interferiram nas decisões finais coletivas, mesmo se tratando de territórios com demandas análogas.

Jardim Bassoli

Dentre as intervenções observamos que os parquinhos infantis feitos no primeiro Oásis do DIST II, bem como o que foi feito no DIST I, estão bastante deteriorados, tanto pelo excesso de uso, como pela ação do tempo e a falta de manutenção. Em várias visitas realizadas presenciamos a presença de muitas crianças, principalmente na praça ao redor da quadra mais próxima ao condomínio H.

Figura 112: Foto do Parquinho infantil feito no DIST I – Jardim Bassoli



Fonte: Arquivo autora, 2019.

Ainda em relação a praça realizada na primeira vivência (no sistema de lazer 06), as mesas de jogos de concreto e as floreiras feitas de madeira apresentaram sinais evidentes de deterioração, possivelmente pelo mal-uso, ou uso inadequado associado a ação do tempo, exposição ao sol e chuva, etc. Também na praça localizada na parte de baixo do residencial (sistema de lazer 05), em frente ao condomínio O, apresentou parte das intervenções destruídas. As lixeiras instaladas e os brinquedos já não existem mais, bem como algumas floreiras feitas de pneu.

¹⁹⁰ Essa “casualidade” faz questionar o teor participativo deliberativo do DIST II (ou do Oásis).

Figura 113: Foto da praça feita no sistema de lazer 06 (quadra do H ou de cima)



Fonte: Arquivo autora, 2019.

Figura 114: Foto das Mesas de Jogos no Sistema de Lazer 06 (quadra do H)



Fonte: Arquivo autora, 2019

As duas quadras do bairro (que já existiam antes das intervenções) se mantêm em bom estado de conservação, mesmo sendo muito utilizadas pelos moradores. Percebe-se zelo nesses locais em virtude da mobilização para o cuidado para com elas, que são multiuso, usadas para bazares, cultos religiosos, jogos de futebol, entre outras atividades. Em comparação entre as duas, a que se apresenta menos conservada é a quadra de baixo, em virtude dos danos na rede que circunda a quadra poliesportiva. A questão da iluminação na quadra de cima é um problema, todo holofote que é instalado queima (foram instalados duas vezes em um intervalo curto de tempo). Atualmente encontra sem iluminação.

Figura 115: Foto da Quadra poliesportiva debaixo no Jardim Bassoli



Fonte: Arquivo autora, 2019

O que se manteve conservado em ambas as praças foram os bancos de concreto, muito utilizados pelos moradores. Isso leva a refletir sobre a qualidade e o tipo de materiais a serem utilizados em intervenções semelhantes.

A última praça realizada durante o DIST II, na entrada do bairro, é a que apresenta em melhor estado de conservação, embora alguns danos sejam perceptíveis como a destruição do sombrite, e algumas das lixeiras. As mesas de jogos, os bancos de concreto, a mesa de pique-nique e os equipamentos/brinquedos do parquinho infantil estão em bom estado.

Residencial Sirius

Nas visitas aos locais verificamos o estado de conservação tanto do espaço comunitário, próximo ao condomínio Azaléias, quanto o estado do campo, localizado entre a parte de trás dos comércios informais do Residencial Sirius e o bairro Cosmos. O espaço comunitário apresenta-se em ótimo estado de conservação e é bastante utilizado pela população. As intervenções feitas no DIST II alimentaram uma espécie de ciclo virtuoso que geraram diversas ações de melhorias do local, desde a construção da sede da associação de comerciantes que conta atualmente com banheiro no local, realizou-se o polimento do piso de concreto, refez-se a pintura no piso, foi instalado parquinho infantil, através de doação, e o espaço recebe limpeza periódica dos comerciantes ao redor. Todo o comércio (ainda informal) bem como o espaço comunitário, estão localizados em uma diretriz viária, correndo o risco de não obterem a permissão de permanência. Esta é uma luta que a associação enfrenta junto à população, que necessita desse comércio e ao mesmo tempo gostaria de algo mais organizado e padronizado.

Figura 116: Foto do Espaço comunitário Residencial Sírius



Fonte: Arquivo autora, 2019.

A praça feita durante o segundo Oásis se mantém parcialmente conservada. Os sombrites instalados foram danificados que, segundo os moradores, as crianças se penduravam nele para brincar. Alguns brinquedos, como um dos balanços, encontram-se quebrados. A academia de ginástica está em ótimo estado de conservação, porém sem a proteção (sombrite) do sol durante o dia que foi danificada. As mesas de pique-nique estão em bom estado também, também sem a presença do sombrite, que protegia um pouco das intempéries e do sol, esta intervenção pode ter uma vida útil mais curta, caso não se tome providências. O espaço também permanece limpo recebendo cuidado dos comerciantes locais. A rede de vôlei que foi instalada fica guardada sob a responsabilidade do presidente da associação dos comerciantes. O restante dos equipamentos permanece em bom estado, tirando uns animais de madeira que apresentam descaracterizados pela ação do tempo e uso. Esses equipamentos, feitos de madeira, apresentam certa deterioração natural, como a presença de certas rachaduras nas ranhuras das veias dos troncos utilizados, sem a devida manutenção e a exposição às intempéries, com o tempo terão que ser trocados.

O campo, o parquinho infantil e a academia de ginástica feitos por iniciativa do morador mencionado e com ajuda da população, que fica localizado em frente ao condomínio A2, mesmo estando em construção é bastante frequentado pelos moradores e apresenta-se em bom estado de conservação e manutenção.

Vila Abaeté

No Abaeté as observações ocorreram em dois momentos: o primeiro logo após a finalização do DIST II e o segundo na mesma época em que os outros dois campos foram visitados. O primeiro campo aconteceu com uma constância diária, durante a construção do espaço comunitário (entre maio e agosto de 2018)¹⁹¹.

Posteriormente, em 2019, já com o espaço comunitário pronto e sendo utilizado como sede da associação de moradores, avaliamos o estado de conservação do local e sua apropriação por parte dos moradores.

Após um ano de sua implantação, a praça no Abaeté se apresenta em ótimo estado de conservação, no que concerne aos equipamentos instalados, como o parquinho infantil, as mesas e bancos de concreto, bem como a maioria das lixeiras papeleiras instaladas.

A horta realizada ainda possui algumas plantas que cresceram, porém não é muito utilizada pelos moradores, mantendo um efeito paisagístico. Alguns moradores relataram utilizar algumas vezes, mas não com frequência, mesmo porque o tamanho é bastante reduzido, o que não suportaria a retirada por muitos moradores e constante. A pintura no muro está em ótimo estado, apenas apresentando uma parte levemente danificada em virtude da obra do morador vizinho e dono do muro, que possivelmente fez algum reparo na casa. Um dos conjuntos de lixeiras foi danificado e retirado do local.

6.2.2. Fluxo de pessoas e tipos de apropriação dos espaços

Vila Abaeté

No Abaeté durante a semana a praça segue uma rotina mais ou menos parecida: pela manhã poucas pessoas ou quase nenhuma frequentam a praça; na parte da tarde as vezes aparecem pais que aproveitam para levar suas crianças para o parquinho, alguns jovens a frequentam mais para o meio da tarde e os adultos em dia de folga do trabalho, aproveitam para relaxar bebendo uma cerveja. No final da tarde, muitas pessoas passam pela praça, algumas utilizam os bancos de concreto para esperar alguém, descansar um

¹⁹¹ As ações do DIST II renderam uma estreita parceria com a FEAC, que posteriormente financiou a construção de um espaço comunitário no Abaeté. Pela relação próxima criada entre as entidades executoras, Elos e Demacamp, junto à comunidade, as entidades se encarregaram da contratação da empreiteira que construiu o espaço entre os meses de maio e agosto de 2018, ficando a cargo da Demacamp a fiscalização da obra. Em detrimento dessa função assumida pela empresa, os momentos de visitas ao bairro foram aproveitados para focar em observações da praça, bem como realizar anotações pessoais e escuta atenta da população sobre como estava se dando a relação dos moradores com a nova praça criada e seus usos cotidianos. Estas anotações foram confirmadas posteriormente, durante o retorno a campo mediante o auxílio das entrevistas com os moradores.

pouco, ou mesmo aguardar o ônibus, muitas pessoas chegam de seus respectivos trabalhos. Os moradores com familiares em idade escolar vão buscar as crianças na creche em frente ao residencial. Durante a noite é predominante a presença da juventude. Segundo relatos de moradores os jovens permanecem até de madrugada, às vezes ouvindo som alto em algum carro e consumindo de álcool e outras drogas.

A praça é frequentada não apenas por moradores do bairro, mas também por moradores da vizinhança, o que faz com que gere um efeito dicotômico e contraditório dependendo do grupo que frequenta a praça. Algumas pessoas disseram ter tido a possibilidade de ter conhecido gente nova e criado novos vínculos de amizade, pelo simples fato de passarem a frequentar a praça. Em contrapartida a essa forma de viver o espaço, algumas pessoas disseram que o movimento causado pela frequência de indivíduos de bairros vizinhos tornou o local mais inseguro, afastando-as do desejo de frequentar a praça por acharem demasiadamente perigoso.

Semanalmente, durante o período da noite e aos sábados, o espaço comunitário oferece cursos e atividades, o que estimula o fluxo contínuo de jovens adultos na praça. No meio da semana os cursos costumam terminar por volta das 22h30, mantendo pessoas no espaço até por volta das 23h. Aos finais de semana, as atividades costumam iniciar às 9h do sábado e terminar ao 12h. São oferecidos cursos de estética, artesanato, culinária e atividades com as crianças. Algumas das atividades mencionadas fazem parte do projeto iniciado no âmbito da Escola de Transformação, durante a o DIST II, enquanto outras são parte do apoio que a comunidade recebeu da FEAC para realização de um projeto idealizado e coordenado pela presidente da associação de moradores do bairro. Esta pode ser considerada uma consequência do impulsionamento de projetos que o DIST apoiou, inclusive na formalização da associação de moradores, no sentido de permitir dar voz e corpo jurídico para os moradores do bairro.

Nos finais de semana, principalmente de sábado à tarde até madrugada, há muitos grupos de jovens que frequentam a praça, como forma de lazer noturno, encontro de amigos e forma de divertimento. Tais encontros não são aprovados por todos os moradores, pois também nessas ocasiões enxergam excessivo consumo de drogas e álcool, sobretudo durante a madrugada, e conseqüentemente após o uso percebemos a quantidade de lixo gerada que permanece na praça.

Jardim Bassoli

Se no residencial Abaeté o consumo de álcool e outras drogas possui um período circunscrito ao longo do dia, no Bassoli esse quadro pode ser presenciado a qualquer hora. Em realidade, uma enorme diversidade de coisas pode ser presenciada ao mesmo tempo e em qualquer hora do dia: pais que levam seus filhos para brincar no parquinho, rodas de jovens fumando maconha, evangélicos pregando¹⁹², tudo junto e ao mesmo tempo...

A praça é muito utilizada como passagem, trata-se de uma alternativa para quem deseja evitar passar em frente aos bares que dão de fundos para a praça. Poucas foram as vezes que, em alguma visita foi presenciada a praça vazia, a não ser em dias de chuva. A praça do Bassoli tornou-se um lugar de encontro e um ponto de referência, no sentido que Lynch retrata em a *Imagem da Cidade* (1959). Ainda que alguns moradores que participaram do mutirão reclamem que a união outrora existente durante a construção da praça não exista mais, a transformação do local promoveu uma visível e grande mudança na dinâmica do lugar.

Residencial Sírius

O espaço comunitário revitalizado na primeira intervenção do DIST II, mantém constante atividade e fluxo de pessoas. Está em constante transformação de melhoria e é bastante utilizado para as festividades comunitárias. É um verdadeiro ponto de encontro onde as pessoas param para conversar, tomar cerveja, e fazer atividades. O fluxo de pessoas passando ao lado do local é constante.

A Praça feita no DIST II no segundo momento no Sírius tem uma rotina distinta e bastante variável conforme o dia. Pela manhã podemos observar muitas pessoas de passagem, que utilizam os bancos de madeira dos conjuntos de piquenique para aguardar a chegada do ônibus. Também podemos perceber a presença de adultos e pessoas com mais idade do bairro, e de bairros vizinhos, utilizando os equipamentos de ginástica e caminhando ao redor da praça. Durante a tarde, após o almoço, de vez em quando alguma família com criança aparece trazendo-a para brincar e, ao final da tarde, são os jovens que predominam até o anoitecer, quando a praça se mantém desértica, possivelmente em decorrência da falta de iluminação pública. Nos finais de semana essa dinâmica muda bastante no sentido de permanecer mais cheia durante o dia até a noite,

¹⁹² Nos 3 bairros foi presenciado a presença de evangélicos pregando. No Sírius mais na parte da manhã, e no Abaeté na parte da tarde. No Bassoli em diferentes momentos do dia.

com a presença de pessoas de outros bairros, inclusive domingo, que geralmente é um dia reservado para família e para cultos religiosos.

Existe um fator bastante desfavorável em relação a essa praça, trata-se da incidência do sol durante o dia, pois não conta com árvores de porte frondoso. Aliás, esse quadro afeta diferentemente quase todas as praças que observamos durante a pesquisa. O Abaeté nesse sentido é o mais privilegiado dos 3, por ter a presença de árvores anterior à intervenção, não sofrendo tanto com o sol durante o dia, conseguindo manter uma sombra agradável, inclusive na área dos equipamentos para as crianças. Na praça feita no Bassoli, uma parte tem árvores outra fica exposta.

6.2.3. Iluminação

Em relação a iluminação existe deficiência nos 3 bairros, porém em cada um deles tal falta se evidencia de forma diferente. Evidente que essa carência prejudica, no período noturno, a sensação de segurança e confiança nos espaços observados, mas vejamos suas singularidades.

Vila Abaeté

No Abaeté apenas um dos postes de iluminação funciona. Em depoimento alguns moradores validaram o que expusemos acima em relação ao sentimento de estar seguro no local. No entanto, dicotomicamente para outros moradores essa carência de luz aumenta a segurança, protegendo de policiais, alguns desses agentes públicos de segurança seriam inclusive moradores do bairro (morador, relato verbal). Ao mesmo tempo a ausência de boa iluminação mantém um aspecto mais intimista na visão de alguns moradores, principalmente jovens que utilizam o espaço para fins recreativos.

Residencial Sirius

Se no Abaeté alguns jovens se sentem mais confortáveis com a ausência de luz, talvez se sentissem um pouco desconfortáveis no Residencial Sirius. Trata-se simplesmente da pior iluminação dentre os três bairros. À noite a praça fica completamente às escuras. Mesmo havendo fluxo de pessoas pelo local, devido ao ponto de ônibus, elas em geral não permanecem à noite e nem mesmo os jovens.

Jardim Bassoli

O Jardim Bassoli é o único lugar que possui, em relação aos outros bairros, uma iluminação boa durante a noite, mantendo um fluxo de pessoas frequentando o local periodicamente. A presença de alguma luz e a apropriação do equipamento pelos moradores, em certa medida, auxiliam o caráter de local para encontros a todo e qualquer momento.

6.2.4. Limpeza e estado de conservação

Trata-se sempre de um aspecto que se encontra em correspondência, à nível tanto individual quanto coletivo, com noções como corresponsabilidade, consciência e lucidez no trato com o espaço público. Nesse aspecto nos três bairros percebemos que existe um uso frequente dos equipamentos o que, às vezes sobrecarrega a capacidade e faz com que exija uma manutenção de limpeza mais contínua.

Essa manutenção ou é feita por alguns moradores, onerando temporalmente e/ou economicamente esses indivíduos, ou simplesmente não é feita. O mau uso ou os casos de vandalismo ao acarretarem a destruição de certos objetos por parte de alguns grupos pode provocar a sensação de descaso ou pouco valor simbólico para a comunidade.

Jardim Bassoli

Na praça realizada no sistema de lazer 06 (quadra do H ou de cima), os equipamentos de ginástica de madeira instalados, também permaneceram preservados. O mesmo não aconteceu com os equipamentos do parquinho infantil que, dos que sobraram aparecem terem sido degradados com o uso e o tempo.

Figura 117: Fotos da praça realizada no sistema de lazer 06 do Bassoli





Fonte: Autora, 2019.

Dos brinquedos feitos na quadra debaixo, nenhum sobrou, apenas as pinturas na calçada, como amarelinha.

Figura 118: Foto da calçada limítrofe ao sistema de lazer 05 (ao redor da quadra debaixo)



Fonte: Autora, 2019.

O mesmo não acontece com os equipamentos instalados no último mutirão, que permanecem de certa forma preservados, ainda que com o excesso de uso, pelas crianças por exemplo no Bassoli. Moradores disseram ter “revezamento” nos brinquedos em períodos nos finais de semana e feriados, por exemplo.

Figura 119: Fotos do sistema de lazer 02 realizado no segundo Oásis



Fonte: Autora, 2019.

Percebemos que as lixeiras muitas vezes estão cheias, e quando ainda existem. No Abaeté e no Sirius os moradores, conhecidos como referências no bairro, assumem a responsabilidade de forma voluntária pela coleta e esvaziamento das lixeiras. No Bassoli, percebemos que houve um possível ato de vandalismo que destruiu um jogo de duas das lixeiras papeleras instaladas, como mostra a foto. As outras lixeiras permaneciam conservadas, ou por falta de uso ou pela limpeza de alguma pessoa do bairro ou órgão público, o que não foi deflagrado durante as visitas.

Figura 120: Foto do suporte da lixeira destruída no sistema de lazer 02 do Bassoli.



Fonte: Autora, 2019.

Em uma das visitas no Bassoli foi deflagrado uma das moradoras, que participou do DIST II e da construção das praças, varrendo uma delas.

Figura 121: Foto da Lindineide, moradora do Bassoli, limpando a praça.



Fonte: Autora, 2019.

Vila Abaeté

Dentre os bairros o Abaeté apresentou a praça em melhor estado de conservação e limpeza, talvez pelo fato de ter mais “olhos”¹⁹³ pela presença do espaço comunitário e quantidade de pessoas que o frequentam, estimulando uma espécie de zelo mediante vigilância, ainda que em algumas visitas foi deflagrado sujeiras deixadas de noites anteriores. Se percebe que as pessoas usam, mas não danificam os equipamentos, com exceção de um par de lixeiras, que acabaram sendo retirados pelos moradores por estava caído.

A frequência das observações e em conversas com moradores deixou claro que a limpeza das praças, principalmente no Sirius e no Abaeté, pelos relatos, é mantida uma rotina, pelos próprios moradores. No caso do Sirius é encabeçado pelo presidente da associação de comerciantes que geralmente paga um morador para fazer a limpeza. No caso do Abaeté são feitas chamadas para mutirões de limpeza esporadicamente

¹⁹³ O que corrobora com a teoria que Jacobs (1969) defende.

(geralmente de 15 em 15 dias ou mensalmente¹⁹⁴). Quem assume a responsabilidade em fazer a chamada para os mutirões de limpeza é a presidente da associação de moradores do bairro, que conta com moradoras em finais de semana e auxílio de um morador para a poda e corte de grama.

Figura 122: Fotos do sistema da praça do Abaeté



Fonte: Autora, 2019.

Segundo os moradores pouquíssimas vezes o Poder Público assume essa tarefa da limpeza. Porém algumas vezes a prefeitura realiza cortes dos matos dos canteiros dos bairros, com o auxílio dos detentos que cumprem a pena semiaberta, e eles é que fazem.

O lixo é uma questão nos três residenciais. Como a limpeza é feita esporadicamente e principalmente pelos moradores que frequentam o espaço, a cada visita as praças estavam de uma forma distinta, podendo ser percebida a presença de lixos em locais pontuais, bem como generalizada. No Abaeté, por exemplo, nota-se lixo com frequência após os finais de semana, quando geralmente os jovens se encontram para conversar, curtir uma música e utilizam de substâncias como álcool e outras coisas.

¹⁹⁴ Essas chamadas para limpeza dos bairros são acompanhadas pelo grupo de whatsapp da associação dos moradores, no qual a pesquisadora ainda faz parte.

Nas fotos percebemos que em alguns dias as praças estão mais limpas que outros, justamente pelo motivo acima citado: a frequência da limpeza é feita pelos moradores e é esporádica.

Figura 123: Foto da praça do Abaeté



Fonte: autora, 2019.

Residencial Sirius

O espaço comunitário do Sirius já era um espaço utilizado pelos moradores para a realização de alguns eventos festivos como celebrações, churrascos, e convívio, etc. No início do DIST II, durante a primeira vivência Oásis o espaço foi potencializado e revitalizado. O local recebeu pintura no piso e nas paredes ao lado, além de mobiliários que estão sob os cuidados da associação de comerciantes. A mesa de pebolim (ou totó) entre outros brinquedos feitos durante o Oásis se perderam ou quebraram e outros ficam guardados. Depois que foi feita a revitalização no espaço o efeito foi bastante positivo no sentido de aumentar bastante a apropriação do espaço. Foi colocado um sombrite, e foi construído um espaço para a sede, uma sala com banheiro. O piso de concreto foi melhorado e o espaço é constantemente mantido limpo, bem como as lixeiras e papelarias, pela associação de comerciantes.

Os equipamentos fritos no segundo Oásis no Sirius estão de certa forma preservados, tirando um balanço que está quebrado, e o sombrite que foi rasgado. O que percebemos é que a madeira é um material que demanda um tipo de manutenção constante, uso de produto que proteja das intempéries. Não há dúvidas que esteticamente é muito mais bonito que outros materiais comumente utilizados em intervenções em áreas públicas, como o metal. Ainda que o metal para ficar exposto ao sol também não é o ideal pela alta temperatura que pode causar queimaduras quando em contato com a pele. Mas a falta de manutenção, de qualquer material que seja

combinado com o mau uso ou excesso de uso, faz com que a durabilidade dos mesmos diminua. O que não percebemos que aconteça o mesmo com os equipamentos de ginástica, que até a última visita a campo estavam todos em perfeito estado e uso.

Figura 124: Fotos da praça realizada no segundo Oásis no DIST II





Fonte: Arquivo autora, 2019.

Outro espaço construído posteriormente ao projeto DIST II Campinas ter se finalizado, foi o campo de futebol na frente do A2, liderado pelo Alexandre, morador do condomínio A2, que encorajou vários mutirões para a construção do espaço com auxílio de parceiros que doaram equipamentos para as crianças e aparelhos de ginástica. É nesse espaço que hoje acontecem as feiras de artesanato que os próprios moradores organizam para o bairro.

Figura 125: Foto da área de lazer feita por iniciativa dos moradores no Sirius



Fonte: autora, 2019.

Jardim Bassoli

No Bassoli, a praça feita no DIST I, se mantém parcialmente preservada, mas a frequência de uso e apropriação não é a mesma que existe nas outras praças. O campo de futebol não possui demarcação e uma das traves está quebrada. Os três equipamentos

de ginástica funcionam, e durante a primeira vivência Oásis no DIST II, foi instalado um banco de concreto que está em perfeito estado de conservação.

Figura 126: Fotos da praça feita no DIST I.



Fonte: autora, 2019.

A última praça feita no Bassoli apresenta um estado de conservação condizente com o seu uso. Aliás, as 3 praças apresentam essa característica: são os escassos locais que a população pode contar como espaços de lazer e ginástica. Naturalmente os equipamentos sofrem desgastes com a ação do tempo e a exposição ao sol e chuva, juntamente com o excesso de uso. Ainda que contraditórios alguns usos, como a presença de droga na frente de crianças, percebemos que no Bassoli as pessoas frequentam mais as praças do que no Sirius e no Abaeté. Este último, por ter um perfil diferente dos outros bairros, ter recebido quase 100% de famílias vindas de sorteio apresenta maiores semelhanças a um bairro com perfil de “classe média”, com os devidos equipamentos, ainda que insuficientes para a demanda do bairro. O Residencial Sirius não possui nenhum equipamento público e tão pouco área reservada para o comércio, como visto no capítulo 3, o que fez com que, desde a sua concepção emergisse um comércio informal que, a princípio era provisório, para atender a demanda local. Esse comércio não possui uma padronização e, segundo alguns

moradores, faz o bairro assemelhar-se a bairros improvisados como favelas. Alguns moradores já habitam de maneira informal os arredores do empreendimento.

Figura 127: Foto da praça no sistema 02 do Bassoli



Fonte: Autora, 2019.

No Bassoli, alguns dos comércios foram regularizados, ainda assim existem alguns comércios e bares improvisados que tomam certo espaço dentro dos condomínios e parte das calçadas.

Após observar e analisar o estado de conservação das praças e como é a dinâmica de cada espaço analisado, trataremos de apresentar como os moradores percebem esses locais. Durante as visitas a campo, foram feitas entrevistas com os moradores para entender qual a percepção que eles têm dos residenciais, dos espaços públicos e como sentem as mudanças ocorridas nos últimos anos, qual a relação que tem com a praça e quais as formas de apropriação do espaço público que notam estarem presentes. A seguir apresentamos a sistematização dessas entrevistas em forma de tabulação.

6.3. Tabulação e análise das entrevistas com moradores

Os roteiros¹⁹⁵ com as questões foram elaborados com a finalidade de responder aos objetivos específicos da tese que são: verificar como está sendo o processo de adaptação das famílias nesses residenciais; identificar qual é o grau de convívio entre as

¹⁹⁵ Foi elaborado um roteiro de entrevista para morador/s dos bairros e foi submetido, analisado e aprovado pelo comitê de ética da Plataforma Brasil, durante os meses de junho a agosto, com aprovação em outubro para dar início entre abril e maio (depois do doutorado sanduíche).

famílias; quais as necessidades não atendidas no que tange a espaços que proporcionem o convívio e; analisar os efeitos do DIST no território, concernente às mudanças no espaço público e apropriação desses espaços pelos moradores. Para verificar o processo de adaptação das famílias nos territórios, as primeiras perguntas do roteiro da entrevista se referem à visão que o/a morador/a tem sobre a mudança no bairro, inquirindo se a sua vida mudou nos últimos anos, perscrutando uma justificativa da mudança junto ao entrevistado, identificando o que o/a satisfaz ou não no bairro.

Indagamos também sobre a proveniência das famílias, se vieram de remoção ou aluguel, comparando principalmente os bairros: Bassoli e Abaeté. Desta forma podemos perceber diferenças nas formas de adaptação em relação aos residenciais: enquanto que no Bassoli as pessoas são totalmente provenientes de remoção e foram as primeiras contempladas com os apartamentos, portanto estão a mais tempo que as outras, no Sirius a uma mescla, de remoção e sorteio, no Abaeté, mais recente, a grande maioria veio de sorteio. Existem muitas variáveis que concorrem com o fato apenas da proveniência das famílias que faz com que sintam ou não adaptadas ou mais satisfeitas com a nova moradia. A qualidade construtiva é um fator que pode ser influenciador e que, nos casos analisados, visivelmente o Abaeté possui uma qualidade construtiva muito melhor do que os outros dois, enquanto que o Bassoli possui uma quantidade muito maior de problemas construtivos detectados desde a sua entrega. Muitos moradores e agentes públicos também associam ao fato de ter sido o primeiro a ser entregue na cidade, sendo considerado como um “experimento”, e que, aos olhos de muitos, um experimento que não deu certo.

O grau de convívio é contemplado superficialmente pela pergunta sobre o conhecimento do morador em relação aos seus vizinhos, pois geralmente, quando as pessoas conhecem as pessoas do bairro e são conhecidas, elas se sentem mais seguras.

Quando as pessoas de uma comunidade interagem e se conhecem, a preocupação com os interesses da coletividade aumenta, inclusive com questões de segurança pública, criando um sentimento de reciprocidade de obrigações e interesses, tanto entre os cidadãos como entre estes e os órgãos de segurança (ARAUJO, 2012, p. 1).

Aliás, o quesito segurança é o tema da última sequência de perguntas do roteiro. As perguntas referentes às praças, feitas no decorrer do DIST, respondem ao objetivo específico sobre os efeitos do DIST no território, no que tange às mudanças no espaço público e apropriação desses espaços pelos moradores.

Para uma análise que abrangesse tanto uma abordagem qualitativa quanto quantitativa, foi feito um cálculo amostral que representasse a população estudada dos 3

bairros. A amostra¹⁹⁶ foi calculada para o número de habitantes de cada residencial, considerando: o número de Unidades Habitacionais por empreendimento, multiplicado por 3,5 morador/s em cada UH. Desta forma buscamos contemplar uma população equivalente ao número total de moradores nos empreendimentos, considerando uma média de 3 a 4 pessoas por cada apartamento. Consideramos uma margem de erro de 10% e nível de confiança de 90%. A escolha do/as entrevistad/s foi aleatória, buscando abordar pessoas que estavam o mais perto possível das áreas analisadas. Sabemos que o número de moradores varia bastante, portanto essa foi uma das maneiras de encontrar um número de população para calcular o tamanho da amostra.

No Residencial Sírius, por exemplo, sabemos que a população média varia de 7.860 a 10.480 (considerando a média de moradores de 3 a 4 por unidades habitacionais). No entanto mantivemos o número 7.860 como referência, considerando contemplar pelo menos um morador de cada apartamento. Dada a margem de erro de 10%, os três bairros, pelo cálculo amostral, contaram com uma quantidade de amostras semelhantes, de 68 entrevistad/s por bairro. Apenas o Sírius ofereceu um número maior de entrevista, 69, totalizando 205 entrevistas.

As entrevistas ocorreram entre as duas últimas semanas de maio de 2019 e a última semana de junho de 2019. Os três bairros tiveram um número relativamente paritário de abordagens com pessoas de ambos os sexos. O Abaeté teve o maior número de entrevistadas, 63% das entrevistas, contrapondo os 37% realizadas com homens. O Bassoli teve uma divisão mais equilibrada 36 mulheres (53%) em balanço com 32 homens (ou 47%). O Residencial Sírius, por sua vez proporcionou um número de entrevistados maior em relação às entrevistadas, não constituindo uma diferença significativa, 39 homens (ou 57%) 30 mulheres (43%).

Tais dados podem demonstrar que a Praça do Abaeté, por exemplo, é mais frequentada por mulheres e a do Sírius por homens, dado que pode auxiliar em futuros projetos orientados para os locais estudados.

Durante o processo das entrevistas procuramos manter a mesma estratégia de campo que nortearam as observações, ou seja, abordar pessoas em todos os dias da semana em todos horários e em todas as áreas observadas. O que podemos perceber nas tabelas abaixo diz respeito aos aspectos etários dos entrevistados. O Abaeté, por

¹⁹⁶ Segundo Levin (1987), a “amostra” é um subconjunto de indivíduos extraídos de uma população. Os cálculos foram feitos em páginas online disponíveis (foram feitos em várias para evitar erros). Links: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>; <https://comentto.com/calculadora-amostal/>; <https://calculareconverter.com.br/calculo-amostal/>;

exemplo apresentou perfil entre 25 e 44 anos, o que pode estar associado, para efeitos de reflexão, à presença das atividades para adultos no espaço multiuso da Associação de Moradores da Vila Abaeté e Região (AMAR). No Sírius percebemos uma mistura entre população mais jovem/adulta e mais velha (entre 55 e 64), mas uma distribuição mais equilibrada entre as idades. O Bassoli, por sua vez, teve a grande maioria com perfil de jovens e adultos até 34 anos, bem como um considerável número de entrevistadas entre a faixa dos 55 a 64 anos.

A abordagem foi feita de forma aleatória, geralmente nas praças, e quando não haviam pessoas ali presentes colhemos amostras nos arredores, respeitando um raio de mais ou menos 30 metros. A tentativa de manter a proximidade da praça foi estratégica, no sentido de não nos afastarmos muito do objeto e dos sujeitos da análise. A primeira pergunta a ser feita questionava se o abordado(a) era morador/a do bairro ou não. Detectamos um número considerável de pessoas que não moravam no bairro, apesar de não terem sido entrevistadas, esse fato demonstrou o aumento da quantidade de pessoas oriundas de outros bairros utilizando as praças feitas nos empreendimentos, esse fato foi percebido com mais evidência sobretudo no Abaeté e no Sírius.

6.3.1. Análise dos 3 bairros

Quadro 9: Faixa Etária Jardim Bassoli

Faixa Etária	Mulheres	Homens	Total	Porcentagem
Até 24 anos	8	9	17	25%
De 25 a 34	10	9	19	28%
De 35 a 44	3	5	8	12%
De 45 a 54	10	6	16	24%
De 55 a 64	3	2	5	7%
Maior que 64	2	1	3	4%

Total **36** **32** **68**

53% 47%
Mulheres **Homens**

Fonte: elaboração autora, 2019.

Quadro 10: Faixa Etária Sírius

Faixa etária	Mulher	Homens	Total	Porcentagem
---------------------	---------------	---------------	--------------	--------------------

Até 24 anos	2	5	7	10%
De 25 a 34	8	4	12	17%
De 35 a 44	7	12	19	28%
De 45 a 54	4	4	8	12%
De 55 a 64	6	9	15	22%
Maior que 64	3	5	8	12%

Total 30 39 69

**43%
mulheres 57% homens**

Fonte: elaboração autora, 2019.

Quadro 11: Faixa Etária Abaeté

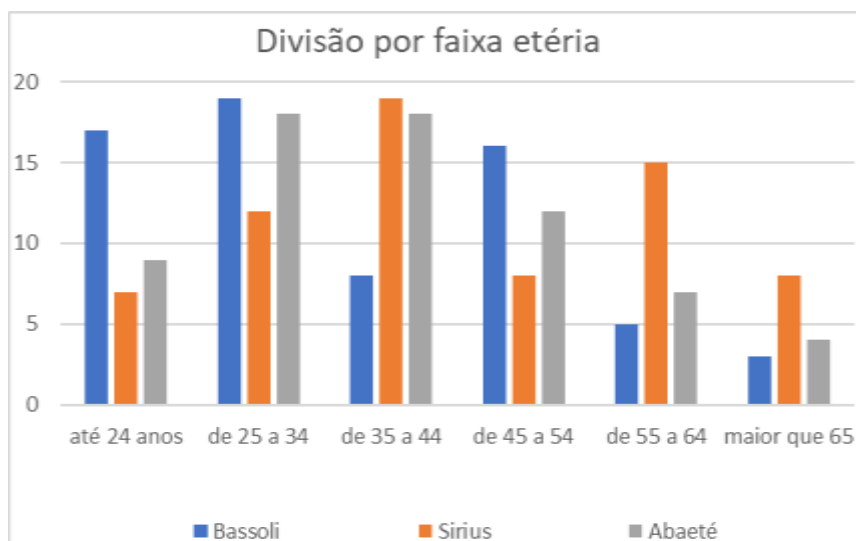
Faixa etária	Mulher	Homens	Total	Porcentagem
Até 24 anos	4	5	9	13%
De 25 a 34	14	4	18	26%
De 35 a 44	9	9	18	26%
De 45 a 54	10	2	12	18%
De 55 a 64	4	3	7	10%
Maior que 64	2	2	4	6%

Total 43 25 68

**63% 37%
mulheres homens**

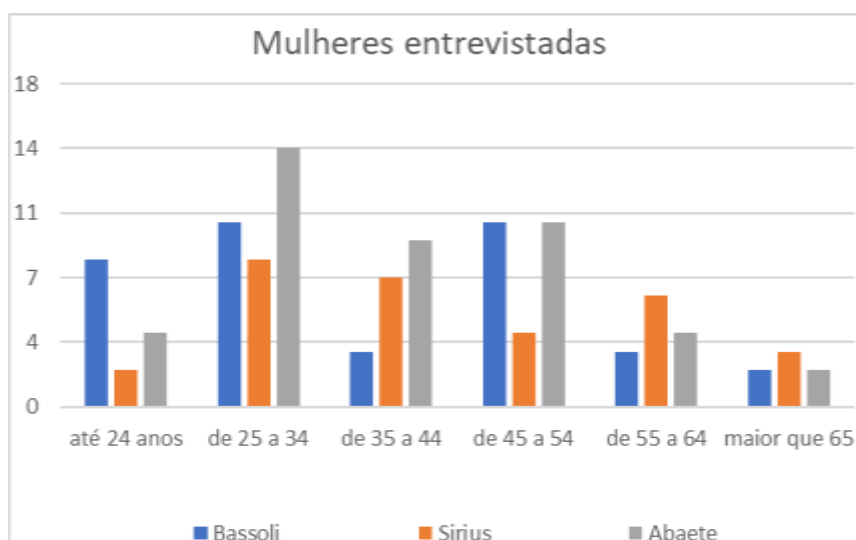
Fonte: elaboração autora, 2019.

Figura 128: Gráfico da divisão por Faixa Etária



Fonte: elaboração autora, 2019.

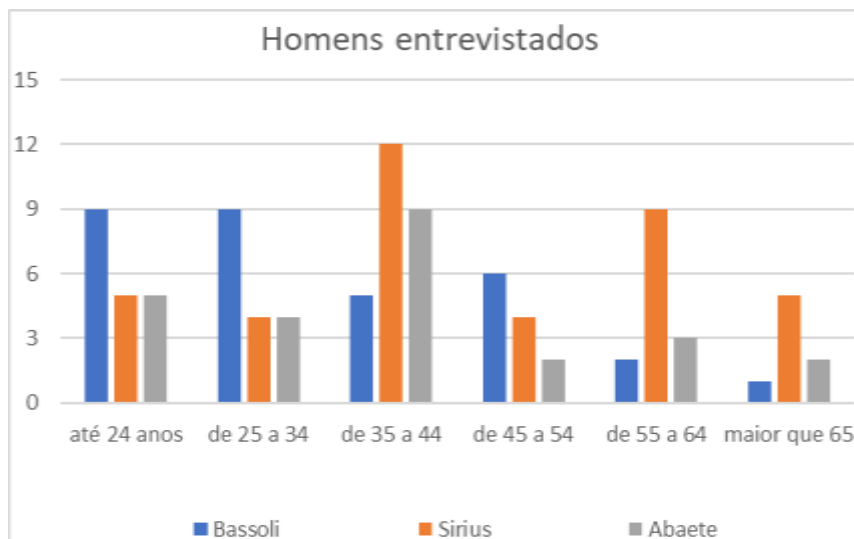
Figura 129: Gráfico Faixa etária Mulheres¹⁹⁷



Fonte: elaboração autora, 2019.

¹⁹⁷ Não foi entrevistada nenhuma pessoa que se identificasse como transgênero, por isso não foi colocada essa categoria na análise.

Figura 130: Gráfico - Divisão Faixa Etária Homens



Fonte: elaboração autora, 2019.

Em relação ao nível de escolaridade de nossos entrevistados percebemos que tanto no Residencial Sírius quanto no Jardim Bassoli, a maioria das pessoas, mais de 50% em cada bairro, frequentaram a escola até o ensino fundamental, diferenciando-se neste quesito do Abaeté, em que 47% das pessoas que foram entrevistadas frequentaram a escola até completar o ensino médio, como mostram as tabelas abaixo. Apenas entre 22 e 23% respectivamente das pessoas do Bassoli e do Sírius responderam ter o ensino médio completo, enquanto que no Abaeté, o segundo maior grupo dentre os entrevistados é representado por pessoas que frequentaram a escola até o ensino fundamental. A quantidade de pessoas que não frequentou a escola no Sírius é a mais alta, representando 8% do total. Nos três bairros pessoas que frequentaram faculdade e as que não frequentaram representam os grupos minoritários de nossa amostra.

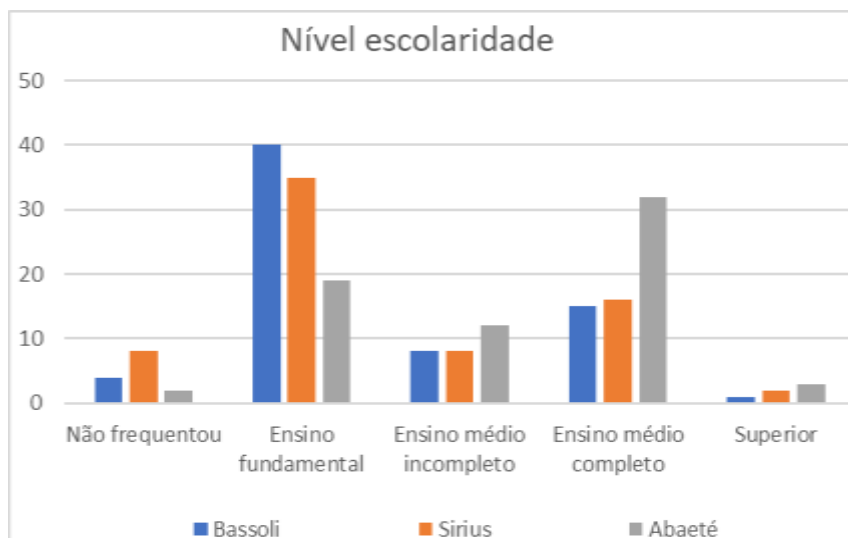
Quadro 12: Nível de Escolaridade

Nível escolaridade	Bassoli		Sírius		Abaeté	
Não frequentou	4	6%	8	12%	2	3%
Ensino fundamental	40	59%	35	51%	19	28%
Ensino médio incompleto	8	12%	8	12%	12	18%
Ensino médio completo	15	22%	16	23%	32	47%
Superior	1	1%	2	3%	3	4%

Total	68	69	68
--------------	----	----	----

Fonte: elaboração autora, 2019.

Figura 131: Gráfico com o Nível de Escolaridade



Fonte: elaboração autora, 2019.

Sobre o ano de mudança para os bairros percebemos que em geral acontece o mesmo padrão. A grande maioria dos entrevistados se mudou para o bairro quando os apartamentos estavam sendo entregues, conforme os anos das primeiras levas passam, o número de pessoas que se mudou para os apartamentos diminui. Apenas o Abaeté apresenta leve variação nesse sentido.

Quadro 13: Ano de Mudança: Bassoli

Ano de mudança	Número de entrevistad/s	Porcentagem
2009	1	1%
2010	2	3%
2011	6	9%
2012	20	29%
2013	18	26%
2014	8	12%
2015	3	4%
2016	4	6%
2017	3	4%

2018	2	3%
não se lembra	1	1%

Total 68

Fonte: elaboração autora, 2019.

Quadro 14: Ano de Mudança: Sírius

Ano de mudança	Número de entrevistad/s	Porcentagem
2012	18	26%
2013	25	36%
2014	14	20%
2015	6	9%
2016	2	3%
2017	3	4%
2018	1	1%

Total 69

Fonte: elaboração autora, 2019.

Quadro 15: Ano de Mudança: Abaeté

Ano de mudança	Número de entrevistad/s	Porcentagem
2014	55	81%
2015	4	6%
2016	2	3%
2017	5	7%
2018	1	1%
2019	1	1%

Total 68

Fonte: elaboração autora, 2019.

Sobre a situação do apartamento em que residem, os três conjuntos apresentaram situação análoga quanto aos perfis dos entrevistados. Mais de 90% das pessoas moram em apartamentos financiados, menos de 10% são alugados, quitados apenas 3% no Sírius. Se observamos as datas de mudança para o novo bairro e a situação do

apartamento, percebemos que mesmo tendo pessoas que se mudaram depois que o imóvel foi entregue, elas continuam pagando a parcela do financiamento.

Esse dado nos leva a formular algumas hipóteses, o indício de suas confirmações são fortemente sustentadas pelas observações de campo, especialmente em conversas com os moradores, não necessariamente durante entrevistas. As hipóteses são: a pessoa casou-se e mudou-se para morar com o/a cônjuge; a pessoa ou família vendeu o imóvel, contrato de gaveta, transferindo informalmente a parcela do imóvel para voltar à antiga moradia; a pessoa ou família saiu do imóvel e o deixou com algum familiar, que ficou responsável por assumir as parcelas e contas; ou em um dos casos mais curiosos, as famílias trocaram de apartamento entre si, para manterem os laços sociais já estabelecidos no antigo bairro.

Quadro 16: Situação do imóvel

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Financiado	62	91%	62	91%	64	94%
Alugado	6	9%	5	6%	3	4%
Quitado	0	0	2	3%	0	0
Emprestado	0	0	0	0	1	1%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Quadro 17: É o/a primeiro/a morador/a do imóvel

	Bassoli		Sirius		Abaete	
Sim	52	76%	57	83%	56	82%
Não	16	24%	12	17%	9	13%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Tanto no Jardim Bassoli quanto no Residencial Sirius, o número de pessoas que afirmaram ser chefes de suas famílias mostrou certo equilíbrio em relação aos entrevistados que afirmaram não ser. Entretanto o Residencial Sirius demonstrou um

número mais expressivo de chefes de família entrevistados, o que pode ter relação com o perfil dos entrevistados.

Quadro 18: É o/a chefe da família?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	38	56%	49	71%	38	56%
Não	30	44%	20	29%	30	44%

68

69

68

Fonte: elaboração autora, 2019.

Os três bairros apresentaram frações mais ou menos equilibradas em relação à presença de crianças no apartamento, não acontecendo o mesmo fenômeno quando se trata de idosos, proporcionalmente bastante inferior, sobretudo no Residencial Abaeté, que apresentou índice de apenas 4% do total de entrevistados.

Quadro 19: Presença de crianças e idosos no imóvel

	Tem criança?		Tem idoso?	
	Sim	Não	Sim	Não
Bassoli	37 (54%)	31 (46%)	7 (10%)	61 (90%)
Sírius	31 (46%)	37 (54%)	10 (15%)	58 (85%)
Abaeté	33 (49%)	35 (51%)	3 (4%)	65 (96%)

Fonte: elaboração autora, 2019.

No que diz respeito a ocupação ou a situação de trabalho em que o(a) entrevistado(a) se encontrava, percebemos que no Bassoli a soma das pessoas que estavam desempregadas e as que não estavam exercendo qualquer ocupação naquele momento equivale a quase 50% do total. Nos outros 2 bairros é considerável também a porcentagem de pessoas desempregadas somadas às que não trabalham. Percebemos também que no Sírius e no Abaeté há um número maior de pessoas empregadas em algum emprego estável ou fixo, mas nos 3 bairros são consideráveis os índices de depoentes que afirmou trabalhar de forma autônoma.

Consideramos trabalhador autônomo, para fins de pesquisa, a definição jurídica do termo : “[...] todo aquele que exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício, por conta própria e com assunção de seus próprios riscos.”¹⁹⁸ Ou seja, trabalhadores sem carteira assinada: faxina esporádica, empreendedores individuais, comerciantes, recicladores e artesãos, além de pessoas que trabalham fazendo “bico”. Apenas consideramos emprego fixo ou estável pessoas que trabalham contratadas por empresas e/ou com carteira assinada.

Quadro 20: Situação de Trabalho

Ocupação	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Desempregados	16	24%	10	14%	17	25%
Não trabalham	16	24%	5	7%	8	7%
Aposentados	0	0	7	10%	5	7%
Trabalham como autônomas	24	35%	20	29%	16	24%
Tem emprego fixo/ estável	12	18%	27	39%	22	32%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Perguntamos aos entrevistados sobre dados relativos à renda familiar do mês anterior, perscrutando sobre os gastos referentes à moradia: energia elétrica, água, parcela do imóvel (quando financiado), aluguel (quando alugado) e condomínio. Essas perguntas serviram para termos uma noção do quanto proporcionalmente a renda familiar se encontrava comprometida com gastos referentes ao imóvel. Trata-se de fator importante o alto valor gasto com contas de água e energia. Entrevistados nos três bairros nos relataram essa realidade. A título de curiosidade o valor da conta de água que nos foi declarada variou entre 15 e 200 reais e a de energia elétrica de 20 a 300 reais. O gás de cozinha é outro gasto importante. Moradores do Sirius relataram haver trocas entre apartamentos na ligação do gás, um erro grave entregue pela construtora. Um gás que está em certo apartamento alimenta outro. Isso pode gerar, como aconteceu em um dos apartamentos do condomínio B2 do Sirius, acidentes graves, como vazamentos de gás.

¹⁹⁸ Definição retirada do site *Âmbito Jurídico*, disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-51/trabalho-autonomo/>. Acesso em: 16 de dez. 2019

Algumas famílias sem renda, não puderam fazer parte desse cálculo de gastos por este motivo. Ainda que o cálculo não tenha abrangido o número total de pessoas entrevistadas, esse quadro não deixa de ser bastante representativo.

O valor da parcela dos imóveis variou entre 24 e 121 reais, segundo os moradores. Um preço relativamente baixo para a compra de um imóvel, o que permite o acesso à casa própria. Porém mesmo esse valor sendo baixo, se observarmos o quanto os depoentes declararam gastar para manter os serviços básicos, mais o valor do condomínio, percebemos que a soma de tudo, ao final, excede bastante o que seria confortável para uma família arcar.

Quadro 21: Comprometimento da renda com gastos da casa

	Bassoli			Sirius			Abaeté		
Renda comprometida	Núm de pessoas	Sobre total	Percentual	Nº de pessoas	Total	Percentual	Nº de pessoas	Total	Percentual
Até 15%	7	10%	17%	15	22%	29%	7	10%	14%
De 16% a 25%	8	12%	20%	19	28%	37%	13	19%	27%
De 26% a 35%	11	16%	27%	7	10%	14%	13	19%	27%
De 36% a 50%	8	12%	20%	5	7%	10%	11	16%	22%
Mais que 50%	7	10%	17%	5	7%	10%	5	7%	10%
Total que responderam	41			51			49		
Total	68			69			68		

Fonte: elaboração autora, 2019.

Pela tabela de renda e gastos, pode-se perceber que entre os entrevistados do residencial Sirius, onde há um número maior de entrevistados com trabalho/emprego fixo, 50% das pessoas tem a sua renda comprometida em até 25% do total que ganham. Em comparação com os outros dois bairros estudados, esse fenômeno não ocorre: apenas 22% no Bassoli e 41% no Abaeté. Nos três bairros percebemos um percentual significativo de depoentes que afirmaram que tem a sua renda comprometida em 50%

ou mais com os gastos referentes a moradia, sendo 7% no Sírius e Abaeté. No Bassoli esse índice sobe 3 pontos percentuais: 10%.

Durante o campo foram recorrentes as reclamações de síndicos dos três condomínios acerca do alto número de inadimplentes da taxa condominial. Embora assistentes sociais tenham relatado em entrevista que parte do foco do Trabalho Social se deu no sentido de “trazer a consciência” para as famílias dos residenciais sobre a importância de pagar o condomínio em dia; esclarecendo para que servia. Os dados de nossa amostra nos permite hipotetizar que: por mais consciência que as pessoas tenham acerca da importância de se pagar condomínio, uma família que possui, por exemplo 5 pessoas, e ganha um salário mínimo por mês para sustentar a casa, por vezes necessita optar onde priorizar seus gastos.

6.3.1.1. Sobre a dinâmica do bairro

Quando perguntamos a alguém sobre “como é a dinâmica do bairro” a resposta recebida está imbricada num conjunto de experiências e referências existenciais. Pois corresponde à relação histórica que essa pessoa forja pelo simples fato de existir no lugar onde vive, sua historicidade. Aquilo que para Heidegger fundamenta a possibilidade própria de criação do objeto da historiografia e, portanto, também de uma biografia (HEIDEGGER, 2007, p. 485-487). De qualquer forma a resposta a essa pergunta nos faz refletir sobre como as pessoas enxergam o seu bairro através de aspectos tanto objetivos quanto subjetivos.

Perguntamos aos entrevistados como era a dinâmica do bairro, ou seja, como sentiam o bairro naquele momento de suas vidas.

Jardim Bassoli

No Jardim Bassoli, por exemplo, 35 pessoas disseram que o bairro é muito movimentado, com algumas classificando-o como “bagunçado”, atribuindo sentido negativo ao termo. O lugar onde vivem foi considerado tranquilo por 18 pessoas, outras 14 responderam que não tem o costume de sair do apartamento, preferindo não opinar sobre.

Indagamos nossos depoentes sobre o movimento do bairro durante o período noturno, 42 pessoas disseram que a noite o movimento piora, e outras 48 pessoas disseram ser bastante agitado durante os finais de semana. Percebemos alguns

moradores incomodados com o barulho: “Muita música alta, carros, muito movimento. Às vezes é difícil dormir [...]” (Moradora entrevistada 1, 2019, informação verbal)¹⁹⁹.

Todo o “agito” relatado pela maioria dos entrevistados pode ser justificado por suas próprias percepções pessoais sobre o lugar onde vivem. O número de pessoas desempregadas, sem qualquer ocupação, ou que apenas trabalham ocasionalmente provoca o efeito do bairro ter: “Muita gente sem ter o que fazer. (Entrevistada 48, informação verbal)²⁰⁰. Soma-se a isso o cotidiano de proximidade com a parte da classe mais marginalizada.

- “Ontem quase levei um tiro. Pra baixo é bem perigoso! O ponto de droga é mais movimentado.” (Entrevistado 14, informação verbal)²⁰¹.
- “Bem movimentado. Briga, tiro, tudo isso aí”²⁰².

Pode-se perceber também a ausência do poder público, ou simplesmente de um poder moderador:

- “Aqui funciona a moda “caralho”: aqui tudo pode, pode tudo! Aqui ninguém mexe com ninguém!” (Entrevistado 5, informação verbal)²⁰³.

O fato do Bassoli ser um bairro populoso que possui exíguos sistemas de lazer provoca uma sensação de conflito, na busca por espaços de maior liberdade, inclusive para a espontaneidade do brincar infantil. Esse quadro se reflete na percepção de vários(as) moradores(as), corroborando a percepção de que a praça se tornou um local relativamente convidativo às pessoas do bairro, ao mesmo tempo em que não consegue comportar toda a demanda dos moradores de forma plena.

- “Aqui fica muito lotado, não dá nem pras crianças brincarem direito. Graças a Ong²⁰⁴! Aqui era um pedaço abandonado” (Entrevistada 63, informação verbal)²⁰⁵

Residencial Sírius

Ao serem indagados sobre a dinâmica do bairro, os entrevistados do Residencial Sírius responderam de forma mais equilibrada acerca dela, ao menos durante os dias da semana, 28 disseram que o bairro é tranquilo nesse período, enquanto que 33 julgaram o lugar onde vivem movimentado, utilizando-se por vezes dos adjetivos agitado ou

¹⁹⁹ Moradora, Bassoli.

²⁰⁰ Entrevistada 48.

²⁰¹ Entrevistado 14.

²⁰² Entrevistado 2.

²⁰³ Entrevistado 5.

²⁰⁴ A entrevistada se refere à Escola de Transformação

²⁰⁵ Entrevistada 63.

barulhento para auxiliar na classificação que faziam. O número de pessoas que percebem o bairro agitado aos finais de semana aumenta para 41. Em virtude da disposição espacial dos condomínios a exposição à determinados ruídos podem ser maior ou menor, desta forma, o grau de sensibilidade da percepção sobre o lugar está fortemente atrelada à posição do indivíduo em relação ao lugar, deixando os sentidos em coadjuvância relativa:

- “Esse barulhinho que você tá vendo. Não me incomoda porque moro lá no fundão” (Entrevistado 61, informação verbal)²⁰⁶.

O Entrevistado 28 proferiu uma frase sobre a diversidade dos altos ruídos sonoros que talvez encontre ressonância com nosso Entrevistado 5 do Jd. Bassoli, mas não sabemos se ele também classificaria a “moda do bairro” da mesma forma...

- “Muito barulho. Cada um quer ouvir a sua música” (Entrevistado 28, informação verbal)²⁰⁷.

Christopher Alexander e Serge Chermayeff, em 1963, apontavam que os dois principais inimigos às qualidades do hábitat humano eram o automóvel e o barulho. (MONTANER e MUXI, 2014, p. 108). Parece que essa asserção se confirma no Residencial Sírius. Vários moradores reclamaram dos ruídos que ouvem. Em certa medida, a dinâmica do convívio no bairro se inscreve numa ordem própria e quem mora nele ou se adapta ou deseja ir embora:

- “Muito barulho. Não vejo a hora de sair desse lugar.”²⁰⁸ (Entrevistado 6, informação verbal).

O aspecto da sensação de segurança permeia um dos motivos pelos quais alguns moradores preferem não sair de suas residências, desta forma, o espaço lar (privado) representa a segurança, a proteção contra perigos possíveis e factíveis, enquanto o espaço rua é o não-lugar, no sentido de que é melhor evitar o contato:

- “Para quem tá dentro de casa é sossegado, fora é perigoso” (Entrevistado 39, informação verbal)²⁰⁹.

Um de nossos depoentes classifica, sob um viés sociologicamente constituído, conceitualmente o lugar onde vive e os prejuízos consequentes daquilo que caracteriza seu território, do ponto de vista do caráter das relações de convívio. Para ele o Sírius é:

²⁰⁶ Entrevistado 61.

²⁰⁷ Entrevistado 28.

²⁰⁸ Entrevistado 6.

²⁰⁹ Entrevistado 39.

- “Bairro dormitório. Não tem vida social, poucas pessoas são que convivem. Em um bairro com mais de 10 mil moradores, uns 200, 300 são os que convive” (Entrevistado 33, informação verbal)²¹⁰.

Vila Abaeté

No Abaeté a proporção é inversa, pois a maioria sente o bairro mais tranquilo durante a noite. Durante a semana, 16 pessoas disseram que o bairro é movimentado em um sentido negativo, enquanto que 37 pessoas disseram que o bairro é tranquilo durante o dia durante a semana e outras 15 pessoas responderem não saberem, pois ou estão trabalhando ou simplesmente não saem de casa. O Abaeté, por ser um bairro constituído por pessoas provenientes de aluguel, possui um perfil de moradores diferente dos outros bairros, com uma característica mais de classe média. Muitos moradores trabalham fora e não mantém um convívio tão intenso no bairro, como acontece no Bassoli, por exemplo, que tem um alto índice de desemprego (ou subemprego) e que as pessoas permanecem mais no bairro.

No Abaeté, sobre o período da noite, 28 pessoas disseram que piora o movimento, dentre as repostas negativas estão reclamações de barulho dos motoqueiros, som alto e bagunça, 30 disseram ser calmo enquanto que 10 disseram não saber. Diferente do Bassoli e do Sirius, percebemos pelas falas dos moradores que, ainda que algumas reclamações sejam semelhantes, como em relação a barulho, o sentimento de insegurança não é tão presente quanto nos outros bairros pesquisados, como percebemos nessas declarações:

- “O bairro é novo, tem 4 anos. Pra um bairro novo ele é sossegado. Nunca houve troca de tiro. O que ocorre é em alguns condomínios. Você sabe que o tráfico corre solto por aí...” (Entrevistada 19 Abaeté, informação verbal)²¹¹.
- “Mais paradão. Agora a tarde começa o agito” (Entrevistada 14, Abaeté, informação verbal)²¹².

O agito de fato não parece ser tão grande assim, outro entrevistado utiliza a expressão “suave” para se referir à vida que leva no condomínio, cujo “agito”, ao qual a Entrevistada 14 se referiu, é provocado por alguns jovens que passeiam com suas motos pelo empreendimento e usufruindo de algumas delinquências na fase considerada uma das mais difíceis da vida:

²¹⁰ Entrevistado 33.

²¹¹ Entrevistada 19.

²¹² Entrevistada 14 Abaeté.

Dentre as pessoas que responderam que o bairro melhorou, as justificativas se correlacionam aos trechos de depoimentos expostos neste capítulo, a sensação de maior tranquilidade, ter diminuído a “bagunça” (termo recorrente nas entrevistas), ou seja, houve a sensação de um cotidiano menos conturbado. As construções das praças foram mencionadas espontaneamente como um fator positivo das mudanças, associa-se a esse dado a diminuição da sensação de viverem em ambiente violento, com desentendimentos e ruídos em demasia. Algo interessante é que a presença da polícia é dicotômica, no sentido de ter diminuído a presença dela nos bairros, em certo sentido, foi algo visto como positivo por um morador que disse:

- "Tinha muita polícia. Tinha muita perseguição de moto e carro roubados." (Entrevistada 31 do Jd. Bassoli, informação verbal)²¹⁴

Houve quem reconhecesse que o bairro melhorou um pouco, com alguns entrevistados mencionando algumas melhorias realizadas pelos próprios moradores, mesmo sem terem consciência disso:

- "Esse parquinho não tinha antes. Acho que melhorou um pouquinho". (Entrevistada 48 do Jd. Bassoli, informação verbal)²¹⁵

A questão da saúde pública, tão importante nos contextos estudados, não deixou de ser lembrada em virtude da construção do posto de saúde próximo ao Residencial Abaeté, sendo evidentemente visto como uma pequena melhoria para o bairro, porém, como essa pergunta do questionário permeia a interpretação de uma experiência subjetiva nos territórios, não há uniformidade nas respostas. Houve quem respondesse que o bairro piorou bastante, que antes havia mais tranquilidade e que atualmente encontra-se mais violento e perigoso. Ao argumentarem sobre os motivos sobre os quais balizam suas impressões, mencionaram aumento do número de jovens envolvidos com drogas. O descaso do poder público, especialmente por parte da Prefeitura de Campinas, não deixou de ser um tema abordado.

Tal visão subjetiva sobre a “piora” ou “melhora” relativa do bairro às vezes se confunde num mesmo depoimento, trazendo uma certa ambiguidade. A visão permeada de certa naturalidade da própria natureza contraditória do tecido social, se deixa entrever quando nos colocamos na posição de escuta:

²¹⁴ Entrevistada 31 Jd. Bassoli.

²¹⁵ Entrevistada 48 Jd. Bassoli.

- "Tem muito projeto. Morre um ali outro aqui, normal... Favela, né?!"(Entrevistado 10 do Jd. Bassoli, informação verbal).
- "Era muito mais violento. Ainda morre gente" (Entrevistado 25, Jd. Bassoli, informação verbal).

Por um lado, as declarações acima denotam uma certa melhoria, há uma quantidade menor de violência comparado com o início do bairro e existem projetos implementados que potencializam a sensação de que as coisas estão progredindo, por outro lado, a violência proporciona a todos a incerteza de ver ainda com vida as mudanças acontecerem no bairro.

Jardim Bassoli

No Jd. Bassoli, de maneira geral, dentre as pessoas que responderam a pergunta, a maioria alegou não ter percebido mudanças significativas em seu cotidiano desde sua chegada ao bairro, houve quem fizesse ressalvas, mencionando a construção da creche, da pracinha e do posto de saúde, que ainda está em fase de construção.

Residencial Sirius

No quesito dinâmica do bairro, dentre os entrevistados que responderam que o bairro melhorou bastante no Residencial Sirius, alguns se lembraram da experiência da Escola de Transformação. Ao detalharem as mudanças mais significativas, fizeram referência à diminuição da “bagunça”, diminuição do consumo de substâncias ilícitas, melhora na convivência, pois sentem que há mais respeito entre os moradores. Houve quem citasse a criação da associação de comerciantes, a melhora no transporte público, pois o ônibus atualmente adentra o bairro, aumento das creches disponíveis, aumento no número de visitantes ao bairro, ocasionando maior movimento da economia local e, conseqüentemente a criação de novos comércios. A percepção da mudança recaiu também sobre variação demográfica da população local, pelo fato de alguns dos primeiros moradores terem vendido ou alugado seus imóveis. Sentem mais segurança, percebem que houve diminuição da violência no bairro. A construção da praça e do campinho também foram lembradas e diferentemente do Bassoli a menção ao bairro enquanto ‘favela’ aparece no passado, como um elemento cultural que passa a ser desarraigado das práticas sociais:

- "No começo aqui era bravo. Quando o pessoal veio pra cá trouxe a favela junto. Muita bagunça. Começo de vila, né?! Agora ta tudo no eixo." (Entrevistado 68 do Residencial Sirius, informação verbal)²¹⁶.

A maior presença de serviços e equipamentos de lazer no bairro parece conferir a sensação de que a situação atual vivida possui certas melhorias, não apenas no que diz respeito à história pessoal, mas também frente outros empreendimentos de natureza análoga que, no entanto, não contam com a mesma estrutura que encontram:

- "Aqui é muito bom a vista do Bassoli. Isso aqui é um presente de Deus." (Entrevistada 61 do Residencial Sirius, informação verbal).

Mas como dissemos, esta pergunta sendo absolutamente de resposta subjetiva carrega consigo a potencialidade inexorável da contradição e, para aqueles que a dinâmica do bairro ou piorou bastante ou piorou um pouco (11% somados), reclamam do alto volume emitido pelas caixas de som dos botecos ao redor.

- "Tem gente que mora nos botecos." (Entrevistado 58 do Residencial Sirius, informação verbal).

Para outros a sensação é de uma certa inércia no território, os graves problemas continuam fazendo parte do cotidiano e o maior movimento, a presença de alguns serviços básicos e toda a vida social do bairro que se diversificou não mascaram as dificuldades enfrentadas, mazelas por vezes tão insuportáveis que provocam saídas radicais do bairro:

- "Não muda nunca. Já morreu gente até enforcada aqui" (Entrevistada 5 do Residencial Sirius, informação verbal).

Vila Abaeté

Pode-se dizer que existe grande equilíbrio nas respostas dos entrevistados do Residencial Vila Abaeté quando se trata da percepção subjetiva das mudanças no território. Dentre as respostas negativas dos moradores do Residencial Vila Abaeté, há reclamações sobre o grande aumento de fluxo no bairro, com mais pessoas o frequentando:

- "Mais movimentado. A gente percebe que vem gente de fora." (Entrevistado 7, Vila Abaeté, informação verbal).

A preocupação com as pessoas que vem de fora parece se justificar em virtude da percepção que alguns moradores entrevistados possuem de que houve aumento no

²¹⁶ Entrevistado 68 Sirius.

consumo de substâncias ilícitas no bairro, envolvendo tanto os moradores da comunidade, como pessoas provenientes de outras localidades. Tal preocupação aumenta ainda mais durante o período noturno.

- “[...] você fica com receio. Aumentou o número de usuários de drogas.” (Entrevistada 15, Vila Abaeté, informação verbal).

Assim como nos outros dois bairros pesquisados, o ruído é um problema para vários moradores que possuem a percepção de que a dinâmica do bairro gira em alta rotação, no caso a rotação dos motores das motos, principalmente à noite, momento em que alguns jovens mais ousados buscam empinar suas motos pelas ruas do Abaeté. Mas, se os usuários de drogas e os contraventores do trânsito incomodam, os representantes da lei tampouco caem nas graças de todos:

- “Aqui mora muito PM, os caras são folgados.” (Entrevistado 17, Vila Abaeté, informação verbal).

A insatisfação parece se dar em virtude da percepção do aumento da falta de respeito mútuo entre os moradores. Segundo uma entrevistada, muitos dos primeiros contemplados do PMCMV já se mudaram, e os novos condôminos teriam modificado um pouco o perfil dos habitantes do condomínio, embora em nosso questionário, não encontremos dados que corroborem tal sensação de nossa depoente, pois mais de 80% dos entrevistados da Vila Abaeté alegaram ser os primeiros moradores dos imóveis.

- “A maioria das pessoas daqui já foram embora. Mudou bastante o tipo de gente.” (Entrevistada 42, Vila Abaeté, informação verbal).

A mercadoria que os comerciantes atuais disponibilizam e a disposição espacial das barracas no espaço ao entorno do residencial, também não escaparam às críticas:

- “[...] antes era mais tranquilo. Aqui era sorveteria, agora é bebida alcoólica. Esse monte de barraquinha em volta dos condomínios não ficou muito bom.” (Entrevistado 17, Vila Abaeté, informação verbal).

Quanto às respostas positivas em relação à dinâmica da vida cotidiana, as pessoas entrevistadas enaltecem as construções físicas que foram feitas ao longo do tempo em que já estavam morando, entre elas: o posto de saúde, a creche, escola, a praça com o espaço multiuso, a academia, padaria e os comércios de modo geral. Também mencionaram as atividades e os cursos que acontecem na sede. Ao passo que na percepção de alguns moradores o aumento do fluxo de pessoas no bairro seja encarado de modo negativo, outros depoentes veem isso de forma positiva, de certa forma houve um incremento do espaço de uso comum:

- “Quando começaram a fazer a sede, não tinha nada antes. Deixou o povo mais animado. O parquinho também.” (Entrevistado 27, Vila Abaeté, informação verbal).

O comércio e sua disposição espacial, bem como a existência de espaços de uso comunitário no condomínio, também encontram ressonâncias positivas entre alguns entrevistados que reconhecem na mudança da dinâmica do bairro como algo que pode favorecer a todos de alguma forma:

- “Quando cheguei aqui eu me sentia no deserto. Agora tem pontos de lanche, deu uma renda pro povo que trabalha por conta” (Entrevistada 25, Vila Abaeté, informação verbal).”
- “A praça. Aqui antes era tudo mato. Já muda a impressão do bairro” (Entrevistado 11, Vila Abaeté, informação verbal).

Ressaltaremos, a título de obrigatoriedade, a reclamação de uma das pessoas entrevistadas que alegou ser parente de uma pessoa com necessidades especiais, mais especificamente uma cadeirante e que encontra enormes dificuldades para acessar o próprio espaço onde mora, assim como diversos outros espaços na cidade. O projeto arquitetônico e urbanístico do Residencial Vila Abaeté, não pensou em garantir a acessibilidade ao espaço para pessoas com tais necessidades embora, desde 6 de julho de 2015, mediante a assinatura da presidenta Dilma Rouseff da Lei nº 13.146, há uma lei que é taxativa em relação aos amplos direitos de acessibilidade a todo o cidadão com necessidades especiais. Infelizmente não se trata apenas de um problema de sua estrutura, este é um problema estrutural e estruturante da sociedade brasileira e que afeta toda a cidade de Campinas e, portanto, todos os 3 empreendimentos aqui estudados apresentam problema análogo com relação à questão do acesso às pessoas com deficiência. Ambos foram projetados e entregues antes da Lei, o que, possivelmente, não obrigou com que os empreendedores adequassem aos usuários.

6.3.1.2. A sua vida no bairro mudou?

“Ter a casa própria é uma coisa que no começo te deixa muito feliz. Isso foi muito bom. Viver aqui é muito desgastante, traz um prejuízo emocional. [Estou] acostumada com casa. [Viver no bairro] contribuiu para a separação. Aqui as pessoas vão adoecendo. Sofre muito preconceito social. O povo chama aqui de favela.” (Entrevistada 32 Residencial do Sirius, informação verbal, grifo nosso).

Quadro 23: mudança de vida no bairro

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Não mudou em nada	24	35%	27	39%	25	37%
Piorou bastante	13	19%	1	1%	4	6%
Piorou um pouco	3	4%	7	10%	1	1%
Mudou um pouco, para melhor	10	15%	15	22%	7	10%
Mudou bastante, para melhor	18	26%	19	28%	31	46%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Jardim Bassoli

No Bassoli, dentre as pessoas que responderam que a vida delas melhorou bastante no bairro, 10 alegaram que financeiramente ou laboralmente encontram-se numa situação mais favorável. Destaca-se ainda alguns moradores que atribuíram a mudança à participação em algum projeto comunitário que foi implementado após a Escola de Transformação. Merecem destaque também os entrevistados que responderam que sua melhora se deu mediante a superação de problemas pessoais, superação de vícios, uma vida familiar mais harmônica, ou simplesmente, a condições habitacionais melhores que as de outrora.

Houve quem respondesse que a situação em que se encontrava apresentava relativa piora, em comparação com a anterior. A pessoal deterioração das fontes econômicas e das condições de trabalho, ou mesmo da acessibilidade ao trabalho foram aspectos recorrentes, pois parte dos entrevistados ou se encontrava sem emprego formal ou havia ficado mais longe do local onde trabalhavam anteriormente. A distância do centro da cidade dificulta a consecução de novo posto laboral e distanciou os moradores de sistemas básicos de serviços que a cidade oferece. Três pessoas alegaram que o antigo bairro no qual moravam era melhor. Um destes entrevistados criava aves, produzia ovos e cultivava frutas, possuindo uma forma de subsistência alternativa que, a nova casa não permite.

- “Antes plantava. Prefiro o bairro antigo. Tinha galinha, tinha ovo, tinha fruta. (Entrevistado 8, Jd. Bassoli, informação verbal).

Residencial Sirius

A saída do aluguel graças à aquisição da casa própria correspondeu à melhora na vida de 10 de nossos entrevistados do Residencial Sirius. A melhora do quadro financeiro foi um fator citado por 7 pessoas, algumas delas abriram o próprio negócio ou conseguiram um emprego. No entanto, nem todos os empreendedores encontram-se satisfeitos, sobretudo para o entrevistado que já tinha um negócio anterior.

- “Eu tinha uma quitanda igual eu tenho aqui, perto de casa, e minha renda era mais alta. Quando eu me mudei fiquei doente e não sarei até hoje.” (Entrevistado 47 Residencial Sirius, informação verbal).

Outras 5 pessoas disseram que antes viviam em áreas de risco e que a mudança para o bairro proporcionou maior conforto. Muito embora, as dívidas acompanhem parte dessa evolução, os vínculos sociais sejam um tanto frágeis e o formato do imóvel não seja do agrado:

- “Agora tenho o apartamento no meu nome. Tô devendo mas é meu. Não tenho muitos amigos aqui. O apartamento é mais seguro mas não tem quintal.” (Entrevistada 12 Residencial Sirius, informação verbal).

A melhoria dos aspectos afetivos, do círculo social ou mesmo o reconhecimento no seio da sociedade, em virtude de um certo protagonismo local, caracterizou a alguns entrevistados sua relativa satisfação.

Vila Abaeté

Em geral a maioria dos entrevistados do Abaeté responderam que a vida melhorou, cerca de 56 %, apenas 7% alegam piora. Houve quem elogiasse o bairro, alegando ser um bairro bom, tranquilo e servido de serviços como a escola, a creche, posto de saúde e o transporte público.

Mas a visão de melhoria permeia, em geral, a conquista da casa própria e a saída do aluguel. O novo ambiente também teria proporcionado a criação de novos laços para alguns de nossos entrevistados. Nesse sentido a Escola de Transformação foi lembrada, por alguns depoentes pois proporcionou conhecer outras pessoas do bairro e se engajar em outros projetos.

Tão importante quanto a casa própria ou a saúde financeira é o equilíbrio familiar. Para algumas pessoas o que melhorou foi a questão do convívio familiar, pois

deixaram de compartilhar imóveis com pais ou outros parentes, constituíram família e agora possuem mais liberdade, o seu próprio espaço.

Exceto alguns poucos casos, a situação financeira dos moradores do Abaeté não piorou, tendo ficado pelo menos estável na avaliação dos entrevistados, no entanto, para aqueles que sentem que sua situação econômica se fragilizou, aponta justamente o aumento do custo de vida com a mudança para a nova moradia, sobretudo em virtude do custo do condomínio:

- “mais caro morar aqui, por ser minha casa minha vida, caramba... Pago aluguel do mesmo jeito. Condomínio é mais caro que aluguel” (Entrevistado 28, Vila Abaeté, informação verbal).
- “Tava melhor aonde eu morava. A gente não achava que ia pagar tanta conta. Condomínio que tem que pagar que antes não tinha”. (Entrevistada 47, Vila Abaeté, informação verbal).
- “Melhorou num aspecto, moro só eu. Piorou as contas. A conta de luz tá salgada. Condomínio aumentou demais”. (Entrevistado 63, Vila Abaeté, informação verbal).

Observações

Interessante observar como entre os entrevistados do Residencial Sirius do Abaeté, a conquista da casa própria possui mais relevância, adquirindo o simbolismo de uma mudança de vida para melhor, fenômeno que não acontece no Bassoli. De forma curiosa, as pessoas estão a pouco tempo de receber as escrituras dos imóveis, passados os 10 anos previstos.

6.3.1.3. Forma de usar o espaço público

Quadro 24: Formas de usar o espaço público

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Mudou para melhor	29	43%	33	48%	38	57%
Mudou para pior	4	6%	6	9%	9	13%
Não mudou em nada	24	35%	21	30%	14	21%
Não sabe dizer	11	16%	9	13%	7	10%

68

69

68

Fonte: elaboração autora, 2019.

Jardim Bassoli

A construção ou revitalização das praças foi considerada por 17 dos entrevistados consultados como fator que auxiliou mudar para melhor nos últimos anos o convívio no bairro. Mas alguns depoimentos deixaram explícita a necessidade de implementar de mais praças e sistemas de lazer, pois os que foram implementados são insuficientes para atender toda a população. Ao mesmo tempo noção de espaço público parece se encontrar condicionada à visão de espaço público como lugar onde impera um certo desmando, um desrespeito com a *res publica*, pois alguns entrevistados o relacionaram ao lugar onde se utiliza substâncias ilícitas livremente e salientaram o incômodo com a presença de lixo nesses espaços, aumentando a sensação de ambiente degradado.

Residencial Sirius

As praças realizadas durante o DIST são identificadas como elementos que mudaram a forma de apropriação dos espaços públicos no bairro, 24 pessoas associaram essas mudanças à realização das praças. Cabe ressaltar mais uma vez que a praça construída voluntariamente pela iniciativa de um morador do bairro contribuiu para alteração do espaço e hoje ele é considerado uma referência no bairro por sua atuação pró-ativa pelo bairro. Alguns dos entrevistados salientaram a utilização dos espaços públicos para o consumo de drogas pelos jovens, porém a maioria conota um sentido mais positivo do que negativo por esses espaços, mas não existe consenso nem uniformidade de opiniões processos que catalizem a vida social nesses espaços:

- "Não tem espaço público. Tem terreno. As pessoas não tem senso de pertencimento. as pessoas não se apropriam. Não tem profissional para oferecer atividades." (Entrevistado 32, Residencial Sirius, informação verbal)
- "[...] hoje em dia existe uma força de pessoas pra buscar melhorias através do diagnóstico. Hoje existe um plano, um caminho a ser seguido. Objetivo está sendo alcançado". (Entrevistado 33 Residencial Sirius, informação verbal).

Por um lado, há perceptivelmente otimismo em pessoas que estão engajadas em atividades pelo bairro e que, em certo sentido, se sentem incluídas dentro de um

processo de (re)conhecimento do bairro em outras dimensões, como vemos na declaração acima da moradora sobre o diagnóstico feito e apresentado durante o DIST.

Vila Abaeté

No Abaeté, quando questionado se a forma de usar o espaço público mudou nos últimos anos, quase 100% das respostas positivas estiveram relacionadas com a vinda da praça e do parquinho para as crianças, a associação/sede com os cursos e a academia a céu aberto, associando a melhoria do espaço público com o aspecto do lazer e convivência no bairro. Percebemos em algumas declarações que a modificação alterou drasticamente a sensação de antes e depois da implementação dos novos equipamentos:

- “[...] os terrenos baldios, tava tudo largado, aí fizeram a praça” (Entrevistado 25, Vila Abaeté, informação verbal).
- “ficou melhor isso daí (praça), antes os espaços que eram fechados para o mato” (Entrevistada 17, Vila Abaeté, informação verbal).

Parte dessa percepção de mudança se arvora na modificação da postura da procura dos moradores que passam a ver, nos espaços públicos lugares mais apropriados para o lazer, sobretudo com as crianças.

- “A pracinha. Eu mesma dou preferência de brincar aqui fora com minha filha.” (Entrevistada 33, Vila Abaeté, informação verbal).

A experiência do lugar se ressignifica e vagar pelo espaço público se torna mais natural, algo espontâneo.

- “[...] -a gente tem mais liberdade pra frequentar esses lugares. Antes não tinha nada.” “Sim, agora tenho onde ficar.” (Entrevistada 4, Vila Abaeté, informação verbal).

Embora evidentemente as mudanças nos espaços públicos se tornem um atrativo para os moradores do Abaeté e do entorno, os cursos oferecidos na associação também promovem integrações, mas vinculadas aos encontros marcados para finalidades que ocorrem com periodicidade frequente, ocasionando incremento na interação com os bairros vizinhos.

- “Mudou pra gente. Tem mais cursos, mais gente vem.” (Entrevistada 8, Vila Abaeté, informação verbal).

Embora haja uma relativa satisfação quanto as modificações implementadas, no que tange ao espaço público, as maiores reclamações ainda estão relacionadas à falta de

atividades e lazer para jovens e crianças, que são vistas como ainda muito vulneráveis ao tráfico ou uso de substâncias químicas ilegais.

- “[...] o único lazer que tem é essa pracinha. Tem muito pouco lazer” (Entrevistada 39, Vila Abaeté, informação verbal).
- “[...] aqui não tem nada, só a praça e a creche. Não tem lazer nenhum pra eles aqui” (Entrevistada 45, Vila Abaeté, informação verbal).

A vinda de pessoas de outros bairros é vista de forma ambígua, a depender da circunstância que traz os visitantes para dentro do bairro. Desta forma, há moradores que dizem vir jovens oriundos de outros bairros para usar drogas na praça, outros veem com bons olhos vir pessoas de outros bairros para participar dos cursos oferecidos na sede da associação, pois isso melhoraria a visibilidade do bairro.

- “[...] a forma de usar o espaço aqui é um referencial. A casinha (sede) virou referência. As pessoas vêem que aqui é um lugar organizado.” (Entrevistada 7, Vila Abaeté, informação verbal).
- “Antes não tinha esse espaço do Abaeté. Agora tem essa dinâmica da associação, tem curso, mobilização.” (Entrevistada 44, Vila Abaeté, informação verbal).

6.3.1.4. Indicador de conviviabilidade

Você conhece seus vizinhos?

Ainda que se possa dizer que essa pergunta seja relativa, pois conhecer alguém carrega esse sentido, ela nos permite perceber circunstancialmente, no contexto local, o grau de conviviabilidade que a pessoa mantém no bairro, ou pelo menos a sua percepção sobre isso, ou seja, a qual a desenvoltura adquirida através da interação comunicacional no território estudado.

Sentir que mantém um ciclo de relações no bairro permite que se desenvolva um maior senso de identidade e comunidade no sentido de pertencimento. Nos três bairros percebemos que esse grau é relativamente alto, a maioria das pessoas entrevistadas mantém esse grau de conviviabilidade, porém o número de pessoas que responderam não possuir esse vínculo, demonstra o indicador de que muitas relações ainda não estão consolidadas para que sintam esse pleno sentido de pertencimento. Isso pode acontecer devido a rotatividade de pessoas, como demonstram relatos de alguns moradores (e

percebemos que algumas famílias já vivem de aluguel, demonstrando que houve mudança dos antigos moradores).

Quadro 25: Você conhece seus vizinhos?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	46	68%	45	65%	39	57%
Não	22	32%	24	35%	29	43%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Quadro 26: Existem outros espaços de lazer no bairro?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Não	47	69%	41	59%	66	97%
Sim	21	31%	28	41%	1	1%
Não sabe	0	0	0	0	1	1%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

A única resposta positiva em relação à existência de outros espaços de lazer se deu no Abaeté, e a pessoa entrevistada se referiu a um espaço de lazer dentro do condomínio. Três pessoas que responderam que não, depois falaram da academia ao ar livre que, no momento da entrevista, estava ainda em implementação. No Bassoli, além das praças revitalizadas durante o DIST, existem as duas quadras. No Sirius existem espaços os insurgentes de lazer feitos por iniciativa do morador que contou com a ajuda dos próprios moradores do bairro, com apoio externo.

Quadro 27: Outras mudanças importantes para o bairro

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	60	88%	59	86%	49	72%
Não	6	9%	8	12%	15	22%
Não sabe	2	3%	2	3%	4	6%

Total	68	69	68
-------	----	----	----

Fonte: elaboração autora, 2019.

Quando questionados quais as mudanças importantes para melhorar o bairro, as respostas variaram bastante, desde a implementação de linhas de ônibus, como melhoria na infraestrutura do bairro, iluminação pública e lombada nas ruas, devido ao alto fluxo de automóveis circulando com velocidade no bairro, etc. Também se mencionou sobre aumentar pontos de vendas de QR Code²¹⁷, pois atualmente, o Abaeté é o único bairro a contar com o serviço.

Normalmente, em virtude da baixa infraestrutura dos bairros, as respostas dos entrevistados, principalmente do Bassoli e do Sírius, começaram por: “muita coisa...” Na sequência expomos um quadro elencando algumas delas, que estão listadas abaixo. As demandas mais relevantes aparecem no quadro abaixo.

Quadro 28: Demandas mais relevantes nos 3 bairros

	Bassoli	Sírius	Abaeté
Atividade/equipamento para as crianças	12	5	15
Espaço de cultura, esporte e lazer	22	16	14
Banco, lotérica e comércio (mercado, farmácia)	7	20	13
Policimento/segurança/fiscalização, iluminação pública	21	8	12
Transporte público e infraestrutura urbana	7	9	4
Estética, organização, limpeza e cuidado das áreas públicas	5	5	4
Educação - Escola/creche	14	25	1

²¹⁷ É o sistema de pagamento do transporte público/ônibus de Campinas, ao meu ver, totalmente inadequado para o perfil dos moradores da cidade. O QR Code é um código de barras, impresso em papel ou em tela de smartphone, que “armazena dados e caracteres. Ele tem a codificação da tarifa e substitui o dinheiro no pagamento da passagem”. O QR Code tem o custo da viagem (R\$ 4,70) e “não proporciona a integração. Sua validade é de 30 dias, contados a partir da data da emissão, sem a possibilidade de reembolso”. Não sendo objeto da pesquisa, não aprofundaremos no assunto, porém colocaremos aqui alguns dos motivos da inadequação desse sistema para a cidade. Talvez a possibilidade de economizar com cobrador dentro do transporte público, ou evitar perdas de lucros, enfim, não dar a opção de pagar a passagem em dinheiro no ônibus limita seus usuários a ou ter o cartão de bilhete único ou terem de comprar esse papel, que facilmente se dobra e se perde (pois qualquer amassado já corre-se o risco de não funcionar mais), e não havendo um posto de venda perto a possibilidade de compra online também não é uma vantagem para esses moradores por exemplo. Muitos moradores do Bassoli com o qual tivemos contato durante o doutorado nem celular possuíam. Ainda que há cerca de 300 estabelecimentos credenciados, como diz no site da Transurc (www.transurc.com.br), há muitas reclamações em relação a esse sistema nos 3 bairros. Inconvenientes que os moradores sofreram ao ferirem o seu direito de ir e vir, quando passado algo com o QR Code e por algum motivo específico, não foram deixados viajar no transporte público.

Saúde - Posto de Saúde	16	37	0
Emprego	3	1	0
outro	13	6	3

Fonte: elaboração autora, 2019.

Muitas repostas enfatizaram a necessidade de melhoria da área destinada ao comércio nos bairros, como a presença de um supermercado grande e mais baratos do que os pequenos mercados locais, que alegam ser muito mais caro, principalmente no Sírius e Abaeté, que contou com maioria das reclamações. Bancos, caixas eletrônicos, casas lotéricas e farmácias também foram lembrados como importantes pelos depoentes, mas destacaríamos os 3 primeiros, pois foram os mais citados.

No Abaeté entre todas as demandas, a maior ainda é a presença de atividades para jovens e crianças e mais espaços de cultura, esporte e lazer. Alguns moradores até mencionaram o sistema de lazer localizado entre os condomínios 11 e 12, demonstrando estarem informados sobre a área destinada a esse fim, sistema de lazer 1, e portanto conscientes sobre as potencialidades do próprio território.

A melhoria da iluminação pública também foi lembrada como demanda importante pelos moradores, pois está associada ao aumento da sensação de segurança nos bairros. Atrelada à essa demanda, falou-se da importância de aumentar a vigilância no bairro, ou até mesmo solicitar a instalação de uma base da guarda municipal ou posto policial.

Em relação à estética e cuidados com a limpeza dos bairros, destacaram-se as declarações relacionadas à melhoria na organização do bairro, planejar melhor a área destinada ao comércio especialmente às barracas, para deixar o bairro esteticamente mais bonito e organizado.

Evidentemente que uma reclamação tão comum como dos ruídos sonoros não ficaria sem opiniões:

- “Melhorar a questão do barulho, aumentar a fiscalização. No calor eu não abro a janela por causa do barulho. Não tem janela na escada, é um horror.” (Entrevistada 57 do Jd. Bassoli, informação verbal).

Os comércios que encontram-se no entorno dos residenciais são apontados como responsáveis por parte do problema dos ruídos, sobretudo os barzinhos que se encontram nas imediações das ruas principais dos bairros e que normalmente funcionam

até a madrugada tocando música. Para resolver o problema, duas medidas apareceram nas entrevistas:

- “[...] tirar as barracas. Daí ficará mais sossegado, porque faz muito barulho.” (Entrevistada 40 do Residencial Sírius, informação verbal)
- “[...] diminuir a música alta dos bares e diminuir a bagunça” (Entrevistada 41 Residencial Sírius, informação verbal).

Para além das demandas mais recorrentes, outras surgem e apontam em outras direções, como questionamentos acerca do próprio projeto do residencial, no que diz respeito à própria estrutura construtiva dos condomínios. Mas não se detém por aí, a percepção crítica tece contornos que apontam para problemas muito mais abrangentes que extrapolam as questões arquitetônicas e se inscrevem na malha das características urbanísticas e de saúde pública:

- “[...] o apartamento é uma cadeia. Morava em casa antes, mas aluguel. Pra mim não vira aqui não. Falta quintal, ter liberdade. Dá pra escutar os vizinhos. As paredes e a laje são muito finas. Moro no último andar” (Entrevistado 18 Abaeté, informação verbal).
- “Falta acessibilidade para cadeirante. Tanto no Abaeté como nos outros bairros. Não só cadeirante, mas cegos também. Tem muito bar. Falta oportunidade pra quem não quer usar drogas. Tratamento de dependentes de drogas e álcool. Psiquiatria, psicólogo.” (Entrevistada 37 Abaeté, informação verbal).

Até este momento pudemos ver como nos três bairros a preocupação em relação ao consumo de entorpecentes mobiliza o discurso dos entrevistados, normalmente o vendo como potencial ameaça. O discurso de que o esporte e o lazer possam impedir o contato dos jovens com substâncias ilícitas, faz com que a implementação de mais áreas de esporte e lazer seja uma das principais, pois se trata de usar os meios disponíveis para evitar esse contato. Um dos moradores vê isso como saída, enquanto outras áreas de lazer não existem:

- “[...] Trabalhar com a associação, tentar tirar a criançada da rua.” (Entrevistado 35 Residencial Sírius, informação verbal).

Conjuntamente a essa medida, maior presença da polícia nos bairros, como já referido acima, também se inscreve no plano de medidas informais de segurança para combater as drogas, por vezes o tom assumido é o da repressão do Estado:

- “[...] mais policiamento pra inibir esses meninos que usam drogas aí” (Entrevistada 10, Abaeté, informação verbal).

A demanda por postos de saúde e escola/creche permeou em especial o discurso dos moradores do Bassoli e do Sírius, que tratam esses serviços públicos como de fundamental importância para melhorar o bairro. Alguns relatos conferidos fora do contexto da entrevista deram conta de que a escola no bairro não dá conta de toda a procura dos moradores do Residencial Bassoli, e as existentes não contam com profissionais suficientes para atender a população. Tanto nas imediações do Abaeté quanto no Bassoli foram inaugurados centros infantis, porém, não foram suficientes para atender toda a demanda do bairro. Pelo fato de, próximo ao Abaeté, ter sido inaugurado o Posto de Saúde no bairro São José, suspeitamos que por esta razão não apareceu como um serviço que melhoraria a qualidade de vida do bairro.

Classificamos como “outro”, quando haviam respostas não enquadráveis em uma classificação que não transversalizassem os problemas ou os territórios. Foram alocados também nessa categoria respostas que estavam contidas em outras que abordavam o mesmo tema de maneira mais abrangente.

Foram identificados em diversos depoimentos exercícios de comparação distintivos entre os empreendimentos hierarquizando características arquitetônicas ou urbanísticas peculiares, demonstrando que a experiência dos indivíduos que moram em determinadas habitações de cunho social promovem certas disputas ou comparações que condicionam o olhar desvalorizado sobre seu próprio território, ocultando características que poderiam ser consideradas positivas, mas que em virtude de estar realizando tal exercício passam despercebidas, ou supervalorizadas mascarando características que poderiam ser potencializadas, caso houvesse realizado uma postura diferente do olhar.

- “Aqui tem muita rua. Deviam ter juntado mais, que nem o Sírius” (Entrevistada 57 Jd. Bassoli, informação verbal).

Vimos no capítulo anterior que um dos passos que a Vivência Oásis propõe nos territórios dizia respeito à modificação da postura do olhar, para poder enxergar potencialidades pessoais, comunitárias, topográficas e urbanísticas dos territórios, buscando a valorização daquilo que se tem, por assim dizer, à mão e exercendo, após um acúmulo de recursos de diversas naturezas, a transformação possível e desejável que se deseja realizar no lugar onde se vive.

No entanto, a visita a campo deixou entrever que tal postura do entrevistado está arvorada numa condição prévia. Podemos dizer que o Bassoli é o bairro que mais sofre em relação ao estigma enquanto bairro. Os próprios moradores identificam a dificuldade

em encontrar profissionais dispostos a trabalharem no bairro, como vemos nessa fala de um morador:

- “[...] escola falta muito professor, porém os profissionais não gostam de trabalhar aqui” (Entrevistada 13, Bassoli, informação verbal).

Quadro 29: Tem algo que você poderia fazer?

	Bassoli		Sírius		Abaeté	
Sim	23	34%	24	35%	23	34%
Não	45	66%	44	64%	43	63%
Não Sabe	0	0	1	1%	2	3%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Se mediante a pergunta anterior consegue-se verificar alguns dos anseios da população, através desta percebe-se a consciência de autonomia dos indivíduos entrevistados. Os números foram bem semelhantes nos 3 bairros. De qualquer maneira, O entrevistado foi interpelado sobre “o que poderia fazer”, em caso de resposta positiva, ou quem poderia fazer, em caso de resposta negativa.

Quadro 30: O que ou quem poderia fazer

	Quem poderia ou o que você poderia fazer?	Bassoli	Sírius	Abaeté
Sim	Ser mais proativo/a	15	9	12
	Estou fazendo	5	12	10
	Não sabe	3	3	1
Não	Poder Público/Autoridades/ Prefeito/Governo	19	18	12
	Poder local/Associação de moradores/ Síndicos	5	11	9
	Todo mundo (moradores do bairro)	3	7	5
	Não sabe	15	6	14
	Acha que está bom e não precisa de nada	0	1	2
	Outro	3	1	1
Não Sabe	Não sabe	0	1	2

Fonte: elaboração autora, 2019.

A maioria dos entrevistados nos três bairros responderam que não podem fazer nada para melhorar o bairro, indicando desta forma que, em relação ao lugar onde vivem, não se veem como atores potenciais da transformação. Ao perguntarmos quem poderia realizar tais intervenções as respostas recaíram sobre o poder público ou outro ‘poder’ que foi menos citado, tal como a associação de moradores.

Aqueles que responderam sim à primeira pergunta, ao serem interpelados sobre o que podem fazer, responderam ou já estarem fazendo, ou que simplesmente necessitam ser mais pró-ativos na construção do bairro, mas denotam, certamente senso potencial de ações autônomas e de protagonismo local.

Quadro 31: Sobre esta praça, você ou os seus familiares costumam frequentar

	Bassoli		Sírius		Abaeté	
Sim	46	68%	36	52%	40	59%
Não	22	32%	33	48%	28	41%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Percebemos pela tabela que há um número significativo de pessoas que disseram que a praça é frequentada por eles ou por parentes, números que superam os cinquenta por cento no Residencial Sírius (52%), beira os sessenta por cento no Abaeté (59%) e que quase chega a casa dos setenta por cento no Jd. Bassoli (68%).

Nos três bairros as justificativas dadas pelos entrevistados que não frequentam a praça foram bastante parecidas: algumas responderam que simplesmente não gostam, ou que não possuem tempo. A distância para chegar às praças se constitui um empecilho para aqueles que moram longe das mesmas. Alguns entrevistados alegaram permanecer nela apenas enquanto aguardam o ônibus, caso de alguns entrevistados do Residencial Sírius. Mas nesses breves diálogos a questão da segurança apareceu como um sério entrave.

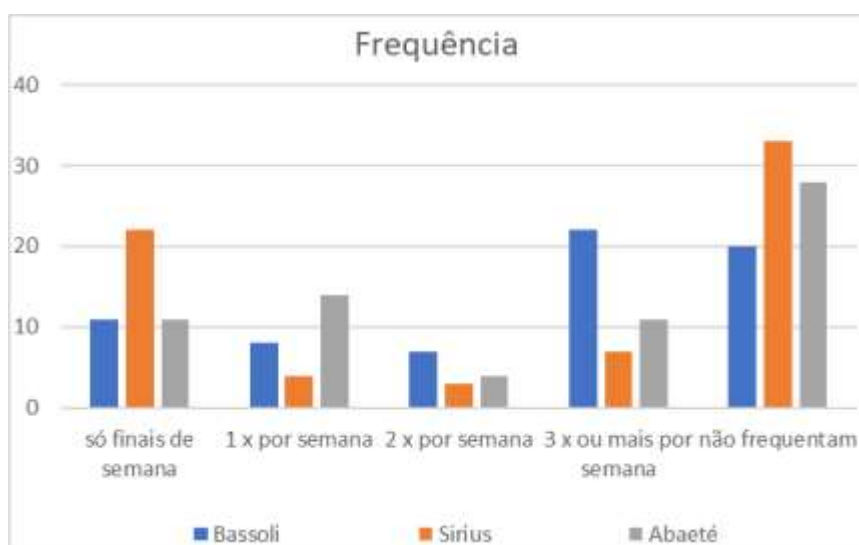
Quadro 32: Com qual frequência vai à praça?

	Bassoli	Sírius	Abaeté
--	---------	--------	--------

só finais de semana	11	16%	22	67%	11	16%
1 x por semana	8	12%	4	9%	14	21%
2 x por semana	7	10%	3	9%	4	6%
3 x ou mais por semana	22	32%	7	21%	11	16%
não frequentam	20	29%	33	48%	28	41%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Figura 132: Gráfico sobre a frequência na praça



Fonte: elaboração autora, 2019.

Jardim Bassoli

No Bassoli, lugar onde houve a maior porcentagem de pessoas que disseram frequentar a praça, várias delas disseram estar todos os dias nela. O lazer das crianças é um motivo importante de frequência para 20 dos entrevistados. Os momentos de fruição do ócio também consiste em motivação para muitos entrevistados que a utilizam para encontrar amigos, tomar uma cervejinha, esfriar a cabeça ou até mesmo fumar maconha.

Residencial Sirius

Das pessoas que disseram frequentar a praça no Sirius, quase todas alegaram que a utiliza para levar as crianças para brincar. Para fins de ilustração, duas entrevistadas

alegaram que a praça é o único lugar disponível para o lazer das crianças. A realização de exercícios/ginástica na academia ao ar livre, também apareceu como estímulo, bem como descansar de um dia difícil, conversar com os amigos e encontrar pessoas. Um dos entrevistados disse vir de 15 em 15 dias apenas para limpar a praça, demonstrando que o cuidado com este espaço público do bairro recai sobre moradores específicos.

Vila Abaeté

Algumas pessoas do Abaeté frequentam a associação, fazem os cursos gratuitos que estão sendo oferecidos (parceria da FEAC com a associação de moradores).

Muitas pessoas no Abaeté, também responderam trazer as crianças para brincar no parquinho, por ser um dos poucos lugares onde há um parquinho infantil. Muitos responderam frequentá-la para o descanso: para relaxar, refletir, jogar cartas ou dominó, tomar cerveja, fumar, passear, conversar, conhecer pessoas, encontrar amigos, sair um pouco de casa, ler, etc. A praça, apesar das reclamações sobre o uso, sobretudo durante à noite, em virtude do consumo de drogas, é um ponto de encontro, e para alguns, o único lugar de lazer que podem frequentar sem a necessidade de um automóvel. Durante a pesquisa de campo percebeu-se também a grande frequência de pessoas de outros bairros para usar os equipamentos do parquinho e da academia, tratam-se de moradores de bairros vizinhos, como Jd. das Camélias e San Diego.

Quadro 33: A existência dessa praça mudou a sua vida?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	43	63%	36	53%	35	51%
Não	25	37%	33	47%	33	49%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Jardim Bassoli

Quando questionados se a existência da praça modificou em particular sua vida, os entrevistados disseram que a presença da praça mudou algo em sua vida, muitas disseram ter algum espaço para as crianças brincarem, um local de lazer para os adultos,

um lugar de encontro. Alguns disseram ter melhorado a entrada do bairro, exaltando o aspecto estético. Alguns depoimentos demonstraram a importância da praça como um espaço que amplia as opções de lazer, promovendo a possibilidade de gozo do ócio, encontro e convívio.

Residencial Sirius

No Sirius as pessoas que responderam que a praça mudou algo em sua vida, disseram que agora as crianças tem um espaço de lazer, e os adultos encontram uma alternativa para fazer ginástica na academia. O impacto estético da existência da praça também foi exaltado em alguns depoimentos. Não apenas a mera existência mas todo o processo de implementação da praça durante o DIST provocou uma modificação na percepção de alguns moradores sobre o espaço, tanto que, como já comentamos um dos condôminos começou o projeto de construção de uma praça sozinho. Para um dos entrevistados a praça constituiu:

- “[...] o primeiro marco da transformação que está em curso. Ali que a gente viu o que é possível.” (Entrevistado 33 Sirius, informação verbal).

Vila Abaeté

No Abaeté, várias pessoas responderam que a existência da praça proporcionou um espaço de lazer tanto para ela como para os filhos. A eclosão dos projetos/cursos/atividades gratuitas para o bairro, que acontecem na Sede/espço multiuso, também foram lembrados. A praça teria trazido mais alegria para o bairro, deixou a entrada mais bonita, mais convidativa e valorizou o Residencial como um todo tornando-o um referencial.

Quadro 34: A existência dessa praça mudou a dinâmica do bairro?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	53	78%	59	86%	63	93%
Não	12	18%	8	12%	4	6%
Não sei	3	4%	2	3%	1	1%

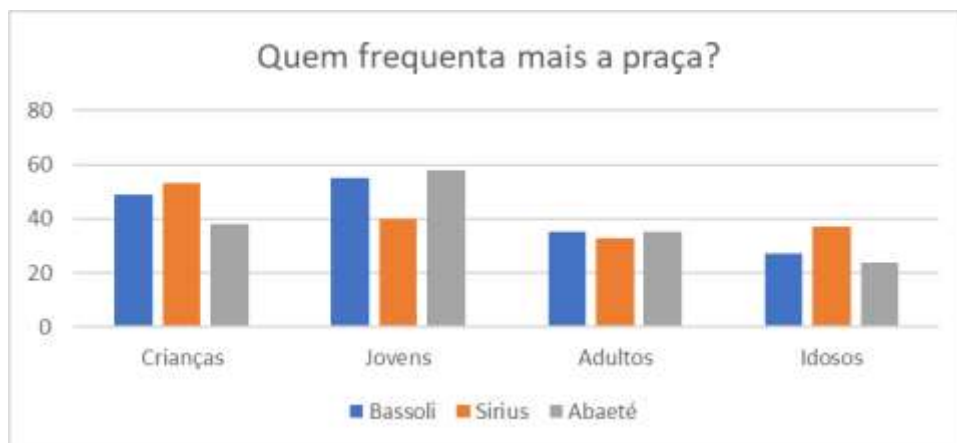
Total 68 69 68

Fonte: elaboração autora, 2019.

A imensa maioria dos entrevistados reconheceu que a dinâmica do bairro mudou em virtude da existência da praça. Pessoas nos três bairros responderam que a existência da praça mudou a dinâmica do bairro, alegando que as interações ficaram mais fáceis, ao mesmo tempo, a praça, em virtude de seu caráter naturalmente democrático, gera momento de encontro de diversos tipos, inclusive os encontros pautados pela utilização de drogas ilícitas.

Quem frequenta mais a praça?

Figura 133: Gráfico sobre o grupo que mais frequenta a praça



Fonte: elaboração autora, 2019.

Este gráfico trata da percepção que o entrevistado possui sobre qual o grupo etário é o mais assíduo frequentador da praça. Neste quesito, o perfil de pessoas que frequentam em termos de idade, nos três bairros são os jovens, seguidos pelas crianças. No Sirius o grupo predominante são as crianças e depois os jovens, fenômeno que acontece também com idosos e adultos. No Sirius predomina a visão de que há mais idosos do que adultos - ainda que, ao longo da experiência em campo - percebemos que as crianças estão sempre acompanhadas de adultos. No Bassoli e Abaeté percebem a presença de mais adultos que idosos. Isso pode estar associado à presença dos equipamentos de ginástica no Sirius, colocados durante o mutirão da praça, e não nas outras dos outros bairros.

Quadro 35: Tem alguma atividade artística ou cultural?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	14	21%	15	22%	10	15%
Não	53	78%	53	77%	56	82%
Não sei	1	1%	1	1%	2	3%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

A maioria das pessoas, nos três bairros, responderam que não ocorre nenhuma atividade artística ou cultural na praça. As que responderam que positivamente se ativeram há algumas feiras pontuais que aconteceram na praça do Residencial Sirius. No Bassoli também foi algum evento pontual (cinema ao ar livre). Já no Abaeté as pessoas que disseram ter atividade artística ou cultural associaram as respostas às atividades que acontecem no espaço multiuso, promovido pela associação de moradores do bairro.

Quadro 36: Sabe quando e como foi construída?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	30	44%	44	64%	39	57%
Não	38	56%	25	36%	29	43%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Nesta pergunta tentamos mensurar quantos moradores sabem efetivamente informações de cunho histórico do lugar onde vivem, mas apesar de haver índices que superam a casa dos 50%, quase nenhum morador soube efetivamente dizer quando, como e quem construiu algo que cotidianamente veem. Em geral as informações fornecidas por aqueles que disseram saber, apontou para uma grande gama de informações desconstruídas demonstrando não saberem efetivamente, mas apenas pensarem saber.

Quadro 37: Você ajudou a construí-la?

	Bassoli	Sirius	Abaeté

Sim	13	19%	27	39%	14	21%
Não	55	81%	42	61%	54	79%

Total 68 69 68

Fonte: elaboração autora, 2019.

Sobre ter ajudado a construir a praça, a maioria das pessoas entrevistadas disseram não ter ajudado. No Bassoli e Abaeté cerca de 80% não ajudaram, já no Sirius a quantidade de pessoas entrevistadas que ajudaram foi de quase 40%.

Quadro 38: Você sabe como é a manutenção da praça?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	11	16%	18	26%	20	29%
Não	32	47%	42	61%	43	63%
Não tem	25	37%	9	13%	5	7%

Total 68 69 68

Fonte: elaboração autora, 2019.

Sobre a existência de manutenção na praça, as respostas foram mais negativas que positivas nos 3 bairros, sendo o desconhecimento de haver manutenção maior do que a negativa de não haver mesmo. As respostas positivas variaram nos três bairros entre: os moradores e o Poder Público. No Bassoli, o número de entrevistados que responderam ser a Prefeitura foi maior do que nos outros bairros, que quase todos os moradores responderam ser a população mesmo que faz (no Sirius, a Associação de comerciantes e, no Abaeté, as pessoas da Associação de moradores do bairro).

Quadro 39: E a limpeza?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	28	41%	20	29%	29	43%
Não	22	32%	40	58%	32	47%
Não tem	18	26%	9	13%	7	10%

Total 68 69 68

Fonte: elaboração autora, 2019.

Foi perguntado aos moradores se sabiam se havia limpeza ou não nas praças e em caso positivo, quem era que fazia. Nos 3 bairros as respostas negativas foram maiores que 50%, e quando positivas muitas respostas convergem, inclusive entre os bairros. No Bassoli, 6 pessoas responderam que a Prefeitura, COLEPAV, ou “os presos”, o restante respondeu que os próprios moradores são os que fazem. No Sírius todas as pessoas que responderam que tem limpeza na praça disseram ser os próprios moradores que a fazem. As respostas variaram entre “a própria população” ou a associação (de comerciantes que algumas pessoas confundem com associação de moradores - que ainda não existe no bairro), ou mesmo diziam o nome da pessoa que realiza a limpeza, um morador com protagonismo local.

No Abaeté as respostas foram semelhantes a do Sírius, as pessoas todas (com exceção de uma que disse ser a Prefeitura), disseram que quem é que faz a limpeza são os moradores, principalmente as pessoas que participam da associação de moradores do bairro e frequentam a sede. Algumas pessoas também citaram nomes de moradores do bairro que ajudam.

6.3.1.5. Percepção sobre mudança em relação a segurança no bairro

Em relação à percepção das pessoas entrevistadas no que diz respeito à segurança no bairro, se mudou alguma coisa nos últimos anos, percebemos que nos três, quase dois terços das pessoas responderam que “continua a mesma coisa”. No Abaeté, 25% disse ter melhorado e 10% piorado. No Sírius o número de pessoas que respondeu que “melhorou” também foi maior do que os que disseram que piorou (10%). No Bassoli não acontece o mesmo, 24% das pessoas disseram que piorou (16%). Quando observamos as respostas em relação se as pessoas se sentem seguras ou não no bairro, no Bassoli o número de pessoas que respondeu que não, também foi maior.

No Sírius, várias pessoas disseram não ter segurança nenhuma, e nunca terem tido. Portanto, nesse quesito, responderam que não teve mudança no bairro. Das respostas negativas, as reclamações são de assaltos, falta de policiamento (igual no Bassoli: dizem que a segurança é feita pelos próprios moradores), suicídio, falta de respeito entre os moradores e aumento do movimento no bairro. Uma das falas mais pessimistas em relação ao tema e ao bairro foi a de um morador que claramente está

insatisfeito com o bairro: "Aqui não tem melhoria não. Aqui é um desastre". Uma fala que podemos considerar como reveladora no sentido de territórios com “donos”, ou as fronteiras “invisíveis”, é a "tem polícia, mas eles não tem autorização de entrar nos condomínios, daí é difícil pra eles". Das pessoas que responderam que melhorou, disseram que diminuiu a quantidade de mortes e brigas no bairro e que antes era muito bagunçado.

No Abaeté tem reclamação sobre os usuários de drogas, a falta de policiamento, os motoqueiros empinando moto (automóvel em alta velocidade), mudança no perfil dos moradores, bagunça de noite. Mas a maioria das pessoas diz que o bairro é tranquilo e que é raro algo acontecer. Das pessoas que disseram que o bairro melhorou, também disseram que no começo o bairro era bagunçado, e que agora tem mais policiamento. Alguns disseram que sempre teve a presença de polícia no bairro (alguns disseram que o bairro é habitado por policiais).

Quadro 40: Percebe se mudou alguma coisa nos últimos anos?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Continua a mesma coisa	41	60%	46	67%	44	65%
Piorou	16	24%	8	12%	7	10%
Melhorou	11	16%	15	22%	17	25%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Das pessoas que responderam que piorou a segurança no Bassoli nos últimos anos, quando perguntado o que, por exemplo”, as respostas foram no sentido de ter aumentado a violência no bairro, como roubo e estupro. Algumas pessoas falaram que “continua a mesma coisa” no sentido de nunca ter tido segurança, presença de polícia e vigilância. Sobre a presença de polícia no bairro algumas falas se contradizem, uns dizem que a polícia nunca vai no bairro, outros dizem que tem polícia direto, em uma das falas esse aspecto pode ficar esclarecido nessa fala: "Nunca teve aqui. Ninguém respeita ninguém. A polícia vem mas a gente não tem segurança na polícia". Alguns sentem mais intimidação com a presença da polícia (relatos de perseguição, tiroteio, e de esconderem “coisas” no Bassoli). Em uma das visitas a campo, quando cheguei no

bairro a polícia acabava de abordar dois rapazes que estavam na praça. Assim que a polícia foi embora, entrevistei esses dois rapazes. Um deles disse: "O bairro aqui tem uma lei própria. Aqui ninguém rouba ninguém". Aqui percebemos o "medo" de estar no espaço público, sobretudo no período da noite, "Porque não tem mais segurança. Até é perigoso sair a noite na rua. Muita briga nessas barracas aí pra cima". O medo é uma realidade, de situações vividas pelos moradores, como algo que as pessoas já presenciaram, brigas, tiroteio, perseguição. Coisas que, poderiam inclusive ter acontecido em algum dia "normal" de trabalho de campo. A negligência do Poder Público se nota em vários aspectos nos três bairros, principalmente no Sirius e no Bassoli.

Das respostas positivas sobre melhoria de segurança no bairro, dizem sempre aparecer polícia no bairro, a iluminação ter melhorado, foi até dito que houve mudança de cerca para muro e isso trouxe uma sensação de segurança, claramente mostrando que a segurança ainda permanece "enclausurada" nas dependências do condomínio. Alguns dizem que melhorou a questão de "perseguição" no bairro, diminuiu o índice de criminalidade e a bagunça.

Quadro 41: Se sente seguro/a no bairro?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	28	41%	47	68%	48	71%
Não	40	59%	22	32%	20	29%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Quando questionado se a pessoa se sente segura no bairro, no Sirius e no Abaeté quase 70% disseram que sim, já no Bassoli, quase 60% disse que não. Das pessoas que responderam não sentirem-se seguras no Bassoli, as justificativas foram relacionadas a violência, brigas e drogas que tem no bairro, de ser muito perigoso, principalmente a noite. Algumas expressões "quem guarda nós é Deus", "Segurança quem da é Deus. O resto é resto", e "cada um por si, Deus pra todos", demonstram até certa "naturalidade" da violência em suas vidas. Algumas falas deixam claro a não apropriação do espaço público, como percebemos nessas: "Olha, na verdade eu só ando na rua o necessário pra pegar meu ônibus e fazer minhas compras. De resto eu evito, porque é perigoso, né?" e "Só dentro de casa." "As vezes não. Se eu vou sair, não sei o que pode acontecer."

As pessoas que responderam não se sentirem seguras no Sirius, claramente demonstraram insegurança em relação à moradores desconhecidos, ou mesmo desconhecidos de outros bairros. Alguns disseram que o consumo de drogas é alto e vários citaram o fato de não ter, ou ser ineficiente, o policiamento no bairro. Mas a grande maioria mostrou insatisfação em relação as pessoas, como percebemos nessa frase de um morador: “aqui só tem os piores”. Alguns responderam que não se sentem seguros em lugar nenhum, e outros disseram que apenas no condomínio ou apartamento.

No Abaeté algumas pessoas colocaram não sentirem-se seguras pelo fato de não ter policiamento, ser elevada a quantidade de usuários de drogas, e por ter pessoas estranhas no bairro, moradores ou pessoas de fora. Algumas pessoas disseram simplesmente que não saem de casa a noite. Algumas disseram terem já sofrido assalto no bairro. E um morador disse que a segurança são eles mesmos que fazem. Várias pessoas demonstraram preocupação com os jovens, como percebemos nessas falas: "Ah, muitos jovens não tem ocupação. Deixa inseguro, empinação de moto aí. Tinha que ter projeto pros jovens ai." e "Porque tem muita molecada fazendo coisa errada". Sentimento de não pertencimento do lugar se faz presente em uma das falas, saudosistas, de uma moradora: "Mais ou menos. Me sentia mais segura na favela onde eu morava. Me sinto muito sozinha. Não conheço muita gente. Não sei com quem contar.”

Quadro 42: Se sente seguro/a na praça?

	Bassoli		Sirius		Abaeté	
Sim	28	41%	44	64%	31	46%
Não	38	56%	19	28%	27	40%
Não frequenta	0	0	5	7%	10	15%
Mais ou menos	2	3%	1	1%	0	0%
Total	68		69		68	

Fonte: elaboração autora, 2019.

Jardim Bassoli

Os moradores do Bassoli que responderam que não se sentem seguros na praça, 8 disseram não frequentar, 7 disseram que se sentiam seguras de dias porém de noite não. Dentre as justificativas sobre o porque de não se sentirem seguras na praça, 6 pessoas disseram ter medo de tiroteio, algumas presenciaram recentemente trocas de tiros e até morte, como relataram (houve recentemente um homicídio causado por uma briga em jogo, em um dos bares da frente da praça, em pleno dia). Reclamações com a quantidade de uso de drogas, violência, assalto, roubo, desconfiança das pessoas que frequentam, falta de iluminação e falta de policiamento também foram respostas dadas pelos moradores.

Frases Bassoli:

- "Venho mais durante o dia quando tem movimento. Hoje, pela renda que eu tenho, eu tenho que ficar aqui."
- "Aqui é pior que em outros lugares"
- "Não é seguro aqui não. Não tem Polícia. Você conversa com todo os moradores e todo mundo quer mudar, ir embora. Eu mesma sou uma delas."
- "Porque fica umas pessoas estranhas. Bandido fugindo da polícia"

No Sirius, das pessoas que responderam não se sentirem seguras, 9 disseram não frequentarem a praça. As outras respostas foram no sentido de ter assalto (um dos entrevistados já sofreu assalto na praça); elevado uso de drogas, principalmente por jovens; falta de iluminação na praça; perseguição policial; muita morte e; alta velocidade dos automóveis nas ruas.

Das pessoas que responderam que não se sentem seguras na praça no Abaeté, 12 reforçaram não frequentarem a praça. Umas 8 responderam se sentir mais ou menos seguras. Destas, 5 disseram se sentir seguras de dia, porém de noite não. Dentre as justificativas de não se sentirem seguras na praça, o que mais as pessoas reclamaram é o excessivo uso de drogas, algumas pessoas reclamaram do barulho, da bagunça, do "funk", falta de iluminação, outras disseram sentirem desconforto por não serem conhecidas no bairro e sentirem desconfiança das pessoas que frequentam. Em relação a presença de policiamento algumas respostas se contradizem em relação à presença de polícia no bairro, enquanto umas pessoas disseram faltar policiamento, outras responderam ter medo da polícia, insinuando certo medo de serem enquadradas. Isso nos leva a refletir sobre a relação dicotômica com o Estado, na figura das polícias, e o que simbolizam para elas. Nesse sentido podemos traçar um paralelo com o simbolismo que a polícia representava para os moradores das ladeiras de Medellín na década de

noventa e início de 2000. O Estado representado pela polícia que repreende e não promove a segurança, como supostamente deveria.

No próximo bloco veremos a percepção dos agentes públicos e outros atores frente à essa realidade das novas habitações criadas, o Trabalho Técnico Social realizado nesses bairros, o DIST e a relação dos espaços públicos existentes. Em seguida caminharemos para as conclusões e considerações finais.

6.4. Análise dos depoimentos

Nessa sessão foram colocadas a análise dos depoimentos coletados de atores públicos, técnicos, e outros agentes sociais, que mantém algum vínculo, direto ou indireto com os empreendimentos do PMCMV em Campinas, mais especificamente os 3 bairros por essa pesquisa analisados. Foram coletados um total de 23 depoimentos. As perguntas tiveram como objetivo compreender as diversas visões dos diferentes atores frente ao Programa MCMV, no tocante à maneira com que foi executado, a relação com os espaços públicos existentes, a forma com que foi conduzido o TTS no pré e no pós-ocupação, e a visão que esses atores têm sobre o DIST e perspectivas futuras sobre esses bairros.

Foram entrevistados agentes de diversos setores, dentre eles públicos ou não. Da Prefeitura foram entrevistados funcionários das Secretaria de Planejamento, Secretaria de Habitação, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Contratos e Convênios, Secretaria de Serviços Públicos e Departamento de Parques e Jardins. Também foram entrevistados funcionários da Prefeitura de outros departamentos, funcionários da Caixa Econômica Federal, Cohab (assistentes sociais que trabalharam nos bairros e o diretor da instituição), além de representantes de instituições públicas e privadas, como assistentes sociais, consultores, autônomos, técnicos e gestores que trabalharam no DIST Campinas (em sua primeira e/ou segunda edição), como o Instituto Pólis, Instituto Elos e Demacamp, entre outras que não tiveram vínculo direto.

As ideias centrais das respostas serão referenciadas ao lugar de fala de cada ator, mantendo a fidedignidade da origem das respostas, porém foi mantido o sigilo dos nomes afim de preservação dos sujeitos. Mantivemos apenas o gênero e a instituição correspondente, mas evitamos mencionar o cargo que ocupam. A maioria das entrevistas foram realizadas ao vivo e gravadas com a permissão dos envolvidos, sendo

que cinco delas foram realizadas e enviadas por escrito, por uma questão de logística e tempo hábil para resposta das pessoas envolvidas. Uma delas foi realizada utilizando como suporte o Skype. A abordagem dos atores foi feita presencialmente nos casos dos funcionários públicos, com visitas à Prefeitura, ou com agendamento prévio quando possível. No caso da Cohab, foi feita uma solicitação junto ao departamento de comunicação da instituição para a realização da pesquisa no local com as assistentes sociais. Outros contatos foram feitos via e-mail, whatsapp ou telefone.

As perguntas foram estruturadas em um curto roteiro que conteve 13 perguntas direcionadas para o conhecimento em relação aos 3 empreendimentos estudados, divididas em 4 blocos, na seguinte ordem:

- Bloco 1. Sobre o Programa MCMV em Campinas, especificamente sobre os conjuntos analisados;
- Bloco 2. Sobre o TTS realizados nesses bairros;
- Bloco 3. Sobre o DIST Campinas;
- Bloco 4. Sobre os espaços públicos nesses bairros.

O tempo médio de cada depoimento variou conforme o conhecimento e o tempo que o entrevistado dispunha. Todas as entrevistas gravadas foram transcritas para uma posterior análise ainda mais fiel ao que foi respondido. No total foram gravadas 13h de entrevistas, todas foram transcritas.

As respostas foram agrupadas por blocos e, quando possível e necessário, por agentes, sendo assim já incorporadas à interpretação, remontadas a partir de uma pré-análise, de onde foram retiradas as ideias-chave de cada resposta. Muitas questões respondidas referenciaram algum bairro em específico e, dos três, o Jardim Bassoli foi o mais citado pelos entrevistados, provavelmente por ser o mais antigo e o que apresenta os mais sérios problemas, mas também pelo fato de alguns de nossos depoentes terem tido a experiência direta apenas com ele, como foi o caso das assistentes sociais entrevistadas. Poderá ser perceptível, em muitas ocasiões, a referência ao bairro, porém em muitas vezes esta referência estará oculta. Optamos por manter oculta, mantendo-nos fiel às falas.

Antes de iniciar as perguntas sobre os empreendimentos a pessoa dizia seu nome, instituição em que trabalha, cargo que ocupa na instituição e qual relação a instituição mantém com o Programa MCMV em Campinas, conforme roteiro anexado.

6.4.1. Visões das/os agentes sobre atribuições e responsabilidades das instituições nas quais participaram

A responsabilidade e relação de cada instituição com os empreendimentos do MCMV em Campinas serão descritas a seguir, tal como cada agente declarou:

- O **Departamento de Parques e Jardins (DPJ)** “[...] é responsável pelas áreas verdes, “[...] as áreas que sobram para prefeitura. A obrigação da Secretaria é a urbanização dessas áreas” (Entrevistado 1)²¹⁸.

A gente só participou de algumas urbanizações para entrega do Minha Casa Minha Vida quando foi solicitado [...] E aí, as áreas que ficam depois, [...] como área de praças, às vezes passam pela gente para fazer projeto e executar alguma urbanização e tal [...] Por que as áreas se tornam públicas e [...] é a gente que tem que tomar conta” (Entrevistado 2)²¹⁹.

- A **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL)** “Na verdade, [...] geralmente entra após a construção, quando não foi previsto equipamentos esportivos na área”. “Então, muitas vezes, [a Secretaria] é procurada por moradores para construir ou implantar algum equipamento esportivo: ou que não existe, ou ampliar os que já existem (Entrevistado 3)²²⁰.
- A **Secretaria Municipal de Convênios e Contratos** “[...] é importante, [...] porque [...] é a responsável por buscar recursos fora, tanto no Estado, quanto Federal. Depois, daí pra frente é Sehab [...] Mas na tratativa com a CAIXA, que é a agente financeira do governo, é feita por nós” (Entrevistado 4)²²¹.
- Sobre a **Cohab** a funcionária disse que:

A Prefeitura [...] faz o convênio com a Caixa Econômica Federal, pra [trazer] o Programa Minha Casa Minha Vida, que é do FAR, que é do Governo Federal” e a Cohab “faz o *link*, [...] para fazer o projeto”. A Cohab “encaminha para o Departamento de Convênios e Contratos e eles encaminham para a Caixa Econômica Federal [...]. Então, tudo é feito aqui [na Cohab]. O projeto vai para Auditoria de Convênios na Prefeitura, e a Prefeitura encaminha pra CAIXA. E aí, quando volta, volta da mesma forma. Vai para Auditoria de Convênios e vem para gente [Cohab], quando vem a medição (Entrevistado 6)²²².

- A relação da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Prefeitura de Campinas** é responsável pelas “[...] áreas de domínio público. As áreas, em comum,

²¹⁸ Entrevista verbal realizada em 4 de jun. 2019.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Entrevista verbal realizada em 20 de jun. 2019.

²²¹ Entrevista verbal realizada em 24 de jun. 2019.

²²² Entrevista verbal realizada em 25 de jun. 2019.

dentro desses empreendimentos, que são nosso sistema de lazer e as praças, no que compete à urbanização das mesmas” (Entrevistada 7)²²³.

- **A Secretaria Municipal de Planejamento**

[...] faz a primeira análise de viabilidade, [ou seja], o que seria necessário, o que a Lei exige, que é a Coordenadoria de Ocupação de Solo e [que], durante muito tempo, passou pelo GAPE. Que também a gente [da secretaria] participa, que é o Grupo de Análises de Projetos Especiais. E cada um desses empreendimentos: O Jardim Bassoli, O Residencial Sirius e a Vila Abaeté, passaram, em diversos momentos, onde a tramitação também foi mudando (Entrevistado 10)²²⁴.

- **A Caixa Econômica Federal** é a “[...] instituição financeira que efetua repasses de recursos para viabilizar os empreendimentos do programa” (Entrevistado 12)²²⁵. “A Instituição é umbilicalmente ligada [...] Que eu acompanhei a prospecção diária, pelas empresas: a apresentação, a discussão dos projetos. O início do Minha Casa Minha Vida, [...] A contratação, a execução, a entrega. E o próprio DIST, pós – ocupação.” (Entrevistado 17).²²⁶

- **A Demacamp**

[...] tem história [...] de trabalho na cidade de Campinas. Inicialmente, [...] na década de 90, com os Planos Locais da Região do Campo Grande, [...] especialmente depois, na elaboração do Plano de Habitação. E [...] do acompanhamento da Política Habitacional, há 20 anos, vamos dizer assim”. (Entrevistado 14)²²⁷.

- **O Instituto Pólis** “então

[...] não [possui] nenhum vínculo formal. [...] O único vínculo formal [que a instituição teve] foi nesse período, em que a gente se [candidatou] a esse trabalho do DIST, a partir de um convite da Caixa Econômica Federal, que lançou um edital e convidou entidades [...] sociais, a participar desse edital”. O instituto foi convidado “a uma reunião com a equipe central de Brasília, da Caixa Econômica Federal. Que estava concebendo esse projeto [DIST]. [...] Em relação ao Minha Casa Minha Vida eles [a Caixa] fizeram uma seleção dos conjuntos com maiores problemas, [e] listaram uma dúzia ou mais, de conjuntos habitacionais, chamaram essas entidades, fizeram uma apresentação de quais eram os problemas identificados pela equipe de Brasília. E, a partir deles, apresentaram o programa do DIST e abriram a Seleção Pública. O Pólis se candidatou, em Campinas e em Londrina. Em Campinas, com a Demacamp e, em Londrina, com uma equipe que já trabalhava no Minha Casa Minha Vida em Londrina, [fazia um] trabalho social. [...] foi um DIST completamente diferente do DIST de Campinas. Foi outro formato.” (Entrevistado 15).²²⁸

²²³ Entrevista verbal realizada em 24 de jun. 2019

²²⁴ Entrevista concedida em 19 de jun. 2019

²²⁵ Entrevista realizada por escrito 09 de jun. 2019.

²²⁶ Entrevista verbal realizada em 21 de jun. 2019.

²²⁷ Entrevista verbal realizada em 24 de jun. 2019.

²²⁸ Entrevista verbal (por Skype) realizada em 02 de jun. 2019.

6.4.1.1. As diferentes visões sobre os empreendimentos Residencial Sirius, Jardim Bassoli e Vila Abaeté do Programa Minha Casa Minha Vida

Cada um dos entrevistados foi perguntado sobre como vê o PMCMV em Campinas, ao fazer isso, dispomos os juízos que subjetivamente fazem acerca do projeto do qual participaram e que envolve o desenvolvimento não apenas de suas próprias atribuições profissionais, mas sobretudo, o destino das milhares famílias participantes do programa.

O entrevistado 1 do Departamento de Parques e Jardins vê da seguinte forma os projetos habitacionais:

Acho que falta um pouco de estrutura. Quando entregam esses empreendimentos, teriam que ter mais áreas de lazer em volta, mais [...] Sabe? [...] Uma coisa feita atropelada e que a prefeitura não consegue acompanhar (Entrevistado 1)

Em certa medida apresenta a própria dificuldade governamental de construir com eficiência, ou seja, com a melhor qualidade possível e no menor tempo, os empreendimentos, na visão de nosso entrevistado ‘falta’ estrutura, pode-se dizer que o projeto careceria de uma proposta bem estruturada para a construção desses empreendimentos.

A visão sobre a falta de estrutura é corroborada pelo Entrevistado 3:

Eu vejo como um fator positivo, por dar moradia pra população de baixa renda. População que, muitas vezes, é removida de áreas de risco. Mas vejo que falta uma infraestrutura. Tanto do ponto de vista da Educação, Saúde e principalmente da Área de Esportes também. Que, muitas vezes, é deixada de lado. Tanto que, no Abaeté, nós temos um termo de ajuste de conduta que está sendo tratado pela Secretaria de Urbanismo. Onde o Ministério Público exigiu equipamentos esportivos. Eu acho que esses projetos: Minha Casa Minha Vida, eles têm o mérito de levar a moradia pra população de baixa-renda. Mas, muitas vezes, eles são colocados em locais de difícil... Longe demais dos centros. Onde há problemas de transporte. Falta de infraestrutura, de Saúde, Educação, Lazer e Esporte. Então eles têm esse fator, que eu acho um fator negativo do ponto de vista da instalação. Das áreas que são destinadas. Acho que isso é fruto da especulação imobiliária. Que muitas áreas, que seriam mais próximas dos centros, não só o centro da cidade, mas os centros regionais, elas muitas vezes são áreas ociosas, aguardando valorização imobiliária. E isso prejudica o projeto (Entrevistado 3).

A percepção do Entrevistado 3 apresenta consonância e detalhamento dos problemas relativos à estrutura que o entrevistado 1 havia mencionado. De fato, conjuntamente há falta de elaboração de um pensamento mais amplo sobre o projeto, que busque prover de serviços básicos os beneficiários do Programa. Mas, como vimos de todos os residenciais o mais problemático é o Residencial Bassoli:

[...] a pior situação é a do Bassoli, né? O Bassoli, tudo de ruim que a gente pensa, tá ali no Bassoli, né? Infelizmente. Foi o primeiro empreendimento que foi entregue, do Minha Casa Minha Vida. Felizmente, os outros ficaram melhores. Porque se fossem todos iguais àquele, era lamentável. O Bassoli tem... Tem um problema. Primeiro, ele foi pra uma região no meio do nada. Sem nenhuma infraestrutura, de Política Pública. Você não tinha Centro de Saúde, você não tinha escola, você não tinha creche, você não tinha nada, né? Você não tinha nenhuma infraestrutura, do ponto de vista de atendimento às pessoas, da condição de vida, tal. A parte da construção: a edificação do Bassoli é horrorosa, né? O Bassoli, tavam sendo entregues os apartamentos, você já tinha vazamento, você tinha janela que não fechava. Agora, como que você pode entregar, né? (Entrevistado 8)²²⁹.

Pertencendo à Secretaria de Habitação da Cidade de Campinas o próprio funcionário se questiona sobre o absurdo de entregar imóveis sem condições de habitabilidade para famílias morarem. Para além de demonstrar carência do ponto de vista projetivo estrutural, o Residencial Bassoli assume também os caracteres de um empreendimento que atesta descaso com a situação de vida das famílias. Ligada à Assistência Social nossa Entrevistada 16²³⁰ classifica, à sua maneira, a situação dos empreendimentos.

Um crime. Pros moradores, assim. Com a forma de vida e, principalmente, a forma como foi conduzida, né? A ida deles. Os lugares em que eles estão e a falta de estrutura toda que não, que tem lá, né? E que faz a vida deles ser mais difícil. O Bassoli, ele, os moradores, eles vão contando assim. Que eles foram, basicamente, obrigados a irem pra lá. Não foi colocado, por exemplo, uma alternativa. Olha, vocês querem o Sirius, o Abaeté ou o Bassoli? Esse tipo de coisa não existiu. Aquela obrigatoriedade de ser 50 por cento área de risco. O Bassoli foi todo ocupado com famílias em situação de risco. Então, primeiro atenderam toda essa demanda e depois que foram os outros empreendimentos. Aí, com sorteio. do cadastro geral, enfim. Então eu acho que isso marca bastante o Bassoli, também. Porque são famílias, que tão numa condição mais complicada, socio econômica, né? De forma geral. E a região em que eles estão, né? E mesmo o Abaeté. Mas, principalmente, o Bassoli e o Sirius. Que já é a região mais precarizada da cidade. Então, eles são construídos, já numa área periférica. Já numa área que tem bastante carência. Pra população, ali, de forma geral. E o tamanho, né? Não sei, poucas unidades. Ser megaempreendimentos. As famílias terem de sair de todos os cantos da cidade, ir pra lá. E é pras áreas mais distantes. O Bassoli é um dos bairros mais distantes de Campinas. Depois dele, é só o Campina Grande. E o São Luíz, né? Fora isso não tem. E aí tinha família, que eu lembro, da região do São Marcos, da região de Souzas, que foi pro Bassoli. Que são áreas muito diferentes. Em termos da vida que as pessoas vão levando, o cotidiano, acesso à emprego. Teve gente do São Marcos que perdeu o emprego. Porque eles trabalhavam no Ceasa. E mesmo se eles pegassem o primeiro ônibus eles jamais chegariam a tempo no Ceasa. No tempo que precisa ser. Que é um lugar que funciona mais de madrugada. Então, foi bastante complicado, assim. Não diria que atendeu a demanda de habitação das pessoas. Até porque quem conseguiu saiu, né? E foi viver de outro jeito. Porque era só as 4 paredes. E no caso do Bassoli, as 4 paredes cheias de problemas, né? Porque eles tiveram muito problema. Com vazamento, com rachadura, com vidro que soltava, com janela que entrava

²²⁹ Entrevista verbal realizada em 25 de jun. 2019.

²³⁰ Entrevista verbal realizada em 13 de jun. 2019.

vento, né? Com infiltração, que vinha de cima. Com água do banheiro que corria pra cozinha. Eles tiveram problemas, assim, até nas 4 paredes, né? Ali dentro da unidade habitacional, eles tiveram muito problema (Entrevistada 16).

Segundo funcionário entrevistado vinculado à Secretaria de Contratos e Convênios, a Caixa teria liberado recursos para a implementação de serviços públicos que atendam à demanda dos empreendimentos, mas tal situação ocorreu num período relativamente recente, após a entrega dos imóveis:

Agora, veio um Programa. O agora, que eu digo, é: de uns 4 anos pra cá. Que a CAIXA liberou recurso, para que você faça até uma distância que tem um terreno nosso, à 1 quilômetro do empreendimento, para fazer Centros de Saúde, escola. E isso tá sendo feito. Mas o público que foi pra lá, acho que o grande mal que houve ali é que eram pessoas que estavam como sem-teto, mas que estavam aqui no Taquaral, que estavam no Cambuí. Eles estavam próximos do conforto. E foram pra lá. Um lugar totalmente isolado. Quer dizer, o marco social, lá foi zero. Muito difícil. (Entrevistado 4).

A resposta do funcionário supracitado se deu no momento em que fizemos a segunda pergunta de nosso Bloco 1, sobre se, em sua opinião, os empreendimentos são adequados para se viver. Em certa medida sua resposta parece ser negativa, do ponto de vista do acesso aos serviços públicos disponíveis na cidade, mas que há horizonte de melhora, em virtude da captação de um aporte federal de recursos provenientes da Caixa Econômica Federal, que somente começou a ser liberado, segundo ele há quatro anos.

A questão da adequação ou não dos empreendimentos voltados à moradia das famílias contempladas é preciso ser tratada sobre uma questão de perspectiva. É o que nosso Entrevistado 4 parece dizer e que, a partir de uma visão voltada à perspectiva da não generalização é dito pelo Entrevistado 15, vinculado à Caixa:

Olha, o Bassoli. Vamos começar. Cada um tem uma história. É importante não generalizar. É importante, quando você olha pra trás, é importante você[...] Se você generalizar vai ter um viés negativo. Por quê? Porque o Bassoli, por exemplo, ele tá numa franja urbana. Só que ao lado, nós fizemos 550 casas, né? Nunca tivemos problemas com casas, lá (Entrevistado 15).

A partir deste depoimento transparece o problema do projeto verticalizado do Bassoli, que apresentou problemas que outras construções financiadas e fiscalizadas pela própria Caixa na mesma região não apresentaram, ou seja, a opção do modelo construtivo pode ter encontrado entraves vinculados à falta de *know-how*.

Não. Assim, eu acredito até que, assim. Quanto a esse sentido, Minha Casa Minha Vida, e dificuldades que a família enfrenta, eu acho que era interessante você conversar com aquele pessoal que fica ali, na... Da prefeitura. Que fica ali na, no Florence, né? Eu não sei nem como é que chama aquele bloco todo. Minha irmã trabalha lá e ela faz Assistência com as famílias da região. E ela atende muito esse pessoal, dessas comunidades.

Então eu num, assim, a esse quesito assim, que dificuldade que o pessoal tem, eu acho que seria mais interessante ouvir o pessoal da Promoção Social, que faz uma ação na região, pra você ver essa dificuldade, dessa dinâmica do empreendimento com a relação uso-família, entendeu? (Entrevistado 2).

A falta de conhecimento prévio pode proporcionar dificuldades para além da realização do projeto, evidente que alguém ligado ao planejamento não possui qualquer tipo de obrigatoriedade de saber, universalmente, exatamente como vivem as famílias do PMCMV, por uma questão de não possuir a vivência concreta do cotidiano de cada um dos empreendimentos, no entanto, nosso trabalho discute sobre a horizontalidade da tomada de decisões acerca do modo de vida da população e, neste sentido, o funcionário vinculado ao planejamento da prefeitura não soube responder a pergunta 3 de nosso Bloco 1, onde perguntamos quais as maiores dificuldades que os moradores MCMV enfrentam. Interessante que mesmo a proximidade consanguínea com alguém que trabalha diariamente junto às famílias, não auxiliou nosso entrevistado a estar mais inteirado sobre como vivem aqueles que estão vinculados diretamente ao projeto que auxiliou a empreender, nos orientando a procurar alguém mais bem informado. Evidentemente que o quadro muda quando consultamos alguém que esteve diretamente envolvido com as famílias e a sua situação.

Então, na minha visão, como Assistente Social, o que eu acho que foi o maior problema lá? Primeiro, a Cohab. Então, eu não sei... Do ponto de vista do trabalho social, ele não existiu. Então, por exemplo, esse empreendimento, ele foi construído porque em Campinas, você deve conhecer, tinham várias áreas: favelas, ocupações irregulares, área de risco e tal. Eles removeram essas famílias pra esse lugar. Então são 20 favelas, 20 núcleos habitacionais que foram todos pro mesmo empreendimento. Ok, né? Parece até que é uma ideia interessante, né? Pra casa própria, em um empreendimento habitacional e “bla, bla, blá”. Só que o que aconteceu? O trabalho social não foi realizado. Então, por exemplo, eu via, tinham famílias que viviam num mesmo núcleo habitacional, na mesma favela, por 15 anos. A Cohab foi lá, fez cadastro. E na hora de escolher as unidades habitacionais ela separou famílias, assim. Então, tipo, a sogra que cuidava do neto, que morava do lado, sabe? Aquela amiga que levava o seu filho pra escola, há 5 anos, foi morar ... Uma foi morar no “C”, a outra foi morar no “S” (Entrevistada 17).

As observações de nossa Entrevistada 17 está vinculada à experiência que possui trabalhando em conjunto com a Cohab-Campinas e Instituto Pólis, ou seja, sua observação vai na direção da percepção sensível de que a situação de diversas famílias se encontra dificultada não apenas do ponto de vista do acesso a serviços, mas especialmente pela falta de cuidado em manter seus laços de sociabilidade fisicamente

próximos, algo que poderia ser feito mediante um Trabalho Técnico Social mais cuidadoso. Sobre como superar esta dificuldade nossa entrevistada responde:

Eu acho..., o que que a gente tentou? Então, pense que todo mundo... Não tinha ninguém que era bem-vindo lá, né? Então, foi muito difícil entrar na área. Porque eles, todos os blocos, tavam muito traumatizados com a presença da Cohab, da CAIXA, né? Então, lá perto do Bassoli, ali, tem uma Instituição chamada Progen²³¹. Que é a única Organização que trabalha lá dentro. Então eu fiz uma aproximação com eles, pra poder entrar no Bassoli. Então, eu acho que a presença da equipe do Progen foi uma forma que a gente conseguiu estabelecer um diálogo mínimo, de como é que a gente... Tudo posto, né? Todo aquele caos. Não pagamento das prestações. A Polícia entrava lá, de uma forma muito truculenta. Coisa que ela faz naturalmente. Mas, por vezes, atirando. Então, em horários em que as crianças tavam saindo da escola. Nada que não faça no cotidiano, mas... É, eu acho que faltou muito diálogo intersetorial, sabe? Então, aí, o Progen, ele meio que mediou e intermediou essa abertura pra diálogo. Então, até o tempo que eu fiquei... Eu saí... [...] 2014 [...]. Acho que eu saí em agosto. E aí, até o que eu pude acompanhar, a gente promovia reuniões. Então, todos os síndicos, moradores eram convidados a discutir soluções pras questões que tavam postas ali. E não tinha como mudar. Então, você foi morar no “C”, né? Não tem como você mudar pro ...Fazer um, né? Uma permuta com o cara do “S”, porque o seu amigo do “S”, de uma vida inteira... Porque você tem um amigo de vida inteira no “S”. Você não tinha..., não conseguia fazer. Por conta de escritura, de documentação. Então como é que a gente minimiza os problemas que eles foram colocando pra gente? Que era essa questões das relações de sinais, que foram quase perdidas lá. E, sem contar ... então você tem esses outros empreendimentos. Tiveram famílias que foram pros outros empreendimentos. Então, ainda, né? Como se não bastasse: “Eu tô no “C” e você tá no “S””, teve gente que ficou no Sirius. E tavam a vida inteira juntos. Então moravam, ó, você tinha um lote com 4, 5 famílias que foram separadas, dentro do Bassoli ou em outros empreendimentos. Com a desculpa de que saíram da área de risco, pra casa própria. Eu não sei por onde passa.

O trabalho se vê dificultado pela própria desconfiança que o mau trabalho das entidades realizam, de maneira que, do ponto de vista do contato humano, faz-se necessário utilizar estratégias de aproximação sensibilizadoras junto à comunidade e, por que não dizer, junto aos órgãos competentes responsáveis pelo trabalho de alocação das famílias no lugar mais confortável possível.

Outrora vinculada à Secretaria da Habitação na época em que os empreendimentos estavam sendo construídos, nossa Entrevistada 5²³² apresenta uma

²³¹ O Projeto Gente Nova tem por objetivos desenvolver ações com as crianças, adolescentes e o grupo familiar de forma articulada, integrada e continuada, que contribuam na prevenção de situações de risco social e violação de direitos, propiciando o desenvolvimento integral e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, garantindo assim espaços de convivência, formação para participação e cidadania. Disponível em: <http://progen.org.br/>. Acesso em: 05 de jan. 2020.

²³² Entrevista verbal realizada em 10 de jun. 2019.

alternativa diferente para a resolução dos problemas que os moradores dos residenciais enfrentam, se arvorando em iniciativas que vê como bem sucedidas:

Alternativas? Das dificuldades? Ah, eu acho que é isso que tá acontecendo lá no Ouro Verde. São esses Coletivos Populares. Eu acredito muito. Nos coletivos populares, essas organizações, tá? Porque não adianta só pensar no problema do Bassoli. Só eles, lá, os moradores. As associações, que eles já têm, né? Ou o pessoal das próprias diretorias dos condomínios, lá, né? Que eles fizeram, né? Condomínio, por bloco, né? Tiraram uma representação. E que discutia o problema. Então, assim. Ele vai vir com um problema de saúde, não é só ali. Envolve todo mundo, ali, da região. Então, eu acho é o seguinte: A saída, por outras experiências de trabalhos que eu já participei, que acompanhei, que dá certo. É quando toda essa turma, dessa região, se junta em coletivos. Porque eles ficam mais fortes. Faz enfrentamento, no caso, com o Estado ou com o Município, de forma mais organizada. É uma demanda que acaba sendo mais visível, né? Pra se resolver. Porque é uma obrigação do Estado. É uma obrigação da Prefeitura. Então eu acho que é a forma, eu não vejo outra. De se unir, de formar o movimento da saúde. [...] Esses movimentos coletivos. Cada lugar dá um nome, né? Mas que, na verdade, é isso. Pra tentar minimizar, pra tentar reduzir. Eu acho que é a forma deles se unirem e juntar forças pra brigar por uma coisa, mais da região. Agora o problema, disso tudo, é que sempre tem uma pessoa, assessor, um canal, vira...Não é que eu sou contra políticos. Mas sempre tem um “dito cujo” lá com outros interesses. E esses chegam. Então, e agora começa. Por quê? No ano que vem é ano eleitoral. Daí... (Entrevistada 5)

“Daí...” pegando carona na frase de nossa entrevistada, o ano eleitoral é justamente aquele em que os candidatos aos cargos políticos prometem perspectivas de melhoras aos bairros, justamente sobre esse ponto recaiu nossa quinta pergunta.

Eu tenho estado em Brasília. E esses bairros receberão esses equipamentos²³³, os que faltam ainda. Então irá melhorar. E outra coisa: Tem o trabalho técnico social. Esse é muito importante de se frisar. O governo libera um dinheiro para que você consiga convencer a pessoa que vai morar num apartamento, que não é morar num barraco. Que ela vai ter que respeitar as normas sociais, a convivência, que eles não sabiam ter. Eles não conviviam com ninguém, tá certo? Então isso, aos poucos, o Serviço Social da Prefeitura e da Sehab e Cohab vêm fazendo regularmente, com êxito, pra eles se adaptarem a essa nova forma de moradia. Porque houve, inclusive, no Bassoli, morte por vaga de garagem. Eu queria essa garagem e deram esta. Eles precisam entender que a convivência num edifício é completamente diferente do que a convivência que eles tinham no barraco, numa residência de alta periculosidade, né? Como eles estavam. Este trabalho técnico-social é muito importante, que é recurso do Governo Federal (Entrevistado 4).

Segundo nosso Entrevistado 4 vinculado à Secretaria de Contratos e Convênio o horizonte de melhora, do ponto de vista estatal, existe e, como salientado por ele, existe uma mudança muito grande na forma de morar que um Trabalho Técnico Social bem

²³³ Está se referindo à equipamentos públicos básicos, como escolas, creches, postos de saúde, etc.

feito permite tornar menos conflituoso. Nosso bloco 2 de perguntas recaiu justamente sobre esse importante trabalho. Perguntada sobre o Trabalho Técnico Social, a Entrevistada 5, vinculada detalhou da seguinte forma o processo prévio do TTS:

Olha, esse trabalho começava logo depois do sorteio. Marcava-se uma reunião. Porque ficava na porta, ficava mais fácil pra várias pessoas. Ou era no salão vermelho da Prefeitura. Sempre juntava duzentas, trezentas pessoas. E não ia só 1 morador. Ia às vezes 2, 3, da casa, né? Então, tinha um interesse grande. Então organizava, depois do sorteio, essa troca. Porque aí, já sabia mais ou menos. Não sabia qual seria a sua casa, mas já sabia que seria, lá, naquele conjunto. No Bassoli. E aí, tinha comissão. Tirava também uma comissão de acompanhamento de obra. A CAO, a famosa CAO. Também era uma exigência da CAIXA. E que, isso foi legal, porque a CAIXA cobrava muito. E tinha que ver os defeitos, que sempre têm, das construções. Uma janela mal colocada, a pia torta. Entendeu? Sempre tinha. Então, essas comissões eram muito valorizadas pela CAIXA (Entrevistada 5).

A Entrevistada 6 dá um importante complemento, mesmo não tendo acompanhado o trabalho:

Antes da mudança, eles são acompanhados pelo Serviço Social da Secretaria de Habitação. Eu não estava nesse período. Mas as Assistentes Sociais que estavam, na época, elas fizeram. Mas, assim, como foi tudo, que nem a [nome da outra entrevistada] falou: pioneiro, o primeiro, foi tudo novidade, né? Mas as outras não. Ó, em todas houveram PTTS, de 12 meses, os eixos são: Mobilização Comunitária, Educação Ambiental e Geração de Trabalho e Renda, tá? (Entrevistada 6).

A experiência de implementação variou bastante. A Entrevistada 16 acompanhou o processo do Residencial Bassoli mais de perto e narra como o processo compunha uma complexidade muito grande de fatores, e um conjunto grande de famílias que, muitas vezes, não estavam suficientemente informadas sobre o que estava acontecendo durante as reuniões que definiriam em parte seu futuro.

Foi bem diferente. No Bassoli, foi bem diferente esses tempos, assim. O “P”, o “Q” e o “R” (Blocos), eu lembro que eu entrei e tava uma outra Assistente Social responsável, né? Por fazer. E o que ela contava, assim, que a reunião pré-ocupação foi 1 dia. 500 famílias, né? As 420 famílias. Que foi dividida, acho que em duas. Então eram 200 e pouco, em cada dia. No pátio, lá, que tinha da Cohab. E eles passando todas as temáticas numa tarde de sábado. E foi essa a reunião pré-ocupação. Nos três primeiros empreendimentos. Aí, ela, tanto essa coisa dos síndicos, né? Os moradores. E depois ela falava também: que “Ah, Cohab tal se portando para ser síndico, concorda?” E aquela barulheira. E, tipo, “ah, concordo”. Tipo, nem sabia direito, né? Do que tava acontecendo, o que tava se passando. Então, nos três primeiros foi assim. (Entrevistada 16).

Mas não apenas os moradores não sabiam muito bem o que estava acontecendo. Embora não tenha acompanhado o processo nosso Entrevistado 4 julga que o TTS está melhorando pouco a pouco os bairros, inclusive no que tange a conscientização dos condôminos, sobretudo no Residencial Bassoli.

Tá melhorando muito. É a única chance que tem. Hoje, eles tão entendendo mais. Já se nomeou um síndico. Porque o Bassoli é muito grande. Então, hoje já tem, cada 4, 5 blocos têm um síndico. Esse síndico relata as dificuldades. O que for possível, o Poder Público faz. Ele faz. O que não for. Explicando: você tem que cobrar um condominiozinho de 15, 20 ou 30 reais de cada um, pra que vocês possam fazer a manutenção. Que nem isso existiu. Nem isso existiu. Eu tenho uma palavra pra você: Eles foram tirados de um lugar e jogados lá. Esta foi a grande dificuldade (Entrevistado 4).

Ao perguntarmos sobre o TTS pós ocupação dos empreendimentos, nossa entrevistada 16 relatou as dificuldades relativas a falta de um padrão de procedimentos no seio da burocracia estatal, principalmente no começo das ocupações: “[...] No “P”, “Q” e “R”, era um “apaga-fogo”, era muito perdido, ainda. O que tinha que fazer, como tinha que fazer e do jeito que era. A gente fazia coisas, aí depois a CAIXA falava que não era daquele jeito” (Entrevistada 16).

A entrevistada 17 detalha um pouco melhor essa situação de “apaga fogo” destacada pela entrevistada 16, comentando sobre a dificuldade de estabelecer estratégias propícias para a realização de um TTS que, efetivamente, vinculasse os moradores dos empreendimentos à nova realidade que eles encontrariam durante a pós ocupação:

Depois eles faziam reunião. Então, era muito engraçado. Então, por exemplo, eu acho que tem um... Isso que eu tô falando é muito particular. É muito como as pessoas atuam, né? Então, eu me formei, o meu último ensaio foi em Saneamento. Então eu passei 10 anos trabalhando na área de Saneamento Ambiental e Habitação. Então, eu sempre fiz muito campo. Pra mim era natural tá em campo. Então eu batia nas casas. Eu falava com as pessoas. Eu tava muito em campo. Como é que a Cohab convidava as pessoas pra reunião? Colocava bilhete embaixo da porta. Eu falava: as pessoas não vão. Não tinha relação. As pessoas podiam, até, nem saber meu nome, nos lugares que eu trabalhava. Mas eu batia nas portas, eu estabelecia um contato. Eu não via isso lá. Então, aí, você, né? Pra eu marcar as reuniões com os síndicos e fazer esse contato eu falei: “E aí? Como é a relação com a Cohab?”. Não tem. Porque era isso. Então, deixava um bilhete embaixo da porta. Fazia um convite de reunião com o bilhete. Passavam... Eu falei: “Nossa! Quanto desperdício. De dinheiro, de tempo!” Passavam em cada uma das unidades colocando bilhete embaixo da porta. Não sei. Acho que é uma estratégia errada, né? Eu penso isso. Então eu acho que sempre teve muito equívoco de trabalho social. Isso eu discutia no Pólis, discuti no Progen também. Então, o Progen ainda tá lá dentro do Bassoli. É muito próximo. Eles fazem atividades, lá dentro. Tem uma quadra, né? Gigante, lá. Então eu vejo, né? A presença do Progen é muito importante. Eu não vejo a presença do Estado [...] (Entrevistada 17).

Nossa Entrevistada 12, vinculada na época à DEMACAMP, embora trabalhasse pela melhor ocupação do espaço nos bairros não estava inteirada sobre o TTS pré-

ocupação (informação recolhida na entrevista), mas viu bastante de perto as dificuldades do TTS quando as famílias já se encontravam nos empreendimentos.

Então, eu comecei a acompanhar eles, em 2013, quando eles já tinham mudado, né? Então, que eu entendo, especialmente o Bassoli, que foi remoção de área de risco, as famílias não tinham muita opção, né? Elas foram removidas de um lugar e tinham que ir pra lá. E o trabalho social, do que eu conheço, foi um pouco no sentido de socializar, vamos dizer, os moradores com aquele lugar. Com morar em condomínio e tal. Mas eu acho que muito descolado, também, das questões que realmente faziam uma diferença, ali, né? E eu acho que pior, né? Quer dizer, eu fico pensando: Como é que faz trabalho social com uma ausência total de Equipamentos Públicos instalados ali? Como é que vai discutir o trabalho social, quando o tecido social ainda não tinha sido nem ao menos consolidado, né? Então, quando eu comecei a acompanhar, o que é que a gente via? Uma revolta muito grande dos moradores, um conflito muito grande. Porque as pessoas mudaram com todas essas questões não- resolvidas, né? Emprego, escola... Se eu quero ou se eu não quero..., né? Como é que foi a escolha de que eu vou pro Condomínio “A”, ou “B,” ou “C”? Eu acho que o momento que eu comecei a trabalhar ali, eu vi exatamente esse descompasso, mesmo, né? Com aquela realidade que as famílias estavam vivendo e o que o trabalho social pautava como importante pra trabalhar ali. Mas eu conheço pouco o trabalho social, né? (Entrevistada 12).

A nossa Entrevistada 13²³⁴, associada à coordenação do Instituto Pólis teceu outra consideração interessante sobre o TTS:

Então, olha, isso é outra coisa, também, que a gente constava na pesquisa e consta até no Bassoli. Neste caso, o Bassoli, quem fez o trabalho social foi a própria COHAB, né? E parece que, assim, o trabalho social foi se descaracterizando, ao longo desse processo do Minha Casa Minha Vida. E virou um trabalho de gestão condominial, digamos assim. Ou seja, ensinar eles a pagar, a pagar no mês. Ensiná-los a pagar bem. A gerir um condomínio corretamente, uma coisa que eles nunca moraram, né? Que é do prédio, né? E não típical, nos moldes que as Assistentes Sociais falam que deva ter. Então, a constatação é que o trabalho social não foi feito adequadamente, né? Isso é. Isso dá uma diferença grande, viu, Gabrielle? Eu, a gente que acompanhou dois contratos, né? E que viu. Eu acompanhei as reuniões gerais, em Brasília. De todos os outros demais contratos, né? Você percebe que onde o trabalho social foi feito adequadamente. Caso do Paraná, né? De Londrina. Onde a gente trabalhou. E que a equipe que trabalhou com a gente depois, era quem tinha feito o trabalho social. E tinha feito um bom trabalho social. O trabalho posterior, ele foi mais produtivo. Isso é uma coisa que é meio óbvia. Mas o trabalho foi mais fácil. Fácil, no sentido de que a população que tava lá, era uma população que, obviamente, não escolheu lá pra morar, (risos) também. Mas ela tinha, pelo menos, uma consciência das questões que tavam colocadas. Elas tinham ido lá, porque era a opção que eles tinham. Mas eles conseguiram escolher entre a casa e o apartamento. Que aí, no Bassoli, nem tinha essa opção, né? Então, isso dificultou muito. Então, assim, as realidades do Minha Casa Minha Vida são muito diversas. Muito diversas. Mas o trabalho social, claramente faz muita diferença. Muita! (Entrevistada 13).

²³⁴ Entrevista escrita realizada em 02 de jul. 2019.

Justamente visando uma ação integrada, menos conflituosa, mais organizada e de maior conscientização dos moradores, o DIST foi realizado na busca pela promoção de uma adequação mais bem-sucedida das famílias à realidade em que vivem. Nosso Bloco 3 de questões visou justamente verificar a percepção dos entrevistados sobre sua implementação. Nossa Entrevistada 12 teve a seguinte percepção sobre o DIST e seu impacto:

[...] o DIST começou com o trabalho social em andamento. E aí, eu acho que tinha um choque, um pouco, né? Até, da própria Prefeitura entender qual era o papel do DIST se o trabalho social estava sendo feito, enfim. Mas eu acho que o DIST, ele traz um outro olhar, né? Ele traz um olhar muito mais abrangente. Pelo menos, foi assim que a gente desenhou o DIST, né? Quer dizer, a partir do olhar da inserção desse conjunto na Cidade. Um olhar urbano sobre o Programa, enfim. Tratando da questão do Desenvolvimento Integrado, integrado de fato, né? Integrado com a Cidade. E aí, eu acho que o DIST vem com um desafio grande, né? Como tornar sustentável aquele empreendimento, a partir de um ...Já entendendo que tinham várias questões que tavam envolvidas aí, né? Questão Econômica, questão Ambiental, questão Cultural. Eu acho que é um desafio bastante grande, assim. E que exigiu, acho que um trabalho que não dava pra fazer esse trabalho, por exemplo, sem o envolvimento da Prefeitura. Não era só um trabalho com os moradores. Era um trabalho de conectar realmente. É aquilo: O que o setor público está pensando? O que as famílias estão vivendo? E quais são as oportunidades para transformar aquele lugar, né? Então eu acho que foi um processo de muita aprendizagem, né? Eu acho que, no DIST 1, a gente, naquele momento, tinha recursos para fazer algumas intervenções, lá. Construir Equipamentos Sociais e tal. E a gente pôde acompanhar, assim, a dificuldade de trazer a Prefeitura pra essa prioridade. Né? quer dizer, existia um dinheiro, vamos fazer um Equipamento? E assim, né? O tanto que não se conseguiu, né? Quer dizer, se investiu muito. No início do DIST 1, a gente entendia que tinha que mobilizar a Prefeitura em prol daqueles moradores. Mas, assim, muita energia também. Que não teve muito resultado, nos primeiros anos. Acho que com a continuidade, do DIST 2, eu acho que a gente conseguiu avançar em algumas áreas aí, né? Mas vendo a dificuldade, de fato, de colocar os moradores desses empreendimentos nas prioridades da Prefeitura, né? (Entrevistada 12).

Em certa medida nossa Entrevistada 13 destaca essa busca por “colocar os moradores nas prioridades da prefeitura e as dificuldades de se implementar tal política:

[...] a gente montou a chamada Agenda Emergencial, eu não sei se a [nome da outra entrevistada] citou. E deveria ter uma agenda DIST, que ela não foi implementada. Porque ela dependeria, que eu não sei se foi um erro nosso, né? Mas ela dependeria de uma parceria com a Prefeitura. A Prefeitura, inicialmente, disse que topava. Se não a gente também não faria um esforço de criar uma agenda pública, né? E depois, posteriormente, ela caiu fora, né? Ela foi se ausentando, ausentando, ausentando. Até que não tinha mais Prefeitura pra fazer nenhum tipo de parceria. E aí, considerando esses aspectos, a gente pediu que a última parcela do recurso não fosse empreendida. Que era pra não ter recurso público mal utilizado. Então a

gente resolveu que esse último recurso que era, que não seria mais usado, que ele não fosse colocado, lá, no empreendimento. Porque exigiria que a Prefeitura estivesse junto, pra que aquele investimento não fosse perdido. Porque, assim, você sabe, Gabrielle, que tem uma coisa que eu acho desses processos, em relação ao DIST. Eu acho que, assim. É válido ter um projeto como o DIST. Mas eu acho que ele não é solução. A solução é ter Estado. A solução é ter Governo, né? Então, assim, o fato de a gente conseguir fazer uma praça ali, fazer um trabalho bem feito, numa recuperação de uma quadra. Fazer um trabalho bem feito numa recuperação de uma área. Um acerto num desenho de condomínio. Sei lá, algumas coisas que a gente propôs. Eu acho que, assim, elas são válidas se o Estado estiver presente. Se não estiver, eu acho, assim. Você tá entregando uma Unidade Residencial pro morador, mas não tá tendo o trabalho de zeladoria que toda a Cidade tem. Ou seja, eu tenho aqui um trabalho de zeladoria. Alguém coleta lixo, pra mim. Alguém varre a rua. Alguém do Poder Público faz o trabalho, né? Se a gente não tiver isso nos conjuntos habitacionais, nas áreas urbanizadas de favela etc., etc. (risada). Nas políticas pra baixa renda, é um enxugamento de gelo, né? A gente vai ter sempre um processo de voltar, pra lá. Então é um trabalho que ele é por um período. Depois desse período, o Estado tinha que estar lá. Né? O Estado, quando eu digo Estado, é o Governo, né? O Poder Público tinha que estar lá. (Entrevistada 13).

Nosso Entrevistado 17-A²³⁵ faz parte dessa presença do Estado via Caixa Econômica Federal e destaca a flexibilidade do DIST de agregar instituições parceiras para proporem projetos de intervenção. Em certa medida, o Estado se afasta do processo e abre espaço especialmente à iniciativa privada e ONG's:

O DIST, ele veio como..., com uma flexibilidade muito maior. Porque a gente deu liberdade pros agentes executores dos projetos proporem a metodologia, a melhor metodologia. A metodologia estava baseada no DIST, mas, assim, essa expertise daquele território, trazer sua metodologia também, pra, assim, agregada ao DIST. Então, os agentes executores tinham liberdade para construir, junto com a comunidade, aquilo que eles identificavam, em parceria, que era o desejo, né? O cerne daquela comunidade, né? Pegando um pouco do vocabulário do ELOS. Que foi onde você atuou. Então, assim, cada território, para além dessa especificidade local..., e também teve... o projeto teve uma especificidade, porque ele tava permeado da expertise da entidade que atuou naquele território, né? Então, por isso, a gente tem uma, teve uma liberdade muito maior do que o trabalho técnico social previsto na portaria, que ele é bem, assim, sistematizado, né? Enquanto que o DIST, ele tinha o foco no desenvolvimento local e mais estendido, para longo prazo. A portaria, ela evoluiu, ao longo desse tempo, né? O DIST, ele nasceu em 2013. Que foi um projeto a ser armado. Foi em 2013, ele estava vinculado. Então, a portaria, ela evoluiu nesse tempo. Eu acho que ano passado saiu uma atualização dela, que também foi influenciada pelo DIST porque nós fomos chamados a contribuir. Junto à área de Habitação que atuou junto com o Ministério das Cidades na elaboração da redação da nova portaria, né? Nova não. Essa atualização dela. Então, o DIST, ele influenciou a Política Pública, sim. E o nosso desejo, com a segunda fase, era de que o Poder Público local, sobretudo, se apropriasse dessa *expertise* e fizesse procedimentos diferentes,

²³⁵ Entrevista verbal realizada em 21 de jun. 2019.

e baseado no que estava, já, acontecendo dentro do território, né? Não sei nem se esse termo que chama de diferentes. Mas a contratação, lá, da empresa ou da entidade que fosse fazer o trabalho técnico social, que se inspirasse no que já estava acontecendo no território. Inclusive, como uma continuação daquilo ali, né? Inclusive, a entidade, talvez, podendo participar da seleção (Entrevistado 17-A).

Para além do processo de implantação e suas dificuldades, perguntamos especialmente às pessoas que participaram da implementação do DIST em Campinas sobre o legado que o projeto deixou nos empreendimentos, para o Entrevistado 15 foi altamente positivo uma vez que teria auxiliado a:

Articular as pessoas a serem protagonistas. Elas conseguem identificar qual o canal de articulação com o Poder Público. Elas sabem que elas têm o protagonismo de alterar a sua vida naquele espaço e alterar o espaço em que vivem. Tá? Se vai acontecer ou não, isso tem que ser acompanhado em um período de tempo maior. Mas as condições foram dadas [...] eu vejo que as condições ali foram implementadas, tá? (Entrevistado 15).

A Entrevistada 12 acrescenta qual sua percepção sobre a mudança que o DIST promoveu nos territórios:

Olha eu acho que, hoje, os moradores tão numa outra posição, né? Eu acho que, hoje, eles já tão conseguindo espaço. Político, inclusive. Para pautar as necessidades deles, as prioridades. Acho que a gente conseguiu dar visibilidade pra esses moradores. Pra essas famílias. Pra essas necessidades, né? A gente conseguiu envolver o Judiciário, que eu acho que foi uma grande vitória, né? Quer dizer, existir um Processo lá. Um PAC, que tava no âmbito do Judiciário, exclusivamente. Eu acho que a gente conseguiu integrar e dizer: Olha, tem uma população aqui que pensa, que quer, que sonha, né? E como é que o Judiciário se torna parceiro dos moradores, né? Na discussão, junto à Prefeitura? Acho que a visibilidade que as pessoas, as necessidades, os projetos ganharam. Acho que foi o grande ganho, assim, né? E aí começa a ser priorizado por uma Instituição, como FEAC. Começa a ser destaque na discussão da Política. Começa, inclusive, a questionar a Política Municipal, né? Quer dizer, Política de Resíduos, por exemplo. Acho que essas pessoas começam a ser protagonistas da discussão da Política Pública em si. Eu acho que isso que é bacana, né? A ideia não é que elas transformem só o território delas. Mas que elas sejam protagonistas da discussão das Políticas Públicas na cidade. Acho que, não exatamente, com uma mobilização em massa, vamos dizer assim. Mas eu acho que com as lideranças que foram mobilizadas, você já começa a ver um movimento, né? De discussão. De polemizar um pouco a direção que as coisas estavam tomando. Então, eu acho que isso foi o grande ganho do DIST, assim. Essas pessoas se tornando protagonistas dessa discussão, mesmo. Uma discussão de Política Pública na cidade, né? (Entrevistada 12).

Ambos destacam a questão desse “empoderamento”, maior conscientização e busca pela polêmica, pela crítica, destacando o envolvimento coletivo dos moradores

para a realização de seus anseios mediante ações coordenadas por eles próprios, orientadas para a ação política nos territórios e fora deles, se necessário:

Com certeza. Eu, na verdade, você mandou as fotinhos, eu fiquei pensando. Eu acho que tinha uma coisa que seria interessante de estudar, de pesquisar, de botar no papel, assim: O quanto que a construção de um edifício²³⁶, por mínimo que seja, ele impulsionou as atividades sociais daquela comunidade? Então, por que é que o Abaeté faz coisas no sábado e no domingo, à noite? Porque existe um espaço pra se fazer essas coisas, né? Eu acho que, nos outros bairros, que a gente não conseguiu ter um espaço, né? Eu acho que isso fica prejudicado, né? Eu acho que as coisas acontecem. Mas eu acho que o espaço físico, ter um lugar, eu acho que faz toda a diferença. Eu acho que era legal a gente estudar um pouco isso, né? Eu acho que até podia pensar um pouco isso, né? O quanto que o Abaeté era bem difícil, no início da mobilização? Acho que até tinha uma dificuldade maior do que nos outros bairros, né? E o quanto que isso se transformou? E hoje você tem um grupo que aumenta, que tá junto, né? Talvez pensar, assim, os três, né? Como é que eles começaram e como é que eles tão hoje, né? E eu acho que o Abaeté é muito impressionante, assim, né? (Entrevistada 12).

Para ela no Abaeté parece ter acontecido uma mudança bastante paradigmática, que não se deteve após o término oficial do DIST, com o perdão do trocadilho o que teria se dado foi o direcionamento do **Distino** coletivo e a sede seria um símbolo dessa modificação: “[...] a coisa deu continuidade, né? Por quê? Porque elas (as pessoas) têm um espaço, né? Elas têm um lugar pra fazer. Pra reunir. Pra multiplicar o conhecimento delas, enfim.” (Entrevistada 12);

Com relação aos espaços para “reunir”, para “multiplicar o conhecimento”, utilizando o termo de nossa entrevistada, indagamos durante os depoimentos sobre as áreas de lazer nos residenciais, não apenas no que diz respeito à sua existência ou não, mas principalmente sobre sua suficiência e gestão nos bairros pesquisados. Este foi o tema de nossa última bateria de entrevistas. A esse respeito julgamos interessante abrir com um funcionário do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura de Campinas, que diz o seguinte: “Abaeté e Sirius, até a gente já fez umas praças, lá. É ... No Bassoli, tem uma área bem ... É uma área bastante irregular, mas que vai ser um bosque. Já tem até o projeto” (Entrevistado 1). Certamente o conteúdo da frase do Entrevistado 1 não parece muito assertivo, nosso Entrevistado 14, por exemplo parece ver com certa insuficiência simplesmente fazer “umas praças”, fazer “um bosque”, elaborar um projeto. Sobre o sistema de lazer ele vê de uma maneira mais ampla, pois

Isso é uma das grandes demandas, né? Uma das grandes buscas. Às vezes, nos lugares um pouco mais abertos, você tem opções. Ou você pode criar

²³⁶ A entrevistada estava se referindo ao espaço comunitário construído logo após a finalização oficial do DIST II no Abaeté por meio do apoio financeiro da FEAC.

opções. Você tem áreas que você pode transformar em áreas que tenham essa vitalidade, né? Que sejam lugares de encontros. Ou praças, às vezes, têm no lugar. Mas você tem que ressignificar os lugares. Você tem que, isso também. Não é só vitalizar fisicamente. Você tem que também ressignificar. O lugar passar a ser um lugar. Que permita isso, né? Que eu tô, ainda, lendo aquela coisa de: tem uma quadrinha esportiva ali, tem outra quadrinha esportiva ali. E ter um salão de festas, tipo, como tem aqui, né? Nesse prédio. Né? E mais aqueles pseudo-parquinhos. (risada) Playground, aqueles parquinhos já carcomidos, geralmente com as coisas meio quebradas, que é tudo igualzinho, ali. Que fica pegando Sol. E aí, aqueles salõezinhos. Os salõezinhos podem ser ressignificados. Né? Os lugares que têm isso. (Entrevistado 14).

Nossa Entrevistada 11²³⁷, vinculada à uma cooperativa habitacional percebe que há uma certa falta de cuidado com a importância das áreas de lazer, ela relata duas experiências que teve nos residenciais:

Olha, no Bassoli, têm. Só que não eram cuidados. Os espaços existiam, só que abandonados. No Abaeté, que eu também participei, não tinham espaços de lazer, né? Só dentro dos condomínios. Mas uma praça, essas coisas, não tinha. Acho que não pensaram muito que eles precisavam disso. (Entrevistada 11).

Esse aspecto do abandono em relação às áreas de lazer, não é corroborado pela visão do funcionário vinculado ao órgão responsável pelos contratos e convênios. Ao ser perguntado se as áreas são suficientes para atender a demanda da população que mora nos empreendimentos, ele atribui à própria característica social / demográfica do local, parte da responsabilidade pela “insuficiência” das áreas de lazer:

Suficiente, eu não sei se nós podemos falar da palavra suficiente, né? Porque você sabe que o Aumento Populacional, nesses locais, é muito grande, né? A Densidade Demográfica ali é grande, mas eles estão bem melhores que antes. E a Prefeitura tem sempre procurado atendê-los. (Entrevistado 4).

Por sua vez, nosso entrevistado 3, ligado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, manifesta uma crença sobre a quantidade de áreas voltadas à recreação: “[...] eu acredito que os espaços de lazer públicos desses conjuntos são insuficientes.” (Entrevistado 3). E conclui,

Na verdade, têm espaços para implantação de áreas de lazer e de esportes, sim. O que muitas vezes falta é o recurso para o investimento. Outras vezes, a própria Prefeitura exige uma contrapartida do empreendedor, em termos da construção de equipamentos. Tanto para licenciar a área, para autorizar a implantação. (Entrevistado 3).

De fato, a existência das áreas de lazer tem promovido uma ampla discussão sobre quem deve construir, financiar, autorizar, se apropriar e zelar por essas áreas.

²³⁷ Entrevista verbal realizada em 19 de jun. 2019.

Nesse sentido o poder público por um lado cumpre, na visão da Entrevistada 13, parte de suas atribuições, por assim dizer, basicamente protocolares:

Os espaços Públicos que são da lei, eles fizeram, né? Então, o espaço físico existe, né? Aquilo que a gente falou, de novo. Né? Os espaços públicos, eles exigem uma zeladoria. Um trabalho que, por ser área pública, deveria ser cuidada pelo Poder Público, né? Então, assim, tem um a questão de desenho, né? E que isso é recorrente, né, Gabrielle? Assim, como o desenho dos conjuntos, ele, nem sempre, é discutido com a população. Nem sempre o que se coloca é o que a população queria que tivesse, né? Então, nesse aspecto, eu acho que essa segunda edição do DIST, pode ter ajudado muito. Porque o trabalho que a ELOS tava propondo fazer. E o que fez, logo no finalzinho do nosso contrato, era tentar adequar aqueles espaços públicos, né? A gente começou o trabalho fazendo o projeto, mas eles iam fazer a implantação dos projetos das áreas públicas. Eu acho que isso é uma coisa que é relevante. Fazer essa adequação dos espaços públicos. Aí, novamente, assim. Eu acho que depender da população pra cuidar dos espaços públicos, é que eu acho que não é correto. Eu acho importante a população se apropriar dele. Gostar dele. Usá-lo. Mas não ter a responsabilidade de cuidar. Né? A responsabilidade é do Poder Público, de cuidar. A população tem que ter o espaço adequado. E isso, eu acho que a equipe da ELOS tava fazendo. Eu não sei, você conversou com eles sobre essa história dos espaços públicos? (Entrevistada 13).

Sim, Entrevistada 13. Conversamos sobre esses espaços de lazer, a resposta que obtivemos sobre sua manutenção foi a seguinte:

Esses espaços? Os espaços internos, eles são feitos pelos próprios condomínios. Os espaços nas áreas comuns, nas áreas públicas, são feitos pela estrutura do município. Através da Administração Regional, Departamento de Parques e Jardins. (Entrevistado 3).

Nossa última pergunta foi no sentido de indagar o funcionalismo vinculado ao poder público diretamente responsável e os outros órgãos, direta ou indiretamente responsáveis pelas construções se, no fim das contas, os imóveis vendidos à população contemplada pelo PMCMV em Campinas ofereciam: moradia digna e se efetivaram o direito à cidade às famílias.

Na visão da Entrevistada 10, ligada à Secretaria de Planejamento e Urbanismo:

Olha, se a gente for olhar num sentido mais amplo, poderia ter entregue coisa melhor, digamos assim. Né? Porque o recurso foi investido, mas se você vai pras histórias particulares, que também eu só conheço generalizadamente, você tinha pessoas morando em condições muito precárias, área de risco. Então, é difícil você ser absolutista nisso. Ah não, não tem dignidade nenhuma. Mas se a gente pensar no que foi investido e no Direito à cidade, de maneira mais ampla, merecia uma solução mais adequada. E uma incorporação na cidade que realmente ampliasse as perspectivas de usar a cidade, de fazer da cidade um bem mais coletivo. Das boas coisas da cidade. (Entrevistada 10).

Sem realizar um olhar amplo, mas com mais relatividade, a declaração do Entrevistado 4 discorda um pouco: “Pode ser só nesses, desses: Bassoli, principalmente, eu acho que sim (leia-se ‘não’). Os próximos empreendimentos que foram feitos, foram

feitos diferentes. E já com trabalho técnico-social que antecedeu. Isso foi muito importante”. (Entrevistado 4) e acrescenta: “[...] Bassoli foi o caos. Foi o caos. Bassoli foi o caos. Tivemos o Ministério Público milhares de vezes. Eu, Paulela, vários secretários. Porque a coisa perdeu seu controle. Não tinha controle ali dentro. Não é?”

A Entrevistada 6, tendo acesso às pesquisas que são realizadas com os próprios moradores acerca do nível de satisfação quanto aos apartamentos, informa que em geral a população está satisfeita, a exceção do empreendimento que foi o “caos”.

[...] a maioria manifesta positivamente de tamanho, dependendo do número de pessoas da família, né? É...40 e poucos metros, que é a construção, ela seria uma construção dum tamanho, razoavelmente, né? Que atende. Mas têm famílias que tem muitas crianças, muitos filhos. Então... Não teria como, realmente. Não comporta morar num apartamento. Nem tem condições. Se fosse uma casa térrea, eles poderiam fazer um quarto a mais, aumentar, ter um espaço pras crianças brincarem. Tudo bem que tem a área de lazer, área comum, né? Dentro do empreendimento. Mas não é suficiente, nessa questão, dependendo do número de família. É que você não tá perguntando do Santa Luzia. O Santa Luzia tem uma quadra muito boa. Tem um salão de festas maravilhoso, entendeu? Que lá, eu poderia falar pra você, que lá contempla as famílias. O Taubaté, eu posso dizer pra você que contempla as famílias. O Abaeté, eu posso dizer que contempla as famílias. Mas o Bassoli...

O Bassoli é uma ladeira. Então o cara... A caída era pro prédio. Eu sou Assistente Social. Eu conseguiria pensar que iriam alagar as unidades. Eu não sou, sabe? A hora que eu olhei, eu falei: “Não tá? A caída tá pra cá?” “É, alaga.” Pô! Não é: “É, alaga.”. Meu! Quebra tudo! Não. Porque, assim, você tem... Pega o cara, né? O Engenheiro responsável. Ninguém faz essas coisas. Manda o cara... A empreiteira tem que arrumar isso aqui. “Ah, não! A gente vai fazer uma mureta.” Não é uma mureta. Isso é um problema eterno. Então a mureta... Não é a mureta. Você tem que mudar a caída da água. Então vinha aquele monte de água e fazia assim, pro prédio. “Não! A gente vai fazer uma mureta aqui, uma aqui e lá.” Eu falei: “Gente, não! Tá errado.”, né? E não tinha pavimentação, então era só você mudar a caída. Podia aterrar. Falei: “Gente, que horror!” (Entrevistada 19)

O material que coletamos, através das entrevistas, compõe certamente um vastíssimo e ainda pouco explorado mosaico experiencial de cunho perspectivo sobre o PMCMV Campinas, que desejamos revisitar em outras pesquisas e artigos vindouros... A reunião de tantas declarações de indivíduos ligados direta ou indiretamente ao relativo fracasso ou sucesso dos empreendimentos, a depender da perspectiva, nos traz como tarefa compreender a complexidade de fatores que facilitam ou dificultam a empreitada de exercer o urbanismo de caráter social. O próximo capítulo discutirá os resultados do período que estivemos em campo nos três empreendimentos.

CAPÍTULO 7

7. Análise e discussão dos resultados

Sobre os aprendizados em relação ao DIST II Campinas

Em concordância com os dados, observações, experiências práticas e embasamento teórico das pesquisas realizadas, tanto em Campinas quanto em Medellín, chamaremos de aprendizados a complexidade dos conhecimentos compreendidos entre: realidade social dos conjuntos habitacionais, desenvolvimento e aplicação de ferramentas teóricas e práticas para análise e intervenções nos territórios e, a discussão dos resultados alcançados.

Se considerarmos o espaço como fundamentalmente conectado à realidade social, de acordo com a teoria de Lefebvre (2006), ou seja, o espaço como produto e produtor da sociedade, conseqüentemente, sua compreensão encontra-se condicionada pela concepção que a sociedade produz e reproduz acerca dele. Lefebvre defende a existência de três processos da produção social do espaço, que coexistem em aliança, conflito ou em interação entre si. São estes: o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido.

Ao longo desta pesquisa vimos que mesmo aqueles territórios que hodiernamente servem de exemplo por seu desenvolvimento urbanístico, caso da Zona Nororiental em Medellín, foram concebidos historicamente de modo negativo, sendo por vezes fortemente estigmatizados (WACQUANT, 2005) na desqualificação social (SANTOS, 2008), por suas condições econômicas e seu passado de violência. Desta forma, esses territórios foram representados de modo a reduzir sua singularidade topográfica, demográfica, política e econômica ao campo do simbolicamente indesejável e reprovável. Conseqüentemente, as abordagens teóricas, conceituais e discursivas que normalmente são encontradas acerca deles, estão solapadas por preconceitos de todas as espécies.

Assim sendo, o espaço percebido, aquele que materialmente se expressa através da interação entre os elementos que o compõem, aglutinou, uma sucessão de ações vilipendiadoras de diferentes naturezas que auxiliaram a promover cada vez maior degradação material nestes espaços, oferecendo à sensibilidade dos sentidos humanos um espetáculo de desorganização às populações dos territórios estudados.

Não existe mensuração para os prejuízos histórico-sociais aos quais as famílias estiveram sujeitadas durante anos, pois seus espaços vividos, o mundo tal como

experienciaram no âmbito de suas respectivas moradias, o terreno existencial do vínculo ao cotidiano afetivo e que calca a experiência prática, foi forjado politicamente como não-lugar, um espaço indigno aos “dignos” e que, portanto, são pouco reconhecidos deontologicamente (esfera do dever fazer) pelo poder público e pela própria população habitante. Como coloca Bourdieu 2003 “[...] a reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural” (p. 166). Evidente que tal situação jamais se deu sem que grupos organizados nesses bairros buscassem legitimamente produzir seu espaço apropriadamente, ou seja, pelo modo de apropriação autoreferenciado e de cunho local.

Nos territórios estudados, portanto, as três dimensões espaciais lefebvrierianas: as concebidas, as percebidas e as vividas, se apresentam como “problema” para os membros da sociedade que habitam esses espaços, pois, o território onde moram possui, por vezes, acesso mais difícil ao centro econômico, a disponibilidade de postos de trabalho é exígua, o fornecimento de serviços básicos pouco ou nada existentes, sua moradia pode se encontrar sujeita à desastres ambientais e a própria existência da população que habita esses locais chega a ser encarada pelo poder público, e por ela mesma, por vezes como indesejada.

Uma chave importante para essas populações aumentarem a autoconsciência de seu pertencimento na sociedade é justamente a apropriação dos espaços onde moram, sobretudo os públicos. Segundo Mendonça (2007), as apropriações não implicam em inadequação ou marginalidade, necessariamente, mas podem dar indícios à criatividade e mostrar a capacidade de um aproveitamento das infraestruturas públicas fornecendo subsídios que motivem os projetos e as futuras construções em uma cidade. Trata-se, portanto, de um processo coletivo capaz de mobilizar, pela força criadora da sociedade, ou através do constrangimento dos poderes constituídos, a destinação do espaço público ao destino de todos. Mas como realizar um processo contínuo de apropriação de comunidades marginalizadas quando existe atualmente “[...] processos globais de despossessão dos mais pobres e vulneráveis [...]” (ROLNIK, 2015, p. 15). Uma vez que as apropriações dos espaços públicos refletem o empoderamento da população (MENDONÇA, 2007), pode-se se dizer que, enquanto há a busca de diversos atores da sociedade civil por disseminar ferramentas e tecnologias de *empowerment* visando apropriação do espaço público, concomitantemente ocorre uma contínua sabotagem que

retira sistematicamente aquilo que é essencial à parte economicamente pauperizada da população, incluindo os próprios espaços públicos.

O mercado atravessaria tudo, segundo Milton Santos, incluindo:

[...] a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideais, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado (SANTOS, 1994).

Se efetivamente há um atravessamento das necessidades e ideologias do mercado sobre a esfera da vida cotidiana, nossa pesquisa se dirigiu ao sentido de desvendar o espaço vivido e percebido pelos moradores, e foi a partir dessas vivências nos territórios que foram realizadas as observações de campo e entrevistas com os moradores dos 3 residenciais. A partir das respostas dos moradores e das observações de campo, foi possível estabelecer um fio condutor que conectou as análises e consagrou a confirmação de algumas questões iniciais enquanto refutou outras.

7.1. Conclusões relativas aos 3 bairros

A diferença de perfil dos bairros ficou patente em relação ao nível de escolaridade. Enquanto que no Sirius e no Bassoli mais da metade das pessoas entrevistadas não completaram o ensino fundamental, no Abaeté o nível de escolaridade é maior. Isso pode ser refletido em relação a conseguir um trabalho mais qualificado com melhor remuneração, no conhecimento de suas potencialidades e mesmo nas relações humanas interpessoais.

Sobre o percentual de moradores que estão desde o início, se nota que é a maioria, principalmente no Abaeté, que é o empreendimento mais recente (87% ou 59 pessoas entrevistadas), seja por já estarem adaptados e gostarem de suas moradias, ou por quererem cumprir as regras do programa ou ainda por não terem outra opção que não permanecer nas suas moradias. Ainda assim, é expressivo o número de entrevistados que não estão desde o início, sobretudo no Sirius (37% ou 26 entrevistados) e no Bassoli (30% ou 21 entrevistados). Este dado, de certa forma, demonstra um grau de insatisfação por parte dos que se mudaram, mudam ou querem mudar, retornando para seus locais de origem, ou por outros motivos. Esses dados, se

cruzados com os gerados a partir da pergunta “se é o primeiro morador” e a “situação do imóvel”, se confirmam, além de alguns depoimentos de moradores em forma de desabafo em relação à situação de moradia.

A quantidade de famílias que tem crianças em casa é bem mais expressiva do que as que tem pessoas idosas em casa.

Ainda que subsidiado, os outros gastos que envolvem morar em apartamento mostram ter um peso percentualmente alto na renda mensal das famílias. O Jardim Bassoli, dentre os bairros pesquisados apresentou os percentuais mais altos, mas o comprometimento da renda com serviços básicos é expressivo nos 3 territórios. Para além dos custos referentes ao imóvel, outros estudos já mostraram o alto custo que os moradores pagam por viverem distantes dos centros urbanos (INSTITUTO ESCOLHAS, 2019).

A percepção dos moradores em relação à dinâmica do desenvolvimento histórico dos bairros muda de acordo com a experiência *sui generis* de cada um deles. No Bassoli quase metade das pessoas não enxergam mudanças no seu bairro, enquanto que Sirius e Abaeté mostram indicadores mais expressivos do número de pessoas que percebem que o bairro mudou bastante para melhor. Ainda que tenham havido grandes mudanças nos bairros, estas ainda não são visivelmente generalizadas e percebidas por todos os moradores, impactando de formas bem diferentes as experiências subjetivas que cada um deles possui. Isso pode ter relação com a forma de adaptação de cada família, ligada ao processo de enraizamento. Por essa hipótese, pelo maior tempo de existência do Bassoli, ele deveria apresentar índices mais acentuados, como não é isso que se observa com as análises. O juízo de valor sobre o desenvolvimento histórico no bairro pode estar vinculado, especialmente, às mudanças de cunho objetivo que o território apresentou de maneira mais tangível.

Em relação à percepção de mudanças na própria vida das pessoas no bairro, a análise tende a algo semelhante. Mais da metade dos moradores do Bassoli acreditam que as suas vidas pioraram ou não mudaram nada, no Abaeté um pouco mais da metade tem a percepção de que a sua vida melhorou enquanto que o Sirius metade das pessoas acredita ter melhorado, a outra metade acha que ou não mudou nada ou piorou.

No que tange à percepção sobre a forma de usar o espaço público nos 3 bairros a maioria respondeu que “mudou para melhor” e um número expressivo respondeu não ter mudado. Dentre as justificativas encontramos pistas de que as praças tenham ajudado a formar essa visão em relação à utilização dos espaços públicos.

As relações que criam com a vizinhança indicam como estão caminhando para estabelecer o seu convívio social. Vale ressaltar que, conhecer os vizinhos não significa manter algum tipo de relação amistosa, ainda que respeitosa. Nos 3 bairros os moradores que responderam “conhecer os vizinhos” foi um pouco maior no Bassoli e no Sirius, não podendo ser parâmetro para afirmar que haja algum tipo de relação com o perfil econômico ou educacional dos moradores.

Em relação a percepção sobre a existência de outros espaços de lazer (para além das praças feitas nos mutirões), o tamanho dos residenciais pode interferir sobre a percepção dos moradores. Por exemplo, o Abaeté, por ser de menor dimensão e tamanho, faz com que as pessoas tenham apreensão diferenciada do espaço em que vivem. O Sirius e o Bassoli possuem dimensões bastante superiores ao Abaeté, muitas delas não circulam por todo o bairro. No Bassoli existe mais de um sistema de lazer implantado, como foi mostrado em capítulos anteriores, e no Sirius todos os espaços de lazer que existem, foram feitos pela população (inclusive o impulsionado no DIST II). Apesar desses outros espaços nos bairros, o Bassoli com índice de quase 70% dos moradores entrevistados e o Sirius, com quase 60%, não reconhecem outros espaços de lazer no bairro. Mais uma vez a dimensão territorial desses bairros pode exceder a percepção sobre a totalidade, para moradores que pouco se deslocam ou que estão isolados.

Nos 3 bairros a grande maioria dos moradores reconhece que existem mudanças importantes e necessárias para a melhora do bairro. Dentre estas, os entrevistados enxergam como importante a implantação de equipamentos de cultura, esporte e lazer que contemplem as crianças e adolescentes do bairro. Mas também atribuem grande importância à vinda de comércios, lotéricas, equipamentos e serviços públicos como postos de saúde, escolas, creches, ou seja, na criação de lugares.

Em relação à percepção sobre a autonomia que os moradores tem para promover alguma mudança no bairro, mais de 60% dos moradores entrevistados, nos 3 bairros, acham que não podem fazer nada. Isso demonstra que na esfera dos entrevistados um terço, pensa que pode ser protagonista nas transformações no bairro, um dado que, dependendo do ponto de vista, pode ser visto como baixo e não necessariamente relacionado aos efeitos do DIST, mas à própria configuração morfológica e concepção do projeto arquitetônico dos empreendimentos, que não auxiliam a encorajar o protagonismo dos moradores, ao não existirem espaços que promovam o encontro e interações culturais entre os habitantes dos residenciais. Soma-se a isso o fato de muitas

famílias, no caso do Bassoli e do Sirius, terem vindo de remoção forçada, desenraizadas de seu local de origem, contribuindo para a baixa construção social do espaço pelos moradores.

Considerando que apenas em um ano de término de projeto DIST II, deu-se uma escala progressiva de atividades promovidas por determinados grupos dentro de cada comunidade, que se empoderaram e estão promovendo de alguma forma o desenvolvimento socioterritorial, vê-se que existem alguns efeitos que podem ser considerados como positivos relacionados ao DIST, ainda que de forma incipiente e com pouca representatividade. O processo de criar identidade e criar raízes requer um tempo muito maior do que o período do DIST pode acompanhar (24 meses), isso é um fator que, por mais bem estruturado que seja feito, e ainda que não tivessem todos os empecilhos da mobilização comunitária inerente a essa configuração espacial, o tempo é um entrave. Este fato pôde ser constatado, em dimensões diferentes, se compararmos as intervenções realizadas no PUI Nor em Medellín. Percebe-se que há a participação das pessoas nos investimentos importantes que foram feitos, mesmo porque sem esse envolvimento seria mais difícil entrar nos bairros²³⁸.

Sobre a relação dos moradores com as praças que foram feitas no DIST, mais da metade dos entrevistados disse que as frequentam, dentro deste recorte de análise, a frequência declarada dos depoentes variou entre uma a 3 vezes por semana. As atividades que fazem variam entre levar as crianças para brincar, fazer ginástica ou simplesmente descansar, encontrar amigos e conversar. A maioria das pessoas respondeu que a praça mudou de alguma maneira a sua vida, sobretudo no Bassoli, onde mais de 60% (43 dos entrevistados) respondeu positivamente a esse aspecto. No Abaeté e no Sirius esse número foi mais próximo da metade, 51% (35) e 53% (36) respectivamente. Nos 3 bairros foi perceptível a mudança quanto ao caráter estigmatizado do bairro, pelo fato de terem um local/ponto de referência.

Agora quando questionado se a praça mudou a dinâmica do bairro na visão da grande maioria dos entrevistados dos 3 bairros mudou, sendo que no Abaeté foi maior o número de respostas positivas, enquanto que no Bassoli, foi um pouco mais baixo. E, em relação a atividades culturais a maioria dos moradores não reconhece que tenham atividades que acontecem nas praças, e quando responderam que sim, estas são pontuais e acontecem eventualmente.

²³⁸ Não desconsiderando o fato de haverem acordos para a entrada nos bairros com a milícia e os moradores locais. Mas ainda sim é considerável e notória a forma com que a população local foi trazida para o centro das discussões.

Sobre a construção das praças, no Sirius e no Abaeté a maioria respondeu saber como foi feita, no Bassoli foi menos da metade. A maioria dos entrevistados nos 3 bairros disseram não ter ajudado a construí-la. Há certo desconhecimento em relação a estar ciente de como é feita a manutenção das praças nos 3 bairros, no Bassoli, por exemplo, há um número significativo de pessoas que responderam não existir manutenção alguma. Em relação à limpeza esse número já muda um pouco, no Abaeté foi mais ou menos equilibrado o número de pessoas que disse saber em comparação com as que responderam não saber, no Sirius a maioria disse não saber e no Bassoli pouco menos da metade disse saber. Nos três bairros a grande maioria alega serem os próprios moradores. Ainda que parte dos entrevistados não tenham conhecimento sobre quem faz a limpeza, reconhecem que ela é feita pelos moradores. Isso demonstra um certo grau de apropriação do espaço público construído, pois mesmo que a imensa maioria não tenha participado da construção da praça, ela a usa e reconhece que são os próprios condôminos os responsáveis por sua manutenção.

As entrevistas mostraram que a percepção dos moradores em relação a segurança não mudou, cerca de um quarto dos entrevistados do Bassoli disse ter piorado, apenas pouco mais de 20% alega dos residenciais Sirius e Abaeté apontam melhoria neste quesito. Algumas respostas foram no sentido de demonstrar que nunca tiveram segurança, pois seriam comunidades esquecidas pelo poder público.

A sensação de segurança em determinado lugar tem total relação com o nosso bem-estar, e sobre essa questão, no Bassoli através das entrevistas, percebemos que as pessoas se sentem mais inseguras do que nos outros bairros, enquanto que no Sirius e no Abaeté, cerca de 70% das pessoas se sentem seguras.

Em relação à sensação de segurança na praça curiosamente a maioria dos entrevistados do Sirius responderam que se sentem seguros, enquanto que pouco mais da metade dos entrevistados do Bassoli respondeu que não se sente. No Abaeté o número de pessoas que se sentem seguras é ligeiramente maior em comparação com aquelas que declararam sensação de insegurança.

7.2. Os 3 bairros enquanto territórios e suas identidades

Todo o território possui aspectos identitários, culturais e processos sociais que se operam a partir dele. Caldo (1996) define a identidade geográfica como “[...] relação

identitária que liga uma determinada comunidade ao seu espaço vivido” (CALDO, 1996, p. 285), salientando que a identidade geográfica é utilizada para representar aquelas ligações de pertencimento que justamente criam o “território”. As relações que se constroem e se expressam em um determinado território, sejam elas de conflitos e/ou de cooperação, podem ser compreendidas sob a égide desses aspectos de cultura e identidade que particularizam ou caracterizam um território.

Nenhuma relação social se realiza fora de um espaço real e concreto, nesse sentido, podemos afirmar que a existência humana é espacial (CARLOS, 2015, p. 37). Portanto podemos dizer que o contexto sociocultural exerce influência na formação do ser humano e na modelação de suas relações ao mesmo tempo em que as relações sociais também são transformadoras do espaço e seu entorno e contexto sociocultural e espacial. Enquanto territórios intraurbanos (VILLAÇA, 2012) e de habitação de interesse social, faz-se necessário atentarmos para alguns aspectos peculiares que caracterizam a cultura e identidade dos 3 bairros analisados. Esse aspecto pode ser apreendido sob o olhar do próprio morador sobre a dinâmica em que está inserido, como vimos no capítulo anterior, somada a uma visão mais técnica de alguém que está de fora.

A dinâmica que acontece nos bairros de habitação de interesse social recentes apresenta uma lógica e organização social distintas de outros bairros mais antigos, ainda que periféricos, porém já consolidados, e muitas vezes marcados por uma história de luta e ajuda mútua. Muitas famílias que hoje vivem nesses empreendimentos vêm de um contexto de favela e bairros populares, por exemplo, com uma estrutura social construída ao longo do tempo e que conformou um tecido social complexo e diverso, porém dotado de uma identidade que, de certa forma, tende à cooperação e ajuda mútua, e “com uma forte dose de calor humano que torna as dificuldades cotidianas mais suportáveis” (VALLADARES, 2005, p.129).

Possivelmente pela construção de suas próprias moradias com base na participação e ajuda mútua de moradores que antes viviam em favelas (KOVARICK, 1983; MARICATO, 2015), pela vivência de problemas comuns e luta em prol de condições melhores de vida as famílias tendem a sentirem-se parte do lugar e terem um sentido maior de identidade. Diferentemente do contexto que propõe o MCMV para essa população de mais baixa renda, que acabam por deixar a luta comum de lado por já terem recebido o “seu pedaço”.

“O maior legado da Escola de Transformação [DIST II Campinas]”, como disse um morador do Residencial Sirius “não foram as praças que construíram, mas as relações que foram tecidas ao longo desses dois anos de projeto”²³⁹. Para além dos espaços físicos criados, o DIST promoveu encontros que estabeleceram laços sociais e afetivos que posteriormente geraram frutos maiores do que os previstos. Ainda que as dificuldades sejam muitas, grandes e de naturezas diversas, alguns grupos foram formados e estão um pouco mais organizados até mesmo para reivindicar os seus direitos. O curso oferecido no segundo ano do DIST chamado “Equipes Transformadoras” foi de extrema importância, como mencionado no Capítulo 5, para a formação e reconhecimento de lideranças locais efetivas. Alguns destes atores são reconhecidos pelos moradores por serem bastante proativos nos bairros até hoje e ajudam na transformação socioterritorial de forma positiva.

Considerando a questão identitária intrínseca à noção de território (RAFFESTIN, 1993; CLAVAL, 1999; HAESBAERT, 2001; 2004), no que concerne a territórios de MCMV, aonde esse sentido de identidade e pertencimento são quase inexistentes, o desafio de um Trabalho Social, para além de conscientizar as famílias sobre a importância de se pagar o condomínio é o de auxiliar a desenvolver esse sentimento de pertencimento e uma identidade para aqueles territórios. Esse é um dos grandes desafios que o DIST se propõe a trabalhar, ainda que de forma limitada, trazendo elementos que podem auxiliar na melhoria das condições de vida através do engajamento da população e mobilização social em prol de melhorias para o bairro. Ainda que reduzido numericamente, os efeitos do DIST se mostraram consistentes.

O DIST pode ser considerado como uma evolução ou derivação do Trabalho Técnico Social no qual os atores envolvidos, tanto os técnicos como os beneficiários do trabalho, ambos se conectam e se reconhecem como protagonistas de uma construção conjunta, proporcionando o fortalecimento do diálogo proposto pelo DIST tanto dos moradores com os técnicos, como dos moradores com a cidade²⁴⁰, bem como com os agentes públicos e sociais.

7.3. Conclusões sobre o DIST

²³⁹ Relato dado pessoalmente em conversa informal durante o campo.

²⁴⁰ Entendendo a cidade aqui como não apenas seus espaços físicos, mas as interações que esta permite, como por exemplo as entidades que assumem papéis importantes e que podem somar como parceiras para o desenvolvimento tanto do território como das pessoas desses territórios.

As 4 dimensões fundamentais colocadas como pilares do DIST: governança territorial, dinamização econômica, promoção sociocultural, gestão ambiental, possuem uma grande aproximação e estão interligadas em suas ações. Portanto seus resultados estão interconectados, como percebemos nos 3 bairros que receberam o DIST II. Percebeu-se que, a partir das oportunidades e estímulos que os projetos locais desencadearam, cada bairro refletiu as ações dos agentes locais. No Abaeté, a partir do estímulo e construção do espaço multiuso comunitário e a criação da associação de moradores, acontecem cursos regulares que são financiados por meio de editais e iniciativas das próprias moradoras. No Residencial Sirius o presidente da associação toma a frente de cuidar da praça construída durante o DIST e melhorar o espaço comunitário. Ainda no Sirius, outro morador se destacou como liderança encabeçando um projeto de um campo de futebol com academia ao ar livre e *playground* para as crianças. No Bassoli, um grupo de costureiras realiza atividades gratuitas para a comunidade, além de iniciarem um projeto de ajuda à comunidade, arrecadando alimentos e vestimentas para doação. Outro grupo que se destaca no bairro com atividades para crianças e jovens é o Bassoli dos Nossos Sonhos, que além de passar filme (sessão de cinema) na quadra, promove atividades festivas para as crianças buscando cada vez mais engajar jovens para estarem atuando juntos pela comunidade.

Em relação às dimensões do DIST II podemos fazer um balanço no que tange aos seus efeitos e resultados socioterritoriais. Sobre desenvolvimento da governança territorial, nota-se a formação de atores, sujeitos políticos que se tornaram visivelmente lideranças ou referências locais. No Abaeté, a presença de um espaço físico como sede de um espaço comunitário faz com que haja uma referência bastante significativa no bairro. Não apenas em virtude do espaço físico criado, mas pelo uso que se dá para esse lugar, com cursos formativos e atividades socioculturais, como os cursos de culinária e artesanatos. Algumas mulheres que fazem parte da associação de moradores do bairro se destacam pela sua proatividade, são elas a Vera, presidente da associação, Vilma, Mônica, Lucia, Elenita, Maria e Katarina. No Sirius houve um processo de fortalecimento e legitimidade de algumas lideranças, como foi o caso do presidente da Associação de Comerciantes, Reginaldo, e o surgimento de outras, como Maria e Suzana, que tocam o projeto para crianças Brincando no Sirius, assim como o Alexandre, que tomou a frente e mobilizou a população e parceiros para realizar um espaço público de lazer para o bairro, com academia ao ar livre (instalado pela Samsung em parceria com a SMEL). No Bassoli, dois grupos apoiados pelo DIST II

viraram referência para o bairro. Um deles, o grupo Bassoli dos Sonhos, na figura de Marcelo e outros jovens que, juntos, promovem atividades para jovens e crianças no bairro (como cinequedra e eventos festivos). Há ainda a consolidação de outro grupo, o de mulheres que trabalham com costura e artesanato, que contou com o apoio inicial do fundo semente e de doação dos Correios, por meio de parceria e hoje conta com ajuda da FEAC, por meio de edital. Esse grupo é composto por quatro mulheres, Renata, Lindineide, Madalena e Maria que dedicam parte do seu tempo fora dos trabalhos para oferecerem atividades para a comunidade.

Como cada território possui as suas singularidades e particularidades, bem como sua diversidade em termos de atores e recursos locais, e isso fez com que cada local se desenvolvesse de uma forma distinta, para além dos estímulos que são realizados nos territórios. Por mais que tenha sido aplicada a mesma estratégia nos 3 bairros, os efeitos e resultados são diferentes, dependendo do grau de autonomia que criam, e de uma série de fatores que fazem com que a análise do que pode vir a ser gerado nos territórios seja tão complexa. Um dos fatores que se destaca, e que influencia diretamente é a forma e frequência da participação. Fator este que está relacionado ao tempo disponível e disposição de cada pessoa ou grupo, podendo estar ou não correlacionado com a renda da família, por exemplo. Além disso, interesses políticos, atores que se destacam como líderes comunitários, podem ter um interesse em particular em algum cargo político e, talvez por esse motivo, se destacam. Outra variável é a forma com que cada grupo ou pessoa se apropria das ferramentas que são trabalhadas durante o DIST, para além dos interesses individuais e coletivos, bem como a capacidade de assimilar o novo.

Desde o início do projeto, a estratégia de utilizar o Jogo Oásis como metodologia de intervenção no território e como forma de adentrar nos bairros, foi bastante assertiva, no sentido de promover uma mobilização em torno de algo que seria realizado em pouco tempo, dando assim, credibilidade aos moradores dos conjuntos para que se engajassem em ações e atividades que ocorreram no decorrer do projeto. A metodologia também permitiu a identificação dos talentos e sonhos/desejos locais das pessoas para o bairro, o que fez com que algumas delas se organizassem por interesses comuns e iniciassem projetos em parcerias. Ainda que sejam poucas pessoas em termos de números, o projeto teve como foco a formação de lideranças efetivas, ou seja, aquelas que são reconhecidas e inspiram as outras pessoas a fazerem algo pelo bairro.

Ter o apoio do Poder Público local foi fundamental para o sucesso do projeto. Desde o início do DIST II foi tentado estabelecer parceria com diferentes setores

públicos, porém muitos agentes que se mostraram inicialmente solícitos, não se fizeram presentes durante o processo. Alguns mostraram desconfiança no começo das atividades, como vimos nos relatos de agentes públicos, essa desconfiança foi sendo desfeita e, no final, foi aberto um canal de comunicação entre o Poder Público e os moradores. Dos entrevistados que trabalham no setor público, muitos mostraram desconhecimento em relação ao DIST, ou uma imagem distorcida, como percebemos nas falas do Capítulo 6. Ainda que haja esse desconhecimento, um dos importantes ganhos que o DIST II proporcionou foi o estabelecimento da relação dos moradores com o Poder Público. Hoje percebemos que se há algum problema no bairro, os moradores sabem onde recorrer, quem acessar e como. A estratégia de sempre levar moradores quando houvesse alguma reunião importante que tratasse dos bairros permitiu esse acesso.

Ainda sobre a dimensão da governança territorial, foram estabelecidos importantes parcerias que, mesmo com o término do projeto, permanecem nos territórios. A FEAC tornou-se uma importante parceira nos 3 bairros, apoiando projetos locais. No Abaeté ela apoia um projeto de cursos profissionalizantes na área de estética. No Sirius a instituição fomenta um projeto de promoção cultural e de musicalização para jovens. No Bassoli proporciona apoio ao coletivo de costureiras e artesanatos. Outra importante parceria que permaneceu no Bassoli é: a parceria com os Correios, com a doação de materiais, como roupas e malotes que seriam descartados, a finalidade é a customização e futura venda para o auxílio da renda das mulheres. A parceria com entes políticos também se faz presente, principalmente nos bairros Sirius e Abaeté, nos quais alguns vereadores "apadrinham" as comunidades promovendo algumas ações locais, como concerto de rua no Abaeté, por exemplo, além da instalação da academia ao ar livre no Sirius. A prefeitura municipal e as construtoras se fazem presentes na medida em que são pressionadas pelo Ministério Público Federal para melhoramento dos bairros que foram povoados sem infraestrutura necessária em matéria de serviços e equipamentos públicos.

O curso Equipes Transformadoras, como explicitado no Capítulo 5, foi de bastante relevância para o desenvolvimento pessoal de lideranças comunitárias, ainda que houvessem poucos participantes de cada comunidade.

O DIST apresentou limitações no que tange à dimensão da dinamização econômica, poucos foram os meios que o projeto promoveu para que as pessoas acessassem canais de mercado, acessos financeiros e formação profissional. As ações

limitaram-se em demonstrar, em diagnóstico, a relação de vagas disponíveis nas regiões do Ouro Verde e Campo Grande. Essas podem ser consideradas limitações não do projeto em si, mas de um reflexo sobre o estado atual nacional referente à pouca oferta de emprego frente à grande quantidade de desempregados. Nesses bairros, sobretudo no Sirius e no Bassoli, esse quadro se agrava devido às dificuldades que muitos moradores enfrentam em relação à distância e falta de conectividade dos bairros com a cidade. O DIST II auxiliou financeiramente alguns moradores que participaram efetivamente do projeto neste quesito, tanto na conexão de pessoas dos bairros com instituições, como com assessorias especializadas para os projetos locais. Como mostrado no Capítulo 5, foram 8 os projetos contemplados no total, sendo 3 no Sirius e Bassoli e 2 no Abaeté. Desses projetos alguns foram reconfigurados com o passar do tempo (como o Brincando no Sirius e o grupo do Artes Bassoli), outro se encerrou com a saída do morador do bairro (como o projeto de Jiu Jitsu no Sirius), uma ainda está em vias de acontecer (como a cooperativa de reciclagem) e os outros estão acontecendo mais ou menos conforme planejado.

Em relação à gestão ambiental, o DIST II Campinas promoveu a requalificação/vitalização de espaços públicos coletivos, através das intervenções feitas nos jogos Oásis nos territórios, somando 6 intervenções feitas com os moradores e voluntários e um espaço construído pela prefeitura posteriormente no Abaeté e a promessa da realização de outros espaços, como dois sistemas de lazer no Bassoli por parte do Poder Público. No Sirius, o grupo MISC promove algumas ações, como feiras locais e apresentações musicais com temas sobre meio ambiente. Como foram apresentados no capítulo 5, alguns desses locais estão em parte deteriorados, e outros preservados pelos moradores locais. A prefeitura se faz pouco presente, como confirmado em visitas de campo e entrevistas, para manutenção desses espaços. Após o projeto nos bairros, a frequência do Poder Público aumentou. Isso é demonstrado através de relatos de moradores e mensagens em grupos de whatsapp que demonstram que, quando há um problema específico no bairro os moradores recorrem a Prefeitura ou a algum órgão específico conseguindo solucionar. Outro fator que demonstra a presença do poder público é na forma de execução de projetos, como a instalação da academia ao ar livre no Abaeté (promovido pela Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas) e no Sirius (com a instalação de equipamentos de ginástica pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer). No Bassoli, a Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas

sinalizou a execução de Sistemas de Lazer, além de sinalizar o apoio à construção de galpão para a cooperativa de catadores de reciclagem.

A promoção sociocultural nos bairros ainda é bastante precária, ainda que o DIST tenha contribuído impulsionando projetos com equipamentos, através do fundo semente, como é o caso do grupo Bassoli dos Sonhos que promove sessões de cinema na quadra para crianças e jovens, além de festas temáticas de cunho infantil. No Sirius esporadicamente são feitas feiras com artesãs locais, com apresentações musicais, comidas feitas pelos moradores e atividades para crianças. Ainda neste bairro a promoção de atividades quinzenais/semanais com as crianças, pelo grupo Brincando no Sirius, composto por duas moradoras. No Abaeté, algumas condôminas promovem atividades de musicalização e recreação para crianças.

Todas as ações descritas ao longo do texto, sobretudo descritas no capítulo 5, referente à sistematização do trabalho realizado no DIST II Campinas, contribuem para o protagonismo local, a modificação do estigma da população e a criação de laços sociais e identificação com o lugar, uma vez que são criados espaços simbólicos que contribuem para a ressignificação do lugar. Algo importante de ressaltar é o protagonismo das mulheres nos bairros. No Bassoli, o grupo Artes Bassoli e a cooperativa de reciclagem possuem mulheres como líderes dos respectivos projetos. O grupo de reciclagem é predominantemente configurado por mulheres. No Abaeté os 3 grupos apoiados são exclusivamente femininos. No Sirius, um dos grupos apoiados também possui apenas mulheres.

Torna-se importante pontuar algumas considerações sobre as intervenções. Existe uma grande complexidade referente aos processos que fazem com que as pessoas se sintam parte do lugar e criem vínculos. Isso depende das experiências socialmente compartilhadas. É fundamental, para que de fato seja promovido um desenvolvimento territorial, trazer para o centro das discussões, aqueles que vivem no seu cotidiano as dificuldades a que são expostos. A importância de uma leitura prévia do território e o exercício de um diagnóstico participativo e propositivo, se faz assertiva nesse contexto.

O tempo de intervenção nos territórios é relativamente curto, no que concerne ao desenvolvimento socioterritorial, para atingir os objetivos propostos pelo DIST, visto que, para além dos problemas sociais, existem problemas referentes às patologias construtivas das edificações devendo ser tratadas primordialmente, antes de qualquer outra ação, tendo em vista a emergência desse aspecto para a própria integridade física dos moradores. No caso do Bassoli, o DIST I contribuiu bastante nesse aspecto criando

uma Agenda Emergencial para tratar desses problemas. Como relatado, essa agenda posteriormente contribuiu para que o Ministério Público Federal pressionasse a construtora para que fosse feita vistoria em cada apartamento e elaborado um laudo que relatasse as patologias construtivas e que fossem corrigidas. Não foram acompanhados o andamento e o desfecho final sobre o acontecido após DIST, porém o que se sabe é que as reuniões com MPF e construtora continuaram após o término do projeto. Neste sentido, o DIST se mostrou fundamental no processo de articulação entre MPF, construtora e moradores, primeiramente durante o DIST I com a realização da referida agenda no Bassoli e, posteriormente em sua continuação no DIST II. Sem buscar resolver os problemas existentes, as dificuldades em se realizar outras ações ou mesmo propor projetos para o bairro seria muito maior.

Algo que auxiliou tanto no processo de entrada nos bairros, quanto na interação com os moradores foi o próprio desenvolvimento de capacidades feito durante o projeto, com as diversas atividades que permitiram que os moradores “circulassem” por diferentes áreas do conhecimento e sobretudo nas assessorias personalizadas para o desenvolvimento de cada projeto em cada bairro. O curso Equipes Transformadoras para fortalecimento de lideranças locais foi de extrema importância para aqueles que participaram. Até hoje em conversas os moradores que participaram, lembram com bastante frequência das atividades e de como elas foram importantes em suas vidas, para algumas um divisor de águas.

Algo negativo a ser relatado foi a baixa representatividade dos bairros, no sentido numérico. Um bairro como o Sirius, por exemplo, com mais de 10 mil moradores, menos de 10 pessoas participou do curso, o que demonstra dificuldade de mobilização no contexto em que o DIST atua. Possivelmente se o curso fosse ofertado nas comunidades esse número poderia ser maior, mas ainda assim, quando atividades foram feitas nos bairros a representatividade foi baixa.

Algo nos leva a pensar que essa forma condominial de organização espacial não auxilia na articulação entre os moradores. A falta de espaços para o encontro e o convívio, não apenas espaços físicos, mas espaços criados, promovidos à abertura para o diálogo e a troca. Muitas vezes estas são feitas nos bares, nos momentos de descontração dos moradores.

No DIST II Campinas algo que foi bastante desafiador, mas que foi muito importante de se empenhar foi a articulação com a Prefeitura do município. Em todo o processo foram tentadas diversas parcerias com as diferentes secretarias, porém dentre

as articulações feitas poucas foram efetivadas. No final do projeto, alguns agentes públicos se mostraram mais participativos ou pelo menos um pouco mais solícitos do que no início. Muito possivelmente pela pressão feita em reuniões com o MPF e a própria Caixa, ou mesmo por conta da compreensão de que o projeto estava ali para atender uma necessidade do bairro que, o município, por não cumprir com suas obrigações, acabou de certa forma causando. Algumas declarações de agentes públicos, como demonstrado no capítulo anterior, demonstraram a mudança do pensamento em relação ao trabalho: havia uma descrença na forma de executar o projeto que foi sendo desfeita ao longo dos dois anos de trabalho, mas isso gerou um enorme desgaste para além das dificuldades existentes, tanto energeticamente falando como no uso racional do tempo, que poderia ser empreendido em outras atividades.

Para contrabalançar a dificuldade de articulação institucional de cunho burocrático, o (re)conhecimento dos agentes públicos em relação acerca da realidade desses territórios é algo a se destacar, pois geraram visibilidade para os bairros antes “esquecidos”. Assim, pode-se dizer que o DIST proporcionou o fortalecimento e autonomia de algumas lideranças locais na sua capacidade de interlocução com as instâncias de governo. Dessa forma, para além da integração entre os agentes, houve integração desses bairros com a cidade, através da valorização e reconhecimento de agentes locais em outros ambientes da cidade como representantes desses bairros.

Podemos compreender que a medida em que o espaço é apropriado (HAESBAERT, 2001) e usado (SANTOS, 2005), o sentido de identidade é fortalecido e o território se constrói. Como defende CAVAL (1999) em relação à indissociabilidade entre o território e a questão da identidade quando expressa que “a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades” (CLAVAL, 1999, p. 16). Nesse sentido, percebemos que nos territórios de MCMV, onde a ocupação ainda é recente, há uma falta de experiências compartilhadas pelos sujeitos locais combinada com falta de espaços de convívio, devido a sua configuração morfológica espacial, onde faltam estes espaços para a sociabilidade. Este aspecto se torna um empecilho e uma resultante dessa baixa identificação com o lugar é justamente a exígua coesão social, não auxiliando para a consolidação de uma estrutura social autogestionada e identitária ocasionando, assim, poucas vivências coletivas positivamente territorializadas.

Dessa forma, o Trabalho Técnico Social a ser empenhado nesses territórios torna-se um desafio ainda maior, pois passa a ser necessário fomentar uma maior coesão

social e desenvolver um sentido de identidade e comunidade para aquelas famílias que chegaram provenientes de diferentes comunidades, vilas e bairros. Algo dito em depoimento de uma assistente social (entrevistada 19) foi o fato de que o Trabalho Social realizado pela Cohab Campinas no empreendimento do Bassoli, por exemplo, não se atentou a organizar as famílias vindas de um mesmo local para o mesmo condomínio, ou seja, a escolha aleatória das famílias é algo que, em certa medida, caracteriza o discurso do processo de escolha democrático, porém a aleatoriedade não necessariamente deveria implicar em “jogar” as famílias casualmente em qualquer apartamento do empreendimento, mas poderia envolver o diálogo com elas para saber se gostariam de manter a comunidade unida, ou pelo menos seus vínculos afetivos mais próximos. Ao compararmos com a experiência de Medellín, esse é um aspecto bastante distinto nas intervenções de retirada de população de áreas de risco nas quebradas de Juan Bobo e La Herrera, por exemplo. As famílias foram convidadas a fazer parte do processo, dialogando diretamente com o Poder Público e técnicos, buscando o consenso nas decisões, mantendo-se os laços e relações sociais. Como afirma Rocha, Cavalcanti e Borges:

A relação entre governo e sociedade, fundada na transparência e no diálogo, deve possibilitar soluções para os problemas que afetam a dinâmica da cidade. O diálogo permanente entre governo e sociedade, como princípio fundamental que orienta a gestão administrativa, pressupõe que os dirigentes e os órgãos correspondentes possam, técnica e politicamente, responder às reivindicações dos cidadãos (Rocha; Cavalcanti; Borges, 2010, p. 81).

As políticas habitacionais interferem diretamente na vida das pessoas e deveriam dar voz ativa aos que serão diretamente afetados por elas. O Poder Público deveria encarar as pessoas como agentes ativos em qualquer arranjo político/institucional, valorizando as questões identitárias e culturais dos contextos em que vieram e procurar saber qual a opinião que elas têm sobre a escolha do lugar onde irão morar.

7.4. Sobre o engajamento da população

A democracia é um caminho longo e indefinido. Existe um mínimo de condições que se denominam "direitos humanos", porém o direito não é mais que um mínimo, porque de nada servem os direitos se não temos possibilidades. Se só temos direitos, isso pode chegar a ser algo muito restrito. Que todos tenham o direito de votar, ainda que não saibam ler?! A democracia consiste em algo mais, ainda que os direitos sejam importantes. O direito fundamental é o direito de diferir, de ser diferente. Quando se tem apenas o direito de igual, isso ainda não é um direito. (ZULETA, 1988, p. 67)

Acredita-se que a democracia facilita a participação da sociedade no desenho de seu futuro, porém os diferentes atores urbanos têm interesses distintos e quase sempre conflitantes, devendo assim a participação ser encorajada como foi colocado no Estatuto das Cidades (2001).

Os processos de participação não são novidade alguma nas sociedades democráticas. Constituem um dos indicadores mais importantes de que cada cidade se esforça por ser mais sustentável, mais humana e mais atenta a sua realidade, diversidade e memória; demonstra que se trabalha com o objetivo de alcançar benefícios comuns e exprime o desejo da maior parte dos cidadãos de fazer parte explicitamente da cidade, de se reconhecer em suas transformações. A participação implica uma transparência e uma clareza de interesses e objetivos. (MONTANER e MUXI, 2014, p. 218)

A política pode ser entendida como a capacidade das pessoas de intervir, seja nos seus territórios seja no seu modo de vida. Engajar é envolver a comunidade, é ouvir, mas é também responder, pedir e dar, construir junto um novo futuro de baixo para cima (*bottom up*²⁴¹), horizontalmente, entendendo as funções estratégicas e a importância de todos na qualificação do processo.

O processo de construção de um governo democrático exige a participação ativa dos segmentos da sociedade em níveis diferenciados de organização, nas decisões sobre orientações, diretrizes e prioridades da política governamental, incluindo as definições orçamentárias.

Nessa perspectiva política, um planejamento discutido pelos diversos órgãos, de forma integrada e coordenada, constitui-se uma ferramenta importante para o desenvolvimento do modo de governar.

Um governo comprometido com a democracia deve criar condições para que a sociedade exerça seu direito à informação e à participação. O fortalecimento da sociedade civil implica incentivo à criação de canais de participação que possam exercitar o controle público do governo (ROCHA; CAVALCANTI; BORGES, 2010, p. 78 e 80).

No caso brasileiro, o processo político e econômico construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo (MARICATO, 2000). É crucial oferecer outras formas de participação para a decisão das nossas políticas públicas, que facilitem a fiscalização e abarquem as propostas da totalidade da população, maioria e minoria, com intensa participação de todos. Uma das soluções seria fortalecer a autonomia local para tomadas de decisões mais focadas em uma escala que abranja um bairro, por

²⁴¹ Sistema utilizado pela arquiteta-chefe do Departamento de Planejamento Urbano de Amsterdam, Jakoba Helena Mulder, na década de 1940 para criação de espaços públicos para recreação infantil. Posteriormente esse pensamento e prática de baixo para cima se consolidou na teoria arquitetônica contemporânea (John F.C. Turner, Charles Abrams, Colin Ward, N. John Habraken e Christopher Alexander). (ver Montaner e Muxi, 2014, p. 60 e 221). No Brasil Carlos Nelson, Sergio Ferro, Nabil Bonduki, Erminia Maricato, Joao Marcos Lopes, Vitor Lotufo, Liza Andrade.

exemplo, uma zona ou setor: para que quem pense as decisões e futuros a serem planejados sejam os próprios moradores do local junto com os outros atores sociais.

É socialmente justo e politicamente correto garantir que todos os agentes que usam e produzem a cidade se envolvam nas discussões de seu futuro. Isso requer um pacto, a ser construído através da negociação entre os distintos interesses, que exige preparação e luta com distintas feições. Exigem-se composições de setores em união e luta, quantidades que revelem qualidades, assim como um processo de crítica do existente que aponte para o novo substituindo o velho, que se dilui revelando-se subjacente ao arcabouço futuro (MERLIN, 2010, p. 179).

O engajamento das pessoas é fundamental na transformação dos espaços em lugares. São as pessoas que atribuem os significados e ressignificam as coisas aos seus contextos. A participação é essencial, tanto na transformação em espaços de convívio, como na força política para que haja cuidados para melhoria na qualidade de vida dos que frequentam esses lugares. Como coloca Montaner e Muxi:

Se a igualdade e a diversidade são valores, a participação é um procedimento, um instrumento. No entanto, sua argumentação e protagonismo são a chave para a transformação de um urbanismo realizado por muito poucos planejadores homens em direção a um urbanismo aberto às demandas sociais e que têm como objetivo os valores da igualdade e da diversidade. (MONTANER e MUXI, 2014, p. 218)

Sperandio et al. ressaltam a importância de distinguir a participação comunitária e mobilização social (SPERANDIO et al., 2010). Enquanto que a mobilização social refere-se a um processo de envolvimento da comunidade em torno de um objetivo específico a ser atingido, em determinado momento temporal, o processo de participação social pode ser considerado como uma atividade permanente da comunidade, ou seja, o envolvimento comunitário não atende necessariamente a objetivos específicos. O que se procura nos processos participativos é o empoderamento da comunidade: cada ação realizada, à medida que reflete sobre a realidade que as circunda e da qual fazem parte, concorre para que as pessoas se apropriem mais do seu modo de vida comunitário. No caso do DIST Campinas, podemos considerar que as duas formas foram encorajadas durante os dois anos de projeto. A mobilização comunitária deu-se através da Vivência/Jogo Oásis e a participação através dos encontros mensais de Comunicação Não Violenta e os cursos de formação como o de liderança comunitária. Essas atividades auxiliam no engajamento e no empoderamento desses líderes encorajando inclusive as possíveis ações no território, como aconteceu nos três bairros.

Os processos participativos não só permitem reforçar que os cidadãos se reconheçam em seu bairro e sua cidade, mas deveriam ser fundamentais tanto no início como depois da conclusão de obras. Nenhuma intervenção urbana pode começar sem que os moradores intervenham no diagnóstico, e toda obra requer a opinião e a atividade dos usuários a fim de valorizar e qualificar sua manutenção, de modo a interpretar sua pós-ocupação. [...] Muitas prefeituras confundem a participação com a mera informação, e, às vezes, a informação é escassa e confusa, de definição imprecisa, continuamente alterada; dessa maneira, os cidadãos continuam a ser agentes passivos e poucas vezes são escutados (MONTANER e MUXI, 2014, p. 219).

Desta forma, a participação comunitária, sobretudo em bairros que ainda não possuem laços sociais de afetividade bem consolidados, faz parte de uma conquista, um processo de envolvimento permanente da coletividade. A participação só é possível como um processo lento e permanente, realizável a partir da existência de uma postura dialógica por parte dos sujeitos sociais.

Também é importante ressaltar que existem vários níveis de participação, que vão: desde uma forma efetiva deliberativa onde as pessoas se sentem de fato protagonistas no processo, enquanto outras são apenas consultivas, indiretamente efetivas. Em relação ao espaço institucional, temos muito que aprender no que concerne a processos pedagógicos, tanto no Brasil como no caso da Colômbia (especificamente Medellín). “Nota-se uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si” (MARICATO, 2007, p. 3)²⁴². Para que essa participação aconteça de forma efetiva é preciso “[...] assumir o esforço do trabalho em equipe e da mudança de mentalidade nos processos de projeto e gestão que isso implica” (p. 219). Outra coisa importante de se colocar é que a participação tem um custo. Custo este que não deve ser pago pelos cidadãos, que já dedicam tempo e esforços para isso, mas devem ser incluídos em todo o processo (MONTANER e MUXI, 2014).

Compreender a identidade humana como metamorfose (CIAMPA, 1994), considerando que cada indivíduo está em constante transformação, fortalece a ideia de que a cada instante confere aos sujeitos a possibilidade de transformarem-se a si mesmos e os seus entornos. É esse potencial transformador que move as pessoas para um ideal comum desejado.

Tal compreensão acerca do mundo e da vida é a que lhes conferem a concepção ao menos intuitiva de uma lógica dialética, ou seja, que eles se constroem na contradição e no movimento. Ao assumir esse pressuposto, observa-se que percepção que se tem da vida não se resume mais ao existente, mas ao possível e ao vir a ser. Os

²⁴² http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_nuncafomos.pdf

moradores carregam suas histórias, seus traumas, suas vitórias e derrotas pela sobrevivência, no contexto de uma ideologia individualista nos eixos de comunicação, que os leva a carregar os problemas como de responsabilidade própria, ou como pessoas a quem só cabe esperar a caridade privada ou do Estado. Diante de uma sociedade repleta de desigualdades sociais e disparidades econômicas, pode-se ter uma visão positiva de que é possível construir um lugar diferente, ou formas de ver e viver no lugar diferenciadamente.

Para realizar mudanças nos territórios estudados mostrou-se a necessidade de que é preciso de união e coletividade. Para isso, torna-se necessário desenvolver laços de afetividade e, através dos afetos, as pessoas ao se aproximarem dão sentido àquilo que fazem (SAWAI, 2003). Ter essa compreensão: de que a afetividade gera a efetividade, pode constituir um aprendizado importante para aqueles que se comprometem com o urbanismo pautado pela égide da construção de uma sociedade mais justa e saudável, sobretudo o corpo técnico que trabalha diretamente com as pessoas que vivem em comunidades relativamente pauperizadas, tais como técnicos e trabalhadores sociais.

Considerando que a própria vida é um ato político, é muito importante a forma com que nos organizamos. No caso da arquitetura, a “ação política sempre existiu”, como coloca Montaner e Muxi (2014, p. 65)

Se a política é a organização social de um grupo que se desenvolve em um espaço, o lugar no qual esse espaço é criado será integrador ou segregador, inclusivo ou excludente, estará orientado de acordo com a aspiração à redistribuição da qualidade de vida ou com a perpetuação da exclusão e do domínio dos poderes. É por isso que a arquitetura é sempre política (Montaner e Muxi, 2014, p. 65 e 66).

O urbanismo como área de conhecimento que projeta a implementação física nos e dos espaços urbanos possui, como uma de suas potencialidades, a capacidade de facilitar a interação entre os indivíduos numa sociedade que cotidianamente se mostra cada vez mais complexa e, em certa medida, que demonstra entraves para o aprofundamento da concepção de democracia.

Além da capacidade de projetar, a arquitetura e o urbanismo têm o papel específico de contribuir para a formação de um espaço comunicativo e compartilhável de cultura crítica, de entornos que favoreçam a inter-relação e a capacitação, que possibilitem a comunicação e as relações intersubjetivas. Tudo isso é imprescindível para aproximar a sociedade das instituições democráticas, e a arquitetura, que imagina, projeta e constrói espaços, tem muitas possibilidades e responsabilidades (Montaner e Muxi, 2014, p. 233 e 234).

A participação nas decisões constitui-se num aparato fundamental para o processo de democratização do poder público local e de auto-organização da sociedade (KAWACHI et al., 1997). Nesse sentido, apesar da escala e recursos envolvidos as intervenções realizadas no DIST II Campinas (realizado após a construção dos conjuntos) mostraram ter bastante consonância com as intervenções realizadas no PUI Nor em Medellín: protagonizar a população para que ela seja autora crítica e ativa em seu território. O DIST, como estratégia compensatória diante de problemas estruturais inerentes à condução do PMCMV, demonstrou que não há como fazer milagre, ainda que, no caso de Campinas, tenham sido obtidos significativos resultados, tanto em articulação com Poder Público local, quanto com outras instituições que se tornaram parceiras de alguns moradores e projetos nesses empreendimentos. Esses resultados estão relacionados a uma complexidade de fatores, um deles compete a proatividade da equipe técnica e a escolha da metodologia aplicada. As duas instituições, tanto o Instituto Elos como a Demacamp, são reconhecidas até mesmo por um ativismo político por causas sociais em favor das classes mais desfavorecidas, isso reconhecidamente pela própria história de constituição do grupo e do Instituto, e a presença e participação da empresa Demacamp em debates relacionados à cidade, plano diretor, e envolvimento na elaboração no Plano Municipal de Habitação da cidade de Campinas. Diante dessa frutífera experiência nos bairros analisados caminhamos para elucidar certos aprendizados no que diz respeito ao trabalho realizado nos residenciais e em possíveis formas de lidar com o pós ocupação nesse contexto criado, no que tange à habitação de interesse social, principalmente na última década.

CAPÍTULO 8

8. “E agora, José?”²⁴³

Em linhas gerais a presente pesquisa buscou elucidar caminhos para lidar com as consequências de um modelo de reprodução habitacional, encorajado pela política urbana traduzida no Programa Minha Casa Minha Vida. Tal caminho se arvorou na experiência participativa, combinando diferentes instrumentos metodológicos, mediante a imersão da pesquisadora na execução e acompanhamento do DIST II Campinas e, a posterior análise dos resultados nos territórios.

A experiência de Medellín contribuiu para repensar novas formas de gerir as políticas públicas e fazer intervenções em áreas periféricas da cidade de forma mais participativa, como vimos no segundo capítulo. Concluindo assim o trabalho, com sugestões para lidar com essa realidade e com a abertura de portas para novas experiências e investigações, considerando a aprendizagem como um fluxo contínuo e sem fim. Encerramos o texto com algumas recomendações para lidar com esse contexto, a partir das experiências do DIST. Pretende-se com esse trabalho evitar que erros do passado se repitam e que sejam evitados gastos onerosos ao Estado, mas principalmente visando contribuir para que a população menos privilegiada da sociedade não necessite custear aspectos básicos para sua existência.

8.1. Condenados a morar

A exploração capitalista acontece em diversos níveis e de diferentes maneiras, algumas sutis outras mais perversas, como é o caso da habitação social no Brasil atual. O que deveria ser um avanço no modo e reprodução do espaço urbano de forma a garantir um direito aos habitantes das cidades, tornou-se um mecanismo de perversão onde se fabrica moradias a custos baixos e alta lucratividade para beneficiar financeiramente a construtora ou incorporadora, à custa da população que chamada como beneficiária. Os beneficiários estão “fadados”, normalmente a viver por pelo menos 10 anos, tempo estimado para quitar o apartamento e se tornar proprietário de fato. Tal perversidade do Programa Minha Casa Minha Vida, não se circunscreve ao período longo de dívida, muito menos se inscreve apenas no horizonte da precariedade dos imóveis, sua face perversa é a do silêncio, pois não dá voz e nem alternativa às

²⁴³ Inspirado no poema de Carlos Drummond de Andrade “José”.

famílias escolherem qual forma de atendimento habitacional poderia beneficiá-las da melhor forma, evidente que aqui nos referimos à população economicamente mais vulnerável.

Desde o modo que foi desenhado, até a sua execução, faz-se a pergunta: "benefício para quem?". Quem são os agentes que lucraram em cima da vida das pessoas, desde a baixíssima qualidade de projeto arquitetônico e urbanístico até a execução de péssima qualidade construtiva. Este é um típico caso de exploração onde o capitalismo se mascara de "salvador" para uma população vulnerável e faz com que ela viva em locais onde não existe o menor conforto e estrutura para recebê-la, além de a sujeitar ao endividamento com os gastos referentes ao imóvel. Esse é um problema estrutural, que se coloca como proposta de "solução" do problema habitacional baseado na propriedade sem serviços públicos onerando os "beneficiários".

Em nossa pesquisa procuramos formas mais coerentes, do ponto de vista social, no fazer morar. Procuramos alternativas que dessem voz à população para que ela própria escolha onde e como ela quer morar, ou formas em que, ao menos, ela seja incluída nos processos decisórios e possa pensar, junto aos técnicos, como serão feitas as intervenções. Mesmo constituindo um demorado processo, a tratativa consensual ou de tratamento dialógico das divergências, evitam os altos custos que quem acaba pagando é a população.

Chamar a população para pensar e planejar fortalecendo assim o diálogo, não só é mais que fundamental como necessário. Trata-se de ter o poder de escolher como e onde o desenvolvimento de sua própria existência se dará, constituindo assim, potencialmente, condições para uma vida que se deseja ter, bem como significa possuir a autonomia de pensar, repensar, fazer e refazer o espaço que habita.

As experiências de Medellín, tanto dos PUIs como as de Juan Bobo e La Herrera, demonstram os esforços que essa cidade, em certa medida e pelos motivos já mencionados, fez nesse sentido. Pudemos ao longo da pesquisa entrever o impacto nas vidas dos cidadãos, tendendo a inserções mais positivas e duradouras, desde que a autocrítica e um estudo sobre a motivação do Estado se façam presentes.

De qualquer maneira, evitando transplantes artificialmente culturais das experiências dos casos de Juan Bobo e de La Herrera, pode-se constatar que a

população decidiu junto com os técnicos, de forma consensual, como iriam morar²⁴⁴, de acordo com as especificidades técnicas possíveis, continuando em seus bairros de origem e conseguindo manter as redes de relações sociais existentes, enraizadas. Isso permite aos moradores que mantenham seus laços sociais e os sentidos de identidades do lugar, não sendo perdido e nem descaracterizado. Nesses casos, a forma de fazer intervenção respeitando a opinião e decisão dos moradores é pensar em uma política a longo prazo, onde sejam levadas em consideração a satisfação daqueles que serão beneficiados com o programa.

8.2. Sobre o papel do Estado: as políticas do estado como respostas à segregação

[...] O Programa, não é ele que, por exemplo, determina como que tem que ser o Projeto daquele empreendimento. Acho que não é bem por aí. Eu acho que não é o Programa Minha Casa Minha Vida que tá o grande problema. **O problema é quem executa o Programa Minha Casa Minha Vida.** [...] o Município não tem o devido rigor nas suas aprovações, que ele não pensa que ele vai pôr um bairro dentro do outro bairro. Vai trazer famílias de várias regiões pra morar num lugar único. Não dá toda essa estrutura pra eles. E a questão, também, dos empreendimentos, aprovados da forma que são. Então eu acho que não é uma questão do Programa. E sim **falta de consciência das pessoas que tão aprovando aquilo.** Que eu acho que o negócio é mais eleitoreiro do que querer resolver o problema do Município, de Moradia. Então é isso que eu penso. Eu acho que o Programa Minha Casa Minha Vida, ele tem muita coisa pra ser revista. [...] Agora, a questão dos problemas que ele causou [...]. Eu acho que não é do Programa. Eu acho que a CAIXA tinha que ter uma fiscalização maior. A Caixa Econômica Federal, que é ela que aporta os recursos, tudo. Ela deveria ter uma fiscalização maior e o próprio Município. Ministério das Cidades, também. Eu achava que era muito o Ministério das Cidades, lá em Brasília. E não se preocupavam com o que tava acontecendo, nos empreendimentos. Então eu acho que isso não é do Programa, né? Eu acho que é a forma com que ele foi conduzido. E foi levando a tudo que levou, né? Eu acho que é isso. (ENTREVISTADA 11, 2019)

A permissão e execução por parte da gestão pública de construir esses empreendimentos nestes moldes estão totalmente conectadas a uma falta de empatia, de consciência e de uma visão sistêmica sobre a cidade. Percebemos que, ao remanejar famílias que habitavam assentamentos subnormais ou não adequados, seja por estarem em área de risco, ou outro motivo, para locais extremamente afastados dos centros urbanos, apenas reforça a lógica da exclusão, além de ter que “levar” a cidade para esses locais, cria-se um problema crônico que é o de piorar a vida de várias pessoas em muitos sentidos, tendo que, no caso de um Poder Público responsável, aumentar o

²⁴⁴ Nos casos citados as famílias saíram de casas localizadas em áreas de risco e, segundo relatos de moradores, elas escolhiam em qual andar iriam morar e de quem seriam vizinhos. Isso causa um grau de satisfação e responsabilidade muito maior.

investimento em saúde pública para tratar os casos cada vez mais elevados de problemas físicos e psicológicos. Além de aumentar o índice de criminalidade nesses bairros, como já vimos em alguns casos onde se misturaram as comunidades e os chefes de tráfico, causando uma disputa intraterritorial, aumentando desta forma a violência.

Ainda há um amplo caminho a ser percorrido para a garantia de uma política universal de acesso à moradia, que articule aspectos físicos, econômicos, sociais e regulatórios, o que requer uma atuação participativa das três esferas de governo, em parceria com instituições privadas e sociedade civil, atendendo aos anseios e direitos da população em geral. O caso de Medellín nos mostrou, ainda que em outro contexto, no momento em que foi criado o PUI, caminhos para essas interações e parcerias.

O cenário em que o DIST se configura, aponta o largo caminho que ainda temos que percorrer quanto a Políticas Públicas no Brasil. Apenas evidenciar os problemas causados pelo PMCMV não trará a solução para os empreendimentos já existentes. Porém a busca pelo “como tratar” esses problemas é o que o DIST, enquanto estratégia, propõe.

Nesse sentido esse trabalho, para além de apresentar a experiência do DIST II Campinas com a intenção de trazer elementos para subsidiar o aprimoramento das políticas públicas habitacionais, aponta para um horizonte a ser trilhado em termos de estudos e ações práticas nos territórios que configuram essa seara de cidades de chegada, com a intenção de transformar espaços em lugares que, na definição de Tuan (1983), que proporcionem o encontro, o convívio e a participação, no seu sentido mais amplo, onde as pessoas se sintam parte do lugar, se identifiquem e cuidem do mesmo. Mas também, para além desse protagonismo local, que esses laços e relação com o Poder Público sejam estreitados, a exemplo de Medellín, entre os anos de 2004 e 2012, quando houve, por parte do poder público, uma preocupação em escutar a população para se fazer as intervenções públicas. Pode-se perceber muitas semelhanças nos trabalhos realizados no DIST II Campinas com a proposta metodológica nos bairros que receberam os Projetos Urbanos Integrais em Medellín: pensar junto com a população as intervenções a serem realizadas.

8.3. Para adubar a terra é necessário quantidade certa e tempo...

Quando se retira uma planta de seu local de origem, o processo de desenraizamento pode ser, e geralmente é bastante doloroso. Ao replantá-la em algum

outro local que seja, presume-se que o local seja preparado antes, a terra afogada e adubada, para que então a mudança não seja tão drástica. Quando se planta em terra árida, sem nutrientes e com pouca qualidade ambiental, muito facilmente se causará um processo muito doloroso de adaptação da planta e, possivelmente alguns danos irreparáveis. Ao colocar um pouco de adubo na terra, naturalmente algumas raízes se beneficiarão em detrimento do restante. O mesmo acontece, de forma análoga, no contexto em que foi trabalhado essa pesquisa.

Afinal, esse foi o caso dos moradores do Jardim Bassoli e de cerca de 30% dos moradores do Residencial Sirius que, forçosamente, tiveram que deixar suas moradias que se encontravam em áreas de risco. Primeiramente não foi entregue uma casa e sim um apartamento. Para estas famílias a escolha afinilou-se em ir para o imóvel ou perder a sua moradia, sem receber coisa alguma. Mesmo aquelas famílias que vieram por sorteio, é possível perceber certo grau de insatisfação em algumas delas no que tange às expectativas em relação à nova moradia, porém algumas delas não se veem em condições financeiras de mudar. São diversas e complexas as realidades que encontramos nesse contexto, constituindo um horizonte verdadeiramente desafiador para se trabalhar, como é o caso de muitos dos empreendimentos do MCMV em todo o Brasil, destinados às famílias que se enquadram na faixa 1 do programa.

Se foi suficiente? Eu acho que não. Eu acho que deveria até ser um pouco mais. Porque na hora que o negócio tá engrenando, acaba, né? Na hora que as famílias tão entendendo como funciona. Que é se unindo que eles podem, né? E muita coisa fica parada no meio do caminho. Que nem a tal da Cooperativa de Reciclagem. A gente começou a fazer o estudo dela no DIST 1. Então, quer dizer, não foi só 2 anos. Foram mais de 2 anos. E, até agora, não se resolveu. E é uma coisa que a gente têm certeza que vai trazer renda pra aquelas pessoas, né? Sendo que têm vários Catadores ali, que querem trabalhar ali. E o Município também não tá muito preocupado em resolver. E aí a gente se afasta, né? O DIST se afasta, né? Que põe a coisa pra andar, ajuda as famílias a como fazer, ir atrás. E também tem uma coisa: As famílias se apegam na gente. Então no momento da despedida, você sente. Ó, tá todo mundo comemorando, que foi lindo, maravilhoso. Mas as famílias tão se sentindo, que mais uma vez, tem alguém deixando eles lá, pra trás. (risada). Né? É isso. (depoimento agente)

O tempo de adaptação das famílias que foram removidas de seus locais de origem é muito maior do que se elas tivessem levado algumas questões em consideração como:

1. Escutar a população desde o início do processo, na escolha do local e a forma com que passariam a viver (verticalizada condominial ou horizontalizada individual);
2. Garantir que o local estivesse adequado para receber a demanda e;

3. Que houvesse um cuidado maior com a forma com que as famílias são conduzidas no processo, a garantia tanto de um trabalho técnico social de qualidade e comprometimento com a real necessidade das famílias beneficiadas.

Em que pese o tempo, relativamente curto de realização do DIST, de 24 meses, para as dimensões em que se propõe a atuar, é curto e insuficiente para mudar substancialmente a vida dos moradores. Ainda que uma experiência muito importante e valorosa na vida de alguns dos moradores que participaram, não alcança a totalidade das famílias de forma integral. Possivelmente as intervenções feitas nos espaços públicos durante o DIST II Campinas interferem de forma tangencial na vida dos moradores, uma vez que possuíam insuficientes espaços de lazer, possuindo agora ao menos uma opção, ainda que seja insuficiente para atender toda a demanda.

Como o DIST propõe uma forma qualitativa participativa para diminuir problemas sociais derivados de problemas estruturais referentes ao PMCMV, com a intenção de colocar os beneficiários como protagonistas no centro das ações futuras do desenvolvimento socioterritorial de seus bairros, por essa vertente podem surgir duas interpretações distintas e divergentes: se por um lado é importante esse protagonismo local, empoderar a comunidade local como uma maneira de não a deixar dependente de agentes externos para melhoria do bairro, por outro lado, pode significar retirar o peso e responsabilidade por parte dos agentes que foram responsáveis por esta realidade. Engajar as comunidades locais para resolverem por conta própria os problemas socioterritoriais pode ser uma forma perversa de passar as responsabilidades do Poder Público para as famílias, de forma que, para além dos problemas e dificuldades individuais enfrentadas no cotidiano, elas são encorajadas a atuarem pela comunidade cumprindo papéis que não lhes são estatalmente cabíveis. Por essa razão, a dimensão crítica do empoderamento aparece como fundamental uma vez que é através de um discernimento coletivo entre o que pode ser de competência da comunidade e o que deve ser papel das instituições públicas ou privadas, cobrando-as quando necessário.

Dicotomicamente, o DIST apresenta-se com grande potencial inovador de intervenção em comunidades que se inserem nesse contexto de habitação de interesse social. Como experiência em sua segunda edição de execução, pode se dizer que o DIST, nesse contexto, ainda precisa ser aprimorado, o que se sugere, inclusive, que o tempo de projeto seja maior e que tenham mais pessoas engajadas na mobilização das comunidades, inclusive pessoas da própria comunidade que poderiam ser contratadas, pelas próprias entidades executoras, para desenvolver a estratégia junto com a equipe

técnica. É coerente que alguém do próprio bairro, que vive as dificuldades do cotidiano e sabe como funciona a dinâmica do território, auxilie com a visão diferenciada de quem mora, os olhares, por vezes incautos, daqueles que vem de fora.

De acordo com as entrevistas realizadas e as observações nos territórios, pode-se concluir que o DIST possui grande limitação para uma ação efetiva nos territórios, porém se apresenta como um projeto com grande potencial para transformar as comunidades. A baixa participação e representatividade percebida durante a mobilização nos bairros é um reflexo dos desafios que esse contexto gera. Enquanto estratégia que promove a formação e engajamento de atores para a participação política que desencadeiam e proporcionam mudanças socioterritoriais, algumas atividades realizadas no DIST II Campinas se mostraram efetivas, como a formação e fortalecimento de algumas lideranças locais que fazem melhorias, trazem atividades e promovem pontes de diálogo entre o poder público e a população, diminuindo essa distância, o que contribui para efetivar o direito à cidade, ainda que de forma incipiente.

8.4. Cada caso um caso...

Cada local deve ser tratado de forma particular, pois cada um tem as suas especificidades, histórias e dinâmicas. Enquanto o Bassoli foi todo povoado por famílias provenientes de áreas de risco, sem a mescla social sugerida pelo Programa, tem um perfil de moradores que se encontram em situação mais vulnerável. O que não quer dizer que nos outros empreendimentos não tenham casos semelhantes.

Enquanto escrevemos esse texto, foi publicado um artigo (2019) no Correio Popular²⁴⁵ informando que 3 das 19 torres do empreendimento Jardim Bassoli estão comprometidas, expondo 60 famílias a riscos de vida por conta de problemas estruturais dos prédios.

Desde que foi inaugurado, o residencial apresenta problemas estruturais e de acabamento nos imóveis, inclusive é alvo de investigação do Ministério Público Federal (MPF), mas nos últimos tempos a situação se agravou com rachaduras nas escadas de três edifícios. Inclusive, os equipamentos cederam 2,5 centímetros (trecho retirado do artigo).

As reclamações não são apenas no Bassoli, mas no Sirius²⁴⁶ também há muitas ocorrências do tipo. Os problemas mais recorrentes observados em campo, em visitas

²⁴⁵ https://correio.rac.com.br/amp/2019/12/campinas_e_rmc/888773-estrutura-do-bassoli-poe-em-risco-60-familias.html

²⁴⁶ <https://coletivocampograndeconsciente.wordpress.com/2016/01/25/minha-casa-vira-pesadelo-no-jardim-bassoli/>

aos moradores, foram problemas de umidade nos apartamentos, sobretudo nos que estão localizados no piso térreo. Uma moradora chegou a pintar a sala e os quartos com azul escuro para tentar esconder o bolor nas paredes. Mas, para além da estética, a moradora reclamava que o filho sofria com bronquite e que, morar naquele apartamento, fazia com que a saúde de seu filho piorasse²⁴⁷. Esse problema da qualidade térmica dos apartamentos no Sirius já havia sido evidenciado no mestrado realizado em 2012 e 2013, logo no início das entregas dos conjuntos.

Nesse caso, em que os edifícios colocam a população em risco de vida, a construtora junto à Caixa Econômica deveria repensar formas alternativas para atender a essa população, a fim de honrar com a dívida da moradia digna não oferecida. Se copiarmos o modelo americano²⁴⁸ de produção habitacional que claramente não deu certo já na década de 1960, poderíamos até pensar em replicar o que foi feito após menos de duas décadas de sua entrega: a demolição. Sem dúvida, uma decisão como essa envolve a tarefa de grande complexidade de realocar a população, e repensar outras formas de se fazer habitação. Caso isso ocorresse, inclusive, poderia ser aberto e discutido com a própria população, de forma bastante democrática encontrando acordos e soluções conjuntamente para os possíveis caminhos.

Nesses casos, poderiam ser pensadas outras formas de prover habitação, como o aluguel social ou subsidiado em locais com infraestrutura consolidada, ou outra alternativa para que estas famílias não estejam em risco e permaneçam desatendidas. Ouvir estas famílias e buscar soluções conjuntas nos parece a alternativa mais democrática. Isso se aplica aos moradores do Jardim Bassoli e do Residencial Sirius que se encontram nestas condições.

O caso do Abaeté é diferente. Por ter sido um empreendimento entregue posteriormente, possui um avanço no sentido de o empreendimento apresentar outra qualidade construtiva, melhor inserção urbana no sentido de proximidade ao centro e servido de transporte, com alguma infraestrutura básica de suporte como creche, posto de saúde e academia ao ar livre. O bairro se assemelha a qualquer outro bairro de classe

<https://coletivocampograndeconsciente.wordpress.com/2013/09/06/jardim-bassoli-poder-publico-continua-deixando-a-desejar/>

²⁴⁷ Relato obtido em campo durante conversa informal.

²⁴⁸ Apenas para fins ilustrativos, citamos o exemplo do projeto público de habitação, já citado no capítulo 1 desse texto, Pruitt-Igoe, feito nos Estados Unidos, produto do programa federal de habitação social. “Todos os prédios foram demolidos com explosivos no início dos anos 1970, e o projeto se tornou um símbolo de renovação urbana e planejamento de políticas públicas. As dimensões do fracasso de Pruitt-Igoe, provocaram um intenso debate sobre a política de habitação pública.” (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pruitt-Igoe>).

média, no qual os moradores possuem uma relação de cuidado/zelo pelo seu condomínio. Todos possuem portaria 24h, com portão automático controlado pelos porteiros de cada condomínio e o controle para entrada de visitantes. Outra característica que se destaca é o perfil socioeconômico, que como vimos é um pouco mais elevado do que nos outros bairros, bem como o nível de escolaridade.

Os trabalhos sociais nos bairros podem ajudar a mudar algum aspecto da vida de algumas pessoas, mas não altera as consequências dos problemas estruturais causados pelos impactos negativos do Programa MCMV. O DIST, como estratégia desenhada para amenizá-los, apesar de apresentar grandes avanços em relação ao TTS realizado pela Cohab, na proposição de formas inovadoras, é bastante limitado para promover grandes mudanças a longo prazo.

8.5. Aprendizados do DIST II Campinas

Em termos de ganhos de experiências pessoais, o contato direto com os moradores fez com que ricas trocas de saberes pudessem se efetivar, inclusive em forma de amizades pelo tempo e frequência de convívio.

De maneira bastante sucinta, pontuaremos algumas considerações que podemos retirar como aprendizado da experiência de Campinas. Algumas coisas que serão abordadas podem ser vistas por dois diferentes lados: a dos que participaram efetivamente das atividades promovidas pelo DIST, e os que não participaram ou que tiveram participação mínima em um determinado momento.

Em relação à melhoria da autoestima dos moradores no bairro, houve uma mudança no que diz respeito a perceberem-se mais “assistidos” e visitados, com a presença de outros atores no bairro, sejam estes públicos trazendo alguma melhoria, ou mesmo institucionais e privados.

As intervenções nos espaços públicos localizados nas entradas dos bairros, mudou a forma com que estes bairros são vistos pela vizinhança e por quem vai visitá-los, fazendo com que o bairro tenha referência, ponto de encontro e lazer. A percepção de serem vistos, reconhecidos e conectados com a cidade mudou de forma positiva.

Existe uma evidente disputa de usos na apropriação do espaço público, de acordo com os interesses de cada grupo que frequenta ou mesmo deixa de frequentar, por medo ou outro motivo qualquer, o que limita a apropriação do espaço público de forma democrática. Isso acontece nos bairros estudados em Campinas e nos bairros estudados em Medellín.

Apesar do caráter político do trabalho, no sentido de fazer com que os moradores se tornassem mais ativos e protagonistas de transformações socioterritoriais, o caráter da estratégia não partidário e sem consciência de classe, não criou espaços de reflexão sobre os problemas de origem de classe, não desenvolvendo assim, uma crítica política.

De modo geral, o DIST não interferiu nas condições socioeconômicas dos moradores dos residenciais, nesse sentido não modificou substancialmente as condições de vida, mesmo tendo havido esforço nesse sentido. Há um significativo e visível empenho em encorajar práticas com base na solidariedade, contrapondo o individualismo, porém há um risco de acabar por beneficiar uns poucos, por questões meritocráticas. Sobre o protagonismo dos moradores, reconhecemos que foi de forma pontual e relativa, conectado diretamente com a participação nas atividades do DIST.

Do ponto de vista da escala foi pequeno o alcance, conforme evidenciado em estudo anterior:

há um potencial inovador disposto pela Estratégia DIST para intervenção socioterritorial na escala local com impactos positivos para formação de comunidades em empreendimentos habitacionais de interesse social.[...] na prática, a Estratégia DIST têm enormes limitações para uma ação efetiva [...] baixos índices de mobilização e representatividade [...] tendem a indicar que as ações encontrariam limitações significativas de participação das populações residentes. [...] enquanto a Estratégia DIST busca supostamente desenvolver o protagonismo comunitário, o modo como o PMCMV promove os reassentamentos em muitos casos resulta justamente na desarticulação ou ruptura de redes sociais das populações realocadas. A [...] Estratégia DIST consiste em uma medida paliativa e de curto alcance frente à magnitude dos efeitos sociais contraditórios gerados pelo PMCMV. (ALESSIO, 2018, p. 210)

Podemos dizer que o DIST propõe uma abordagem qualitativa que avança em muito em relação aos Trabalhos Técnicos Sociais que foram realizados nos bairros estudados. A proposta do programa de encorajar os moradores a serem protagonistas na transformação de seus bairros se diferencia bastante de um trabalho meramente informativo e conformativo. Ao propor uma intervenção física no território, o DIST II Campinas permitiu que os moradores pudessem se colocar no papel de agentes transformadores no desenvolvimento socioterritorial de seus bairros e seus resultados são difíceis de mensurar, porém algumas consequências deixam pistas para pensar em como lidar com essa realidade.

8.6. Conclusões e recomendações para o aprimoramento do DIST ou de qualquer outro trabalho pós-ocupação nesse contexto

É inegável que a Política Habitacional deve ser repensada e redesenhada com o objetivo de melhor atender a população historicamente mais vulnerável e desprivilegiada, com a intenção de uma maior integração dessas famílias promovendo a oportunidade de melhor inserção na vida urbana.

O programa MCMV com a modalidade única de propor a construção de novas unidades adota o conceito da “casa própria”, amplamente difundido na cultura do país, seguindo o modelo aplicado no Brasil em todas as políticas públicas habitacionais existentes até então. Ainda que a legislação brasileira disponha de mecanismos e instrumentos financeiros e legais para incorporação de mais formas de provisão de moradia à população mais carente, poderia ser adotada uma melhor gestão do solo e controle urbano, bem como políticas de regularização fundiária e urbanização de áreas já consolidadas, sem infraestrutura necessária.

O desenho do Programa Minha Casa Minha Vida apresenta limites relacionados ao objetivo de garantir o acesso efetivo das populações de baixa-renda à moradia digna no Brasil, como mostrou esta tese, entre outros trabalhos acadêmicos aqui citados.

O tempo para um trabalho com essa magnitude é relativamente curto, pois quando a comunidade começa a confiar no trabalho, ele termina. Muitas pessoas se dão conta apenas durante os mutirões de que existe algo acontecendo no bairro, porém, ainda assim, há muita confusão em saber o que de fato está acontecendo, indicando que a estratégia de publicidade do programa também precisa passar por um crivo crítico. Algo imprescindível para mudar a forma com que as pessoas se relacionam com o bairro, também perpassa a melhoria da qualidade do Trabalho Técnico Social que são realizados nos bairros. Para isso, sugere-se que os TTS realizados nos programas habitacionais do município sejam desvinculados da Cohab Campinas, que se mostrou ineficiente no trabalho realizado nos bairros, ou pelo menos que haja uma capacitação voltada de maior envergadura no que tange a noções de urbanismo, bem como de sociologia. O melhor seria que o trabalho fosse realizado por meio de seleção via edital público de instituições mais preparadas a trabalhar com esse tipo de trabalho e mobilização comunitária, propondo novos desenhos de TTS. Há claros problemas relacionados ao funcionalismo público, que possui abordagem diferente do terceiro setor, por não possuir uma visão crítica em relação ao setor público.

Ao indicar as famílias para as unidades habitacionais, sejam elas por demanda via sorteio, é desejável que a Cohab, ou outro órgão competente, tenham maiores cuidados para não romper laços sociais estabelecidos, buscando compreender a

demanda social que está sendo trabalhada, conversando com a população, buscando manter as famílias e amigos de uma determinada comunidade o mais próximo possível, por exemplo.

Devem ser criados mecanismos que possibilitem a mobilidade entre residenciais, por exemplo, as famílias beneficiadas deveriam ter a possibilidade de trocas entre famílias se assim for desejado por elas. Isso aconteceu no Jardim Bassoli, porém de maneira informal. Se fosse permitido, as famílias teriam mais liberdade de estarem mais próximas daqueles que desejam, sejam estes familiares ou amigos. A proposta do sistema de sorteio não impede que haja uma preocupação maior com a forma com que as famílias serão distribuídas nos conjuntos.

Dos efeitos do DIST nos bairros, vamos encontrar muitas opiniões divergentes sobre. Os moradores entrevistados foram selecionados aleatoriamente nos dias de campo, portanto foi possível entrevistar pessoas que participaram do DIST e pessoas que nunca tinham ouvido falar nos trabalhos realizados no bairro. Portanto podemos dizer que há uma dicotomia nos resultados: enquanto que para alguns poucos o DIST foi transformador, para outros não significou absolutamente nada. Foram fortalecidas lideranças afetivas, algumas reconhecidas pelos moradores outras não tão representativas, ainda que todas façam algo em prol ou pelo bairro.

O DIST evidenciou que sua influência em relação à mudança de vida das pessoas, especialmente entre os moradores que participaram das atividades oferecidas, foi substancial. Em contraponto aqueles que não participaram, suas vidas podem ter mudado pela presença de uma área de lazer no bairro, porém a mudança é tangencial, de qualquer forma, tanto num caso como no outro, a mensuração dos efeitos subjetivos nos indivíduos não pode ser calculada. Mas objetivamente podemos afirmar que há uma contradição abordada no capítulo anterior referente a diferença entre mobilização e participação. Traduzindo: o DIST pode ter melhorado, mas não mudou substancialmente a vida da maioria dos moradores.

Aqueles que participaram ativamente das atividades puderam se beneficiar do que o DIST propôs. Algo inovador trazido pelo DIST é uma visão integrada do todo, uma abordagem sistêmica e transformadora, que auxiliou para o fortalecimento de identidade e pertencimento dos moradores nos bairros.

Para um trabalho com a dimensão e escala que trabalha o DIST a sugestão aqui é que, enquanto houver conjuntos habitacionais com esse perfil, o DIST ou programas semelhantes sejam pensados para tornarem-se programas permanentes, pensando na

construção comunitária em longo prazo, com a promoção constante de atividades nos bairros, de forma que o Poder Público se faça presente. Promover atividades para crianças e jovens, de forma que elas tenham alternativas para um crescimento saudável e terem possibilidades para desenvolverem as suas capacidades ao máximo, evitando a suscetibilidade social para envolvimento ilícitos, nesse contexto, se faz necessário.

Propõe-se também o estabelecimento de uma gestão pública dos espaços públicos, de forma que todos se sintam responsáveis por zelar pelos espaços de uso comum, encorajando a forma de voluntariado e atrair mais projetos sociais, vinculados ou não a instituições de ensino envolvendo instituições no sistema parcerias.

Por mais problemas estruturais que existam do ponto de vista urbanístico, estamos tratando com pessoas, sendo assim, os recursos humanos são riquíssimos, existindo um grande potencial para uma ressignificação dos espaços, que podem ser muito aproveitados, inclusive para organização política, melhoria autônoma do lugar e até mesmo reivindicações por meio de acesso à prefeitura.

Ainda há um longo percurso a ser trilhado no que concerne a melhorar a vida da população mais desfavorecida economicamente nesse dado contexto. O que percebemos no mundo de hoje é que existe uma falta de consciência no sentido de enxergar que tudo e todos estamos conectados, e que o mal realizado a alguns afeta a todos. Na medida em que nós, enquanto seres políticos, arquitetos urbanistas, gestores de cidade, permitirmos que sejam repetidos os erros do passado, passaremos os restos de nossas vidas arcando com as consequências desse modelo de fazermos cidades excludentes. Enquanto houver pessoas sofrendo no mundo, uma parte de cada ser humano estará sofrendo. E, como tanto frisamos neste trabalho, a importância do diálogo no processo de gestão é fundamental, como diz nosso mestre pedagógico: “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (FREIRE, 1970, p. 80). Complementarmente e para finalizar nas palavras do sociólogo francês: “Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos” (BOURDIEU, 1996, p. 166).

Referências bibliográficas

- ALCALDÍA DE MEDELLÍN. *El Libro de los Barrios*. Secretaría de Cultura Ciudadana. (2015). Disponível em: https://www.universocentro.com/Portals/0/PDF/Libro_Barrios-Def_baja_indv.pdf. Acesso em: 27 de out. de 2019.
- ALCALDÍA DE MEDELLÍN. *Plan de Desarrollo Local (PDL) Acuerdo 31. May 2004*. Disponível em: https://www.medellin.gov.co/irj/go/km/docs/pccdesign/SubportaldelCiudadano_2/PlandeDesarrollo_0_0_0/Shared%20Content/pdf%20codigo%20buen%20comienzo/Texto%20Completo%20Acuerdo%20Plan.pdf. Acesso em: 30 de out. 2019
- ALCALDÍA DE MEDELLÍN. *Plan de Desarrollo Local (PDL) Fase II Comuna 16. (2008-2011)*. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/irj/go/km/docs/wpccontent/Sites/Subportal%20del%20Ciudadano/Planeaci%C3%B3n%20Municipal/Secciones/Plantillas%20Gen%C3%A9ricas/Documentos/Plan%20Desarrollo%20Local/PDL%20COMUNA%2016-%201.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2019
- ALCALDÍA DE MEDELLÍN. *Plan de Desarrollo Local (PDL) 2001-2003*. Disponível em: [http://cdim.esap.edu.co/BancoMedios/Documentos%20PDF/pd-medell%C3%ADn-antioquia-2001-2003-\(170%20p%C3%A1g%20-%20892%20kb\).pdf](http://cdim.esap.edu.co/BancoMedios/Documentos%20PDF/pd-medell%C3%ADn-antioquia-2001-2003-(170%20p%C3%A1g%20-%20892%20kb).pdf). Acesso em: 30 de out. 2019
- ALCALDÍA DE MEDELLÍN. *Plan de Ordenamiento Territorial (POT) gestión participativa. (2012-2014)*. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin?NavigationTarget=navurl://0d6e1cabff217197f515823e5bb58bb6> Acesso em: 30 de out. 2019
- ALESSIO-ALVES, A. F. Diálogos entre saber técnico e vivência territorial – investigando práticas colaborativas para formação de comunidades. 216 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Campinas, 2018.
- ALEXANDER, Christopher; et al. Uma linguagem de Padrões: A Pattern Language. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- ANTONUCCI, D. e BUENO, L. Quinze anos de experiência em políticas, planos e projetos integrados. A construção do espaço público em Medellín. Vitruvius 218.00 urbanismo. (2018) Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.218/7022> Acesso em: 26 de out. de 2019
- AMORE, C. S. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros / organização AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z., RUFINO, M. B. C. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

ANTONUCCI, D. e BUENO, L. Quinze anos de experiência em políticas, planos e projetos integrados. A construção do espaço público em Medellín. Vitruvius 218.00 urbanismo ano 19, jul. 2018. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.218/7022>

ARAÚJO, Temístocles Telmo Ferreira. Programa Vizinhança Solidária como ação da prevenção primária e de ferramenta facilitadora da filosofia de Polícia Comunitária. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3347, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/22509>. Acesso em: 3 jan. 2020.

ARRETCHE, M. Uma Contribuição Para Fazermos Avaliações Menos Ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre & CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs.). Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. São Paulo: IEE/PUC. 2002.

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Campinas: Papirus, (1994) 2007.

AZEVEDO S. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. Coleção Habitare - Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras - Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre. ANTAC, 2007

AZEVEDO, S.; Andrade, L. A. G. Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2011.

BALLESTEROS, J.I et. al. *Santo Domingo Sávio: un territorio reterritorializado*. In: Territorios 22. Bogotá. 2010. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/territorios/article/viewFile/1384/1301>. Acesso em: 25 de out. de 2019

BIBLIOTECA GRANIZAL. *Historia del Barrio Granizal. Medellín, Colombia*. Disponível em: <https://bibliotecagranizal.blogspot.com/p/historia.html>. Acesso em: 30 de out. 2019

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro, LINKE, Clarisse C. (organizadores). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. – Brasília: Ipea: ITDP, 2016.

BARTOLY, F. S.. Debates e perspectivas do lugar na geografia. GEOgraphia (UFF), v. 26, p. 66-91, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/454/325>. Acesso em:

BATLE, Phill. Manual para mobilizadores. Treinamento no *Community Management Programme*, executado pelo UN-Habitat e implementado pelo *Directorate of Community Development of the Government*. (primeira versão 1967; 2007, última atualização 2011)

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual; tradução Plínio Dentzien. Jorge Zahar Ed: Rio de Janeiro, 2003.

BLANDÓN, Jorge. Entrevista concedida à pesquisadora Gabrielle Okretic. Medellín, fev. de 2019.

BLUMENSCHNEIN, R.; PEIXOTO, E.; GUINANCIA, C. (org) Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos urbanístico e arquitetônico e qualidade construtiva. Brasília: Unb, FAU, 2015.

BLUMENSCHNEIN, R.; PEIXOTO, E.; GUINANCIA, C. (org) Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos urbanístico e arquitetônico e qualidade construtiva. Brasília: Unb, FAU, 2015.

BOGDAN, R. E TAYLOR, S. *Introduction to qualitative research methods: A phenomenological approach to the social sciences*. New York: J. Wiley, 1975.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*. vol. xxix, 1994.

_____. Origens da habitação social no Brasil. *Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. Estação Liberdade, FAPESP, São Paulo, 1998.

_____. O Programa de Arrendamento Residencial – PAR: acesso diferenciado à moradia e à cidade. *Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*. Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. RISCO. São Paulo, 2008.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, v. 1, n. 1, p. 70-104, 2008.

_____. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida. *Teoria e Debate*. N.82, maio/jun. São Paulo, 2009.

_____. Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil. AP Koury – SESC, São Paulo, 2014.

BORJA, J. Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. *Arquitextos*, revista digital Vitruvius, 072.03, ano 06, maio 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353>.

BORJA, J. Fazer cidade na cidade actual. Centros e espaços públicos como oportunidades. In BRANDÃO, P.; REMESAR, A. (coord.) *Espaço Público e Interdisciplinaridade*, Centro Português do Design, Lisboa, 2000.

BORJA, J.; MUXI, Z. *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona. *Electa*, 2003.

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*, 3. Ed., São Paulo, Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. (coord). *A miséria do mundo*. 5ª. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 2003.

BRASIL. Decreto N° 843, de 11 de outubro de 1890.

_____. Decreto N° 3.151, de 9 de dezembro De 1882.

_____. Decreto N° 2.407, de 18 de janeiro De 1911.

- _____. Decreto Nº 4.209, de 11 de dezembro de 1920.
- _____. Decreto Nº 14.813, de 20 de maio de 1921.
- _____. Decreto Nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923.
- _____. Decreto Nº 21.326, de 27 de abril de 1932.
- _____. Decreto Nº 22.872, de 29 de junho de 1933.
- _____. Decreto-Lei Nº 9.218, de 1º de maio de 1946a.
- _____. Decreto-Lei Nº 9.777, de 6 de setembro de 1946b.
- _____. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001.
- _____. Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005.
- _____. Decreto Nº 5.790, de 25 de maio de 2006.
- _____. Lei Nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.
- _____. Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009.
- _____. Lei Nº 12.424, de 16 de junho de 2011.
- _____. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conselho das Cidades. Página de internet <<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades> Acesso em: outubro de 2015
- _____. Instrução Normativa Nº 8 de março de 2009.
- _____. Portaria Nº 93, de 24 de fevereiro de 2010.
- _____. Portaria Nº 325 de 7 de julho de 2011.
- _____. Portaria Nº 518, de 8 de novembro de 2013.
- _____. Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014.
- _____. Programa Habitar Brasil – HBB. Página de Internet. <<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/progrmas-e-aco-es-snh/67-snhsecretarianacional/programas-e-aco-es/106-hbb>>. Acesso em: janeiro de 2017a.
- _____. Programa Habitar Brasil/BID – Regulamento Operacional. Maio de 2004. Página de internet: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/OrintacaoOperacional/RegulamentoOperacional-1-20.pdf>> Acesso em: 24 de julho de 2016
- _____. Secretaria Nacional de Habitação. Plano Nacional de Habitação: versão para debates. Brasília: Ministério das Cidades. 2010.
- BUTTNER. *“Hogar, campo de movimento y sentido del lugar”*. In: GARCÍA RAMON, M^a. D. *Teoría y método en la geografía humana anglosajona*. Barcelona: Ariel, 1985
- CALABI, Donatella. História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares. Tradução Marisa Barda, Anita Di Marco. Perspectiva, São Paulo, 2012.

CALDEIRA. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CAIXA. Programa de Arrendamento Residencial – PAR. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/programas_habitacao/par/saiba_mais.asp>. Acesso em: jan de 2017

CAMPINAS, Plano Diretor de 2006.

_____, Plano Diretor de 2006.

_____, Plano Local de Gestão Urbana da Macrozona 5, 2012.

_____, Plano Local de Gestão Urbana da Macrozona 5, 2012.

_____, Plano Local Habitação de Interesse Social, 2011.

_____, Plano Local Habitação de Interesse Social, 2011.

CARDOSO, A. L.; ARAUJO, F. S.; JAENISCH, S. T. Morando no limite: sobre padrões de localização e acessibilidade do Programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro. Belo Horizonte: ANPUR, 2013.

CARLOS, A. F. O lugar no /do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2004. Disponível em <http://www.righttothecityplatform.org.br/download/publicacoes/Carta%20Mundial%20do%20Direito%20C3%A0%20Cidade.pdf> acesso em 26/03/2017

CARVALHO, Lizete. TRABALHO TÉCNICO SOCIAL X MEIO AMBIENTE NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS PÚBLICOS BRASILEIROS. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. REGET-CT/UFMS (e-ISSN: 2236-1170), v(4), n°4, p. 593 - 607, 2011.

CASTAÑO, R. *Colombia y el Modelo Neoliberal*. In: *Revista del Centro Regional de Investigación Humanística, Económica y Social (CRIHES), Universidad de los Andes*. Venezuela. 2002. Disponível em: http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/17535/ricardo_castano.pdf;jsessionid=930061E4EF7A47207D1ECF2565D12AB4?sequence=2. Acesso em: 26 de out. 2019

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, A. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. Contributos para uma reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. Revista cidades, comunidades e territórios, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p. 53-67, 2002.

CERTEAU, Michel de. A invenção do quotidiano. Petrópolis, Vozes. 1990.

COLOMBIA. (1991). *Constitucion Política de Colombia, 1991*. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Colombia/colombia91.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2019.

COLQUHOUN, Alan. Modernidade e Tradição Clássica. Ensaios sobre arquitetura 1980 – 87. Tradução: Christiane Brito; Prefácio: Roberto Canduru. Cosac & Naify. São Paulo, 1989.

CONNECTIVE SPACES. *Parque Lineal La Herrera*. 2011. Disponível em: <https://connectivespaces.com/post/3493517412/local-connective-space-parque-lineal-la-herrera>. Acesso em: 20 de out. 2019

CORREA, J.S. *Urbanismo y Transporte: El Tranvía de Medellín (1919-1950)*. In: *Latin American Studies Association (LASA)*, Mar. 2003. Dallas. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/CorreaJuanSantiago.pdf>. Acesso em 15 de out. 2019.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

COUSO, Javier. Encontros e desencontros: balanço do estado da prática democrática na América Latina. In: **Revista USP - São Paulo**, n. 109, p. 67-74, abril/maio/junho, 2016.

CUNHA, J.M.P.; JIMÉNEZ, M.A. *The process of cumulative disadvantage: concentration of poverty and the quality of public education in the Metropolitan Region of Campinas. Working paper presented at the Conference on Spatial Differentiation and Governance in the Americas, Austin, Texas, November 17-19, 2006.*

DA SILVA, M. A. S. Por uma geografia das emoções. *GEOgraphia*-Ano. 18 - Nº38. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13775/8975>. Acesso em 09 de dez. 2019.

DASCAL, G. y SEGOVIA, O. *Espacio público: participación y ciudadanía*. Santiago: Ediciones SUR, 2000.

DELEUZE, G., & GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 4. Rio de Janeiro: Editora 34. 1997.

DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del modelo Barcelona*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2007

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Página Institucional. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/>. Acesso em: 30 de out. 2019.

DIAS, Cleidson N. Redes de cooperação sócio-territorial como estratégia para a implementação de políticas públicas. In: *Revista Espacios*. Vol. 33 (3) 2012. Pág. 15. 2011. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a12v33n03/123303151.html>

DIONNE, Hugues. A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local. Liber Livro Editora, Brasília, 2007.

ECHEVERRI; VALENCIA. *Pui Nororiental. Medellín*, Colombia: Disponível em: <http://alejandroecheverri-valencia.co/pui-nororiental/2k72vgotxz0v0fffc7rvkff5bd692g>. Acesso em: 29 de out. 2019

_____. *Pui Nororiental (Parque de la Imaginación). Medellín, Colombia*. Disponível em: <http://alejandroecheverri-valencia.co/pui-nororiental/11n1legmrfgscye7bo3j1itzz5osq6o>. Acesso em: 29 de out. 2019

EL COLOMBIANO. Este lunes será desmontado el puente de Santo Domingo tras colapso. Publicado em 20 de outubro de 2013. Medellín, Colombia. Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/historico/puente-de-santo-domingo-no-es-prioritario-y-sera-desmontado-dagrd-GYEC-265928>. Acesso em: 28 de out. 2019

EMPRESA DE DESARROLLO URBANO, EDU. Página Institucional. Disponível em: <http://www.edu.gov.co>. Acesso em: 22 de out. 2019

FAYAD, Karime; BESCIAK, Nadia C. Cidade e diversidade: perspectivas para o próximo urbanismo. In: XVII ENANPUR: Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?. São Paulo, 2017.

FERNANDES, Edésio. LA CONSTRUCCIÓN DEL “DERECHO A LA CIUDAD” EN BRASIL: CAPÍTULO XVI: LA CIUDAD Y EL DERECHO, s/ data. Disponível em: https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/%25f/ agora/files/edesio_fernandes.pdf

FERREIRA, João Sette Whitaker. Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano, editora FUPAM. São Paulo, 2012.

FINO, C. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais, Universidade da Madeira, 2006. Disponível em: <http://www.uma.pt/carlosfino/publicacoes/22.pdf>.

FINO, C. FAQs, etnografia e observação participante. Revista Europeia de Etnografia da Educação, 2003.

FIX, M.; ARANTES, P. Minha Casa Minha Vida, o pacote habitacional de Lula. Correio da Cidadania, 30 jul. 2009. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/especiais/66-pacote-habitacional/3580-31-07-2009-minha-casa-minha-vida-o-pacote-habitacional-de-lula>

FORTY, A. *Words and Buildings: A Vocabulary of Modern Architecture*. Thames & Hudson. London, 2000.

FOUCAULT. M. O cuidado com a verdade. In: Ewald, F. O Dossier – últimas entrevistas. Rio de Janeiro : Taurus. 1984

FREIRE, P.; BETO, F., *Essa Escola Chamada Vida*, Editora Ática, 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Eleusina – *Lavôr Holanda de. Loteamentos Fechados*. São Paulo, SP: USP, 2008.

FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda. Como qualificar conjuntos habitacionais populares. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2004. 200p. Da dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas em 2002.

FURTADO, Celso. A nova dependência. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo, SP: Perspectiva, 2013.

GENZUK, M. "A *Synthesis of Ethnographic Research*": Disponível em: http://www.rcf.usc.edu/~genzuk/Ethnographic_Research.html. 1999

GENZUK, M. *A Synthesis of Ethnographic Research. Occasional Papers Series. Center for Multilingual, Multicultural Research (Eds.). Center for Multilingual, Multicultural Research, Rossier School of Education. Los Angeles: University of Southern California, 1993.*

GLOBAL DESIGNING CITIES INICIATIVE. **Case Study 1: Calle 107; Medellín, Colombia.** New York. Disponível em: <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/streets/streets-informal-areas/recommendations/case-study-1-calle-107-medellin-colombia/> Acesso em: 30 de out. 2019

GOMES, Maria de Fátima C. M. Habitação e questão social - análise do caso brasileiro. In: Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona, 2005. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-26.htm>

GÓMEZ, Martínez, J. *En qué momento se jodió Medellín.* Medellín: Oveja negra, 1991.

GONÇALVES, B. S. Parecer Psicossocial: Caso Reformatório Krenak. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0186.pdf>

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere.* Edição crítica de Valentino Gerratana. Torino, Einaudi, 4 v. 1977.

HABERMAS, Juergen. Arquitetura moderna e pós-moderna. Conferência proferida por Habermas por ocasião da abertura da exposição A Outra Tradição — Arquitetura em Munique de 1800 à Atualidade, em novembro de 1981. Publicada originalmente na revista Der Architekt nº 2, 1982, e incluída posteriormente com acréscimos no livro Die Neue Unuebersichtlichkeit, Frankfurt, 1985, pp. 11-29. Tradução feita do alemão a partir da versão de 1985. Tradução: Carlos Eduardo Jordão Machado, 1987.

HABERMAS, J. **A Transformação Estrutural da Esfera Pública: Investigações Sobre Uma Categoria da Sociedade Burguesa.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2012.

HAMMERSLEY, M. *Reading Ethnographic Research: A Critical Guide.* London: Longman, 1990.

HANSEN, R. S. *El espacio público en el debate actual: una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno.* Eure, Santiago, v. 28, n. 84, 2002.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade, HUCITEC, São Paulo, 1980.

_____. *Urbanismo y desigualdad Social.* Madrid: Siglo XXI. 2007

- _____. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Trad. João. Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Le Capitalisme contre le droit à la ville: Néoliberalisme, urbanisation, résistances*. Éditions Amsterdam, Paris, 2011.
- _____. *Rebel cities*. Londres: Verso, 2012.
- _____. A liberdade da cidade: Cidades Rebeldes, Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo, São Paulo. 2013.
- HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. Tradução revisada e apresentação: Márcia Sá Cavalcante Schuback; posfácio de Emmanuel Carneiro Leão. 2ª edição – Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2007.
- HOBBSBAWN, E. “A outra história – algumas reflexões”, in: KRANTZ, F. (org.). *A outra História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- INDOVINA, F. O Espaço público-tópicos sobre a sua mudança. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p.119-123, 2002.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades / Jane Jacobs*; tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, (1961), 2011.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber*, Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JÁUREGUI, Jorge Mario. *Estrategias de Articulación Urbana*. Nobuko, Buenos Aires, 2012.
- JABBA, Andrés S. *La Reinención de Medellín*. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-25962013000100006
- KANT, I.; DOS SANTOS, M. P.; MORUJÃO, A. F. *Crítica da razão pura*. Fundação Calauste Gulbenkian. 2001.
- KAWACHI, I *et al.* *Social capital, income inequality and mortality*. *Am J Public Health* 1997; 87:1491-8.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 1983.
- LANE, Silvia T. Maurer. *O que é psicologia social / Silvia T. Maurer Lane*. — São Paulo : Brasiliense, 2006.
- LAUREANO, Pedro Sobrino e PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Três pontos de vista sobre o capitalismo atual: um estudo a partir de Harvey, Jameson, Zizek, Deleuze e Negri. *Psicol. Soc.* [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.02-11. ISSN 1807-0310. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100002>.

LEFEBVRE, H. *El derecho a la ciudad*. Tradução de J. González-Pueyo. Barcelona: Ediciones Península, (1967; 1968), 1975.

_____. Henri. O direito à cidade. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969a

LEITE, A. F. O Lugar: duas acepções geográficas. Anuário do Instituto de Geociências. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 17, n. 49, 2002.

LEITE, Anderson Aquiles Viana; WOJCIECHOWSKI, Ruan Cristian; PIROLI, Regiane. Programa Minha Casa Minha Vida versus déficit habitacional no estado de Santa Catarina: uma análise comparativa. Revista Tecnológica / ISSN 2358-9221, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 157 - 176, nov. 2018. ISSN 2358-9221. Disponível em: <<https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/301>>. Acesso em: 05 dec. 2019.

LOPERA Pérez, Juan Diego; AVENDAÑO, Diana Patricia González; SÁNCHEZ MAZO, Liliana María. Entre luchas sociales y avances jurídicos para la garantía de derechos. In: Barrios populares Medellín: favelas São Paulo / organização de Maria de Lourdes Zuquim, Liliana María Sánchez Mazo e colaboração Yvonne Mautner. São Paulo: FAUUSP, 2017.

LOPERA Pérez, Juan Diego; AVENDAÑO, Diana Patricia González; SÁNCHEZ MAZO, Liliana María. Intervenciones urbanas en asentamientos precarios de Medellín, 1980-2011. In: Barrios populares Medellín: favelas São Paulo / organização de Maria de Lourdes Zuquim, Liliana María Sánchez Mazo e colaboração Yvonne Mautner. São Paulo: FAUUSP, 2017.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARANDOLA e DAL GALLO, Jr Eduardo e Priscila M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. Revista brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n2/10.pdf>

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In Espaço & debates 45. Revista de estudos regionais e urbanos – v. 24 n. 45 jan/jul, São Paulo, 2004.

MARICATO, Ermínia T. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Para entender a crise urbana. S.Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana, Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

_____. “Habitação e cidade”. Atual Editora, São Paulo, 1999

_____. O Impasse da Política Urbana no Brasil. São Paulo, Vozes, (2012), 2017.

_____. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo: Carta Maior, São Paulo, 2013.

MARQUEZ, G.G. *Amor en los Tiempos del Cólera*. Barcelona: Editora del Bolsillo, 10ª ed., 2008.

MARX, C. *Manuscritos Econômico-Filosóficos E Outros Textos Escolhidos*. Seleção de textos realizados por José Arthur Giannotti; Traduções conduzidas por José Carlos Bruni (et al.). 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAZNIK, R.; ALMEIDA, M. **Projeto Urbano de Medellín**, 2013. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/ARQ210AN/projeto-urbano-de-medelln-raissa-e-muara>

MAZO, L. et al. *Entre luchas sociales y avances jurídicos para la garantía de los derechos*. In: **Barrios Populares Medellín Favelas São Paulo**. Org. Zuquim, M.L e Mazo, L. colab. Mautner, Y. São Paulo 2017. pp. 20-32.

MAZO, L.; BALLESTEROS, L.A. *Viejas y nuevas apropiaciones del espacio público*. In: **Barrios Populares Medellín Favelas São Paulo**.Org. Zuquim, M.L e Mazo,L. colab. Mautner, Y. São Paulo, 2017. pp. 120-132.

MAZO, L.; PÉREZ, J.L. *Intervenciones urbanas em asentamientos precários Medellín, 1980-2011*. In: **Barrios Populares Medellín Favelas São Paulo**. Org. Zuquim, M.L e Mazo, L. colab. Mautner, Y. São Paulo 2017. pp. 33-44.

MEDELLÍN CÓMO VAMOS. La desigualdad em Medellín sigue siendo Muy Alta. Medellín, Colombia. 2018. Disponível em: <https://www.medellincomovamos.org/la-desigualdad-en-medellin-sigue-siendo-muy-alta/>. Acesso em: 30 de out. 2019

MEDELLÍN. Resolución n° 20, 16 de enero de 2014. Por medio del cual se adopta el manual de contratación del Instituto Social de Vivienda y Habitat de Medellín- ISVIMED, 2014. Disponível em: <http://isvimed.gov.co/wp-content/uploads/2019/05/Resoluci%C3%B3n-20-de-2014-Adpota-el-Manual-de-Contrataci%C3%B3n.pdf>. Acesso em: 23 de out. 2019.

MELLO, G. "Considerações sobre o urbano na atual dinâmica de acumulação de capital" in 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social no Tema: "Restauração conservadora e novas resistências" Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017.

MERLIN, J. R. Plano Diretor Participativo: questões recorrentes. In *Políticas Integradas em Rede e a Construção de Espaços Saudáveis: boas práticas para a Iniciativa do Rostos, Vozes e Lugares*. 1ª Edição, Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

METTENHEIM, K. E. Para uma Análise Transdisciplinar dos Bancos Públicos Federais na Democracia Brasileira. In: Jayme, Frederico G. Jr., e Crocco, Marco. (Org.). *Bancos Públicos e Desenvolvimento*. 1aed.Rio de Janeiro: IPEA, 2010ª

_____. *Federal Banking in Brazil. Policies and Competitive Advantages*. London. Pickering & Chatto, 2010b

_____. *Commanding Heights: Para Uma Sociologia Política dos Bancos Federais Brasileiros*. RBCS Vol. 20 n°. 58. jun 2005

MINAYO, M. C. S. Introdução: conceito de avaliação por triangulação de método. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2002.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2003.

MINISTERIO DE VIVIENDA. (2014). **Página Institucional**. Disponível em: <http://www.minvivienda.gov.co>. Acesso em: 20 de out. 2019

MISSE, M. A violência como sujeito difuso. In: Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças. Org: Jandira Feghali [et. al.]. Rio de Janeiro, 2006a.

_____ . Crimes e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Lúmen Júris Rio de Janeiro, 2006b.

_____ . Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação. 2003. Disponível no site: http://www.segurancacidade.org.br/biblioteca/texto/k6_ccrime.pdf.

MONTANER, Josep Maria. Depois do movimento moderno. Arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona, Gustavo Gili, 2001.

MONTANER, J e MUXI, Z. Arquitetura e Política - ensaios para mundos alternativos / Josep Maria Montaner e Zaida Muxi, Gustavo Gili, São Paulo, 2014.

MONTGOMERY, C. *Happy City: Transforming Our Lives Through Urban Design*. New York, Farrar, Straus and Giroux, 2013.

MORIN, Edgar, Introdução ao Pensamento Complexo / Edgar Morin; tradução: Eliane Lisboa. 4ª ed. – Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. Revista Formação (Presidente Prudente), n. 14, v. 2, p. 48-60, 2008.

MOREIRA, T. A. *Falta o falsa política habitacional y del suelo. Ciudades. Puebla/México*, n. 95, pp. 39-46. 2012.

MOREIRA, T. A.; RIBEIRO, J. T. A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação: considerações a partir do início do século XXI. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 15-31, abr 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3501>

MOTA, Daniela A. Análise histórica de uma zona urbana. Caracterização do Parque das Camélias e sua envolvente. Dissertação Mestrado. Universidade Lusófona Do Porto. Faculdade de Comunicação, Architectura, Artes e Tecnologias da Informação. Porto, 2015.

MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO NETO, P.; MOREIRA, T. DIMENSÃO METROPOLITANA DA POLÍTICA HABITACIONAL Mercator, Fortaleza, v. 16, e16027, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16027>

NARCISO, F.; ALEXANDRA C. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, n. 2, v. 9, set. 2009. disponível em: <http://www.redalyc.org/html/4518/451844629002/>

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Existencia, Espacio y Arquitectura*. Barcelona: Editorial Blume, 1975.

OKRETIC. Gabrielle A. V. W. As ações de mitigação do risco vistas de perto: transferência dos atingidos por enchentes no ribeirão Piçarrão para conjuntos habitacionais em Campinas. SP. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Urbanismo PUC Campinas, 2013

ONU-HABITAT. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Relatório: Estado das Cidades da América Latina e do Caribe 2012 – Rumo a uma nova transição urbana. 2012. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2012/08/21/Estado-de-las-Ciudades-de-America-Latina-y-el-Caribe-2012.pdf>

PARK, Robert, “*La ville comme laboratoire social*”, in Isaac Joseph e Yves Grafmeyer, *L'École de Chicago*, Paris, 1929.

PASTERNAK, S. Habitação e Saúde. Metrôpole e Saúde. Estud. av. vol.30 no.86 São Paulo Jan./Apr. 2016

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, M.C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v.35, 2016

PAZ, Rosangela D. O. da e TABOADA, Kleyd Junqueira. CONCEITOS BÁSICOS PARA INTERVENÇÕES HABITACIONAIS. In Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social. MINISTÉRIO DAS CIDADES. CURSO À DISTÂNCIA, 2010.

_____. da. Dimensões e Indicadores de Participação Social na Avaliação de Programas Habitacionais. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC-SP, 2002.

_____. Participação Social, Democracia e Cidadania: resgate do debate conceitual dos anos 1990 no Brasil. XIII ENPESS. Anais. Juiz de Fora/MG, 2012.

PDL 2001-2003

PDL 2004-2007

PDL 2008-2011

PÉREZ, J., AVENDAÑO, D., MAZO, L. *Entre luchas sociales y avances jurídicos para la garantía de derechos in Barrios populares Medellín Favelas São Paulo* / organização de Maria de Lourdes Zuquim, Liliana María Sánchez Mazo e colaboração Yvonne Mautner. São Paulo : FAUUSP, 2017.

PÉREZ, J.L.; GONZÁLEZ, D.A. *La vivienda: derecho o mercancía?* In: **Barrios Populares Medellín Favelas São Paulo**.Org. Zuquim, M.L e Mazo,L. colab. Mautner, Y. São Paulo 2017. pp. 108-119.

PÉREZ, Juan Diego Lopera. Entrevista realizada em fevereiro de 2019.

PINTO, J. B., ANGEL, M. A. e REYES, V. Texto elaborado para o *Taller de metodología de investigación para capacitación campesina*, organizado pelo IICA/OEA, Venezuela, CIARA, 1973.

PINTO, João Bosco Guedes. *Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação*. Belém: UFPA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

Plan Desarrollo Local (Medellín)

POT – *Plan de Ordenamiento Territorial*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Plano Diretor de Campinas. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2006.

QUINCHÍA, Suly Maria R. *Discurso y producción de ciudad: un acercamiento al modelo de urbanismo social en Medellín, Colombia*: Cuadernos de Vivienda y Urbanismo, Medellín. 2013.

RIBEIRO, J. S. A cultura e a (des) diferenciação do espaço público. In: IV Congresso Português de Sociologia, 2000. Actas do IV Congresso Português de Sociologia Coimbra, p.1-14, 2000.

RIBEIRO, Claudia Maria Lima. *Ou é casa ou é nada: um estudo sobre a lógica de ocupação dos espaços construídos à margem da legislação no município de Campinas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

RIBEIRO, Wagner Costa. Impactos das mudanças climáticas em cidades no Brasil. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n.27, 2008.

RIBEIRO, C. B. C. e MERLIN, J. R. *A ocupação de espaços livres em áreas de vocação agrícola em Campinas, SP*. XI COLÓQUIO QUAPA SEL – Quadro do Paisagismo no Brasil Salvador – BAHIA – UFBA, 2016.

ROCHA, Marisa L. e AGUIAR, Katia F. *Pesquisa-Intervenção e a produção de novas análises*. IN *PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO*, 2003.

ROLNIK R. *A Cidade e a Lei, legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, NOBEL, FAPESP, São Paulo, 1997(1ª edição 1988).

_____. *O que é Cidade*. Editora Brasiliense, São Paulo, 2012.

_____. *O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação*. Cad. Metrop., São Paulo, 2015

_____. *Guerra dos lugares*. Boitempo, São Paulo, 2015.

ROLNIK, R. et al. - *O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação*. Cad. Metrop., São Paulo,

v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306> Acesso em: Jan. de 2017.

ROLNIK, R.; IACOVINI, R. F. G.; KLINTOWITZ, D. Habitação em municípios paulistas: construir políticas ou “rodar” programas? R. B. Estudos Urbanos e Regionais V.16, N.2, p.149-165, / NOVEMBRO 2014.

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais I Marshall B. Rosenberg ; [tradução Mário Vilela]. - São Paulo: Ágora, 2006.

RUFINO, M. B. et al. A produção do Programa PMCMV na Baixada Santista: habitação de interesse social ou negócio imobiliário? In: Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z., RUFINO, M. B. C (Orgs).. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015b.

RUFINO, M. B. Um Olhar Sobre a Produção do PMCMV A Partir de Eixos Analíticos. In: Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z., RUFINO, M. B. C. (Orgs). - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015a.

SÁENZ, L.. **Medellín recebe prêmio internacional por sua transformação urbana.** In: Arch Daily Revista eletrônica. 2016 Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/785268/medellin-recebe-premio-internacional-por-sua-transformacao-urbana>. Acesso em: 23 de out. 2019

SANTO ANDRÉ, PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ; Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. História oral com participação comunitária. São Paulo: Annablume, 2004.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1987.

_____, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Edusp, 1988

_____, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993

_____, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996

_____, M. Da totalidade ao lugar. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SÁNCHEZ Mazo, L. M. Medellín: uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea /Tese (Doutorado - Área de Concentração: Habitat) – FAUUSP. São Paulo, 2017.

SARLET, I. W. O direito fundamental à moradia na constituição: algumas anotações a respeito de seu contexto, conteúdo e possível eficácia. Revista Brasileira de Direito Público, Belo Horizonte, ano 1, n.02, p. 65-119 - Julho/Setembro, 2003.

SAUNDERS, Cidade de Chegada: A migração final e o futuro do mundo (Português) DVS Editora, Rio de Janeiro. 2013

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP - Espaço e Tempo, n.º 15: São Paulo, 2004.

SHIMBO, L. Z. Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese de Doutorado (Programa de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo (USP), 2010.

SILVA, Carlos Alberto Mororó. Considerações sobre o espaço urbano de Maringá – Pr: do espaço de floresta à Cidade-Jardim, representação da “cidade ecológica”, “cidade verde”. Florianópolis. 229f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SILVA, F. R. M. Gestão do desenvolvimento territorial em empreendimentos de habitação social no Brasil / Francisco Raniere Moreira da Silva. Tese de doutorado – 2017.

SILVA, G. J. P. O Trabalho Social da Caixa. Seminário Trabalho Social em Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano. FGV-EAESP. Apresentação. 26 set. 2015.

SILVA, G. J. P. Contribuições para a Habitação Social: uma análise de implementação do Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida-FAR /dissertação de mestrado - 2017.

SILVA, L.E.V. *Relatoria Corte Constitucional Colombia*. 2012. Disponível em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2012/T-707-12.htm>. Acesso em: 25 de out. 2019.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. In: Caderno nº 48 do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da UNICAMP. Campinas, 2000.

SILVEIRA, Caio. Guia de Referência: Implementação de Projetos DIST (Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território), 2016.

SIMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. 1997. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>.

SINGER, Paul. Introdução À Economia Solidária. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

SOARES, Rodrigo Maurício Freire. O não-lugar da comunicação comunitária: relações públicas e construção dialógica no programa “Minha casa, minha vida”. ANO 14 • NÚMERO 26 • 1º SEM. 2017 • ORGANICOM, 2017

SOUZA, Marcelo L. Conceitos Fundamentais Da Pesquisa Socio-espacial. Ed. BERTRAND BRASIL, Rio de Janeiro, 2016.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; SERRANO, Miguel Malo. O Plano Diretor: uma ferramenta para o desenvolvimento das políticas públicas de um município potencialmente saudável. Campinas: Unicamp – Depto. de Medicina Preventiva; Organização Pan-Americana de Saúde, 2006.

TAMAYO, A.L.; BALLESTEROS, L. *Formación histórica y Proyecto Urbano Integral: tensiones por la inclusión social*. In: **Barrios Populares Medellín Favelas São Paulo**.Org. Zuquim, M.L e Mazo,L. colab. Mautner, Y. São Paulo 2017. pp. 80-97

TAMAYO, A.L; MAZO, L. *El cotidiano: mirada de los pobladores*. In: **Barrios Populares Medellín Favelas São Paulo**.Org. Zuquim, M.L e Mazo,L. colab. Mautner, Y. São Paulo, 2017. pp. 98-107

TAVOLARI, Direito à cidade: uma trajetória conceitual. Article in: *Novos Estudos - CEBRAP* · March 2016.

THIBAUD, JP. *Le vécu des ambiances. L'ambiance, chemin faisant: vers une perspective internationale*. *Culture Recherche*. 2007. Disponível em: <http://www.culturecommunication.gouv.fr/Etudes-etdocumentation/Publications/Tous-les-numeros-deCulture-et-recherche>.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, (1996), 2011.

TOVAR, C.A. *Ciudad informal colombiana. Barrios contruidos por la gente*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, sede Bogotá, *Facultad de Artes, Maestría en Hábitat, Grupo de Investigación "Procesos Urbanos en Hábitat, Vivienda e Informalidad"*, 2009.

TRINDADE, Thiago A. O que significam as ocupações de imóveis em áreas centrais?. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 79, p. 157-173, Jan./Abr. 2017.

TRIPP, David. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. *Educação e Pesquisa*, 31(3): 443-466, São Paulo, set./dez 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

_____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Rio de Janeiro: Difel, 1983.

_____. *Medo da Cidade*. In.: *Paisagens do medo*. São Paulo: EdUNESP, 2005.

URBAM-EAFIT. *Guía Medellín Proyecto Urbano Integral PUI (Comuna Nororiental)*. 2014. Disponível em: <http://www.eafit.edu.co/wuf/guia-medellin/Paginas/pui-nororiental.aspx#.XbL-ruhKjIU> . Acesso em: 24 de out. 2019.

URBAM-EAFIT. *Medellín Modelo de Transformação Urbana-Projeto PUI*. Medellín. 2012-2015 Disponível em: http://www.eafit.edu.co/centros/urbam/articulos-publicaciones/Documents/urbam%20EAFIT%202013%20Sistematizacion_Urbanismo_Social_Español_.pdf. Acesso em: 25 de out. 2019

URBAN DESIGN PRIZE. *Medellín Map*. Link indisponível.

VALENCIA, L. *Drogas, conflito e os EUA. A Colômbia no início do século*, Dossiê América Latina *Estud. av.* vol.19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005 disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000300010>

VANNUCHI, Luanda et al., Inserção urbana no MCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo in XVI ENANPUR, 2015.

VAZ, Lilian F. Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, Século XIX e XX. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2002.

VELASQUEZ, Carlos. Entrevista realizada em 2019.

VAZ, Lilian F. Modernidade e Moradia – Habitação coletiva no Rio de Janeiro, Século XIX e XX, Ed. 7 Letras, Rio de Janeiro, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WACQUANT, L.. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. 2ª ed. Revan. Rio de Janeiro, 2005.

WEIL, Simone. O desenraizamento. In: BOSI, Ecléa (org.). A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ZAPATA, Ismaria. Entrevista concedida à pesquisadora Gabrielle Astier. Medellín, fev. de 2019.

ZUQUIM, Maria de Lourdes; SÁNCHEZ MAZO, Liliana María; MAUTNER, Yvonne Miriam Martha. Barrios populares Medellín: favelas São Paulo. [S.l: s.n.], 2017.

Sites consultados:

<http://alejandroecheverri-valencia.co/pui-nororiental/#itemId=57504692b654f98f7252fcef>

<http://alejandroecheverri-valencia.co/pui-nororiental/11n1egmrfgscye7bo3j1itzz5osq6o>

<http://bibliotecagranizal.blogspot.com/p/historia.html>

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politicas_integradas_rede_construcao.pdf

<http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/auralp.htm> (último acesso 20/09/2017)

<http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/modules/com-whap.htm> (último acesso 20/09/2017)

<http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/modules/mob-bep.htm> (último acesso 20/09/2017)

<http://connectivespaces.com/post/3493517412/local-connective-space-parque-lineal-la-herrera>

<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/11/bairro-do-programa-do-governo-fica-sem-saude-e-educacao-diz-estudo.html>

<http://isvimed.gov.co/wp-content/uploads/2019/05/Resoluci%C3%B3n-20-de-2014-Adpota-el-Manual-de-Contrataci%C3%B3n.pdf>

<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/CorreaJuanSantiago.pdf>

http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/de_perto_de_dentro.pdf

<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Colombia/colombia91.pdf>

<http://w0ww.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>

<http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/fundo-socio-ambiental/Paginas/default.aspx>

<http://www.capacidades.gov.br/noticia/197/serie-especial-sobre-desenvolvimento-urbano#prettyPhoto>

<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2012/T-707-12.htm>

http://www.eafit.edu.co/centros/urbam/articulos-publicaciones/Documents/urbam%20EAFIT%202013%20Sistematizacion_Urbanismo_Social_Espa%C3%B1ol.pdf

<http://www.eafit.edu.co/wuf/guia-medellin/Paginas/pui-nororiental.aspx#.XbL-ruhKjIU>

<http://www.edu.gov.co>

http://www.elcolombiano.com/historico/puente_de_santo_domingo_no_es_prioritario_y_sera_desmontado_dagr-GYEC_265928

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34198305/do1-2018-07-26-portaria-n-464-de-25-de-julho-de-2018-34198278

http://www.labev.uerj.br/textos/tecnicas-pesquisa_documentacao-direta-intensiva.pdf

<http://www.minvivienda.gov.co>

<http://www.nutes.ufrr.br/abrapec/viiienpec/resumos/R0528-1.pdf>

<http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral/>

http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/17535/ricardo_castano.pdf;jsessionid=930061E4EF7A47207D1ECF2565D12AB4?sequence=2

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000100012&script=sci_arttext&tlng=es

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300010

<http://www.urbandesignprize.org/past/medellin/map>

https://edisciplina0000000000s.usp.br/pluginfile.php/139985/mod_resource/content/1/O-que-%C3%A9-Psicologia-Social.pdf

<https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/streets/streets-informal-areas/recommendations/case-study-1-calle-107-medellin-colombia/>

https://issuu.com/novosrumos/docs/slide_novos_rumos

<https://pt.slideshare.net/ARQ210AN/projeto-urbano-de-medelln-raissa-e-muara>

<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/territorios/article/viewFile/1384/1301>

<https://unhabitat.org/dubai-award/>

<https://www.archdaily.com.br/br/785268/medellin-recebe-premio-internacional-por-sua-transformacao-urbana>

<https://www.arquilog.com.br/serie-especial-sobre-desenvolvimento-urbano-no-canal-futura/>

<https://www.fapex.org.br/Fapex/Site/Principal/Noticia/detalhe/id/ILc->

<https://www.medellincomovamos.org/la-desigualdad-en-medellin-sigue-siendo-muy-alta/>

https://www.universocentro.com/Portals/0/PDF/Libro_Barrios-Def_baja_indv.pdf

ANEXOS

ANEXO 1

FASES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O programa inicialmente se dividiu em duas fases: a primeira que teve a meta de construção de 1 milhão de unidades habitacionais, entre abril de 2009 e junho de 2011, e a segunda que previa a construção de mais de 2 milhões de UHs, entre junho de 2011 e dezembro de 2014 (AMORE, 2015).

Somente na Fase 2 – com a edição da Medida Provisória nº 514, de 1 de dezembro de 2010 –, o PMCMV passou a ter as primeiras exigências referentes à localização dos empreendimentos e aos parâmetros de implantação²⁴⁹.

Essa normativa avançou ao reconhecer que um programa habitacional com a dimensão do PMCMV não poderia focar apenas na produção de unidades, e que alguns parâmetros mínimos de atendimento por infraestrutura e serviços deveriam ser atendidos (VANNUCHI et al., 2015, p. 6).

Por conta de sua maior agilidade, o PMCMV Fase 2 se tornou o meio para a produção de habitações novas em projetos de urbanização de favelas executados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (AMORE, 2015).

FAIXAS DE RENDA

O programa foi formulado para atender a três faixas de renda diferentes, com metas, mecanismos de contratação e subvenções econômicas distintas (ROLNIK et al., 2015, p. 129):

Quadro 43: Faixas de renda do PMCMV por fases

²⁴⁹ Sobre as normativas que estipularam parâmetros sobre a localização dos empreendimentos, ver p. 14-16 do relatório da pesquisa coordenada pela Raquel Rolnik (2014).

Quadro 4: Faixas de renda do PMCMV por fases

Fase	Faixa	Renda familiar mensal
Fase 1	Faixa 1	Até 1.395,00 reais
	Faixa 2	De 1.395,01 a 2.790,00 reais
	Faixa 3	De 2.790,01 a 4.650,00 reais
Fase 2	Faixa 1	Até 1.600,00 reais
	Faixa 2	De 1.600,01 a 3.100,00 reais
	Faixa 3	De 3.100,01 a 5.000,00 reais

Fonte: Elaboração própria (2015), com base em informações retiradas nas páginas da internet do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Fonte: Amore, 2015.

Na primeira fase do programa a meta foi de 400 mil UHs para a faixa 1, 400 mil para a faixa 2 e 200 mil para a faixa 3. Já na segunda fase, a meta era de 1,2 milhão de UHs para a faixa 1, 600 mil para a faixa 2 e 200 mil para a faixa 3 (ROLNIK et al., 2015). “A Fase 2 também indicou a priorização das faixas inferiores de renda que passaram a responder pela meta de 60% das contratações” (AMORE, 2015, p. 19).

FUNDOS E FORMA DE ACESSO

Faixa 1

Para famílias que se enquadram na faixa 1 do programa “[...] são mobilizados os ‘dinheiros baratos’, que não exigem retorno, sobre os quais não se aplicam juros, admitindo subsídio quase integral para as famílias com renda mais baixa” (AMORE, 2015, p. 20). As operações financeiras são garantidas pelo Fundo Garantidor, lastreado por recursos da União, e que permite a eliminação dos seguros no custo do financiamento. O Fundo de Arrendamento Residencial é utilizado em operações realizadas diretamente pelas prefeituras, construtoras ou em parceria com esses agentes (AMORE, 2015).

A construtora pode apresentar ao órgão financiador a operação completa, com terreno, projetos e licenciamentos, orçamentos e cronogramas. [...] A prefeitura pode disponibilizar terra e promover “chamamentos” para que construtoras apresentem o pacote completo da produção: projetos, licenciamentos e obras (AMORE, 2015, p. 20).

São requisitos às famílias estipulados pelo programa ter: “[...] renda máxima, não ser proprietária de outro imóvel, não ter sido atendida em outro programa habitacional, não ter restrições cadastrais” (AMORE, 2015, p. 21). As famílias recebem pontuação de acordo com o grau de vulnerabilidade que apresentam, obedecendo a

critérios nacionais e municipais do programa, por exemplo: caso seja uma mulher a chefe de família; presença de deficientes físicos na família; estar em área de risco e pontos adicionais colocados por cada município. Sendo o município quem hierarquiza a demanda dos empreendimentos, havendo empreendimentos com “demanda fechada”, em que as famílias advêm de reassentamentos decorrentes de urbanização, de assentamentos precários, projetos de infraestrutura ou estratégias para eliminação de riscos (AMORE, 2015); e empreendimentos com demanda aberta: sorteio.

As famílias beneficiadas, ao longo de dez anos, pagam mensalmente uma parcela “[...] muito pequena do custo individual das unidades, cuja produção é quase integralmente subsidiada pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que recebe aportes do Orçamento Geral da União (OGU) para arcar com os custos do programa” (ROLNIK et al., 2015, p. 130). “Para essa faixa de renda há também a modalidade “Entidades”, em que a construção do empreendimento é contratada junto a organizações representativas de movimentos de moradia” (ROLNIK et al., p. 130), que se responsabilizam pela construção dos empreendimentos e pela indicação dos beneficiários (ROLNIK et al., 2015). O PMCMV Entidades faz a contratação de associações e cooperativas diversas dispostas a fazer a gestão dos empreendimentos por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) (AMORE, 2015).

O contrato entre Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e construtora pode abranger despesas com: aquisição do terreno; implantação de infraestrutura interna; construção das edificações e de equipamentos de uso comum; infraestrutura externa na poligonal do empreendimento nos casos envolvendo o parcelamento de glebas não urbanizadas (ROLNIK, 2014).

O FAR também pode custear ações complementares à implantação do empreendimento, como a construção de equipamentos públicos em suas imediações, a extensão de redes de saneamento básico e ações voltadas à capacitação dos moradores para a gestão condominial. Essas ações não integram o objeto do contrato entre o FAR e a construtora numa operação, nem o cálculo do valor das unidades - embora o cálculo dos recursos disponíveis para a construção de equipamentos e a capacitação para a gestão condominial estejam atrelados ao valor da operação a que estão associados. (ROLNIK, 2014, nota de rodapé 7).

Nessa sistemática, a receita da construtora contratada é inalterável, de modo que sua margem de lucro depende apenas da redução dos custos mencionados. Ganhos na qualidade do projeto, no padrão construtivo e nos atributos urbanísticos do entorno dos empreendimentos são fatores que não exercem qualquer influência positiva sobre a taxa de retorno das construtoras. (ROLNIK, 2014, p. 10).

A margem de lucro das empresas é definida pelo custo de produção das unidades, pelo valor do terreno, pelo custo de infraestrutura e fundações demandado em função das características da gleba e sua localização (ROLNIK, 2014). O programa estabelece um teto para o custo das UHs, diferenciado conforme estado, perfil dos municípios e tipologia. Na Região Metropolitana de Campinas, para casas e apartamentos, esse teto é de R\$ 76.000,00 (ROLNIK, 2014).

A demanda é inteiramente indicada pelos governos locais (ROLNIK et al., 2015). A Construtora é remunerada diretamente pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), “[...] não se sujeitando ao risco de inadimplência dos beneficiários e não exercendo qualquer atribuição relacionada à comercialização dos imóveis.” (ROLNIK et al., 2015, p. 130).

Faixa 2 (“mercado popular”) e Faixa 3:

Para a Faixa 2 e Faixa 3 a construtora, como incorporados de operação, é a responsável pela comercialização das unidades, sendo o contrato de compra e venda firmado entre beneficiário e construtora (ROLNIK et al., 2015). O financiamento é concedido ao beneficiário pela Caixa, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro de crédito concedido pelo Fundo Garantidor da Habitação (FGHab), com abatimento de uma parte da entrada, o que caracteriza uma forma de subsídio direto (ROLNIK et al., 2015). Sendo parte dos recursos provenientes do FGTS, exige retorno financeiro e cobrança de juros. Os aportes orçamentários aplicados são inversamente proporcionais à renda familiar, ou seja, quanto menor a renda, maior o subsídio (AMORE, 2015). Nessa modalidade ainda contam com subsídios “indiretos” decorrentes de uma variação nas taxas de juros (AMORE, 2015).

Quadro 44: Metas quantitativas (unidades e investimento) por fases, faixas de renda e modalidades

Quadro 5: Metas quantitativas (unidades e investimento) por fases, faixas de renda e modalidades

Fase	Faixa	Modalidade	Unidades Hab.	%	Investimento
Fase 1	Faixa 1	FAR	não especificada		28 bilhões de reais
		FDS (Entidades)	30.000	3%	
		Rural (PNHR)	s/ esp.		
	Faixa 1 — total		400.000	40%	
	Faixa 2	FGTS	400.000	40%	
	Faixa 3	FGTS	200.000	20%	
Fase 1 — totais			1.000.000	100%	
Fase 2	Faixa 1	FAR	860.000	43%	125 bilhões de reais
		FDS (Entidades)	60.000	3%	
		Rural (PNHR)	60.000	3%	
		Oferta pública	220.000	11%	
	Faixa 1 — total		1.200.000	60%	
	Faixa 2	FGTS	600.000	30%	
	Faixa 3	FGTS	200.000	10%	
Fase 2 — totais			2.000.000	100%	

Fonte: Elaboração própria (2015) com base em informações da página da internet do Ministério das Cidades e em Cunha (2014).

Fonte: Amore, 2015.

Quadro 45: Tetos máximos dos valores financiados por unidade habitacional (em reais)

Quadro 6: Tetos máximos dos valores financiados por unidade habitacional (em reais)

Tipo de município*	Faixa 1		Faixas 2 e 3	
	Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2
	Valores de 2009	Valores de 2012	Valores de 2009	Valores de 2012
Capitais e municípios das Regiões Metropolitanas de SP, RJ e DF	52.000,00	76.000,00	130.000,00	190.000,00
Mais de 1 milhão de habitantes, demais capitais	46.000,00	76.000,00	130.000,00	170.000,00
Entre 250 mil e 1 milhão de habitantes, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), demais municípios de Regiões Metropolitanas	46.000,00	76.000,00	100.000,00	145.000,00
Entre 50 e 250 mil habitantes	46.000,00	76.000,00	80.000,00	115.000,00
Até 50 mil habitantes	Não se aplica	70.000,00	Não se aplica	90.000,00

*Estão aqui especificados os tetos máximos válidos para o estado de São Paulo e Distrito Federal. Para os demais estados, os valores são menores e variados.

Fonte: Elaboração própria (2015), com base em informações da página da internet do Ministério das Cidades e em Cunha (2014).

Fonte: AMORE, 2015.

ANEXO 2

MARCOS POLÍTICOS DA COLÔMBIA E MEDELLÍN

3.2 A Constituição da Colômbia 1991

A Constituição da Colômbia nasceu como uma resposta vitoriosa às lutas populares para garantir e reconhecer os direitos civis. Trouxe propostas de mudanças, uma delas é a participação regulada como um direito e dever (artigo 95)²⁵⁰. Outras mudanças fundamentais foram a política administrativa e a descentralização fiscal em planejamento urbano, mediante o desenvolvimento da legislação para normalizar a política urbana a nível nacional, com a Lei 152 de 1994, Plano de Desenvolvimento orgânico que "integra o planejamento participativo como um processo político para a construção conjunta dos instrumentos de governança, desenvolvida entre cidadãos organizados e entidades governamentais" (ZUQUIM e SANCHÉZ MAZO, 2017, p. 22), atuando nos níveis nacionais, estaduais e municipais com uma base de participação complementar e reorientação durante todas as fases do processo de planejamento urbano (formulação, implementação, monitoramento e controle).

Este modo de ação abriu espaço para a interação coletiva e para os vários representantes da sociedade para discutirem planos de desenvolvimento urbano, criando um reconhecimento da realidade local como espaço onde se gerencia, ou seja, a gerência do espaço é realizada com a participação ativa de quem mora nele.

Desde 1993, em Medellín a metodologia participativa foi utilizada em práticas de planejamento, abrindo um precedente que deu força para a criação do Sistema Municipal de Planejamento (atualizado em 2007), através da institucionalização do Plano Local e Orçamento Participativo, e se dirigiu à implementação do Plano de Desenvolvimento de Medellín. Essa regra criou o conselho Territorial de Planejamento

²⁵⁰ Artículo 95. La calidad de colombiano enaltece a todos los miembros de la comunidad nacional. Todos están en el deber de engrandecerla y dignificarla. El ejercicio de los derechos y libertades reconocidos en esta Constitución implica responsabilidades. Toda persona está obligada a cumplir la Constitución y las leyes. Son deberes de la persona y del ciudadano: 1. Respetar los derechos ajenos y no abusar de los propios; 2. Obrar conforme al principio de solidaridad social, respondiendo con acciones humanitarias ante situaciones que pongan en peligro la vida o la salud de las personas; 3. Respetar y apoyar a las autoridades democráticas legítimamente constituidas para mantener la independencia y la integridad nacionales; 4. Defender y difundir los derechos humanos como fundamento de la convivencia pacífica; 5. Participar en la vida política, cívica y comunitaria del país; 6. Propender al logro y mantenimiento de la paz; 7. Colaborar para el buen funcionamiento de la administración de la justicia; 8. Proteger los recursos culturales y naturales del país y velar por la conservación de un ambiente sano; 9. Contribuir al financiamiento de los gastos e inversiones del Estado dentro de conceptos de justicia y equidad. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Colombia/colombia91.pdf>

desta cidade e diretrizes estabelecidas para formular planos setoriais e zonais, repassando recursos para a sua realização, um grande passo à frente em como planejar a cidade a partir do reconhecimento de seus habitantes como sujeitos políticos (ZUQUIM e SANCHEZ MAZO, 2017, p 23).

Em 1995 é publicado *Ciudades y Ciudadania* que promulgou o direito à cidade, entendida como um bem público coletivo. Nesse mesmo ano, mediante a Política de Habitação Social Urbana, foi implementado o programa de melhoria integral de bairros, assegurando serviço básico público, equipamentos sociais, infraestrutura física adequada e habitação de qualidade.

Mais tarde, em 1997, a Lei de Desenvolvimento Territorial (*Ley del Desarrollo Territorial*) alterou a Lei de 1989, o POT²⁵¹ (*Plan de Ordenamiento Territorial*)²⁵², propondo a intervenção em áreas de risco para as pessoas em situação de vulnerabilidade, cabendo ao Estado agir no domínio da construção, oferecendo esta como uma alternativa para conter o desenvolvimento informal por "incorporadores clandestinos"²⁵³ ou ilegais. Esta lei foi criada pelo Ministério²⁵⁴ do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e tornou-se referência normativa a partir do qual os planos²⁵⁵ de ordenamento territorial (POT) de nível municipal deverão ser desenvolvidos.

Depreende-se que nos anos 90 houve um passo importante em relação à política, trata-se da transição de uma democracia representativa em direção a uma democracia mais participativa. Esse movimento foi uma conquista de cunho social e representa uma nova fase no âmbito da gestão política. É importante ressaltar que esse processo aconteceu a despeito do prevalecimento de um contexto neoliberal, devendo considerar os efeitos do neoliberalismo e a modernização do Estado, que trouxe, como consequência, o livre mercado e a competitividade. Isso gerou uma dicotomia na governança da Colômbia, uma vez que o Estado deve cumprir seu papel constitucional

²⁵¹ Existem três modalidades de POT: o Plan de Ordenamiento Territorial (POT), para municípios com mais de 100.000 habitantes; Plan Básico de Ordenamiento Territorial (PBOT): para municípios entre 30.000 e 100.000 habitantes; e Esquema Básico de Ordenamiento Territorial (EOT): para municípios com menos de 30.000 habitantes (Disponível em; <http://www.minvivienda.gov.co>)

²⁵² Esse regulamento reúne vários aspectos de desenvolvimento do planejamento urbano e da política, de acordo com as diretrizes do *Ciudades y Ciudadania*. Alguns dos aspectos que o plano aborda são: zona de risco, ambiente natural, área protegida, espaço público, habitação de interesse social, mobilidade, serviços públicos, gestão do solo, patrimônio natural e cultural, etc.

²⁵³ O termo mais usado em Medellín é "incorporadores piratas".

²⁵⁴ Desde a criação deste ministério, se abriu um espaço para legalizar assentamentos urbanos pelo Decreto Nacional 564 de 2006. Esta norma reconhece os direitos urbanos ilegais e prioriza a predominância dos direitos coletivos (meio ambiente e espaço público) e do indivíduo (moradia).

²⁵⁵ A elaboração do plano ofereceu um espaço que permitiu identificar as potencialidades do município e planejar ações prioritárias para seu desenvolvimento, a partir de um ordenamento físico do território.

de garantir direitos e, ao mesmo tempo, oferecer um caminho de livre mercado. (ZUQUIM e SANCHEZ MAZO, 2017).

Um balanço da política colombiana nos níveis nacional e local deixa a percepção de que a norma não é suficiente para garantir o acesso equitativo da sociedade aos serviços urbanos, nem que exista um modelo eficiente de gestão de serviços urbanos e dinheiro que assegure territórios se as desigualdades sociais, uma vez que, no fundo, as causas da exclusão estão relacionadas com a distribuição de renda em nossa sociedade e, portanto, para certos grupos, a capacidade de acessar os serviços da cidade, será sempre restrito (ZUQUIM e SANCHEZ MAZO, 2017, p. 44, tradução da autora).

Ainda que ausente em alguns momentos, ou pouco presente e ineficaz, a busca de soluções por parte do poder público colombiano, mediante a criação de órgãos competentes deve ser evidenciada como tentativa de solucionar os problemas urbanos existentes no território nacional. Foram propostas e implementadas diferentes regulamentações sobre: habitação, saneamento, risco geológico, espaços públicos e melhorias de vizinhança. As implementações de metodologias participativas desenvolveram intervenções que fortalecem a apropriação, o cuidado e a inclusão dos cidadãos nos processos de planejamento. Alguns dos programas que se destacaram através dessa política são: Programa Moravia 1 e 2, Programa Limonar, Programa Abrangente de Melhoramento de Bairros Subnormais em Medellín (PRIMED), Projeto Urbano Integral (PUI) e Programa Integral de Melhoria de Bairro (PMIB).

Marcos Legais sobre temas específicos da Política Urbana

Habitação

No mesmo ano em que a Constituição Política da Colômbia foi promulgada, o direito à moradia digna seguiu na mesma esteira²⁵⁶. Isso gerou uma transferência de funções na construção de habitações e suas políticas habitacionais, passando das mãos do Estado para o mercado, Castaño aponta para o que significou a maior abertura da Colômbia e de outros países emergentes no processo neoliberal iniciado nos anos 90:

[...] ha significado una limitación de las actividades de los gobiernos que se ha convertido en una flagrante violación de la soberanía nacional a instancias de las reformas económicas. Aunque ya existen claras evidencias de que esto en la práctica se está llevando a cabo, cuando se condicionan, por ejemplo, los préstamos, a los países con economías emergentes, a ciertas exigencias hechas por las potencias en materia política, pero fundamentalmente en materia económica o en políticas sociales, que es donde más se ha cedido soberanía (CASTAÑO, 2002, p. 62).

²⁵⁶ Lei 3 de 1991 modificada para a Lei 546 de 1999 de Habitação de Interesse Social.

Desde 1991 a questão da habitação passa a ser apresentada como uma situação de tensão em que se questiona: se a casa é uma mercadoria ou um direito, bem como se o cidadão é portador de direitos ou cliente.

Saneamento básico e risco geológico

Em termos de saneamento básico e risco geológico, os regulamentos colombianos exigem que o estado gerencie os serviços urbanos para infra-estrutura básica e serviços públicos residenciais, bem como para contabilizar os assentamentos localizados em áreas de risco. Fornece soluções para este tema o "Plano de Água" feito em 1995, que permite o acesso à água e esgoto para todas as residências. Mais tarde, no ano de 2010, em uma Assembléia da ONU, a água foi declarada como um direito essencial do ser humano, o que afetou a institucionalização do Programa Mínimo de Água Viva.

Atendiendo a su naturaleza de servicio público, el alcantarillado cobra especial relevancia dentro del ordenamiento constitucional colombiano, pues su prestación contribuye directamente al cumplimiento de la finalidad social del Estado Social de Derecho prevista en los artículos 1 y 2 de la Constitución Nacional que, de acuerdo con el artículo 366 C.N se concreta en el “bienestar general y el mejoramiento de la calidad de vida de la población”. La consecuencia de estos postulados es tal que, como lo ha sostenido la Corte, la legitimidad y la eficacia sustantiva del Estado Social de Derecho “se mide por la capacidad de éste para satisfacer, a través de la prestación de los servicios públicos, las necesidades vitales de la población, mediante el suministro de concretas prestaciones que tiendan a ello y, consecuentemente, de lograr por esta vía la igualdad de las condiciones materiales de existencia de las personas”. Por eso cuando el servicio público de alcantarillado no se presta de manera eficiente (art. 365 C.N), se pone en peligro la posibilidad de hacer realidad la igualdad material entre todos los integrantes de la comunidad y de garantizar la eficacia del Estado Social de Derecho (SILVA, 2012).

Espaço público

Uma nova visão do espaço público é promovida como elemento estruturante dentro do território em decorrência do refinamento da concepção do papel do Estado e do cidadão, encarando o espaço público em seu potencial de gerar impacto na qualidade de vida e bem-estar da população, por isso, para melhorar qualitativamente e quantitativamente os espaços públicos são implementadas um conjunto de leis, tanto para espaços existentes como para novos, que promovam novos objetivos em sua construção, disposição, administração, financiamento, proteção e melhoria. Assim que surgiu o Decreto Nacional 1504 de 1998, regulado pelo POT como marco de ação para

prevalecer o interesse geral sobre o particular, orientando a defesa do espaço público como um elemento fundamental no uso da terra. Outras leis nacionais surgem e tratam do mobiliário urbano e do espaço público, demarcando parâmetros a serem levados em conta para localização e distribuição, decretos para seu desenho e construção, políticas e mecanismos para sua proteção. Nesse sentido, uma contribuição significativa foi a criação do Manual do Espaço Público de Medellín, que interveio junto a ações preventivas para promover o cuidado com o espaço público, tanto as oriundas de ocupações temporárias, quanto permanentes sem licença.

Programa de Melhoramento Integral de Bairros (PMIB)

A política urbana de melhoramento integral de bairros considera um bem coletivo: os serviços públicos, a melhoria da qualidade de vida, oferta de espaço e equipamentos públicos, acessibilidade e mobilidade urbana. O que se busca é criar cidades compactas sustentáveis, com o objetivo de melhorar a qualidade dos bairros mediante propostas embasadas em princípios de segurança, convivência, cidadania, geração de equipamentos, programas educacionais e de saúde, provisão de espaços verdes, criação de áreas educacionais e recreativas, etc. com *accountability* à necessidade de cada bairro.

Participação cidadã

O eixo fundamental do apoio às intervenções urbanas é a participação cidadã, através da articulação entre organizações sociais, agentes do bairro em geral e o Estado. Os mecanismos de deliberação popular são reconhecidos e sua força de coesão é o principal elemento atuante em todas as escalas territoriais, participando da tomada de decisões das políticas públicas, reivindicando e fortalecendo o direito de promover a participação, bem como oferecer instrumentos de treinamento das organizações e dá-las autonomia. Como resultado, o papel da liderança comunitária é fortalecido trabalhando-se na apropriação e empoderamento dos cidadãos e, mediante todos esses mecanismos de ação, a possibilidade de proteger os direitos fundamentais de cada cidadão é melhorada, protegendo a participação social.

O Arquiteto Jorge Pérez, um de nossos entrevistados durante o estágio reconhece a força da participação, mas salienta seus limites:

[...] ni la participación, ni la democracia, ni la planeación es ni perfecta, ni completa, ni plena pero compara con cualquier ciudad del continente

americano los niveles democráticos participativos y técnicos de la planificación de Medellín y por mucho es una de las ciudades, sino la más que más ha profundizado la estructura participativa la estructura democrática y la estructura de planeación, lo cual no quiere decir que falte mucho, lo cual no quiere decir que debería ser aún mejor pero eso es mi opinión [...] (PÉREZ, 2019)

3.5. Planos Nacionais e Locais de Desenvolvimento em Políticas Urbanas e Habitacionais

3.5.1. Plan de Desarrollo Nacional 2002-2006 e 2006-2010

PDN 2002-2006, foi realizada sob a presidência de Álvaro Uribe Velez, visando a redução da pobreza e melhorias em favelas através da construção de políticas que implementassem a inclusão e integração dos assentamentos na estrutura funcional e produtiva da cidade.

PDN 2006-2010, com foco na promoção do conceito de cidades amigas: cidades compactas e sustentáveis, como solução para um dos maiores problemas da cidade.

Nos subsequentes Planos de Desenvolvimento Nacional, as políticas continuam a intervir na habitação, serviço público, planejamento territorial, redução da pobreza, melhorias e espaço público.

3.5.2. Plan Desarrollo Local (Medellín)

PDL 2001-2003: sob o gabinete do prefeito de Luis Pérez Gutiérrez o plano destaca a cultura cidadã, a cidade competitiva e o espaço público. Várias ações foram propostas para serem realizadas, porém, não saíram do papel, um dos fatores do fracasso foi a falta de continuidade política.

PDL 2004-2007: sob o gabinete do prefeito de Sergio Fajardo Valderrama visa liquidar a dívida social com a população mais vulnerável. As instalações tiveram como eixo principal a participação, melhorias no desenvolvimento humano, acesso à educação, atenção às vítimas de violência e pobreza. "O plano foi estruturado em linhas estratégicas: Medellín governável e participativo, um espaço para o encontro do cidadão, produtivo, competitivo e solidário, integrado com a região e o mundo" (ZUQUIM e MAZO, 2017, p 29).

A execução do projeto *metrocable* promoveu iniciativas para geração de espaços públicos, equipamentos, regularização urbana, construção de habitações populares e recuperação de elementos ambientais. O equipamento e o espaço público foram

liderados pelo projeto emblemático dos Parques Bibliotecas como centros integrais, ponto de fortalecimento e desenvolvimento sociocultural. O projeto propõe uma conexão entre o espaço público, a educação e as redes de Bibliotecas. Um exemplo deste projeto é o Parque Biblioteca Espanha em Santo Domingo Savio²⁵⁷.

Para conseguir os objetivos do projeto foram feitos ajustes no POT, com a ligação entre Habitat e Moradia no sistema de estruturação da cidade, fortalecendo o Sistema Municipal de Planejamento, através do reavivamento de cenários de participação. Foram criados mecanismos para a administração e captação dos recursos necessários para a execução dos projetos, a fim de consolidar e executar as políticas municipais.

PDL 2008-2011: o prefeito de Alonso Salazar Jaramillo continua na linha política de intervenção e visa revolucionar o bem-estar social, a solidariedade territorial e a equidade. Utilizando como base as "Linhas estratégicas estruturantes a) Medellín Solidaria e equitativa; b) desenvolvimento e bem-estar para toda a população; c) desenvolvimento econômico e populacional; d) habitat e meio ambiente; e) cidade com projeção regional e global; f) institucionalidade democrática" (ZUQUIM e MAZO, 2017. p. 31). Espaços esportivos recreativos, delegacias, casas de justiça, espaços verdes, etc. também são desenvolvidos com a consolidação da habitação, destacando-se Juan Bobo e posteriormente La Herrera e Moravia.

Entre os instrumentos de planejamento urbano que contribuíram para a realização destes propósitos está: a criação do Observatório de Políticas Públicas da Prefeitura de Medellín (OPM), instância técnica de análise para explorar a evolução das políticas, programas e projetos públicos; a formulação do Plano Estratégico de Habitação 2020. [...] Com a criação do ISVIMED, foram planejadas intervenções para abordar o problema da habitação, em interação com a escala local, nacional e internacional. Para tanto, definiram três componentes: 1) habitação e habitat com os programas: a) melhoria integral dos bairros; b) novos empreendimentos habitacionais institucionais e privados e; c) atenção à população mais vulnerável - população deslocada -; 2) coabitação e habitat que orienta a gestão territorial nos processos de realocação e; 3) agenda pública de habitação, que visa promover um acordo público-privado, especialmente com CAMACOL para estabelecer uma ligação com o sector da construção e administrar o Plano Estratégico da Habitação de Medellín (Pehmed) para 2020, o Programa de Medellín como vamos, e a Veeduría ciudadã, ao Plano de Desenvolvimento de Medellín, 2009. (ZUQUIM e MAZO, 2017, p. 31)

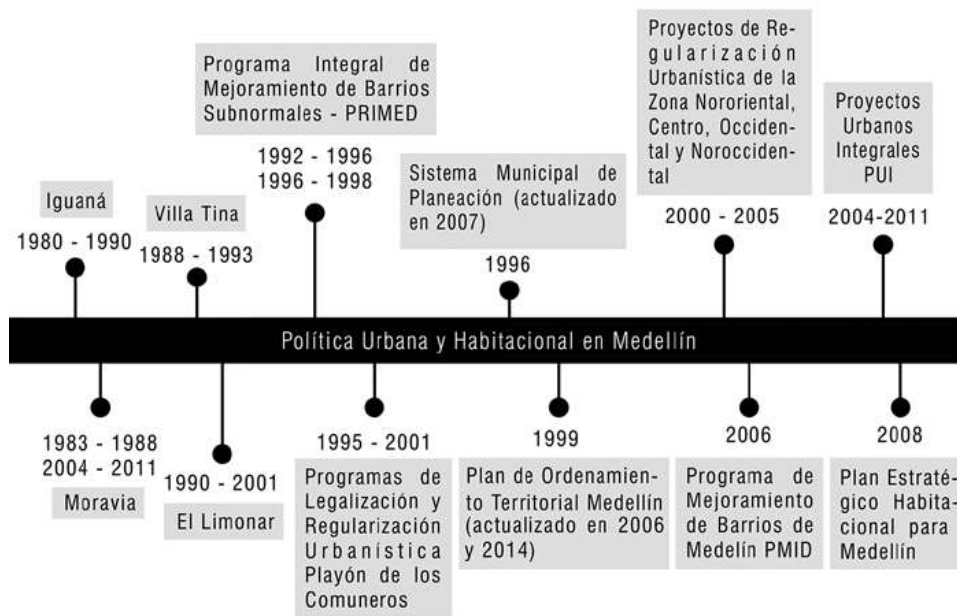
²⁵⁷ O prédio deixou de operar por problemas construtivos, mas a biblioteca continua operando através de projetos em outros locais.

Figura 134: Linha do Tempo da Política Urbana e Habitação na Colômbia, pelo Grupo MASO, 2016.



Fonte: ZUQUIM e SANCHÉZ MAZO, 2017, p. 32.

Figura 135: Cronograma da Política Urbana e Habitacional na Colômbia, do Grupo MASO, 2016.



Fonte: ZUQUIM e SANCHÉZ MAZO, 2017, p. 32.

Antecedentes do PUI - Intervenções Urbanas em Assentamentos Precários (Medellín 1980-2011)

Programa MORAVIA 1 y 2

Outrora um antigo lixão desde 1983 decidiu-se realizar em Moravia um programa de reabilitação para atender a situação de emergência, condições de vida e saúde pública. O programa foi desenvolvido tendo por objetivo atender a dois problemas segundo Zuquim e Sánchez Mazo (2017): "O programa buscou recuperar o setor por meio de intervenções em suas condições físicas e habitacionais, articulando a cidade; também propôs reconhecer a construção social desenvolvida por seus habitantes para constituir o tecido social "(op. cit., p. 34).

No entanto, o programa não foi bem-sucedido. Embora dotado de vontade política a oscilação da gestão pública do município de Medellín ocasionou a falta de continuidade do mesmo. Além disso, podemos destacar como outro fator desestimulante o conflito armado envolvendo grupos rivais pela hegemonia no rentável negócio do narcotráfico e a falta de continuidade política para levar a cabo suas medidas, além da intervenção do conflito de grupos armados que traz uma negligência da administração municipal.

Programa Limonar

Em 1990, com o objetivo de resolver o problema dos assentamentos precários em áreas de alto risco, o Programa Limonar é colocado em prática. A solução oferecida foi a transferência de casas de diferentes setores da cidade para a vila de San Antonio de Prado, no sudoeste de Medellín. Este programa foi realizado com a articulação de vários atores governamentais, sociais e organizações comunitárias. A adaptação das famílias ao novo habitat foi levada em conta em todo o processo.

A experiência trouxe como ponto positivo a significativa redução da vulnerabilidade ambiental e de ocupações em áreas de risco. Porém, o processo envolveu ações de despejo, houve falta de organização e de coordenação política, ocasionando falhas na comunicação entre os atores.

Programa Integral de Melhoramento de Bairros subnormais em Medellín (PRIMED) 1 y 2

Este programa foi realizado em duas fases: 1992-1996 e 1996-1998. Surge a partir da crise de governança agravada pelo tráfico de drogas e foi financiado através de uma parceria entre a Alemanha, a ONU e prefeitura de Medellín.

O objetivo era atender de forma integral o problema urbano dos assentamentos subnormais, através da transformação física das casas e seus arredores, melhorando assim a qualidade de vida e a convivência para fortalecer o tecido social.

A melhoria foi focada nas problemáticas de habitação, estradas, instalações comunitárias e institucionais, espaços desportivos e recreativos, parques e na geração de novos espaços públicos.

Durante o processo de desenho, planejamento e execução, foram utilizados mecanismos de sensibilização, promoção e participação da comunidade, facilitando a participação dos habitantes em todas as fases do planejamento local, controle, avaliação e gestão de recursos. Desta forma, o sentido de apropriação e sustentabilidade da intervenção foi fortalecido. Destaca-se da intervenção que a intenção de realizar o mínimo possível de deslocamentos foi mantida.

Programa de Melhoramento Integral de Bairros (PMIB)

O PMIB surgiu como resultado de experiências urbanas nas intervenções em Medellín e seu objetivo foi manter o crescimento harmonioso e equilibrado de assentamentos precários através de ações planejadas e integradas para sua gestão e financiamento. O programa é orientado para a população dos estratos socioeconômicos 1 e 2, as considerando como prioridade. Segundo Zuquim e Mazo, as intervenções do PMIB

[...] baseiam-se nos princípios: prevalência do interesse público e da função social e ecológica da propriedade; distribuição equitativa de encargos e benefícios derivados de desenvolvimento urbano; proteção, aumento e qualidade na oferta de espaço público; e ordenar processos de forma participativa e concertada nas diferentes fases - formulação, execução, monitoramento, avaliação e ajuste -, possibilitando a complementaridade, de acordo com as circunstâncias do momento e as demandas dinâmicas do cidadão. (op., cit., p. 38).

Projeto Urbano Integral (PUI)

O PUI é um instrumento de intervenção urbana que atua em territórios definidos através do uso de diversas ferramentas de desenvolvimento simultaneamente. Buscando englobar ao mesmo tempo o aspecto social, físico e institucional, sua área de atuação está inserida nos setores municipais onde historicamente houve ausência do Estado, portanto, esta intervenção propõe a melhoria na qualidade de vida, rearticulando e refinando politicamente a interação entre a sociedade civil e a administração municipal.

Segundo as autoridades locais e agentes da Empresa de desenvolvimento urbano, o PUI traz, como proposta, uma metodologia inovadora que envolve a população em praticamente todo o processo, desde a concepção do projeto a ser realizado até a obra, bem como a adequação sustentável dos projetos no território. O PUI se caracteriza pelo processo permeado de percalços da construção histórica do urbanismo de Medellín, um urbanismo que vai da modernização desenfreada e desemboca no urbanismo social. Afinal, antes da existência do projeto PUI, já existia uma relação tecida entre as comunidades, constituindo o elemento central da sua existência.

As áreas de atuação do projeto valorizam o espaço público como espaço de interação e desenvolvimento do indivíduo e do cidadão, por essa razão o espaço passa a ser encarado como ferramenta fundamental para transformação social, estimulando a inclusão e a mobilidade; a primeira pode ser vista como conectora e a segunda articuladora da trama urbana, constituindo o complexo urbanístico do equipamento urbano como suporte da vida individual, da família e, conseqüentemente, de toda a sociedade. “O Espaço Público foi compreendido como a plataforma cotidiana em que se estrutura o ser humano, vive, se desenvolve como pessoa e cidadão” (SÁNCHEZ MAZO, 2015, pg. 8) Nesse sentido, o espaço público é tido como a ferramenta de integração dos diferentes componentes que estruturam o ambiente urbano: Sob essa mesma ótica pode-se ver em Habermas essa mesma visão onde, em certa medida, o espaço público é o público espaço, afinal as pessoas nesse local

[...] não se comportam como homens de negócio ou profissionais que discutem seus interesses privados e nem como integrantes de uma comunidade de direito subordinados ao dever de obediência às normas jurídicas da burocracia estatal. Os cidadãos se comportam como público à medida que, espontaneamente, ou seja, sob a garantia de poderem reunir-se, associar-se, expressar e publicar suas opiniões livremente, discutem sobre questões de interesse comum (HABERMAS, 2012, p. 218)

A **mobilidade**, atua como sistema de conexão e transporte em suas diferentes escalas a partir do direcionamento voltado ao transporte público e ativo, equilibrando o espaço, o fluxo veicular e o de pedestres;

O **equipamento público**, como potencial de ressignificação de territórios vulneráveis, tanto físico como social, valorizando as regiões em que se inscrevem, oferecendo novos serviços e espaços de lazer para os habitantes e fortalecendo os espaços de aprendizagem, convivência pacífica e cultura cidadã e, por fim, a não violência;

A **moradia** tratando de reduzir o déficit habitacional e reassentar famílias que vivem em unidades vulneráveis, em áreas ambientalmente sensíveis;

O **meio ambiente**, articulando o sistema natural do território, recuperando e protegendo os ecossistemas e orientando a cidade a um crescimento ordenado e sustentável;

O **habitat** como projeto territorial integral em si mesmo, que estabelece a relação entre a vida, o cotidiano dos habitantes e sua relação com os sistemas natural e construído, contemplando a consolidação de um sistema de espaços abertos articulado ao espaço privado.

Nesse sentido, considera-se que a chave do processo em si se baseia no conceito de “integralidade”, ou seja, que o modelo de desenvolvimento apresenta uma visão multidisciplinar e interinstitucional ampla. Por isso e de acordo com a escala de intervenção, podemos considerar os PUI’s como projetos complexos com objetivos ambiciosos, que levam em conta, principalmente, a estrutura ecológica, funcional e socioeconômica da cidade. Trata-se de um processo simbiótico de difícil concatenação, pois se atrela a componentes inter-relacionados: transporte, análise imobiliária, meio ambiente, entre outros, pretendendo ter um impacto positivo no desenvolvimento urbano. Cabe ressaltar que, ainda que a perspectiva de urbanismo seja sistêmica, os PUI’s atuam em determinados pontos “chaves”, com a ideia de promover uma espécie de acupuntura urbana na cidade, com a pretensão de proporcionar áreas de expansão e melhor circulação, conectando a cidade como um todo.

Nesse sentido, as sinergias entre os diferentes elementos do projeto devem ser tais que o impacto que isso gera, em sua totalidade, seja superior ao das partes individuais, quando consideradas isoladamente. Esse é o *modus operandi* dos denominados elementos dos "projetos estratégicos da cidade" (assim classificados no Plano de Desenvolvimento) devendo ser orientados para cobrir as necessidades socioeconômicas do setor sob a estrutura orçamentária do município.

Territorialmente as ações de renovação, consolidação e/ou desenvolvimento urbano no POT devem ser propiciadas para que, dessa forma, potencializem o efeito dinamizador e catalizador que os PUI’s possuem no território em que foi implementado. Da mesma forma, os sistemas de transporte de massa e as intervenções na rede rodoviária devem ser considerados como elementos que aumentam o valor e a rentabilidade do solo em suas respectivas zonas de influência e, portanto, constituem

oportunidades urbanas para consolidar ou reestruturar os usos e tratamentos do solo de maneira consistente com a estratégia de ordenamento territorial.

Esse novo modelo de intervenção urbana, que procurou incorporar elementos multidisciplinares do desenvolvimento de forma simultânea, através de obras de infraestrutura de qualidade e da participação popular, considerou um ingrediente primordial para buscar garantir a sua sustentabilidade em três dimensões principais: física, social e institucional.

Usando metodologias e ferramentas mediante as quais a comunidade atua e participa de todo o processo, o componente social aborda a identificação dos potenciais comunitários, agindo sobre os pontos fracos, observando as oportunidades e problemas em seu ambiente. Buscando, desta forma, soluções a partir da elaboração de projetos através de oficinas participativas, criação de espaços de formação e informação, como as oficinas de imaginários, por exemplo, como método de colher informações acerca do que as pessoas gostariam para seus bairros.

Quanto ao componente físico, sua base está na construção e melhoria de espaços públicos, recuperação de áreas verdes e ambientais, adaptação de edifícios públicos, etc.

Finalmente, por meio do componente institucional, realizam-se trabalhos para criar e fortalecer alianças entre áreas de ações públicas e privadas, bem como suas dependências municipais, articulando ONGs, organizações comunitárias e entidades nacionais e internacionais. Graças à articulação entre as diferentes áreas, é possível financiar o projeto e gerenciar os recursos necessários.

Figura 136: Componentes do PUI



Fonte: Monteiro, 2016.

O PUI, portanto se constitui como uma intervenção urbana inovadora notável por seu grande impacto calcado na prevalência de conteúdo social, estando apoiado sobre a política de "Urbanismo social"²⁵⁸, no sentido de que a comunidade residente, de classe baixa, participa ativamente de todas as fases do processo, desde a identificação de problemas e oportunidades, até a formulação e aprovação dos projetos a serem concretizados na área de influência.

Nesse sentido, a transformação urbana da área de influência utilizou como eixo a intervenção realizada do *metro cable*, já que suas estações abriram muitos espaços livres, proporcionando a possibilidade de se converterem em novas centralidades, com a incidência de praças, parques, edifícios públicos e privados que previam a melhoria das condições de vida, qualidade urbana e a integração solo-espacial com o entorno. Os espaços entre as centralidades passaram por grandes reformas com a implantação do sistema de transporte público que uniu os bairros formais e informais, o que, em certa medida abala a noção instrumental de centro espacial associada às noções política e econômica do senso comum:

Admitimos agora a comunidade maior e contemporânea, com centenas ou milhares de famílias organizadas em classes sociais, com distinções de renda e de poder político e fazendo uso de diferentes meios de transporte. Em uma sociedade de classes, essas famílias disputam as localizações e desenvolvem mecanismos sociais para regular essa disputa ao mesmo tempo que lutam pelo domínio dos meios e condições de transporte e procuram produzir espaços urbanos moldados por esses meios e condições. Acabam por produzir espaços urbanos diferenciados (VILLAÇA, 1998, p. 242-243).

Para entendermos melhor a especificidade da agência urbanística que solapa a intervenção PUI explanaremos detidamente os passos metodológicos que norteiam esses projetos, para termos a evidência de sua interdisciplinaridade multidisciplinar, pois, trata-se de um projeto que une disciplinas múltiplas de forma inter-relacional.

Metodologicamente o PUI criou sua própria estrutura distribuída em 3 fases divididas em 10 etapas:

Fase de design ou desenho: reconhecimento físico social, perfil do projeto, projeto preliminar e projeto arquitetônico.

Fase de execução: suprimentos para contratação, contratação e construção.

²⁵⁸ O urbanismo social como aposta para a construção de uma cidade tornou-se o horizonte do PUI, envolvendo o processo de planejamento urbano, a incorporação de novos territórios ao desenvolvimento e a adaptação dos existentes, através de novas funções e formas urbanas em seus tecidos, permitindo o desenvolvimento das diferentes atividades da cidade: moradia, trabalho, recreação e encontro de cidadãos. (ALCALDIA DE MEDELLIN, 2006, traduzido pela autora).

Fase de animação ou sustentabilidade e apropriação: planejamento, gerenciamento e execução.

Fase de desenho 1.

Etapa 1: Reconhecimento físico e social

Com o diagnóstico da área na mesa e os comitês de trabalho definidos com a comunidade, eram planejados os projetos de infraestrutura, habitacional, espaço público, mobilidade e saneamento ambiental.

Etapa 2: Perfil do projeto

Etapa dirigida por um coordenador de desenho que identificava, junto aos líderes da comunidade, os projetos a serem realizados. Percorriam o território, identificando as potencialidades e fragilidades do mesmo.

Etapas 3 e 4: Projeto preliminar (anteprojeto) e projeto arquitetônico

Com os desenhos da comunidade, a equipe de arquitetos fazia os primeiros desenhos do projeto, levando em conta as necessidades das pessoas, seus sonhos e memórias, seus conhecimentos e sua experiência. Esta etapa era o momento derradeiro, no qual a comunidade via suas propostas vividamente coletadas em um projeto arquitetônico e urbanístico.

Fase de Execução 2

Etapa 5: Insumos de contratação

Com o projeto já definido e desenhado, a EDU (*Empresa de Desarrollo Urbano*) fazia um concurso público, e aberto para empresas de construção e intervenção. Qualquer entidade pública ou privada, organização comunitária ou não governamental que preenchesse os requisitos da lei para a execução das obras poderiam participar do processo.

Etapa 6: Contratação

Uma vez tendo a EDU analisado cada proposta e escolhido aquela que preenchia as condições para executar as obras, procedia na contratação da empresa executora, que

ficaria a cargo da execução das obras, e da empresa que fiscalizaria e acompanharia a qualidade técnica das mesmas. As empresas contratadas eram apresentadas ao comitê social para que as partes se conhecessem.

Etapa 7: Construção da obra

Tendo em conta que a área apresentava altos índices de desemprego, a construtora era obrigada a contratar mão-de-obra não qualificada, empregando pessoas da área de intervenção²⁵⁹. Assim, os indivíduos pertencentes ao comitê comunitário deveriam levar os currículos dos vizinhos considerados aptos para o trabalho. A pessoa indicada deveria obrigatoriamente pertencer ao bairro, estar desempregada e, preferivelmente, ser a chefe da família.

Fase de animação ou de sustentabilidade e apropriação

Etapas 8, 9 e 10: Gestão e participação

Todo o processo que envolveu a coleta e avaliação das informações técnicas e potencialidades sobre o local da intervenção, o envolvimento comunitário, a burocracia da contratação, e a execução das obras, determinava-se que, uma vez concluídas as obras físicas, todos os projetos de PUI entrassem em um estágio final de animação, mediante atividades que dessem sentido aos espaços e promovessem seu uso e cuidado permanente.

²⁵⁹ De um modo geral se observa que as pessoas receberam de forma positiva a implementação do PUI-NOR, muitas afirmam que a presença do Estado, mesmo mediante a presença de trabalhadores das obras, significava uma forma de manter o bairro vigiado e mais seguro. No entanto, outros entrevistados afirmam que houve resistência para a entrada dos trabalhadores por parte dos milicianos que obrigaram a contratação de mão-de-obra local, escolhida por eles, isso coincide em parte do discurso institucional, como vimos acima, que coloca como premissa a contratação de parte de mão-de-obra não qualificada de trabalhadores locais. Mas estava oculto que a escolha dos trabalhadores era dos milicianos. Tudo era negociado, desde a entrada do Estado para iniciar as obras que antecederam os PUI's para a construção do metrocable, bem como as obras posteriores. Diferentemente do que lemos e vemos em muitos discursos: o que o urbanismo conseguiu baixar o nível de violência nesses bairros. Os depoimentos de alguns agentes locais que trabalharam no PUI-Nor, apontam que as obras urbanísticas em si, não influenciaram na mudança no nível de violência nesses bairros, mas que isso fez parte de outro "layer", onde tudo foi negociado antes e durante as obras, como acordos de paz.

Em vários depoimentos, principalmente de comerciantes locais, se nota a existência de um poder paralelo que controla o bairro, o que eles chamam de "as bandas" ou "milícias". Eles supostamente (ou historicamente, mais ou menos na década de 1990), faziam a "segurança" do bairro, ou eram bem mais presentes do que o poder público. Como são bairros que foram historicamente marcados pelo abandono e descaso do governo, alguns grupos de moradores "tomaram conta do pedaço". Até hoje cobram uma taxa que chamam de "vacuna", que é uma extorsão em forma de dinheiro dos comerciantes locais. Estas mesmas bandas são as que cuidam e se apropriam muitas vezes de forma negativa desses projetos.

Evidente que muitas vezes o que se está no papel parece muito mais bonito e ideal do que o que efetivamente ocorre na realidade. Por essa razão, propomos mostrar alguns dos resultados dessas intervenções da zona *nororiental* que, segundo Velásquez foi o único PUI que de fato foi integral no sentido de propor intervenções em moradia, espaços públicos e equipamentos sociais (VELASQUEZ, 2019).

ANEXO 3

O FUNDO SOCIOAMBIENTAL - CAIXA

O Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios é um dos projetos aportados pelo Fundo Socioambiental da Caixa (FSA-CAIXA), que foi criado em 2010, devido à alteração no Estatuto da CAIXA, que passou a ter, entre seus objetivos, a realização de aplicações financeiras não reembolsáveis ou parcialmente reembolsáveis em projetos e investimentos de caráter socioambiental²⁶⁰. Segundo documento oficial da Caixa²⁶¹, os projetos socioambientais apoiados pelo FSA CAIXA estão relacionados com programas e ações da CAIXA que se vinculam ao desenvolvimento sustentável e promovem a autonomia e o protagonismo das populações beneficiárias, ou seja, buscam compartilhar a responsabilidade pela gestão e organização do território uma vez entregue os empreendimentos, no caso do PMCMV. Importante ressaltar aqui que, como vimos no capítulo anterior, o empreendimento só se dá por entregue após realizado o trabalho técnico social que, no caso de Campinas, coube e cabe à Cohab Campinas a competência de realizá-lo. A finalização da entrega do empreendimento também é de responsabilidade da Caixa.

O FSA CAIXA está alinhado aos desafios estabelecidos pelo ciclo do Plano Estratégico da CAIXA e destina-se a apoiar ações socioambientais promotoras da cidadania, observando-se as diretrizes gerais, que são: atuação em práticas com potencial de indução à formulação ou ao aprimoramento de políticas públicas; promoção de ações estruturantes alinhadas às áreas de atuação da CAIXA; promoção da cidadania; reapplicabilidade; sustentabilidade; alinhamento com a Política de Responsabilidade Socioambiental. O Plano de Aplicação do FSA CAIXA estabelece, periodicamente, as Diretrizes Gerais, as Linhas Temáticas Prioritárias e os Eixos de Atuação que serão apoiados pelo FSA CAIXA²⁶².

O Fundo Socioambiental da Caixa (FSA-CAIXA)²⁶³ é gerido pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (Comitê RSA), com apoio

²⁶⁰ Desde sua criação, o FSA CAIXA apoia financeiramente projetos socioambientais convergentes com as estratégias e políticas corporativas da CAIXA e enquadrados nas temáticas constantes nos Planos de Aplicação do Fundo.

²⁶¹ Disponível em <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/fundo-socio-ambiental/Paginas/default.aspx>

²⁶² Ibidem.

²⁶³ O FSA CAIXA é um fundo financeiro específico, com prazo de duração indeterminado, estruturado sob a forma de fundo de caixa, com o objetivo de receber e aplicar recursos, não reembolsáveis ou parcialmente reembolsáveis, destinadas a apoiar projetos e investimentos de caráter social e ambiental que se enquadrem nos programas e ações da CAIXA, principalmente nas áreas temáticas definidas para apoio do Fundo, em conformidade com as disponibilidades financeiras, as regras do seu Regulamento e os princípios de Responsabilidade Socioambiental. (<http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/fundo-socio-ambiental/Paginas/default.aspx>)

operacional da Gerência Nacional Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (GERSA) da CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Criado em 2010, o FSA-CAIXA é destinado ao beneficiamento de projetos com foco no desenvolvimento integrado de microrregiões habitadas por famílias com baixa renda salarial, em todas as regiões.

A criação do fundo se dá no contexto de acordos internacionais para as metas de desenvolvimento social, bem como ao contexto de questões éticas e morais do mercado privado da habitação popular, no que tange às responsabilidades socioambientais de instituições corporativas e financeiras, como também na adequação aos atuais parâmetros de sustentabilidade.

Compostos por dotações orçamentárias são diversas as fontes dos recursos do FSA CAIXA, oriundas por: até 2% do lucro líquido ajustado da CAIXA, relativo ao ano anterior; doações e transferências efetuadas à CAIXA para as finalidades do FSA CAIXA; repasses de fundos externos, públicos e privados, nacionais e internacionais; rendimentos de qualquer natureza, decorrentes de aplicações das disponibilidades sujeitas à remuneração; retorno de aplicações reembolsáveis; e outras fontes aprovadas pelo comitê RSA.²⁶⁴

Sobre as linhas temáticas prioritárias e os eixos de atuação definidos pelo Plano de Aplicação, estão as áreas: habitação de interesse social; saneamento ambiental; gestão ambiental; geração de trabalho e renda; saúde; educação; esportes; cultura; justiça; alimentação; desenvolvimento institucional e; desenvolvimento rural.

A gestão do FSA CAIXA é exercida pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – RSA CAIXA, com apoio técnico-operacional realizado pela Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (GERSA).

O acompanhamento técnico dos projetos DISTs foi realizado pelas Unidades Regionais das Gerências de Habitação (GIHAB) e de Governo (GIGOV) da CAIXA. Os recursos disponíveis foram aplicados por meio de três modalidades: a seleção pública de propostas para projetos, o apoio as políticas internas, e o incentivo financeiro a negócios sustentáveis.

O FSA CAIXA apoia projetos socioambientais desenvolvidos por instituições públicas e/ou privadas, as quais se relacionam como parceiras do FSA CAIXA, mediante a celebração do Acordo de Cooperação Financeira – ACF²⁶⁵, e, que atendem,

²⁶⁴ Os recursos do FSA CAIXA são aplicados observando as orientações do Plano de Aplicação de cada exercício, aprovado pelo Comitê Gestor do FSA CAIXA e pelo Conselho Diretor da CAIXA.

²⁶⁵ Além de ACF para apoio a projetos socioambientais, o FSA CAIXA pode também estabelecer Acordo de Cooperação Técnica – ACT com entidades públicas, privadas e/ou organismos internacionais para desenvolvimento de projetos específicos, cujas regras e orientações são elaboradas exclusivamente para este fim. Assim, por se tratar de uma parceria, relação caracterizada pela convergência de interesses, o

prioritariamente, a populações de baixa renda em situação de vulnerabilidade socioambiental.

No caso dos projetos DISTs a modalidade de contratação é por meio de Seleção Pública de Projetos²⁶⁶ que são selecionados por chamamento público, conforme critérios definidos em regulamento específico.

Para apresentação das propostas é necessário a apresentação dos documentos de Plano de Trabalho (PT) e Quadro de Composição do Investimento (QCI), devendo ser preenchidos pelo proponente com as informações do projeto.

O proponente deve detalhar a proposta apresentando os respectivos projetos que devem conter, entre outros, os seguintes itens: Composição e qualificação da equipe técnica, se já definida; Atividades a serem realizadas, com as respectivas metodologias e custos; Projetos técnicos de engenharia e trabalho social, quando for o caso; Quadro de composição do investimento de cada projeto técnico (Modelo FSA); Cronograma físico-financeiro de cada projeto técnico; Valores dos projetos (FSA CAIXA e Contrapartida); Instrumentos de registro e sistematização; Técnicas de monitoramento e avaliação da execução; e As estratégias de gestão da intervenção.(CAIXA, Fundo socioambiental. Anexo III – Guia de orientações, 2016, p. 15)

Em relação aos Investimentos em obras civis e/ou ambientais estes só podem ocorrer se comprovada a titularidade da área de intervenção e se demonstrado que o resultado do investimento beneficia o público alvo do projeto²⁶⁷.

COMO SE DÁ O FLUXO DE CONSTRUÇÃO ATÉ O INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS DIST

A execução de projetos de DIST nas áreas do Programa Minha Casa Minha Vida baseia-se na concretização de parcerias com entidades especializadas, celebradas mediante um Acordo de Cooperação Financeira (ACF). Portanto, o ACF é o instrumento legal que formaliza a relação entre a CAIXA e o Agente Executor do projeto selecionado.

As etapas que antecedem a parceria e execução dos projetos vai desde a seleção dos territórios até a seleção das propostas, como mostra a imagem a seguir.

FSA CAIXA não admite o estabelecimento de lucro por parte do parceiro, nem formaliza acordos de prestação de serviços e consultoria.

²⁶⁶ Os regulamentos das seleções públicas são divulgados no Diário Oficial da União, em jornais de circulação na região onde serão aplicados os recursos e no sítio eletrônico da CAIXA.

²⁶⁷ CAIXA, Fundo socioambiental. Anexo III – Guia de orientações, 2016.

Figura 137: Etapas que antecedem a execução dos projetos



Fonte: SILVEIRA, 2016

A seleção dos territórios se dá conforme as etapas descritas abaixo²⁶⁸:

1. Seleção de Territórios

Em primeiro lugar, a CEF e o MCidades realizam um levantamento de territórios com base em informações recolhidas na própria ouvidoria do MCMV, canal chamado "De Olho na Qualidade"²⁶⁹, criado justamente pelo alto índice de reclamações por parte dos moradores. As Gerências Executivas de Habitação (GIHAB) são instâncias locais da CEF que avaliam os empreendimentos segundo suas "[...] variáveis físicas, legais, sociais, ambientais e econômicas, com ênfase nas vulnerabilidades identificadas em cada variável" (SILVEIRA, 2016. p. 13). Assim, os territórios são classificados pelo grau de vulnerabilidade que apresentam. Ao mesmo tempo, a Câmara Técnica de Seleção (composta por GERSA, Habitação CAIXA e MCidades) avalia o potencial de articulação institucional na região e a aderência do poder público no território para, finalmente, definir os municípios e territórios específicos onde serão investidos os recursos dos Projetos DIST.

2. Chamamento de Projetos DIST

²⁶⁸ Informações retiradas do Guia de Orientações do FSA CAIXA. Link de acesso: http://www.caixa.gov.br/Downloads/fundo_socioambiental_fsa/GUIA_FSA_CAIXA.pdf

²⁶⁹ O Programa de Olho na Qualidade é o canal que a Caixa disponibiliza para os clientes para “registrar reclamações sobre as condições físicas do seu imóvel e exigir providências dos construtores. As reclamações recebidas são encaminhadas diretamente aos construtores, que devem emitir um laudo de contestação ou resolver o problema no menor tempo possível. Caso fiquem constatados vícios construtivos, como a utilização ou aplicação incorreta de materiais, as construtoras, seus sócios, dirigentes e responsáveis técnicos ficam impedidos de realizar novas operações de crédito até que o problema que deu origem ao apontamento seja solucionado. Para receber sua reclamação, a Caixa colocou à disposição uma linha exclusiva”. Link disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/de-olho-na-qualidade/Paginas/default.aspx#sempre-ao-seu-lado>

O chamamento de projetos DIST é publicado no Diário Oficial da União (DOU) e divulgado nos meios de comunicação da CEF. Disponibilizam-se os documentos básicos como o geral: "Guia de Orientações do FSA CAIXA", e os específicos, "Documento Orientador" (DOR), contendo as condições e orientações para parcerias com entidades interessadas em elaborar e executar os projetos DIST que contam, por sua vez, com o repasse dos recursos do FSA CAIXA nas seguintes áreas pré-definidas: "Georreferenciamento dos Territórios Seleccionados", "Critérios para Seleção de Entidades", "Modelos padronizados para a Elaboração de Projetos" e "Modelo para a Manifestação de Interesse", constituindo assim as diretrizes básicas para cada entidade que se propõe a participar como parceira executora do DIST, sendo necessário ainda, um modelo de declaração de experiência e de confirmação da presença na "Reunião de Nivelamento", que reúne presencialmente as entidades proponentes dos projetos.

3. Reunião de Nivelamento com Entidades Interessadas

Após o chamamento, o terceiro passo é a realização da "Reunião de Nivelamento", um encontro presencial que objetiva consolidar a identificação das entidades interessadas em executar os Projetos DIST. Nessa ocasião são apresentados o escopo institucional, a metodologia básica da estratégia DIST e os territórios seleccionados pelas GIHAB municipais, bem como são esclarecidas as normas e fluxos do repasse financeiro para as instituições que receberão o aporte de recursos do FSA CAIXA.

Para identificar especificamente os territórios de atuação do programa realizam-se rodas de articulação entre as entidades (que podem ser instituições públicas ou privadas) e as GIHAB. A partir disso, as entidades confirmam o interesse em participar do DIST nos territórios então estabelecidos, podendo haver parcerias entre entidades para atuarem conjuntamente no mesmo território. Finalmente inicia-se o processo de elaboração das propostas, em cujo decurso realizam-se conferências de nivelamento complementares à distância.

Essa é uma diferença substancial que podemos estabelecer entre os Projetos de Trabalho Técnico Social, que geralmente ficam a cargo do município e que, no caso dos empreendimentos feitos pelo PMCMV em Campinas, ficam a cargo da COHAB.

4. Seleção das Propostas

O quarto passo diz respeito aos instrumentos técnicos necessários para apresentação do conteúdo das propostas, que são o "Plano de Trabalho" (PT) e o "Quadro de Composição do Investimento" (QCI), que devem ser anexados à documentação legal e aos comprovantes institucionais solicitados pelo FSA CAIXA. As propostas são selecionadas em acordo com as regras gerais do FSA CAIXA, segundo os critérios de enquadramento, habilitação e análise estabelecidos no DOR, que também especifica regras e procedimentos referentes à execução dos projetos DIST. Posteriormente cumprem-se as etapas de "Enquadramento da proposta", "Habilitação institucional do proponente", "Homologação da proposta pelo Comitê FSA", "Análises técnicas" e "Autorização para celebração do ACF".

5. Celebração de Acordo de Cooperação Financeira - ACF e início da execução dos projetos

Finalmente, quando o PT e o QCI são aprovados e a proposta é homologada, formaliza-se a parceria entre o FSA CAIXA e a entidade proponente, que passa a ser denominada "Agente Executor" (AEX) após a assinatura do ACF. A partir da publicação do extrato do ACF no DOU e da liberação da primeira parcela dos recursos previstos para o projeto têm início as etapas de execução²⁷⁰.

Como visto no item 3, ainda na fase de formulação de propostas, estimulam-se arranjos institucionais para atuação conjunta de duas ou mais entidades em um mesmo projeto. Isto é desejável quando há não somente afinidade e complementaridade entre as instituições parceiras, mas efetiva agregação de valor em termos de capital humano, no

²⁷⁰ Observação sobre as parcerias: entendendo a parceria como uma "relação caracterizada pela convergência de interesses, o FSA CAIXA não admite o estabelecimento de lucro por parte do parceiro" (SILVEIRA, 2016, p. 19).

Agentes Executores (AEX): para realização dos projetos DIST buscam-se "instituições que acumulem especialidade em desenvolvimento territorial sustentável", "que apresentem um histórico consistente de produção e aplicação de conhecimento no tema e, sobretudo, uma significativa experiência prática na execução de projetos dessa natureza" (Ibidim, 2016, p. 19). Também se estimula a possibilidade de arranjos institucionais entre duas ou mais entidades, para atuação conjunta em um mesmo projeto, desde a fase de formulação de propostas. "Nesse sentido, o FSA Caixa instituiu a figura dos parceiros estruturantes: entidade(s) parceira(s) do Agente Executor (AEX) que, apesar de não celebrante(s) do ACF, são corresponsáveis pela execução de seu objeto. Quando houver essa participação, é requerida a formalização prévia de Termos de Parceria entre o AEX e o(s) parceiro(s) estruturantes." (SILVEIRA, 2016, p. 19).

sentido de adicionar *expertises* específicas e maiores possibilidades de inovação no curso dos projetos.

6. Critérios para delinear os perfis das entidades interessadas

Existe uma exigência quanto ao perfil das instituições parceiras para execução dos projetos de DIST, os critérios utilizados para avaliar a aptidão das entidades para executar Projetos DIST foram reunidos por Silveira (2016) em três blocos:

- 1) produção e aplicação de conhecimento sobre o tema.
- 2) experiência prática no desenvolvimento territorial sustentável.
- 3) consistência institucional.

A produção e aplicação de conhecimento sobre o tema refere-se tanto a pesquisas ou estudos sobre desenvolvimento territorial, quanto à elaboração e/ou aplicação de metodologias de desenvolvimento territorial. Já a experiência prática no desenvolvimento territorial sustentável diz respeito ao repertório acumulado pelas entidades: desde a bagagem dos profissionais envolvidos, até a quantidade, o porte e os resultados alcançados em projetos de desenvolvimento territorial empreendidos anteriormente. Por fim, avalia-se a consistência institucional a partir do tempo de existência das entidades, dos aspectos administrativo-operacionais, das experiências e vínculos estabelecidos dentro e fora da região territorial de cada entidade proponente.

Utiliza-se uma escala de pontos para qualificar o grau de atendimento que cada entidade atinge em relação a cada critério, conforme o Quadro 46, e no Quadro 47 há uma descrição sucinta dos pontos relevantes para avaliação.

Quadro 48: Escala de pontuação das entidades quanto ao grau de atendimento de cada critério de aptidão para execução de Projetos DIST.

Escala de pontuação quanto ao grau de atendimento de cada critério: 0 - Não atende 1 - Atende precariamente 2 - Atende razoavelmente 3 - Atende 4 - Atende plenamente
--

Fonte: SILVEIRA, 2016, p.20.

Quadro 49: Detalhamento dos critérios presentes no chamamento publicado no DOU.

CRITÉRIOS	FORMA DE COMPROVAÇÃO	OBJETIVO	PONTUAÇÃO ALCANÇADA
<i>Produção e aplicação de conhecimento sobre o tema</i>			
Realização de pesquisa ou estudos sobre desenvolvimento territorial	Publicação da pesquisa	Conhecer as pesquisas ou estudos realizados pela entidade	
Autoria de metodologia de desenvolvimento territorial ou equivalente	Publicação da metodologia Referências bibliográficas	Priorizar entidades com metodologias próprias testadas e reconhecidas	
Metodologia aplicada	Atestados	Verificar se a metodologia foi aplicada e apresentou resultados	
<i>Experiência prática no desenvolvimento territorial sustentável</i>			
Nº de projetos de desenvolvimento territorial sustentável executados	Lista com evidências (ex.: fotos, publicações, etc)	Priorizar entidades com experiência	
Resultados alcançados com a execução de projetos de desenvolvimento territorial	Atestados/publicações	Checar os resultados qualitativos e quantitativos alcançados	
Porte dos projetos (valores e população diretamente envolvida)	Lista com os respectivos dados	Compatibilidade da experiência com a dimensão e o alcance dos projetos de DIST	
Experiência/currículo dos profissionais vinculados à entidade	Currículos	Buscar profissionais com experiência de campo e com formações multidisciplinares e não somente acadêmicos com mestrados e doutorados mas sem prática	
<i>Consistência institucional</i>			
Tempo de existência da instituição	Documentos constitutivos	Não pegar aventureiros ou oportunistas que montam ONGs para esta finalidade imediata	
Estrutura Administrativa	Declaração da entidade	Verificar a estrutura administrativa da entidade	
Capacidade operacional instalada	Declaração da entidade	Verificar a capacidade operacional instalada da entidade	
Experiência de execução de projetos na região de abrangência do empreendimento	Atestado	Priorizar a participação de instituições que já conheçam a realidade local	
Experiência de execução de projetos fora da região de abrangência do empreendimento	Atestado	Garantir a participação de instituições que já atuam com desenvolvimento local	
Parcerias com instituições locais ou que atuam no local	Instrumentos de parcerias, declarações, acordos ou similares	Verificar a rede de parceiros locais da entidade	
Parcerias com instituições que atuam fora da área de abrangência do empreendimento	Instrumentos de parcerias, declarações, acordos ou similares	Verificar a rede de parceiros que a entidade mantém fora da região do empreendimento	

Fonte: SILVEIRA, 2016, pp.21-22.

7. Perfil básico de elaboração e execução dos Projetos DIST

De acordo com SILVEIRA (2016) as diretrizes de execução do DIST comportam quatro grupos de elementos para elaboração dos projetos, reunindo dados referentes: (1) às **entidades**, de modo a identificar Agentes Executores, Parceiros Estruturantes, coordenação e equipe técnica; (2) às **propostas**, com elaboração de projetos que informem sobre o território e a população, justifiquem os objetivos fixados

e a metodologia adotada para consecução das metas e resultados esperados; **(3)** aos **recursos físicos e financeiros** necessários, com cronograma detalhado das despesas, atividades e desembolsos; **(4)** às **estratégias de gestão**, formas de comunicação e divulgação, monitoramento e avaliação dos processos, dos resultados e do potencial de sustentabilidade e de reaplicabilidade.

Figura 138: Grupos de elementos para elaboração e execução de Projetos DIST.



Fonte: SILVEIRA, 2016, p. 23.

Diretrizes para a Execução de Projetos DIST:

"[...] o fundamental é que as entidades executoras, ao longo da implementação dos projetos, estejam sensíveis às demandas públicas associadas ao perfil e às características dos territórios de atuação" (SILVEIRA, 2016, p. 28).

Para a execução dos projetos DIST, são propostas as seguintes diretrizes:

- Implementação das **ações de acordo com o perfil da população e da localidade**, com observância, escuta e aprendizado do saber, dos valores, da cultura e das dinâmicas locais.
- Estímulo ao desenvolvimento dos **laços comunitários**, com a construção de relacionamentos **baseados na confiança e na cooperação**, propiciando a **gestão pacífica de conflitos**, o fortalecimento da **identidade territorial**, o sentimento de **pertencimento** da população local e a apropriação, **manutenção e conservação do patrimônio natural e construído**.
- Valorização dos **talentos, interesses e motivações** capazes de conectar os **agentes territoriais** e impulsionar suas ações.
- Fortalecimento da efetiva **desconcentração do poder**, com o incremento da capacidade de iniciativa dos agentes locais e a atuação dos moradores em

processos decisórios capazes de gerar realizações, proposições e desdobramentos práticos.

- Implementação de **processos formativos** (com foco nos agentes territoriais, mas podendo envolver atores e instituições parceiras também públicas) em diversas linhas, tais como: a **formação cidadã**, no sentido mais abrangente, a **formação para a gestão territorial**, **aqualificação profissional**, a **formação empreendedora**, a **educação financeira**, a **formação de comunicadores e facilitadores**, a **educação ambiental** e outros temas conexos.
- Acessos propiciados e continuados a **práticas culturais e educativas** (envolvendo aspectos como: arte-cultura, lazer, esporte, saúde e educação básica).
- Constituição de agentes locais como facilitadores e comunicadores com ação direta no desenvolvimento territorial, incluindo a **alimentação dos vínculos locais e de parcerias e redes comprometidas com o território**.
- Realização de ações ou projetos de vitalização e requalificação de **espaços coletivos no território** considerado — elaborados, conduzidos e apropriados pelos agentes locais.
- Constituição e implementação de **projetos/empreendimentos coletivos estruturantes para o desenvolvimento territorial** (envolvendo, de forma combinada ou não, aspectos socioeconômicos, socioculturais e socioambientais), no decorrer da execução do DIST.
- **Articulação e integração com as políticas públicas, programas, projetos e ações em execução ou a serem executadas no local** (com identificação da necessidade de novos investimentos em sintonia com as necessidades e aspirações do território), para a constituição de **parcerias e dinâmicas de rede**, tendo o território como integrador e catalisador.
- Construção de condições (associadas ao protagonismo e empoderamento local) para que as **comunidades**, elas próprias, **atuem** cada vez mais **diretamente** nas **proposições** e no **acionamento do poder público e dos demais interlocutores**.
- Criação de **bases de sustentabilidade para a continuidade das ações após o projeto DIST**, alicerçadas no mínimo em: instâncias de **governança territorial** ativa e reconhecida, **planos estratégicos plurianuais** constituídos e **parcerias públicas e privadas** pactuadas e instauradas.

- Sistematização das **tecnologias sociais** (metodologias específicas, técnicas e ferramentas) utilizadas no âmbito do projeto, tendo em vista sua reaplicabilidade (adaptação e recriação) em outros territórios.²⁷¹

Segundo Silveira "O DIST é uma ação pública que, como tal, requer ênfase especial na articulação com os entes governamentais e as políticas públicas que dizem respeito aos territórios de sua atuação" (SILVEIRA, 2016, p. 27). Ainda segundo o autor:

O campo de interlocuções necessárias não se restringe às instâncias de governo: é também estratégico maximizar o potencial de articulação em rede de diferentes atores e instituições atuantes no município (sociais, educacionais, empresariais) em favor do desenvolvimento dos territórios considerados (SILVEIRA, 2016, p. 28).

Portanto, entende-se que o DIST possui uma natureza pública e adota uma estratégia articuladora entre diversos entes governamentais e privados, manifestando, por sua própria natureza, a vocação de se constituir como fonte de políticas públicas renovadas e sintonizadas com as necessidades e desejos das populações que constituem a sua razão de ser.

Tais projetos agregam uma convergência metodológica, que floresce na diversidade dos modos de atuação, acordadas com as *expertises* e metodologias adotadas pelas próprias entidades executoras e com as especificidades de cada território. Ainda assim, há elementos de convergência de determinados aspectos comuns que permitem construir uma metodologia fundamental.

Os principais componentes metodológicos do DIST, em síntese, são aqueles que conectam e atravessam as dimensões do desenvolvimento territorial. A integração entre as quatro dimensões (governança territorial, dinamização econômica, promoção sociocultural e gestão ambiental) considerados como temas e dinâmicas de dimensões transversais, tem como referência documentos produzidos pelas Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável (particularmente, a partir da 3ª edição, em 2007, da publicação *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies*)²⁷².

A metodologia DIST propõe uma atuação sistêmica, que propõe a adoção de uma abordagem multidimensional, não apenas no sentido de abranger fatores político-

²⁷¹ Os 13 pontos foram extraídos diretamente das p. 25-26; foram adicionados somente grifos, sem alteração do texto original de SILVEIRA, 2016.

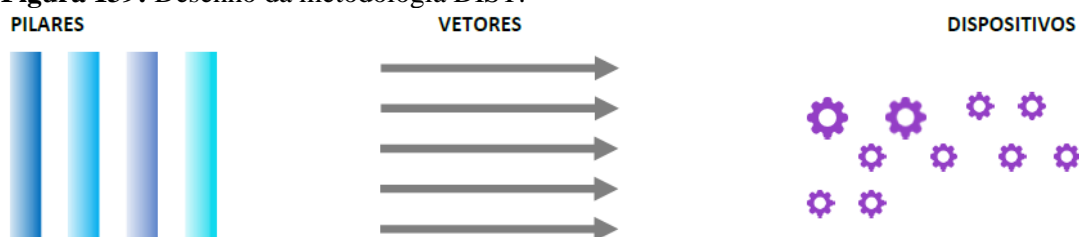
²⁷²Disponível em:

<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=400&nr=107&menu=1515>.

organizacionais, econômicos, culturais e ambientais, mas no sentido de trabalhar a alimentação recíproca entre estas dimensões a partir de eixos transversais ou interconexões. O que designa-se por sistêmico pode ser entendido como ‘integrado’ com a construção social do território, como base de integração.

A promoção do desenvolvimento, por meio da interação entre as entidades executoras e os moradores das comunidades assistidas, mediante processos participativos de construção coletiva, se traduz no que poderia ser descrito como uma forma de atuação cuja responsabilidade seria compartilhada pelos agentes técnicos com os moradores. Esse compartilhamento implica no intercâmbio entre a *expertise* técnica das entidades, as capacidades e aspirações dos moradores e as potencialidades do território. O desenho da estratégia metodológica do DIST propõe a analogia com os componentes pilares, vetores e dispositivos.

Figura 139: Desenho da metodologia DIST.



Fonte: Silveira, 2016.

Os **pilares** metodológicos são compreendidos aqui como componentes que incidem sobre as diferentes dimensões do desenvolvimento territorial, que incluem a construção do protagonismo local²⁷³, tessitura de parceiros e redes²⁷⁴, desenvolvimento de capacidades e impulsão de empreendimentos coletivos.

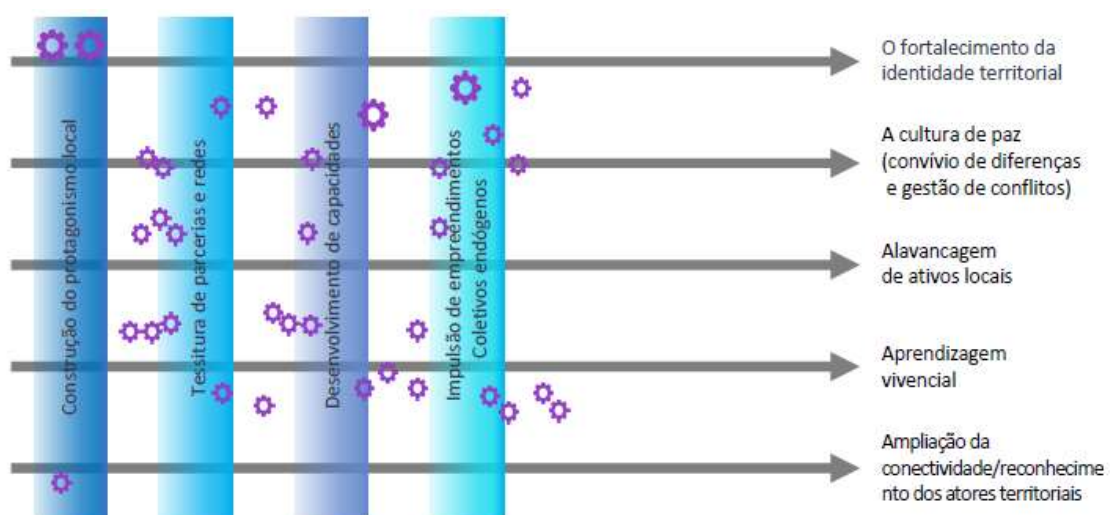
Os **vetores** são como veiculadores de fluxos que contribuem para a sustentabilidade dos processos e dinâmicas, funcionam como diretrizes para o desenvolvimento que atravessam os pilares e orientam as ações direcionando os projetos, como por exemplo, os sentidos de comunidade e pertencimento, a resolução pacífica de conflitos, os ativos locais e as experiências vivenciais.

²⁷³ Entende-se como construção do protagonismo local, a constituição progressiva dos atores territoriais como criadores do seu próprio projeto de mudanças, como sujeitos do processo de desenvolvimento. A metodologia enseja a desconcentração do poder de decisão e de ação dos agentes locais sobre suas realidades.

²⁷⁴ A tessitura de parceiros e redes implica no desenvolvimento da governança, envolve a concretização de pautas em todas as dimensões do desenvolvimento territorial, incluindo a dinamização econômica, a promoção sociocultural e a gestão ambiental, ou seja, corresponde à articulação com atores e instituições de diferentes naturezas.

Os chamados **dispositivos** metodológicos correspondem em um conjunto múltiplo de instrumentos de gestão, modelagens de processos e ferramentas operacionais. Incluem mecanismos de alta densidade e abrangência, e técnicas específicas de condução das ações ao longo do percurso, encontrando-se à disposição dos agentes para aplicação em diferentes etapas e momentos dos projetos. Destacam-se como alguns dispositivos os diagnósticos, por exemplo, técnico e comunitário que, de maneira articulada, trazem uma leitura do território mais completa. Outros instrumentos considerados como dispositivos são os planos estratégicos plurianuais, que trazem uma visão de futuro junto a uma perspectiva de crescimento compartilhado e comunitário.

Figura 140: Esquema do funcionamento dos elementos metodológicos do DIST



Fonte: SILVEIRA, 2016.

Quadro 50: Detalhamento dos componentes metodológicos do DIST.

Pilares	Vetores	Dispositivos
Construção do protagonismo local	Fortalecimento da identidade territorial	Essenciais: Diagnósticos, Instâncias comunitárias de governança, Planos estratégicos plurianuais
Tessitura de parcerias e redes	Cultura de paz (convívio de diferenças e gestão de conflitos)	Abrangentes: Mecanismos de gestão compartilhada do território, Incubação de empreendimentos territoriais, Modelagem de sistemas formativos e modelos pedagógicos
Desenvolvimento de capacidades	Alavancagem de ativos locais, recursos, aptidões)	Específicos: Componentes práticos ou ferramentas operacionais apropriadas a

		cada contexto e coerentes com o substrato metodológico do DIST
Impulsão de empreendimentos coletivos	Aprendizagem vivencial (internalização de práticas, atitudes e habilidades)	
	Ampliação da conectividade / reconhecimento dos atores territoriais	

Fonte: Elaborado pela autora com base em SILVEIRA, 2016.

Resumindo:

A Metodologia do DIST inclui, como componentes fundamentais:

- Foco, em todo o desenrolar do projeto, na **construção do protagonismo local** — entendido como a constituição progressiva dos atores territoriais como criadores do seu próprio projeto de mudanças, como sujeitos do processo de desenvolvimento.
- Fortalecimento da **identidade territorial** e de uma **cultura de paz** (com ênfase no convívio de diferenças e na gestão de conflitos).
- Elaboração de **diagnóstico** do território incluindo, além da identificação de necessidades, a identificação dos **ativos locais (potencialidades, recursos, talentos, aptidões) a serem alavancados** no decorrer da execução do projeto.
- **Desenvolvimento de capacidades** (formação/capacitação de atores territoriais) nas diferentes dimensões do DIST — governança, dinamização econômica, promoção sociocultural, gestão ambiental — com ênfase na **aprendizagem vivencial** (isto é, a internalização, pelo exercício continuado, de práticas, atitudes e habilidades).
- **Impulsão e implementação de projetos/empreendimentos coletivos** formulados e conduzidos pelos atores territoriais.
- **Articulação de parcerias** com entes governamentais, sociais, educacionais e empresariais — com crescente **proatividade dos agentes territoriais** na interlocução com os diferentes parceiros.
- Constituição e consolidação de **instâncias comunitárias de governança territorial** e de um **plano estratégico plurianual** para a pactuação e continuidade das ações após o tempo de execução do projeto¹ (DOR março de 2016, item 6.2 apud SILVEIRA, 2016, p. 60).

Espera-se que os Projetos DIST assumam diferentes formas de acordo com os diferentes contextos técnicos e territoriais em que forem elaborados e desenvolvidos. Devem implicar no desenvolvimento de ações que não se encerrem em si mesmas, mas que sejam passíveis de serem reproduzidas e replicáveis enquanto propostas metodológicas, compreendidas pelo potencial de contribuição e de intervenção realizada para o enfrentamento de desafios que apresentam similaridades sociais e ambientais, mesmo sendo implementadas em diferentes regiões com contextos territoriais diversos.

ANEXO 4

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE CAMPO

Data:

Dia da semana:

Local:

Condições de tempo do local (ensolarado, nublado, chuvisco, chuvoso, temporal)

Horário de chegada:

Período:

Descrição do ambiente dinâmico

Tipos de atividades observadas:

Número de pessoas: ___ crianças; ___ adolescentes; ___ adultos; ___ idosos; ___ pessoas portadoras de necessidades especiais; ___ grávidas.

Número de pessoas: ___ homens; ___ mulheres.

Número total de pessoas:

Descrição do ambiente físico/infraestrutura e equipamentos (estado/limpeza/manutenção/funcionamento/ uso adequado/etc.)

- Iluminação: preservada/funcionando () não funcionando ()
- Parquinho: preservado/funcionando () degradado ()
- Lixeiras: preservadas () degradadas () cheias, sem manutenção ()
- Academia: preservada/funcionando () não funcionando ()
- Mesas de jogos: preservadas () degradadas ()
- Caminhos/passeios: preservados () degradados ()
- Vegetação: preservada, cuidada () degradada ()
- Edificação: preservada, cuidada () degradada ()
- Outro: _____
- Limpeza geral da praça, presença de lixo, entulho, fezes de animais, etc (fotografar e descrever):
- Existência de alguma atividade comercial no entorno (fotografar e descrever):

Descrever o tipo de atividade; instalação permanente ou temporária

- Infraestrutura: preservação da calçada
- Cheiro: algum cheiro específico em relação a problemas de saneamento (como esgoto, por exemplo), descrever:
- Existência de objetos que não fazem parte do projeto (como carros abandonados, por exemplo) fotografar e descrever:
- Presença de animais, (ou pistas que há pessoas alimentando) fotografar e descrever:

Horário de saída:

Registrar com fotografia o estado dos itens listados e descrever as observações abaixo.

Planta do empreendimento para possíveis marcações (croqui).

ANEXO 5

ROTEIRO DE COLETA DE DEPOIMENTOS DE AGENTES PÚBLICOS OU CIVIS COM ALGUMA INFLUÊNCIA (DIRETA OU INDIRETA) NOS EMPREENDIMENTOS DO MCMV EM CAMPINAS

Nome

Idade

Entidade

Cargo/ocupação

Quanto tempo ocupa esse cargo/ instituição:

Qual é a relação da instituição com os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida?

Perguntas:

BLOCO 1: Sobre os empreendimentos Jardim Bassoli, Residencial Sírius e Vila Abaeté:

1. Como vê esses empreendimentos feitos pelo Programa Minha Casa Minha Vida?
2. Em sua opinião, esses lugares são adequados para se viver? Sim () Não ()
Por que?
Se não, o que falta para tornarem-se?
3. Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades que os moradores do mcmv enfrentam hoje?
4. Qual seria uma alternativa para solucionar essas dificuldades?
5. Qual a sua visão sobre a perspectiva de melhoria do bairro?

OBJETIVO: Essa primeira seção de perguntas inseridas no BLOCO 1, sobre a percepção e aproximação que os agentes e atores sociais tem com os bairros do MCMV em Campinas, especificamente os 3 empreendimentos estudados nessa pesquisa. A primeira pergunta tem como objetivo identificar a percepção que o/a agente (ou ator social) tem diante dos empreendimentos do Programa MCMV, como enxergam a(s) realidade(s) criada(s) por essa política habitacional na cidade de Campinas.

A segunda trata sobre a percepção que a pessoa tem sobre a adequação dos empreendimentos para as famílias atendidas.

A terceira busca entender como os agentes percebem as dificuldades vividas pelos moradores dos bairros e a seguinte como vê qual (ou quais) seriam formas para solucionar essas dificuldades, e a complementar a ela, busca identificar o que os agentes percebem sobre as faltas ou carências dos bairros.

As duas últimas perguntas do bloco vão no sentido mais propositivo e positivo que o agente tem sobre as possibilidades e caminhos para melhoria das condições de vida dessas pessoas.

BLOCO 2: Em relação ao trabalho técnico social

6. Sabe dizer se houve um acompanhamento/trabalho social com os moradores antes de mudarem-se para o novo bairro? Sim () Não () Não sabe ().
Se sim, sabe dizer como foi realizado?

Se não, saberia dizer o porquê?

7. Quando as famílias se mudaram para os apartamentos desses empreendimentos, saberia dizer se houve um TTS?

Se sim, poderia descrever como foi?

Se não, saberia dizer o porquê?

OBJETIVO: Esse bloco de perguntas relacionados ao Trabalho Técnico Social, tem como objetivo principal entender se houve o trabalho técnico social, e no caso positivo, como as pessoas vêm a realização desse trabalho nos bairros, antes, durante e no pós ocupação.

BLOCO 3: Sobre o Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios (DIST) - Escola de Transformação

8. Teve conhecimento/participação/atuação direta?

Se sim, poderia descrever?

9. Na sua opinião, quais foram os resultados mais significativos do DIST nos territórios?

10. Acredita que modificou alguma coisa na dinâmica do bairro?

OBJETIVO: Esse bloco de perguntas busca entender se os agentes tiveram algum contato com o DIST e qual a visão deles sobre os efeitos do DIST sobre o território e sobre a vida das pessoas, entendendo o DIST aqui como um Trabalho Técnico Social mais aprimorado.

BLOCO 4: Sobre os espaços públicos de lazer

11. Existem espaços de lazer nesses bairros? Sim () Não ()

Se sim, sabe dizer quais são e se são suficientes para suprir a necessidade desses bairros?

12. Sabe dizer como é a manutenção desses espaços?

13. O Programa Minha Casa Minha Vida, na sua opinião, entregou uma moradia digna e efetivou o direito à cidade a essas famílias?

OBJETIVO: O último bloco de perguntas busca entender qual o conhecimento que as pessoas entrevistadas tem sobre os espaços públicos nesses territórios, se são suficientes e se tem manutenção e quem faz. E por fim, e não menos importante, a última pergunta é se o agente percebe se, nesses casos, o PMCMV, entregou uma moradia digna e efetivou o direito à cidade a essas famílias, com o intuito de construir uma visão ampliada sobre a percepção desses agentes, inclusive, do que isso seja.

ANEXO 6

GUIA DE ENTREVISTA COM MORADORES

Data:

Hora de início:

Nome:
Idade:
Telefone para contato/whatsapp:
Endereço:
Ocupação (se trabalha, aonde):
Onde Nasceu:
Nível de escolaridade: Frequentou a escola? Não () Sim (), Ensino fundamental/ medio/ superior (circular) completo/incompleto (circular)
Frequenta/ou EJA: Sim () Não ()
Quando se mudou para a atual moradia:
Onde morava antes:
Quantas pessoas moram no apartamento:
Tem criança ou idoso? (especificar quantidade): () crianças () idosos
O(A) senhor(a) é o/a chefe da família: Sim () Não () se não, quem é:
Qual foi a renda da família do mês passado? (especificar qual mês e valor) (Quantas pessoas ajudam nos gastos)
É o(a) primeiro(a) morador(a): Sim () Não ()
O seu apartamento é: financiado (); quitado (); alugado ()
Se financiado, qual valor da parcela? Se alugado, qual o valor do aluguel?
Qual o valor do condomínio? (especificar qual mês e valor)
Qual valor da conta de água? (especificar qual mês e valor)
E de energia? (especificar qual mês e valor)

1. É morador do _____. Se sim, a quanto tempo vive no bairro?

Se não, aonde mora?

E o que te traz visitar o bairro?

2. Sabe dizer como é a dinâmica do bairro durante o dia na semana?

E a noite?

3. Sabe dizer como é a dinâmica do bairro nos finais de semana, durante o dia?

E a noite?

4. Durante os últimos anos, sabe dizer se a dinâmica do bairro mudou?

() mudou bastante, para melhor

() mudou um pouco, para melhor

() não mudou em nada

() piorou um pouco

() piorou bastante

Por que?

5. A sua vida no bairro mudou?

() mudou bastante, para melhor

() mudou um pouco, para melhor

() não mudou em nada

() piorou um pouco

() piorou bastante

Por que?

6. A forma de apropriação do espaço público mudou nos últimos anos? O que por exemplo?
7. As pessoas receberam de forma positiva essas mudanças?
 Sim.
 Não. ¿Qué comentarios escucha al respecto?
8. Você ajudou a modificar esse espaço?
 Não.
 Sim. Em que por exemplo?
9. Você conhece seus vizinhos?
 Sim.
 Não.

Em relação aos espaços públicos de lazer:

10. Existem otros espaços além desse que as pessoas frequentem?
 Não
 Sim, aonde?
E para qual finalidade (tipo de uso)?
11. Existem otras mudanças que pensa serem importantes para melhorar o seu bairro? O que, por exemplo?
12. Você acha que tem algo que poderia fazer para melhorá-lo?
 Não, quem poderia?
 Sim, o que por exemplo?

Sobre esta praça:

13. Você ou seus familiares têm o costume de frequentar/usar essa praça?
 Não, porque?
 Sim. Com que frequência?
 Só nos finais de semana,
 durante a semana 1x/semana
 2x/semana
 3x ou mais/ semana.
Quais atividades realizam aqui?
14. A existencia dessa praça mudou alguma coisa na sua vida?
 Não.
 Sim, Pode dar um exemplo?
15. Na sua opinião, essa praça mudou a dinâmica do bairro?
 Não
 Sim, em que, por exemplo?
16. Quem frequenta mais essa praça? (tipos populacionais: exemplo jovens, idosos, crianças) Existem grupos artísticos, de dança, ou algum outro tipo de atividade?
17. Sabe quando e como foi construido essa praça?
 Sim. Como?
 Não
18. Você ajudou a construí-lo?
 Sim.
 Não.
19. Você sabe como é a manutenção dessa praça?
 Não.
 Não tem manutenção.
 Sim. Como?
Você ajuda?
20. E a limpeza?

- () Não.
- () Não tem limpeza.
- () Sim. Como?
Você ajuda?

Em relação a segurança:

- 21. Percebe se mudou alguma coisa em relação à segurança no bairro nos últimos anos?
 - () continua a mesma coisa.
 - () melhorou.
 - () piorou.Pode dar um exemplo?
- 22. Você se sente segura(o) no seu bairro?
 - () Sim.
 - () Não.Por que?
- 23. Você se sente segura(o) nessa praça?
 - () Sim () Não. Por que?

Muito grata pela sua colaboração,

ANEXO 7

Proposta Jogo Oásis Medellín

Desde las políticas urbanas al microubanismo: metodologías participativas para intervención en los espacios públicos
Posurb - Programa de Pos grado en Urbanismo
Pontificia Universidade Católica de Campinas y Universidad de Antioquia

Juego Oásis: talleres participativos para cambiar la mirada y hacer transformaciones e intervenciones del espacio público Comuna 2, zona nororiental de Medellín²⁷⁵

Medellín, 24 de noviembre de 2018

Pretensión

Los grandes centros urbanos crecieron de forma tal que el acceso a la ciudad formal quedó restringido a la parcela de la población que tiene condiciones de pagar un alto costo para vivir cerca de donde hay ofertas de empleo y servicios, y donde hay una calidad en los espacios públicos. La consecuencia que se genera por ese proceso de exclusión hace crecer en las periferias la necesidad de crear espacios públicos de calidad más humanizados donde las personas se puedan reunir, crear identidad y lazos afectivos con otras personas y el espacio. En Medellín, se crearon políticas de intervenciones en los espacios públicos, movilidad, habitación, entre otras, que pasaron a actuar en las periferias de la ciudad, una forma de revertir el estigma de la población debido a su historia regada de violencia como consecuencia del narcotráfico, desigualdad social y disputa por la ciudad por grupos políticos. Esas políticas, más allá de ser una gran transformación urbana y social, hicieron que Medellín sea nombrada como ciudad Modelo. Debido a su historia de lucha y resistencia, las periferias urbanas de la ciudad, aun intervenida por el proceso de urbanización, manifiestan grupos insurgentes que intervienen y se apropian de diversas formas del espacio como una manera de reivindicar el derecho a la ciudad. Siendo éstas, manifestaciones artísticas, como grafitis, intervenciones culturales, exposición de fotografías, entre otras, como también otros usos indeseables, como el uso de sustancias ilegales (ilícitas), el consumo y venta de drogas, etc. Se cree que los espacios públicos, cuando son intervenidos desde “abajo para arriba” abren lugar para que sean apropiados de cualquier forma, sobre todo cuando la población no se siente incluida en el proceso de intervención.

Ese proyecto tiene como propuesta, dar continuidad al trabajo que el grupo de investigación MASO hace junto con los jóvenes de la zona nororiental, trayendo nuevas herramientas para inspirar y motivar intervenciones en espacios públicos (subutilizados, degradados o sin vitalidad), en la comuna 2 a través de un juego desafiador llamado Juego Oasis, que se apropia de diferentes metodologías, para un cambio en la mirada, a uno mismo y al mundo, y la creación de lazos afectivos que promueven la transformación y apropiación de los espacios públicos. Uno de los desafíos del juego es: como, en un tiempo restringido (generalmente 2 semanas), conseguir sensibilizar y movilizar a las personas para que (re) conozcan las bellezas del territorio, se conecten

²⁷⁵ Esta propuesta hace parte de la pasantía del programa de doctorado sandúiche en una parceria da Pos Grado en Urbanismo da Pontificia Universidade Católica de Campinas con el curso de Trabajo Social da Universidad de Antioquia, con financiamiento de la CAPES, entre los meses de octubre de 2018 a marzo de 2019, de Gabrielle Astier de Villette Wheatley Okretic en parceria con el grupo MASO (Medio Ambiente y Sociedad) de investigación de Universidad de Antioquia.

afectivamente con los habitantes locales y descubran el sueño colectivo para a que espacio, teniendo cuidado para no crear expectativas difíciles de alcanzar, y conseguir realizar en dos días algo que surja durante el proceso como un sueño colectivo.

Preguntas orientadoras

¿Cómo las personas observan (ven) el barrio donde viven? ¿Cuáles son los desafíos? ¿Cuáles son los sueños colectivos? ¿Cómo cambiar la manera de mirar el territorio puede cambiar la manera de interferir en el? ¿Cómo el juego oasis, que reúne diversas herramientas, pueden contribuir para un cambio efectivo, tanto en las relaciones como apropiación e intervención en el territorio?

Temporalidad Cuestiones	Durante el proceso: personas involucradas, cambios que sucedieron en el territorio.	Después-procesos: ¿Cómo las personas están utilizando el espacio? ¿Existe diferencia entre los espacios proyectados por la intervención pública y los construidos colectivamente? ¿Cuáles son?
Mirada: Mirar la abundancia en el lugar, la comunidad. Buscar recursos y bellezas que existen en la comunidad. Mis lugares favoritos, las bellezas de los detalles, sonidos, perfumes, texturas, etc.	¿Cuáles son las potencialidades que tiene el lugar? (personas, equipamientos, públicos, etc.) Y ¿cuáles son los talentos que tengo para poner a disposición para hacer que suceda algo?	
Afecto: Escuchar los corazones. Reconocer y fortalecer los lazos en la comunidad. Escuchar las historias por detrás de las personas y el lugar, descubrir los talentos que a la comunidad tiene. (Talento no tiene que ser artístico, tiene que ser alguna cosa que la persona disfruta mucho de hacer)	¿Cuáles son los tipos de relaciones que existen en el lugar? ¿Quiénes son las personas que viven y frecuentan el lugar?	
Sueños: ¿Cuáles son los sueños colectivos para ese espacio y esa comunidad?	¿Cómo es el lugar que sueño? ¿Cuáles son los sueños colectivos para mi comunidad? ¿Cómo conectar mi sueño con sueños de otras personas?	

Cuidado Planeamiento. Empezar a procurar recursos y talentos para hacer acontecer. Preparar todo es mantener cuidado del sueño para el día de lo milagro. Movilización para conseguir todo lo que vamos a necesitar	¿Cómo voy hacer acontecer ese milagro?	
Milagro: Manos en la masa: momento de poner las manos en la masa, utilizar todos los recursos que tenemos, todos los talentos, e así materializar el sueño	¿Qué podemos hacer acontecer juntos, a partir dese proceso, YA?	
Celebracion	Momento de celebrar la conquista colectiva	
Re-evolución: mirar al futuro, nuevos planes	Si en dos días (o uno) fuimos capaces de realizar ese sueño colectivo, ¿que podemos hacer en los próximos meses?	

Instituciones aliadas

La propuesta, como parte de la investigación de doctorado sándwich (que tiene el apoyo de la CAPES), cuenta con el apoyo de la Universidad de Antioquia, representada en el grupo de Investigación “Medio Ambiente y Sociedad-MASO” de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, con la búsqueda de espacio para realizar los talleres, (bien como) ayudar a agregar personas para participar del proceso y prestamos de materiales, computadores, salas para reuniones, papelería, etc. Contamos también con el apoyo de la Casa para el Encuentro Eduardo Galeano, y con los jóvenes interesados en participar de la vivencia de la Corporación Mi Comuna 2, Casa Piedra en el Camino, y buscaremos apoyo de las personas que forman parte de la JAC (Junta de Acción Comunal) de las comunas 1 y 2. Entre estudiantes de arquitectura y urbanismo y de otros cursos.

Los procesos van a ser apoyados por Francina Buonannotte, arquitecta urbanista que realizó la formación competa de “Guerreros Sin Armas”, dictada por el Instituto Elos.

Perfil de los participantes

Para la realización de los talleres/vivencias lo ideal es que tenga habitantes de las comunas 1 y 2, y participantes externos que sean o puedan ser líderes comunitarios en sus comunas. El intercambio entre los participantes del barrio con los de fuera es siempre muy enriquecedor. Los niños también son bienvenidos a participar del proceso, de hecho acostumbran a ser grandes aliados en la movilización. Forma parte del juego también la movilización de más participantes que se van sumando a lo largo del proceso, principalmente para el momento de manos en la masa.

Es importante destacar que los protagonistas son las mismas personas de la comunidad que van a intervenir en el territorio. Los líderes comunitarios que quieren un cambio y mejoras para su comunidad, líderes afectivos que dan confianza a la comunidad y se preocupan por el cuidado de todos.

Las personas que vienen de afuera para acompañar y aprender el proceso son movilizadores, que traen apoyo y enriquecen el proceso alentando y apoyando a la comunidad desinteresadamente actuando por el bien común. Durante los procesos acostumbran a ser identificados los líderes afectivos, que son las personas que van a llevar lo que aprendan para más personas, convirtiéndose en un multiplicador de la metodología.

Para ese proceso fueron invitados líderes comunitarios de comunas 1 y 2, comunas 8 (La Sierra) y comuna 13.

Plan operativo: momentos y actividades

Con una metodología para la intervención en el territorio será realizado el juego oasis, que cuenta con una serie de herramientas metodológicas, como juegos cooperativos, dinámicas de introspección y metodologías participativas que refuerzan la escucha activa, la empatía y las dinámicas por el barrio. Serán realizados 7 talleres durante dos semanas para realizar el juego y después de un mes se harán entrevistas en el territorio para evaluar el proceso a corto plazo, trayendo luz a los aprendizajes que se obtuvieron durante y posteriormente al proceso, pudiendo así mejorar las formas de actuación. También serán evaluados los espacios intervenidos y su mantenimiento. A partir de ese proceso, se pretende organizar una cartilla con las metodologías / dinámicas compartidas durante el juego, usando las fotos retiradas en las dos semanas de proceso, sistematizando toda la experiencia. Esta cartilla solo estará disponible para quién participó de todo el proceso, como forma de garantizar que tiene el conocimiento para replicarlas.

Planeación e socialización y ajuste de la propuesta (última semana de noviembre)

- Participación en el equipo de investigación MASO para reconocer las condiciones de los asentamientos precarios, lecturas, etc.
 - Recorridos por los barrios para identificar el estado actual de los espacios y equipamientos públicos, tomar fotografías y realizar conversaciones informales con habitantes.
 - Organización de los talleres
 - Recolecta de Materiales
 - Preparación propuesta y plan operativo
 - Identificación posibles participantes interesados en la propuesta
 - Confección de los folletos de llamado y divulgación
 - Invitar a los líderes comunitarios que pueden sumar al proceso y después llevar para sus barrios
- ↓ Certificado. Serán entregados certificados de participación en el proceso.

Implementación. Talleres y recorridos participativos (a partir de diciembre)

Talleres

Preparación de los talleres
 Compra de materiales
 Organización del espacio
 Imprimir los materiales del juego

Cronograma

Actividad	Responsable	Fecha y lugar
Planeación del proceso	Gabrielle, Francina, Milena, MASO y Casa Piedra	noviembre
Talleres formativos		
9. Mirada: buscar mirar con ojos de niño, mirando la abundancia y bellezas del lugar	Gabrielle, Francina, MASO y Casa Piedra	Diciembre 03 de 2018 Casa para el Encuentro Eduardo Galeano 2p.m.
10. Afecto: conocer la historia del lugar y de la gente. Criar vínculo y afecto.	Gabrielle, Francina, MASO y Casa Piedra	Diciembre 04 de 2018 Baranda o fuera de la Casa para el Encuentro Eduardo Galeano 2p.m.
11. Show de talentos: compartir tus talentos y conocer de sus compañeros	Alguien del grupo que quiera ser el presentador del show (a escoger)	Diciembre a definir
12. Sueños: descubrir sueños y proyectar para que logren	Gabrielle, Francina, MASO y Casa Piedra	Diciembre 10 de 2018 Casa para el Encuentro Eduardo Galeano 2p.m.
13. Cuidado: captación de recursos	Gabrielle, Francina, MASO y Casa Piedra	Diciembre 12 de 2018 Casa para el Encuentro Eduardo Galeano 6p.m.
14. Milagro y celebración: Hacer acontecer, hacer parte de la transformación, y celebrarnos juntos lo que hemos hecho.	Todos	Diciembre 14 de 2018 Lugar escogido para hacer la intervención 9a.m.
15. Re evolución: cerrando para abrir nuevos procesos, planeación a medio y largo plazo. Proyección para el futuro	Gabrielle, Francina, MASO y Casa Piedra	Diciembre 17 de 2018 Espacio intervenido 10a.m.
Actividades durante el proceso		
Folletos, Divulgación, Llamados (invitaciones)	Francina, Liliana, Gabrielle, Anderson, Christian y Casa Piedra	
Grabación audio y apuntes	Christian	
Fotografías y filmagen	Lucas Rezende	

Contacto con la Casa para el Encuentro Eduardo Galeano	Christian
Responsávil por los pasages	Anderson y Gabrielle
Lista de presencia	Anderson
Sistematización del proceso y cartilla	Christian y Gabrielle
Artigo	Todos

ANEXO 8 – MANUAL OÁSIS MEDELLÍN

MANUAL DE MOVILIZACIÓN COMUNITARIA

Juego



Inspirado en la experiencia del
Juego Oasis Medellín

Manual de Movilización Comunitaria _ OASIS Medellín

Autores:

Arq. Gabrielle Astier y Arq. Francina Buonanotte

Producción:

Cristian Alvarez Lopez ,Arq Gabrielle Astier, Arq. Lucas Rezende y Arq. Francina Buonanotte

Diseño gráfico e ilustración:

Arq. Francina Buonanotte

Fotografía y video:

Arq. Lucas Rezende y Cristian Alvarez Lopez

PRESENTACIÓN

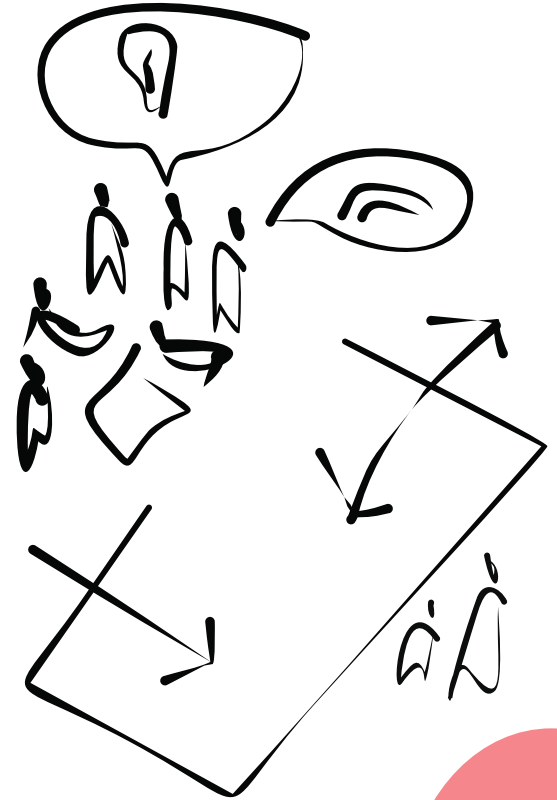
Esta iniciativa es parte de la pasantía de doctorado sandwich de Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic ¹, y da continuidad al trabajo que el grupo de investigación Medio Ambiente y Sociedad (MASO) de la Universidad de Antioquia realiza desde 2014 con los jóvenes de la zona nororiental. Trayendo nuevas herramientas para inspirar personas y realizar intervenciones en espacios públicos (subutilizados, degradados o sin vitalidad), en la comuna 2, fue utilizado el juego Juego Oasis. Este juego es una herramienta de movilización comunitaria creada por el Instituto Elos ², con un enfoque que propone un cambio en la mirada a uno mismo, con el otro y con el mundo, y la creación de lazos afectivos que promueven la transformación y apropiación de los espacios compartidos. Uno de los desafíos del juego es: en un tiempo corto (2 semanas), sensibilizar y movilizar a las personas para re - conocer las bellezas del territorio, se conecten afectivamente con los habitantes locales y descubran el sueño colectivo latente que dote de sentido aquel espacio. Teniendo cuidado de no crear expectativas difíciles de alcanzar y conseguir materializar en dos días el sueño colectivo surgido durante el proceso.

¹alianza del Pos Grado en Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas con el curso de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad de Antioquia, con apoyo de la CAPES, entre los meses de octubre de 2018 a marzo de 2019.

² Organización sin fines de lucro Fundada en el año 2000 de Santos,SP, Brasil .

¿Qué es Movilización Comunitaria?

La Movilización Comunitaria ocurre cuando un grupo de personas, una comunidad o una sociedad decide y actúa con un objetivo en común, buscando cotidianamente resultados decididos y deseados por todos.



¿QUÉ ES EL JUEGO OASIS ?

“Oasis es un juego de movilización comunitaria creado por el Instituto Elos que pone en movimiento talentos y recursos locales para transformar personas y ambientes a través de la materialización de sueños colectivos. La intención es transformar el mundo con 7 pasos de manera rápida, divertida y placentera.

Concebido para ser practicado de forma totalmente cooperativa, el juego invita personas con un interés en común para formar una comunidad y actuar en un lugar, sea un barrio, una escuela, una organización, un parque, una plaza o una calle.

El juego utiliza una definición amplia del término comunidad, que integra diversos actores, como habitantes, colaboradores, gestores, jóvenes, niños,

educadores, líderes comunitarios, entre otros. Después de diferentes desafíos, el resultado va a ser mucho más profundo que la propia transformación física de un espacio, porque impulsa el cultivo de vivir en comunidad en la sociedad, por medio de una visión de abundancia, del desarrollo de las relaciones afectivas y de confianza, del descubrir sueños colectivos, del cuidado mutuo de las relaciones y de la voluntad de realizar juntos.

Al final, el reconocimiento y la celebración de la contribución de cada conquista colectiva abre espacio para construir nuevos sueños y evolucionar en el recorrido de transformar el mundo en un Oasis.”

(Manual JUEGO OASIS ELOS. Instituto ELOS Año 2010)



Impulsar el movimiento para que suceda ya
el mundo que todos soñamos

LOS 7 PASOS



El juego Oasis invita personas para:

- Proyectar y emprender soluciones creativas para un sueño común;
- Transformar y llenar de vida a personas, lugares, relaciones y ambientes;
- Reconocer la importancia de celebrar conquistas colectivas;
- Fortalecer políticas públicas en varios lugares del mundo;
- Escuchar la distancia entre sociedad, empresas y gobiernos.
- Vivir una experiencia en comunidad;



Experiencia del JUEGO OASIS MEDELLÍN

Juego

**OASIS**
Medellin

Facilitación y Organización:

Arq. Gabrielle Astier y Arq. Francina Buonanotte

Logística:

Arq. Gabrielle Astier y Cristian Alvarez Lopez

Fotografía y video:

Arq. Lucas Rezende y Cristian Alvarez Lopez

La experiencia del Juego Oasis Medellín fue realizada a partir de la metodología del Instituto Elos, la misma fue modificada y recreada de forma colectiva durante los procesos para traer elementos locales y la participación de mismos líderes afectivos y sus talentos, en la realización de actividades

Ej. La realización del Atrapasueños (arbol de sueños) y nombres de los personajes en las camisetas de movilización del día de milagro con nombres locales

Juego OASIS Medellín

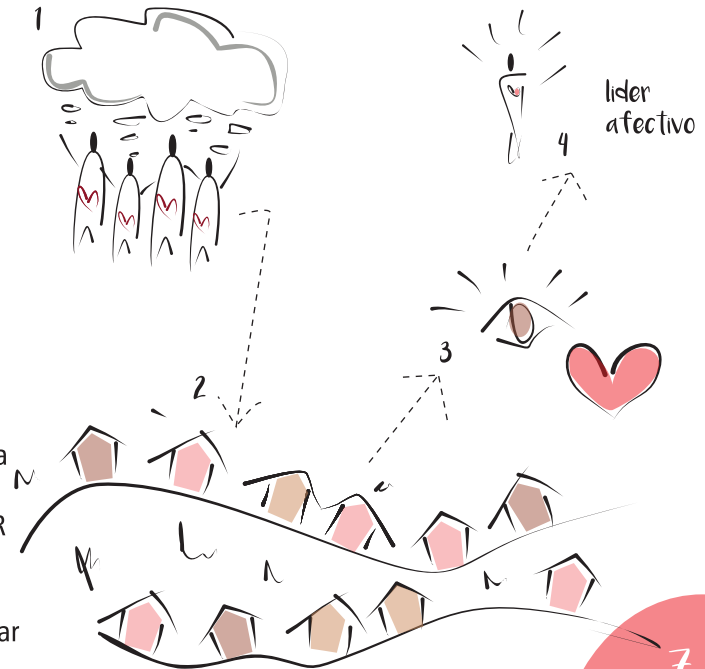
¿Quiénes Juegan?

MOVILIZADORES, son las personas encargadas de la gestión, organización, articulación y responsables de cuidar del Oasis.

PARTICIPANTES, son las personas habitantes del lugar, voluntarios, colaboradores, etc, que van a sumarse al juego.

¿Qué necesitamos para comenzar?

- 1- Reunir amigos (casa, escuela, parque, plaza) con sueño en común para transformar el mundo.
- 2- Elegir un lugar donde actuar con un deseo latente por realizar una transformación. Puede ser un lugar donde una o mas personas del grupo viven, o conocer algún habitante o institución del lugar (**LÍDER AFECTIVO***)
- 3 - Mapear bellezas, recursos, historias y talentos.
- 4- Encontrar un Punto de encuentro para las reuniones y para guardar los materiales.
- 5- Hacer el cronograma del juego



¿QUÉ DEBO TENER EN CUENTA PARA REALIZAR UN OASIS?

Juego OASIS Medellín

comuna 2
Medellin

LUGAR, es importante al momento de hacer la elección que el deseo de transformación surja del mismo, no forzar a hacer algo cuando la comunidad no está preparada. Es una oportunidad para dar un empujoncito a la transformación y confiar en los tiempos.

***LÍDER AFECTIVO**, es aquella persona en la Comunidad que es muy querida por todos y está atento al cuidado y mejoras del barrio. Esa persona que nos inspira confianza y cariño, que conoce mucho sobre la comunidad y mantiene contacto.

Algunas veces el Oasis es llamado al **lugar** a partir de un líder afectivo, así como en otros casos es otra persona del barrio o que sólo frecuenta y en éstos casos es importante también buscar ese líder afectivo

MOVILIZADORES, antes de comenzar el Oasis hay una etapa previa de Movilización, en la cual es importante salir a hacer un mapeo sensible del lugar para reconocer los talentos, bellezas e historias de la Comunidad. Así como también comenzar un registro de las organizaciones, colaboradores, voluntarios, proyectos y emprendimientos que tengan o hayan tenido alguna intervención o participación con el barrio.









CRONOGRAMA, es la programación del Juego. Para ésto se debe conocer acerca del funcionamiento de la Comunidad y planificar en base a posibilidades de poder acoger a la mayor cantidad de personas de la Comunidad posible. Hay que estar atento y abierto a los cambios en el mismo que puedan ir sucediendo para poder acompañar y respetar los deseos de la comunidad.

INVITACIONES IRRESISTIBLES, los movilizadores y los participantes del Juego van a motivar a la Comunidad para sumarse al Juego durante todas las etapas. Es un apoyo grande contar con material gráfico para difundir y promover el cronograma del juego, así como las invitaciones puntuales para algunos eventos como "Show de talentos", "Encuentro de Sueños" y "Encuentro de Proyectos". Para la difusión de este material es importante reforzar el mano a mano y las palabras con las personas de la Comunidad, también puede realizarse una salida con llamados musicales o algunas técnicas locales.



CALENDARIO DEL JUEGO

Juego OASIS Medellín

LUNES	MARTES	MIERCO	JUEVES	VIERNES	SABADO	DOMINGO
		Invitaciones al día de sueño	Invitaciones al día de sueño	Invitaciones al día de sueño	Invitaciones al día de sueño	Día descanso Familia
 	captación Recursos	captación Recursos		 		Día descanso Familia
						

Vamos a transformar sueños en realidad ???
Venga a aprender el Juego
OASIS jugando!

MIRADA



AFECTO



SUEÑO



CUIDADO



MILAGRO



CELEBRACIÓN



RE -
EVOLUCIÓN



Juego

OASIS
Medellin

Punto de Encuentro

Casa Eduardo Galeano - Calle 105A 48AA,
COMUNA 2 (cerca de Estación Metrocable)

Cuándo???

03/12	Lunes	14.00hs
04/12	Martes	14.00hs
10/12	Lunes	14.00hs
12/12	Miercoles	18.00hs
14/12	Viernes	9.00hs
17/12	Lunes	10.00hs

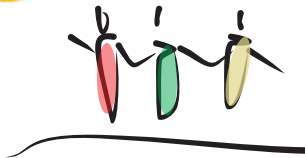
Venga a contar
sus SUEÑOS
para el barrio!



ENCUENTRO DE SUEÑOS Y PROYECTO

Lugar:

Fecha:



Preparamos los RECURSOS y TALENTOS y ...

A colocar las MANOS EN LA MASA !!!

¿Vamos a Transformar el
Sueño en Realidad?

Lugar:

Fecha:



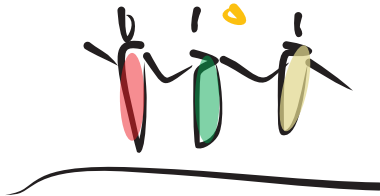
Venga a contar
sus SUEÑOS
para el barrio!



**ENCUENTRO
DE SUEÑOS
Y PROYECTO**

Lugar:

Fecha:



ATENCIÓN COMUNIDAD !!!
Venga a compartir



**SHOW DE
TALENTOS**

Lugar:

Fecha:



¿QUÉ DEBO TENER EN CUENTA PARA CUIDAR EL GRUPO?

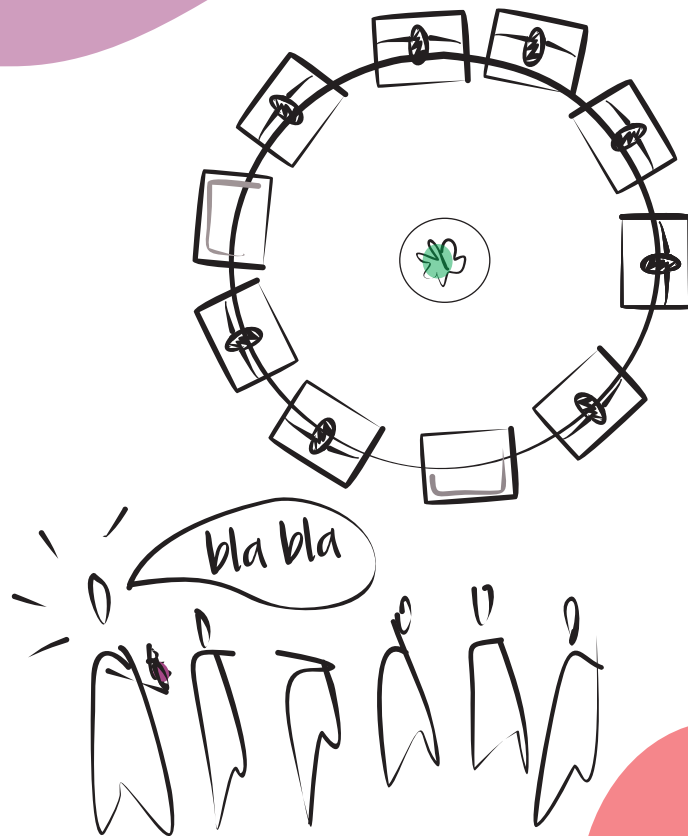
Juego OASIS Medellín

Dar la BIENVENIDA:

Recibir a las personas creando un ambiente acogedor, cuidando del CENTRO y del CIRCULO agregando flores o colores, un poco de música y agua para beber. Estar atento a recibir a las personas que vayan sumandose durante el juego. Podemos intentar dejar dos sillas libres para quien se vaya sumando.

COMUNICACIÓN

Cuidar para que todas las voces sean oídas, incentivar a aquellas personas que tengan un poco mas de timidez para expresarse. Cuidar de los momentos en que cada persona habla manteniendo el silencio y promoviendo una escucha activa de parte del grupo. Esto lo podemos hacer con el **BASTÓN DE LA PALABRA** (puede ser cualquier objeto de valor simbólico para una persona o el grupo), la persona que tiene el bastón es la que puede hablar y el resto escucha, lo mejor es que el bastón permanezca en el centro cuando nadie esta hablando.



TIEMPO

Cuidar del tiempo de palabra de cada persona para que todas las voces puedan ser igualmente oídas.

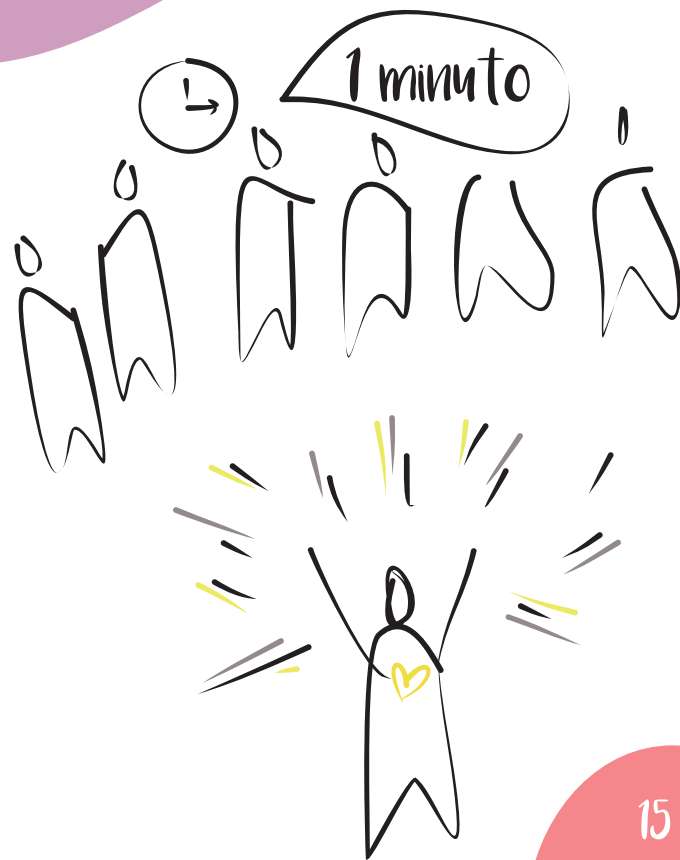
Respetar los horarios de comienzo y fin de las actividades, cada persona que llega al Juego esta disponiendo de su valioso tiempo para compartir. Ésto ayuda a una mejor organización y a que nadie pierda ninguna actividad por estar fuera de horario.

Un participante o un movilizador puede tomar el lugar del GUARDIÁN DEL TIEMPO, para ser la persona que cuide la palabra y/o el tiempo de las actividades

ENERGÍA

Mantener la energía del grupo activa y estar atento a que el estado de animo sea bueno. Si se percibe cansancio, sueño o malestar puede ser buena idea realizar una actividad de pie o quizás un juego.

Realizar Check in / out al inicio y final del encuentro, ésto consiste en una ronda dónde cada uno comparte cómo se esta sintiendo en ese momento, qué expectativas tiene o cómo ha sido la jornada de forma bien sintética.





MIRADA

Juego OASIS Medellín



El ejercicio de cultivar una mirada apreciativa sobre la comunidad y su ambiente, para crear un escenario de abundancia, recursos y posibilidades.

Valorizando la presencia y el potencial de contribución de cada persona.

Vamos a colocarnos las gafas de la Abundancia para fortalecer la mirada apreciativa de todo lo que nos rodea.



MIRADA

Juego OASIS Medellín

“Para que usted pueda desarrollar una mirada apreciativa en un trabajo comunitario, su casa, su escuela, es altamente recomendado:

- 1. Abrirse para vivir cada experiencia de forma diferente**
- 2. Sentir con todos sus sentidos**
- 3. Observar el mundo por la óptica de las bellezas y los recursos**
- 4. Buscar abundancia en todos los lugares**
- 5. Sorprenderse uno y al otro con los descubrimientos de la mirada apreciativa.”**

Instituto Elos _ institutoelos.org

“Una recomendación para conectarse con las bellezas del lugar es buscar los puntos de luz, o sea, para dónde nuestra mirada y atención se dirigen, en qué lugares nos conectamos. Eso sucede a través de la búsqueda curiosa, de la atención en los detalles, en como las personas se visten, en la forma que caminan”

Natasha Mendes Gabriel, co-fundadora do Elos _ institutoelos.org



MIRADA

Juego OASIS Medellín

Check in _ ¿Cómo estamos llegando hoy?

Presentación _ Tarjeta de Presentación y Mirada apreciativa hacia uno mismo.

Tomo un papel y lo completo con mi nombre en el centro, en los costados algo que sé que hago bien, qué quiero aprender, un momento importante, un sueño. Del lado de atrás (secreto) un Superpoder.

Me presento con mi carta con dos personas que no conozca.

Confianza _ Juego cooperativo: Red de poderes.

Con un carrete de hilo, tomo una punta del hilo digo mi superpoder y tiro el carretel a otra persona, así sucesivamente hasta todos haber hablado y haber generado una red con el hilo.

Ató 3 lapiceras colgantes en la red y coloco 3 botellas en el piso. El objetivo es JUNTOS entrar las 3 lapiceras en las 3 botellas.

Cultivar la mirada apreciativa _

GALLITO CIEGO: nos colocamos en pares (una ojos vendados, el otro guía y cuida). El desafío es salir a reconocer el espacio con los sentidos, reflexionar sobre la confianza y entrega con nuestro par.

RECURSOS Y BELLEZAS: el desafío es salir a caminar por la comunidad (de a 2 o 4 personas) para encontrar mínimo 5 recursos y 5 bellezas.

Check out _ ¿Que nos trajo esta experiencia?

Celebrar _ ¡Ronda de abrazos!



5 cosas que son una Belleza

- 1) Mi familia
- 2) Los Flores
- 3) Los animales
- 4) Plantas
- 5) Conocer personas nuevas, diferentes culturas

Belleza

Tranquilidad
Inocencia
Amabilidad
Resistencia
Comunidad

EXPERIENCIAS

ARTES

LIBRO O BAJA

MÚSICA

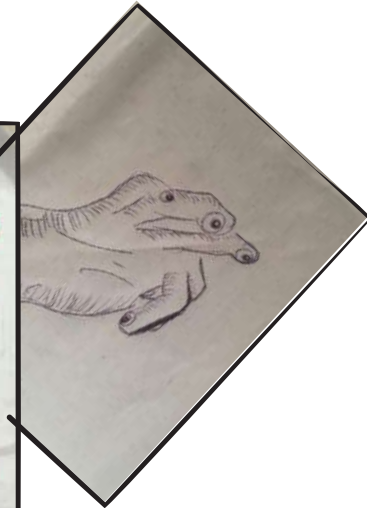
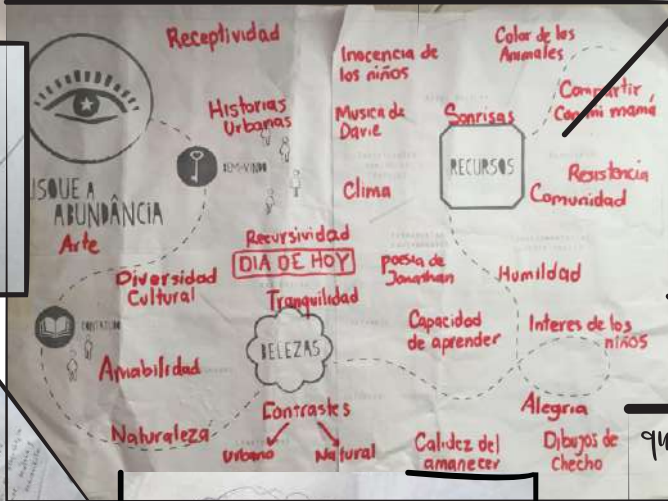
COMUNIDAD

RESISTENCIA

SAUDABLES

LEER

DESARROLLAR



que hago bien?

que quiero aprender?

nombre

un momento importante

un sueño

*atras SUPERPODER



AFECTO

Juego OASIS Medellín



Estimulo para el establecimiento de relaciones afectivas entre las personas, propiciando el surgimiento de la confianza y el cuidado mutuo, elementos que alimentan y fortalecen el trabajo colectivo. El ejercicio de la escucha es habilidad esencial en esta disciplina. Herramienta utilizada: "Show de talentos".



AFECTO

Juego OASIS Medellín

En esta etapa del Juego salimos a escuchar los corazones, sin prejuicios y sin racionalizar. Detrás de cada persona hay una historia por contar, hay ojos brillando y talentos tímidos a exponerse.

Antes de salir en la comunidad, realizamos una serie de ejercicios entre nosotros para reconocer en cada uno nuestra forma de comunicarnos, la presencia en las conversaciones, las devoluciones en un intercambio de palabra.

Luego de reconocer cómo nos comunicamos y relacionamos nosotros, salimos a escuchar esos corazones que laten con sus historias, a reconocer los talentos en cada persona, a través de nuestra escucha empática y nuestra mirada apreciativa.

¿Qué es el Show de Talentos?

Evento para conocer y presentar los talentos que la Comunidad tiene.

***En este Oasis por una organización de tiempos y flexibilidad antes las acciones que ya estaban ocurriendo en la Comunidad, se realizó un día después del día de Milagro como una Celebración. Complementando un evento ya marcado en la agenda de la Comunidad.**



AFECTO

Juego OASIS Medellín

Check in _Nombre y ¿Cómo estamos llegando hoy?

Presentación _“y entonces”

Recordamos todo lo que hicimos en el ultimo encuentro. En ronda uno habla y el otro va completando, así sucesivamente.

Confianza y Comunicación _ Escucha activa y Empatía

Nos reunimos en pares con alguna persona con la que aún no haya hablado o quizás tenga curiosidad por conocer.

El ejercicio 1 está en hablar por un minuto sobre “¿Que es lo que mas disfruto de hacer?” mientras la otra persona me escucha atentamente.

El ejercicio 2 está en hablar por un minuto sobre “Un momento importante en mi vida” mientras la otra persona me escucha atentamente sin interrumpir. Luego la persona que oía tiene 1 minuto para contar que fue lo que oyó.

Compartimos y reflexionamos sobre la experiencia.

Presentación de Comunicación No violenta

Video sobre Empatía y Simpatía : “El poder de la Empatía”

Cultivar el Afecto_

De a dos o de a 4, salimos a conocer las historias de las personas de la comunidad y sus talentos.

Al volver, registro todo lo que hemos descubierto en el Mapa del Juego.

Check out _ ¿Que nos trajo esta experiencia?

Celebrar_ Juego de la Silla Cooperativo





SUEÑO

Juego OASIS Medellín



Propiciar el espacio y la relación adecuadas para expresar las mejores y más profundas aspiraciones que todos tenemos. Construir una imagen de lo mejor que gostaríamos realizar trascendiendo la práctica común de identificar problemas. Normalmente, cuanto más genuino, profundo y precioso es el sueño, mas apoyo tiene por parte de toda la comunidad.
Herramienta/ actividad utilizada: "Trueque sueño por un sueño" y "Encuentro de sueños".



SUEÑO

Juego OASIS Medellín

En esta etapa del Juego reflexionamos sobre los sueños y sueños colectivos ¿Cual es mi sueño? ¿Que es lo que sueño para mi comunidad?

En este Oasis, durante esta etapa, participó Marciela Roja Durazno, ella es una habitante local y trabaja con sueños a través de fusión de dinámicas de grupos y artesanía. Marcela compartió algunas actividades para introducir a los sueños y construir juntos un Gran Atrapasueños (sustituyó el Árbol de Sueños usado originalmente en el Juego Oasis).

En esta etapa salimos a buscar sueños colectivos a través del “Trueque de un sueño por un sueño” y pensando una invitación irresistible para traer a la comunidad a participar del Encuentro de Sueño

¿Qué es el Encuentro de Sueños?

Evento para presentar los Sueños colectivos de la Comunidad, elegir entre todos el sueño con más fuerza para poder realizar juntos.



SUEÑO

Juego OASIS Medellín

Check in _ ¿Cómo estamos llegando hoy?

Presentación _ "¿Que pasó hasta hoy?"

Recordamos todo lo que hicimos en el ultimo encuentro. Uno cuenta y tira la bola a otra persona para que continúe, así sucesivamente.

Sueños _ Manilla y Atrapasueños

Actividad 1 una manilla comunitaria o de sueños colectivos. Compartimos en grupos de 4 sueños, miedos y algún recuerdo, y con ello tejemos una manilla que se hace conjuntamente para cada una de las personas que conforman el grupo. Con ello se enumera la gente para que se les vaya tejiendo la manilla y quien antecede ese número amarre la manilla y regale tres deseos (que en últimas son decisiones) a la persona que le corresponde la manilla.

Actividad 2 construimos juntos un Atrapasueños Grande.

Confianza y Cooperación _ Juego El Nudo

Juego tomados de las manos en círculo, dónde se genera un nudo y debemos buscar la solución juntos de desenrredarlo.

Sueños colectivos_ "Trueque un sueño x un sueño"

Salimos a trocar con la comunidad sueños colectivos para el barrio. Volvemos y pegamos esos sueños en el atrapasueños.

Encuentro de Sueños

Compartimos acerca de los sueños encontrados.

Eligimos el sueño colectivo entre todos, que esté latiendo mas fuerte.





CUIDADO

Juego OASIS Medellín



El planeamiento cuidadoso de estrategias y proyectos que realizarán ampliamente las expectativas de un conjunto de sueños comunes. El grupo actúa respondiendo la cuestión de como caminar juntos cuidando de si, del otro y de un sueño común al mismo tiempo. Actividad/ herramienta utilizada "Encuentro de proyecto".



CUIDADO

Juego OASIS Medellín

Este es el paso para cuidar de ese sueño colectivo.

Recaudamos muchos sueños y uno fue el mas latente, es el momento de concretarlo en un espacio disponible determinado recordando los talentos que existen en la comunidad para ayudar en la construcción de ese sueño, así como los recursos que tenemos disponibles en la comunidad. Si vamos a necesitar recursos los que no estén allí, es momento de pensar estrategias para recibir donaciones o hacer una rifa y recaudar algún dinero para la compra de los mismos.

Nos organizamos en frentes de trabajo para el día del Milagro, para llegar listo para colocar las manos en la masa.

¿Qué es el Encuentro de Proyecto?

Evento para materializar en una maqueta el sueño colectivo que late mas fuerte para esa Comunidad. Recordamos y presentamos para la comunidad los talentos y recursos que ya tienen disponibles para la materialización del Sueño.



CUIDADO

Juego OASIS Medellín

*Continuación día etapa SUEÑO

Proyecto_ Materializar el Sueño en maqueta

Ya con propuesta de algunos lugares para materializar, nos reunimos en 2 o 3 grupos, y hablamos acerca del Sueño o Sueños colectivos elegidos. Con materiales como hojas, cartón, colores, plastilina, etc, realizamos una maqueta del mismo.

Compartimos el trabajo realizado juntos.

Planificación _Recursos y Talentos

Recordamos y presentamos todos los recursos y talentos que ya están disponibles en la comunidad para la realización de esos sueños.

Nos organizamos en frentes de trabajo para realizar la coordinación y articulación en la captación de Recursos.

Frentes de trabajo: Huerta, Mural, Niños, Pintura, Almuerzo y Chalecos. (es preferible que cada frente de trabajo tenga una persona que va a cuidar de que ese grupo esté funcionando)

Organizamos de forma conjunta los horarios necesarios para comenzar y acabar, tanto como para articulación de materiales.

Celebración_ Danza circular

Kumbalawue


Check out_ ¿Cómo estamos saliendo hoy?





MILAGRO

Juego OASIS Medellín



La acción del colectivo motivado por sus mejores cualidades y habilidades, trabajando con la abundancia de los recursos existentes en la comunidad, confianza por los lazos afectivos que unen y motivados por sus mejores sueños comunes. Es un presente fuera de común que uno da a sí mismo y a otro.



MILAGRO

Juego OASIS Medellín

Momento de Colocar las Manos en la Masa ... pero primero ...

Organizamos los frentes de trabajo: materiales y herramientas listas.

Elaboración de camisetas para identificar cada frente (reelaboración de los personajes del Juego Oasis con nombres locales): FRIJOLARTE; 1,2,3 VAMOS PA EL PARCHE; JUEGO OASIS; VEN PA´ CÁ!.

Invitación irresistible: Salir a llamar y re invitar a la comunidad

Preparamos la música y ... Acción!

Es importante tener una persona que esté a cargo del cuidado de las herramientas durante la Minga, para asegurarse que nada se pierde. Esa persona puede poner nombre a cada objeto/herramienta y llevar la cuenta de quien esta usando cada elemento a partir de una planilla. En el kit del Juego Oasis ya hay unas planillas listas para esta ocasión: www.institutoelos.org

Los movilizados mas potentes son los niños, va a llenarse de ellos, es bueno tener alguna persona que esté cuidando de ellos y haciendo junto actividades.



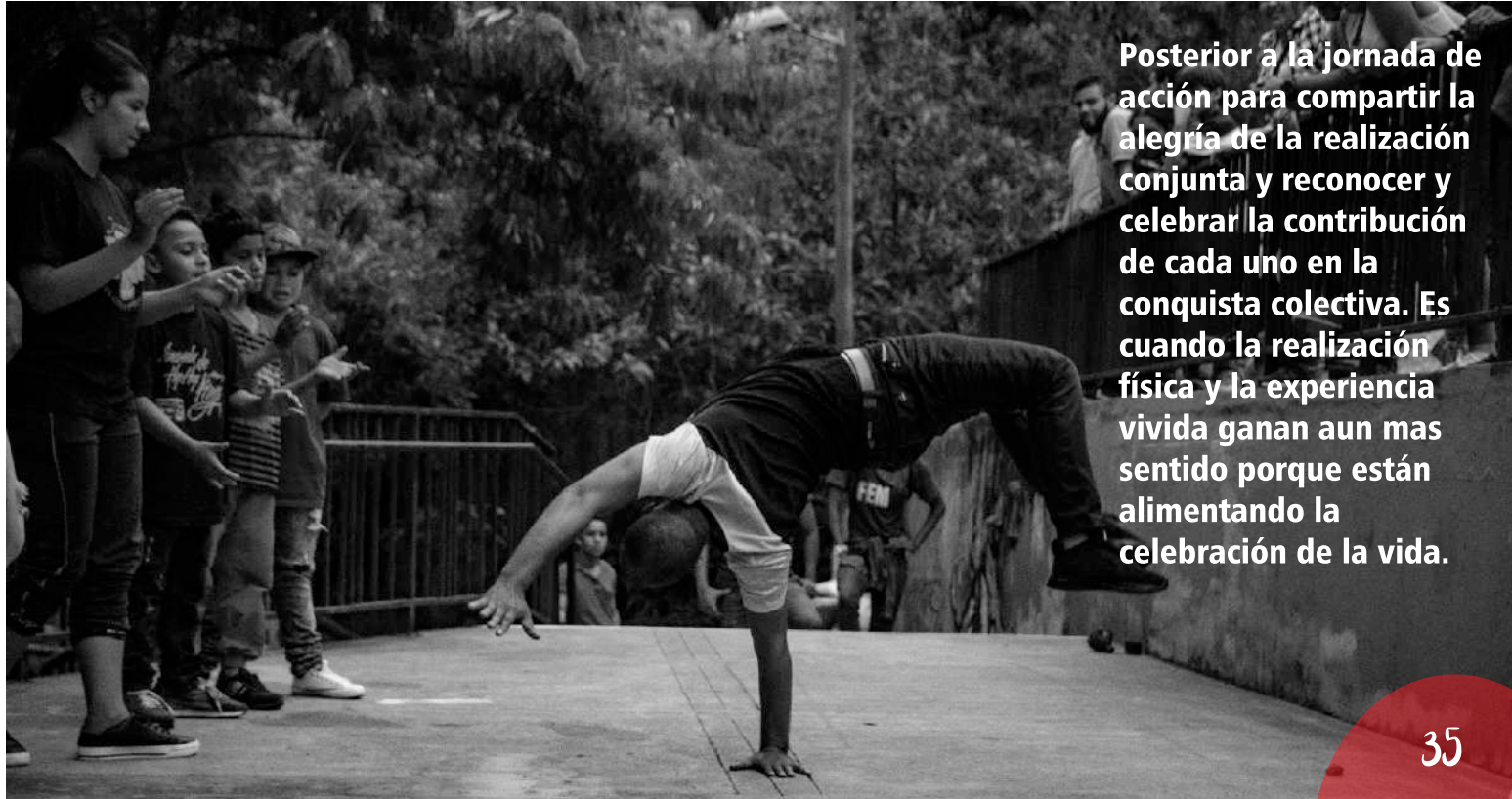






CELEBRACION

Juego OASIS Medellín



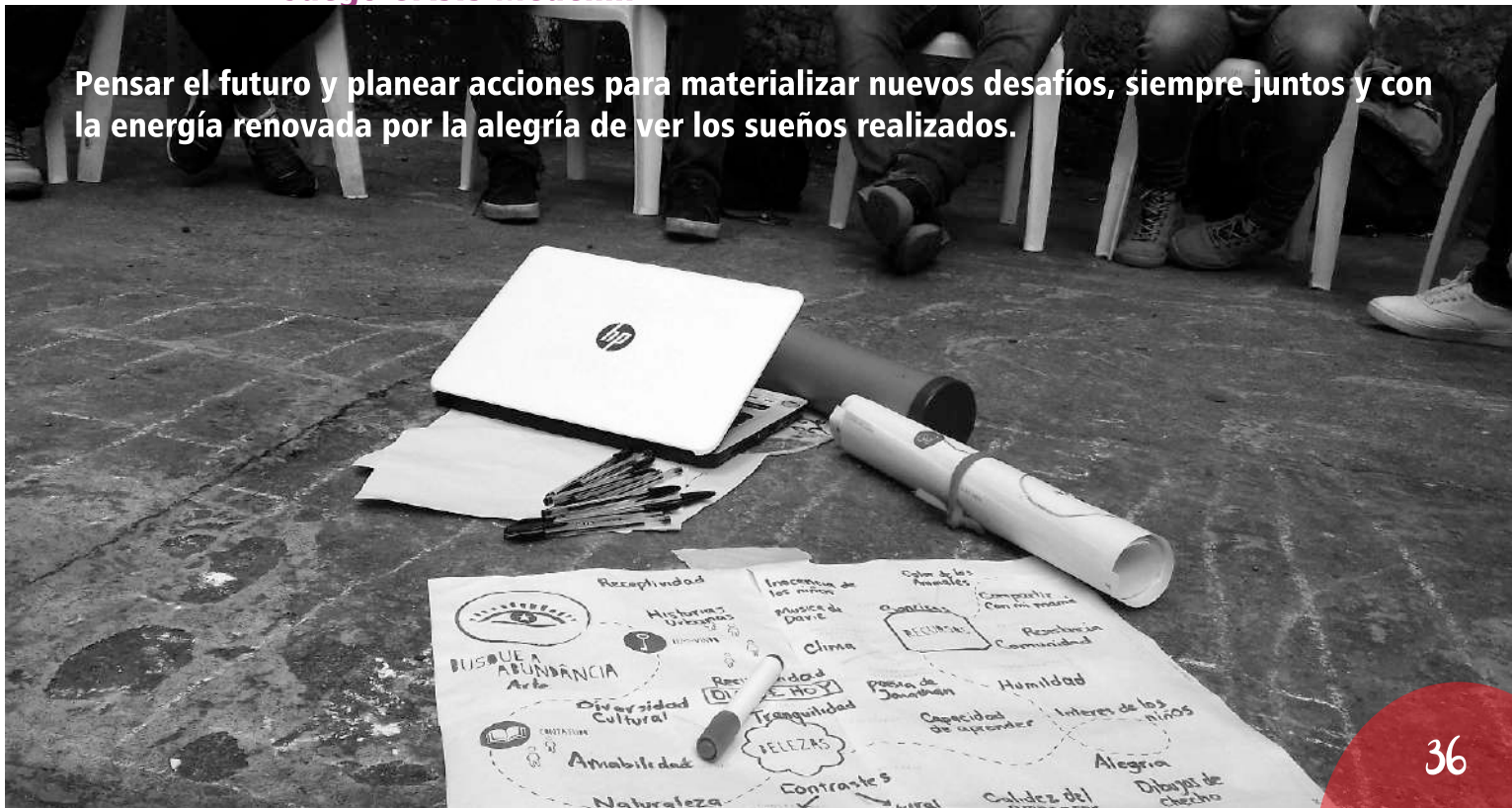
Posterior a la jornada de acción para compartir la alegría de la realización conjunta y reconocer y celebrar la contribución de cada uno en la conquista colectiva. Es cuando la realización física y la experiencia vivida ganan aun mas sentido porque están alimentando la celebración de la vida.



RE-EVOLUCIÓN

Juego OASIS Medellín

Pensar el futuro y planear acciones para materializar nuevos desafíos, siempre juntos y con la energía renovada por la alegría de ver los sueños realizados.





RE-EVOLUCIÓN

Juego OASIS Medellín

Check in _

¿Cómo estamos llegando hoy?

Sueño materializado _

Recordamos como fue la experiencia hasta el Milagro, todas las actividades que ocurrieron el día del Milagro y la Celebración

Nuevos Sueños _

Espacio abierto para cada uno compartir propuestas para próximas realizaciones. Brainstorming.

Compartimos los recursos en el círculo y en la red para conseguir materializar los próximos sueños.

Planificación _

Organización del próximo sueño: Roles y tareas de cada uno para comenzar la movilización. Organización de modos de comunicación y próximos pasos a seguir.

Check out _

Próximos propósitos para el nuevo sueño.

PROXIMO SUEÑO:

Establecer REDES entre
colectivos de Colombia y Brasil



METODOLOGÍAS PARTICIPATIVAS Y HERRAMIENTAS

Juego OASIS Medellín

En todos los pasos del juego y momento de Manos en la masa son utilizadas tecnologías sociales diversas. Las actividades presentan una dimensión de desarrollo personal, de comunidad y global; niveles filosófico, mitológico y pedagógico.

METODOLOGÍAS Y HERRAMIENTAS	¿PARA QUÉ SIRVE ?	más INFORMACIÓN
Carta de Presentación	Dinamica para conocernos entre el grupo	OASIS institutoelos.org
Gallito Ciego	Dinamica de Reconocimiento/Sensibilización del Lugar	OASIS institutoelos.org
Escucha Activa Comunicación No violenta	Dinamica para fortalecer la Comunicación	Carl Rogers Marshall Rosenberg
Manila y Atrapasueños Trueque sueño x sueño" World Cafe &Open Space	Dinamica para reflexionar y fortalecer SUEÑOS Dinamica para recolección de Sueños Dinamica para reflexion y creacion de ideas grupal	Maciela Rojas Durazno Ana Teixeira Juanita Brown & David Isaacs
Juego Afirmación con bola "y entonces" Juego Confianza Red Superpoder Juego Rompehielo Nudo Juego Cooperación de la Silla	JUEGOS COOPERATIVOS Dinamicas para subir energia del grupo, fortalecer confianza, cooperación y celebrar	Fábio Otuzi Brotto Frans Limpens - Edhuca
Danza circular	Dinamica utilizada para Celebrar el trabajo realizado	
Show de talentos Encuentro de Sueño Encuentro de Proyecto	Herramientas para reconocimiento de talentos, recolección de ideas, sueños y planificación participativa de proyecto	OASIS institutoelos.org

ORGANIZADORES Y COLABORADORES

Francina Buonanotte

Gabrielle Aster

Lucas Rezende

Milena Rodriguez Salamanca

MASO

FICAP

Casa Eduardo Galeano

AGRADECIMIENTOS

Biblioteca Sueños de Papel

KGP - Klan Ghetto Popular

Casa de Cultura Calasanz

Corporación Mi Comuna

Casa Piedra en el Camino

Liliana Sánchez

Alberto Gutiérrez

Instituto Elos

Casa para el encuentro Piedra en el camino

Es un colectivo conformado por cuatro jóvenes de la Zona nororiental de Medellín, con sede en el barrio Santo Domingo Savio, que nace en febrero de 2017, quienes deciden organizarse motivados por experiencias vivenciales, entre las que cabe resaltar la presencia y representaciones significativas que dejó el Parque Biblioteca España y la participación en sus procesos, principalmente en el Club de Lectura "Umbral de la lectura" el cual motivó su acción participativa en torno a prácticas de lectura, escritura y oralidad (este club continua encontrándose en la casa) además el equipo de trabajo del PBE se ha convertido en un aliado importante para la gestión, planeación y ejecución de proyectos.

Con la pretensión de contribuir a la creación de espacios de participación popular crítica y activa, de mayor incidencia en la cultura popular, la recuperación y preservación de la memoria barrial, la constitución y defensa del territorio, ha venido realizando intervenciones en dicho contexto, con énfasis en el ámbito de la cultura popular. Trabaja con el apoyo y alianzas de diferentes actores, entre ellos el grupo docente de investigación "Medio ambiente y sociedad" (MASO- UdeA), Parque Biblioteca España, Banco de la República, JAC Santo Domingo Savio y organizaciones comunitarias de la ciudad, entre las que pueden nombrarse: Convivamos, KGP (Klan Getto Popular), Rescatando el arte de la uno (RA1) y Casa para el encuentro Eduardo Galeano.

Corporación Mi Comuna

La Corporación Mi Comuna es una entidad cultural de origen comunitario fundada en el año 2009 para generar procesos de comunicación comunitaria: prensa, audiovisual, fotografía y plataformas digitales, entre los que se destaca el periódico Mi Comuna 2 y la producción audiovisual. Tiene como misión aportar a la construcción del tejido comunitario promoviendo la participación a través de la comunicación comunitaria, la promoción de la literatura y los diálogos interculturales y de saberes en los territorios, enfatizando en el trabajo colectivo y colaborativo con la gente, empleando metodologías participativas y de educación popular para la construcción de otras perspectivas de vida.

El trabajo de Mi Comuna está organizado en cuatro líneas: producción de medios de comunicación, formación, promoción de lectura y gestión de espacios culturales entre los que se resalta la gestión de la Casa para el Encuentro Eduardo Galeano, un espacio para el encuentro comunitario, el disfrute y esparcimiento de los habitantes de la comuna 2 y la zona nororiental de Medellín, cuyo principal objetivo es la promoción, divulgación y circulación de acciones culturales y artísticas.

Sueños de Papel

Sueños de Papel es un espacio de lectura que por medio de la palabra, el juego, el arte, el conocimiento posibilita a los niños, jóvenes y adultos de La Cruz-Comuna 3-Medellín encontrarse, compartir historias y ser en comunidad. La iniciativa de crear y llevar a cabo un proyecto de biblioteca comunitaria en el barrio La Cruz, nace ante la ausencia de un lugar artístico y cultural en el barrio La Cruz donde tampoco albergan bibliotecas públicas. A partir de observar que en la cotidianidad de la vida de los niños, niñas y población juvenil y adulta de ese territorio la lectura no aparece como elemento dinamizador, recreativo y formativo para su vida, Sueños de Papel inicia como una apuesta por llevar el mundo del libro a dicha periferia.

Desde lo anterior, se considera pertinente tener un espacio de encuentro en donde la literatura sea la línea que incentive y potencie la acción creadora y la imaginación desde las diferentes expresiones artísticas. En Sueños de Papel se consideran las experiencias literarias como impulsadoras de la transformación personal, familiar y barrial de los niños, niñas y la población juvenil en general, incidiendo de manera positiva en su entorno. Es un espacio donde se atraviesan los libros con el ingenio, las vivencias, la historia del territorio y las historias personales de cada soñador y soñadora que el arte y la cotidianidad del espacio logran nutrir de un lenguaje literario que permite pensar y crear desde maravillosos universos las dinámicas de vida de la comunidad

Colectivo K G P (klan ghetto popular)

Nuestro colectivo artístico y cultural K G P (klan ghetto popular) es una agrupación de personas con capacidades y habilidades empíricas en formación, donde conjugan ideas en el marco del territorio, el cuerpo, memoria histórica y sentido de pertenencia por los espacios o territorios; dinamizando así con procesos pedagógicos y comunitarios tanto en la ciudad de Medellín como en diferentes municipios de del departamento de Antioquia como del país

Medellín, Colombia
Diciembre 2018

Juego

OASIS
Medellin